

GTP-01

MANUEL C. ARAUJO

O SISTEMA DAS ALDEIAS COMUNAIS EM
MOÇAMBIQUE

MANUAL DE MONTAGEM

O SISTEMA DAS ALDEIAS COMUNAIS EM MOÇAMBIQUE

AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RESIDENCIAL
E PRODUTIVO



Manuel G. M. de Araújo

863/55

Págul em Lisboa

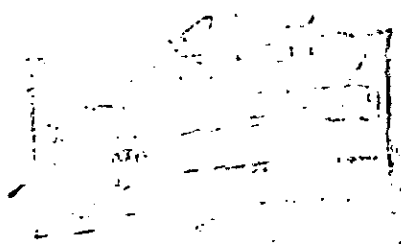
MANUEL G. M. DE ARAÚJO

O SISTEMA DAS ALDEIAS COMUNAIS EM MOÇAMBIQUE
TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO
RESIDENCIAL E PRODUTIVO

Dissertação de doutoramento
em Geografia Humana apresen-
tada à Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa.

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 29-166
DATA 2 Outubro 02
AC: I [illegible]
COTA 67-3

LISBOA
1988



P R E F Á C I O

Quando em 1974 iniciei a minha actividade docente no Departamento de Geografia da então Universidade de Lourenço Marques (actualmente Universidade Eduardo Mondlane), já eram os temas de Geografia da População e de Geografia Rural aqueles que mais interesse despertavam em mim. Apesar da situação não permitir que me dedicasse exclusivamente a eles, pois durante alguns anos tive que responder às solicitações mais diversas, nunca deixaram de constituir o centro das minhas preocupações. Foi por isso que participei activamente na concepção, organização e execução do Recenseamento Geral da População de 1980 e, em 1984, frequentei um curso de Demografia na Universidade Humboldt.

As transformações que, a partir de 1975, se começaram a observar na organização do espaço rural moçambicano, chamaram, desde logo a minha atenção, não apenas pelas modificações que implicavam na distribuição da população rural e na estrutura produtiva do campo, mas também porque se produziam a uma velocidade e em condições objectivas que, inevitavelmente, iriam marcar toda a sua evolução.

Desde 1979, e mais sistematicamente a partir de 1981, que me tem sido possível dedicar-me a pesquisas sobre as aldeias comunais e a população rural em geral, tendo, em colaboração

com outros colegas do Departamento de Geografia, levado a cabo três projectos de investigação nesta área, subsidiados pela SAREC, pelo UNICEF e pela OIT.

Estes trabalhos, que me permitiram um melhor conhecimento dos problemas geográficos, residenciais e produtivos das aldeias comunais, constituíram o passo decisivo para me decidir a levar por diante o estudo que agora apresento.

Ao longo dos anos de investigação e estudo o processo de edificação do sistema das aldeias comunais sofreu profundas alterações, algumas das quais tive oportunidade de acompanhar muito de perto. Visitei distritos que, lá regressando um ano depois, tinham sofrido uma transformação completa. Estas rápidas mutações dificultaram o trabalho, mas, por outro lado, revelaram a dinâmica do processo.

Este estudo apresenta a situação existente em 1983 no conjunto do país, e em 1986 para a província de Inhambane. No momento em que o termino, a situação, devido à guerra que nos é imposta, já não será a mesma. Isto põe a necessidade de se levarem a efeito mais estudos que acompanhem a evolução deste processo, que está a marcar de forma decisiva o espaço rural moçambicano.

Este trabalho não teria sido possível se não tivesse podido contar com a colaboração, a diversos níveis, de numerosas pessoas que, duma forma ou outra, muito contribuíram para

a sua conclusão.

Devo começar por mencionar o grande apoio que sempre recebi de minha mulher e de minhas filhas que, para além doutros aspectos, se sujeitaram a longos períodos de separação, e sempre me souberam estimular em momentos de desânimo.

O Professor Doutor Carlos Alberto Medeiros foi o orientador amigo, paciente e rigoroso que sempre me acompanhou, desde a elaboração do plano inicial até à conclusão do trabalho. A ele devo ricas trocas de impressões e valiosas sugestões sem as quais o estudo perderia muito do seu valor. Os seus conselhos e críticas foram fundamentais, assim como a leitura de todo o texto, o que muito contribuiu para a sua melhoria.

A Professora Doutora Carminda Cavaco prestou-me uma ajuda inestimável nos aspectos do espaço produtivo das aldeias. As suas sugestões e críticas foram fundamentais para melhorar a análise daquele espaço.

Não posso esquecer a ajuda que foram as trocas de impressões sobre diversos aspectos do trabalho com o Professor Doutor Ilídio do Amaral e com a Dra. Isabel Medeiros, conhecedores de toda a problemática geográfica dos países subdesenvolvidos.

Em Moçambique foram várias as instituições e pessoas que me

deram um apoio valioso, pelo que sou levado a mencioná-las genericamente. O Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF), o Gabinete de Comunicação Social (G.C.S.) e a extinta Comissão Nacional das Aldeias Comuns (CNAC), actualmente integrada no Ministério da Agricultura, forneceram-me elementos variados e puseram à minha disposição os seus arquivos, o que muito contribuiu para um melhor conhecimento da situação das aldeias no conjunto do país. Os governos provinciais e o Partido nas províncias onde levei a efeito trabalho de campo, puseram à minha disposição as condições que permitiram a execução das pesquisas no terreno, além da troca de impressões que me permitiram uma percepção mais adequada de cada situação. Aos responsáveis distritais e aos aldeões devo o extraordinário acolhimento que sempre tive onde chegava, e que me deu um ambiente propício para o trabalho nas aldeias.

Na revisão do texto contei com a inestimável colaboração da Dra. Wanda do Amaral, a quem devo alguns retoques e correcções que permitiram melhorá-lo. Ainda quero agradecer ao desenhador Alberto Barca, bacharel em Geografia, que desenhou todos os mapas.

Finalmente, a apresentação deste trabalho muito deve à Fundação Calouste Gulbenkian, que pôs à minha disposição uma bolsa de estudos, sem a qual não teria sido possível a sua conclusão.

Naputo, Janeiro de 1988

A P R E S E N T A Ç Ã O

O fenómeno tratado no presente estudo é ainda muito recente, mas possui já uma dimensão importante à escala nacional, introduzindo alterações significativas na organização espacial da população e da produção, de modo que surgem amplas regiões do país onde o espaço rural já se apresenta completamente modificado. Mas para a sua melhor percepção, torna-se necessário dar uma breve notícia geográfica sobre as características físicas e económicas da República Popular de Moçambique, de forma a que o leitor possa, mais facilmente, enquadrá-lo nas suas implicações económicas e sociais e até naquelas que se relacionam com o ambiente natural.

Pretende-se analisar as transformações espaciais que estão a ocorrer na distribuição da população rural de Moçambique, à luz duma política de organização populacional no campo encetada logo após a independência nacional, mas que tem as suas raízes no período da luta armada de libertação nacional, e que, duma forma ou doutra, influencia não apenas a utilização dos recursos naturais (a nível, por exemplo, de solos, florestas e água), como a economia do país no seu conjunto, dado que qualquer unidade de povoamento se deve transformar numa unidade económica e social. Procurar-se-á, como objectivo geral, caracterizar o impacto que esta política está a ter na distribuição e redistribuição da população rural, assim como na produção, numa sociedade onde aquela é predominante, e quais as características que esta nova forma de po-

voamento apresenta, assim como as suas consequências na organização do espaço, quer residencial, quer produtivo. Partindo duma análise das características do povoamento rural em Moçambique até 1975 e das relações da ocupação humana do espaço resultantes da política económica colonial, procurar-se-á caracterizar, em particular, as transformações operadas nos tipos de povoamento rural e quais as consequências, em termos de criação de novos espaços povoados, da sua localização, dimensão e interrelacionamento.

Por outras palavras, este trabalho irá abordar uma nova forma de povoamento rural em Moçambique, tomando como ponto de partida a herança da política económica e social colonial, de forma a melhor compreender as implicações introduzidas por uma nova política de povoamento e de organização produtiva, com base na produção colectiva e com vista à socialização do campo. Em consequência desta política, estão a surgir unidades de povoamento rural e de produção, as chamadas aldeias comunais, que têm vindo a modificar as formas anteriores de organização e utilização do espaço rural do país.

As aldeias comunais têm tido origens diferentes, o que, por vezes, influencia o seu desenvolvimento e localização, podendo ocasionar distorções que se venham a reflectir não só no seu crescimento, mas também nas relações entre dimensão demográfica e recursos naturais mais utilizados e na posição de cada uma destas novas unidades de povoamento quanto à formação duma rede de centros rurais.

Ao longo deste estudo, procurar-se-á encontrar respostas ou hipóteses de resposta para algumas questões que se colocam actualmente na implementação da criação destas novas unidades de povoamento e produção rural, como sejam:

- A localização e o dimensionamento das aldeias comunais estará ou não, em certos casos, a colocar em perigo o equilíbrio população/recursos naturais?
- A redistribuição da população rural a que se está a assistir estará a dar origem a formas de povoamento hierarquizado ou a um tipo de povoamento de características homogéneas, e ainda mal definido?
- O sistema das aldeias comunais estará ou não a responder aos objectivos inicialmente definidos no que respeita à concentração da população e da produção?
- A agricultura cooperativa e familiar das aldeias comunais estará a desenvolver-se de acordo com as exigências postas pela nova forma de organização do espaço residencial/produtivo?
- A cooperativização agrícola e a agricultura familiar serão antagónicas ou complementares dentro do sistema das aldeias comunais?
- Será ou não viável o desenvolvimento da produção colectiva nas condições de desenvolvimento de Moçambique?

Para procurar as respostas para estas questões recorreu-se a diversas fontes de dados, e utilizaram-se diversos métodos comuns aos estudos de Geografia Humana, desde a observação directa aos quantitativos. Mas, pela dificuldade evidente em obter toda a informação necessária a nível de todo o país e porque, bastas vezes, as fontes não possuem dados completos, tornou-se necessário, para além da informação possível a nível nacional, seleccionar algumas províncias onde se levou a efeito investigação de campo que completou os dados doutras fontes. A selecção recaiu nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Tete, tanto pela informação já existente, como pela maior possibilidade de trabalho que se ofereceu. Mesmo assim, com excepção da província de Maputo onde se atingiu uma cobertura de 100%, para as outras trabalhou-se, em alguns aspectos, com o método de amostragem com coberturas sempre superiores a 50%. Porque o trabalho de campo não pôde ser levado a cabo no mesmo ano, havendo, para o caso da província de Inhambane, uma separação de cerca de três anos, e porque as fontes, muitas vezes, oferecem informações de períodos diferentes, tornou-se, em muitos casos, problemática a comparação de situações.

Para além da consulta sistemática dos arquivos do Instituto Nacional de Planeamento Físico (antiga Direcção Nacional de Habitação), do Gabinete de Comunicação Social do Ministério da Informação, da extinta Comissão Nacional das Aldeias Comunitárias e do Ministério da Agricultura, também se levou a efeito um estudo de fotointerpretação das modificações na organização do espaço rural em algumas áreas do país, con-

dicionado pelas coberturas aéreas existentes para dois períodos diferentes: antes e depois da independência nacional.

A consulta de bibliografia geral e específica, muito em particular estudos sobre as aldeias comunais e a socialização do campo, que infelizmente não são muitos, e as publicações da Direcção Nacional de Estatística, constituíram elemento fundamental na execução deste trabalho.

Os métodos quantitativos utilizados para algumas medidas de povoamento são, de entre outros que também podiam ser aplicados, aqueles que se afiguram mais adequados à situação investigada.

Diversas dificuldades surgiram ao longo do trabalho, particularmente relacionadas com as fontes de dados e a investigação de campo, o que foi agravado pelas rápidas e constantes mutações quantitativas do processo de edificação das aldeias comunais. No entanto, foram sendo ultrapassadas, por vezes não da forma desejável mas da possível. Isto implica limitações, muito em particular para a análise a nível do conjunto do país.

Este estudo começará por abordar aspectos gerais da população de Moçambique em termos de evolução e características demográficas, debruçando-se em seguida, mais em particular, sobre a população rural. Com base nos dados dos recenseamentos populacionais efectuados em Moçambique e muito particu-

larmente com os dados do censo de 1980 e doutras fontes estatísticas disponíveis, assim como de consultas bibliográficas diversas, tentar-se-á definir as principais linhas da dinâmica demográfica no país, relacionando-a sempre com o desenvolvimento económico. Também se procurará uma tentativa de definição de população urbana e rural para o caso concreto de Moçambique.

Sobre este pano de fundo passar-se-á ao assunto que constitui o centro do presente estudo. Utilizando toda a informação disponível, a consulta de trabalhos já realizados sobre temas próximos deste e, em especial, os dados colhidos no campo em províncias e aldeias seleccionadas, ir-se-á analisar a política de concentração da população rural, dum ponto de vista geográfico, quais os resultados obtidos até ao momento e as possíveis tendências de desenvolvimento.

Tentar-se-á, em seguida, uma análise das transformações observadas na estrutura agrária, partindo da situação colonial, para se procurar compreender as modificações do espaço produtivo e os resultados da agricultura familiar e cooperativa das aldeias comunais

Longe de pretender ser um trabalho sociológico, torna-se no entanto difícil não abordar aspectos sociais que se afiguram de importância fundamental para um melhor entendimento da nova organização do espaço rural em Moçambique. Muitos destes aspectos merecem estudos aprofundados que irão contribuir para futuras investigações geográficas neste tão am-

pio campo, assim como se espera que este possa dar o seu contributo a outros trabalhos. É neste âmbito que deve ser entendida a abordagem superficial de alguns aspectos de carácter sociológico.

Depois de analisados diferentes aspectos inerentes ao processo da formação e desenvolvimento do novo espaço residencial/produtivo rural, procura-se fazer uma breve síntese final dos principais problemas encontrados, assim como das perspectivas de evolução futura, de forma a que se possam delinear algumas conclusões.

Achou-se conveniente juntar alguns anexos que permitam uma mais completa compreensão do fenómeno territorial estudado. Os anexos I e II são fruto do trabalho de campo realizado para o presente estudo, e procuram apresentar duas aldeias com algumas características diferentes da região sul; os restantes são documentos que dizem directamente respeito ao processo de socialização do campo.



C A P Í T U L O I

BREVE APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE MOÇAMBIQUE

Neste capítulo serão abordados, ainda que apenas na medida em que interessam para a compreensão do tema estudado, aspectos como: a posição geográfica de Moçambique em África; principais características geomorfológicas, climáticas e hidrológicas; principais recursos naturais; características da actual situação económica do país. Tudo isto constitui uma base cujo tratamento preliminar se afigura indispensável para um melhor entendimento das novas formas de organização do espaço rural.

1. A República Popular de Moçambique, um país da África Austral.

Na costa sul-oriental do continente africano, estendendo-se ao longo do Oceano Índico desde a foz do rio Rovuma, ao Norte ($10^{\circ} 27'$ de latitude Sul), até à Ponta do Ouro, ao Sul ($26^{\circ} 52'$ de latitude Sul), e alargando-se da Ponta Jana, no litoral ($40^{\circ} 51'$ de longitude Este) até ao Zumbo ($30^{\circ} 12'$ de longitude Este), situa-se a jovem República Popular de Moçambique, que conquistou o seu direito de nação livre e independente no dia 25 de Junho de 1975, após longos anos de luta contra a dominação colonial.

Com toda a sua fachada oriental virada para o Oceano Índico segundo uma linha de costa de 2.470 km, Moçambique possui, por outro lado, extensa fronteira terrestre (4.330 km) que, muito recortada, se reparte da seguinte forma: a Norte situa-se a República Unida da Tanzania (fronteira sublinhada, na sua quase totalidade, pelo rio Rovuma); a Oeste ficam as Repúblicas do Malawi (limite bastante sinuoso que se estende ao longo das águas do lago Niassa e da região montanhosa que constitui a extremidade meridional do vale do Rift), da Zâmbia, do Zimbabwé (fronteira desenhada entre os rios Zambeze e Limpopo), da África do Sul e do Reino da Swazilândia; a Sul, Moçambique volta a fazer fronteira com a República da África do Sul.

A República Popular de Moçambique faz parte do conjunto de países da África Austral, apesar de, geograficamente, a parte Norte do seu território se situar, mais correctamente, na vasta região da África Oriental. No entanto, a sua situação geo-estratégica aproxima Moçambique muito mais dos países da África Austral, para a maioria dos quais desempenha um papel importantíssimo como saída natural para o mar: é o que sucede em relação ao Malawi, Zâmbia, Zimbabwé, Swazilândia e província sul-africana do Transval. Mas Moçambique também pertence à África Austral porque faz parte dos países da região que, herdando uma economia dependente, em maior ou menor grau, da África do Sul, dela se procuram libertar, através duma conjugação de esforços organizada na SADCC (Conférence de Coordenação para o Desenvolvimento da África Aus-

tral - Southern African Development Conference Coordination).

Desta organização económica regional, além de Moçambique, fazem parte a Tanzania, Zimbabwé, Angola, Zâmbia, Malawi, Swazilândia, Lesotho e Botswana.

É dentro deste contexto continental e regional que Moçambique procura as vias mais eficazes para o seu desenvolvimento.

2. Divisão administrativa

Torna-se útil, ainda que à primeira vista possa parecer um dado elementar, apontar brevemente a divisão administrativa do Estado, porque várias vezes será tomada como referência.

A República Popular de Moçambique (799.380 km² e 13.217.300 habitantes em 1983) é formada por onze províncias, as quais se dividem em distritos, e estes em localidades. É com base nesta divisão administrativa que funcionam as estruturas económicas, sociais e políticas do país. No entanto, esta divisão, nos seus limites geográficos e dimensões territoriais, não corresponde a uma planificação regional que leve à formação de regiões económicas, as quais deveriam condicioná-la, de forma a que as relações intra e interregionais se processassem de forma harmónica, racional e complementar, levando ao seu desenvolvimento.

Em 1986 procedeu-se a um reajustamento da divisão administrativa do país, no sentido de responder mais eficazmente às necessidades da política de desenvolvimento. Não tendo afectado as províncias, que continuam a ser as mesmas, alterou substancialmente o número dos distritos, e criou, entre estes e as localidades, os postos administrativos. No presente trabalho utilizar-se-á sempre a divisão que vigorou até 1986.

Apresenta-se a seguir um quadro com as províncias, capitais provinciais e áreas respectivas, ordenadas de Norte para Sul. De notar que a cidade de Maputo, capital nacional, tem estatuto de província, mas funciona também ainda como capital da província de Maputo da qual, na realidade, já não faz parte.

Quadro 1 - Divisão administrativa da R.P.M.

PROVÍNCIA	CAPITAL	SUPERFÍCIE (km ²)
1. NIASSA	LICHINGA	129.055
2. CABO DELGADO	PEMBA	82.625
3. NAMPULA	NAMPULA	81.606
4. ZAMBÉZIA	QUELIMANE	105.008
5. TETE	TETE	100.724
6. MANICA	CHIMOIO	61.661
7. SOFALA	BEIRA	68.018
8. INHAMBANE	INHAMBANE	68.615
9. GAZA	XAI-XAI	75.709
10. MAPUTO-província	MAPUTO	25.756
11. MAPUTO-cidade	-	602

3. O território. Traços físicos; generalidades

Com uma superfície total de 799.380 km², dos quais 13.000 km² são ocupados pelas águas interiores, o território moçambicano apresenta características geomorfológicas simples, próprias do rebordo litoral do continente, que desce em degraus aplanados para o oceano.

Em áreas relativamente reduzidas e localizadas junto da fronteira, nas regiões Centro e Norte, surgem alguns retalhos montanhosos com altitudes superiores a 1.000 metros. A maior altitude de Moçambique (Monte Binga, com 2.436 metros) é atingida na região Centro, na província de Manica, na fronteira com o Zimbabué. No conjunto, esta área montanhosa ocupa apenas cerca de 13% do território.

A partir dela passa-se, por um degrau em escarpa, para a região dos planaltos, que cobrem 43% do território. Esta é uma área que, com altitudes entre os 200 e os 1.000 metros, se encontra extensamente representada no Centro e Norte do país, alargando-se de Sul para Norte, e quase ausente para sul do rio Save. Como sucede em muitos planaltos africanos, a monotonia do relevo é interrompida por numerosos inselberge, que surgem como ilhas na imensidão das planuras.

Ocupando quase toda a parte sul do rio Save e estreitando-se à medida que se caminha para Norte, encontra-se a planície litoral, com altitudes inferiores a 200 metros. Esta

planície, que se prolonga para o interior ao longo dos vales dos principais rios, ocupa 44% de todo o território moçambicano.

A costa, pouco recortada no seu conjunto, é baixa e arenosa em quase toda a extensão; apenas a Norte, nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, ela se apresenta baixa e rochosa. Devido a estas características, são numerosas e extensas as faixas de praias, interrompidas, de onde em onde, por áreas de mangal e pantanosas, assim como por diversas lagoas litorais, formadas em relação com o desenvolvimento de cordões arenosos, particularmente a sul do rio Save.

Como se depreende das coordenadas atrás indicadas, com excepção duma pequena porção da extremidade meridional, Moçambique fica situado na zona intertropical sul, pelo que, em todo o território, se verifica um clima de tipo tropical, tomando esta expressão no seu sentido mais lato. Devido à acção combinada da corrente marítima quente do Canal de Moçambique e dos ventos alíseos de Sueste, mesmo a parte sul, já para lá do Trópico de Capricórnio, possui ainda um clima daquele tipo.

Pela importância que as condições climatológicas têm para o tema em estudo neste trabalho, não é demais dedicar alguma atenção aos centros de acção que caracterizam os diferentes estados de tempo em Moçambique; com este objectivo, resume-se o que, sobre o assunto, diz Amorim Ferreira (1965, p. 12-14 e 40-42). Segundo este autor, a circulação atmos-

férica em Moçambique é influenciada fundamentalmente pelos seguintes centros de acção:

- a) as baixas pressões da zona intertropical que, na sua deslocação anual para Sul, afectam todo o norte do país, transportando massas de ar quente e húmido;
- b) o anticiclone do Índico, localizado ao longo do ano entre os 25° S e os 38° S, que provoca uma circulação de massas de ar quente e húmido, as quais atingem todo o território entre os meses de Março e Novembro;
- c) o anticiclone de origem térmica que se forma no interior da África meridional durante a estação fria, dando origem a ventos quentes e secos, e que na estação quente fica reduzido a um pequeno núcleo de altas pressões sobre o sul de Moçambique, ou então é absorvido pelo anticiclone do Índico, enquanto no interior se forma uma depressão de origem térmica;
- d) o anticiclone de origem térmica que, durante a estação quente do hemisfério sul, se forma sobre a Arábia;
- e) as depressões da zona subpolar que, na sua migração anual para Norte, atingem o litoral sul e sueste do continente africano durante a estação fria, transportando massas de ar polar marítimo;

f) os ciclones tropicais formados no Índico e no Canal de Moçambique.

São estes centros e a sua posição durante o ano que condicionam os diferentes tipos de tempo em Moçambique (FERREIRA, 1965, p. 40-42).

- a) Com o anticiclone do Índico centrado na latitude de 35°S , o território moçambicano em geral, mas mais acentuadamente a norte do paralelo 20°S (paralelo da Beira), é invadido por massas de ar tropical marítimo instável, sendo o vento, em regra, moderado de Sueste e Sul, o que origina precipitação muito forte. Estas condições ocorrem principalmente de Março a Junho (fim da estação quente e chuvosa e início da seca e menos quente).
- b) Com o anticiclone do Índico situado na latitude de 38°S , e a depressão de origem térmica sobre o interior do continente:
- (i) a sul do paralelo 20°S , o território é invadido por massas de ar tropical marítimo instável, originando forte precipitação. Este tipo de tempo ocorre de Novembro a Março (estação quente e chuvosa);
 - (ii) a norte do paralelo 20°S , com o anticiclone de origem térmica sobre a Arábia, a Frente Intertropical Sul (FITS), desloca-se para Sul até à latitude de 20°S , pelo que o território fica sob a

acção de massas de ar equatorial, o que provoca precipitação de grande intensidade e duração. Estas condições ocorrem de Novembro a Março (estação quente e chuvosa).

c) Com o anticiclone do Índico centrado na latitude de 30°S e o anticiclone de origem térmica sobre a África meridional:

(i) a sul do paralelo 20°S , o estado do tempo é influenciado por massas de ar tropical continental, com vento fraco e céu pouco nublado, e é frequente o aparecimento de bruma seca. São condições que ocorrem de Maio a Setembro (estação seca e menos quente);

(ii) a norte do paralelo 20°S , o território é invadido por massas de ar tropical marítimo, podendo ocorrer aguaceiros. São condições verificadas entre Julho e Outubro (estação seca e menos quente).

d) Com o deslocamento da frente polar para Norte, o território de Moçambique, a sul do paralelo 20°S , fica sob a acção de massas de ar polar marítimo que alternam com massas de ar tropical marítimo. Esta superfície frontal é acompanhada de precipitação abundante, geralmente sob a forma de chuva contínua, moderada a forte.

e) Nalguns casos , a costa oriental da África meridional é atingida por ciclones tropicais (em média três por ano) que se formam no Sudoeste do Índico, entre as latitudes de 5° e 10°S, e no Canal de Moçambique. Estes ciclones ocorrem entre Dezembro e Março, sendo o máximo de frequência em Janeiro-Fevereiro. São acompanhados por forte precipitação, e o vento tem uma velocidade superior a 50 nós, com rajadas que atingem 100 a 150 nós.

Considerando a classificação climática de Köppen, o clima de Moçambique apresenta os seguintes tipos:

- a) Clima tropical chuvoso de savana (Aw) em toda a faixa litoral e nos planaltos do Norte e Centro;
- b) Clima tropical seco de estepe (BSwh) em todo o interior-sul, uma parte do interior-centro e no vale do alto Zambeze.
- c) Clima tropical de altitude (Cw) em pequenas áreas montanhosas das províncias de Manica, Tete e Niassa.

Considerando o índice hídrico (Ih) de Thornthwaite, em Moçambique encontram-se os seguintes tipos climáticos (SOARES, 1964):

- a) Tipo E - árido (-60 Ih -40)

- todo o interior e norte da província de Gaza.

b) Tipo D - semi-árido (-40 Ih -20)

- toda a província de Maputo, com excepção da região montanhosa dos Grandes Libombos;
- uma estreita faixa entre o interior e o litoral de Gaza;
- todo o interior e o litoral norte de Inhambane;
- todo o sul das províncias de Manica e Sofala;
- todo o vale do Zambeze;
- vale do rio Lúrio;
- todo o litoral de Cabo Delgado.

c) Tipo C₁ - sub-húmido-seco (-20 Ih 0)

- uma estreita faixa litoral a sul do Save, entre a Manhiça e Vilanculos;
- litoral, interior e norte de Sofala;
- interior-norte de Tete e uma faixa a norte do Zambeze;
- sul e litoral da Zambézia;
- litoral e interior da província de Nampula;
- uma faixa de orientação SW-NE que, de Nampula, se estende até ao rio Rovuma.

d) Tipo C₂ - sub-húmido-chuvoso (0 Ih 20)

- alti-planaltos de Manica, Tete e Zambézia;
- estreitas faixas que rodeiam as cidades da Beira e Quelimane;
- norte-interior de Cabo Delgado
- Niassa oriental e sul.

e) Tipo B₁ - húmido (20 Ih 60)

- áreas muito limitadas das regiões montanhosas mais elevadas de Manica, Tete e Zambézia;
- Niassa ocidental.

Em traços gerais pode dizer-se que a sul do Save predominam os tipos de clima árido e semi-árido; entre o Save e o Zambeze, os tipos semi-árido e sub-húmido-seco; a norte do Zambeze destacam-se os tipos semi-árido, sub-húmido-seco e sub-húmido-chuvoso.

As temperaturas médias anuais mais frequentes situam-se entre os 22° e os 26°C, com médias mensais que oscilam entre os 20° e os 30°C. Estas temperaturas, em geral, diminuem ligeiramente de Norte para Sul. No vale do alto Zambeze a temperatura média anual é superior a 26°C, oscilando as médias mensais entre 23° e 32°C (cidade de Tete). Nas áreas montanhosas de maior altitude, as médias anuais são inferiores a 20°C, com médias mensais variando entre 17° e 25°C. Os meses menos quentes são, para todo o território, os de Junho/Julho e correspondem aos de menor pluviosidade. Os meses mais quentes são os de Dezembro/Janeiro a sul do paralelo 20°S e os de Outubro/Novembro para norte (ver gráficos da fig.1).

A pluviosidade concentra-se nos meses mais quentes que decorrem, em geral, de Setembro/Outubro a Março/Abril - estação quente ou das chuvas -, enquanto a estação seca, que se estende de Abril/Maio a Agosto/Setembro, acusa precipitações muito fracas ou mesmo nulas. A pluviosidade anual varia de

1.500 milímetros nas áreas de clima tropical de altitude a 500 milímetros nas de clima tropical seco, podendo, em áreas restritas, apresentar valores mais baixos. As regiões com clima tropical chuvoso de savana têm precipitações anuais que rondam os 1.000 milímetros, observando-se um aumento de quedas pluviométricas de Sul para Norte. Os meses de maior pluviosidade em todo o país são os de Dezembro a Fevereiro. No entanto, o regime pluviométrico de Moçambique apresenta-se com períodos de grande irregularidade, não apenas na sua distribuição anual mas também de ano para ano (ver quadros 2 A,B,C,D,E,F), levando à ocorrência de grandes secas, como a que recentemente afectou quase todo o país durante quatro anos consecutivos (1980/84), ou então de graves inundações, como as de 1976/77, que tão graves consequências tiveram para o sul do Save (SOBRINHO, 1981, p. 95-122).

Permanece controversa a eventual relação destes factos com alguma tendência geral de modificação do clima; de qualquer forma, eles estão ligados à grande irregularidade das precipitações, que as médias anuais e mesmo estacionais e mensais escondem, porque num dia pode ocorrer a pluviosidade registada para o mês correspondente. Esta situação compreende-se melhor se se tiver em atenção que uma seca pode não resultar "(...) dum déficit global da pluviometria anual em relação à média calculada para um período de observações meteorológicas(...)" (MARCHAL, 1982, p. 75), mas é a consequência directa duma distribuição muito irregular das precipitações que não permite que "(...) a vegetação cultivada e espontânea chegue à maturidade" (MARCHAL, 1982, p.75). Em Moçambique já foram conhecidos outros períodos de grandes

secas e de graves inundações com resultados semelhantes aos actuais. O facto de as catástrofes recentes serem mais divulgadas e terem consequências mais notórias na produção e na vida da população fica a dever-se às transformações de ordem política e económica que se estão a processar, à maior atenção prestada ao desenvolvimento rural e ao próprio incremento dos meios de comunicação social.

As águas superficiais interiores do território moçambicano constituem um recurso natural de grandes potencialidades, mas ainda muito pouco aproveitado. Só no que diz respeito à energia hidroeléctrica, o potencial existente está muito próximo dos 12 mil megawatts (11.755 segundo "Informação Estatística 1975-1984" da Direcção Nacional de Estatística). Deste potencial só uma escassa parte está utilizada, encontrando-se em curso diversos projectos de construção de barragens, que irão proporcionar um aproveitamento cada vez maior e mais racional desta riqueza. Estão neste último caso as barragens de Curumana e dos Pequenos Libombos, por exemplo.

Com um território que desce em anfiteatro para o oceano, a drenagem das águas faz-se por uma única vertente, em direcção ao mar. A rede hidrográfica moçambicana é bastante densa no Norte e Centro, o que já não acontece na região a sul do rio Save, particularmente na província de Inhambane e no interior da de Gaza.

O regime dos rios acompanha o das chuvas, com caudais máximos nos meses de Janeiro a Março. É neste período que, nor-

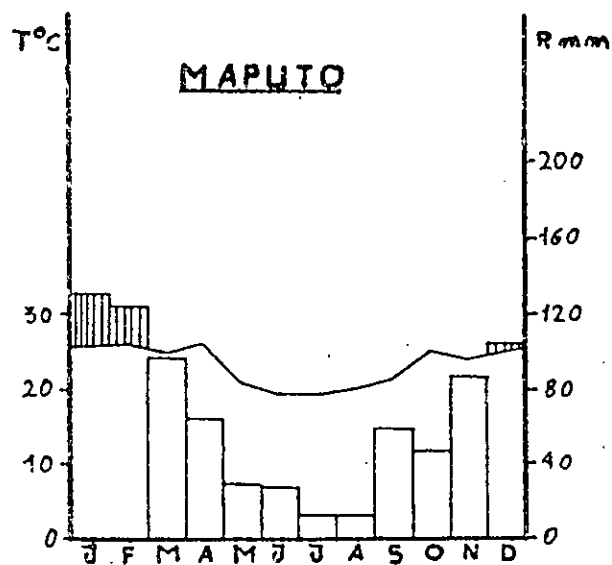
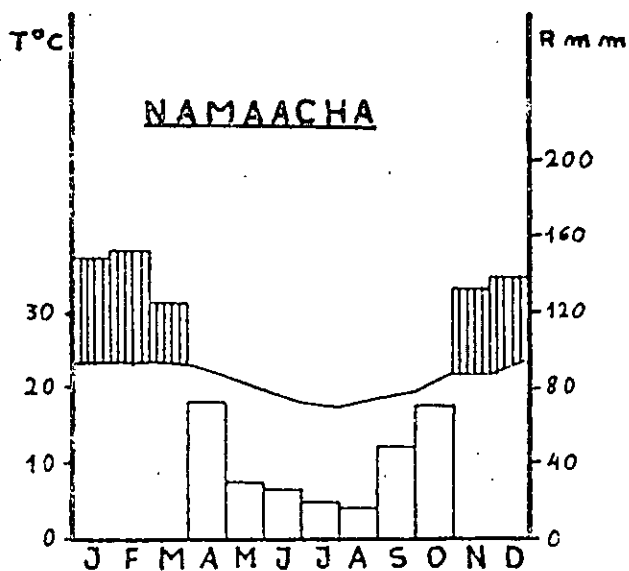
FIG.1 - DIAGRAMAS TERMO-PLUVIOMÉTRICOS DE SEIS ESTAÇÕES SELECIONADAS DO TERRITÓRIO MOÇAMBICANO

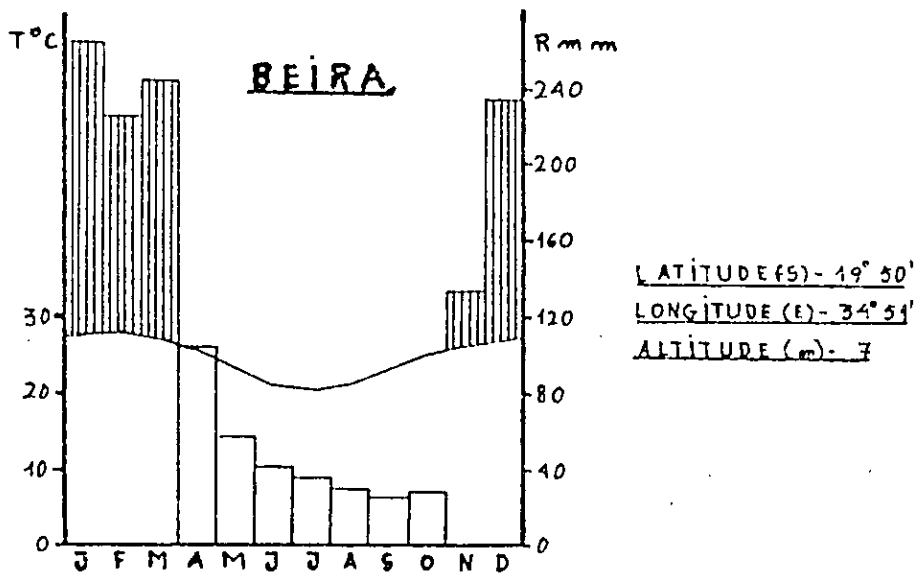
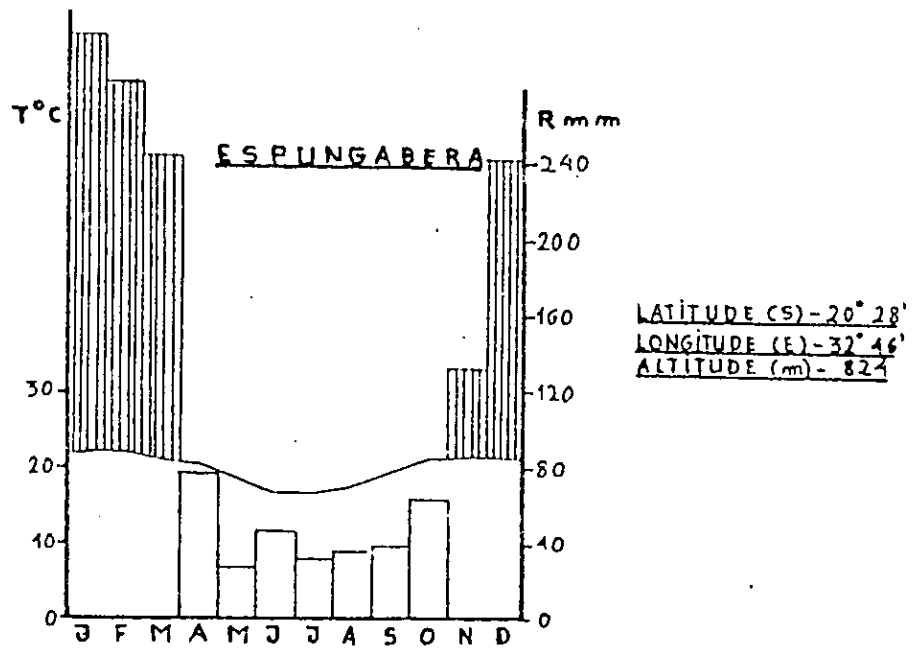
(Normais de 1930-1960)

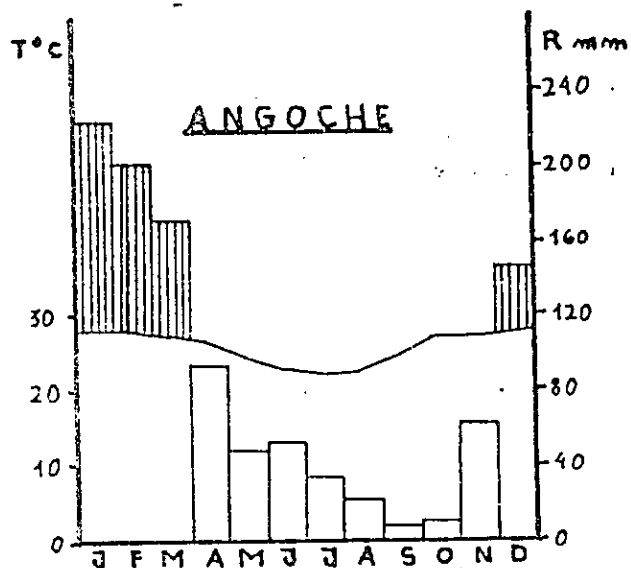
R- Precipitação mensal em milímetros (mm)

T- Temperatura média mensal (°C)

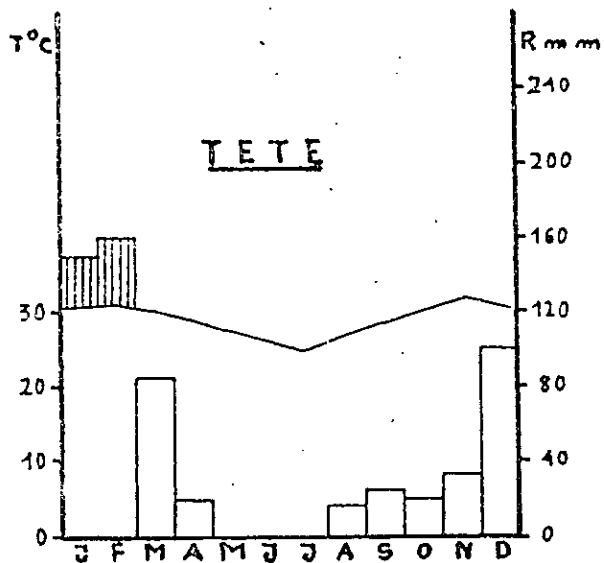
Fez-se corresponder 1°C a 4mm







LATITUDE (S) - 16° 13'
LONGITUDE (E) - 39° 51'
ALTITUDE (m) - 61



LATITUDE (S) - 16° 11'
LONGITUDE (E) - 33° 35'
ALTITUDE (m) - 119

QUADRO 2 - PRECIPITAÇÃO TOTAL E NORMAIS PARA 1955-1985

A

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ
1976	434,1	128,6	31,4	75,1	23,5	4,2	0,0	10,2	16,1	37,6	61,5	106,4
1977	438,1	494,5	174,7	2,3	7,2	5,6	0,0	29,5	149,6	44,5	15,8	18,9
1978	302,3	119,7	212,5	37,1	40,1	1,6	60,5	11,5	9,6	62,6	89,1	87,7
1979	128,9	124,8	153,4	36,2	8,0	16,6	7,6	23,9	15,3	88,1	55,4	85,6
1980	27,5	41,2	73,2	115,3	29,0	0,3	8,1	34,7	96,7	50,3	98,8	44,1
1981	229,4	206,9	97,9	10,8	157,7	10,7	7,5	23,1	78,0	143,9	189,9	36,8
1982	27,1	23,1	59,1	194,2	19,0	3,0	3,1	14,0	12,0	32,8	15,6	46,4
1983	110,9	38,0	29,1	7,9	75,2	9,6	10,6	15,8	6,2	34,7	241,3	72,8
1984	280,7	180,1	359,7	90,1	16,3	26,7	736,3	9,6	29,1	72,4	47,2	12,3
1985	247,6	345,1	109,0	15,9	10,1	2,2	5,8	1,3	20,1	35,1	89,8	86,1
VALORES NORMAIS	160,2	146,2	94,5	60,0	33,6	19,4	18,0	16,5	53,3	60,5	74,8	90,0

CIDADE DE MAPIQU

B

	JAN.	FEV.	MAR	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AG.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1976	386,5	60,5	240,3	77,1	108,8	71,8	56,0	60,3	20,7	32,5	20,2	208,2
1977	142,4	340,9	313,5	29,5	38,6	24,0	46,3	90,8	71,8	33,0	21,3	239,1
1978	303,4	151,7	134,3	186,2	27,1	140,4	161,9	3,1	34,9	71,0	130,3	132,6
1979	81,2	300,0	98,4	45,5	146,6	45,5	70,9	37,8	20,5	69,4	37,8	79,5
1980	34,7	100,0	68,9	101,0	31,2	52,8	34,1	26,0	72,3	130,6	93,6	30,8
1981	149,8	195,6	59,9	38,4	198,7	49,3	11,5	41,5	299,8	64,6	114,0	38,4
1982	70,5	82,7	21,6	40,2	31,4	23,3	60,8	9,7	40,3	45,6	9,9	63,9
1983	56,3	298,0	31,2	70,9	66,3	35,4	29,5	52,0	3,8	43,0	100,8	122,5
1984	294,8	42,3	452,2	107,0	82,9	121,0	73,8	9,7	51,0	49,5	107,3	114,3
1985	221,6	114,7	133,8	55,0	196,6	73,9	97,3	8,1	22,1	124,1	73,4	63,0
VALORES NORMAIS	148,9	165,4	110,1	110,3	85,0	62,9	44,5	33,1	33,5	63,5	79,8	123,2

XAI-XAI - PROVINCIA DE GAZA

C

	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AG.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1976	294,2	130,5	49,8	20,9	100,4	18,1	5,0	0,9	0,4	18,6	30,1	33,9
1977	166,5	-	118,8	14,3	0,6	43,1	0,6	61,6	22,0	2,9	16,6	415,9
1978	220,8	199,7	33,4	65,7	6,0	18,9	16,8	3,3	27,2	27,3	82,5	77,3
1979	-	16,9	37,1	48,5	20,3	19,1	42,5	45,5	5,1	18,8	62,9	124,7
1980	21,9	72,8	61,0	27,6	2,8	12,1	18,5	6,9	120,8	33,8	41,5	100,8
1981	112,7	167,1	82,4	26,8	93,7	3,4	0,0	39,8	71,9	126,3	164,7	97,7
1982	17,5	17,6	11,0	101,5	26,3	5,7	35,2	0,0	23,0	70,0	8,1	33,9
1983	117,5	42,6	30,8	12,0	60,0	25,3	13,0	37,7	0,1	43,7	73,6	54,3
1984	189,1	25,9	67,1	50,4	5,8	3,0	36,9	1,9	32,6	43,1	133,7	68,3
1985	468,0	200,8	412,6	18,4	52,0	15,2	8,9	0,4	17,3	30,3	427,7	29,1
VALORES NORMAIS	124,4	125,7	55,9	35,0	25,9	15,3	11,0	13,1	24,2	36,8	60,3	93,6

CHOKWE - PROVINCIA DE GAZA

D

	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AG.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1976	226,5	32,6	164,0	95,5	102,5	106,5	198	311	0,7	211	8,6	92,7
1977	58,6	541,1	127,5	14,8	34,2	21,2	16,0	71,2	49,1	8,8	82,6	192
1978	506,2	228,1	100,7	115,0	8,3	109,2	53,9	188	5,6	20,1	37,3	215,5
1979	24,1	19,2	124,1	11,1	11,9	21,3	49,7	21,0	5,8	34,3	314,6	96,0
1980	94,1	90,6	134,9	162,2	16,3	13,0	30,8	20,6	123,3	16,6	96,9	158,0
1981	115,3	194,5	52,1	63,5	215,5	18,7	43,9	60,5	268,9	130,8	45,8	85,6
1982	49,8	270,2	108,1	89,8	75,6	6,6	35,9	4,2	10,5	53,7	20,4	21,5
1983	1,1	185,1	51,2	14,9	19,5	27,5	42,6	90,7	4,5	27,1	61,6	152,8
1984	301,8	97,8	97,5	76,1	71,2	70,0	76,8	29,9	20,5	1,8	70,1	149,1
1985	119,5	65,8	147,5	69,9	13,5	203,1	53,2	68,2	112,2	39,4	202,2	75,6
VALORES NORMAIS	156,0	132,2	114,1	78,1	52,9	62,3	58,8	28,3	29,4	33,9	82,1	159,3

CIDADE DE INHAMBANE

E

	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AG.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1976	150,7	187,1	140,7	52,1	69,5	28,6	5,7	4,5	1,6	-	36,7	216,6
1977	-	296,5	165,0	-	0,0	-	-	69,3	18,8	96,3	13,2	83,3
1978	287,0	230,0	125,0	66,0	11,0	40,5	7,0	0,0	-	12,2	8,7	481,8
1979	34,0	68,1	78,5	6,0	12,1	30,3	27,1	1,8	6,7	8,9	43,7	18,3
1980	53,1	156,2	56,0	15,9	30,1	2,0	17,3	43,8	40,6	7,5	34,3	190,5
1981	120,1	366,1	55,0	45,1	92,6	1,1	10,7	9,0	15,1	75,2	44,0	118,5
1982	41,1	274,8	33,5	109,0	19,1	2,0	4,1	2,7	2,8	9,7	29,2	28,0
1983	1,8	153,7	24,0	5,6	132,2	32,3	109,8	74,7	0,0	55,2	10,6	155,0
1984	57,5	179,6	149,7	7,0	11,2	0,0	37,7	7,3	4,0	6,8	50,1	116,2
1985	265,3	52,6	50,0	32,1	16,1	10,2	15,9	5,3	77,5	44,7	87,1	70,2
VALORES NORMAIS	169,8	166,8	90,6	40,4	34,2	28,1	16,9	24,3	19,1	36,1	71,6	158,9

VILANCULOS - PROVINCIA DE INHAMBANE

F

	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AG.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1976	89,1	124,0	194,4	12,1	34,0	1,1	0,8	0,0	0,0	5,8	7,3	105,8
1977	118,0	143,6	145,3	1,7	0,0	3,1	0,0	4,1	5,8	0,1	74,2	171,1
1978	331,7	95,5	227,4	15,5	0,5	10,0	6,0	0,0	0,0	0,0	11,5	182,2
1979	48,4	88,3	120,5	3,4	0,1	19,2	1,0	0,0	0,5	7,5	69,8	84,2
1980	163,3	114,6	53,5	32,6	2,0	1,7	6,9	0,8	2,0	0,8	21,0	156,8
1981	115,9	171,2	40,6	4,9	8,0	2,5	2,1	0,0	0,5	3,0	34,0	64,8
1982	146,5	255,5	8,9	43,1	6,1	0,0	4,8	2,6	0,0	24,2	1,6	163,5
1983	24,6	60,5	95,3	2,7	0,7	0,0	6,4	0,6	0,0	2,8	18,9	159,5
1984	10,8	364,8	167,2	0,2	0,5	3,5	0,0	0,1	0,0	16,5	23,1	127,1
1985	133,5	82,1	178,2	13,1	19,1	0,1	0,2	2,1	0,0	1,1	63,4	232,5
VALORES NORMAIS	165,3	151,5	82,6	16,9	4,5	4,1	2,6	2,6	1,6	7,7	56,3	154,1

CIDADE DE TETE

malmente, nas planícies do Sul e Centro, surgem as grandes cheias, que tudo devastam à sua passagem.

O facto de toda a região sul ser uma extensa planície litoral, onde os cursos de água possuem margens muito baixas e grande poder de sedimentação, faz com que as inundações sejam frequentes, o que afecta todas as actividades económicas da área, fundamentalmente as agrícolas e agro-industriais. Esta dependência da natureza apenas será minimizada com diversas obras de regularização dos caudais fluviais. Os rios do centro que, depois de atravessarem a região planáltica, têm um percurso ainda longo na planície litoral também são, ainda que com menos frequência, sujeitos a inundações de efeitos severos para as actividades económicas da área.

4. Recursos naturais. Riqueza ainda pouco conhecida

Ao contrário do que se verificou com outras potências coloniais, o regime colonial português pouco desenvolveu a exploração de recursos naturais em Moçambique. Isto pode, talvez, atribuir-se ao facto de Portugal, não obstante a sua condição de país colonizador, ser, no contexto europeu, pobre e dependente quanto à sua economia, pelo que dificilmente podia desviar fundos para ajudar o desenvolvimento de Moçambique, mesmo que essa "ajuda" fosse para explorar matérias-primas em benefício da indústria da metrópole. Na realida-

de, o regime colonial português orientou a sua política económica em Moçambique para uma dependência absoluta da África do Sul e Rodésia do Sul (GOUROU, 1970, p. 327), através duma economia virada fundamentalmente para a prestação de serviços ferro-portuários, exportação de mão-de-obra e instalação de grandes plantações estrangeiras de produtos tropicais de exportação, enquanto, como escrevia Battistini na segunda metade dos anos 60, a exploração dos recursos minerais apenas se havia iniciado (BATTISTINI, 1967, p. 117).

Na realidade, a exploração destas potencialidades manteve-se a níveis muito baixos durante todo o período colonial, podendo apenas exceptuar-se o carvão, cuja extracção se cifrava em cerca de 247.000 toneladas em 1958 (BATTISTINI, 1967, p. 282). No entanto, vários autores eram unânimes em afirmar a existência de um número considerável de minérios, como se pode observar pelo quadro 3. Não se conhecem, no entanto, estudos da viabilidade económica da sua exploração, apesar de diversos se terem encetado, solicitados por Portugal a empresas estrangeiras; mas, como referia Carlson, nunca se fez qualquer relatório (CARLSON, 1967, p. 283).

Na realidade, após a independência nacional, o governo moçambicano viu-se na necessidade de recomeçar todos os estudos de prospecção mineral porque, daqueles que haviam sido feitos, nada ficou que, a nível científico-técnico, permitisse avaliar a possibilidade do seu aproveitamento rentável. Podem citar-se os casos das célebres prospecções e per-

furações petrolíferas feitas, durante vários anos, por empresas americanas e francesas nas águas moçambicanas, das quais não se conhece nenhum relatório. A situação era muito semelhante no que diz respeito a outros recursos naturais, como os marítimos e energéticos.

Quadro 3 - Produção mineral de Moçambique em 1958, segundo R. Furon, citado por Battistini

	1938	1948	1958
Prata (Kg)	55	38	?
Amianto (Ton.)	-	-	258
Bauxite (Ton.)	1.000	2.250	4.700
Berilo (Ton.)	?	133	1.000
Carvão (Ton.)	20.000	13.000	247.000
Columbite (Ton.)	-	-	176
Grafite (Ton.)	240	110	?
Lítio (Ton.)	275	590	160
Mica (Ton.)	-	100	132
Ouro (Kg)	260	77	21

Fonte: BATTISTINI, René. L'Afrique Australe et Madagascar.
Paris, P.U.F., 1967.

- sem produção

? valores desconhecidos

Segundo informações divulgadas pela Direcção Nacional de Estatística, podem referir-se alguns resultados dos diversos estudos já concluídos ou em execução, em todo o território nacional.

No que diz respeito a recursos minerais, já são conhecidos diversos depósitos que apresentam viabilidade econômica. É o caso do ferro nas províncias de Manica, Tete e Nampula; titano-magnetite, em Tete; bauxite, nas províncias da Zambézia e Niassa; cobre, em Tete; minérios pesados das areias, na Zambézia e em Nampula; grafite, em Tete e Cabo Delgado; fluorite, em Sofala e Tete; mármore, em Cabo Delgado. Também se realizaram diversos estudos abrangendo a região pegmatítica da Zambézia, tendo revelado a existência de importantes reservas para a produção de pentóxio de tântalo, assim como ricas ocorrências de minérios radioactivos e pedras semi-preciosas (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984). Mesmo admitindo que possam ocorrer óbices de natureza diversa no decorrer da exploração, o leque de possibilidades afigura-se, na realidade, muito amplo.

No domínio dos recursos energéticos, são conhecidas valiosas jazidas de gás natural nas províncias de Inhambane e Sofala, continuando-se o seu estudo com vista à exploração econômica. As reservas já conhecidas no jazigo de Pande (Inhambane) são de 32 mil milhões de metros cúbicos de gás. O carvão é um dos poucos recursos do subsolo que começou a ser explorado em quantidades elevadas durante o período de dominação colonial, nas minas de Moatize (Tete). Além desta conhecida bacia, devem referir-se ainda as de Minjova e Mucanha-Vuzi, com reservas globais que se estima serem superiores às de Moatize. No concernente aos recursos hidroenergéticos, como já atrás foi referido, Moçambique tem um po-

tencial de produção de 11.755 megawatts; neste momento apenas se produzem 2.000 MW com o funcionamento da primeira fase da barragem de Cabora Bassa, situada a montante da cidade de Tete, numa profunda e estreita garganta riolítica do rio Zambeze. O local onde esta barragem foi instalada, já há muito era considerado como um "(...) dos mais belos sítios 'hidroeléctricos do mundo (...)" onde a produção de energia eléctrica "(...) poderia ser de 50 milhões de KWh por ano" (GOUROU, 1970, p. 331). Quando entrar em funcionamento a segunda fase desta barragem, a maior do continente, a produção será acrescida de mais 1.600 MW. Apesar das prospecções feitas no período colonial, ainda nada há de concreto no domínio do petróleo, tendo sido assinado, em 1983, o primeiro contrato para a pesquisa deste hidrocarboneto e de gás natural "on shore", na região do rio Rovuma, e estando previstas novas acções nesta área.

Pelos estudos já realizados, os recursos marítimos das águas territoriais de Moçambique são consideráveis, mas ainda não completamente conhecidos. Só no domínio das pescas existem potenciais consideráveis, já avaliados; o potencial da captura de peixe de superfície é da ordem das 450 mil toneladas, enquanto para o peixe de profundidade ronda as 50 mil toneladas, e as 14 mil para o camarão (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984).

Estes são alguns dos recursos naturais que começam a ser conhecidos neste jovem país, que luta por sair dum situa-

ção económica e social muito difícil, resultante da conjugação duma série de factores históricos, políticos, sócio-económicos e naturais adversos. No entanto, ainda muito há para conhecer e investigar, de forma a possuir-se uma ideia mais aproximada das riquezas existentes e que sejam economicamente viáveis na sua utilização.

5. Uma situação económica difícil

Nesta breve apresentação do país, torna-se imprescindível esboçar em termos muito gerais a sua situação económica e social, através duma rápida caracterização da política colonial, assim como dos aspectos mais relevantes empreendidos após a conquista da independência nacional. Abordar-se-á, em primeiro lugar, aquele período, para depois se apresentar a situação actual.

5.1. Uma economia dependente em degradação

a) Colónia de prestação de serviços

Colónia portuguesa, desde cedo que em Moçambique se desenvolveu uma economia dependente dos países vizinhos, muito em particular da África do Sul e não da metrópole colonial. Como refere René Battistini, "(...) província longínqua duma metrópole pobre, Moçambique não podia contar com Lisboa para o seu desenvolvimento" (BATTISTINI, 1967, p. 114). Na rea-

lidade, não tendo poder económico suficiente para "subdesenvolver" a colónia, atendendo a que "(...) o subdesenvolvimento se desenvolveu em íntima conexão com o desenvolvimento dos países desenvolvidos (...)" (GUNDER FRANK, s/d, p. 17), o regime português, valendo-se da localização geográfica do território moçambicano, utilizou-a transformando-o em colónia de prestação de serviços ferro-portuários e de fornecimento de mão-de-obra, particularmente para a África do Sul e Rodésia do Sul. Nesse sentido foram dadas aos capitais estrangeiros (sul-africanos e ingleses) "(...) as concessões necessárias para a construção das vias férreas e dos portos" (BATTISTINI, 1967, p. 114). É assim que os portos de Maputo (na altura Lourenço Marques) e Beira, assim como as vias férreas que deles partem em direcção ao interior, se desenvolvem devido à iniciativa das autoridades sul-africanas e rodesianas. Não é, por isso, de estranhar que estes serviços fiquem quase que exclusivamente à disposição daqueles dois territórios, assim como do Malawi (antiga colónia inglesa da Niassalândia), o que leva Pierre Gourou a afirmar que "(...) o tráfico de Lourenço Marques, da Beira e das suas boas vias férreas deve pouco à actividade própria de Moçambique" (GOUROU, 1970, p. 327). A comprovar esta situação atente-se nos seguintes valores: "Em 1960, mais de 80% do tráfico do porto da Beira era constituído pelo trânsito dos produtos exportados e importados pelas Rodésias, o Katanga e a Niassalândia" (BATTISTINI, 1967, p. 121); também em 1960, pelo porto de Lourenço Marques passava "(...) 47% do tráfico exterior do Transval" (BATTISTINI,

1967, p. 120); em 1973, as mercadorias importadas e exportadas pela África do Sul e pela Rodésia do Sul representavam 94% do total das que eram transportadas pelo sistema ferroviário moçambicano (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 12). As receitas provenientes da prestação de serviços ferro-portuários constituíam perto de 80% dos recursos em divisas da economia moçambicana, pelo que figuravam como um dos poucos factores a pesar positivamente na "(...) desfavorável balança comercial que Moçambique apresentava devido ao grande volume de importações" (CARLSON, 1967, p. 281). Por isso não é de estranhar que, sendo Moçambique um país que se alonga muito no sentido Sul-Norte, não tenha sido construída nenhuma via férrea neste sentido, de forma a ligar os dois principais centros económicos da colónia - as cidades de Lourenço Marques e Beira, servindo assim exclusivamente a economia do território. Esta dependência criava situações por vezes "bizarras", mas que não deixavam de revelar a sua verdadeira natureza; dentre muitos exemplos, pode citar-se o facto de as tarifas serem "(...) quase o dobro para as mercadorias e os passageiros de Moçambique do que para as mercadorias ou passageiros em trânsito (...)" (CASTRO, 1980, p. 266) para a África do Sul ou Rodésia do Sul, percorrendo distâncias muito maiores.

Um outro aspecto da dependência em relação ao regime de Pretória diz respeito à exportação de mão-de-obra barata para as minas sul-africanas, afectando muito particularmente a população a sul do rio Save, e para as Rodésias, que incidia

particularmente na população do centro do país. Este aspecto era regulado pela Convenção de 1909, renovada em 1928 com o nome de Acordo do Transval, que garantia "(...) o emprego dum forte contingente de moçambicanos; em troca, o Transval devia fazer passar pelo caminho de ferro e o porto de Lourenço Marques 50% do seu tráfico" (M'BOKOLO, 1985, p. 304)! Este acordo também especificava que, por cada trabalhador, a metrópole colonial recebia, directamente, uma parte significativa dos salários (60%) em ouro, a um preço fixo muito favorável (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 12; M'BOKOLO, 1985, p. 304). A importância económica desta mão-de-obra no estrangeiro fica bem expressa nos dados seguintes: segundo estatísticas oficiais de 1970, trabalhavam nas minas do "Rand" mais de 113.000 moçambicanos por ano (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 12); "(...) até à sua independência, o orçamento do território dependia em 20% do 'rendimento da mão-de-obra no estrangeiro' (...)" (M'BOKOLO, 1985, p. 304). Em função do Acordo do Transval estima-se que, entre 1946 e 1970, terão sido transferidas directamente para Lisboa cerca de 145,5 toneladas de ouro e, entre 1970 e 1973, perto de 1.916.126 onças ao preço fixo de US\$ 34,13 (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 17).

Mais do que qualquer outra actividade económica, os serviços ferro-portuários e a exportação de mão-de-obra eram os dois aspectos mais importantes da economia colonial de Moçambique, pois representavam três quartos do PNB (M'BOKOLO, 1985, p. 312). Esta dependência económica acentua-se mais a

partir de 1960, através "(...) da participação de capitais sul-africanos e ocidentais na construção da barragem de Cahora Bassa, destinada a alimentar a indústria sul-africana (...)" (M'BOKOLO, 1985, p. 304).

Note-se, no entanto, que, em termos regionais, estas duas actividades económicas apenas tinham impacto nas regiões entre o Zambeze e o Save e a sul deste último e mesmo assim em eixos Este-Oeste bem delimitados. Só muito recentemente é que o caminho de ferro e o porto de Nacala vieram a desempenhar um papel semelhante em relação ao Malawi, mas numa escala bastante menor.

b) A agricultura colonial: dois sistemas antagónicos

Colónia de prestação de serviços, era no entanto a agricultura que ocupava a grande maioria da população activa (mais de 75%).

Com a finalidade de obter, para seu proveito, produtos tropicais de exportação, o regime colonial veio introduzir, no espaço agrícola tradicional, um novo sistema agrícola, o de plantação, entregue, em concessão, a capitais estrangeiros e portugueses e que se desenvolve pela expropriação das melhores terras pertencentes aos camponeses moçambicanos. Surgem assim dois tipos de agricultura logo antagónicos à partida, o que veio provocar profundas modificações e quebras

na organização e produção agrícolas pré-existentes.

A agricultura tradicional fazia-se com tecnologias e instrumentos rudimentares "(...)" e sob a influência mínima de fatores estranhos ao seu meio" (CARVALHO, 1969, p. 13). Por isso, a produtividade era muito baixa, mas mostrava "(...)" uma notável adaptação às condições do meio" (CARVALHO, 1969, p. 13). Durante todo o período colonial foram poucas as alterações introduzidas neste sistema agrícola mas, em contrapartida, foi forte a pressão sobre ele exercida "(...)" no sentido de fornecer excedentes comerciáveis aos colonialistas "(...)" (CASTRO, 1980, p. 274), em produtos de exportação, o que levou a frequentes e graves faltas de produtos alimentares. As culturas impostas aos camponeses foram, na realidade, um dos aspectos mais violentos da política agrária colonial, pois "(...)" em vastas zonas, dadas em concessão a uma empresa europeia, os agricultores africanos são imensamente explorados, a um ponto tal que muitas vezes várias centenas de pessoas morrem de fome, devido à impossibilidade de cultivarem produtos alimentares" (CASTRO, 1980, p. 273). Na realidade, em particular a cultura forçada do algodão (em 1941 também foi imposta a do arroz) veio, em muitas áreas do país, arruinar as já de si débeis estruturas da agricultura familiar, porque o esforço e o tempo exigidos por aquela não deixavam o tempo suficiente para cultivar o milho, a mandioca, o feijão, artigos alimentares necessários para a subsistência da família. Esta situação levou a que, por exemplo, "em 1951, na região algodoeira de

Mogovolas morressem de fome (...) 3.000 a 4.000 pessoas" (CASTRO, 1980, p. 286 e 287). As culturas compulsivas do algodão e do arroz localizaram-se fundamentalmente em Nampula, na Zambézia e em Inhambane.

Na agricultura familiar, os excedentes comercializáveis nunca ultrapassavam os 15 a 20% no máximo. Isto levava a uma situação que se manteve até à independência, e que Armando de Castro sintetiza muito bem ao afirmar que "(...) o rendimento assim fornecido (...) não deve garantir (...) um rendimento superior a cerca de 120\$00 ou 150\$00 por ano (4 a 5 dólares) (...) e é no excedente comercializável que os homens válidos maiores de 16 anos devem obter o dinheiro para pagar o imposto pessoal, 300\$00 por ano, em média. Muitos deles só o liquidaram após o regresso do "Rand". Quando não o podem fazer, são enviados para as roças de S. Tomé e Príncipe" (CASTRO, 1980, p. 279 e 280). Mas não era apenas nas minas da África do Sul que os camponeses procuravam o dinheiro necessário para o imposto e para adquirirem artigos de primeira necessidade, como a roupa, o sabão, etc.; o objetivo era o de criar as condições necessárias que obrigassem os homens a oferecerem a sua força de trabalho às plantações e empresas agrícolas em troca de vencimentos muito baixos. Segundo dados de 1952/53, nessa altura trabalhavam nas plantações mais de 115.000 moçambicanos recebendo, em média, 4800 diários por trabalhador.

A produção das plantações e das médias empresas agrícolas dos colonos, além de ser orientada para a exportação (algodão, açúcar, sisal, copra), também fornecia a débil indústria da colónia (arroz, algodão). As plantações ocupavam extensas áreas que, como já atrás foi referido, eram expropriadas aos moçambicanos, mas apenas cultivadas numa reduzida parte. Armando de Castro refere que em 1953 "(...) haveria 1.542 explorações agrícolas (...) com a superfície total de 1.364.427 hectares, mas só eram cultivados 303.507 (...)" (CASTRO, 1980, p. 283); também Pierre Gourou se refere ao mesmo problema para a década de 60, indicando que "(...) 2.500 explorações europeias detinham 1.600.000 hectares, dos quais 300 ou 400.000 efectivamente cultivados (...)" (GOUROU, 1970, p. 330). Em vésperas da independência, os colonos exploravam cerca de 4.500 propriedades agrícolas, que ocupavam 49% da terra cultivada, enquanto as cerca de 1.700.000 pequenas explorações familiares detinham 50% (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 11).

A agricultura de plantação, assim como as propriedades médias, utilizavam uma tecnologia mais desenvolvida, mas por vezes pouco adaptada aos solos tropicais, levando à sua rápida degradação. A produtividade era, no entanto, baixa e utilizava-se quase sempre compulsivamente mão-de-obra constituída pelos camponeses da agricultura familiar. O "sistema de contrato" foi largamente aplicado na agricultura colonial de Moçambique, transformando-se numa fonte fácil de riqueza para alguns quadros administrativos coloniais e para

as empresas, e de miséria para os camponeses; os salários pagos aos "contratados" no final da década de 50 "(...) oscilam geralmente entre 2\$00 e 3\$00 por dia, mais a alimentação e o uniforme: segundo cálculos aproximados (em que se incluem as comissões pagas aos contratadores e as 'luvas'), os proprietários das plantações gastam diariamente cerca de 5\$00 por cada trabalhador" (CASTRO, 1980, p. 283). De notar que a alimentação era constituída por um pouto de farinha de milho de má qualidade e peixe seco, enquanto o uniforme constava de um calção e uma camisa. Esta situação pouco se alterou durante a década de 60, tomando apenas formas menos flagrantes.

A importância da agricultura tropical é realçada por diversos investigadores, entre os quais Pierre Gourou que afirma que "o desenvolvimento agrícola é a condição primordial do desenvolvimento tropical: agricultura primeiro, o resto seguir-se-á, se o arranque agrícola tem sucesso" (GOUROU, 1983, p. 415). Ora a agricultura moçambicana, com dois sistemas antagónicos, estava muito limitada, não podendo, por isso, contribuir devidamente para o desenvolvimento do país.

c) Um desenvolvimento industrial incipiente

"Conquanto o desenvolvimento industrial de Moçambique não apresente ainda lugar de evidência no panorama económico (...) " (MONOGRAFIA DE MOÇAMBIQUE, 1971, p. 142): estas pa-

lavras, divulgadas por uma instituição fortemente ligada ao regime colonial, são reveladoras do estado de atraso industrial que na altura prevalecia e que pouco se alterou no início da década de 70. Na realidade, pode afirmar-se que Moçambique se encontrava, em vésperas da Independência, numa fase pouco diferente da pré-industrial. É verdade que, "(...) num país colonial (...) cuja exploração está nas mãos de uma potência atrasada, só se pode encontrar uma estrutura colonial agravada (...)" (CASTRO, 1980, p. 297). Porque Portugal era economicamente dependente e a sua indústria também enfrentava graves problemas de desenvolvimento, não estava em condições de, por si, desenvolver uma política de transplantação industrial. Mas, ao contrário do que sucedeu com o sector de serviços ferro-portuários e mesmo com algumas empresas do sector agrário, não permitiu que capitais doutros países fossem investidos na industrialização de Moçambique, talvez com a intenção de proteger a indústria portuguesa com o fornecimento, a preços vantajosos, de matérias-primas, em particular agrícolas.

A indústria existente limitava-se a pequenas unidades com uma grande dependência da importação de matérias-primas e de produtos semi-acabados, e que não passavam de sucursais de empresas portuguesas. Esta situação é bem caracterizada por Gunder Frank, quando diz que "(...) a firma estrangeira ou consórcia, contribuindo com pouco capital, (...), inaugura primeiro (...) novas instalações, mas que não servem para produzir equipamento importante para a industria-

lização contínua da economia, mas para produzir pasta de dentes ou milhares de outros bens e utilidades de consumo (...). Durante este processo, os países subdesenvolvidos pagam fortunas pelo 'ingrediente secreto' da pasta de dentes ou da coca-cola, ou pelos técnicos especializados estrangeiros necessários para produzir estas comodidades 'industriais' (...)" (GUNDER FRANK, s/d, p.96 e 97). Esta era a realidade da indústria alimentar e de bebidas, duma parte da indústria têxtil, da metalo-mecânica e outras, que funcionavam com base em matérias-primas e produtos semi-acabados, importados na totalidade ou na sua grande maioria. Como exemplos, podem citar-se a indústria de iacticínios existente em Lourenço Marques, que apenas se limitava a embalar a manteiga e o queijo importados a granel, em recipientes também vindos do exterior; a cerveja, preparada com produtos importados na totalidade; algumas empresas têxteis, que laboravam tecidos vindos doutros países.

Ligadas à cultura de produtos agrícolas, como o algodão, o cajú, a cana sacarina e o sisal, surgiram algumas unidades industriais, geralmente de primeira elaboração, que tinham como objectivo primeiro a exportação para a indústria da metrópole colonial (fábricas de descaroçamento de algodão e de descasque da castanha de cajú).

A indústria extractiva circunscrevia-se à exploração do carvão em Moatize e de outros reduzidos recursos na província da Zambézia. Este sector, nos últimos anos do regime coloni-

al (a partir de 1970), observou decréscimos sucessivos nas quantidades de minério extraído, particularmente no carvão, devido à precaridade das instalações e à maquinaria obsoleta.

Este último aspecto era comum a todas as unidades industriais que laboravam com máquinas importadas, quase sempre em segunda mão, e que, na maioria das vezes, nunca foram renovadas. Em 1975, as máquinas de algumas empresas açucareiras haviam sido adquiridas na década de 40.

Revelador da pouca importância económica desta incipiente "industrialização" é o facto de o mercado interno ser, na sua maior parte, abastecido por bens importados, mesmo dos sectores com unidades produtivas em Moçambique: em 1969 importaram-se tecido de algodão e vestuário de algodão no valor de 494.456 contos (MONOGRAFIA DE MOÇAMBIQUE, 1971, p. 152), apesar de em Moçambique se produzir e exportar algodão e existir uma indústria têxtil; em 1973 a importação de têxteis e vestuário foi de 1.072 mil contos e de 863 mil contos a de produtos alimentares (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 70).

O parque industrial também enfermava no aspecto da distribuição territorial, pois em 1973 cerca de 70% concentrava-se nas cidades de Lourenço Marques e Beira, centros que já detinham a quase totalidade das infraestruturas dos serviços ferro-portuários (ver mapa da fig. 2).

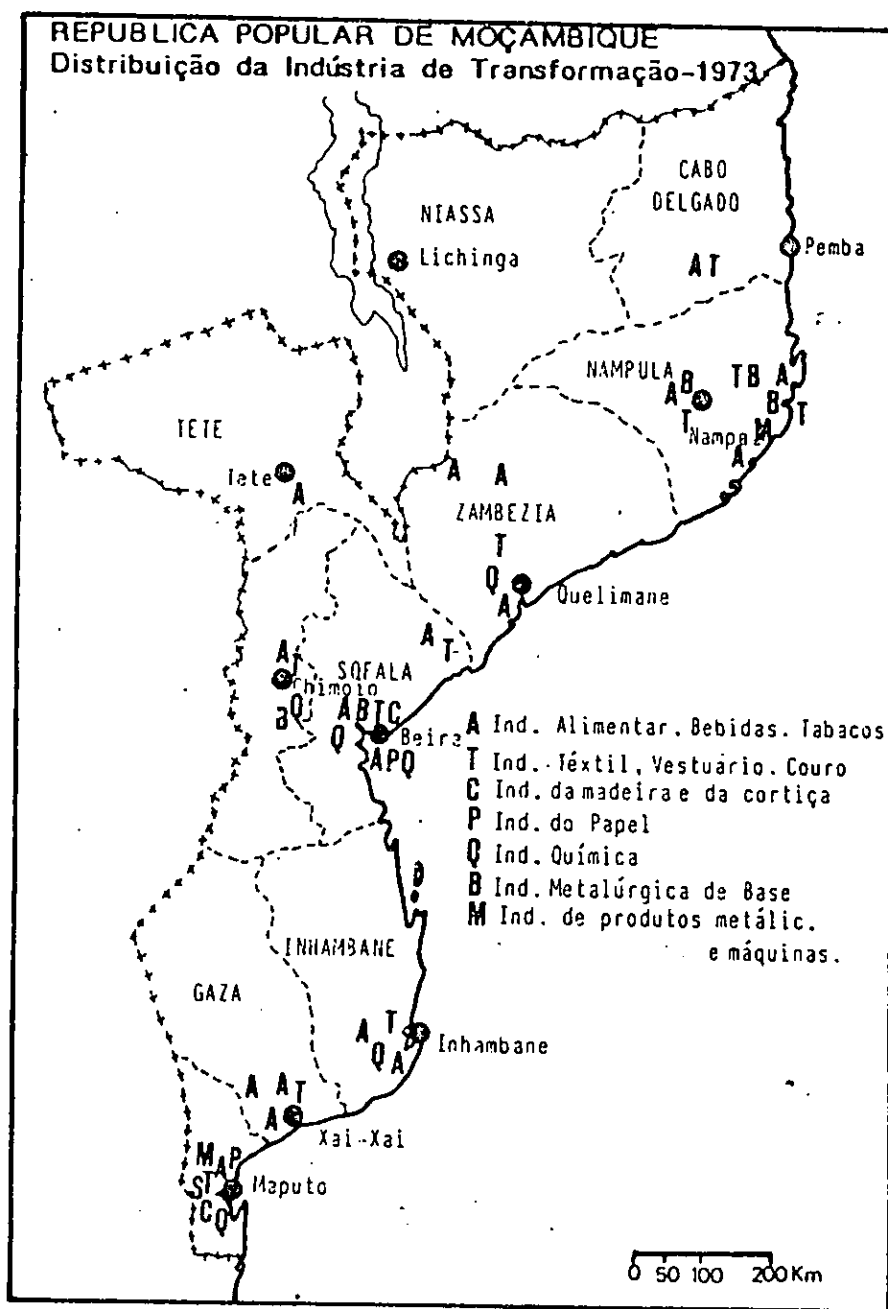


Fig. 2

M. Araújo - 1987

Uma consequência desta actividade industrial reside no facto de ela não ter formado um verdadeiro proletariado moçambicano, não só pela sua incipiência, mas também porque todos os operários especializados e a maioria dos semi-especializados eram portugueses, ficando reservados para os trabalhadores negros lugares subalternos (serventes, ajudantes, etc.), que não exigiam aptidões especiais e os deixavam muito ligados ao campo, onde a família permanecia a trabalhar, para equilibrar o fraco rendimento familiar.

d) Balança de pagamentos deficitária

Como se pôde observar nas páginas anteriores, durante o período colonial, a situação económica moçambicana era caracterizada, segundo as próprias autoridades coloniais, por "(...) uma forte dependência do exterior, traduzida pela necessidade de importar, praticamente, todos os bens de equipamento e uma parte muito considerável de bens de consumo destinados à satisfação das necessidades primárias (alimentação e vestuário) e de exportar produtos primários ou com pequeno grau de transformação industrial, cujas cotações são fortemente dominadas pelos interesses do mercado internacional, apresentando o comércio exterior saldos fortemente negativos" (IV PLANO DE FOMENTO 1973).

Na realidade, o comércio externo é tipicamente o de um país subdesenvolvido que apoiava as suas exportações "(...) so-

bre meia dúzia de matérias-primas agrícolas (...)" (CASTRO, 1980, p. 306). Basta uma rápida análise do quadro 4 para se constatar esta realidade; em 1965, seis produtos (cajú, algodão, açúcar, chá, sisal e copra) representaram 64,3% do valor total das exportações, e cerca de 45% da tonelagem; em 1973, os mesmos produtos totalizaram 66,1% do valor exportado.

Quadro 4 - Principais exportações de Moçambique entre 1965 e 1973

	1965		1968		1970		1973	
	mil contos	%	mil contos	%	mil contos	%	mil contos	%
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES	3106	100,0	4420	100,0	4497	100,0	5540	100,0
Algodão	553	17,8	630	14,3	739	16,4	1172	21,2
Amêndoa de cajú	111	3,6	360	8,1	464	10,3	1020	18,4
Castanha de cajú	492	15,8	698	15,8	404	9,0	206	3,7
Açúcar em rama	292	9,4	458	10,4	578	12,9	587	10,6
Chá	205	6,6	296	6,7	233	5,2	232	4,2
Copra	168	5,4	277	6,3	240	5,3	223	4,0
Sisal	492	15,8	698	15,8	404	9,0	206	3,7

Fonte: Informação Económica. Maputo, Comissão Nacional do Plano, 1984, p. 71.

No que respeita às importações (quadro 5), os artigos alimentares, bebidas, têxteis e vestuário representaram, em 1965 e 1973, respectivamente 35,3% e 21,2% do valor total. A este propósito pode citar-se, mais uma vez, Armando de Castro que refere que "(...) o exame das importações confir-

ma o estado de agudo subdesenvolvimento económico em que se encontra esta região de África (...) que exportou em 1956 22.677 toneladas de algodão por 308.821 contos, e importou neste mesmo ano 5.142 toneladas de tecidos confeccionados com uma parte do seu algodão por 339.805 contos" (CASTRO, 1980, p. 308). Observando-se o quadro verifica-se que, só em 1970, o valor das máquinas diversas (máquinas agrícolas, industriais e outras) ultrapassou o da importação de têxteis e vestuário.

Quadro 5 - Principais produtos de importação de Moçambique entre 1965 e 1973

	1965		1968		1970		1973	
	Mil contos	%	Mil contos	%	Mil contos	%	Mil contos	%
TOTAL	4984	100,0	6740	100,0	9363	100,0	11415	100,0
Produtos alimentares	501	10,1	612	9,1	721	7,7	863	7,6
Vinhos e enlatados	443	8,9	533	7,9	598	6,4	490	4,3
Têxteis e vestuário	817	16,4	1081	16,0	1080	11,5	1072	9,4
Petróleo e derivados	439	8,8	644	9,6	738	7,9	836	7,3
Químicos	334	6,7	444	6,6	656	7,0	1101	9,6
Metálicos	525	10,5	674	10,0	1055	11,3	1379	12,1
Máquinas diversas	691	13,9	1062	15,8	1821	19,4	3118	27,3
Material de transporte	617	12,4	787	11,7	1444	15,4	1533	13,4

Fonte: Informação económica. Maputo, Comissão Nacional do Plano, 1984, p. 70.



Em 1965 "Portugal absorve cerca de 40% das exportações totais de Moçambique e exporta para esta colónia perto de 30% do total; note-se, no entanto, que as percentagens não querem dizer que Moçambique tenha um saldo positivo nestas transacções visto que, na verdade, é o contrário que acontece (...)" (CASTRO, 1980, p. 308). Em 1973 Portugal ainda detinha a primazia das exportações moçambicanas, mas com um valor relativo menor (35,6%), enquanto no âmbito das importações havia sido ultrapassado pela África do Sul a quem pertenciam 20,3% do total, contra 19,2% de produtos portugueses (quadro 7).

O balanço exportações/importações manteve-se constantemente negativo, agravando-se de ano para ano (quadro 6). Enquanto em 1965 as exportações correspondiam a 62,3% das importações, em 1973 essa relação já era de apenas 48,5%.

Quadro 6 - Evolução global das exportações e importações da colónia de Moçambique no período 1965-1973
(valor em 10^6 escudos)

Ano (1)	Exportações (2)	Importações (3)	Saldo (4)	% (5) = (2) : (3)
1965	3106	4984	- 1878	62,3
1966	3223	5976	- 2753	53,9
1967	3500	5725	- 2225	61,1
1968	4420	6740	- 2320	65,6
1969	4081	7491	- 3410	54,5
1970	4497	9363	- 4866	48,0
1971	4613	9639	- 5026	47,8
1972	4768	8912	- 4144	53,5
1973	5540	11415	- 5875	48,5

Fonte: Informação económica. Maputo, Comissão Nacional do Plano, 1984, p. 69.

A balança de pagamentos de Moçambique, no período em análise, pode acompanhar-se pelo quadro 8. O saldo geral é deficitário ao longo de todo o período observado, sendo apenas atenuado pelas receitas provenientes dos transportes em trânsito, dos portos e da mão-de-obra emigrante.

Quadro 7 - Situação do comércio externo de Moçambique, por países, em 1973 (valor em 10^3 contos)

	Exportações		Importações		Saldo
	Valor	%	Valor	%	
África do Sul	-	-	2315,0	20,3	-
Portugal	1973,6	35,6	2195,3	19,2	- 221,7
R.F.A.	-	-	1538,5	13,5	-
França	-	-	955,2	8,4	-
Reino Unido	315,1	5,7	868,7	7,6	- 553,2
Japão	111,8	2,0	581,7	5,1	- 469,9
E.U.A.	752,6	13,6	555,9	4,9	+ 196,7
Itália	-	-	305,1	2,7	-
Suíça	-	-	274,5	2,4	-
Holanda	151,4	2,7	136,4	1,2	+ 15,0
Outros	2236,1	40,4	1689,0	14,7	+ 547,1
TOTAL	5540,6	100,0	11415,3	100,0	- 5874,7

Fonte: Informação estatística 1975-1984. Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985, p. 94 e 95.

Quadro 8 - Evolução da balança de pagamentos de Moçambique
(valor em 10⁶ escudos)

Anos	Saldo geral	Mercadorias	Invisíveis	Capitais
1965	- 854	- 1878	+ 1416	- 392
1966	- 1376	- 2753	+ 1577	- 200
1967	- 604	- 2225	+ 1960	- 339
1968	- 737	- 2320	+ 2284	- 701
1969	- 1601	- 3410	+ 1971	- 162
1970	- 2476	- 4866	+ 2641	- 251
1971	- 1665	- 5026	+ 3101	+ 260
1972	- 732	- 4144	+ 3435	- 23

Fonte: Elaborado com base em dados de "Informação económica.
Maputo, Comissão Nacional do Plano, 1984".

e) Aspectos mais marcantes da situação social anterior à in-
dependência nacional

Se a situação económica se apresentava muito degradada, não era menos difícil a situação social. Vários indicadores demonstrativos podem ser analisados; neste trabalho apenas serão apresentados, de forma breve, alguns dos que se afiguram mais importantes e ligados ao tema tratado, como sejam: a educação; a saúde; as condições de habitação.

Em 1975, a taxa geral de analfabetismo era de 93% entre a população com 7 anos e mais, enquanto dos 3.800 estudantes do ensino superior apenas 40 (1,05%) eram moçambicanos negros (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p, 18). Em 1970, menos de 0,1% de moçambicanos negros possuíam habilitações superiores à quarta classe (quadro 9).

Quadro 9 - Níveis de instrução e sua percentagem em relação à população em idade escolar em 1970

	"Africanos"		"Não africanos"(1)	
	Nº	%(2)	Nº	%(2)
4ª classe	50.000	0,77	55.800	30,0
5ª e 6ª classes	2.000	0,03	558	0,9
7ª a 11ª classes (liceu)	500	0,01	18.600	10,0
Curso profissional	1.350	0,02	13.020	7,0
Magistério primário	1.025	0,02	1.488	0,8
Curso eclesiástico	100	0,00	588	0,3
Curso superior	10	0,00	3.720	2,0
TOTAL	54.985	0,85	93.774	51,0

(1) - As estatísticas coloniais consideravam "não africanos" os brancos, indianos, chineses, mulatos e negros assimilados; também eram designados por "não autóctones".

(2) - A percentagem foi calculada em relação à população com mais de 6 anos em cada grupo.

Fonte: Informação económica. Maputo, Comissão Nacional do Plano, 1984, p. 72.

Os números são bem elucidativos da discriminação existente a nível da educação. É conhecida a separação que se estabelecia entre o ensino oficial (ministrado em escolas públicas e privadas) destinado às crianças "não africanas" ou "não autóctones" (brancas, mulatas, indianas, chinesas e negras assimiladas) e o ensino "indígena" (teoricamente abolido nos últimos anos do regime colonial) para os "africanos" ou "autóctones" e que era ministrado nas escolas rurais e missionárias. "Os dados oficiais indicavam para 1955 o nú-

mero de 251.600 crianças frequentando as escolas missionárias. Só 7.500 passaram nos exames (...). No mesmo ano, nas escolas públicas do Estado, para as populações não autóctones (...) havia 15.000 crianças, das quais 8.600 passaram nos exames" (CASTRO, 1980, p. 331). Estes números, além de revelarem a discriminação praticada, mostram claramente o fraco aproveitamento em qualquer dos tipos de ensino, mas muito mais pronunciado no "indígena". Um documento da Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica - Moçambique, intitulado "Diagnóstico da situação económica e social - 1971", refere que em 1967, no então distrito de Moçambique (actual província de Nampula), com uma população de 1.621.000 habitantes, apenas 765 concluíram a quarta classe (0,05%), enquanto no distrito de Lourenço Marques (actual cidade e província de Maputo), com 647.000 habitantes, o número foi de 2.631 (0,4%) (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 72). Deve chamar-se a atenção para o facto de ser em Lourenço Marques que se encontrava a maioria da população branca. O mesmo documento indica ainda que 66% do total de alunos do ensino secundário estavam concentrados nas cidades de Lourenço Marques e Beira, mencionando que os "africanos" apareciam em proporções muito reduzidas em relação ao total: escolas comerciais e industriais - 17,02%; liceus - 10,57%; institutos comerciais e industriais - 2,93%; universidade - 0,81%. De notar que, como escreve Grove, "a proporção de crianças nas escolas é menor que na maior parte de África (...)" (GROVE, 1967, p. 226). Esta realidade, com pequenas variações numéricas e qualitativas, manteve-se até 1975,

apesar de se ter procurado, nos últimos anos, dar às escolas uma "cor" mais moçambicana.

No que respeita à saúde, nela se encontram as mesmas marcas de discriminação e de baixa qualidade. A cobertura sanitária era muito pobre e concentrada essencialmente nos grandes centros urbanos. Nas unidades sanitárias existiam as enfermarias e maternidades para "indígenas" onde era prestada uma assistência de muito baixa qualidade. Em 1973 havia apenas 1 médico para 17.349 habitantes, média que está longe de reflectir a realidade, pois mais de 50% dos clínicos estavam concentrados na cidade de Lourenço Marques. Em 1975, ano da independência nacional, o país tinha apenas 171 médicos, o que significava uma relação de cerca de 1/50.000.

No que respeita à situação da habitação, em 1970 91,8% das famílias moçambicanas viviam em casas construídas de materiais precários (paus, caniço e madeira) e apenas 6,5% possuíam um lar feito de tijolo e cimento, 20% das quais na cidade de Lourenço Marques (1º RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, 1983). Mesmo a nível urbano, esta situação era bastante má, pois na cidade de Lourenço Marques, somente 29,8% das famílias moravam em casas de tijolo e cimento (fig. 3). As famílias que, também em 1970, possuíam água canalizada dentro de casa não representavam mais que 3,1% do total das residentes em Moçambique, enquanto apenas 2,8% possuíam habitações com instalação eléctrica (1º RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, 1983).

Os valores aqui apresentados são suficientes para se poderem avaliar as difíceis condições de vida da absoluta maioria da população moçambicana, que não só se via explorada economicamente, mas também era discriminada socialmente.

5.2. Um caminho de recuperação difícil. Análise do período pós-independência

Pela breve exposição feita nas páginas anteriores pode ficar-se com uma ideia das dificuldades que a jovem Nação tem de enfrentar para reconstruir o país, edificando uma base sócio-económica que lhe permita sair da situação de grave subdesenvolvimento em que se encontra. Se é verdade que a luta pela conquista da independência nacional foi dura e longa, a luta mais difícil e mais prolongada começava com as tarefas que se punham de imediato e com absoluta prioridade no âmbito do "combate à miséria, à fome, à nudez e ao analfabetismo". Tarefa deveras complexa para uma Nação em formação, que herdou estruturas económicas e sociais completamente distorcidas. Assim, não se punha apenas a necessidade de desenvolver, mas também a de operar profundas e amplas transformações em todos os domínios. Este trabalho, já de si muito difícil, foi agravado, no período de 1975/77, com o êxodo maciço e repentino de gestores e técnicos e, posteriormente, com as agressões armadas dos regimes da Rodésia do Sul e da África do Sul as quais, associadas com uma série sistemática e prolongada de calamidades naturais, destrui-

FIG. 3 - PORCENTAGEM DE FAMILIAS SEGUNDO O MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DA HABITAÇÃO, NA R.P.M. EM 1970 E 1980

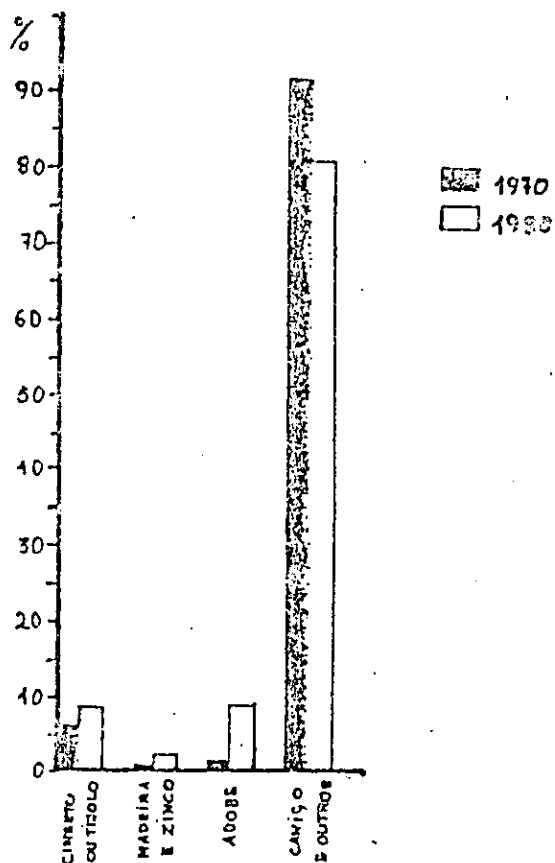
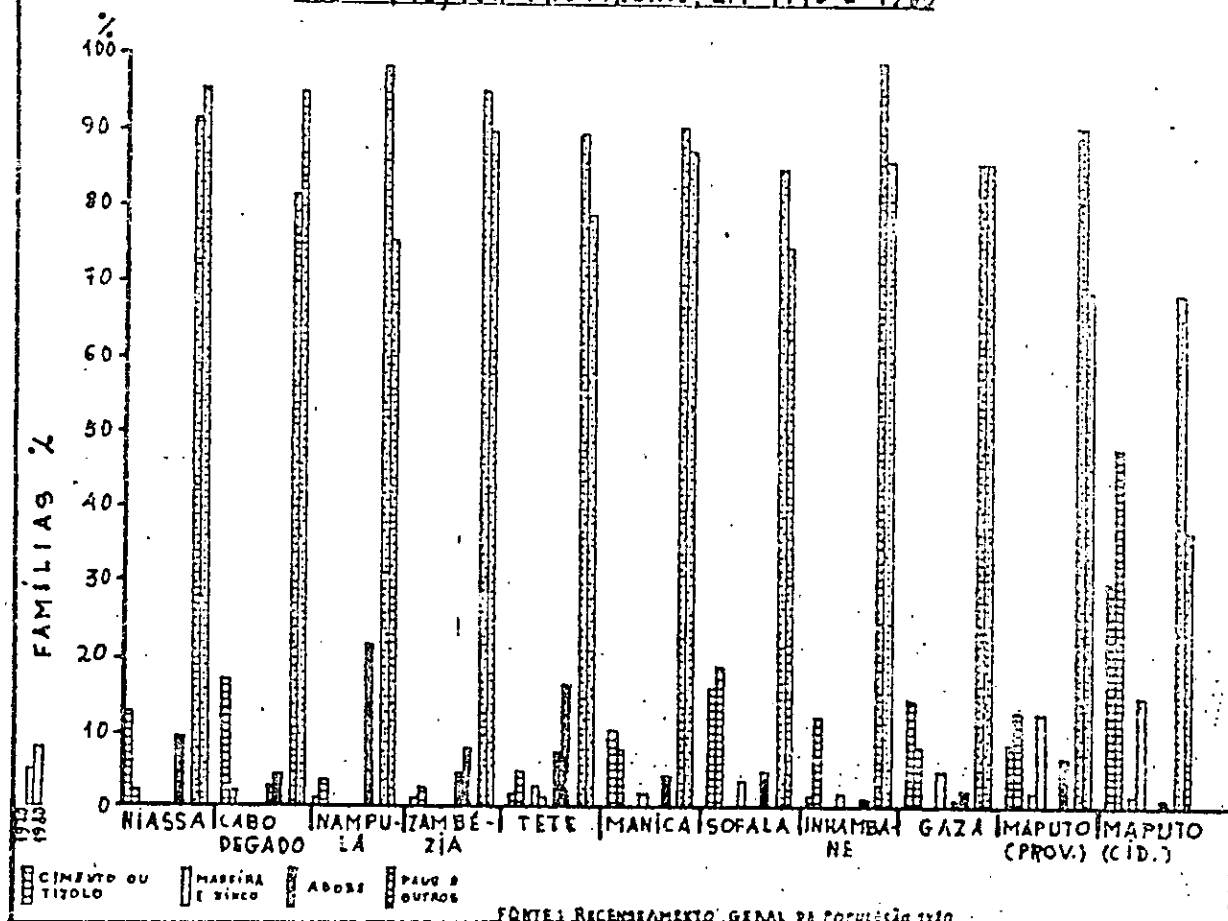


FIG. 4 - FAMILIAS SEGUNDO O MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DA HABITAÇÃO, POR PROVINCIAS, EM 1970 E 1980



FONTE: RECBENHEIRO GERAL DA CONSTRUÇÃO 1970

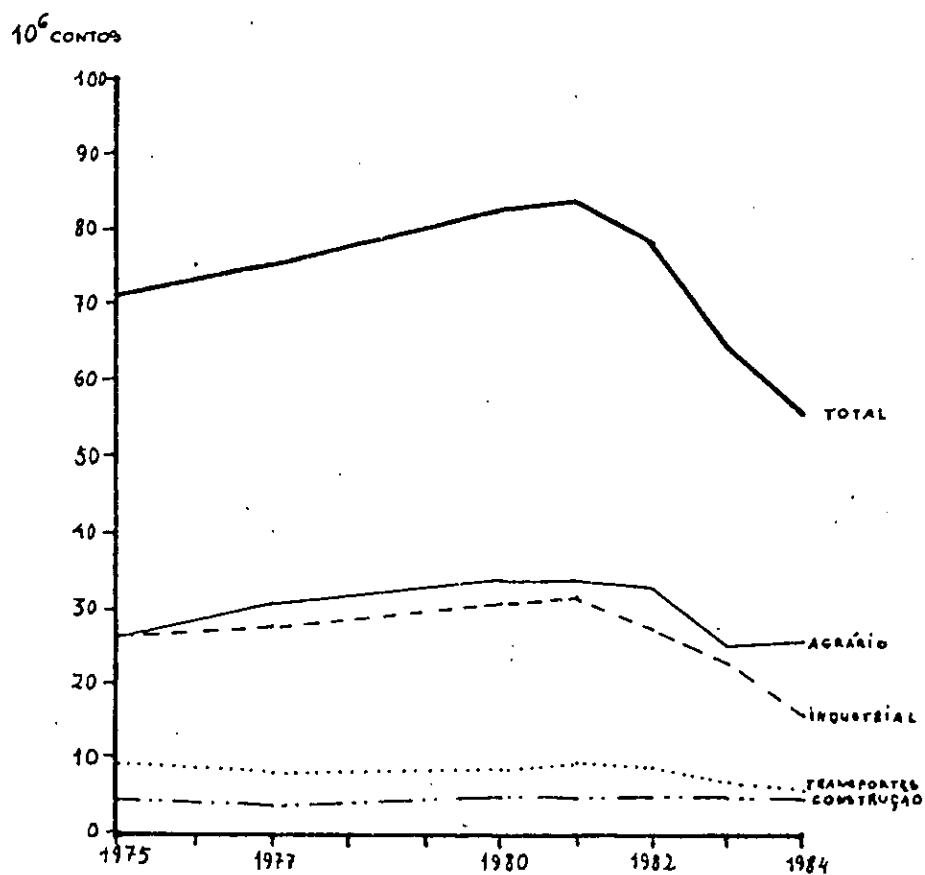
ram muitas das infraestruturas existentes. Nestas condições, a principal preocupação do Governo da República Popular de Moçambique, até 1977, foi apenas manter em funcionamento, na medida do possível, as estruturas económicas, a fim de evitar o colapso absoluto e a perda total das poucas infraestruturas que havia. Para isso, o Estado teve a necessidade de intervir directamente em dezenas de empresas agrícolas, pecuárias, industriais e até comerciais, que haviam sido abandonadas, e mesmo sabotadas, pelos seus proprietários estrangeiros. Este objectivo, no essencial, foi alcançado, mas criou grandes dificuldades ao Governo pois, a partir de certa altura, teve que dispersar os seus esforços e os poucos quadros de que dispunha por uma série de pequenas empresas, muitas delas não produtivas, por vezes em prejuízo dos sectores fundamentais da produção. Esta situação foi mais tarde corrigida para que o Estado pudesse investir os poucos recursos disponíveis em sectores essenciais para a economia.

A partir de 1977, o Governo passou a contar com uma estratégia e um programa de desenvolvimento, definidos pelo III Congresso da FRELIMO, os quais orientaram toda a política económica moçambicana, até à realização do IV Congresso em 1983. A implementação das linhas estratégicas definidas nem sempre foi correctamente aplicada, assistindo-se a desvios que tiveram repercussões directas na evolução sócio-económica.

Entre 1977 e 1981 verifica-se uma tendência positiva na evolução dos níveis gerais da produção de bens e serviços, tendo-se registado um crescimento do PIB de cerca de 11% no conjunto das diferentes actividades económicas e sociais (INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984, 1985). A partir de 1982 observa-se uma quebra generalizada na produção, resultante dos efeitos acumulados das agressões e das calamidades naturais, a qual se traduziu, entre 1982 e 1983, num decréscimo do PIB de cerca de 10% (INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984, 1985). A figura 5 dá uma imagem da evolução do Produto Social Global entre 1975 e 1984, nela aparecendo, bem nítida, a regressão a que se assiste em 1982.

Sem se pretender ser exaustivo, far-se-á, em seguida, uma breve análise da evolução, após a independência nacional, dos sectores ferro-portuários, exportação de mão-de-obra, agrário, industrial e, por último, do sector social. Já atrás ficou expresso o papel que a prestação de serviços ferro-portuários tinha na economia moçambicana, pelo facto de serem linhas de penetração, tornando o sector muito dependente do exterior. Estes serviços continuam com actividades fortemente dependentes dos países vizinhos. Por isso fez-se sentir de maneira dramática a política do governo sul-africano, iniciada logo em 1975 e mantida até hoje, de desvio sistemático das suas mercadorias de importação e exportação do porto e da linha férrea de Maputo (quadro 10 e fig. 6), isto apesar de esta ser a via mais económica para os produtos da região do Transval oriental. Em 1982, o trá-

FIG. 5 - EVOLUÇÃO DO PRODUTO SOCIAL GLOBAL ENTRE 1975 E 1984
A PREÇOS CONSTANTES DE 1980



FONTE: INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984, MAPUTO, D.N.E., 1986. P. 38

fego de mercadorias importadas e exportadas pela África do Sul através do porto de Maputo corresponde apenas a 32% do verificado em 1973.

Quadro 10 - Evolução do tráfego internacional de mercadorias através dos portos moçambicanos

Ano ,	Total (2)		Porto de Maputo (1)	
	Tráfego (mil tons)	%	Tráfego (mil tons)	%
1975	13.806,8	100,0	5.638,5	100,0
1976	10.881,9	78,8	4.974,4	88,2
1977	9.422,4	68,2	4.248,2	75,3
1978	8.234,6	59,6	4.064,8	72,1
1979	9.696,2	70,2	4.155,2	73,7
1980	8.324,8	60,3	3.428,0	60,8
1981	7.684,1	55,7	3.023,9	53,6
1982	7.514,6	54,4	2.216,9	39,3
1983	5.248,3	38,0	1.100,0 (3)	19,5

(1) - Refere-se apenas ao tráfego da África do Sul.

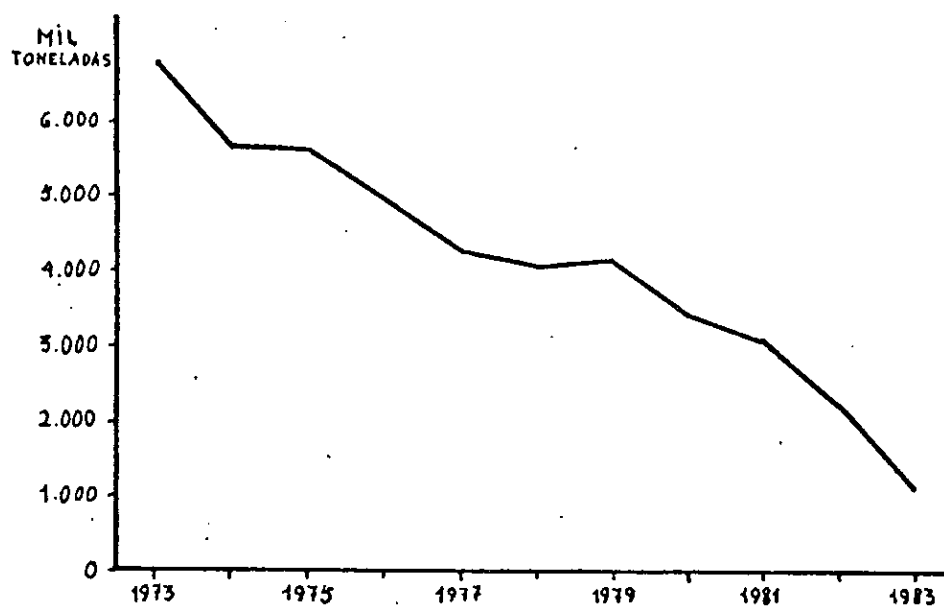
(2) - Inclui os portos de Maputo, Beira e Nacala.

(3) - Estimativa.

Fonte: Informação económica. Maputo, Comissão Nacional do Plano, 1984, p. 33.

Apesar de serem conhecidas as consequências económicas que daí adviriam para a economia nacional, o Governo moçambicano não hesitou em aplicar integralmente, em 1976, as sanções decretadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas contra a Rodésia do Sul, encerrando todas as fronteiras e proibindo todas as formas de comunicação e passagem pelo território e espaço aéreo moçambicano a quaisquer pessoas ou mer-

FIG. 6 - EVOLUÇÃO DO TRÁFICO SUL-AFRICANO
ATRAVÉS DO PORTO DE MAPUTO



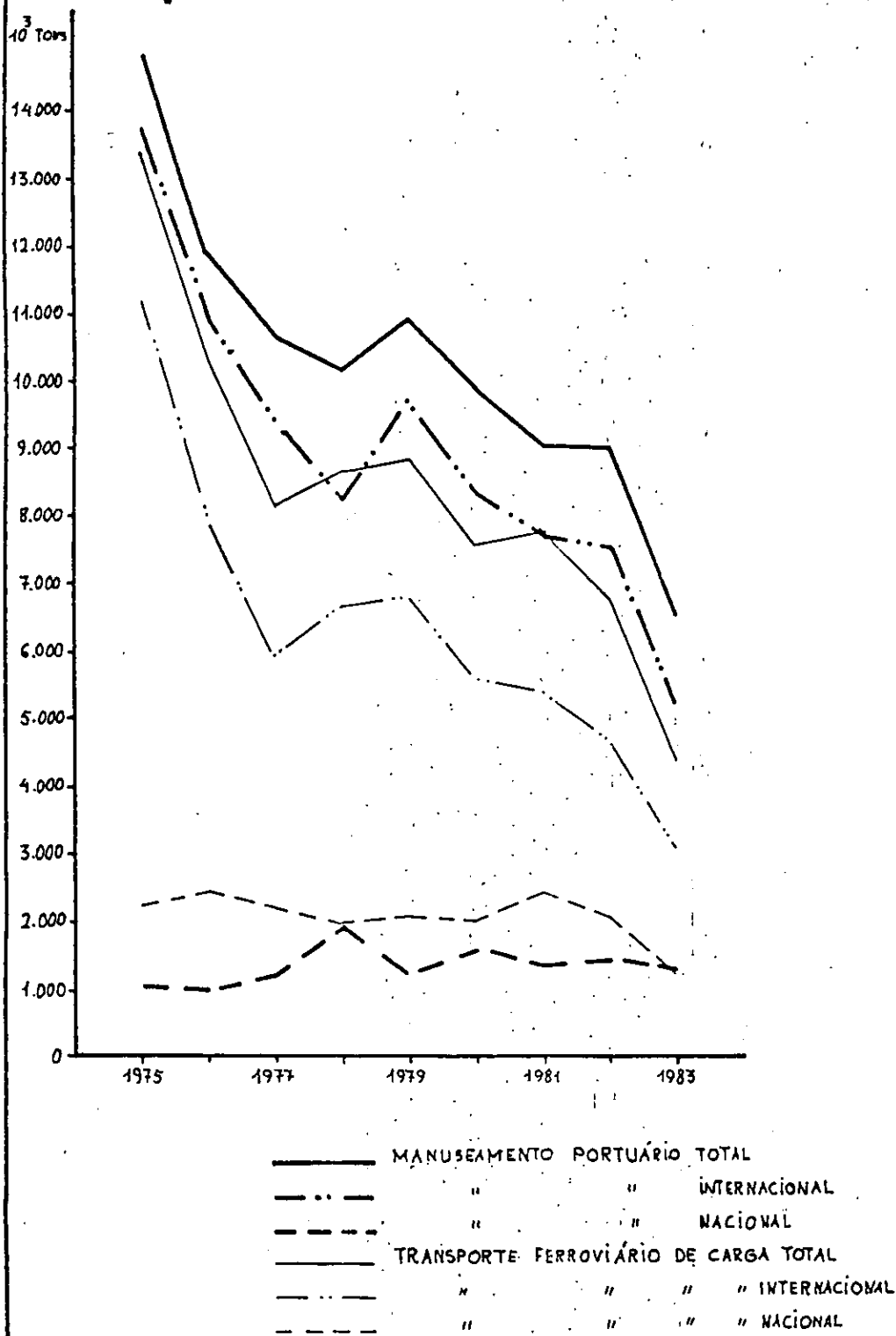
FONTE: INFORMAÇÃO ECONÓMICA, MAPUTO, C.N.P., 1984.

cadorias de ou para a Rodésia do Sul. Imediatamente, como era previsível, registaram-se reflexos nos eixos ferro-portuários do Sul e Centro (Maputo e Beira). A aplicação destas sanções trouxe para Moçambique perdas directas que totalizaram cerca de 510 milhões de dólares no período de 1976/80 (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 32).

A figura 7 mostra claramente a evolução do tráfego ferroviário de mercadorias, quer a nível nacional, quer internacional, assim como o peso deste último. Mesmo após a independência do Zimbabué, que pôs fim às sanções económicas acima referidas, o volume de carga não aumentou, pois manteve-se a política de desvio sul-africana e agravou-se a situação de agressões armadas contra Moçambique, as quais têm visado infraestruturas sócio-económicas e, muito em particular, as vias de comunicação. É assim que em 1983 o transporte ferroviário de carga representa apenas 32,5% da carga transportada em 1975, ao mesmo tempo que o manuseamento portuário é de 44,1% em relação ao mesmo ano (INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984, 1985, p. 62).

No âmbito duma política de cooperação regional dentro da SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), os nove países que a formam procuram recuperar e viabilizar as infraestruturas económicas existentes, de forma a tornarem-se menos dependentes da África do Sul. Neste sentido, a criação, dentro da SADCC, da SATCC (Conferência da Comissão dos Transportes e Comunicações da África

FIG. 7 - EVOLUÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA E DO MANUSEAMENTO PORTUÁRIO



Austral), com sede em Maputo, permitiu, a partir de 1981, a realização de diversas acções no sector ferro-portuário, das quais se destacam, em Moçambique: reabilitação de infraestruturas e o desenvolvimento do porto da Beira, em especial as terminais de carvão, de açúcar e de combustíveis; construção da terminal de Moatize, em Tete; instalação da terminal de contentores de Nacala; renovação da linha férrea Nacala/Malawi (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 26). Verifica-se pois que, herdando um sector ferro-portuário virado essencialmente para servir o "hinterland", Moçambique procura agora, dentro duma política de cooperação regional, novas vias de rentabilidade económica para os seus eixos ferroviários e portos, pondo-os ao serviço dos países da região, para quem constituem a via mais fácil e rápida de acesso ao mar.

Logo após a independência nacional, o regime de Pretória, dentro duma política de desestabilização para com os países recém-independentes da África Austral, iniciou uma redução drástica do número de trabalhadores moçambicanos nas minas do "Rand". Só entre 1975 e 1977 o número de operários moçambicanos na África do Sul foi reduzido em cerca de 45% (quadro 11). Este facto veio aumentar, de forma grave, o desemprego e o subemprego na região a sul do rio Save, pois não era possível, num espaço de tempo tão curto e mesmo nos anos seguintes, criar novos empregos para absorver um número de trabalhadores que se aproximava dos 70 mil. Esta situação ainda se agrava mais porque muitos deles estão há muito tempo desligados do trabalho agrícola, exigindo, por isso, em-

pregos no sector industrial. Assim se agravou o fluxo populacional em direcção à já congestionada cidade de Maputo.

Quadro 11 - Evolução do número de trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul (1)

Ano	Número	%
1975	118.030	100,0
1977	41.364	35,0
1980	45.824	38,8
1981	41.288	35,0
1982	45.491	38,5
1983	39.731	33,7

Fonte: Informação estatística. Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985, p. 35.

(1) - Consideram-se apenas os trabalhadores das minas filiadas e inscritas na WENELA.

Os números apresentados no quadro estão longe de representar a realidade, pois pensa-se que a quantidade de trabalhadores que migram clandestinamente para a África do Sul será idêntica, senão superior, à da migração oficial. Mas também aqueles movimentos foram afectados pela restrição imposta pelo regime de Pretória. Como é natural, esta situação repercutiu-se negativamente nas receitas provenientes da mão-de-obra no estrangeiro, referenciadas em páginas anteriores, e, segundo dados oficiais, cifrou-se em perdas da ordem de cerca de 568 milhões de dólares (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 35).

Outro aspecto saliente diz respeito ao facto de, em 1978, o governo sul-africano ter deixado unilateralmente de cumprir o Acordo do Transval. Isto significou que, a partir daquele ano, a África do Sul deixou de vender o ouro, correspondente ao número de trabalhadores, ao preço fixo pelo Acordo. Esta decisão representou um prejuízo, entre 1978 e 1982, estimado em perto de 2,6 mil milhões de dólares (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 35).

Imediatamente após a independência nacional, toda a terra é nacionalizada para dar cumprimento ao artigo 8 da Constituição que, complementado pela Lei de Terras, vem alterar radicalmente toda a estrutura agrária, como se pode ver no capítulo IV do presente estudo, constituída por empresas estatais, cooperativas agrícolas, empresas privadas e unidades familiares (machambas familiares).

O sector agrário é um dos que mais tem sentido os efeitos da estrutura herdada, das transformações operadas, dos efeitos desestabilizadores causados pelas agressões armadas movidas do exterior, das calamidades naturais, assim como da falta de quadros tecnicamente preparados que possam, da forma mais adequada, encontrar vias eficazes de aumento da produção e da produtividade, no âmbito da política de desenvolvimento definida para o país. No capítulo IV voltar-se-á a analisar, de forma mais detalhada, a situação da agricultura cooperativa e familiar, pelo que agora apenas serão abordados alguns dos aspectos mais gerais.

A evolução da produção agrária comercializada entre 1975 e 1984 tem tido altos e baixos mas, devido aos efeitos acumulados dos factores já referidos e muito em particular os relacionados com a situação militar e com as calamidades naturais, a tendência geral tem sido negativa, em especial a partir de 1981/82. Considerando a evolução da produção comercializada, naquele período, de quinze produtos seleccionados (INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984, 1985, p. 48), observou-se um decréscimo de 6,1% por ano. No entanto, entre 1977 e 1979 assiste-se a um período mais favorável, durante o qual se nota a recuperação dos valores da produção, que se traduziu num crescimento de 4,9% por ano. Deve notar-se que, durante a década de 70, o produto agrícola "per capita" na África sul-sahariana caiu em 1,4% por ano (WALTON, 1984, p. 13).

Na produção agrícola moçambicana, o sector familiar tem um papel considerável, pois em 1981 representava 41,5% do total de 21 produções, pertencendo às empresas estatais o maior peso relativo - 48,6% (fig. 9). É interessante observar, nos últimos anos, o crescimento do valor relativo da produção das empresas privadas, que de 7,4% em 1981, passou a 17,4% em 1984.

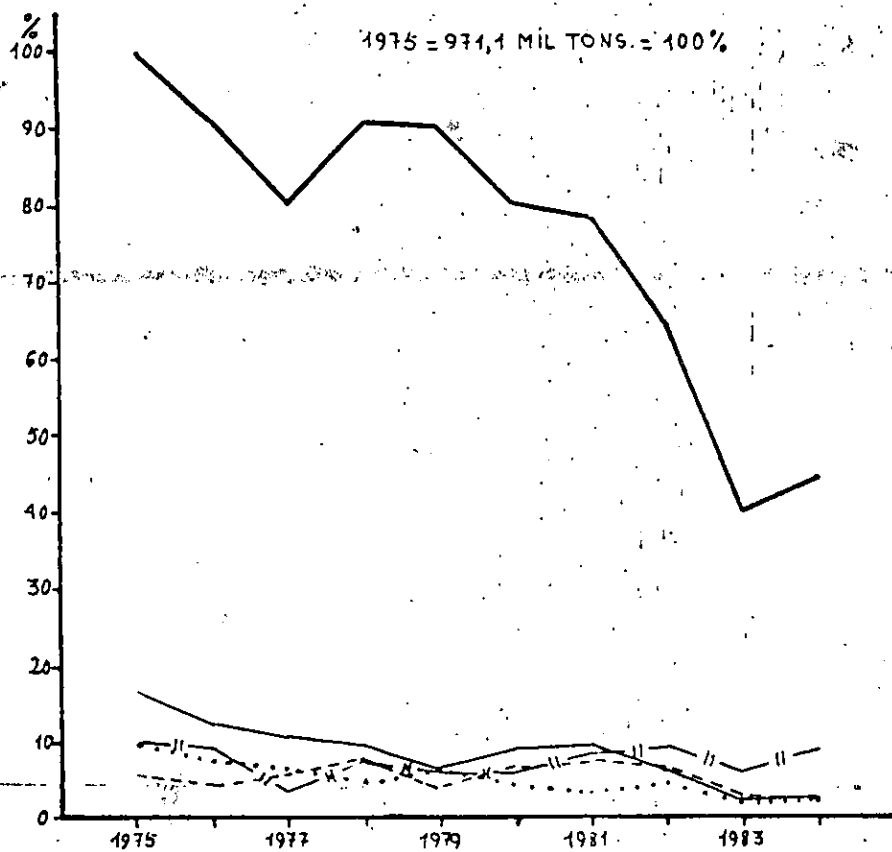
A agricultura foi seriamente afectada, como já se referiu, por uma série de calamidades naturais que atingiram quase todo o país e que, pela sua dimensão e consequências na produção, convém mencionar:

Quadro 12 - Evolução da produção agrícola comercializada para 15 produtos seleccionados
(10³ tons.)

PRODUTOS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
TOTAL	971,1	884,5	778,6	878,7	872,5	778,5	760,2	619,7	390,9	431,4
Castanha de cajú	160,0	120,0	102,0	90,0	62,6	87,6	90,1	57,0	18,1	25,3
Algodão caroço	52,0	36,8	52,0	72,4	36,8	64,9	73,7	60,7	24,7	19,7
Arroz	94,0	75,0	60,0	44,0	56,3	43,6	28,9	41,5	17,3	19,1
Milho	95,0	90,0	34,0	70,0	66,0	65,0	78,3	89,2	55,8	82,6
Girassol	8,0	7,0	10,0	7,0	4,8	11,8	12,1	10,8	7,3	5,0
Batata	40,0	30,0	15,0	25,0	15,2	9,0	13,9	9,4	8,3	3,1
Hortícolas	4,0	3,0	2,0	6,0	2,3	6,4	6,8	5,6	7,9	20,0
Feijão	14,8	14,0	14,0	10,1	13,0	9,6	14,9	6,9	4,7	3,5
Copra	50,4	72,0	48,0	60,0	51,0	37,1	54,4	36,6	30,7	24,8
Citrinos	34,0	30,0	25,0	38,6	39,0	37,3	36,7	38,1	33,5	24,6
Carne de bovino	14,7	10,6	11,0	7,0	8,3	8,3	7,8	7,2	5,8	4,7
Carne de suíno	2,3	1,0	0,4	2,0	2,6	3,3	3,9	3,7	1,8	1,1
Carne de frango	2,8	2,8	2,9	4,0	4,5	6,4	5,7	3,4	1,5	1,5
Chá-folha	59,1	67,3	77,3	67,6	86,0	90,2	99,2	109,7	51,1	59,8
Sisal-folha	340,0	325,0	325,0	375,0	424,1	298,0	233,8	139,9	122,4	136,6

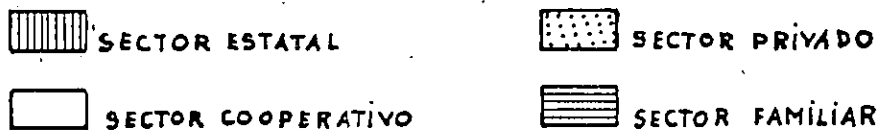
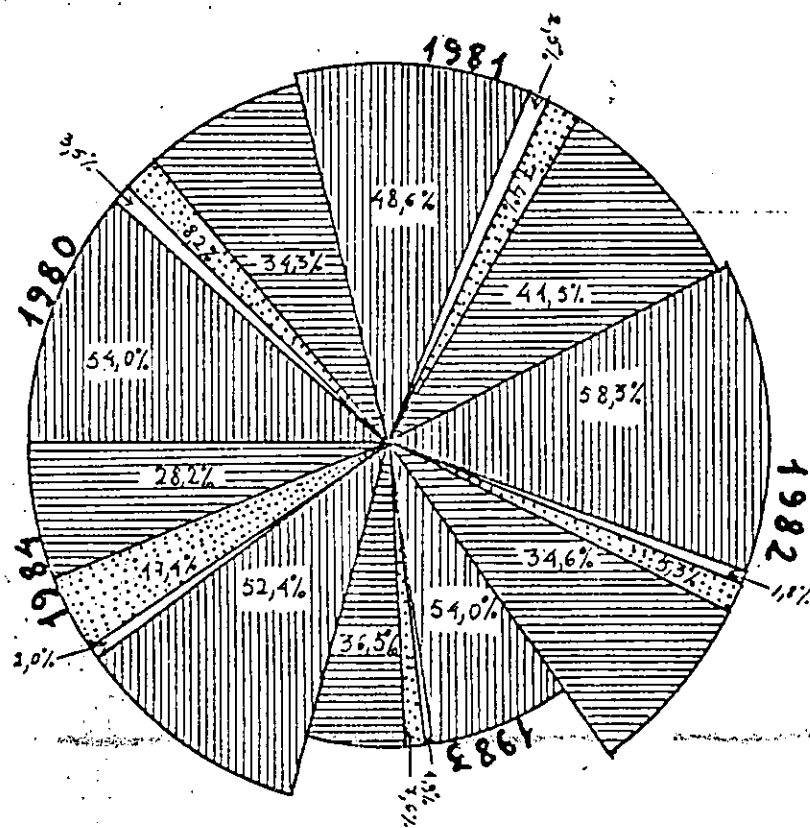
Fonte: Informação estatística 1975-1984. Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985,

FIG. 8 - EVOLUÇÃO RELATIVA DA PRODUÇÃO AGRÁRIA
COMERCIALIZADA DE 15 PRODUTOS SELECIONADOS.



— CURVA DO CONJUNTO DOS 15 PRODUTOS
— EVOLUÇÃO RELATIVA DA CASTANHA DE CASTO
- - - " " DO ALGODÃO CAROÇO
..... " " DO ARROZ
- - - " " DO MILHO

FIG. 9 - PRODUÇÃO AGRÁRIA POR SECTORES

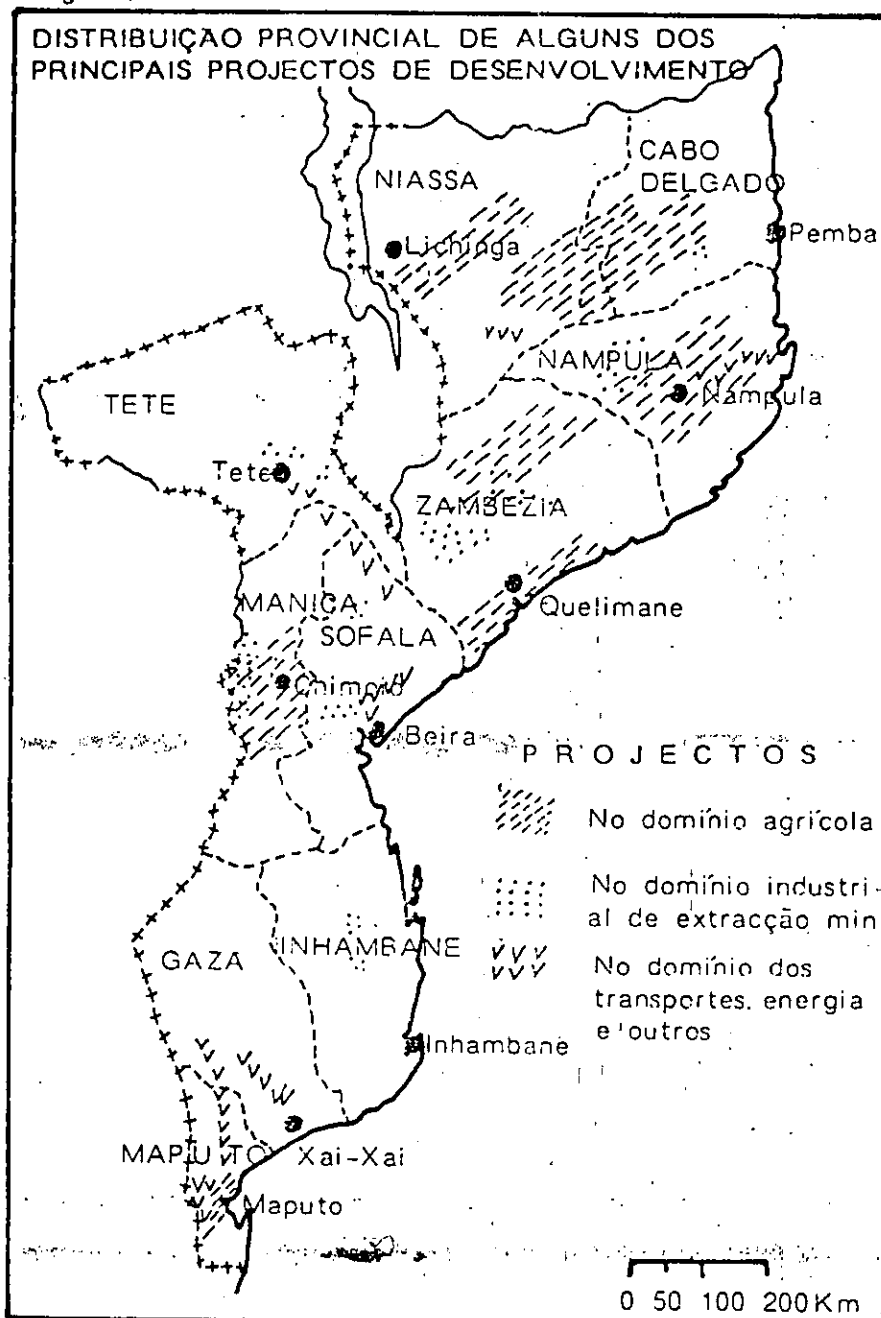


FONTE: INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984 - MAPUTO, D.N.E, 1985

- em 1977 as inundações dos rios Incomati e Limpopo, que afectaram todo o sul do Save, onde se concentravam 80% da produção de arroz, 20% da do açúcar e 70% dos efectivos bovinos do país. Os prejuízos directos foram calculados em perto de 34,1 milhões de US\$, o que correspondeu ao valor das importações de bens alimentares desse ano;
- em 1978 observaram-se as maiores cheias do rio Zambeze, que atingiram gravemente as províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia, tendo-se perdido todas as culturas do extenso vale deste rio, o que equivaleu a prejuízos correspondentes a 27% das importações de bens alimentares e cerca de 13% das exportações daquele ano (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 38);
- em 1979 a região norte do país foi atingida pelo ciclone Justine que destruiu muitas culturas, com incidência muito em particular sobre a produção de caju e copra;
- desde 1981, o Sul e o Centro do país (seis províncias) foram assolados por uma das secas mais intensas e prolongadas deste século, a qual acarretou graves problemas na produção agrícola, havendo áreas das províncias de Inhambane, Gaza, Manica e Tete que não produziram nada durante estes últimos anos. Pode referir-se, como exemplo, o facto de, na província de Inhambane, até os frutos silvestres terem desaparecido.

Atendendo ao seu contributo fundamental, a agricultura foi definida em Moçambique como base do desenvolvimento económico. Mas para isso torna-se necessário que se criem as infraestruturas indispensáveis que permitam minimizar os efeitos, por vezes catastróficos, das calamidades naturais. Só depois disso é que se poderá afirmar, como o faz Pierre Gourou, que "(...) as vias estão abertas ao desenvolvimento agrícola do mundo tropical" (GOUROU, 1983, p. 243). É um caminho difícil e longo, em especial para os países subdesenvolvidos, com uma economia dependente e onde faltam tanto os meios económicos, como os materiais e humanos. Moçambique tem desenvolvido grandes esforços no sentido de reabilitar a agricultura e de a modernizar, através da implementação de grandes e pequenos projectos, já em execução (fig. 10), os quais, logo que entrem em funcionamento, poderão modificar a panorâmica actual da produção neste sector. Entre os projectos existentes no domínio agrícola, podem citar-se: projecto agrícola de 400 mil hectares em Niassa e Cabo Delgado; projecto de algodão em Nampula; projecto de reabilitação do açúcar; programa integrado do chá; projecto agro-pecuário de Lioma, na Zambézia; projecto integrado da copra, na Zambézia; projecto de citrinos em Manica e Maputo; produção de cereais em Manica, Zambézia e Niassa; programa de zonas verdes de Maputo (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 51). É, no entanto, nos pequenos projectos que envolvem a agricultura familiar e cooperativa que se deve procurar a solução de partida e a mais curto

Fig. 10



Nota: A localização dos projectos no mapa não indica a localização exacta nem a dimensão. Apenas está indicada a sua localização provincial.

Fonte: Elaborado com base em "Informação Económica" - Maputo, 1984.

prazo para a grave situação que se vive de momento.

Se é certo que a agricultura deve constituir a base para o desenvolvimento económico, não é menos verdade que a indústria não pode ser negligenciada, porque lhe cabe um lugar insubstituível no desenvolvimento da própria agricultura. Neste sentido, é ainda Pierre Gourou que coloca a questão numa forma bastante correcta quando afirma que "a industrialização não deve ser negligenciada, mas deve vir em segundo plano, com excepção das indústrias ligadas directamente à agricultura. (...) somente uma agricultura generosa permitirá uma industrialização sólida e próspera" (GOUROU, 1983, p. 244).

Moçambique, tendo herdado uma indústria extremamente débil, distorcida e concentrada apenas em duas cidades, tem envidado esforços no sentido de desenvolver esta actividade económica e de a adaptar às necessidades e características do país. Logo após a conquista da independência nacional e até 1977, houve a preocupação de manter em funcionamento o parque industrial existente, apesar das dificuldades surgidas com as acções de sabotagem e com a fuga maciça de quadros deste sector. Este objectivo foi, em parte, conseguido, o que permitiu que, a partir de 1977, se passasse para uma nova fase, na qual se procurou elevar a produção industrial, aumentar o parque existente e descentralizar.

Entre 1977 e 1981, observá-se uma taxa de crescimento médio

anual do valor da produção bruta industrial de 3,4% (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 24). Este foi um período bastante favorável, mas não significa que se tenha alcançado uma produção suficiente para as necessidades do mercado interno que, de ano para ano, vem aumentando o seu poder aquisitivo, Como sucedeu na produção agrícola, também a produção industrial, a partir de 1981, entra numa fase crítica, assistindo-se a uma quebra acentuada do seu valor bruto, que em 1984 foi apenas de 49,2% em relação ao ano de 1981 (fig. 11). Isto equivale a uma taxa média anual negativa de 16,9%. Considerando, na globalidade, o período de 1975/84, a taxa média anual de variação do valor da produção bruta industrial foi de -4,6%. No entanto, essa evolução foi diferente de ramo para ramo (quadro 13), destacando-se o dos têxteis e do vestuário que, durante este período, apresentaram crescimento positivo no valor da sua produção.

Quadro 13 - Evolução da produção industrial em alguns ramos seleccionados, e do sector da pesca (em mil contos)

Ramo	1975	1976	1977	1979	1981	1982	1983	1984
Têxtil	1500	1400	1300	1708	1767	1524	1499	1560
Vestuário	-	-	1352	1400	1308	1370	1650	1890
Alimentar	7058	6786	6001	5612	6659	5604	4601	3713
Extracção	689	625	441	314	581	376	209	145
Pesca	1013	921	956	682	1662	1316	1326	1294

Fonte: Informação estatística 1975-1984. Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985, p. 58.

A grande quebra da produção industrial, assim como as gran-

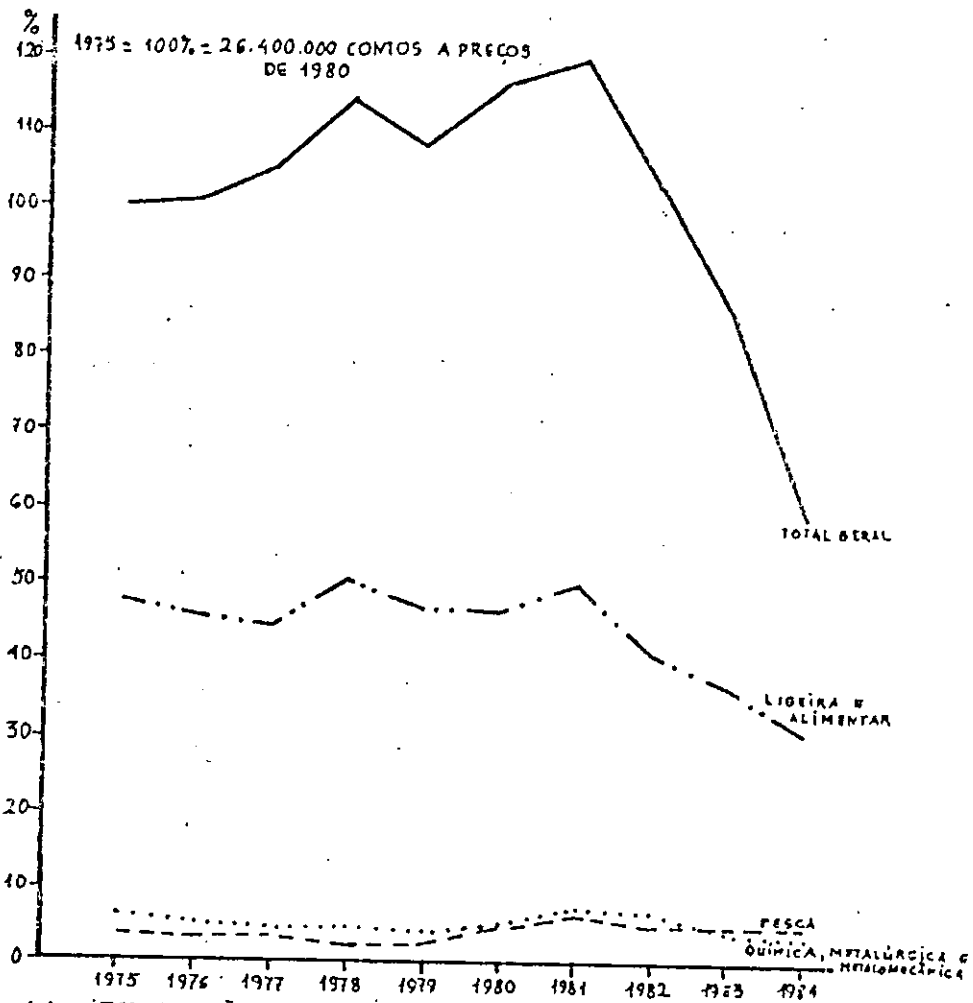


Fig. 11- EVOLUÇÃO RELATIVA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DA PESCA

FONTE: ELABORADO COM BASE EM "INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984". B.P.E., 1984.

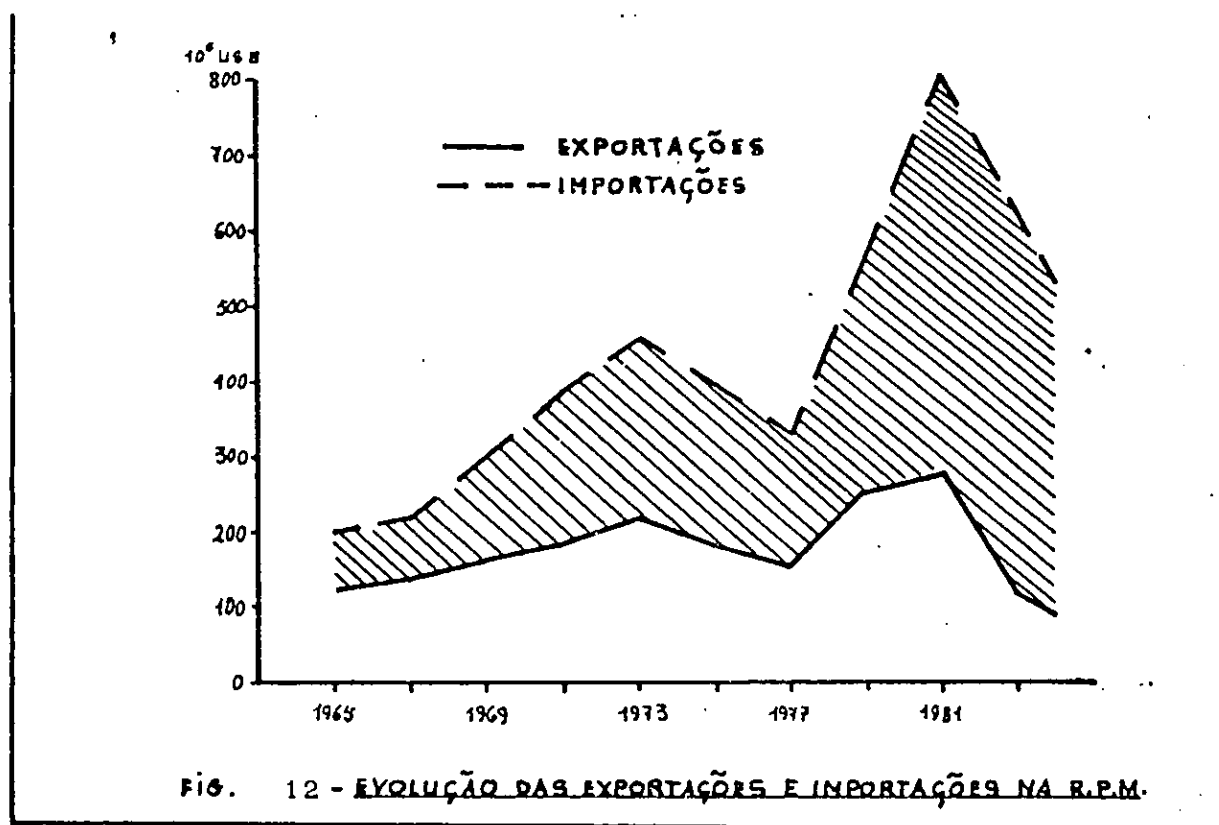
des oscilações observadas de ano para ano, são resultado não só da instabilidade vivida e provocada do exterior e da estrutura industrial herdada, mas também da má gestão dos ^{STOCKS} "stoks" de matérias-primas importadas, o que levou à paralização, por grandes períodos, de muitas unidades industriais, assim como ao facto de ter diminuído a captação de divisas, o que dificultou consideravelmente a importação das matérias-primas necessárias ao funcionamento da indústria.

A capacidade industrial instalada tem tido, ao longo destes anos, um ligeiro crescimento; do mesmo modo, está-se a observar um início de descentralização, com a criação de novas indústrias fora das cidades de Maputo e da Beira. Assim, já entraram em funcionamento fábricas têxteis em Nampula, Marracuene e Pemba, uma unidade de produção de pneus e outra de reparação naval em Maputo, e um complexo florestal em Manica. Outros projectos industriais se encontram em fase de montagem, tais como: as fábricas têxteis de Mocuba (Zambézia) e Montepuez (Cabo Delgado); programa florestal da Zambézia; pesca industrial; programa de extracção de tântalo; exploração de carvão a céu aberto (Tete) (fig. 10).

A pesca teve uma evolução positiva considerável, pois entre 1975 e 1984 observou-se um crescimento de 27,7% (3,1%/ano em média). Destacou-se a captura industrial de camarão e a pesca semi-industrial de peixe. Do total da produção bruta de pescado, 50% pertenceram ao sector artesanal, pondo assim em evidência a sua importância no ramo; as empresas estatais

e cooperativas contribuíram apenas com 13% do total, enquanto às empresas mistas pertenceram 33% e 5% a empresas privadas (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 26).

Considerando a situação e evolução agrária e industrial aqui descritas, fácil se torna compreender o agravamento da economia moçambicana no âmbito da economia mundial. A balança comercial global agravou-se substancialmente, em particular a partir de 1977 (fig. 12). Esta situação é resultante não apenas do aumento da diferença entre as quantidades e valores dos artigos importados e exportados, mas também do agravamento dos preços dos primeiros em relação aos outros, particularmente o petróleo e seus derivados; esta é uma realidade dramática para todos os países africanos não produtores de petróleo, pois se "(...) em 1970 para oito países africanos não produtores de petróleo, as importações de hidrocarbonetos representavam 4,4% das suas exportações e 1,3% do seu PIB, esses números passaram para 23,2% e 5,9% em 1980" (VENNETIER, 1984, p. 330). Por vezes, a importação de petróleo absorve perto de 50% do valor total das exportações de alguns países africanos, como sucedeu em 1979 na Tanzânia (VENNETIER, 1984, p. 330). A situação em Moçambique ainda é mais grave pois se, em 1975, a importação de crude e derivados representava 31,4% do valor das exportações, em 1982 absorveu 92,9% (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 29). É revelador o facto de que "(...) em 1975, uma tonelada de petróleo bruto custava o equivalente a 174 quilos de açúcar exportado. Em 1981, passou a equivaler a 639 quilos. Em com-



paração com o chá, em 1970 uma tonelada exportada permitia adquirir 82 toneladas de crude-oil; em 1981 a mesma tonelada de chá só permite importar 8 toneladas (...)" (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 28).

Em 1984, o valor das importações equivalia a 213,1% do de 1975, enquanto para as exportações esta relação era somente de 80,4%. Segundo dados publicados em "Informação estatística 1975-1984" da Direcção Nacional de Estatística, os bens de consumo (alimentares e outros) representavam, em 1984, cerca de 33,7% do valor total importado, enquanto aos bens de equipamento pertenciam apenas 17,3%. Esta situação é semelhante em toda a África, pois "(...) os países do continente importam cada vez mais produtos alimentares, (...). Em alguns (...) a importação de víveres chega a atingir 30% de todo o volume da importação" (GRAVILOV, 1981, p. 117). O quadro 14 e a figura 12 dão uma ideia clara da evolução das importações e exportações moçambicanas entre 1975 e 1984.

As exportações moçambicanas continuam a ser fundamentalmente agrícolas, mas têm sentido, ao longo dos últimos anos, não apenas a quebra da produção, mas também o facto de os preços destas matérias-primas serem controlados a partir dos países industrializados. É evidente que "(...) baixando artificialmente os preços dos produtos tropicais importados, os monopólios estrangeiros sonham aos países africanos grande parte de recursos que poderiam ser canalizados

para o fomento da agricultura e de toda a economia nacional" GRAVILOV, 1981, p. 119).

Quadro 14 - Evolução global das exportações e importações de Moçambique (em 1.000 US\$)

Ano (1)	Exportações (2)	Importações (3)	Saldo (4)	% (5)=(2):(3)
1975	185.403,8	394.478,7	-209.074,9	47,0
1976	144.033,8	288.379,5	-144.345,7	49,9
1977	152.793,3	335.853,5	-183.060,2	45,5
1978	162.539,5	523.068,7	-360.529,2	31,1
1979	254.075,2	567.878,3	-313.803,1	44,7
1980	280.771,6	800.067,9	-519.296,3	35,1
1981	280.792,1	801.063,7	-520.271,6	35,1
1982	229.158,1	835.946,5	-606.788,4	27,4
1983	131.572,9	636.421,1	-504.848,2	20,7
1984	95.676,2	539.663,1	-443.986,9	17,7

Fonte: Elaborado com base em "Informação estatística 1975-1984". Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985, p. 69 e 70.

Torna-se evidente que a balança comercial moçambicana, deficitária antes da independência nacional, se agravou substancialmente nos últimos anos. Se a isto se juntarem os efeitos da grande quebra observada no sector de prestação de serviços ferro-portuários, que no período colonial eram um factor de equilíbrio da balança de pagamentos, facilmente se concluirá quão difícil é a actual situação económica da jovem República Popular de Moçambique.

Quadro 15 - Principais importações de Moçambique após a independência nacional
(em 1.000 US\$)

Ano	Matérias-primas	Peças e sobresselentes	Equipamento	Bens de consumo	
				Alimentares	Não alimentares
1975	Valor % do total	50110,1 12,7	66035,2 16,7	57103,5 14,5	57687,2 14,6
1976	Valor % do total	40503,0 14,0	39255,0 13,6	39156,3 13,6	38112,1 13,2
1977	Valor % do total	49671,0 14,8	48429,5 14,4	34627,6 10,3	47287,4 14,1
1978	Valor % do total	60121,7 11,5	99118,0 18,9	82624,7 15,8	66627,1 12,7
1979	Valor % do total	49957,2 8,8	126380,3 22,3	79171,5 13,9	67520,6 11,9
1980	Valor % do total	56722,2 7,1	152503,1 19,1	108009,3 13,5	95404,3 11,9
1981	Valor % do total	104381,9 13,0	150625,2 18,8	114387,6 14,3	63929,3 8,0
1982	Valor % do total	107516,6 12,9	181585,9 21,7	115687,1 13,8	52756,7 6,3
1983	Valor % do total	105470,4 16,6	121709,8 19,1	130938,3 20,6	46612,7 7,3
1984	Valor % do total	70996,7 13,2	93539,1 17,3	134736,1 25,0	47240,8 8,7

Fonte: Elaborado com base em "Informação estatística 1975-1984". Maputo, D.N.E., 1985.

Quadro 16 - Algumas das principais exportações de Moçambique

Ano		Cajú	Camarão	Açúcar	Chá	Algodão	Citrinos
1975	V	28630,7	10139,5	21119,7	6501,5	16130,7	2289,4
	Q	21,2	4,2	50,7	11,0	17,8	14,1
1976	V	33397,0	11929,3	17093,3	6361,0	17121,9	1123,8
	Q	21,1	3,8	71,9	12,7	16,3	8,7
1977	V	45552,5	11353,2	8072,6	12712,6	8954,1	481,1
	Q	17,0	3,0	37,4	12,3	6,3	3,4
1978	V	43728,7	16186,1	5535,3	12393,6	13223,8	1216,5
	Q	18,4	3,3	24,6	13,5	12,8	11,8
1979	V	44191,4	23023,5	29095,1	20791,8	23255,9	2085,0
	Q	17,1	3,8	118,7	23,3	16,1	16,3
1980	V	64864,2	31768,5	24598,8	28950,6	8225,3	2586,4
	Q	15,6	5,0	63,8	30,0	5,7	14,0
1981	V	53465,3	52390,4	25120,2	14200,8	24922,2	4809,1
	Q	12,2	7,6	63,1	16,0	15,0	16,5
1982	V	43600,7	38504,1	8784,7	25676,4	17286,2	2647,6
	Q	16,7	5,9	28,5	25,1	13,7	11,6
1983	V	16105,0	31197,1	8621,2	14713,8	17028,4	1983,6
	Q	5,8	4,8	25,0	13,3	13,2	8,0
1984	V	15315,7	28254,0	5754,0	10796,4	8034,9	3232,8
	Q	4,1	4,4	16,4	7,7	5,9	11,0

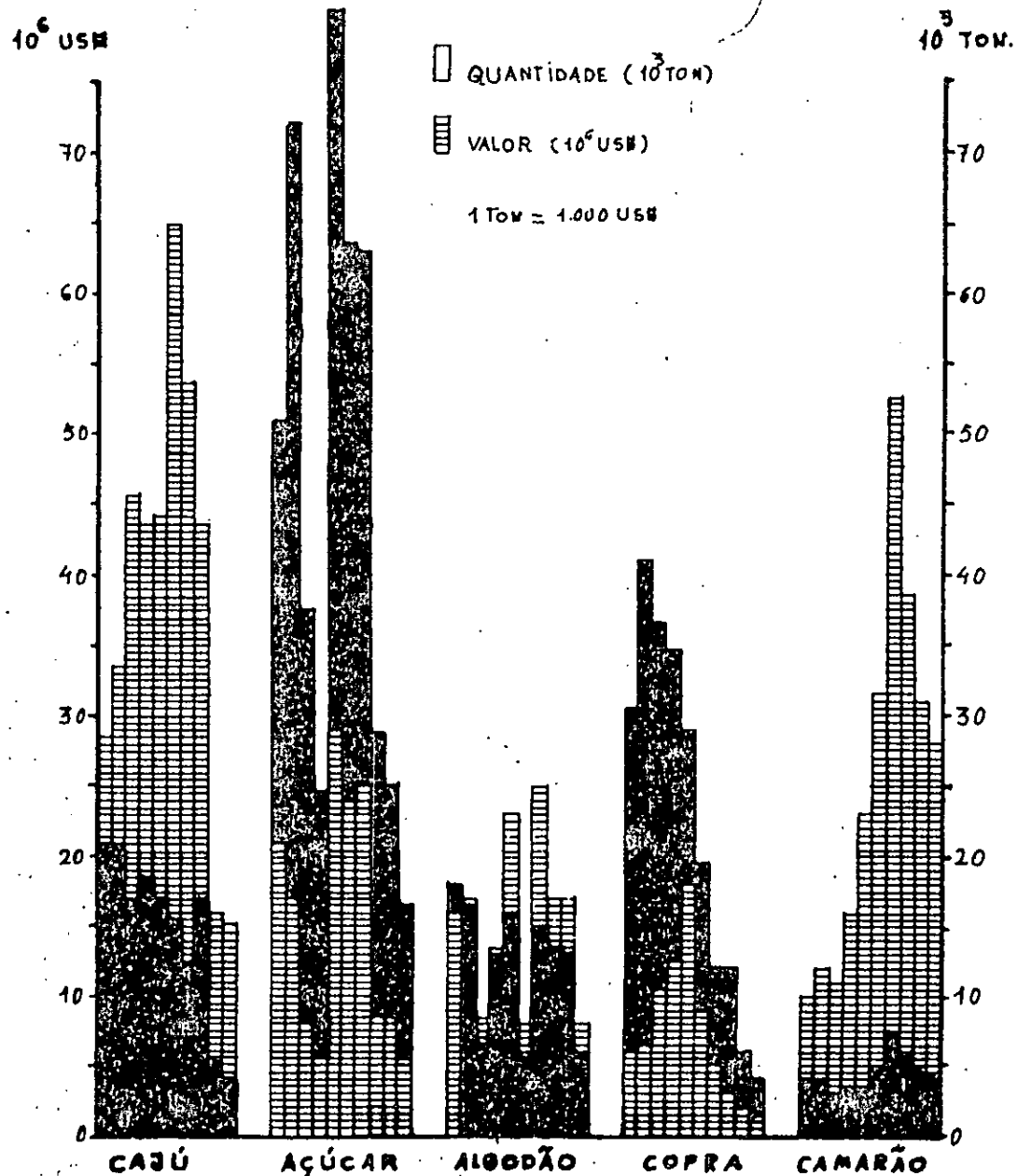
V - valor em 1.000 US\$

Q - quantidade em 1.000 toneladas

Fonte: Elaborado com base em "Informação estatística 1975-1984". Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985, p. 69.

Durante o período que decorre de 1975 a 1984 assiste-se a uma certa variação em relação aos principais parceiros comerciais de Moçambique, conforme se pode constatar pela observação do quadro 17. Se, em 1975, Portugal (23,8%) e os E.U.A. (13,8%) eram os países que ocupavam os primeiros lugares nas exportações moçambicanas, em 1984 essas posições passaram para os E.U.A. (14,6%) e a R.D.A. (12,4%). No que respeita às importações, em 1975 foram feitas, em particu-

FIG. 13 - EVOLUÇÃO COMPARADA DAS QUANTIDADES E RESPECTIVOS VALORES DE ALGUNS DOS PRODUTOS EXPORTADOS POR MOÇAMBIQUE ENTRE 1975 E 1984



FONTE: ELABORADO COM BASE EM "INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984"

lar, na África do Sul (17,5%) e em Portugal (15,4%), enquanto em 1984 provieram em maior valor da U.R.S.S. (19,4%), mantendo-se ainda a África do Sul (11,7%) como um dos principais fornecedores de Moçambique. Estes números podem ser vistos como uma política de tentativa de diversificação ampla das relações comerciais internacionais, procurando o país mercados mais favoráveis para os seus produtos. No entanto, ainda se nota, de forma evidente, a grande dependência da economia moçambicana em relação a alguns mercados.

Disse-se atrás que um dos problemas que vem afectando negativamente a economia moçambicana é a forte carência de quadros qualificados, para as grandes necessidades duma economia em reconstrução, devido ao assustador índice de analfabetismo e à discriminação que se manifestava na educação colonial. Porque a educação e a saúde têm uma importância fundamental na produção material, logo após a independência nacional o Governo moçambicano nacionalizou estes dois importantes sectores sociais (24 de Julho de 1975), passando a ser gratuitos e a eles terem acesso todos os cidadãos. No período que decorreu entre 1975 e 1984 as redes escolar e sanitária foram substancialmente alargadas por todo o país, mas os resultados obtidos ainda estão longe de satisfazer todas as necessidades da população, porque o ritmo de crescimento das infraestruturas escolares e sanitárias não pôde, de forma alguma, acompanhar o extraordinário aumento do número daqueles que as procuravam.

Quadro 17 - Situação do comércio externo de Moçambique, por países, em 1975 e 1984
(valor em 1.000 US\$)

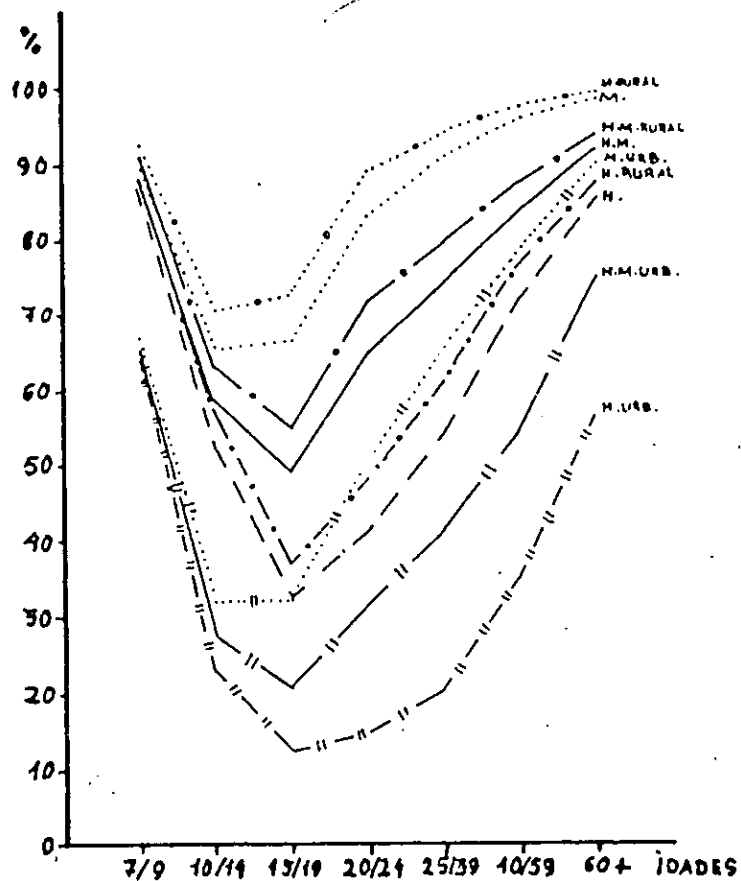
Países	1975				1984			
	Exportações		Importações		Exportações		Importações	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ÁFRICA DO SUL	-	-	67301,8	17,3	-	-	63305,8	11,7
E.U.A.	25510,3	13,8	21068,3	5,5	13968,0	14,6	31032,0	5,8
PORTUGAL	44093,2	23,8	59185,0	15,4	8803,0	9,2	44934,0	8,3
U.R.S.S.	-	-	-	-	-	-	104959,9	19,4
R.D.A.	-	-	-	-	11863,8	12,4	22005,2	4,1
HOLANDA	7536,7	4,1	7066,8	1,8	3635,7	3,8	26786,1	5,0
FRANÇA	-	-	19746,7	5,1	-	-	34342,6	6,4
R.F.A.	-	-	40980,2	10,7	-	-	18970,3	3,5
SUÉCIA	-	-	9614,5	2,5	-	-	20711,6	3,8
ITÁLIA	-	-	9096,9	2,4	-	-	18857,2	3,5
REINO UNIDO	7606,5	4,1	29544,8	7,7	4592,4	4,8	22796,9	4,2
JAPÃO	8377,4	4,5	20069,8	5,2	11385,5	11,9	17408,1	3,2
CANADÁ	-	-	370,8	0,0	-	-	7676,7	1,4
CHECOSLOVÁQUIA	-	-	-	-	-	-	7283,2	1,3
ESPAÑA	4489,7	2,4	-	-	8706,4	9,1	-	-
ZIMBABWÉ	-	-	-	-	-	-	6875,6	1,3
OUTROS	87780,0	47,4	100400,2	26,1	32721,5	34,1	91717,7	17,0

Fonte: Elaborado com base em "Informação estatística 1975-1984". Maputo, D.N.E., 1985.

No domínio da alfabetização, o esforço desenvolvido logo a partir de 1975 teve como resultado uma redução significativa de cerca de 20% na taxa de analfabetismo, no espaço de cinco anos (73% de analfabetos em 1980, considerando a população com sete anos e mais). Para se minimizar o risco do aparecimento duma outra forma de analfabetismo, o analfabetismo oculto, desenvolve-se um grande esforço na educação de adultos; por isso, o Sistema Nacional de Educação, implementado a partir de 1983, contempla um subsistema de alfabetização e educação de adultos.

Considerando a situação de 1980, as taxas de analfabetismo apresentam grandes diferenças na sua distribuição por sexo, sendo de 84,6% entre as mulheres e 59,0% entre os homens, assim como entre a população rural (77,1%) e urbana (40,3%), e ainda na repartição por idades (ver quadro 18 e fig. 14). Os índices de analfabetismo muito elevados no grupo etário dos 7-9 anos são uma consequência do ingresso ainda muito tardio das crianças na escola. Em termos de distribuição territorial, a cidade de Maputo é a que se apresenta com uma taxa mais reduzida (29,3%), enquanto nas restantes províncias esta é sempre superior a 60%, mas com variações regionais; as províncias a sul do rio Save apresentam taxas inferiores a 70%, enquanto em todas as que ficam a norte se ultrapassa aquele valor (mapa da fig. 15). Estas diferenças estão relacionadas com as desigualdades regionais ainda existentes e que se traduzem por uma concentração maior de recursos humanos e materiais na cidade capital nacional e

FIG. 14 - TAXAS DE ANALETISMO PARA A POPULAÇÃO COM 7 OU MAIS ANOS PARA O TOTAL DO PAÍS, POR SEXO E RURA E URBANA, POR GRUPOS ETÁRIOS - 1980

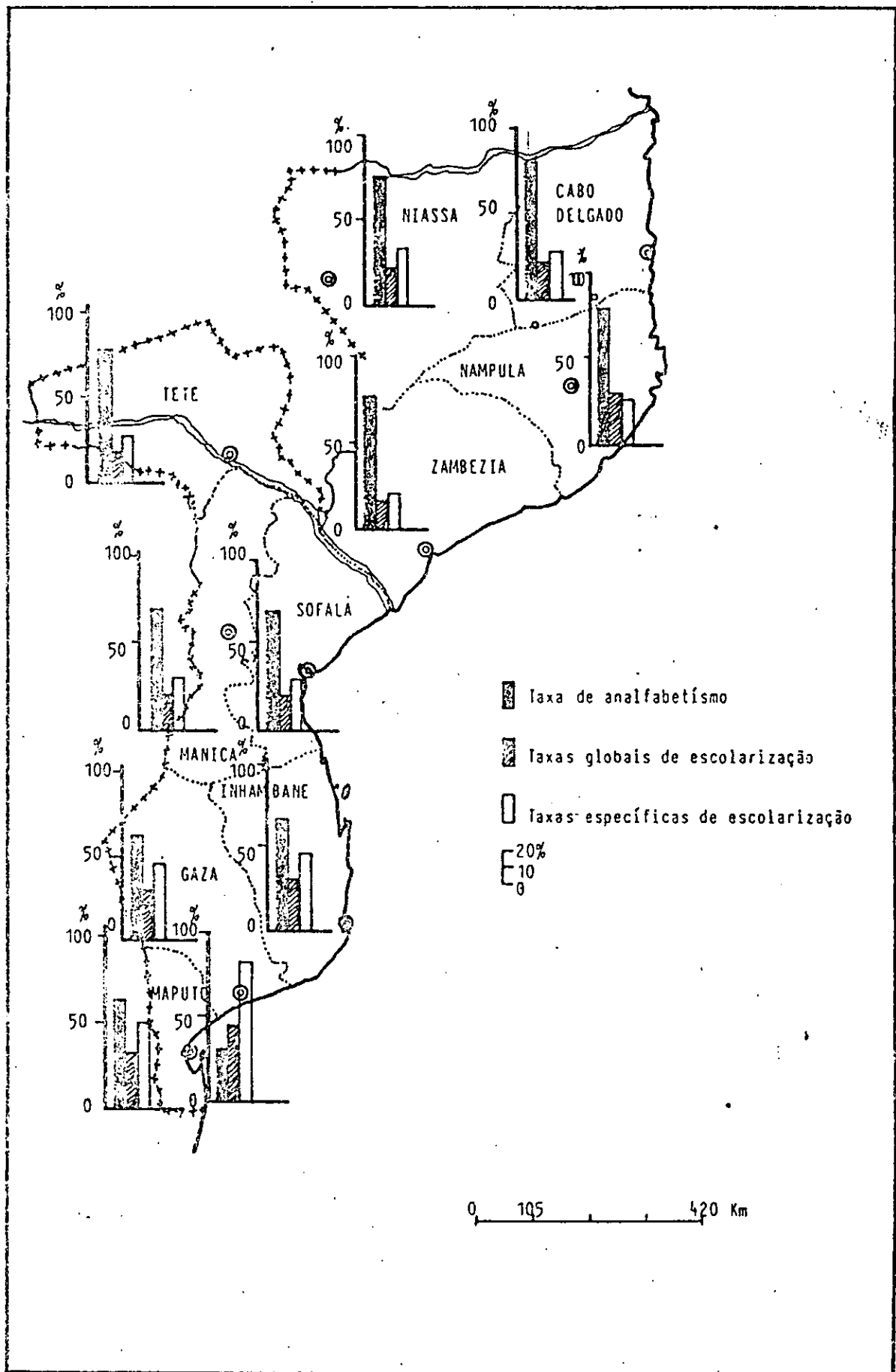


SOURCE: ELABORADO COM BASE NO RECBENRAMENTO CENAL DA POPULAÇÃO DE 1980

Fig. 15 - REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Analfabetismo e Escolarização

1980



Elaborado com base nos dados do Recenseamento Geral da População de 1980

nas províncias que lhe ficam mais próximas.

Quadro 18 - Taxas de analfabetismo em Moçambique em 1980

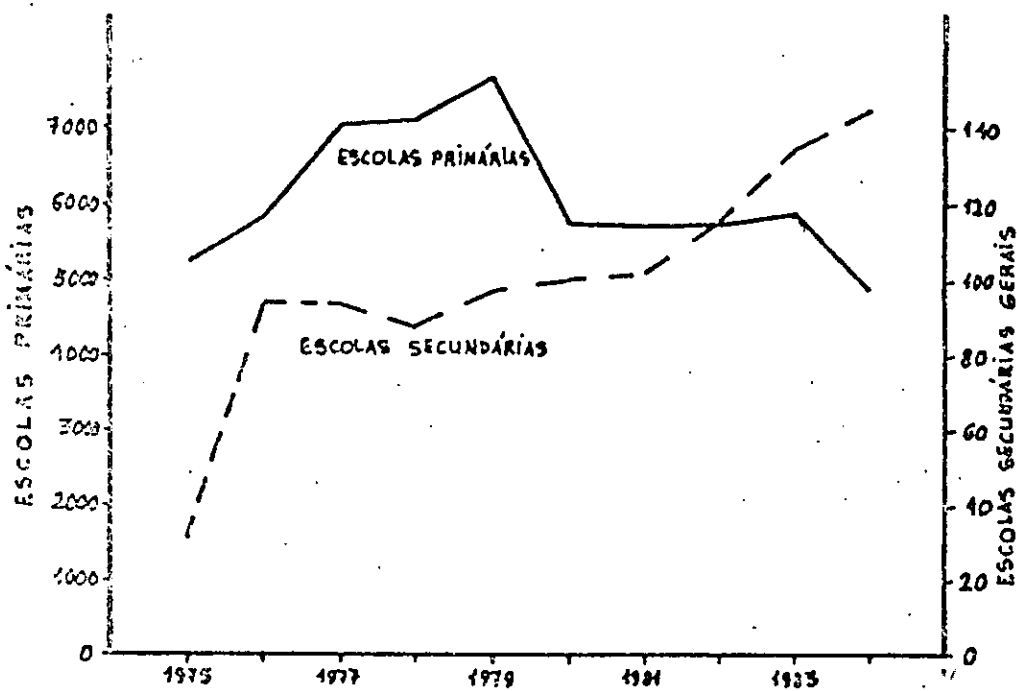
Grupos etários	Total geral	Homens			Mulheres		
		total	urbana	rural	total	urbana	rural
7/9	88,1	86,9	64,6	89,6	89,4	66,8	92,4
10/14	58,5	52,3	23,6	56,1	65,7	31,9	70,5
15/19'	49,2	32,6	12,4	37,2	66,7	31,9	72,7
20/24	64,9	40,9	14,7	48,4	83,2	50,6	89,0
25/39	74,4	53,8	20,3	61,1	91,0	65,7	94,6
40/59	84,1	72,0	35,0	77,0	95,9	79,1	97,7
60 +	92,3	85,6	56,8	87,9	98,6	90,7	99,2

Fonte: Elaborado com base em dados do Recenseamento Geral da População de 1980.

Segundo dados da Conferência da UNESCO realizada em Harare em 1982, a taxa de analfabetismo em Moçambique (73%) é semelhante às observadas no Benim, Burundi, Guiné-Bissau, Marrocos, Nigéria e Sudão; é superior às existentes na Tanzânia, Zimbabwê e Maurícias; mas inferior às do Chade, Etiópia, Guiné, Mali, Níger, Senegal, Somália e Bourkina-Fassou.

A rede escolar teve uma expansão considerável, particularmente no ensino primário e no secundário geral (fig. 16). A diminuição do número de escolas primárias observada entre 1979 e 1984 deve-se à sua destruição ou encerramento devido à acção de grupos armados que actuam em Moçambique; só em 1982 ficaram paralisadas 489 escolas (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 37). Esta rede continua, no entanto, a ser

FIG. 16 - CURVAS DO CRESCIMENTO DO Nº DE ESCOLAS ENTRE 1975 E 1984



FONTE: "INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984". MAPUTO, DME. 1985

insuficiente para o número de crianças em idade escolar, mesmo na cidade de Maputo onde, nos últimos anos, têm ficado muitas centenas sem lugar nas escolas. O número de alunos matriculados no ensino primário duplicou entre 1975 e 1984, passando de 671.617 para 1.303.650, enquanto no ensino secundário o crescimento foi muito mais acentuado, pois no mesmo período alcançou 4,6 vezes, passando-se de 26.354 para 123.398 alunos (fig. 17).

As taxas globais de escolarização variam entre 17,2%, na província de Tete, e 43,1%, na cidade de Maputo (fig. 15). Mais uma vez é nas províncias do Sul que se verificam os índices mais satisfatórios. Nas taxas globais de escolarização são incluídos todos os grupos etários com sete ou mais anos, mesmo que ultrapassem a idade de escolarização oficial, desde que estejam a estudar. Os valores apresentados no quadro 19 são reveladores do esforço e interesse que os adultos têm em frequentar a escola para aumentarem os seus conhecimentos. Isto ainda se torna mais evidente pela observação das taxas específicas de escolarização (relação entre a população com a idade teórica dum determinado grau de ensino e que o frequenta e a população total com essa idade) que, para o conjunto do país e no ensino primário revelam que, em cada 100 pessoas nele inscritas, apenas 31 têm idade correspondente. Esta taxa apresenta ainda maiores variações se analisada em termos regionais. As taxas de escolarização por idade revelam variações notórias (quadro 19), atingindo o seu máximo no grupo dos treze anos.

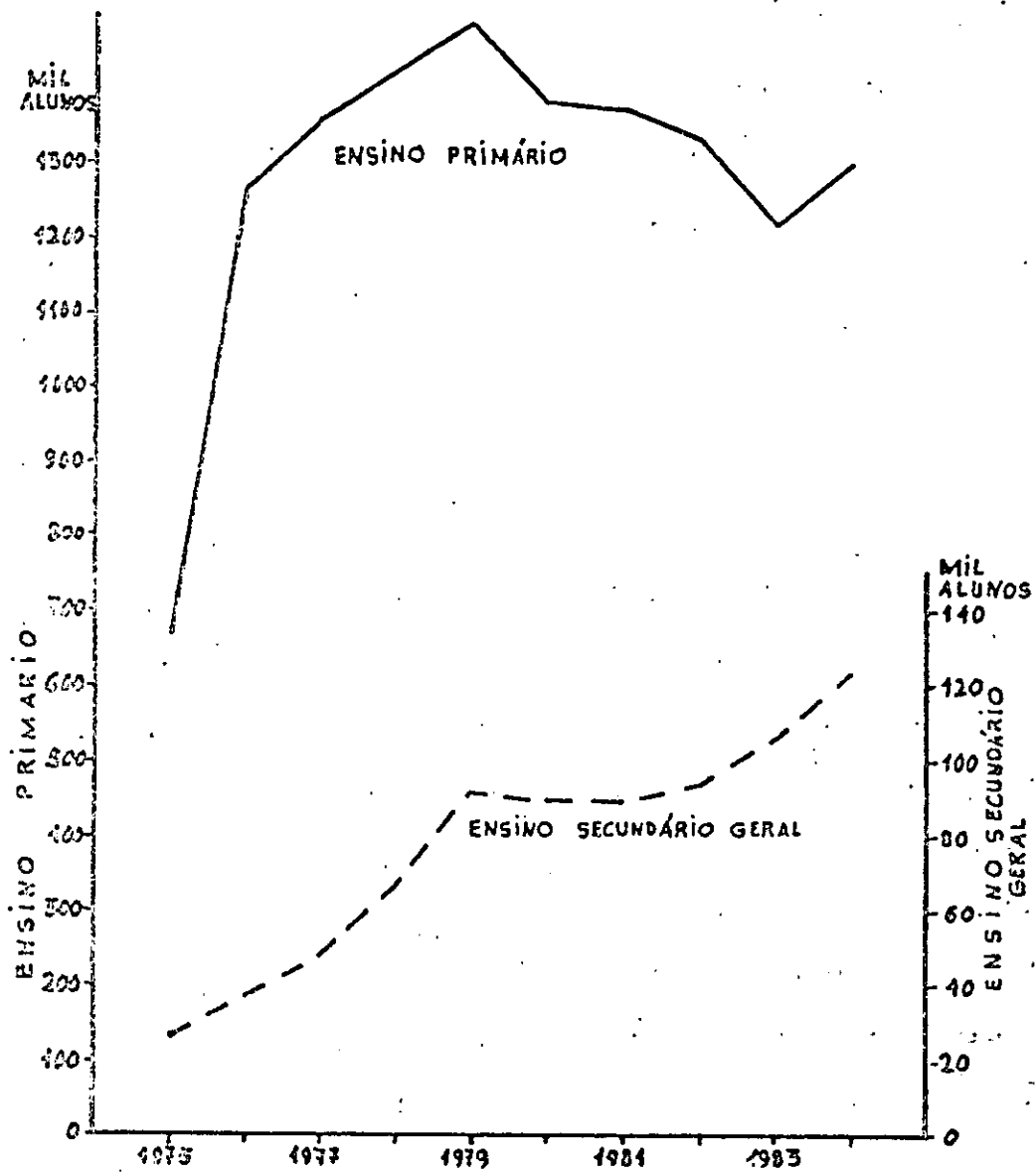


FIG. 17 - CRESCIMENTO DOS QUANTITATIVOS DE ALUNOS DOS ENSINOS PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO GERAL ENTRE 1975 E 1984

FONTE: "INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 1975-1984". MAPUTO, DNE. 1985.

Para fazer frente à rápida explosão escolar, foi necessário desenvolver um grande esforço na formação de professores, em quantidade, mesmo que se prejudicasse a qualidade. Só no período de 1975 a 1981 foram graduados 10.200 professores primários e 3.517 dos ensinos secundário geral, técnico e médio (INFORMAÇÃO ECONÓMICA, 1984, p. 30). A partir de 1983, passou-se a dar mais atenção à qualidade, mas o número de professores ainda é muito reduzido em função das carências, pelo que a sua formação continua a ser considerada como prioritária.

Quadro 19.- Taxas de escolarização por idades e sexos, e segundo áreas urbanas e rurais

Idades	Total			Urbana			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Total 6+	24,9	29,4	20,6	38,9	42,9	34,4	22,7	27,1	18,7
6	13,5	14,4	12,7	35,8	36,5	35,1	10,8	11,7	9,9
7	23,6	25,2	22,0	54,5	56,7	52,4	19,6	21,2	17,9
8	30,5	32,6	28,4	64,3	66,6	62,3	26,3	28,5	24,1
9	38,1	40,9	35,3	72,1	74,3	70,0	33,6	36,7	30,5
10	44,2	47,4	40,8	74,6	76,9	71,6	40,9	44,3	37,2
11	52,3	56,1	48,2	79,6	82,0	77,3	48,6	52,8	44,0
12	59,6	64,0	54,2	80,2	82,4	77,8	56,8	61,7	50,8
13	61,6	66,4	55,8	80,2	82,2	78,0	58,6	64,0	52,2
14	58,7	64,2	51,9	75,8	77,1	74,2	55,8	62,0	48,1
15	50,7	57,5	42,5	68,1	71,2	64,1	47,7	55,0	39,0
16	44,3	52,3	34,6	58,9	63,9	51,7	41,2	49,7	31,5
17	36,7	45,1	27,0	50,9	58,3	40,2	33,4	41,7	24,4
18	26,5	34,7	18,7	40,3	48,6	29,1	23,7	31,3	17,0
19	21,4	28,5	15,7	33,7	42,2	23,5	18,9	25,0	14,5
20/24	17,6	21,7	14,4	25,6	31,3	19,1	15,8	19,0	13,5
25/39	16,0	19,2	13,4	23,9	27,9	19,4	14,6	17,3	12,5
40/59	12,3	15,0	9,8	18,7	23,3	13,1	11,6	13,8	9,5
60+	5,7	7,8	3,8	6,2	10,0	3,1	5,7	7,6	3,9

Fonte: Segundo os dados do Recenseamento Geral da População de 1980.

O grande investimento feito na educação talvez não esteja a ser plenamente compensado, em termos de resultados obtidos, no que respeita à conclusão de graus de ensino, e mesmo no tocante à qualidade, mas a verdade é que, não só as condições de partida foram muito difíceis, como atrás ficou demonstrado, mas também a desfavorável conjuntura actual faz com que seja inevitável uma grande perda escolar. No entanto, e apesar de ainda ser extraordinariamente pequeno, este indicador sofreu um salto positivo notório; em 1980 o peso da população com dez anos ou mais e um grau de ensino concluído era de 77 por mil, o que representa um crescimento que não é de desprezar, tendo em conta que em 1970 este valor era apenas de 10 por mil.

Quadro 20 - Evolução da população com um grau de ensino concluído (ensino primário e secundário geral)

Ano	Ensino primário		Ensino secundário	
	Total	% 1975=100%	Total	% 1975=100%
1975	19.660	100,0	4.395	100,0
1976	25.269	128,5	6.524	148,4
1977	39.536	201,1	11.106	252,7
1978	62.774	319,3	10.341	235,3
1979	74.029	376,5	12.555	285,7
1980	82.689	420,6	19.217	437,2
1981	83.393	424,2	18.346	417,4
1982	58.814	299,2	16.147	367,4
1983	65.225	331,8	16.172	368,0

Fonte: Informação estatística 1975-1984. Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985, p. 74.

No sector da saúde também se assistiu a uma evolução positiva considerável ao longo dos últimos anos, muito em especial na extensão dos cuidados de saúde às áreas rurais, que é uma das prioridades definidas pelo Governo, pois nestas, que sempre estiveram votadas ao abandono, encontra-se precisamente a grande maioria da população. O gráfico da figura 18 e o quadro 21 que a seguir se apresentam são suficientes para dar ideia da situação actual e do caminho percorrido, mas também do que ainda falta fazer. Entre 1977 e 1981 criaram-se mais 33 postos e foram graduados mais de três mil profissionais de saúde (INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA, 1985, p. 78). Desde 1981 que todos os distritos do país possuem, no mínimo, um profissional de saúde com capacidade diagnóstica e terapêutica. No entanto, o número, quer de unidades sanitárias, quer de trabalhadores, ainda é manifestamente pequeno para as necessidades da população moçambicana. Basta referir que, em 1980, a relação médico/população era de, aproximadamente, 1/37.500 e de 1/3.870 a relação enfermeiro/população. Torna-se necessário, por isso, continuar com o esforço até aqui desenvolvido.

Quadro 21 - Evolução da utilização de serviços de saúde

Anos	Consultas	Grávidas em consultas pré-natal	Partos em unidades sanitárias	Consultas de controlo de crianças
1979	6.526.960	233.258	148.463	135.294
1980	7.184.476	248.446	158.596	200.545
1981	7.511.138	257.100	169.249	369.969
1982	7.429.706	290.576	175.212	380.305
1983	6.725.600	303.378	160.896	415.969

Fonte: Informação estatística 1975-1984. Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985, p. 79.

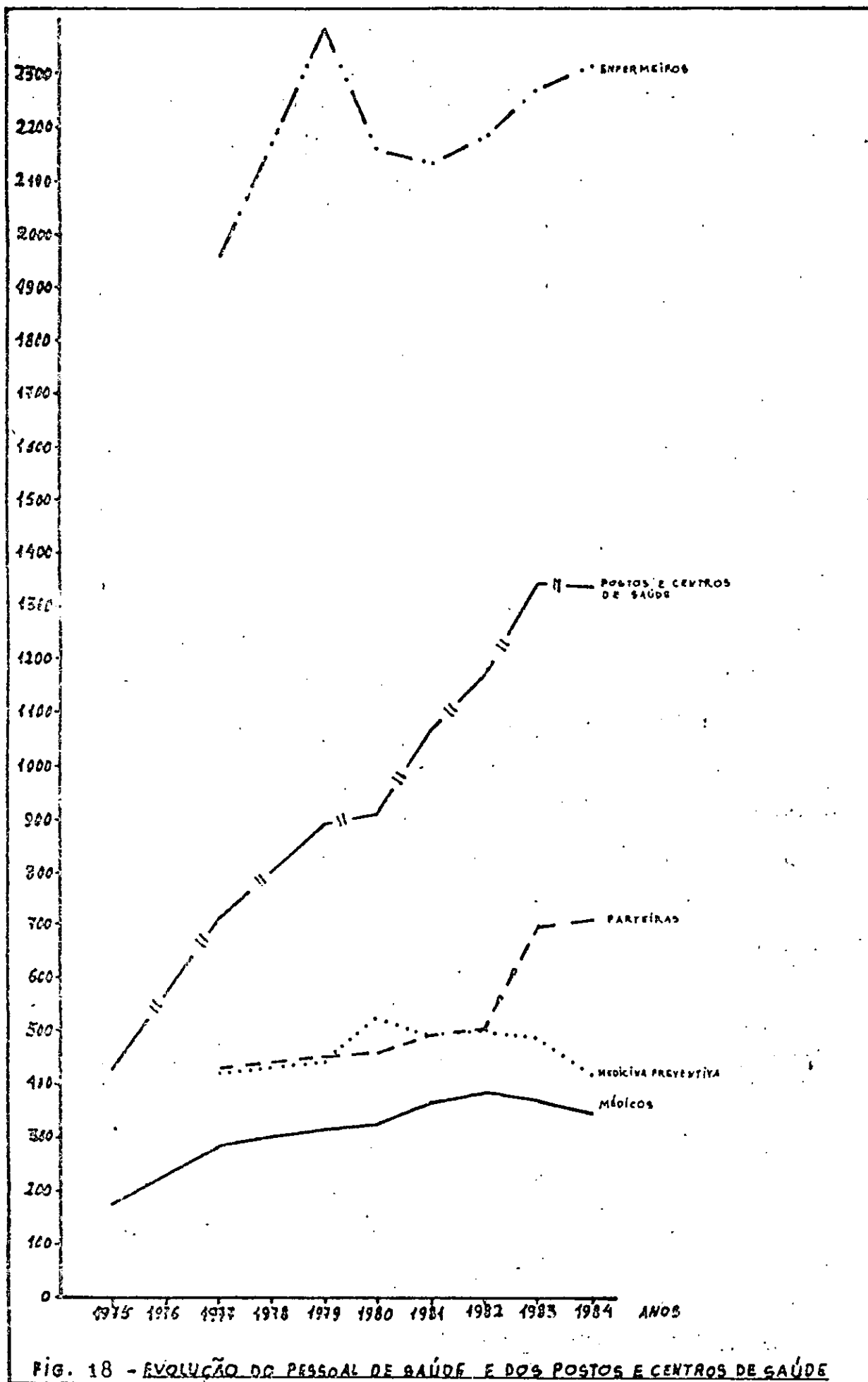


FIG. 18 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL DE SAÚDE E DOS POSTOS E CENTROS DE SAÚDE

A situação económica de Moçambique, como acabou de se ver, é bastante difícil e complexa. Os factores que a explicam são diversos e interligados, desde os de ordem estrutural até aos de natureza conjuntural, exógenos e endógenos, humanos e naturais. O esforço necessário para relançar a economia moçambicana é grande, exige enormes investimentos e a definição de políticas de desenvolvimento que "(...) à custa duma organização conveniente, permitam a utilização mais eficaz na perspectiva de produzir os resultados mais desejáveis do ponto de vista económico, quer dizer, a satisfação máxima de todas as necessidades do homem (...)" (MARINOV, 1974, p. 289). Isto significa que o desenvolvimento da agricultura para o abastecimento do povo e o aumento da produção de matérias-primas agrícolas "(...) é uma premissa indispensável do futuro desenvolvimento económico (...)" (GRAVILOV, 1981, p. 117) de Moçambique.



C A P Í T U L O I I

ASPECTOS GERAIS DA POPULAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Torna-se cada vez mais evidente, em todos os países subdesenvolvidos, a preocupação inerente ao rápido crescimento populacional, em função dos problemas sócio-económicos existentes. Esta atitude reflecte-se nos debates que ultimamente têm tido lugar (este foi um dos assuntos mais discutidos na II Conferência Africana da População, realizada em Janeiro de 1983 em Arusha, na Tanzânia) e na procura de vias para encontrar as soluções mais adequadas para a questão, propondo-se a definição de políticas populacionais que visem um controle do actual crescimento demográfico. Mas estas políticas, particularmente nos países subdesenvolvidos, devem ter em conta que o rápido crescimento da população não é um problema só por si, pois não se pode ignorar que, se "(...)" a situação demográfica dum país tem um grande peso sobre o seu desenvolvimento económico (...)" (VENNETIER, 1984, p. 306), também a situação económica influencia o próprio desenvolvimento populacional. Quando se fala em termos de crescimento demográfico e económico, a problemática das relações existentes entre população e economia, nos países subdesenvolvidos como Moçambique, adquire aspectos de grande acuidade. Esta interrelação leva muitas vezes a falar em "(...)" superpovoamento dos países tropicais onde se puseram e ainda se põem muitas vezes problemas alimentares agudos" (VENNE-

TIER, 1984, p. 306). Isto pode parecer um contrasenso, pois que as densidades demográficas em África são bastante baixas se comparadas com as de muitas outras regiões do globo. No entanto, não deixa de ser uma realidade que "(...) o crescimento populacional em muitos países africanos está a criar sérios problemas (...)" (PRITCHARD, 1971, p. 55), porque se torna impossível dissociar estas duas componentes daquilo que é a unidade POPULAÇÃO-DESENVOLVIMENTO.

Esta unidade, que é um problema global, entre crescimento demográfico e desenvolvimento económico, é analisada e defendida como base de estudo por diversos investigadores, de que são exemplos Vennetier, Kalatbari, Valentei e Pritchard. Pierre Vennetier, no seu trabalho intitulado "A propos du developpement dans les pays tropicaux", faz uma descrição muito clara desta interpenetração e das suas consequências para os países subdesenvolvidos, onde as taxas de crescimento anual da população oscilam entre 1,7 e 3,5% (VENNETIER, 1984, p. 317), o que, em termos de desenvolvimento económico, acarreta de imediato "(...) a necessidade de investimentos relativamente mais importantes nos P.V.D. que nos países industrializados para um progresso idêntico (...)" (VENNETIER, 1984, p. 317). A este propósito, Pritchard afirma que "(...) muitos países africanos, para manterem apenas os actuais níveis de vida da população, terão de desenvolver as suas economias (...) de formá a atingir, pelo menos, taxas de crescimento de 3% por ano (...)" (PRITCHARD, 1971, p. 59).

Tal facto significa que a resolução das questões demográficas se insere no contexto mais amplo da solução dos problemas do desenvolvimento, porque em qualquer análise da população é fundamental que se entenda esta como a "(...) premissa natural para o desenvolvimento social dos trabalhadores e a primeira força produtiva da humanidade (...)" (VALENTEI, 1978, p. 9). Isto pressupõe uma noção qualitativa de desenvolvimento, a qual traduz uma "(...) determinada concepção desejável de mudança social (...)" (MURTEIRA, s/d, p. 52) em função dos objectivos que se pretende atingir.

A ligação permanente e a relação dialéctica existentes entre economia e população ficam bem claras se se entender a população como "(...) um conjunto de homens cuja actividade vital tem lugar numa sociedade determinada" (VALENTEI, 1978, p. 9) e que o Homem é o ponto de partida de todo o desenvolvimento económico e social.

Assim, para um melhor entendimento da problemática da distribuição da população rural em Moçambique, parece ser importante, após a análise geral da situação económica, que é possível colher no capítulo anterior, abordar algumas das características demográficas fundamentais moçambicanas.

1. Os efectivos populacionais e o crescimento demográfico em Moçambique

O Recenseamento Geral da População realizado em 1980 e que teve uma cobertura confirmada superior a 92% deu uma população total de 12.130.000 habitantes. Estimativas feitas pela Direcção Nacional de Estatística referem para 1985 um valor de 13.974.700 indivíduos, o que equivale a um ritmo de crescimento médio anual muito acentuado (2,6% no período de 1970/80 e 2,8% no de 1980/85). Esta característica é comum a todo o continente africano que, com uma taxa média de crescimento anual de 1,0% na primeira metade deste século (1900/50), passou para 2,5% no período de 1950/80 (THE STATE OF WORLD POPULATION 1981, 1984). Esta é uma das principais preocupações dos países subdesenvolvidos, pois sendo os ritmos de crescimento da população bastante superiores às taxas de crescimento económico, que não ultrapassaram os 2% em 1982 (VENNETIER, 1984, p. 331), torna-se cada vez maior o desequilíbrio entre produção e necessidade de consumo, muito em particular para artigos essenciais.

De 1930 a 1980 a população moçambicana aumentou 3,2 vezes, como se pode ver pelo quadro 22. Os valores referentes a 1930 e 1940 não oferecem grande confiança, pois os censos feitos nesses anos eram parcelares e separados para a população "autóctone" e "não autóctone", além de serem feitos em anos diferentes para os dois grupos de população considerados (por exemplo, em 1940 fez-se um censo da população

"autóctone" e o da população "não autóctone" foi levado a cabo em 1945). Em 1950 ainda se separavam os dois grupos, mas os censos já eram feitos na mesma altura; no quadro 23 pode observar-se esta separação (para a definição de população "autóctone" e "não autóctone", ver página 51 do presente trabalho).

Quadro 22 - Evolução da população de Moçambique entre 1930 e 1985

Ano	População	Taxa de crescimento médio anual em % $(r = \sqrt[n]{\frac{P_n}{P_o}} - 1)$
1930	3.886.000	
1940	5.086.000	?(2,7)?
1950	6.477.100	?(2,4)?
1960	7.614.300	1,63
1970	9.436.000	2,16
1980	12.130.000	2,54
1985	13.974.700	2,80

Quadro 23 - População de Moçambique em 1930 e 1940

Ano	Total	"Autóctones"		"Não autóctones"	
		População	% do total	População	% do total
1930	3.886.000	3.850.000	99,1	36.000	0,9
1940	5.086.000	5.030.000	98,9	56.000	1,1

Fonte: BOLÉO, Oliveira. Moçambique; pequena monografia. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1961.

Apesar de ainda enfermarem de diversos erros, os recenseamentos populacionais começam a ser mais criteriosos a partir de 1960.

O crescimento da população em Moçambique, depois de 1950, processou-se a ritmos cada vez mais elevados, tendo aquela duplicado num espaço de 30 anos (1950 a 1980) e atingindo actualmente uma taxa média anual de 2,8%, o que ultrapassa em muito as taxas de crescimento económico dos últimos anos, como se pode constatar consultando as diversas publicações sobre o assunto da Direcção Nacional de Estatística.

Segundo as projecções mais optimistas, a manterem-se as condições sócio-económicas actuais, as taxas de crescimento demográfico (médias anuais), até ao final do século, não descerão para menos de 2,5%. Ora, segundo P. Vennetier, um país com esta taxa necessita dum "(...) investimento de 10 a 12,5% do PNB - o que já é muito - e não terá nenhum crescimento do 'rendimento' individual. Um crescimento real e significativo do PNB per capita exigiria uma formação de capital ainda maior e, por isso, investimentos fora da possibilidade da maior parte, senão da totalidade, dos respectivos Estados" (VENNETIER, 1984, p. 318). Em Moçambique as actuais políticas implícitas no domínio da população (cuidados de saúde, educação, etc.), se não forem obstruídas por factores conjunturais ou outros, irão reduzir muito as taxas de mortalidade, particularmente a infantil. As condições para a redução da taxa de natalidade levam mais tempo a imporem-se à sociedade, muito em particular quando o analfabetismo atinge índices ainda muito elevados, pelo que as taxas de crescimento natural terão tendência a aumentar ainda mais.

As projecções elaboradas pela Direcção Nacional de Estatística apontam para uma população superior a 20 milhões de habitantes (21.169.800) no ano 2000, considerando taxas de crescimento médio anual ligeiramente decrescentes (na ordem dos 2,79 a 2,75%). Com este ritmo de crescimento, a população moçambicana necessitará de apenas 24 anos para duplicar, atingindo os 25 milhões no ano 2005.

2. Características demográficas.

Importará analisar aqui a estrutura etária, sexual, social e de ramo de actividade da população moçambicana, assim como a situação e evolução de alguns indicadores, designadamente natalidade, mortalidade, esperança de vida à nascença e fecundidade. Para isso é indispensável o recurso aos dados dos recenseamentos populacionais dum determinado período, de forma a permitir a comparação de alguns índices que facilitem o esboço duma tendência de evolução provável, assim como a determinação doutros indicadores demográficos. É com base na estrutura e nos valores apresentados pelos índices demográficos que se pode avançar uma classificação do tipo de população, e chegar a algumas conclusões. Tanto quanto possível, esta análise far-se-á a nível geral do país e a nível regional (provincial).

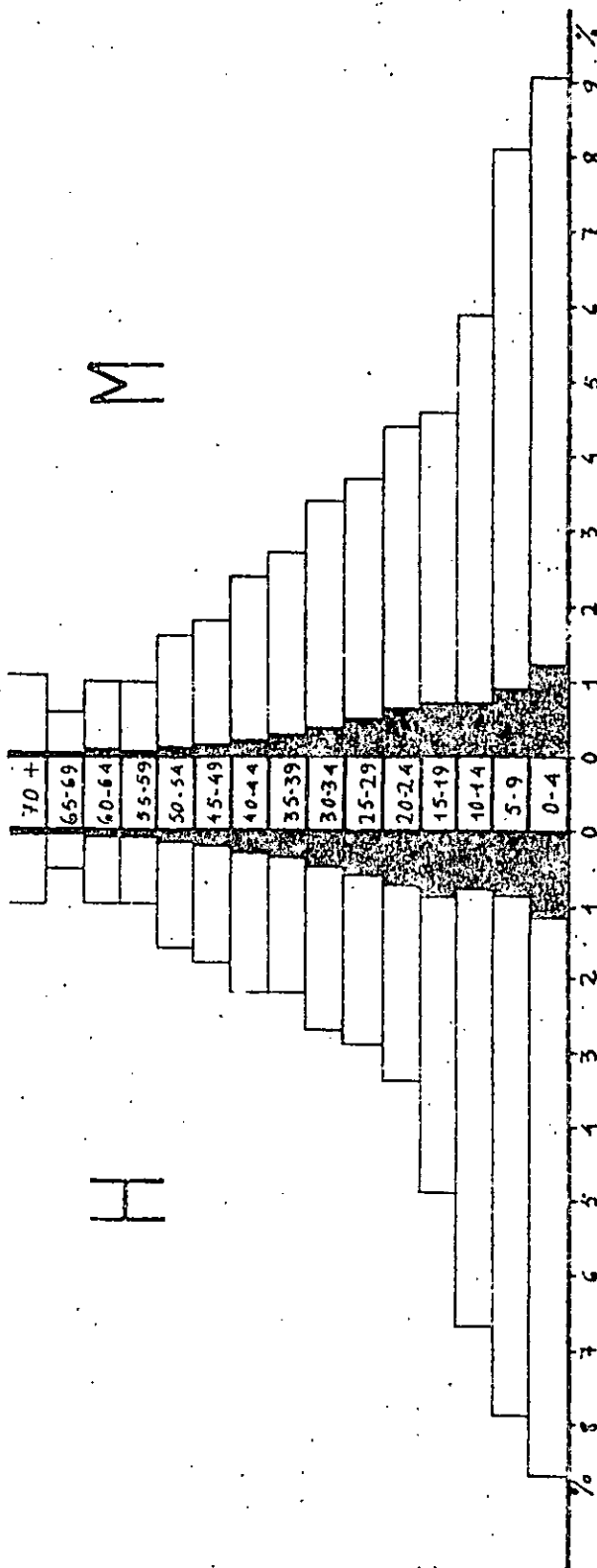
2.1. Estrutura da população

As pirâmides de idades da figura 19 dão uma imagem muito clara da estrutura etária e sexual da população de Moçambique, no conjunto do país e em cada província. População extremamente jovem, pois em 1980 o grupo etário dos 0-19 anos representava 55,9% da população total, enquanto, no mesmo ano, a população com 65 anos e mais era apenas de 3,5%. Segundo projecções elaboradas pela Direcção Nacional de Estatística, a situação actual (1985) é a mesma. De notar que, entre 1960 e 1980, estes valores relativos sofreram uma evolução positiva, como se pode observar no quadro 24. Em contrapartida, e como é óbvio, o grupo etário 20-64 anos, no mesmo período, apresenta valores relativos decrescentes, representando, em 1980, apenas 40,6% da população total. Neste mesmo ano, 42,1% da população moçambicana tinha menos de 15 anos e 17,8% estava incluída no grupo etário 0-4 anos. Perante estes valores não podem restar dúvidas quanto ao carácter de extrema juventude da população. Também se pode concluir que esta característica ainda se irá manter durante um longo período de tempo, pois os grupos etários em idade de procriar têm assegurada a sua substituição a níveis muito elevados.

Outro aspecto a salientar é a evolução dos valores relativos da população em idade escolar (5-14 anos) que, em 1980, representava 28,6% dos 12.130.000 moçambicanos. Por aqui se pode fazer uma ideia do esforço que se torna necessário no domínio da educação, para assegurar a estes milhões de crianças o acesso à escolarização obrigatória.

3.19 - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL

POPULAÇÃO URBANA

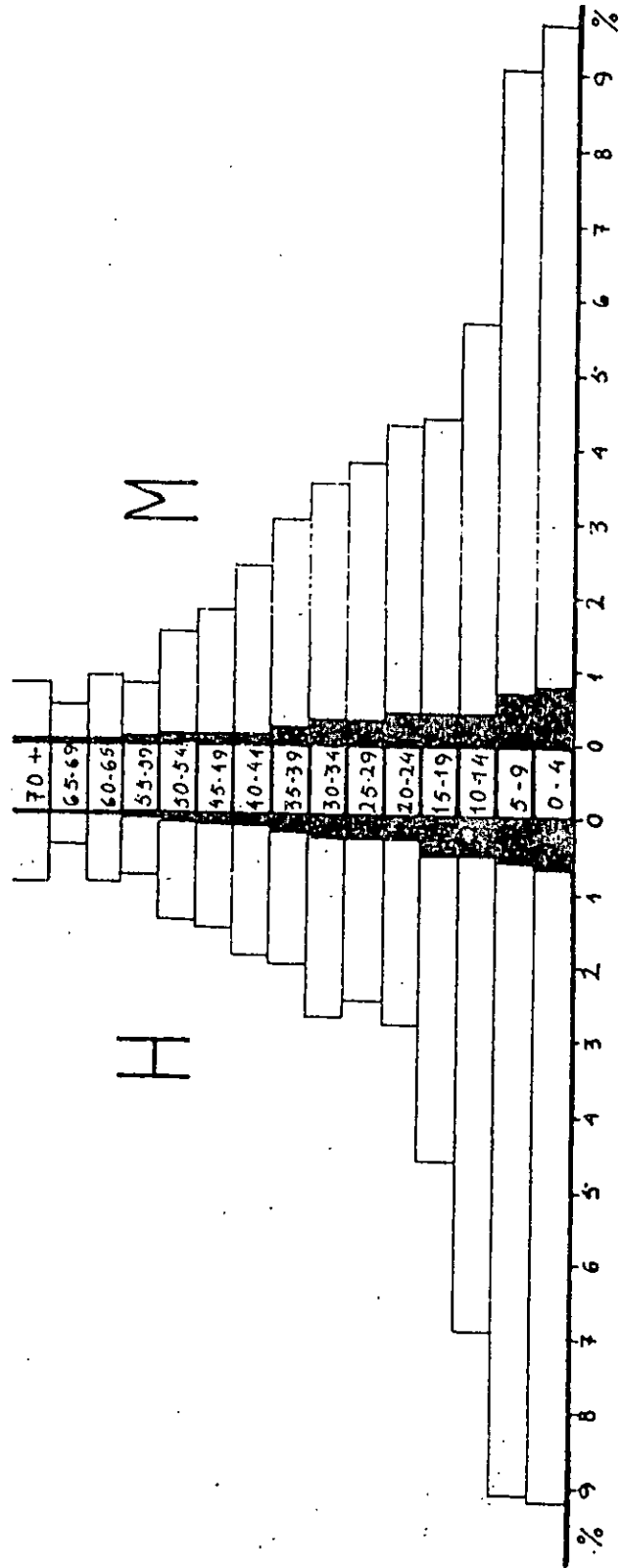


MOZAMBIQUE - 1980

rio-

FIG. 19A - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL

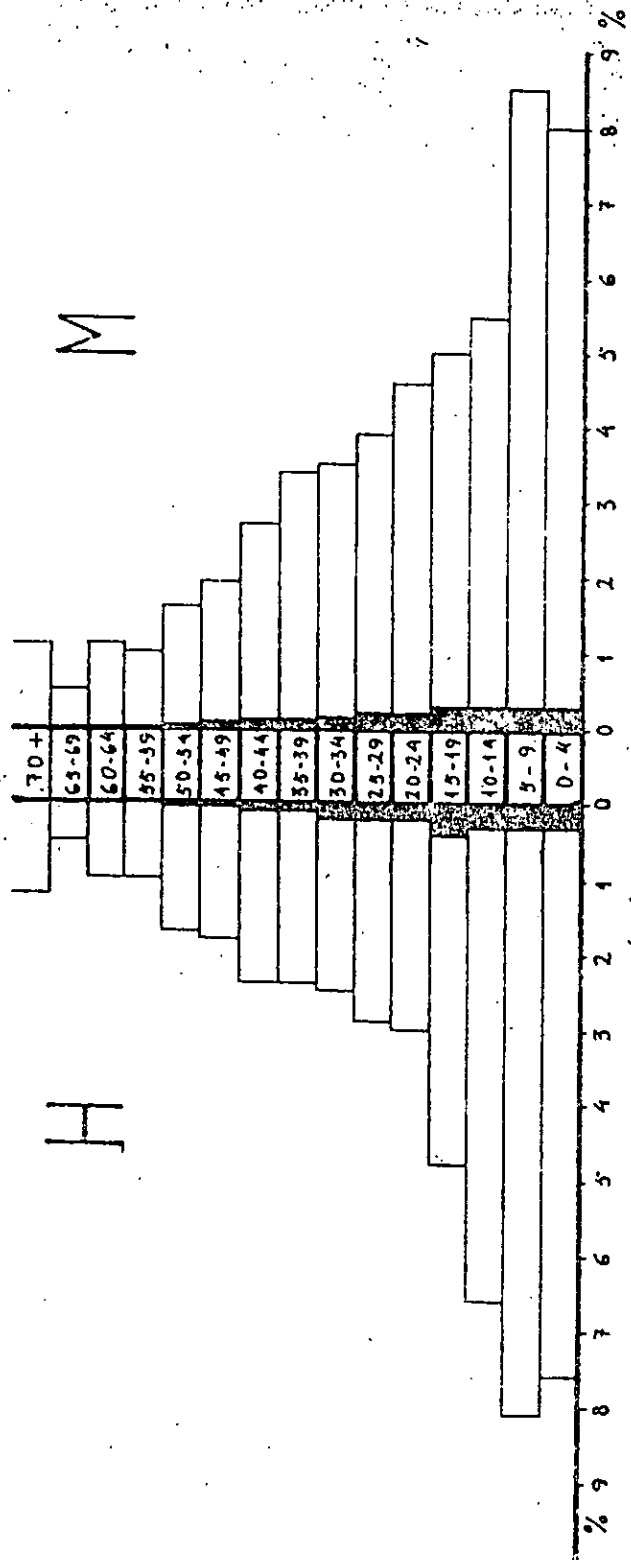
POPULAÇÃO URBANA



PROVÍNCIA DO NIASSA - 1980

FIG. 198 - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL

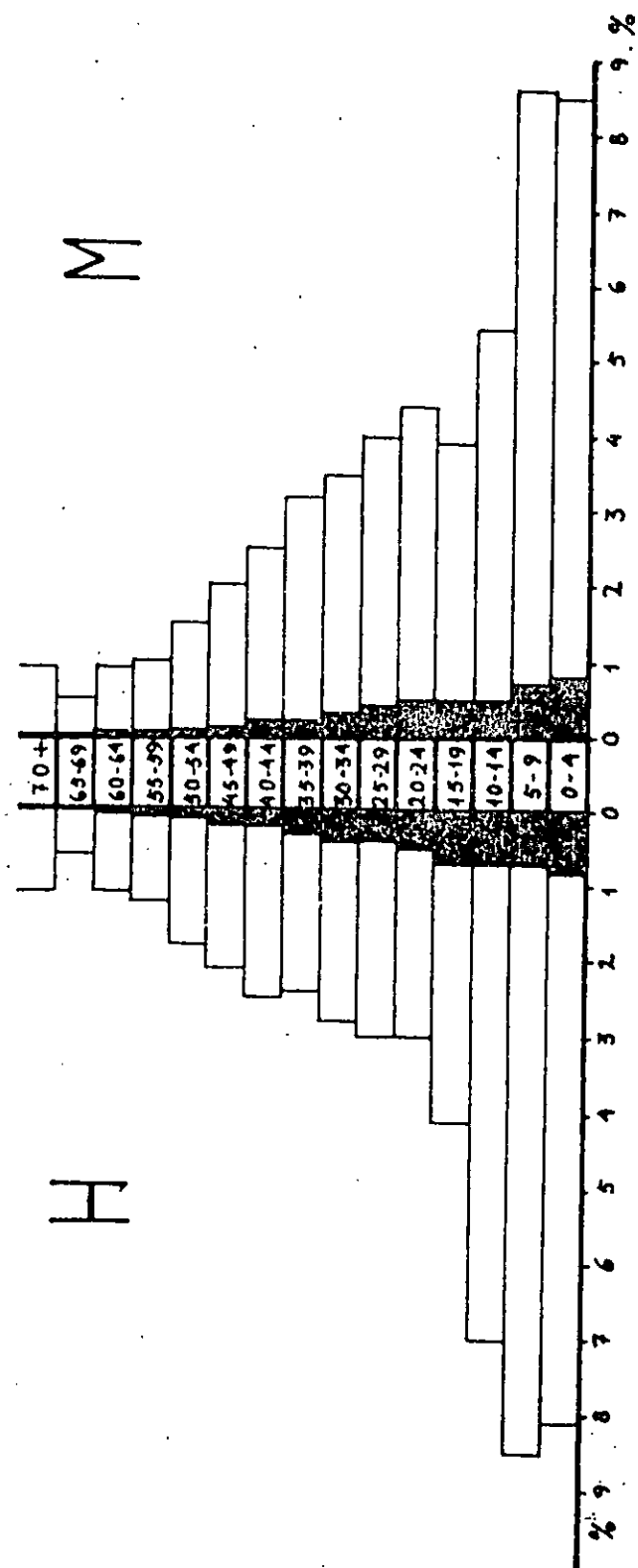
POPULAÇÃO URBANA



PROVÍNCIA DE CABO DELGADO - 1980

FIG.19C - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL

POPULAÇÃO URBANA



PROVÍNCIA DE NAMPULA - 1980

FIG. 190 - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL

POPULAÇÃO URBANA

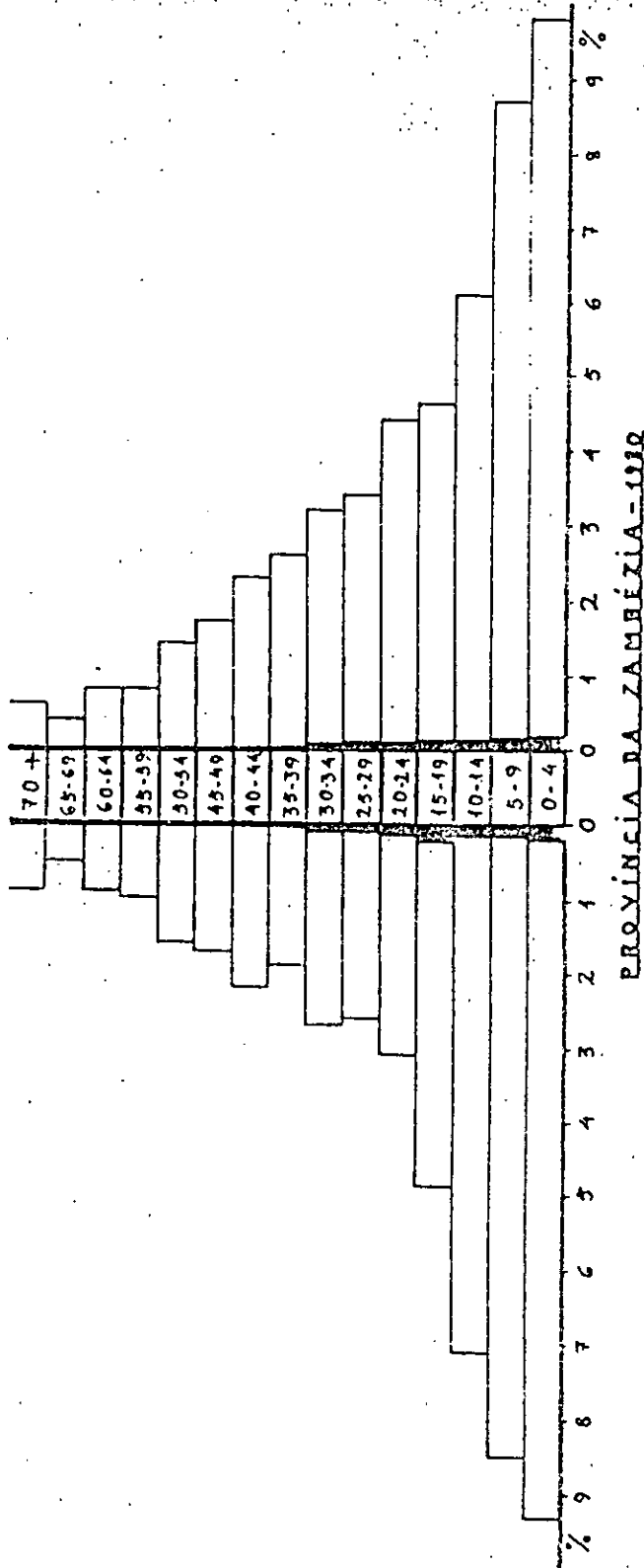
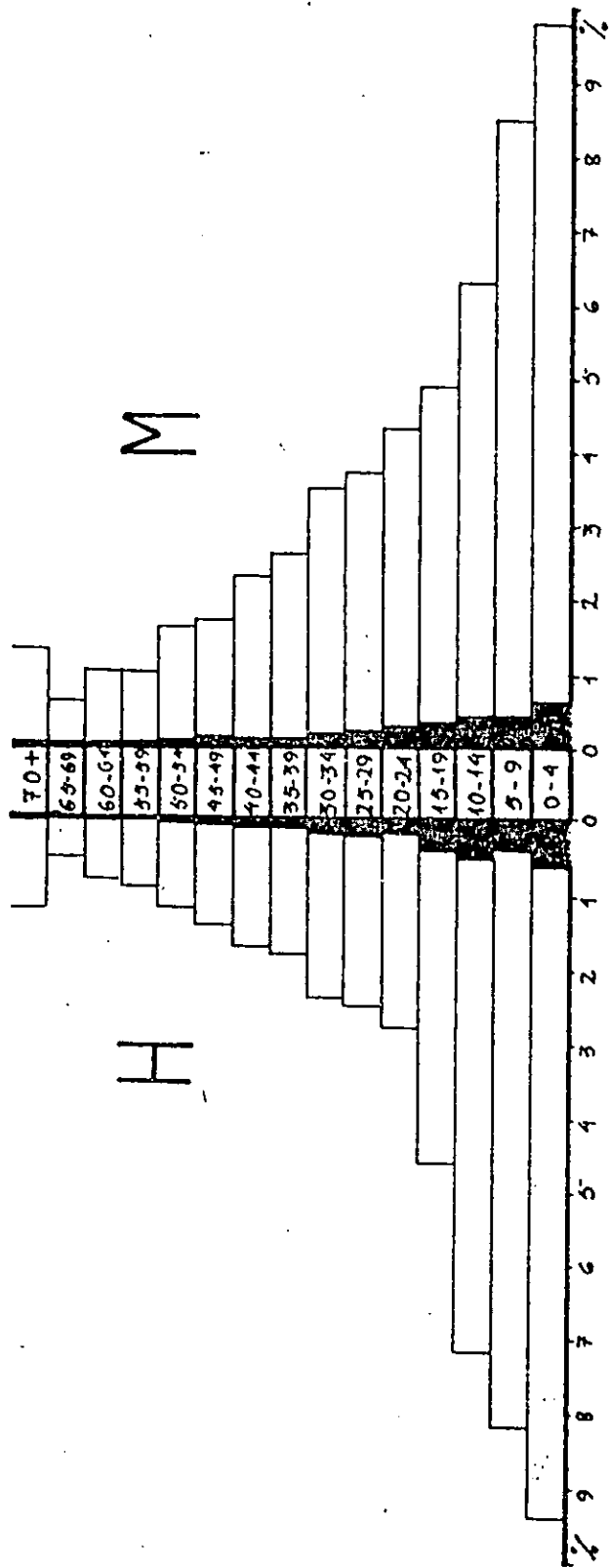


FIG. 19E - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL

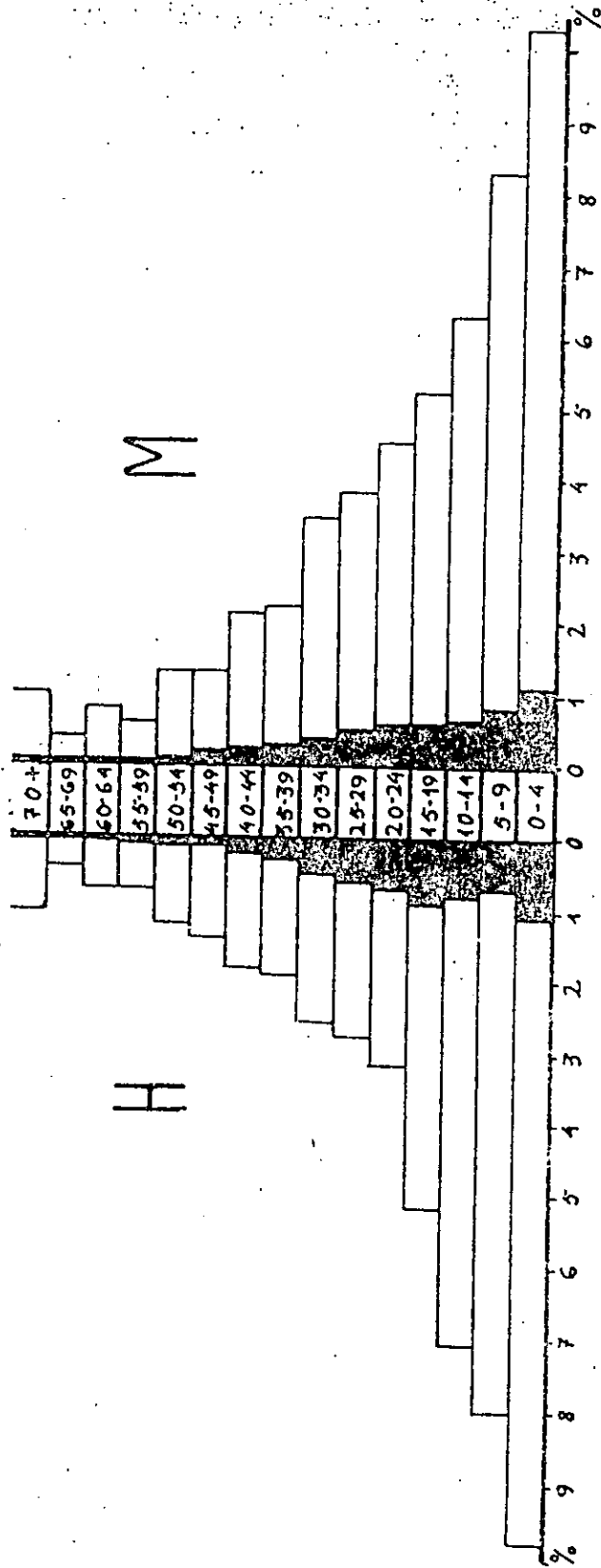
POPULAÇÃO URBANA



PROVÍNCIA DE TETE - 1980

FIG. 19F - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL

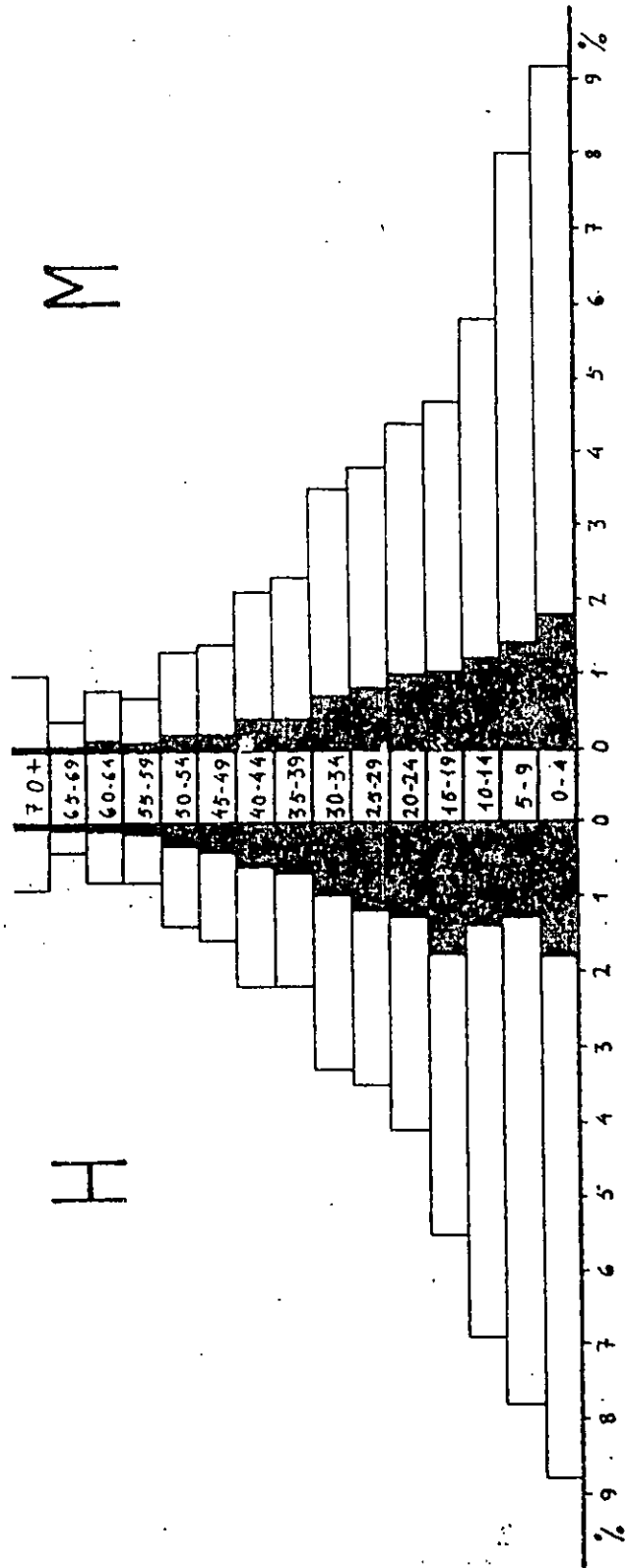
POPULAÇÃO URBANA



PROVÍNCIA DE MATISSA - 1980

FIG. 196 - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL

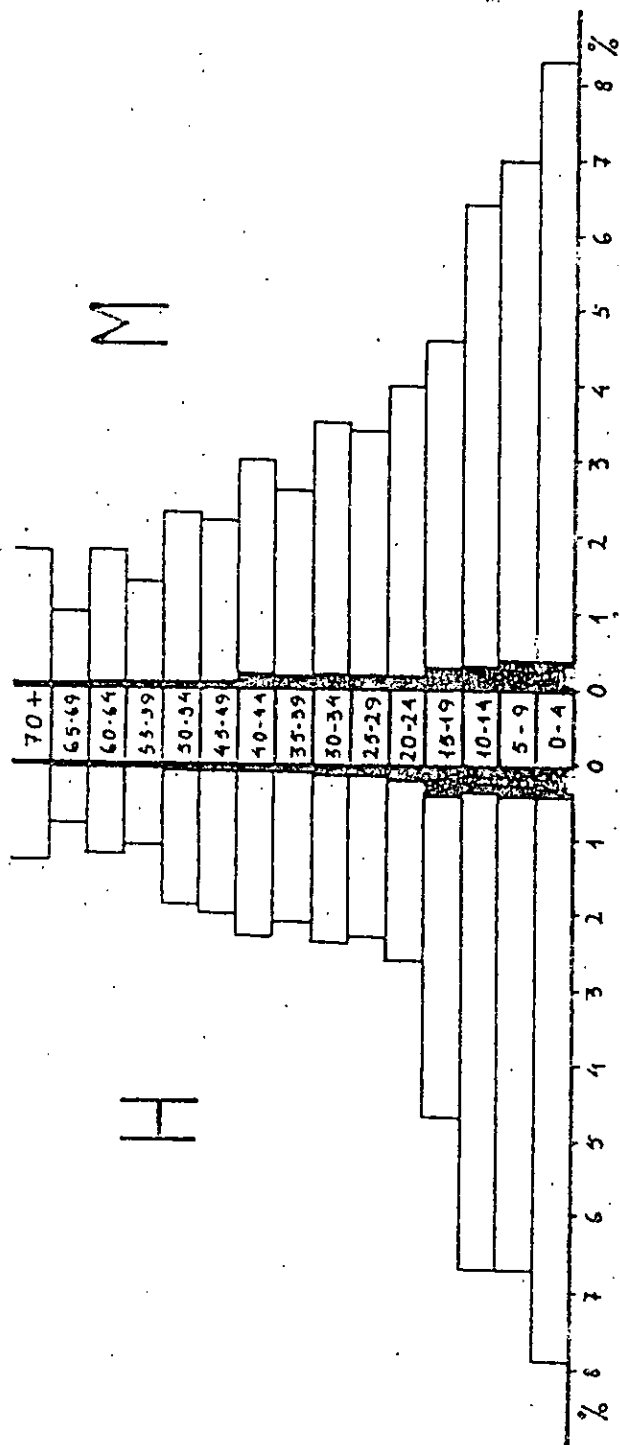
POPULAÇÃO URBANA



PROVÍNCIA DE SOEALA - 1930

FIG. 1911 - ESTRUTURA ETÁRIA-SEXUAL

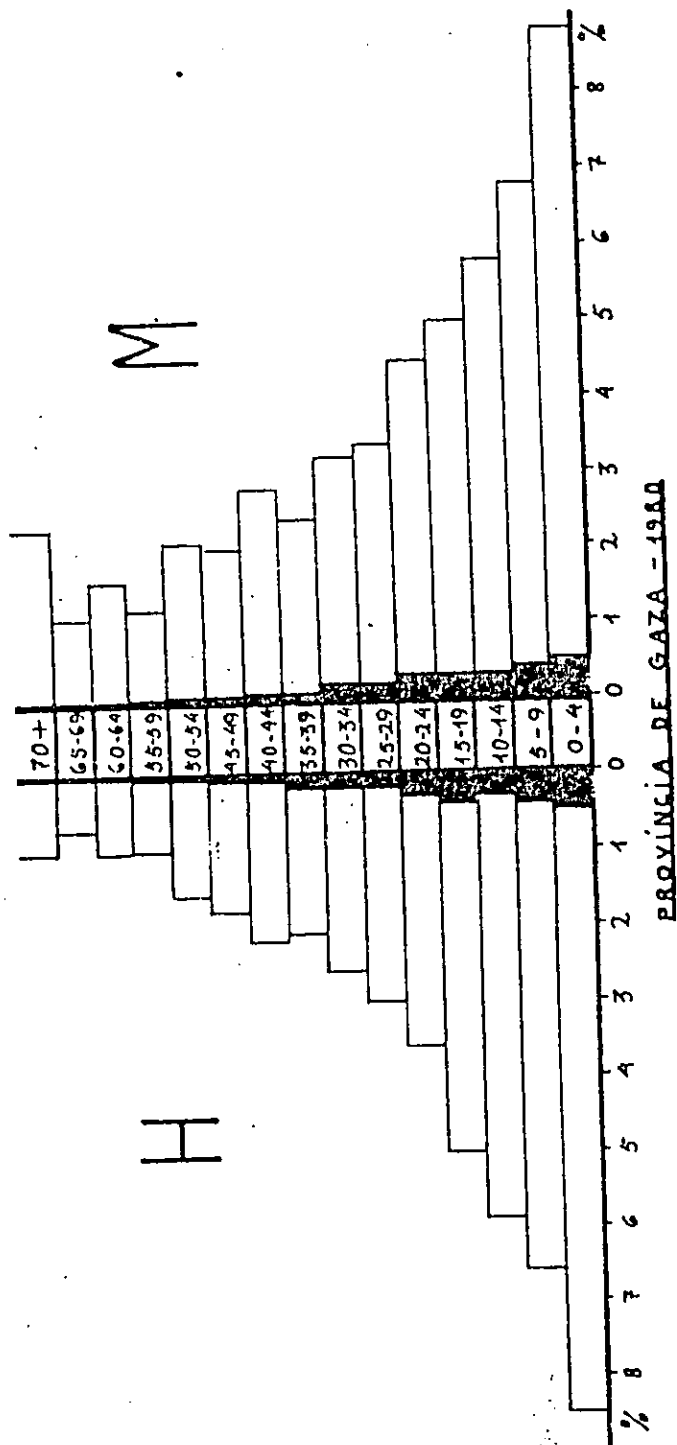
POPULAÇÃO URBANA



PROVÍNCIA DE INHAMBANE - 1980

FIG. 19I - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL

POPULAÇÃO URBANA



PROVINCIA DE GAZA - 1960

FIG. 19J - ESTRUCTURA ETARIO-SEXUAL

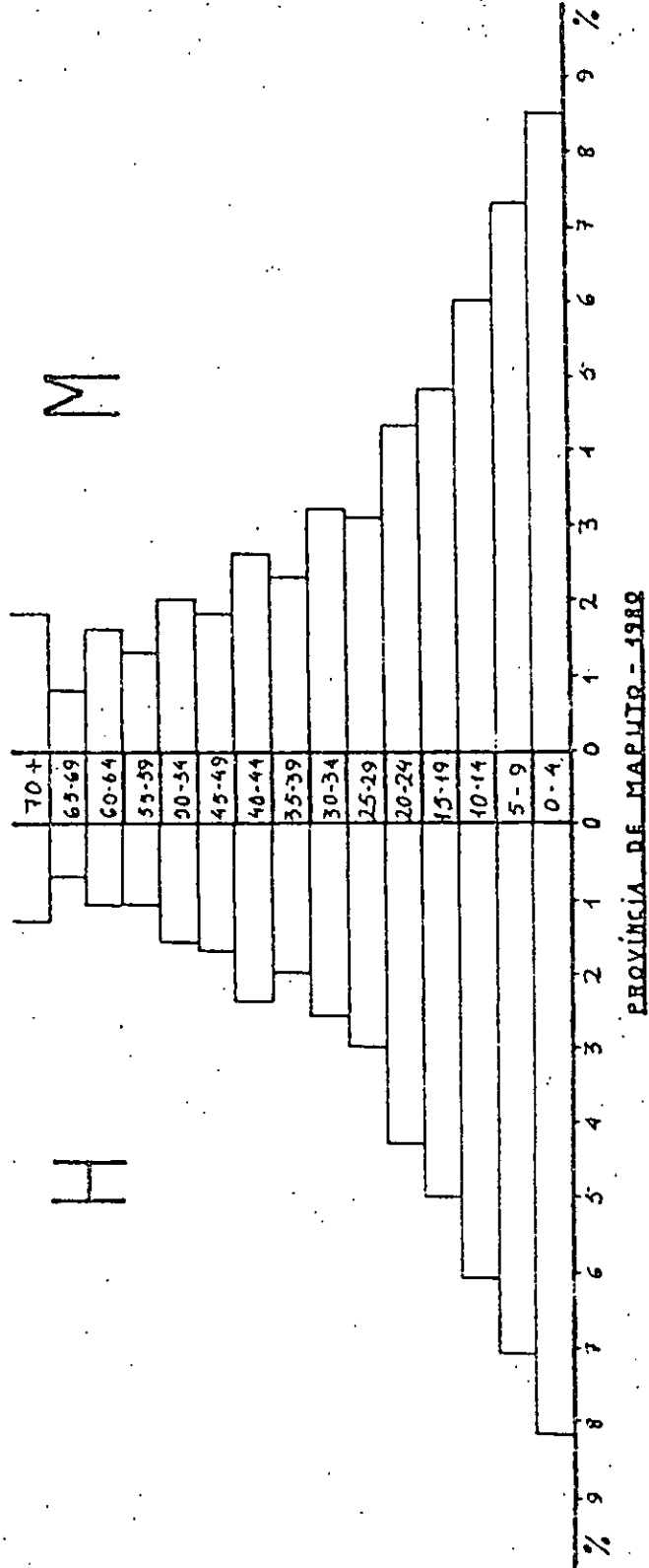
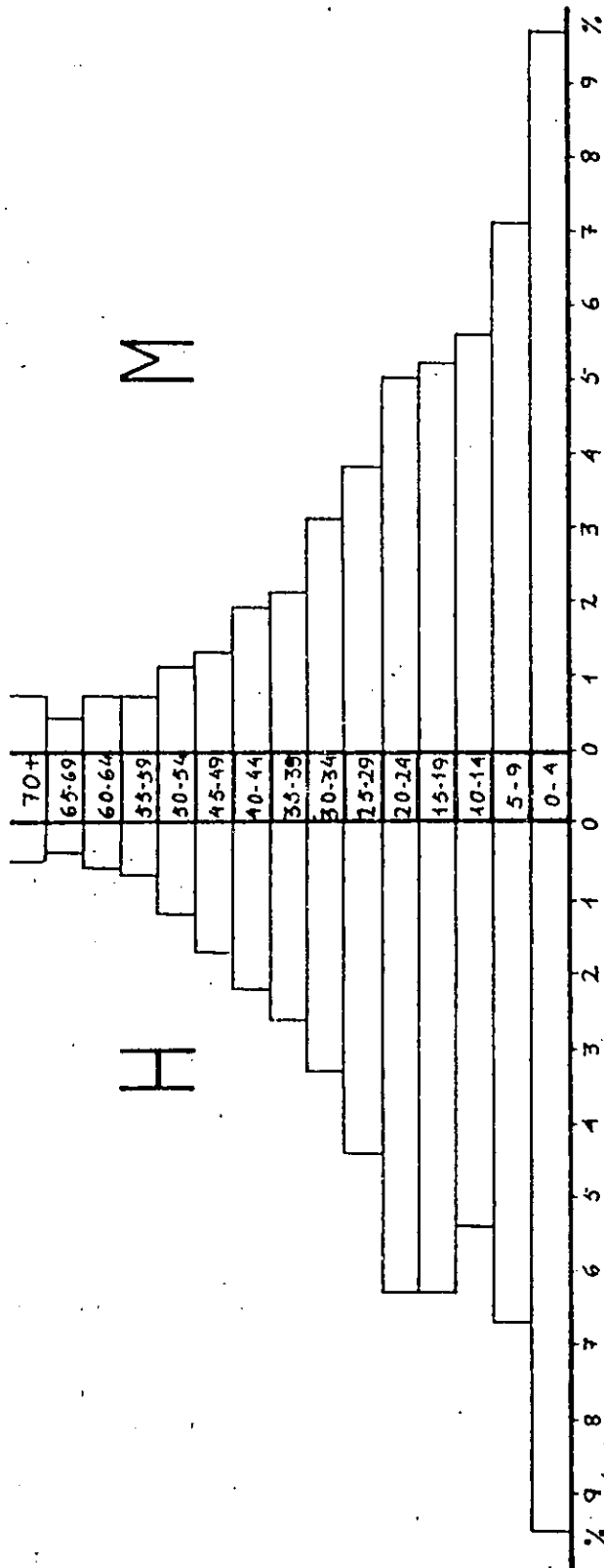


FIG. 19L - ESTRUTURA ETÁRIO-SEXUAL



CIDADE DE MARIPOSA - 1980

Quadro 24 - Evolução da estrutura etária da população moçambicana no período 1960/80 (% do total)

Grupos etários	1960			1970			1980		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
0-1	-	-	-	2,5	1,2	1,3	3,1	1,6	1,5
0-4	16,8	8,2	8,6	17,4	8,5	8,9	17,8	8,7	9,1
0-19	48,5	24,9	23,6	52,3	27,1	25,2	55,9	28,2	27,7
20-64	49,1	22,3	26,8	45,6	21,3	24,3	40,6	18,7	21,9
65 e+	2,4	1,0	1,4	1,8	0,9	0,9	3,5	1,7	1,8
5-14	25,3	13,4	11,9	27,9	14,8	13,1	28,6	14,6	14,0
20-44	37,1	16,8	20,3	34,4	15,9	18,5	29,9	13,4	16,5

Fonte: Elaborado com base nos recenseamentos populacionais de 1960, 1970 e 1980.

Esta análise leva, de imediato, à determinação da razão de dependência, de forma a que possa ser estabelecida uma relação entre a população em idade activa - população produtora - e aquela que dela depende - população apenas consumidora. Para determinação dos valores de dependência considerou-se a fórmula geral $\frac{P(0-14)+P(65+)}{P(15-64)}$, atendendo a que a partir dos 15 anos a maior parte dos indivíduos já exerce uma actividade económica (ou mesmo antes, como se verá mais adiante), e que a idade da reforma é atingida aos 65 anos.

O quadro 25 mostra os valores da razão de dependência dos jovens, dos velhos e geral, por província, no período 1960/80. A razão de dependência geral passou de 79,8% para 90,3% durante o período considerado, o que mais uma vez confirma o aumento verificado sobretudo no peso específico da população com menos de 15 anos, em relação à população em idade activa (15-64 anos).

Quadro 25 - Razão de dependência por província no período
1960/80

Províncias	1960			1970			1980		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
* NIASA	91,4	3,8	95,2	97,8	3,6	101,4	104,6	5,7	110,3
CABO DELGADO	69,4	4,5	73,9	81,3	4,0	85,3	84,7	6,3	91,0
NAMPULA	66,8	4,2	71,0	77,6	3,3	80,9	90,3	6,0	96,3
X ZAMBÉZIA	86,9	3,3	90,2	97,6	2,6	100,2	103,9	5,1	109,0
* TETE	89,4	3,4	92,8	93,7	3,7	97,4	105,4	7,6	113,0
* MANICA	-	-	-	-	-	-	105,7	6,2	111,9
SOFALA(a)	80,9	4,3	85,2	93,5	3,3	96,8	92,2	5,3	97,5
INHAMBANE	69,1	5,9	75,0	76,9	4,5	81,4	83,7	9,8	93,5
GAZA	73,0	5,2	78,2	81,4	5,3	86,7	81,5	9,7	91,2
MAPUTO(pr.)(b)	63,2	4,5	67,7	77,3	4,3	81,6	83,7	8,6	92,5
MAPUTO(cidade)	-	-	-	-	-	-	81,3	3,6	84,9
PAÍS	75,6	4,2	79,8	85,8	3,6	89,4	85,0	5,3	90,3

1- Razão de dependência dos jovens.

2- Razão de dependência dos velhos.

3- Razão de dependência geral.

(a)- Os valores referentes aos anos de 1960 e 1970 incluem a actual província de Manica.

(b)- Os valores correspondentes a 1960 e 1970 incluem a cidade de Maputo.

Fonte: Elaborado com base nos dados dos recenseamentos da população de 1970 e 1980.

As variações provinciais observadas não são grandes e, com excepção da cidade de Maputo, todas apresentam valores gerais superiores a 90 dependentes por cada 100 trabalhadores. Os valores mais elevados pertencem às províncias de Tete, Manica, Zambézia e Niassa onde, para cada 100 indivíduos em idade de trabalhar, há mais de 100 dependentes. Esta situação talvez se possa relacionar com eventuais movimentos mi-

gratórios.

Com uma população constituída por 5.908.500 homens e 6.221.500 mulheres em 1980, Moçambique apresentava um "sex-ratio" de 95 homens para 100 mulheres. No quadro 26, pode observar-se a evolução havida entre 1960 e 1980; saliente-se a diminuição de 3 homens por cada 100 mulheres em 1970-80, muito acentuada para um período relativamente curto. As razões, não tendo sido ainda estudadas, podem relacionar-se com o facto de o recenseamento de 1970 incluir os milhares de militares do exército colonial que nessa altura estavam em Moçambique e com possíveis erros dos próprios censos.

Numa análise a nível provincial, verifica-se que as únicas situações que apresentam um "sex-ratio" superior a 100, são as da cidade de Maputo e da província de Sofala. Para a primeira é fácil uma explicação baseada na grande atracção que exerce sobre a população rural das províncias a sul do Save, muito em particular população masculina, que vem à procura de trabalho e de melhores condições de vida. Levando esta análise a níveis regionais de menor escala, verifica-se o mesmo em todas as cidades, com excepção da urbe de Inhambane, única com uma razão de masculinidade inferior a 100. A situação observada na província de Sofala não é só explicada pela atracção que a cidade da Beira exerce sobre a mão-de-obra masculina, mas também pelo facto de possuir três distritos que atraem população, em especial homens adultos, devido às actividades industriais que aí se exercem (distri-

tos do Dondo, Marromeu e Cheringoma), todos com uma razão de masculinidade superior a 100. Esta situação pode ser mais facilmente compreendida analisando os movimentos migratórios intra e inter-provinciais (ver ponto 3 deste capítulo).

Quadro 26 - Variação territorial do "sex-ratio" no período 1960-80

Províncias	1960	1970	1980	Número de distritos com "sex-ratio", em 1980 (a)		
				< 90	90-100	> 100
NIASSA	91	95	92	5	6	0
CABO DELGADO	92	95	90	6	6	1
NAMPULA	93	99	98	0	16	2
ZAMBÉZIA	96	98	96	2	11	2
TETE	89	95	90	6	4	0
MANICA	-	-	92	4	2	1
SOFALA(b)	101	105	101	2	3	3
INHAMBANE	84	95	85	9	0	0
GAZA	84	92	90	6	1	1
MAPUTO(pr.)(c)	103	99	92	2	3	2
MAPUTO(cid.)	-	-	115	-	-	-
PAÍS TOTAL	93	98	95	42	52	12

(a)- Não inclui a população das cidades.

(b)- Para os anos de 1960 e 1970 inclui a província de Manica.

(c)- Para os anos de 1960 e 1970 inclui a cidade de Maputo.

Fonte: Elaborado com base nos recenseamentos populacionais de 1970 e 1980.

Fazendo uma apreciação da razão de masculinidade por grupos etários quinquenais, segundo os dados de 1980, observa-se uma situação assaz heterogénea e com valores que se afastam bastante da média do país. Os grupos etários dos 10-19 e dos 50-59 anos apresentam valores nitidamente superiores a

100 (114,9 para o grupo dos 10-14 anos), enquanto o dos 20-39 anos não atinge os 85 (76,6 para o dos 20-24 anos). As razões desta situação ainda não estão estudadas, podendo avançar-se diversas hipóteses que, em conjunto ou isoladamente, terão afectado determinadas gerações, como sejam migrações de trabalho para fora do país de indivíduos das idades mais produtivas, mortalidade infantil ou das crianças até aos quatro anos; juntem-se eventuais erros dos recenseamentos no que concerne às idades, devido à atracção pelo número zero (que permite arredondamentos) em países com uma grande percentagem de população analfabeta.

A estrutura social e por ramos de actividade, no caso concreto de Moçambique, assim como doutros países subdesenvolvidos, sofre algumas distorções significativas em relação aos padrões considerados desejáveis, porque um número significativo de jovens com menos de 15 anos participam activamente na esfera produtiva. Por isso, os dados já divulgados do Recenseamento Geral da População de 1980 respeitantes às actividades económicas da população, consideram como activos (ou em idade activa) todos os indivíduos com 12 anos e mais. Porque é absolutamente lógico, ao estudar a força de trabalho de um país, considerar os grupos etários que, na realidade, estão maioritariamente envolvidos em actividades produtivas, mesmo que na produção familiar, os dados aqui apresentados também consideram a força de trabalho com base na população a partir dos 12 anos, apesar de se estabelecer uma certa disparidade em relação aos cálculos efectuados atrás

para a razão de dependência. Segundo este conceito, em 1980, a força de trabalho correspondia a 58% da população total. Este valor desceria para pouco mais de 50% se fosse apenas considerada a população com 15 anos e mais.

A distribuição da força de trabalho pode observar-se no quadro 27, verificando-se que, da população em idade de trabalhar, apenas 87,1% possuía uma actividade remunerada; os restantes incluem estudantes com 12 anos e mais (11,6%) e desempregados (1,3%).

Considerando a distribuição desta população por ramos de actividade, verifica-se a seguinte situação:

- nos sectores agrário e de pescas	85,27%
- nos sectores industrial e de construção	6,97%
- nos sectores de transportes, comunicações e comércio	3,39%
- nos sectores de serviços (educação, saúde e outros)	4,37%

(Fonte: 1º Recenseamento geral da População. Maputo, Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983).

A grande maioria da população trabalhadora exerce a sua actividade nos sectores agrário e de pescas (de notar que o sector das pescas tem um peso relativo bastante pequeno, pelo que se pode afirmar que mais de 80% pertence ao agrário). Da população a trabalhar no sector agrário, 93% está incluída no ramo da agricultura familiar, o que reforça o carác-

ter fundamentalmente agrícola do país, o desenvolvimento ainda fraco da sua agricultura e o papel que aquele ramo desempenha na economia nacional. Esta situação dificulta a análise dum aspecto deveras importante que é o problema do subemprego, ou desemprego oculto, situação particularmente relevante numa sociedade onde a agricultura familiar tradicional ainda tem o peso que hoje se nota em Moçambique. O próprio problema do desemprego é difícil de analisar nesta situação, pois todo o indivíduo residente no campo e mesmo na periferia da cidade possui, pelo menos, uma pequena parcela de terra donde obtém alguns produtos para subsistência. Por isso, a percentagem de desempregados que aparece no quadro 27 pode ser bastante aleatória, já que talvez reflecta apenas o desemprego urbano e o de jovens que procuram o seu primeiro posto de trabalho.

Quadro 27 - Distribuição da força de trabalho em Moçambique, por sexo, em 1980 (população com 12 anos e mais)

	%	Total	H	M	% do total	
					H	M
TOTAL	100,0	7036360	3375299	3661061	48,0	52,0
TRABALHADORES	79,3	5576464	2622220	2954244	47,0	53,0
DESEMPREGADOS	1,3	94826	75505	19321	79,6	20,4
ESTUDANTES	11,6	819407	519574	299833	63,4	36,6
DOMÉSTICOS	4,0	280013	22117	257836	7,9	92,1
OUTROS	3,8	265650	135823	129827	51,1	48,9

Fonte: 12 Recenseamento Geral da População. Maputo, Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983.

Considerando a divisão sexual do trabalho, constata-se que no sector agrário trabalham muitas mais mulheres que homens

(60,3 contra 39,7%), enquanto na indústria e construção a situação é absolutamente inversa, como se pode observar no quadro 28.

Quadro 28 - Divisão sexual do trabalho por ramos de actividade em 1980 (%)

Ramos de actividade	H	M
Agrário e de pescas	39,7	60,3
Industrial e de construção	93,9	6,1
Transportes, comunicações e comércio	87,4	12,6
Serviços (educação, saúde e outros)	83,6	16,4

Fonte: Elaborado com base em: 1º Recenseamento Geral da População. Maputo, Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983.

Estes valores relativos mostram quão importante é o papel da mulher na agricultura mas, pelo contrário, é evidente a sua inserção ainda muito fraca nos outros ramos de actividade.

A distribuição dos trabalhadores segundo os grupos considerados no censo de 1980 permite uma melhor análise da população moçambicana. Em valores relativos, e em relação ao número total de trabalhadores, a situação é a seguinte:

- operários não agro-pecuários 6,4%
- operários agro-pecuários 3,8%
- camponeses 78,2%
- cooperativistas 0,6%

- empregados assalariados	5,6%
- artesãos e trabalhadores individuais	2,9%
- patrões (a)	0,3%
- outros não classificados	2,2%

(a) - consideram-se patrões os indivíduos que utilizam mão-de-obra assalariada não familiar.

Mais uma vez ressalta a grande importância da agricultura familiar através do peso relativo dos camponeses, grupo social que representa, na realidade, a grande maioria da população moçambicana; este facto é reforçado se se atender a que mais de 65% do total da população pertence a famílias camponesas.

Um outro aspecto que deve ser ressaltado é o pequeno peso dos cooperativistas (0,6%), se se tiver em atenção que uma das grandes opções feitas em Moçambique para o desenvolvimento da agricultura é a sua cooperativização. Este aspecto será alvo dum tratamento mais detalhado em capítulo próprio, mas a situação actual deve apresentar-se algo diferente da de 1980.

Quadro 29 - Distribuição dos trabalhadores por grupos sociais e ramos de actividade (1980)

Grupos sociais	Total geral	1	2	3	4
Operários não agro-pecuários	358653	32707	222811	62777	40366
Operários agro-pecuários	210859	178992	26734	1226	3906
Camponeses	4359817	4354483	719	306	4309
Cooperativistas	30168	27011	2837	25	293
Empregados assalariados	314776	21734	50598	70737	171707
Artesãos e trabalhadores individuais	162483	44927	68005	42292	7259
Patrões	14668	6837	2734	4130	967
Outros	125040	88140	14485	7776	14639

- 1 - Sectores agrário e de pescas. Este último apenas tem uma representação marcante entre os artesãos e trabalhadores individuais.
- 2 - Sectores de minas, indústria, energia e construção.
- 3 - Sectores de transportes, comunicações e comércio.
- 4 - Sector de serviços e outros, que inclui a educação, saúde, administração estatal, serviços e outros.

Fonte: 1º Recenseamento Geral da População. Maputo, Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983.

2.2. Os índices demográficos

Como já atrás foi referido, Moçambique tem um crescimento demográfico médio anual muito elevado. Este ritmo é mantido, pode dizer-se que exclusivamente, pelo saldo fisiológico. Segundo estudos realizados recentemente pela Direcção Nacional de Estatística, as taxas brutas de natalidade e mortalidade para o período 1975-1980 foram 47,14 e 20,69 por mil, respectivamente (quadro 30), do que resulta um crescimento natural ($T_n - T_m$) de 2,64%.

Quadro 30 - Evolução da natalidade e mortalidade em Moçambique entre 1950 e 1980

Período	Natalidade (por 1000)	Mortalidade (por 1000)	Crescimento natural (%)
1950-55	49,80	35,24	1,45
1955-60	49,54	31,89	1,76
1960-65	48,97	28,67	2,03
1965-70	48,17	25,67	2,25
1970-75	47,36	22,98	2,44
1975-80	47,14	20,69	2,64

Fonte: 12 Recenseamento Geral da População. Maputo, Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983.

(Foram feitas ligeiras adaptações nas taxas de crescimento natural).

Observando-se a evolução das taxas de natalidade e de mortalidade desde 1950 verifica-se que, enquanto a natalidade se mantém em níveis muito próximos da reprodução natural, com um decréscimo insignificante num período de 30 anos (2,66 por mil), a mortalidade conhece uma diminuição bastante mais

rápida (14,55 por mil no mesmo período), o que se vai repercutir em saldos fisiológicos cada vez mais acentuados. Este é um comportamento demográfico típico de sociedades fundamentalmente rurais onde se registam alguns progressos no enquadramento sanitário, e portanto característico da maior parte dos países subdesenvolvidos, que dá origem àquilo que os demógrafos denominam como "transição demográfica", ou, segundo outra expressão também corrente na literatura, "explosão demográfica". Isto significa que o equilíbrio entre as determinantes do movimento natural da população (natalidade e mortalidade) foi rompido, o que tem repercussões directas em todo o processo de desenvolvimento. Dada a quase constante taxa de natalidade, é óbvio que o rápido decréscimo observado na mortalidade dá origem a um tipo de estrutura demográfica com grande crescimento do grupo etário jovem. Este efeito estrutural aumenta, naturalmente, o número de pessoas em idade reprodutiva e, por isso, tem consequências directas no número de nascimentos. É assim que a quantidade de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) nos países subdesenvolvidos, segundo cálculos elaborados pela ONU passará de 392,3 milhões em 1950, para 1102,7 milhões no ano 2000 (ARAÚJO, 1985, p. 81). Tendo em atenção as teorias da "transição demográfica", Moçambique encontrar-se-á em plena fase de transição (quer dizer, de desequilíbrio entre a natalidade e a mortalidade), mas ainda longe de a concluir e de estabelecer um novo equilíbrio demográfico.

Considerando os diversos programas existentes em Moçambique

no domínio da Saúde Pública e da Educação e que constituem, sem dúvida, políticas populacionais implícitas, torna-se evidente que a mortalidade, e muito em particular a infantil, irá observar a médio prazo descidas bastante acentuadas. Como os níveis de fecundidade são muito elevados e não terão diminuições sensíveis nos tempos mais próximos, o desequilíbrio agora existente tenderá a acentuar-se. Deve ter-se em atenção o facto de que, apesar de funcionarem alguns programas que visam, em particular, o espaçamento dos nascimentos através duma acção educativa, os seus efeitos sobre a fecundidade só podem ser considerados a longo prazo.

No período de 1945-1980 a taxa global de fecundidade (média de filhos nados vivos durante o período reprodutivo da mulher) teve o seguinte comportamento:

- 1945-50	7,22	filhos/mulher
- 1955-60	6,98	" "
- 1975-80	6,45	" "

(1º RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, 1983).

Apesar de se observar tendência para uma ligeira diminuição, os valores são ainda muito elevados. Inclusivamente a nível urbano, este indicador ainda apresenta valores muito altos (5,72 filhos/mulher em 1975-80), o que revela que as famílias, mesmo vivendo na cidade, mantêm os comportamentos demográficos do campo.

O problema do grande crescimento demográfico resultante do

desequilíbrio entre a natalidade e a mortalidade não se coloca a nível de espaço habitável, mas sim a nível económico-produtivo, porque a desigualdade entre os dois tipos de crescimento é cada vez maior, o que agrava as condições de vida da população. Estes valores são um espelho das condições sócio-económicas que ainda afectam a população moçambicana em geral, as quais, não podendo ser superadas em curto período de tempo, exigem no entanto o estabelecimento de uma política populacional explícita que permita controlar, a longo prazo, o crescimento demográfico, em concordância com o desenvolvimento económico planificado.

Dentro da mortalidade tem particular importância a mortalidade infantil, a qual costuma ser muito utilizada para definir os níveis de desenvolvimento sócio-económico. A taxa de mortalidade infantil média para Moçambique, em 1980, cifrava-se em 159 por mil (INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA, 1985), situando-se entre as mais elevadas de África.

Como consequência das altas taxas de mortalidade, a esperança média de vida à nascença (e_0^o) é muito reduzida, sendo mais elevada entre as mulheres (45,0 anos) que entre os homens (42,1 anos).

Ao fazer-se uma análise da distribuição geográfica destes indicadores constatam-se algumas variações regionais acentuadas, como se pode ver pelos quadros 31 e 32.

Quadro 31 - Distribuição geográfica da fecundidade e da natalidade no período 1975-80

PAÍS	Taxa global de fecundidade	Taxa de natalidade (por 1000)		
		HM	H	M
	6,42	47,1	48,4	46,0
URBANA	5,72	41,3	39,4	43,5
RURAL	6,93	48,0	49,9	46,3
NIASSA	7,40	51,8	54,1	49,7
CABO DELGADO	6,45	48,7	51,4	46,3
NAMPULA	6,21	44,3	44,8	43,9
ZAMBÉZIA	8,20	54,6	55,7	53,5
TETE	7,33	50,5	53,3	48,0
MANICA	7,10	48,7	50,8	46,8
SOFALA	6,54	44,8	44,6	45,0
INHAMBANE	6,11	41,5	45,2	38,4
GAZA	6,36	42,7	43,1	40,6
MAPUTO (provincia)	6,40	41,8	43,5	40,1
MAPUTO (cidade)	5,72	41,4	38,7	44,5

Fonte: Informação estatística 1975-1984. Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985.

Com excepção da cidade de Maputo, todas as provincias têm taxas globais de fecundidade superiores a seis. As provincias que apresentam valores mais elevados, e bastante superiores à média nacional, são as da Zambézia, Niassa, Tete e Manica, com mais de sete filhos por mulher. São também estas provincias, com excepção da de Manica, que possuem as taxas de natalidade mais elevadas do país (superiores a 50 por mil).

O valor da fecundidade urbana apresentada para o total do país é idêntico ao da cidade de Maputo, pelo que se pode pensar que aquela não é, na realidade, representativa da situação dos centros urbanos, mas reflecte em grande parte o

peso da fecundidade observada na capital nacional.

Quadro 32 - Distribuição geográfica das taxas de mortalidade, mortalidade infantil e da esperança média de vida à nascença em 1980

	Taxa de mortalidade (por 1000)			Taxa de mortalidade infantil (por 1000)			Esperança de vida (anos)		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
PAÍS	20,6	22,1	19,2	159	172	146	43,6	42,1	45,0
URBANA	13,0	13,6	12,5	130	140	119	48,7	47,0	50,4
RURAL	21,8	22,6	21,2	183	197	169	39,1	38,6	39,9
NIASSA	22,3	23,2	21,5	219	235	202	35,3	34,0	36,3
CABO DELGADO	21,9	22,7	21,1	213	229	197	36,0	34,7	37,3
NAMPULA	21,5	22,2	20,7	207	223	192	36,7	35,4	38,0
ZAMBÉZIA	22,9	23,8	22,1	226	243	209	34,4	33,1	35,6
TETE	22,4	23,3	21,7	220	237	204	35,1	33,8	36,3
MANICA	21,0	21,8	20,3	202	217	186	37,5	36,1	38,8
SÓFALA	22,2	23,0	21,4	216	233	200	35,6	34,3	36,9
INHAMBANE	17,8	18,5	17,3	156	168	143	44,1	42,6	45,5
GAZA	17,4	18,0	16,9	149	161	137	45,2	43,7	46,7
MAPUTO (pr.)	16,0	16,5	15,5	125	135	115	49,2	47,8	50,7
MAPUTO (cid.)	15,1	15,5	14,6	108	117	99	52,4	50,9	53,9

Fonte: Informação estatística 1975-1984. Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985.

A observação do quadro acima leva, de imediato, a diversas constatações, entre as quais se podem salientar:

- grandes variações regionais nos valores dos três indicadores;
- agravamento geral dos valores de Sul para Norte, quer dizer, com o aumento da distância da cidade de Maputo;
- diferenças bastante pronunciadas entre a população ur-

- bana e rural;
- desníveis marcantes entre os sexos.

Uma análise mais atenta possibilita a delimitação de duas áreas geográficas em função das taxas observadas:

- i) norte do rio Save, com taxas de mortalidade e de mortalidade infantil superiores a 20 e 200 por mil, respectivamente, e esperança de vida à nascença inferior a 40 anos;
- ii) sul do rio Save, com taxas de mortalidade e mortalidade infantil inferiores a 20 e 200 por mil, respectivamente, e esperança de vida à nascença superior a 40 anos.

Em cada uma destas duas áreas ainda podem ser propostas duas sub-áreas, muito em particular em função das taxas de mortalidade infantil.

Na área a norte do rio Save:

- i) sub-área Sofala-Tete-Zambézia-Niassa, onde as taxas de mortalidade infantil são superiores a 215 por mil, a de mortalidade situa-se entre os 22 e os 23 por mil, e a esperança de vida à nascença é de 34 a 36 anos;
- ii) sub-área Cabo Delgado-Nampula-Manica, possuindo ta-

taxas de mortalidade infantil inferiores a 215 por mil, taxas de mortalidade de 21 a 22 por mil, enquanto a esperança de vida à nascença é de 36 a 38 anos.

Na área a sul do rio Save pode propôr-se a seguinte divisão:

- i) sub-área de Inhambane-Gaza, com taxas de mortalidade infantil superiores a 145, taxas de mortalidade entre 17 e 18, e esperança de vida na ordem dos 44 a 45 anos;

- ii) sub-área de Maputo, com taxas de mortalidade infantil inferiores a 130 por mil, taxas de mortalidade iguais ou inferiores a 16 por mil, e esperança de vida superior a 47 anos.

2.3. Algumas conclusões

Pelo que ficou expresso nos dois parágrafos anteriores, podem esboçar-se algumas conclusões sobre as principais características da população moçambicana que, em última análise, não diferirão muito das que correspondem aos restantes países subdesenvolvidos:

- a) população fundamentalmente jovem, com mais de 55% dos habitantes pertencendo aos grupos etários inferiores a 20 anos, donde resultam taxas de dependência muito elevadas;

- ◁ b) altas taxas de natalidade e mortalidade, mas com esta a decrescer a ritmos que não são acompanhados pelos daquela, donde resulta grande desequilíbrio que se repercute num forte crescimento demográfico, em contraste com o fraco crescimento económico, aumentando o desnível população/produção;

- c) diferenças regionais pronunciadas de alguns indicadores demográficos, que reflectem os contrastes territoriais do desenvolvimento sócio-económico, muito em especial entre o sul e o norte do Save;

- d) população fundamentalmente rural, constituída na sua maioria por camponeses que se dedicam a uma agricultura familiar tradicional, e onde o subemprego ou desemprego oculto afecta uma parte ainda desconhecida, mas de certeza considerável, da população em idade de trabalhar;

- e) a maioria da população em idade de trabalhar encontra-se no sector agrário, onde a mulher ocupa um lugar nitidamente preponderante.

Este estado de coisas influencia a actual situação económica e é influenciado por ela. Devido a esta interdependência, todos os planos de desenvolvimento económico que não entrem em linha de conta com uma política demográfica explícita, terão sempre grandes dificuldades, para não dizer impossibi-

lidade, no sentido de alcançar bons resultados, do mesmo modo que qualquer política demográfica estará destinada ao fracasso desde que não se encontre integrada num adequado plano de desenvolvimento sócio-económico nacional, regional e local.

Todos os planos que se pretendam implementar devem ter como um dos seus objectivos a redução do desequilíbrio "crescimento demográfico/crescimento económico". Mas esta redução, para que atinja níveis cada vez mais próximos do ajustamento desejado, não pode ser vista apenas como resultante da evolução isolada duma das componentes desta unidade.

3. Distribuição territorial da população

Cada vez mais a distribuição e redistribuição da população é um assunto que inquieta os governos de numerosos países, muito particularmente países subdesenvolvidos, para diversos dos quais este aspecto é uma das preocupações prioritárias no domínio dos estudos populacionais. Isto sucede porque se torna necessário saber como é que a redistribuição da população pode aumentar a eficiência dos sistemas económicos e o bem-estar dos habitantes (CLARKE, 1982, p. 1 a 9).

Em Moçambique a distribuição da população também constitui uma preocupação, pois está bastante ligada a toda a política de desenvolvimento económico planificado do país e, mui-

to em particular, à política de desenvolvimento rural.

Considerando a população total de 12.130.000 habitantes (censo de 1980), a densidade média para o conjunto do território nacional é de 15,2 habitantes por quilómetro quadrado. As estimativas feitas para 1985 (13.974.700 habitantes) elevam o número de habitantes por km² para 17,48. Este indicador geral está, no entanto, longe de exprimir a verdadeira situação da distribuição geográfica da população no país, a qual, apesar duma certa homogeneidade, apresenta diferenças entre distintas regiões.

A distribuição provincial da população, em valores absolutos e segundo os dados de 1980, está expressa no quadro 33. Pode observar-se que as províncias nortenhas de Nampula e Zambézia, ocupando 23,3% da área total do país, concentram 40,4% do conjunto da população, enquanto a província do Niassa, com 16,1% da superfície, apenas possui 4,2% da população.

Apesar dos valores aqui referidos, a distribuição da população, considerando o conjunto do país, não apresenta desníveis que possam levar a considerá-la muito heterogénea, conforme se pode comprovar através da construção da curva de Lorenz, que estabelece a relação entre as áreas acumuladas em ordem decrescente de densidade e a população acumulada nessas áreas, ou utilizando o cálculo do "ratio" de concentração (CR).

Quadro 33 - Distribuição geográfica da população de Moçambique em 1980

Províncias	Área		População		Densidade
	Km ²	% do total	Número	% do total	
PAÍS	799.379	100,00	12.130.000	100,00	15,2
NIASSA	129.055	16,10	514.100	4,24	4,0
CABO DELGADO	82.625	10,34	940.000	7,75	11,4
NAMPULA	81.606	10,21	2.402.700	19,81	29,4
ZAMBÉZIA	105.008	13,14	2.500.200	20,61	23,8
TETE	100.724	12,60	831.000	6,85	8,3
MANICA	61.661	7,71	641.200	5,29	10,4
SOFALA	68.018	8,50	1.065.200	8,78	15,7
INHAMBANE	68.615	8,60	997.600	8,22	14,5
GAZA	75.709	9,51	990.900	8,17	13,1
MAPUTO (pr.)	25.756	3,22	491.800	4,05	19,1
MAPUTO (cid.)	602	0,07	755.300	6,23	1254,7

Fonte: 12 Recenseamento Geral da População. Maputo, Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983.

Quadro 34 - Cálculo do "ratio" de concentração da população moçambicana referente aos dados de 1980

	Área (Km ²)	População	Proporções acumuladas		Produtos	
			A _i	P _i	P _i A _{i+1}	P _{i+1} A _i
PAÍS	(a) 798.778	11.374.700	-	-	2.733	2.653
MAPUTO	25.756	491.800	0,032	0,045	0,005	0,003
MANICA	61.661	641.200	0,109	0,099	0,019	0,021
SOFALA	68.018	1.065.200	0,194	0,193	0,054	0,055
INHAMBANE	68.615	997.600	0,280	0,281	0,105	0,103
GAZA	75.709	990.900	0,375	0,368	0,176	0,217
NAMPULA	81.606	2.402.700	0,477	0,579	0,336	0,316
CABO DELGADO	82.625	940.000	0,580	0,662	0,467	0,426
TETE	100.724	831.000	0,706	0,735	0,616	0,674
ZAMBÉZIA	105.008	2.500.200	0,838	0,955	0,955	0,838
NIASSA	129.055	514.100	1,000	1,000	-	-

A_i - Área acumulada

P_i - População acumulada

(a) - Sem incluir a área e população da cidade de Maputo

A partir dos valores do quadro 34, o "ratio" de concentração obtém-se pela fórmula:

$$CR = \left(\sum_{i=1}^n P_i \cdot A_{i+1} - \sum_{i=1}^n P_{i+1} \cdot A_i \right) \cdot K$$

então

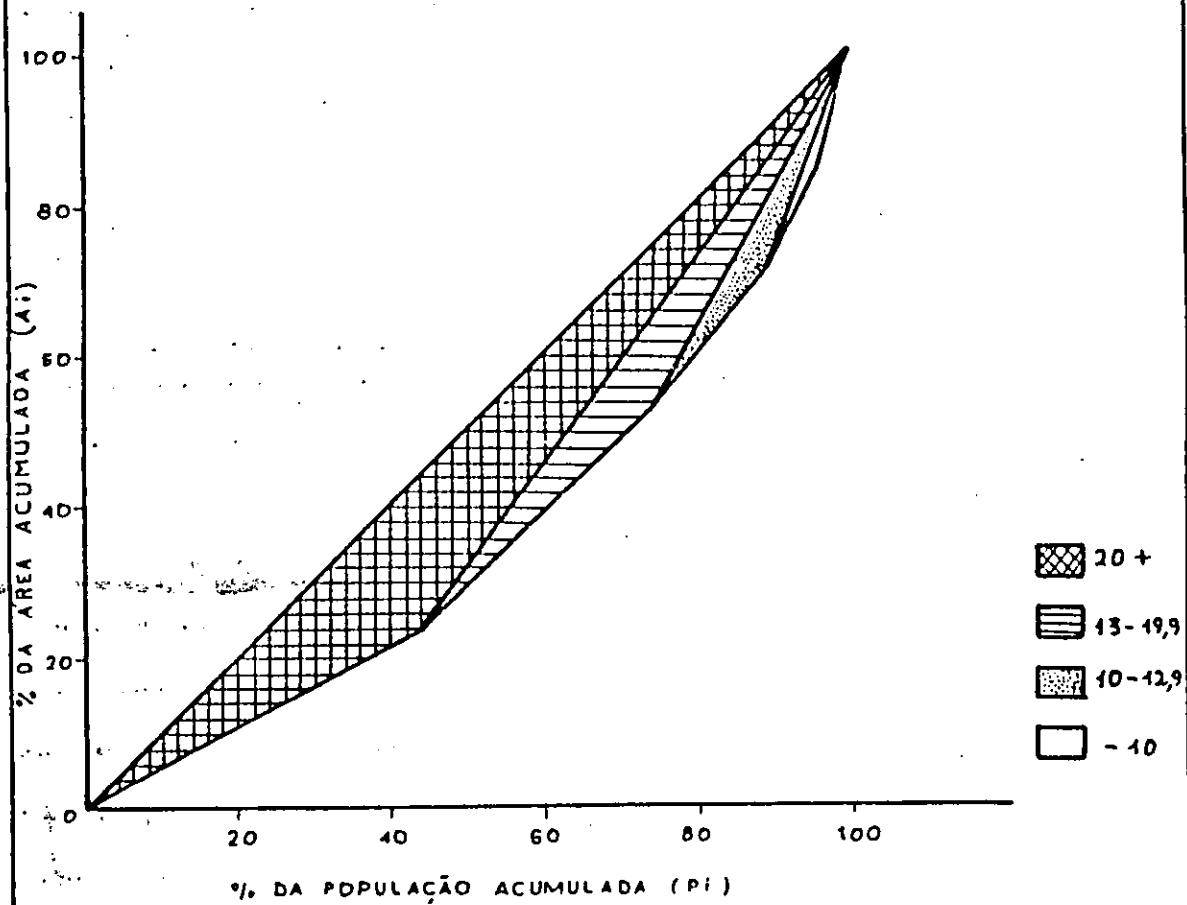
$$CR = (2,733 - 2,653) \cdot K$$

$$CR = 800$$

A figura 20 representa a curva de Lorenz para Moçambique referente aos dados de 1980. Porque a curva da população acumulada (P_i) se aproxima bastante da diagonal das áreas acumuladas (A_i), a população, considerando todo o território nacional, e segundo este método, tem uma distribuição de comportamento relativamente uniforme. O "ratio" de concentração é bastante pequeno, como consequência duma certa uniformidade na distribuição territorial da população, considerando o conjunto do país. Estes valores levam a concluir que em Moçambique não há áreas de grande concentração, exceptuando as cidades de Maputo e Beira, e a dispersão apresenta-se com relativa uniformidade.

À excepção das províncias de Nampula e Zambézia, com 29,4 e 23,8 habs/km² respectivamente, todas as outras têm densidades inferiores a 20. Também é verdade que densidades menores que 10 somente se observam nas províncias de Niassa e Tete. Não se considera, nesta variação territorial da densidade populacional, a cidade de Maputo, que possui estatuto de província, e onde a concentração de população, exclusiva-

Fig. 20 - CURVA DE LORENZ PARA A REPÚBLICA POPULAR DE MOCAMBIQUE 1980



H. Mungo 1986

mente urbana, atinge a densidade de 1.254,7 habs/km².

Quadro 35 - Distribuição geográfica da população em 1984
(estimada)

Províncias	População	% do total	Densidades
PAÍS TOTAL	13.284.174	100,0	16,6
NIASSA	557.935	4,2	4,3
CABO DELGADO	1.022.881	7,7	12,4
NAMPULA	2.630.266	19,8	32,2
ZAMBÉZIA	2.736.540	20,6	26,1
TETE	916.608	6,9	9,1
MANICA	704.061	5,3	11,4
SOFALA	1.169.007	8,8	17,2
INHAMBANE	1.089.604	8,2	15,9
GAZA	1.049.000	7,9	13,8
MAPUTO (prov.)	504.651	3,8	19,6
MAPUTO (cid.)	903.621	6,8	150,0

Fonte: Informação estatística 1975-1984. Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985.

Considerando as três grandes regiões em que habitualmente se divide o país - região Norte, formada pelas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia; Região Centro, de que fazem parte as províncias de Tete, Manica e Sofala; região Sul, constituída pelas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e cidade de Maputo -, observa-se a seguinte situação:

Região Norte - 49,8% da superfície total
52,4% da população total
15,96 habs/hm²

Região Centro - 28,8% da área total
20,9% da população total
11,0 habs/km²

Região Sul - 21,4% da superfície total
26,5% da população total
18,96 habs/km²

Excluindo da região Sul a cidade de Maputo, os valores passam a ser os seguintes:

21,2% da superfície

20,4% da população

14,58 habs/km²

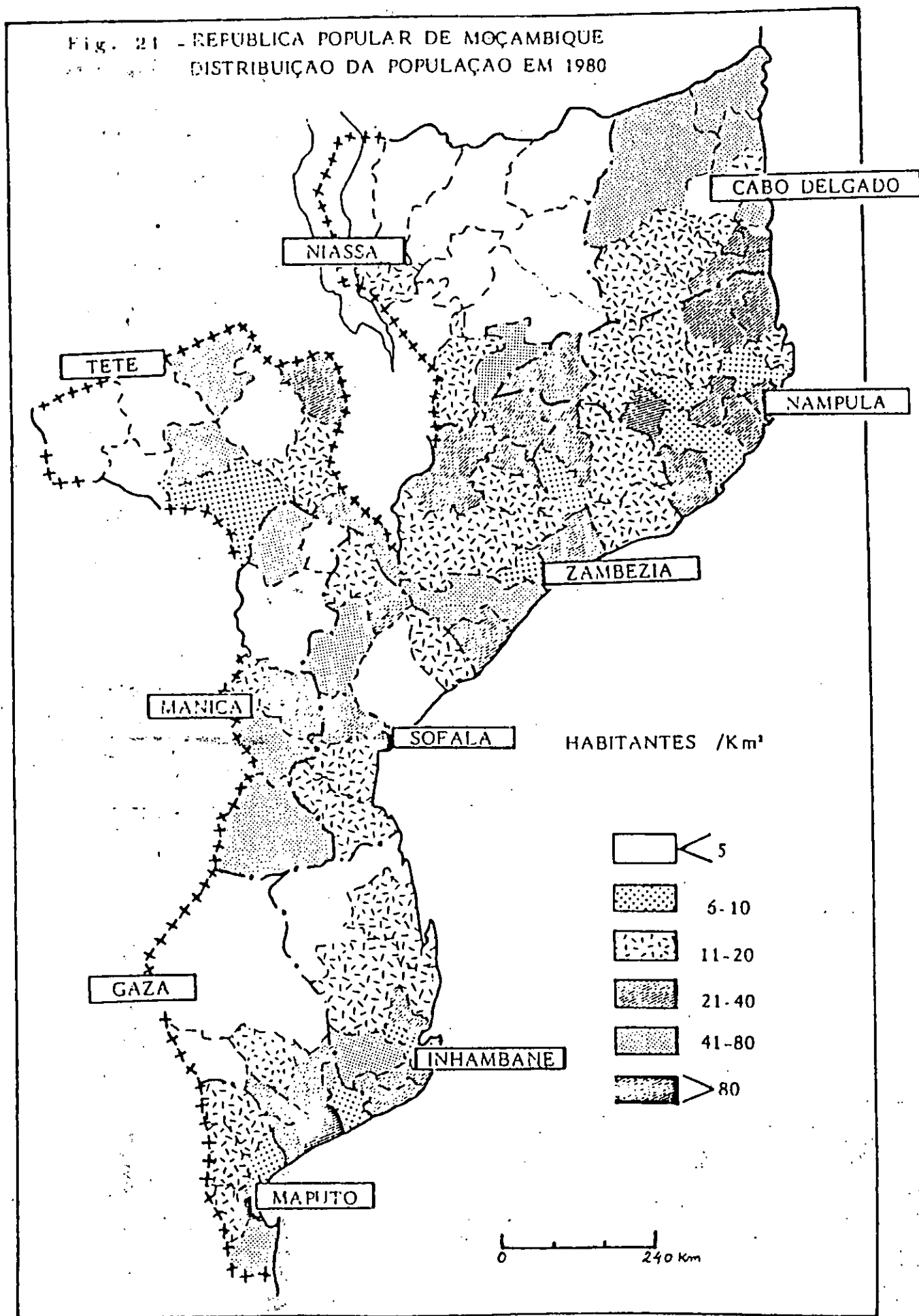
Mas as províncias constituem ainda territórios muito extensos e é na distribuição intraprovincial da população que se verificam os maiores contrastes. Em 1980 os valores das densidades distritais oscilavam entre menos de 1 e mais de 100 habs/km². Cerca de 16% dos distritos têm densidades inferiores a 5 habs/km², enquanto aproximadamente 31% apresentam densidades superiores a 30. As menores densidades demográficas distritais observam-se na província do Niassa (Mecula com 0,5 habs/km²), enquanto a maior, excluindo a cidade de Maputo, se encontra no distrito do Ibo, província de Cabo Delgado, com 135,7 habs/km², ao qual se segue o distrito de Quelimane, únicos casos de densidades distritais superiores a 100. A alta densidade do primeiro destes distritos (Ibo) talvez se possa explicar por ser formado exclusivamen-

te pelo arquipélago das Quirimbas, o que, em certa medida, dificulta os fluxos migratórios em direcção à parte continental, além de que a maioria das famílias residentes se dedicam à pesca, actividade que aqui fixa população.

Pela observação do mapa da figura 21 pode constatar-se que, dum modo geral, as densidades populacionais diminuem do Litoral para o interior, exceptuando a província da Zambézia, onde a repartição é um pouco diferente e surgem distritos do interior com densidades superiores às de alguns do litoral.

Não menosprezando a influência dos factores naturais sobre a distribuição da população, são, no entanto, os factores económicos que a marcam definitivamente. O facto de, em Moçambique as densidades mais elevadas se encontrarem, como regra geral, no litoral, é resultado do maior desenvolvimento económico que desde há muito caracteriza esta faixa do território. Foi no litoral que o regime colonial concentrou os poucos investimentos feitos em Moçambique, o que criou diferenças acentuadas entre este e todo o interior. As próprias excepções podem ser explicadas em função das actividades económicas que ali se desenvolveram. O caso da província da Zambézia é um exemplo bem elucidativo, pois foram os distritos do interior, na alta Zambézia, que maior desenvolvimento económico tiveram em função da extracção mineral e das grandes plantações de chá, não sendo pois de estranhar que neles se concentre mais população, devido não só à fixação, mas também à atracção de mão-de-obra que estas actividades

Fig. 21 - REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1980



exercem. Outros exemplos podem ser citados, como: o distrito do Dondo, em Sofala, com o seu desenvolvimento industrial, ainda que relativamente fraco; o distrito de Moatize, em Tete, onde se desenvolveu bastante a extracção de carvão; os distritos do vale do Limpopo, em função do desenvolvimento agro-industrial que neles se observou, e outros citados mais adiante a propósito das migrações inter-distritais. São, no entanto, os distritos onde se localizam as cidades os que apresentam sempre as maiores densidades provinciais, porque é nestas que se concentram as melhores infraestruturas sócio-económicas, transformando-as num verdadeiro íman para a população rural.

Quadro 36 - Distribuição territorial das densidades populacionais distritais referentes a 1980

Províncias	Densidades distri- tais		Nº de distritos com densidades			
	Maxima	Minima	<5	5-14	15-29	≥30
NIASSA	16,4	0,5	7	3	1	0
CABO DELGADO	135,7	4,0	1	8	2	2
NAMPULA	83,0	11,8	0	3	6	9
ZAMBÉZIA	106,3	8,7	0	4	4	7
TETE	72,1	1,4	4	3	1	2
MANICA	26,9	3,1	2	3	2	0
SOFALA	24,4	4,4	1	4	3	0
INHAMBANE	87,8	3,9	1	3	0	5
GAZA	88,6	1,7	1	1	1	5
MAPUTO (prov.)	52,6	8,2	0	3	1	3
PAÍS TOTAL	135,7	0,5	17	35	21	33

Nota: No presente quadro foi excluída a população urbana das cidades de Maputo e Beira.

Fonte: Elaborado com base nos dados do Recenseamento Geral da População de 1980.

Porque a distribuição territorial da população está intimamente ligada à sua mobilidade, far-se-á, com base nos dados disponíveis e de forma ainda bastante incompleta, uma análise do fenómeno migratório interno, a nível inter-distrital e inter-provincial, a qual irá ajudar a explicar, em parte, as diferenças observadas. Esta análise é feita com base no primeiro estudo de migrações internas realizado pela Direcção Nacional de Estatística (FLUXOS MIGRATÓRIOS DA POPULAÇÃO, 1984).

Quadro 37 - Migrantes inter-distritais, na mesma província, segundo o sexo, em 1975-1980

Províncias	Efectivos em unidades			Distribuição em %		
	HM	H	M	HM	H	M
NIASSA	19.807	10.862	8.945	5,6	5,4	5,9
CABO DELGADO	41.284	21.434	19.850	11,7	10,7	13,0
NAMPULA	70.701	39.221	31.480	20,1	19,7	20,6
ZAMBÉZIA	63.821	42.129	21.692	18,1	21,1	14,2
TETE	21.896	11.701	10.195	6,2	5,9	6,7
MANICA	25.175	13.475	11.700	7,2	6,8	7,6
SOFALA	62.136	36.420	25.716	17,6	18,3	16,8
INHAMBANE	21.293	10.800	10.493	6,1	5,4	6,9
GAZA	21.101	10.792	10.309	6,0	5,4	6,7
MAPUTO (prov.)	4.929	2.518	2.411	1,4	1,3	1,6
PAÍS TOTAL	352.143	199.352	152.791	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fluxos migratórios da população. Vol 3. Maputo, Conselho Coordenador do Recenseamento, 1984.

No período de 1975-80 assistiu-se a uma mudança de residência inter-distrital (dentro da mesma província) de 352.143 pessoas, das quais 57% do sexo masculino. Isto equivale a uma mudança de residência, dentro da mesma província, dum média anual ligeiramente superior a 70.000 pessoas, o que, em

relação à população total do país, corresponde a cerca de 6 por mil, sendo a província de Sofala aquela que apresenta a relação mais elevada (12,5 por 1000), e a província de Maputo a menor (2,0 por 1000). Isto é fácil de compreender se se atender a que na província de Sofala existem, pelo menos, dois distritos (Dondo e Marromeu) que atraem muita população dos distritos vizinhos, enquanto a população da província de Maputo migra directamente para a cidade, pelo que se integra nas migrações inter-provinciais.

Em termos absolutos, o maior movimento migratório inter-distrital verificou-se nas províncias nortenhas de Nampula, Zambézia e Cabo Delgado e na província central de Sofala que, em conjunto, representam 67,5% do total das deslocações entre distritos dentro da mesma província. Em contrapartida, as províncias do Sul (Inhambane, Gaza e Maputo) apresentam um movimento migratório interno bastante mais fraco, facto que talvez se possa atribuir às mesmas razões já indicadas para a província de Maputo (a proximidade da cidade de Maputo).

Dum modo geral, e não considerando os movimentos em direcção às cidades, as migrações inter-distritais realizam-se entre distritos limítrofes, muito particularmente quando apresentam, como já atrás foi referido, níveis de desenvolvimento económico desequilibrado.

Tendo em consideração somente os saldos migratórios distritais, dentro da mesma província, superiores a 2.000 indivi-

duos, os distritos que atraem mais população são: Montepuez e Mocimboa da Praia, em Cabo Delgado; Monapo, na província de Nampula; Gurué, Mocuba e Chinde, na Zambézia; Moatize, na província de Tete; Chimoio, em Manica; Dondo, em Sofala; Homoine, na província de Inhambane; Gaza e Limpopo, na província de Gaza. Estes distritos apresentam um maior desenvolvimento económico, que pode explicar a atracção de população dos distritos vizinhos. Tal desenvolvimento manifesta-se através da existência de algumas pequenas unidades industriais ou de complexos agrários que necessitam de mão-de-obra.

Os distritos que apresentam saldos negativos superiores a 2.000 indivíduos são, geralmente, vizinhos dos anteriores (ver mapa da fig. 22). Estão nestas condições os de: Mueda e Palma, em Cabo Delgado; Maúa, no Niassa; Eráti, Nacala e Nampula, em Nampula; Ile e Quelimane, na Zambézia; Guro e Manica, em Manica; Chemba, Caia, Búzi e Cheringoma, em Sofala; Chibuto, em Gaza.

As migrações inter-provinciais também movimentam grande número de pessoas. Durante o mesmo período de 1975-80, mudaram de província de residência um total de 296.111 pessoas, das quais 60% do sexo masculino. Isto significa que em cada 1.000 moçambicanos, 24,4 mudaram de província naqueles anos.

As províncias com maiores saldos migratórios positivos inter-provinciais foram as de Sofala, Maputo, Nampula e ainda a cidade de Maputo. Em situação inversa encontram-se as de

Gaza, Cabo Delgado, Inhambane, Zambézia e Tete. Os valores encontrados para a cidade de Maputo, com um saldo migratório de 15.743 pessoas, estão subestimados, pois não representam, de modo algum, o grande fluxo migratório que se faz sentir nos últimos anos em direcção à capital moçambicana e que tem vindo a ser objecto de grande preocupação por parte das estruturas governamentais. Esta situação, segundo o Instituto Nacional de Planeamento Físico, não tem podido ser acompanhada por um controlo eficaz que permita conhecer o volume de pessoas que mensalmente demandam a cidade.

O saldo migratório inter-provincial em relação à população recenseada em 1980, por 1.000 habitantes, apresenta uma situação bastante diversificada de distrito para distrito e de província para província (mapa da fig. 23). Os distritos que apresentam relações positivas mais elevadas (superiores a 5/1.000) são os de Marromeu e Dondo na província de Sofala, e Namaacha e Boane na de Maputo.

Considerando os migrantes internos nas suas componentes sexual e etária, verifica-se que, a nível das migrações inter-provinciais, a relação mulheres/homens é de 100/141, sendo de 100/131 nos movimentos migratórios inter-distritais dentro da mesma província. Como é natural, são as pessoas em idade activa que mais migram, como se pode observar pela figura 24, não se notando diferenças sensíveis entre os diversos grupos etários activos. É, no entanto, nestes grupos que a masculinidade é mais selectiva, em particular nas migrações inter-provinciais.

R. P. M

Fig. 22 - SALDOS MIGRATORIOS INTERNOS INTRA-PROVINCIAIS
1975-1980

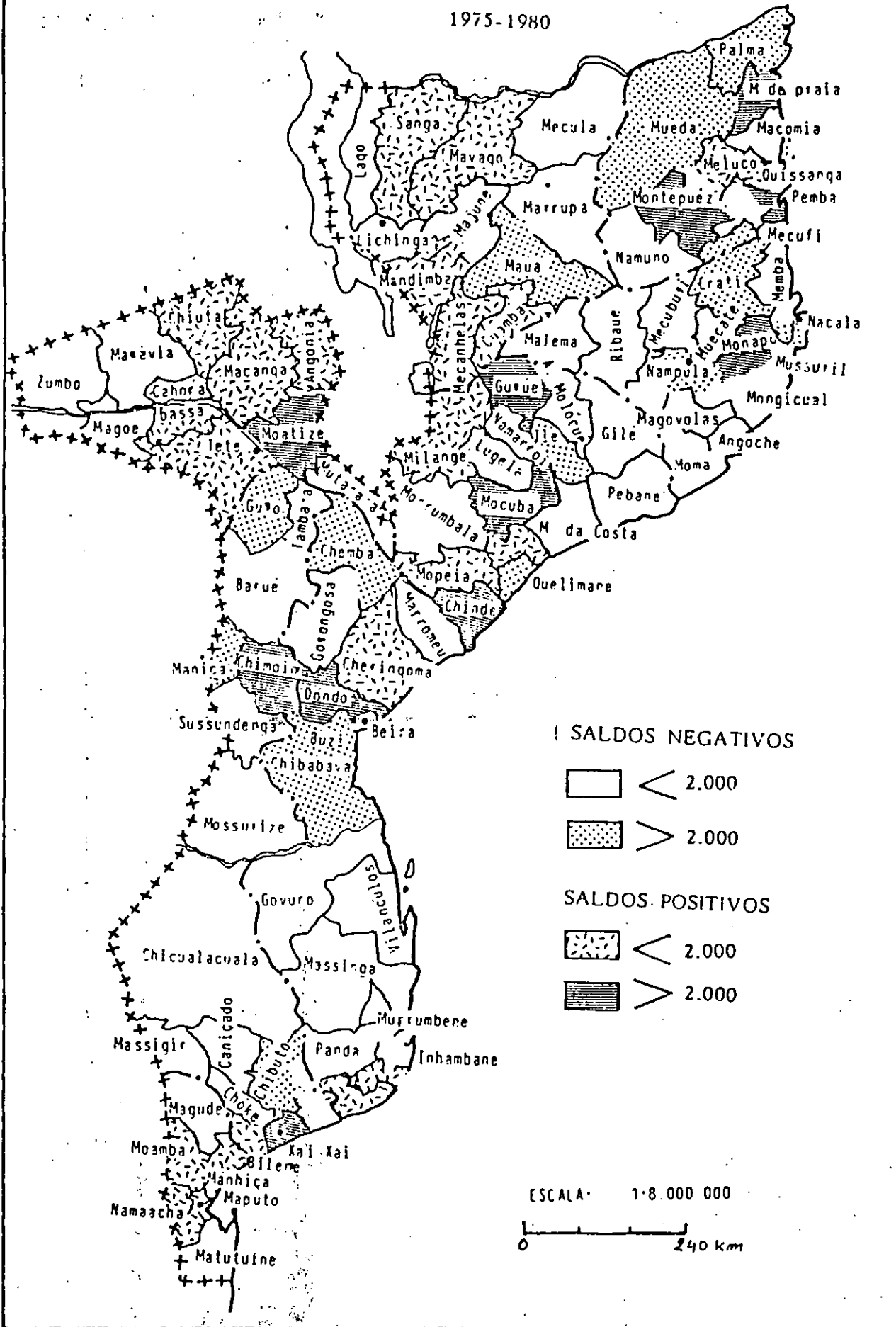
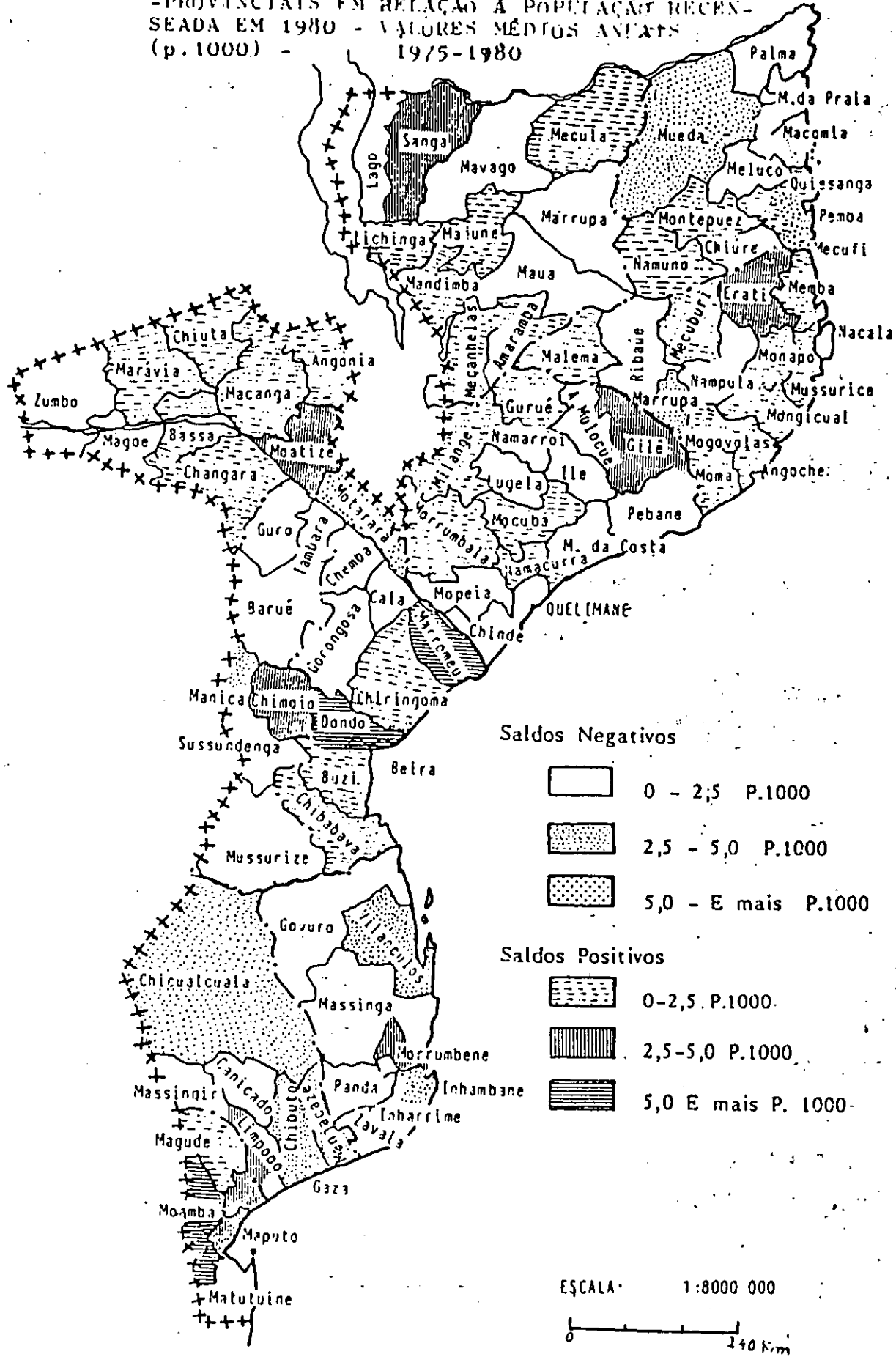


Fig. 23 - DISTRIBUIÇÃO DOS SALDOS MIGRATÓRIOS INTERNOS INTER-PROVINCIAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO RESENSEADA EM 1980 - VALORES MÉDIOS ANUAIS (p.1000) - 1975-1980

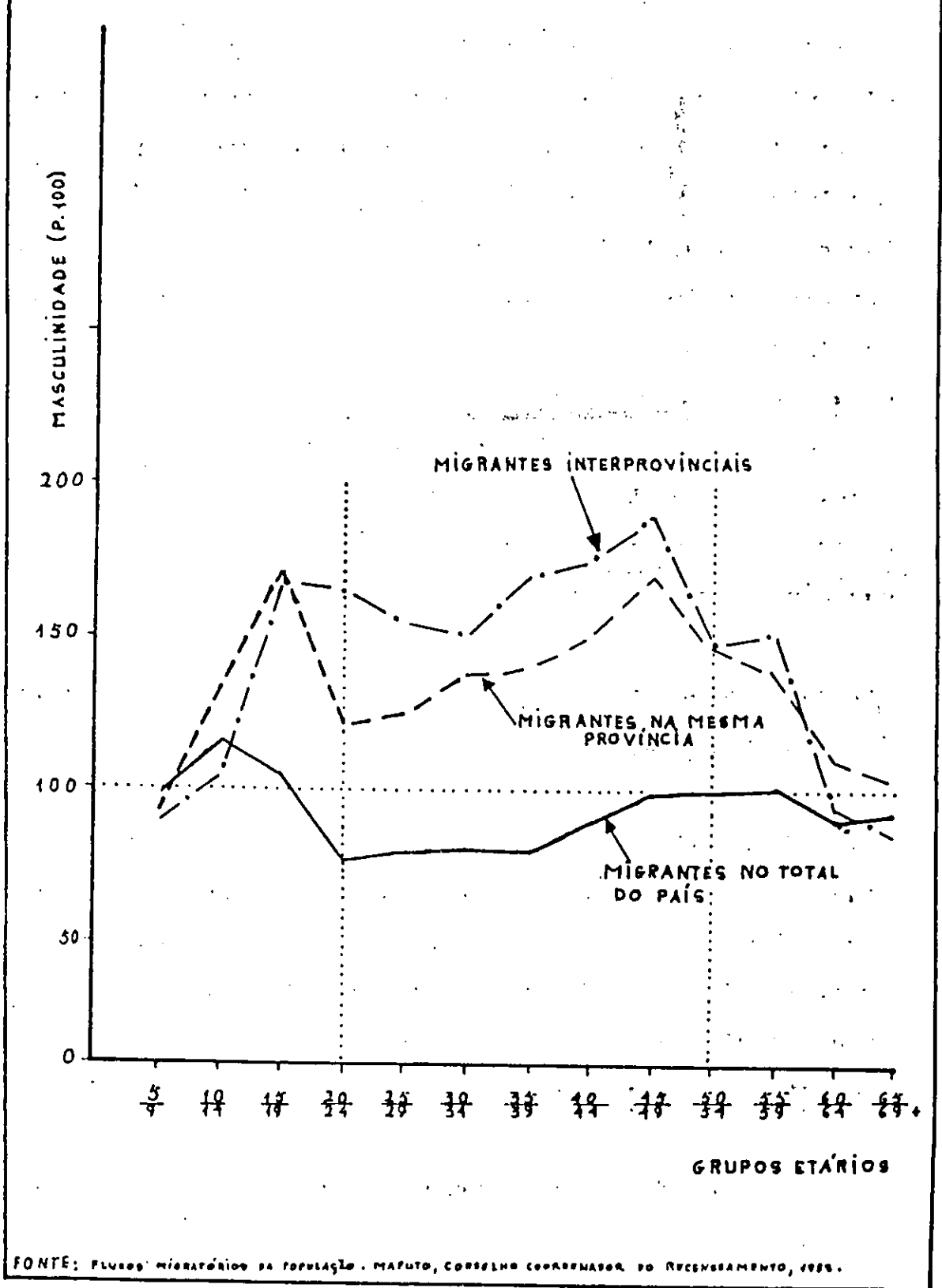


Um aspecto importante a analisar nas migrações é o grau de escolarização da população migrante. Segundo os dados do recenseamento de 1980, verifica-se que esta apresenta uma taxa de analfabetismo bastante inferior à taxa média do país, que é de 73%; entre os migrantes inter-districtais é de 60%, e de apenas 42% entre os inter-provinciais. O mesmo se passa em relação ao número de pessoas que concluíram o ensino primário: para o total do país o seu valor relativo é de 5%, enquanto para os migrantes inter-districtais e inter-provinciais atinge 11% e 18% respectivamente. Apenas a cidade de Maputo se apresenta como excepção a esta situação, pois aqui a população residente tem níveis de escolarização superiores aos daqueles que para ela se dirigem. Pode concluir-se que, a partir de certo nível de escolarização, aumenta a tendência para sair do campo, facto que não é novo nem exclusivo de Moçambique.

Fazendo uma breve observação sobre os grupos profissionais dos migrantes, verifica-se que enquanto a nível nacional os trabalhadores agro-pecuários, de caça e pesca representam 84,5% da população activa, entre os migrantes inter-districtais eles são 48,6%, e apenas 28,4% entre os inter-provinciais. Em contrapartida, os operários não agro-pecuários representam 34,6% e 47% dos migrantes inter-districtais e inter-provinciais, enquanto correspondem apenas a 8,3% da população activa nacional (FLUXOS MIGRATÓRIOS DA POPULAÇÃO, 1984).

Os dados até agora disponíveis, assim como a falta de estu-

FIG. 24 - RELAÇÃO DE MASCULINIDADE SEGUNDO O TIPO DE MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS, POR GRUPOS ETÁRIOS (1975-1980)



FONTE: Fluxos migratórios da população. MAPUTO, Conselho Coordenador do Recenseamento, 1980.

dos de casos concretos do fenómeno migratório interno de Moçambique, não permitem a definição dum esboço de teoria geral para as migrações no país. Mas, apesar de os referidos dados estarem subestimados, dão uma ideia bem expressiva da dinâmica do movimento migratório interno e da sua importância na redistribuição da população, no crescimento demográfico, além de constituírem um bom ponto de partida para o estudo mais aprofundado da problemática do grande crescimento urbano.

Considerando que os mecanismos que têm vindo a impulsionar os fluxos migratórios se mantêm, e tendo em atenção o elevado índice de mobilidade no interior de cada província, assim como o facto de cerca de 50% das migrações inter-provinciais se dirigirem para as cidades, pode prever-se que no futuro se irão acentuar aspectos como:

"...

- o aumento da dependência alimentar da cidade em relação ao campo;
- o acréscimo do nível de urbanização do país, com toda a série de implicações sociais, económicas, de alojamento, de política de emprego, da satisfação de outras necessidades básicas no domínio alimentar, educativo, sanitário, etc.;
- o desequilíbrio demográfico e o despovoamento de significativas regiões do país" (FLUXOS MIGRATÓRIOS DA POPU-

LAÇÃO, 1984, p. 23).

Em termos bastante sintéticos podem referir-se algumas características fundamentais das correntes migratórias internas em Moçambique:

- as migrações internas são, em grande parte, um movimento campo-cidade;
- os fluxos migratórios inter-districtais distribuem-se, em termos relativos e por província, em função do peso proporcional da população residente nas províncias. É assim que a um conjunto de províncias que concentram 60% da população do país (Nampula, Zambézia, Sofala e Cabo Delgado) correspondem 60% dos fluxos migratórios;
- os principais fluxos migratórios inter-provinciais realizam-se, fundamentalmente, entre províncias limítrofes (apenas surge, como excepção, a cidade-província de Maputo);
- os maiores saldos migratórios positivos inter-provinciais localizam-se na cidade e província de Maputo, na faixa Chimio-Dondo-Beira, no curso inferior do rio Limpopo e nas cidades de Nampula, Nacala e Beira;
- cerca de 20% do total dos fluxos migratórios foram observados entre as 12 cidades do país (consideradas ofi-

cialmente como tal).

O movimento migratório em Moçambique tem sido grandemente afectado, nos últimos tempos, por factores conjunturais, tais como a situação de guerra de que o país tem sido vítima, as secas prolongadas e as inundações. Estes factores vão introduzir dados que irão intensificar o movimento migratório e mesmo conferir-lhe características diferentes. No entanto, ainda não há suficiente informação que permita fazer uma nova análise da situação dos movimentos populacionais internos.

4. População rural e urbana

No âmbito do presente trabalho e após referência geral à população, no seu todo rural e urbano, torna-se necessário esboçar uma primeira análise global destas duas componentes em Moçambique, começando por algumas formulações teóricas sobre os respectivos conceitos e a forma como se poderá fazer a sua aplicação ao caso concreto de Moçambique.

Por uma questão de facilidade metodológica, procurar-se-á uma definição de população e povoamento urbano, concretizando-se posteriormente como deve aquela ser entendida em Moçambique, na actualidade. Com este procedimento, procura-se separar a população e o povoamento rural que, de acordo com os objectivos já definidos, serão analisados mais adiante.

A Assembleia Geral das Nações Unidas de 5 de Dezembro de 1980, na sua resolução 35/56, adoptou a "Estratégia Internacional de Desenvolvimento para a Terceira Década de Desenvolvimento das Nações Unidas" na qual reafirmou o "Plano de Acção Mundial para a População", e onde faz referências específicas a diversos aspectos populacionais que devem ser considerados nos planos de desenvolvimento nacionais, entre os quais a interrelação que existe entre população rural e urbana e o balanço dos fluxos migratórios campo-cidade.

Não existem critérios universais rígidos que permitam definir o que se considera população rural e urbana. Os conceitos são diferentes de país para país, e até dentro do mesmo país podem variar de época para época, de acordo com o desenvolvimento sócio-económico. Isto significa que, num estudo de sistemas de povoamentos, devem procurar definir-se alguns indicadores a ser utilizados, através dos quais se poderá chegar a uma hipótese do que se vai considerar como população rural e como população urbana (ou como povoamentos rural e urbano), numa determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em estudo. Qualquer hipótese adoptada deve ter em atenção que a população ocupa sempre um espaço geográfico definido, sobre o qual exerce a sua influência transformadora, através da interacção do Homem com o meio geográfico.

O geógrafo A.M. Smirnov considera essencial, para a definição de centro urbano, o grau de industrialização ou o grau

de desenvolvimento de outros sectores não agrários, enquanto o campo de interacção nos povoamentos rurais se "(...) centra na agricultura e em outros fenómenos espacialmente contínuos" (SMIRNOV, 1972). Quer dizer que um povoamento rural não é apenas formado por população agrária, mas também por aquela que tem actividades de algum modo relacionadas com todas as infraestruturas de apoio à actividade agrária (fenómenos espacialmente contínuos).

Para J. Beaujeu-Garnier, a definição de população urbana deve atender aos seguintes critérios:

- a) população residente em lugares com um certo grau de organização administrativa;
- b) núcleos populacionais com um determinado número de habitantes, o qual pode variar de país para país;
- c) combinação do número de habitantes com a organização administrativa;
- d) combinação do número de habitantes com a actividade essencial do grupo.

(BEAUJEU-GARNIER, 1958, 1963 e 1983).

Esta autora considera pois três indicadores fundamentais: número de habitantes; principal actividade da população; e organização administrativa. O número de habitantes é deixado ao critério de cada país, verificando-se que pode variar desde 2.000 nalguns países da Europa, até 40.000 em de-

terminados países subdesenvolvidos.

No entanto, a nível de comparações internacionais, o único critério aplicável é o quantitativo. Nesse sentido, os organismos especializados das Nações Unidas, embora deixando aos países a decisão da definição de rural e urbano, recomendam para África um número de 10.000 a 20.000 habitantes, como aquele a partir do qual se deve considerar o povoamento como urbano. Quer dizer, através dum critério puramente quantitativo considera-se urbana a população "(...) que se agrupa num mesmo local de residência, a partir de um determinado número de habitantes" (GEORGE, 1974, p. 140).

Mas uma interpretação numérica não pode ser tida como válida "(...) se não se fizer uma estreita relação entre três noções inevitavelmente implicadas (...):

- a) a noção de população, que é descritiva e quantitativa e tem uma aproximação fundamentalmente estatística;
- b) a noção de povoamento, que é fundamentalmente espacial, e que implica uma relação estreita com o meio;
- c) a noção de distribuição geográfica.

(...)" (GEORGE, 1974, p. 141).

Entretanto, deve assentar-se em que qualquer classificação rural-urbana, que se pretenda de acordo com a política geral de desenvolvimento sócio-económico, tem que ser ao mesmo tempo dimensional e qualitativa.

Há investigadores que, quando estudam a população de países subdesenvolvidos com forte pressão demográfica rural, classificam de francamente urbana a população residente em centros com 20.000 habitantes ou mais, e francamente rural aquela que reside em aglomerados de menos de 5.000 pessoas. Isto deixa de fora toda uma franja indefinida, que tanto pode ser classificada como rural ou como urbana, dependendo dos critérios adoptados pelos investigadores.

Nas actuais condições de desenvolvimento da República Popular de Moçambique, e tendo em atenção as perspectivas de progresso, torna-se necessário encontrar uma definição que responda às exigências deste e possa, ao mesmo tempo, apresentar termos de comparação universais.

Considerando que a população rural é aquela que "(...) vive no campo e, para a maioria dos casos, do campo" (GEORGE, 1967, p.165), a população moçambicana é essencialmente rural, vivendo em contacto com as realidades e de harmonia com os ritmos da terra.

Com base no que atrás ficou expresso, a população urbana de Moçambique não será unicamente aquela que reside nas actuais doze cidades do país (13,2% da população total, segundo os dados do recenseamento de 1980). Com efeito, existem outros centros populacionais cujas características qualitativas são nitidamente urbanas, como por exemplo Mocuba, Dondo, Moatize, Angoche e Cuamba, para se

referirem apenas alguns. Estes e outros seriam considerados urbanos desde que se adoptasse uma hipótese de classificação baseada nos seguintes critérios:

- a) organização administrativa, segundo o qual será urbana toda a população que vive nas capitais provinciais;
- b) número de habitantes, considerando-se urbana a população residente em centros populacionais de 10.000 habitantes e mais;
- c) existência de infraestruturas sócio-económicas, como sejam: serviços (saúde, ensino, administração, água, luz, etc.); comércio; construção; transportes;
- d) função económica, que deve estar maioritariamente fora do sector agrário;
- e) papel histórico desempenhado pelo centro populacional e perspectivas de desenvolvimento dos sectores secundário e terciário.

Porque os critérios mencionados em c) e d) se tornam bastante imprecisos se não forem acompanhados duma proposta de quantificação, para o caso aqui apresentado dever-se-á considerar a existência de, pelo menos, um centro de ensino secundário, um hospital, água canalizada e rede eléctrica. No

que respeita à função económica, mais de 50% da população residente deverá trabalhar fora do sector agrário.

Estes indicadores devem ser considerados em conjunto para que se atinja o objectivo pretendido; na realidade seria errado classificar um determinado centro como urbano apenas com base num ou dois destes, ou doutros, critérios.

A utilização destes indicadores para Moçambique pode levar à seguinte hipótese de definição de população urbana: população residente em centros populacionais com 10.000 e mais habitantes, cuja actividade económica principal não pertença ao sector agrário, e com uma infraestruturas sócio-económica e administrativa considerada mínima.

Atendendo a esta definição, e aos critérios atrás apontados, a população urbana moçambicana é ligeiramente maior, estimando-se em 15,3%. Este valor relativo é semelhante à média calculada para a África Oriental (15%), mas bastante inferior aos referentes à África Austral (46%), África Central (22%) e África do Norte (44%) (STATE OF WORLD POPULATION 1981, 1984). De notar que a população urbana para a África Austral está fortemente afectada pelo grande desenvolvimento urbanístico da República da África do Sul.

Da população urbana considerada oficialmente para Moçambique, 48% concentra-se na cidade de Maputo, o que vem reforçar o papel que esta desempenha em toda a estrutura sócio-

-económica nacional. Em termos de população urbana a nível provincial, segue-se a provincia de Nampula onde se encontram as cidades de Nampula e de Nacala, as quais, em termos de dimensão demográfica, são a terceira e quarta cidades moçambicanas; a segunda é a cidade da Beira, na provincia de Sofala, a qual concentra perto de 14% da população urbana do país (quadro 38).

Quadro 38 - Distribuição territorial da população rural e urbana em Moçambique, segundo o recenseamento de 1980

Províncias	População rural (% do total rural do país)	População urbana (% do total urbano do país)	Em relação à pop. total da provincia	
			Rural %	Urbana %
NIASSA	4,6	2,5	92,3	7,7
CABO DELGADO	8,5	2,7	95,4	4,6
NAMPULA	19,9	14,4	90,2	9,8
ZAMBÉZIA	23,3	3,9	97,5	2,5
TETE	7,3	2,9	94,2	5,8
MANICA	5,1	4,4	88,4	11,6
SOFALA	7,7	13,9	78,3	21,7
INHAMBANE	9,5	3,7	94,5	5,5
GAZA	9,2	3,6	94,4	5,6
MAPUTO (prov.)	4,9	-	100,0	-
MAPUTO (cid.)	-	48,0	-	100,0
PAÍS TOTAL	100,0	100,0	86,8	13,2

Fonte: Elaborado com base nos dados do Recenseamento Geral da População de 1980.

Não se pretende aqui levar a efeito um estudo aprofundado sobre a problemática dos centros urbanos em Moçambique, apesar de ser um assunto que vem preocupando alguns organismos oficiais, muito em particular o Instituto Nacional de Pla-

neamento Físico (INPF), o qual tem procurado algumas hipóteses de classificação para o estabelecimento duma rede de centros urbanos. No entanto, avançar-se-á um quadro hipótese elaborado com base nos critérios e definição atrás propostos e na última análise feita pelo INPF.

Considerando esta proposta, os centros urbanos passam a ser 32, enquanto a população urbana total confirma o valor já atrás referido (15,3%). Não é de estranhar o facto de, para um aumento tão significativo do número de centros (mais 20), se verificar um crescimento pouco pronunciado do valor relativo da população urbana (mais 2,1%); isto sucede porque todos os centros que a proposta introduz como urbanos, tendo características que obedecem aos critérios propostos, são de dimensões demográficas que não ultrapassam os 20.000 habitantes, pelo que não trazem grande alteração nos valores populacionais.

Esta não pretende ser, como é evidente, uma hipótese acabada nem suficientemente elaborada, mas poderá funcionar como base de trabalho para estudos mais aprofundados sobre o assunto. Com base nela pode estabelecer-se o quadro 40 da distribuição territorial da população rural e urbana para o país.

Quadro 39 - Proposta-hipótese para a classificação de centros urbanos em Moçambique

Província	Centro urbano	População	Infraestruturas	Activ. princ.	Perspectivas
NIASSA	LICHINGA	39.004	Completas	Admin. Serv. Com. Agroind.	
	CUAMBA	\$ 15.000	Completas	Transp. Minas Agric.	Transp. Serv.
CABO DELGADO	PEMBA	41.166	Completas	Ind. Com. Porto	Turismo Ind.
	MONTE-PUEZ	\$ 19.000	Razoáveis	Ind. Agric.	Agroind.
NAMPULA	NAMPULA	156.185	Completas	Ind. Transp. Com. Serv.	Transp. Ind. Serv.
	NACALA	80.426	Completas	Ind. Transp. Porto	Porto/ /SADCC
	ILHA DE MOÇAMBIQUE	\$ 10.000	Razoáveis	Turismo Pesca	Turismo
	MONAPO	\$ 20.000	Razoáveis	Ind. Agric. Com.	Ind. Agroind.
	ANGOCHE	\$ 25.000	Completas	Ind. Pesca Com.	Ind. Pesca
	ZAMBÉZIA	QUELIMANE	62.174	Completas	Admin. Serv. Porto
MOCUBA		\$ 20.000	Completas	Com. Ind. Agric.	Ind.
LUABO		\$ 12.000	Razoáveis	Ind. Agric.	
GURUÉ		\$ 12.000	Razoáveis	Agroind.	

(cont...)

(...cont.)

Província	Centro urbano	População	Infraestruturas	Activ. princ.	Perspectivas
TETE	TETE	45.119	Completas	Admin. Serv. Com.	
	MOATIZE	\$ 15.000	Completas	Minas Transp.	Minas Ind.
	ULONGUÉ	\$ 12.000	Razoáveis	Agroind. com.	Agro-ind.
	SONGO	\$ 13.500	Completas	Ind.en. Com.	
MANICA	CHIMOIO	74.372	Completas	Ind. Transp. Agric.	Ind. Transp.
	MANICA	\$ 10.000	Razoáveis	Minas Turismo Com. Agric.	Transp. Turismo
	GONDOLA	\$ 10.000	Razoáveis	Transp. Avicult. Com.	Transp.
SOFALA	BEIRA	214.613	Completas	Ind. Porto Transp. Turismo	Ind. Porto Transp.
	DONDO	\$ 27.000	Completas	Ind. Transp. Agric.	Ind. Transp.
	MARROMEU	\$ 15.000	Razoáveis	Ind. Agric. Com.	
INHAMBANE	INHAMBANE	35.638	Completas	Pesca Com. Ind.	
	MAXIXE	26.223	Completas	Transp. Ind. Com. Serv.	Transp. Ind.

(cont...)

(...cont.)

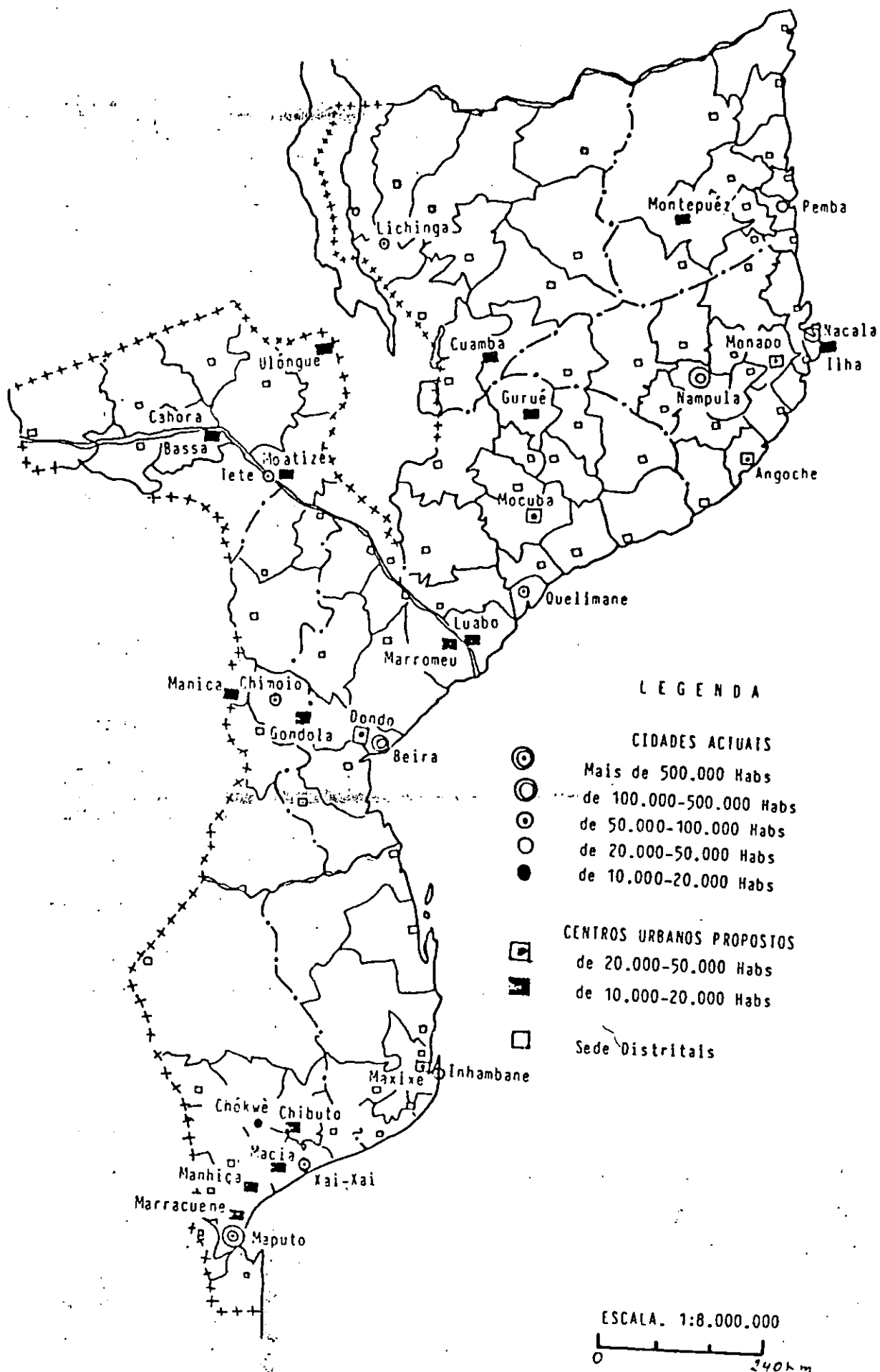
Província	Centro urbano	População	Infraestruturas	Activ. princ.	Perspectivas
GAZA	XAI-XAI	43.794	Completas	Ind. Transp. Com. Serv.	
	CHÓKWÊ	10.871	Completas	Ind. Agric. Transp. Com.	Agro-ind.
	MACIA	§ 14.900	Razoáveis	Transp. Com. Agric.	
	CHIBUTO	§ 16.200	Razoáveis	Transp. Agric. Com.	
MAPUTO (prov.)	MANHIÇA	§ 10.000	Razoáveis	Ind. Com. Agric.	Ind. Transp.
	MARRA-CUENE	§ 11.000	Razoáveis	Ind. Com. Agric.	Ind.
MAPUTO (cid.)	MAPUTO	739.097	Completas	Ind. Transp. Porto Admin. Serv. Com.	

Abreviaturas - Activ. = actividade; princ. = principal;
Admin. = administrativas; Serv. = serviços;
Com. = comércio; Ind. = indústria;
Agric. = agricultura; Transp. = transportes;
en. = energética; Avicult. = avicultura

§ = população estimada

Fonte: Elaborado com base em relatórios dos arquivos do Instituto Nacional de Planeamento Físico e nos dados do Recenseamento Geral da População de 1980.

FIG. 25 - PROPOSTA HIPOTESE DE CENTROS URBANOS EM MOÇAMBIQUE



Quadro 40 - Distribuição territorial da população rural e urbana, segundo a hipótese apresentada

Províncias	População rural (% do total rural do país)	População urbana (% do total urbano do país)	Em relação à população total da província	
			Rural %	Urbana %
NIASSA	4,5	2,9	89,5	10,5
CABO DELGADO	8,6	3,2	93,6	6,4
NAMPULA	20,5	15,7	87,9	12,1
ZAMBÉZIA	23,3	5,7	95,8	4,2
TETE	7,3	4,6	89,7	10,3
MANICA	5,3	5,1	85,3	14,7
SOFALA	7,9	13,8	75,9	24,1
INHAMBANE	9,1	3,3	93,8	6,2
GAZA	8,8	4,6	91,3	8,7
MAPUTO (prov.)	4,6	1,1	95,7	4,3
MAPUTO (cid,)	-	39,8	-	100,0
PAÍS TOTAL	100,0	100,0	84,7	15,3

O rápido crescimento da população urbana é uma preocupação permanente para as autoridades moçambicanas, pelos problemas sócio-económicos que acarreta. A atracção do campo para a cidade, fenómeno actual e de grande dimensão em todo o continente, resulta reforçada pelo facto de a estrutura produtiva agrária e industrial não ter acusado transformações que levem ao surgimento de novas áreas de fixação de população.

Tomando como exemplo a cidade de Maputo, em 1955 esta tinha uma população de cerca de 100.000 habitantes observando-se, desde então, um crescimento bastante acentuado; calculava-se que em 1975 viesse a atingir os 200.000 habitantes (CARLSON, 1967). No entanto, as estimativas foram largamente ultrapassadas, pois em 1980 a cidade tinha uma população

de 755.300 pessoas, o que equivale a um aumento médio anual para o período 1955/80 de 26.212 indivíduos; quer dizer que Maputo aumentou 7 vezes em 25 anos.

Este crescimento enquadra-se no elevado fluxo migratório em direcção aos principais centros urbanos, já referido. Segundo dados da Direcção Nacional de Habitação, as taxas de crescimento médio anual das principais cidades do país, no período 1970/1980, foram as seguintes: Chimoio, 8,8%; Nampula, 7,1%; Maputo, 6,7%; Beira, 5,8%. Comparando estes valores com algumas taxas de crescimento urbano do continente, pode constatar-se que a situação em Moçambique se integra nos valores médios observados nos outros países africanos. No período 1975/1980 observaram-se as seguintes taxas anuais de crescimento urbano em alguns países de África:

Tanzania - 8,12%	Zâmbia - 5,49%	Malawi - 13,95%
Angola - 5,77%	Zaire - 5,27%	Quênia - 7,16%
Benim - 8,82%	Etiópia - 6,75%	(POPULATION FACTS AT

HAND, 1980). Na verdade, o processo de urbanização em África, que tem sido tratado pelos mais diversos autores, verifica-se num ritmo que se pode considerar, como o fez Gravi-
vilov, vertiginoso; no Senegal, por exemplo, "(...) em 1980 viviam nas cidades mais de 35% de todos os habitantes do país, contra os 20,2% de há dez anos" (GRAVILOV, 1981, p. 116).

Este tão acentuado crescimento urbano só pode ser compreen-

dido pela grande fuga que se verifica das áreas rurais. Para o caso de Moçambique, e segundo dados fornecidos pela Direcção Nacional de Estatística no estudo "Fluxos migratórios da população", no período 1975/80 as migrações campo-cidade atingiram índices de 8,3 por mil habitantes, enquanto o movimento inverso se situava a níveis muito mais baixos (5,7 por mil). As cidades que neste período apresentaram saldos migratórios mais acentuados foram as de Nampula (249%), Nacala (218%), Chimoio (220%) e Maputo (134%). Na posição inversa surge a cidade de Tete, única com um saldo negativo (41 %). Nampula, Nacala, Chimoio e Quelimane, com saldos absolutos superiores a 5.000, recebem migrantes vindos quase exclusivamente do distrito onde se situam e dos que lhes são limítrofes. Ao contrário, Maputo e Beira estendem o seu raio de atracção para distritos bastante distantes, mesmo de províncias afastadas, abrangendo todo o país.

Nestes movimentos de população em direcção às cidades, as mulheres também participam em número consideravelmente elevado, pois no período 1975/80, exceptuando a cidade de Maputo, os migrantes femininos representaram 47,4% do total.

Os valores aqui apresentados, não reflectem, de modo algum, toda a dimensão da situação, mas revelam a importância dos fluxos em direcção às cidades no fenómeno de concentração urbana da população, levando a uma ocupação e densificação de áreas não urbanizadas, enquanto a capacidade em meios ma-

teriais e humanos para a resolução dos problemas existentes não pode, de modo algum e como é óbvio, responder às necessidades que esta situação cria. O movimento tem-se acentuado drasticamente nos últimos anos, tornando obsoletos os números aqui apresentados, já de si baixos, o que está a transformar as principais cidades moçambicanas em verdadeiras "colmeias" humanas, onde os problemas sociais e económicos se agudizam na mesma proporção.

Este estado de coisas leva a acentuar a persistência dum dualismo objectivo de raízes anteriores, como a característica mais evidente das cidades moçambicanas: dum lado, as áreas urbanizadas onde se concentra a menor percentagem da população; do outro, os espaços não urbanizados ou semi-urbanizados onde reside, "amontoada", a maioria da população que procura a miragem das cidades. Basta dizer que, segundo documentação dos arquivos do Instituto Nacional de Planeamento Físico, na cidade de Maputo 75% da população vive em áreas semi-urbanizadas; na Beira a mesma situação abrange 70% da população da cidade (quadro 41).

O crescimento urbano acelerado que se vem verificando e que apresenta tendência para se agravar, resultante do crescimento natural, já de si elevado, e, fundamentalmente, da imigração acentuada que se observa, está, como diversos autores têm vindo a referir, a tornar cada vez mais graves e complexos os problemas que se põem ao desenvolvimento das cidades e mesmo do país; podem referir-se alguns daqueles

que actualmente mais se fazem sentir:

- a) aumento acentuado do subemprego e do desemprego;
- b) agravamento do abastecimento em produtos alimentares básicos;
- c) dificuldades acrescidas da capacidade escolar e hospitalar;
- d) densificação das áreas próximas dos centros económicos, dos serviços e da rede de transportes;
- e) agravamento acentuado das condições de habitação e esgotamento local de recursos para a construção, e desequilíbrios entre a procura e a disponibilidade de materiais de construção;
- f) crescimento das dificuldades de abastecimento em água potável;
- g) ocupação descontrolada de áreas reservadas e dificuldades no controlo do uso do solo urbano.

Quadro 41 - População das cidades por tipo de área ocupada, em 1980 (em %)

Cidades	Pop. da área urbanizada	Pop. da área semi-urbanizada	Pop. da área não urbanizada	Pop. dispersa
	%	%	%	%
MAPUTO	25,4	19,6	47,3	7,5
XAI-XAI	18,4	57,2	15,7	8,6
CHOKWÉ	27,3	5,8	55,3	11,6
INHAMBANE	26,0	1,3	63,0	9,8
CHIMOIO	12,0	18,4	36,0	33,6
BEIRA/DONDO	26,9	13,9	49,1	10,1
TETE	16,0	37,0	47,0	0,0
QUELIMANE	34,0	0,0	27,0	39,0
NAMPULA	8,5	3,2	79,4	8,9
NACALA	6,1	-	45,5	48,4

Fonte: Elaborado com base nos arquivos do INPF.

Muitas medidas podem e devem ser tomadas para procurar minimizar esta situação; mas, como a história recente o tem provado, não são acções administrativas forçadas que resolvem este fenómeno tão generalizado do fluxo campo-cidade. A verdadeira solução está no desenvolvimento do campo de forma que este comece a fixar população.

C A P Í T U L O I I I

POPULAÇÃO E ALDEIAS COMUNAIS

A - CARACTERIZAÇÃO A NÍVEL NACIONAL

1. Distribuição da população rural em Moçambique

No capítulo anterior fez-se a distinção entre população urbana e rural para o caso específico de Moçambique, pertencendo a esta 87% ou 84,7% do total, conforme se considere a definição do Recenseamento Geral da População de 1980 ou o critério proposto no presente trabalho. Torna-se evidente o seu grande peso no conjunto nacional, conferindo-lhe as principais características demográficas. Far-se-á agora uma análise da distribuição desta população no espaço nacional.

A distribuição territorial da população rural tem uma íntima relação com os tipos de ocupação e posse da terra, inseridos na política geral de desenvolvimento vigente. Pode entender-se, por outro lado, que aquela repartição é, antes de mais, o resultado directo da aplicação de políticas implícitas ou explícitas no âmbito demográfico e de ordenamento do território. As causas da organização da população no espaço geográfico devem ser ainda procuradas nas relações sociais e económicas que produziram a história da área em estudo. As diferenças territoriais que surgem "(...) são o resultado do desigual processo de produção" (ROSSINI, 1982, p. 7 a

18). A relação entre políticas estatais e população tem-se tornado cada vez mais evidente, de tal forma que "(...) nas últimas décadas a crescente polémica à volta da população, recursos e crescimento económico teve a virtude de colocar como primeira prioridade as possibilidades de influência do Estado sobre o comportamento da população" (REBORATTI, 1982, p. 217), tendo sempre em conta que o meio sócio-económico "(...) não é um simples agrupamento de indivíduos e de elementos sócio-económicos, mas um sistema cuja estrutura concreta é determinada pela natureza das relações que situam os indivíduos no processo social de produção e de reprodução (...)" (MARINOV, 1974, p. 291).

Em Moçambique esta relação torna-se notória quando se compara o período colonial e a situação pós-independência. O espaço criado pelo regime colonial apresentava, fundamentalmente, duas formas de ocupação territorial distintas e que, em certa medida, se opõem: "(...) dum lado encontravam-se as grandes plantações estrangeiras, os agricultores colonos e os grandes criadores de gado que ocupavam as terras mais férteis e de fácil acesso" (ARAÚJO, 1983, p. 365). Este espaço era constituído por extensas áreas alienadas aos anteriores utilizadores. A estes ainda se juntavam os comerciantes que, instalando-se próximo das plantações ou ao longo das principais vias de comunicação, criavam um outro espaço que viria a ter papel importante na distribuição do povoamento. Do outro lado encontravam-se os camponeses que, cada vez mais, se viam constrangidos a um espaço formado por

terras menos férteis e de difícil acesso, ocupando pequenas parcelas dispersas e constantemente sujeitos a deslocamentos forçados.

→ { A distribuição da população rural moçambicana era o reflexo destes dois processos diferentes. O domínio da agricultura empresarial colonial, se por um lado afastava a população rural, levando-a a uma dispersão fora do território que lhe fora alienado, por outro lado utilizava mão-de-obra recrutada entre essa população e funcionava como factor de atracção demográfica. A população rural, atraída pela oferta de empregos, ou constrangida a vender a sua força de trabalho a estas unidades produtivas, instalava a sua residência e as suas machambas familiares no espaço circundante, mas segundo uma organização territorial dispersa e irregular. Originavam-se assim manchas de maior densidade demográfica, mas só muito raramente surgiam verdadeiros centros de concentração de população. O mesmo se passava com a implantação de "povoações comerciais" que, rapidamente, se transformavam em centros, não apenas de trocas comerciais, mas também administrativos, à volta dos quais se observava um aumento da densidade populacional.

Nestas condições, não é de estranhar que o povoamento rural em Moçambique se caracterizasse por uma dispersão de fraca densidade, interrompida, em algumas áreas, por manchas de maior adensamento. Um tal povoamento punha em evidência a estreita simbiose existente entre o espaço de residência e o de produção familiar, que constituíam uma unidade espacial

única; esta mantinha um determinado equilíbrio população-recursos e o afastamento residência-local de produção era reduzido ao mínimo.

A unidade referida tem como base a família alargada, que se agrupa naquilo que alguns autores designam por pequenas aldeias (hamlet ou hameau, porventura equivalentes ao casal no território português). No entanto, este agrupamento nunca ultrapassa as duas dezenas de pequenas habitações, todas pertença da mesma família. Como referem Pike e Rimmington, quando estes agrupamentos "(...) crescem para cima destes valores, verifica-se uma tendência de divisão, e um pequeno grupo desloca-se para (...) formar o núcleo dum novo agrupamento" (PIKE, 1965, p. 146). São estes pequenos agrupamentos populacionais familiares que constituem o traço mais geral do povoamento rural moçambicano.

Após a independência do país a terra foi nacionalizada, deixou de existir a sua propriedade privada e o seu usufruto passou a pertencer a quem a trabalhe. Com esta medida, foram criadas as bases para se iniciar o processo de eliminação dos grandes desequilíbrios existentes, surgindo novas formas de espaço geográfico, pois é evidente que "(...) a apropriação do espaço geográfico ocorre formalmente através da apropriação da terra" (ROSSINI, 1982, p. 7 a 18).

O espaço rural moçambicano começa a ser organizado de acordo com os objectivos traçados para a socialização do campo,

o que implica, necessariamente, uma redistribuição da população rural. Estes objectivos estão claramente expressos na Constituição da República Popular de Moçambique, no seu artigo 11º, quando diz que "o Estado encoraja os camponeses e trabalhadores individuais a organizarem-se em formas colectivas de produção, cujo desenvolvimento apoia e orienta" (CONSTITUIÇÃO, artº 11º).

O aparecimento e desenvolvimento de formas de produção colectiva rompe, inevitavelmente, com a forma de povoamento disperso, criando condições para a implantação de outras, porque "(...) todo o sistema de exploração que recorra a diversas formas modernas de cooperação e à procura de comodidades materiais que é mais económico concentrar que dispersar (...), harmoniza-se com o agrupamento da população" (GEORGE, 1967, p. 171). Esta transformação não se pode limitar a uma mera concentração de população num determinado espaço, ou, por outras palavras, o processo não pode reduzir-se a uma nova organização territorial da população: tem que reflectir, antes de mais, uma forma diferente de organização da actividade produtiva rural, assente em moldes colectivos de produção, sem esquecer, no entanto, o papel importante da produção familiar. Trata-se dum mutação complexa durante a qual a antiga unidade espacial e económica formada pelo local de residência e de produção é profundamente alterada, ou mesmo eliminada, para dar lugar a uma nova unidade, de dimensões e relações diferentes. Isto implica profundas mudanças de comportamento, morosas e nem sempre fáceis.

Existe pois uma relação íntima de causa e efeito entre, por um lado, as novas unidades produtivas e o espaço que criam e, por outro, as novas formas de distribuição da população rural, que normalmente se designam por aldeias comunais e constituem o objecto central deste estudo.

2. Génese e evolução do sistema das aldeias comunais

Durante a luta armada de libertação nacional, com o avanço das áreas libertadas e uma população rural cada vez mais numerosa a viver nelas, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) sentiu a necessidade de criar uma nova forma de organização territorial da população que respondesse às necessidades de produção e de guerra. Esta nova organização assenta na produção colectiva e na concentração da população em aldeias, e o último aspecto toma em conta que o isolamento implica insegurança para a população em face das acções bélicas do exército colonial e que a prevenção "(...) é o agrupamento de indivíduos tendo os mesmos interesses a defender" (GEORGE, 1967, p. 168). Surgem as primeiras experiências na província de Cabo Delgado, que se estendem depois às de Niassa e Tete. É assim que, em 1970, com cerca de 2/3 da primeira daquelas províncias constituindo "zona" libertada, mais de 40% da sua população total vivia organizada em aldeias de produção colectiva.

À luz desta experiência, e em função da política de desen-

volvimento definida para o país, a 8ª Sessão do Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique, realizada em Fevereiro de 1976, concluiu que a aldeia comunal, enquanto unidade organizada de produção rural, "(...) deve constituir o quadro social do desenvolvimento futuro do campesinato moçambicano" (O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS ALDEIAS COMUNAIS, 1978, p. 3) e definiu os princípios gerais orientadores da criação destas unidades territoriais de produção e residência, que se podem resumir como segue: (i) atingir a produção colectiva; (ii) produzir para a auto-suficiência da colectividade, para a melhoria da nutrição e para acumulação social através de excedentes comercializáveis; (iii) mecanizar apenas gradualmente e de acordo com estágios de desenvolvimento cada vez mais avançados; (iv) conservar os recursos naturais e, muito em particular, a fertilidade dos solos; (v) ter em conta que o processo de cooperativização é gradual e não uniforme; (vi) considerar o agrupamento de 250 famílias (entre 1.000 e 1.500 pessoas) a unidade de dimensões suficientemente grandes para justificar um conjunto de serviços sociais de base (escola, posto de saúde, estabelecimento comercial, abastecimento de água potável,...).

Destes princípios gerais ressaltam aspectos importantes para o futuro desenvolvimento das aldeias comunais, como sejam:

- (i) - a concentração de população em aldeias deve surgir como resultado duma actividade produtiva colectiva;

- (ii) - a coexistência entre produção colectiva e familiar não é contraditória, sendo desejável como garantia da auto-suficiência alimentar;
- (iii) - a necessidade de defender o equilíbrio ecológico leva a dimensionar a concentração de população, de forma a que se constituam unidades facilmente administradas e não se criem grandes e graves desequilíbrios entre a densidade demográfica e os recursos naturais disponíveis;
- (iv) - devem introduzir-se gradualmente, e de acordo com o desenvolvimento que se observar, novas tecnologias de produção agrícola, que permitam o aumento da produção e da produtividade, mas sem criar situações de difícil solução para os camponeses. X

90

Esta política, iniciada durante a luta armada de libertação nacional e redefinida após a conquista da independência vai ao encontro das recomendações saídas da reunião de Lusaka de 1975, da Comissão Económica para África (ECA) das Nações Unidas, que incitavam ao "(...) estabelecimento de centros de crescimento económico com facilidades adequadas para a educação, saúde e outros serviços sociais; e formulação e implementação de programas de desenvolvimento rural com incidência num desenvolvimento agrícola diversificado, conservação dos recursos agrícolas, reforma agrária e organização da produção (...)" (CLARKE, 1982, p. 10 e 11).

✓

Logo após a independência, e como resultado duma campanha política lançada durante o seminário de Marrupa para organização da população rural em aldeias comunais, começaram a surgir, um pouco por todo o país, novas unidades de povoamento rural.

No entanto, alguns dos princípios definidos, para não dizer a grande maioria, foram, desde logo, marginalizados. As aldeias, na sua grande maioria, surgem apenas como concentração de população, em locais onde as famílias ficavam afastadas da sua anterior unidade residencial-produtiva, sem encontrarem uma substituição adequada; os responsáveis distritais, com a intenção de darem cumprimento às orientações saídas do seminário, enveredaram por aquilo que se pode chamar uma "competição", para ver qual deles conseguia formar mais aldeias. Isto sucedeu com particular acuidade na província de Nampula. A produção cooperativa, iniciada após a aglomeração da população, surgia de forma artificial e forçada, pouco organizada, o que resultava em produções e produtividades muito baixas; os membros das cooperativas de produção assim criadas não viam os benefícios do seu trabalho, o que os levava a abandoná-las. Muitas aldeias surgidas neste processo nunca chegaram a implementar qualquer forma de produção colectiva. Criaram-se contradições entre o espaço de produção colectiva e o familiar. Superdimensionaram-se estes novos aglomerados rurais, criando-se grandes desequilíbrios população-recursos e dificultando-se uma administração aldeã eficiente. A localização dos novos cen-

tros rurais nem sempre era escolhida tendo em conta as distâncias em relação às unidades produtivas e aos locais de captação de água e de lenha, assim como a conservação dos solos.

O movimento após o seminário de Marrupa torna-se muito mais rápido que o crescimento da capacidade de planificação e organização deste novo tipo de povoamento rural e de produção colectiva, que assim se vê a braços com uma série de problemas; não havendo resposta adequada para estes, vão-se acumulando e agravando, e resulta cada vez mais difícil alcançar os objectivos definidos.

É evidente que os executores deste processo, além de não atenderem, em muitas situações, aos princípios orientadores traçados, esqueceram-se de que as motivações existentes durante a luta armada não eram, após a independência, as mesmas, não se tornando suficiente dizer aos camponeses que se vivessem em aldeias organizadas teriam acesso mais fácil aos cuidados de saúde, à escola, etc.. Por isso, durante os primeiros anos, após uma fase de grande actividade, o processo decresceu bastante. Contudo, como se poderá constatar ao longo deste trabalho, factores conjunturais vieram acelerar muito a expansão nacional da rede de aldeias; foi o que sucedeu com as calamidades naturais e, mais recentemente, com a situação de guerra movida pela África do Sul, que fez reviver motivações do tempo da luta armada de libertação nacional.

As aldeias actualmente existentes, como resultado deste complexo movimento de população rural, podem agrupar-se, segundo a sua origem, nos seguintes tipos:

Tipo 1 - Aldeias formadas durante a luta armada nas "zonas" libertadas.

Inclui as aldeias organizadas em forma de produção colectiva para fazer frente à guerra contra o exército colonial. Apesar da situação difícil, rapidamente se tornaram auto-suficientes, além de produzirem para as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), assim como excedentes para trocas comerciais com a Tanzania e Zâmbia. Localizam-se exclusivamente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete.

Tipo 2 - Aldeias formadas a partir da produção colectiva.

São em número muito reduzido os centros rurais surgidos a partir de unidades de produção colectiva. Geralmente, as aldeias deste tipo distinguem-se das outras por possuírem, à partida, melhores infraestruturas económicas e sociais. A população concentra-se em função dum espaço produtivo organizado anteriormente. É o caso concreto da aldeia de Manjangue, na província de Gaza, surgida da cooperativa agrícola Heróis Moçambicanos, e de mais al-

guns exemplos nesta e noutras províncias.

Tipo 3 - Aldeias com origem na mobilização dos camponeses.

Este tipo deveria confundir-se com o anterior, pois o objectivo era o de mobilizar a população rural dispersa para se organizar em formas de produção colectiva, o que levaria à sua posterior concentração. Contudo, esta definição raramente foi aplicada, passando-se, na grande maioria dos casos, a mobilizar para a concentração dos camponeses, com o argumento de mais fácil acesso à escola e à saúde. Como os resultados não eram aqueles que a nível distrital se desejavam, pois os camponeses tinham dificuldade em abandonar a unidade tradicional residencial-productiva em troca de algo que, quanto à produção, não lhes era fácil compreender por falta de exemplos práticos, passaram-se a utilizar métodos de mobilização mais compulsivos, os quais não podiam, de forma alguma, dar resultados positivos. Para corrigir esta situação foram adoptadas, posteriormente, diversas medidas mas, entretanto, já muitas aldeias haviam assim surgido, e continuaram a surgir, enfermando de inúmeros problemas, muito em particular no campo da produção, pois as aldeias continuavam estreitamente ligados às suas unidades familiares, por vezes muito afastadas, e não criavam unidades colectivas. Este tipo de aldeias

encontra-se em todas as províncias, mas com predominância para a de Nampula. Em 1982, somente em Sofala e na Zambézia este método não havia dado qualquer resultado.

Tipo 4 - Aldeias resultantes de calamidades naturais.

Desde 1975 que Moçambique tem estado sujeito a uma sucessão de graves calamidades naturais. De 1976 a 1978 inundações catastróficas afectaram o Sul e Centro do país e provocaram enormes prejuízos materiais e humanos, pois os vales sempre atraíram os camponeses, que neles instalavam não só as suas machambas, mas também as residências. O Partido Frelimo e o Governo levaram a efeito uma campanha junto da população afectada para que se concentrasse em aldeias comunais nas áreas mais elevadas, ao abrigo de futuras cheias. Desta situação resultou grande número de aglomerados rurais nas terras altas, ao longo dos vales dos rios Incomáti, Limpopo, Búzi, Púnguè e Zambeze. Posteriormente, uma seca muito prolongada e aguda afligiu e ainda aflige imensas áreas no Sul, Centro e Norte do país. Este foi mais um motivo, de ordem conjuntural, que levou à concentração de população dispersa para, mais facilmente, lhe fazer chegar toda a ajuda humanitária possível. Tal situação foi particularmente sentida em Inhambane, Tete, Manica, Gaza e par-

te de Maputo.

Este é o tipo de aldeias mais numeroso em todo o Sul e Centro. Apesar de todas elas apresentarem a mesma origem, tiveram desenvolvimento posterior bastante diferente: dum lado as que, através da criação de unidades produtivas colectivas e familiares, atingiram uma situação económica satisfatória; doutro lado aquelas que, não tendo organizado qualquer tipo de produção no novo espaço, continuam ligadas às antigas áreas de produção familiar, por vezes muito distantes.

Há quem queira incluir estas aldeias no tipo anterior por pressuporem uma acção esclarecedora e organizadora das estruturas políticas e administrativas locais e regionais. Na realidade, esta intervenção existe, mas em condições muito próprias, onde as motivações principais são alheias ao factor mobilização.

Tipo 5 - Aldeias edificadas em antigos "aldeamentos".

O regime colonial, nos últimos anos da luta armada de libertação nacional, construiu diversos "aldeamentos", com dois objectivos: tentar controlar a população rural moçambicana, procurando afastá-la da acção da FRELIMO; criar um povoamento rural eu-

ropeu, onde eram instalados colonos agricultores vindos das regiões mais pobres de Portugal, para retirar campo de acção à FRELIMO e servir de barreira ao avanço da luta. Com a derrota do colonialismo, estes "aldeamentos" foram recuperados e transformados, muitos deles, em aldeias comunais, onde se instalaram camponeses moçambicanos ou operários agrícolas a trabalhar em unidades produtivas estatais. Foi o que sucedeu em diversas províncias, com particular incidência nas de Cabo Delgado, Tete e Gaza.

Estas aldeias já encontraram uma área residencial construída e bem definida, assim como espaço agrícola bem delimitado; apenas se fez o trabalho de adaptação, em função da produção e administração colectivas.

Tipo 6 - Aldeias de regressados.

Com o fim da guerra colonial, milhares de refugiados nos países vizinhos, particularmente na Tanzânia, regressaram ao país, tendo-se instalado em aldeias que eles próprios construíram e nas quais iniciaram uma produção colectiva aliada à familiar. Este tipo encontra-se, exclusivamente, em Cabo Delgado, Niassa e Tete.

A tipologia apresentada, com base na origem, se marcou o desenvolvimento inicial destes aglomerados rurais, tende a diluir-se com a introdução de algumas medidas tendentes a corrigir os problemas surgidos logo no começo. Continuam, no entanto, a distinguir-se as aldeias que nasceram numa organização produtiva prévia, pois são as que apresentam um nítido desenvolvimento, quer do ponto de vista da produção, quer a nível residencial.

A partir de 1982/83 aparece um novo tipo, devido à situação de guerra levada a cabo por grupos armados movidos do exterior. A população rural, para melhor se defender dos ataques e da pilhagem dos seus bens, organiza-se em aldeias onde, posteriormente, tenta criar estruturas produtivas, quer colectivas, quer familiares. O distrito de Manjacaze, província de Gaza, por exemplo, onde em 1980/81 havia apenas 14 aldeias comunais, nas quais residia 7,7% da população rural total do distrito, tinha em 1985/86 cerca de 90% da sua população a viver agrupada em novos centros rurais. Pode dizer-se que se revivem as motivações que, antes de 1975, levaram a população a organizar-se nas "zonas" libertadas, de acordo com o princípio de que o isolamento implica insegurança. Compreende-se que, nestes casos, a escolha do local (O sítio) para instalação da aldeia nem sempre se possa fazer tendo em conta as condições mais adequadas em recursos naturais; "(...) o sítio do agrupamento é escolhido tendo em consideração as melhores possibilidades de defesa" (GEORGE, 1967, p. 168).

Quadro 42 - Distribuição provincial das aldeias comunais segundo a origem (situação em 1982)
(em %)

Províncias	Tipo 1	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	
<u>RELAÇÃO INTERPROVINCIAL</u>						
MAPUTO	-	2,5	5,0	-	-	
GAZA	-	16,2	39,0	0,3	-	
INHAMBANE	-	7,4	-	-	-	
SOFALA	-	-	26,0	0,2	-	
MANICA	-	0,2	6,0	1,6	-	
TETE	2,8	0,1	4,0	2,2	18,2	
ZAMBÉZIA	-	-	20,0	-	-	
NAMPULA	-	42,2	-	-	-	
NIASSA	10,8	5,3	-	4,4	72,7	
CABO DELGADO	86,4	26,1	-	91,3	9,1	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
<u>RELAÇÃO INTRAPROVINCIAL</u>						
MAPUTO	-	76,2	23,8	-	-	100,0
GAZA	-	70,9	27,0	2,1	-	100,0
INHAMBANE	-	100,0	-	-	-	100,0
SOFALA	-	-	94,5	5,5	-	100,0
MANICA	-	1,8	53,9	44,3	-	100,0
TETE	13,0	0,7	26,7	46,6	13,0	100,0
ZAMBÉZIA	-	-	100,0	-	-	100,0
NAMPULA	-	100,0	-	-	-	100,0
NIASSA	13,0	52,0	-	22,0	13,0	100,0
CABO DELGADO	12,3	31,9	-	56,5	0,2	100,0

Fonte: Elaborado com base em "O processo de desenvolvimento das aldeias comunais. Análise da situação". Maputo, Comissão Nacional da Aldeias Comunais, 1978.

Nota: Os valores referentes às aldeias de tipo 3 (com origem na mobilização) e de tipo 4 (originadas pelas calamidades naturais) nem sempre são exactos, pois, muitas vezes, confunde-se mobilização com o trabalho feito junto da população afectada por calamidades; os aglomerados são incluídos então no tipo 2.

Pierre George indica que os principais factores que levam "(...) ao desenvolvimento dum habitat rural agrupado, (...), são factores naturais, factores históricos advindos de circunstâncias entre as quais se encontra a vida sedentária, factores sociais e económicos resultantes da estrutura social dos grupos humanos e das formas de organização das explorações" (GEORGE, 1967, p. 167). Na origem das aldeias surgidas em Moçambique podem ver-se reflectidos alguns desses factores, quer de ordem natural, quer sócio-económicos. No entanto, devem acrescentar-se outros de ordem política que, neste caso, tiveram um papel de relevo, mesmo se o objectivo era sócio-económico.

Estas aldeias estão a dar origem a um povoamento rural distinto do anterior, e que aqui se passará a designar por sistema das aldeias comunais.

3. Níveis de diferenciação do povoamento no sistema de aldeias comunais; método estatístico de análise

Como já atrás foi referido, um dos objectivos da formação das aldeias comunais é o de organizar a população rural em formas de povoamento concentrado. O rápido crescimento do número e dimensão das unidades de povoamento no campo tem dificultado um acompanhamento e controle eficaz que permita medir até que ponto este e outros objectivos têm sido alcançados. Esta situação é agravada pela falta de quadros

preparados para organizarem adequadamente todo o processo, o que tem dado aso ao aparecimento de situações que, em termos de distribuição territorial, tornam complexa a classificação do povoamento.

A repartição territorial da população constitui um sistema de povoamento que, segundo V.N. Murel (1970), representa a síntese de três componentes relacionadas: a população; os lugares de residência; o território. É no processo de desenvolvimento interno dos sistemas que se podem originar as duas tendências essenciais do povoamento rural, as quais são opostas pela forma como se organizam no espaço: a dispersão e a concentração territoriais.

O actual povoamento rural em Moçambique apresenta dum lado, a distribuição territorial tradicional, dispersa e irregular, que tem como unidade de base a localidade, de limites bastante diluídos no espaço e, doutro lado, a nova forma, com base nas aldeias comunais. Sendo dois sistemas paralelos e diferentes na sua implantação territorial, assim como nas relações de produção, o segundo desenvolve-se à custa do primeiro.

Para uma ideia mais clara da distribuição do sistema das aldeias comunais torna-se necessário procurar medir, dentro das limitações de informação existente para o conjunto do país, o grau de concentração atingido por este sistema. Com tal objectivo utilizar-se-ão, primeiro, três indicadores:

a distância média entre os lugares (P), a densidade média dos lugares (T) e a população média dos lugares (\bar{x}). Procura-se assim estabelecer relações fundamentais para o estudo dos povoamentos rurais - entre território e lugares e entre aquele e a população. Elas podem dar uma ideia da forma de ocupação do espaço através deste tipo de povoamento.

Para o cálculo dos indicadores apontados adoptar-se-ão as fórmulas preconizadas por V.N. Murel (1970) no seu artigo "Indicators Characterizing Systems of Rural Settlement":

a) População média dos lugares rurais (\bar{x})

$$\bar{x} = \frac{\sum x_i}{n}$$

x_i - população de cada lugar do sistema.

n - número de lugares do sistema.

b) Densidade média dos lugares (T), calculada pelo número de lugares existentes numa área de, geralmente, 100 km²

$$T = \frac{n}{S} \cdot 100$$

S - área do espaço geográfico considerado (km²).

c) Distância média entre os lugares (P)

$$P = \sqrt{\frac{S}{n}}$$

A estes indicadores é necessário juntar algumas medidas de

variação, quer absolutas, quer relativas, pois o complemento indispensável "(...)" à noção de densidade e de dimensão das aldeias é o de estrutura da rede: rede homogênea com aldeias homólogas, rede heterogênea com aldeias de volume desigual (...)" (GEORGE, 1967, p. 182). Ainda segundo V.N. Murel (1970), são as seguintes as medidas necessárias para a classificação dum sistema tendencial de povoamento:

- a) Amplitude de variação (R), que estabelece a diferença demográfica entre a aldeia mais populosa e a de menor população, dentro do sistema considerado:

$$R = X_{\max} - X_{\min}$$

onde

X_{\max} - população da aldeia mais populosa

X_{\min} - população da aldeia menos populosa.

- b) Variabilidade relativa (Vd), que representa a intensidade de variação de grandeza da população dos lugares e, a partir daí, indica o grau de homogeneidade relativa dentro do sistema de povoamento.

$$Vd = \frac{\bar{d}}{\bar{x}} \cdot 100$$

sendo

\bar{d} - desvio médio

\bar{x} - população média dos lugares

Esta medida pressupõe o conhecimento do desvio médio (\bar{d}),

que se calcula:

$$\bar{d} = \frac{\sum |x_i - \bar{x}|}{n}$$

onde

x_i - população do lugar i .

Quanto maior for o valor de V_d , maiores serão as diferenças entre os elementos do sistema. Isto significa que este será tanto mais homogêneo quando menor for V_d ; nesta situação a maioria das aldeias terão uma população próxima da população média.

- c) Desvio padrão (s), que representa o grau de dispersão ou de concentração da população do sistema.

$$s = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2}{n}}$$

Só por si, este indicador não é suficiente para avaliar da estrutura demográfica do sistema, pelo que deve ser complementado por um outro, o coeficiente de variação, que permite obviar alguns inconvenientes do desvio padrão.

- d) Coefficiente de variação (V_s), que estabelece a relação entre o desvio padrão e a população média do sistema.

$$V_s = \frac{s}{\bar{x}} \cdot 100$$

Quanto menor for o coeficiente de variação, mais uniforme é a distribuição da população entre os lugares. Ora, quando a distribuição populacional entre os lugares é



relativamente homogénea, a experiência mostra que se está longe dum povoamento concentrado. Em contrapartida, quando um ou mais lugares diferem substancialmente dos restantes, o valor de V_s eleva-se, significando que a estrutura do sistema é menos uniforme, o que corresponde a um comportamento de povoamento concentrado com algumas aldeias agrupando a maior parte da população.

No sistema das aldeias comunais adoptar-se-á a designação de povoamento agrupado para as situações em que o comportamento não é, de modo algum, concentrado. Talvez não seja a designação mais adequada mas, como não se encontrou outra que pudesse reflectir o comportamento homogéneo dos elementos do sistema, e também porque não se está perante um povoamento disperso, optou-se por ela, apesar de eventualmente criticável. Sendo assim, definir-se-á, neste trabalho, como povoamento agrupado aquele que é constituído por aldeias de dimensões muito uniformes, onde os valores de V_s e V_d são ainda baixos, e que por isso está longe de constituir uma rede hierarquizada de povoamento rural.

4. O sistema das aldeias comunais; nova concepção de espaço povoado

A organização territorial da população rural foi considerada uma das condições essenciais para garantir um mais correcto e eficaz desenvolvimento da agricultura, factor base

para a economia moçambicana. Esta necessidade fez-se sentir porque, com uma população rural extremamente dispersa, não se tornava viável implementar a política fixada para o desenvolvimento rural com base na socialização do campo. Definem-se assim as aldeias comunais como uma nova e fundamental forma de distribuição territorial da população rural, assente na organização da produção em moldes colectivos, a desenvolver ao lado das formas familiares de produção agrícola, o que não está a ser um processo muito fácil na sua implementação prática, apesar de teoricamente ser apresentado como algo de percurso simples. Com este novo sistema de povoamento pretende-se criar as condições para um melhor e mais natural acesso dos camponeses aos serviços essenciais (saúde, educação, água potável, etc.), além de formas de produção que, à partida, se apresentem assim mais eficazes.

A concentração de população rural representa, por isso, uma acção positiva, mas exige a definição e o respeito por alguns critérios que possam orientar o processo, o qual necessita, inevitavelmente, de um longo período de tempo para a sua correcta implementação e consolidação; além disso, é de veras importante ter em conta as motivações existentes que condicionem os camponeses no sentido de aceitarem as mudanças no comportamento em relação ao espaço residencial-productivo. Não basta levar a população a concentrar-se numa determinada área e duma certa maneira. É imprescindível considerar diversos factores que permitam aos aldeões sentir melhorias nas suas condições de vida, como sejam, por exem-

plo: extensão de terras suficiente para o desenvolvimento da produção familiar e cooperativa; fertilidade dos solos; água potável; combustível doméstico; abastecimento, educação e saúde. Um outro aspecto deveras importante refere-se à dimensão demográfica da aldeia; apesar de ser difícil e até mesmo controverso o estabelecimento dum tamanho populacional médio óptimo, é importante calcular o número aproximado de habitantes que uma aldeia pode suportar, em função dos recursos naturais que tem ao seu dispôr e em consonância com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, além da localização em termos de acessibilidade. Quer dizer, é preciso determinar o espaço residencial e produtivo em função das relações que se estabelecem entre ambos na etapa de desenvolvimento das forças produtivas que na altura se observa.

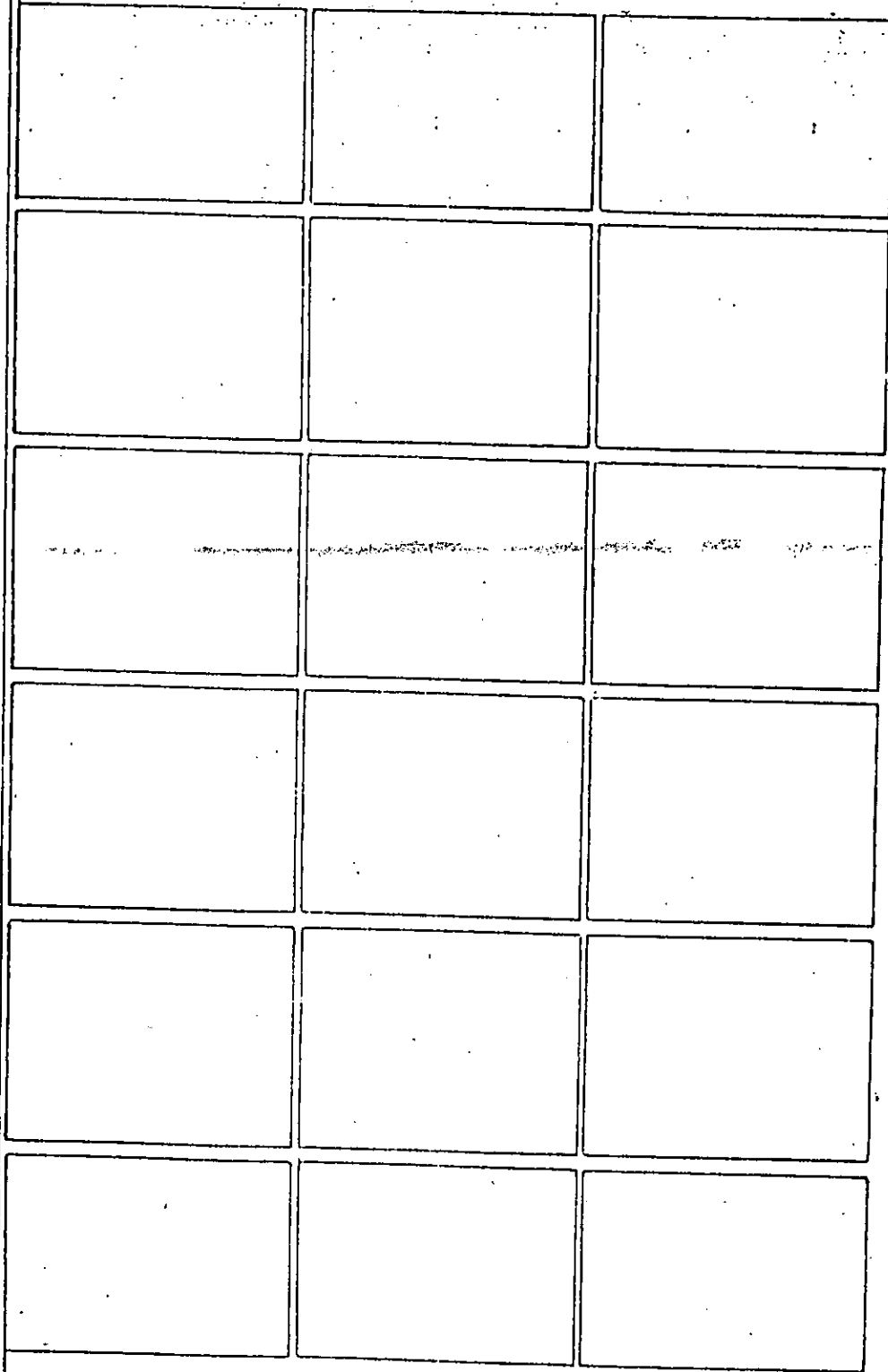
Estes critérios, no entanto, não podem ir contra o princípio fundamental de que a formação das aldeias comunais constitui um processo voluntário, pelo que, como refere Julius Nyerere a propósito das "ujamaa villages", devem ser "(...) criadas pelo povo, e governadas por aqueles que nelas vivem e trabalham" (NYERERE, 1980, p. 32). A edificação dum sistema de povoamento como este, que implica grandes transformações no comportamento tradicional da população rural, terá de procurar conciliar a necessidade de orientação e apoio com a de liberdade de escolha consciente por parte das pessoas, o que pressupõe a coexistência de sistemas de povoamento diferentes.

A partir da experiência da formação de aldeias com origens distintas, também se foram procurando alguns critérios básicos para a escolha do sítio de implantação do novo espaço residencial-produtivo. No essencial, pretende-se que o local da aldeia seja definido tendo em conta os recursos pedológicos e hidrológicos, a área para expansão residencial e produtiva, atendendo às perspectivas de desenvolvimento, e as vias de comunicação existentes.

Todos estes critérios, formulados de forma bastante teórica, ou com base em experiências inseridas em contextos históricos diferentes, têm tido aplicação parcial e, na maioria das vezes, bastante empírica, o que acarreta consequências negativas para o desenvolvimento das aldeias e do sistema, como se pode constatar a partir da análise das províncias que neste trabalho são apresentadas como exemplos. Apesar de tudo, os dados referidos ao longo do texto mostram claramente que o processo tem envolvido populações cada vez mais numerosas, mas por razões essencialmente ligadas a factores conjunturais que criam condições propícias para este movimento demográfico bastante amplo.

Após a selecção do sítio, em cuja escolha participa, normalmente, a população inicialmente abrangida ou parte desta, implementa-se um plano tipo (fig. 26), igual para todo o país, que prevê a formação de dois a quatro bairros, cada um deles com dimensões para albergar cerca de 250 famílias. A cada família é atribuído um talhão de 40x30 metros onde,

FIG. 26 - PLANTA TIPO DAS ALDEIAS COMUNAIS



300 m

ESCALA APROXIMADA 1:15.000

R. Araújo 1186

em sistema de auto-construção, se levantam 3 ou 4 pequenas casas que constituem, em conjunto, a residência familiar, cada uma com função específica que, em geral, se pode distribuir da seguinte forma: uma para residência dos pais; outra para os filhos; a terceira funciona como cozinha; a quarta destina-se ao armazenamento de parte das colheitas familiares. A nível de cada bairro planifica-se a abertura de um poço ou furo para captação de água potável e, por vezes, uma escola. Na estrutura da aldeia inclui-se ainda o espaço necessário para um centro comunal, composto, normalmente, por um local de reuniões, a sede da estrutura política e administrativa da aldeia, a cooperativa de consumo, o centro de saúde e a escola. Este centro comunal, assim como as vias de acesso e as ruas que dividem os bairros, são produto do trabalho colectivo dos aldeões.

Quando, nesta fase de implementação do processo, se define para a aldeia comunal um plano modelo com 2 a 4 bairros e 250 famílias para cada um, atendendo ao tamanho médio da família rural moçambicana, superior a 4 pessoas/família, constata-se que as aldeias, inicialmente concebidas para uma dimensão menor (ver p. 175), passam a ter, como base, uma concepção geral que não tem na devida consideração factores aqui já referidos, nem a necessidade de, para o conjunto do sistema, se prever a constituição duma rede de centros hierarquizados que facilite o seu desenvolvimento em termos regionais.

Em função deste plano geral, a estrutura física das aldeias é muito igual em todo o país, apresentando-se, quase sempre, com forma quadrangular ou rectangular, mais ou menos regular e ruas largas e perpendiculares, o que, de imediato, dá ideia de crescimento planificado.

A actual dimensão dos talhões residenciais está a ser contestada, em muitas aldeias, pelos moradores, pois pretendem áreas maiores, para mais facilmente terem junto da habitação uma horta e pequenos animais. A designação de horta talvez não seja a melhor para este caso, pois os aldeões, além de alguns hortícolas, cultivam aí um pouco de mandioca, milho e batata doce, a que juntam algumas árvores de fruta. Mas esta prática está de tal forma enraizada nos hábitos dos camponeses e tem uma função tão importante na vida da família, que não se pode pensar em abandoná-la dum momento para outro, nem se vê nisso qualquer tipo de vantagem.

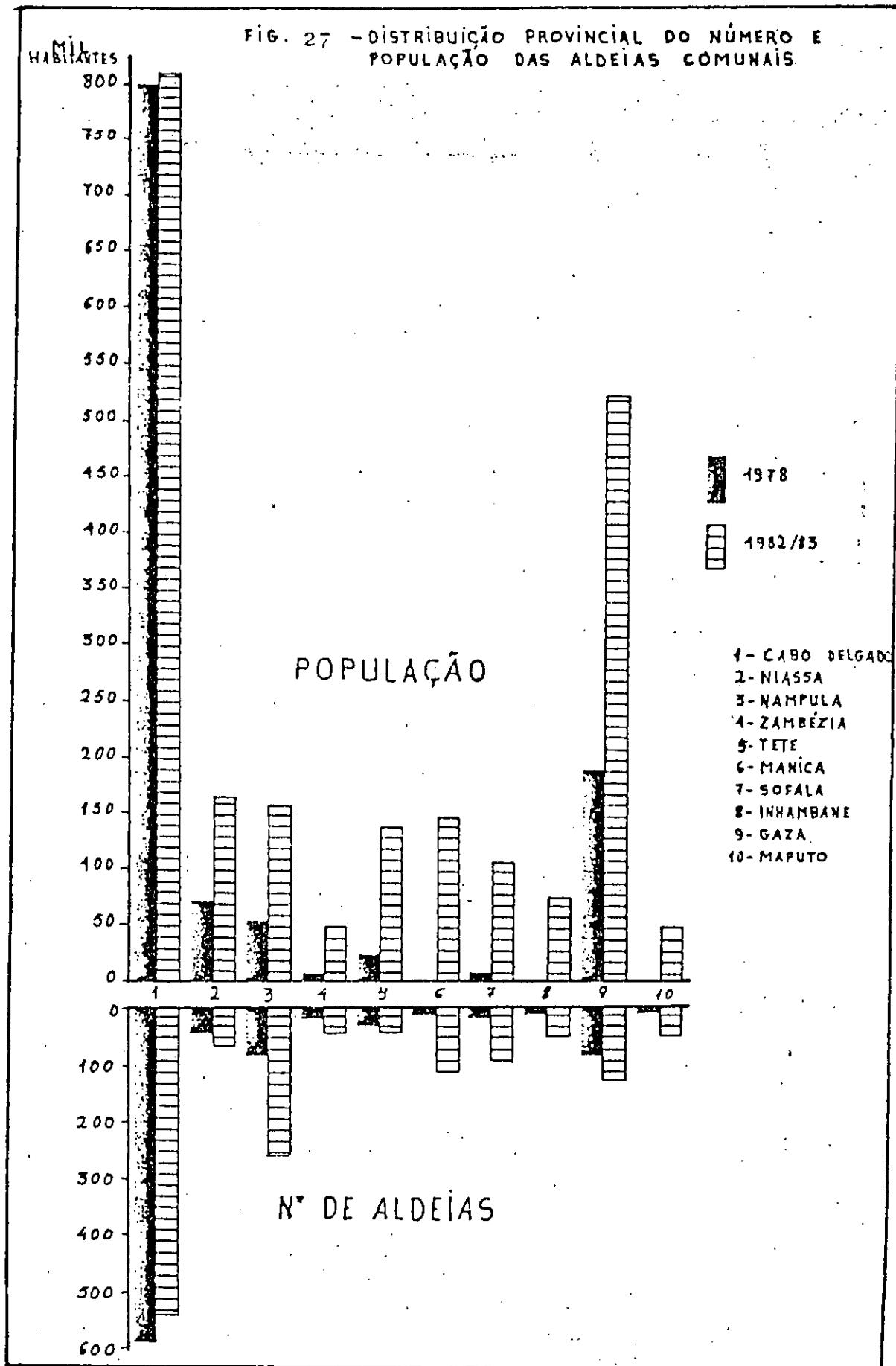
5. Distribuição provincial e evolução das aldeias comunais

A implementação das aldeias comunais tem variado bastante de província para província e ao longo do tempo, mas adquiriu significativa relevância em quase todo o país, muito em particular devido às unidades com origem nas calamidades naturais, as quais, cada vez mais, têm vindo a obter posição destacada no conjunto do sistema. Nos últimos anos fez-se notar, de forma crescente, como factor dinamizador do apa-

recimento de aldeias, a situação de segurança em várias províncias.

Como se pode ver pelos valores apresentados no quadro 43, a expansão das aldeias e o seu impacto na distribuição geográfica da população rural acentuaram-se segundo ritmos bastante intensos. Através do estudo comparativo entre os anos de 1978 e 1982/83 (fig. 27), no concernente ao número de aldeias por província, pode chegar-se a algumas conclusões, entre as quais:

- (i) - as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Gaza são as que concentram maior número de aldeias em ambos os períodos (87,0% em 1978 e 68,0% em 1982/83, em relação ao total nacional);
- (ii) - tomando 100 como índice base para o ano de 1978, as províncias que maior aumento observaram no número de aldeias foram as de Manica, Inhambane, Maputo e Sofala. Apenas a província de Cabo Delgado teve uma ligeira descida, o que se deve a uma reestruturação levada a efeito na província neste período, a qual conduziu à junção de algumas aldeias de menores dimensões e muito próximas;
- (iii) - a nível nacional, o número de aldeias teve um aumento de 59%, o que correspondeu a uma média de 126 novas aldeias por ano.



Quadro 43 - Distribuição territorial provincial das aldeias comunais em 1978 e 1982/83

Províncias	1978			1982/83		
	Nº de alds.	Popula- ção	% da pop. prov.	Nº de alds.	Popula- ção	% da pop. prov.
CABO DELGADO	586	800.000	88,0	543	815.555	87,3
NIASSA	40	72.000	16,2	63	163.215	32,0
NAMPULA	80	50.000	2,6	260	154.186	7,0
ZAMBÉZIA	13	10.000	0,5	39	49.220	2,0
TETE	26	25.000	3,6	41	137.800	17,3
MANICA	9	4.500	0,09	111	143.541	25,4
SOFALA	13	10.000	1,3	88	106.139	12,6
INHAMBANE	5	2.500	0,03	47	73.352	7,0
GAZA	80	180.000	20,4	123	513.312	50,9
MAPUTO	5	4.000	0,8	47	46.440	8,5
PAÍS TOTAL	857	1.158.000	12,0	1.362	2.202.756	20,0

Fonte: Arquivos do Instituto Nacional de Planeamento Físico e do Ministério da Agricultura.

Nota: as percentagens calcularam-se em relação à população rural.

As conclusões que desde já se podem tirar no respeitante à evolução da população residente nas aldeias, durante o mesmo período, são bastante semelhantes às referidas para o número de aldeias, mas o aumento demográfico foi substancialmente maior (fig. 27), porque os aglomerados pré-existentes continuaram a receber camponeses dispersos, tendo, em muitos casos, observado aumentos bem pronunciados (ver exemplos nas províncias descritas na segunda parte deste capítulo). As principais constatações podem resumir-se da seguinte forma:

- (i) - o aumento demográfico observado a nível nacional foi de 68% em relação a 1978, o que correspondeu a um crescimento médio anual de cerca de 261.000 novos

residentes;

- (ii) - as províncias que observaram maiores variações foram as de Manica e Inhambane (31,9 e 29,3 vezes), seguidas, mas a alguma distância, pelas de Maputo e Sofala (11,6 e 10,6 vezes);
- (iii) - em 1978, às províncias de Cabo Delgado e Gaza pertencia 84,6% da população residente nas aldeias comunais do país. Em 1982/83 o peso relativo dessas duas províncias diminuiu sensivelmente em função dum maior crescimento verificado nas restantes, mas mantendo-se acima dos 50% (60,3% do total).

A maior dinâmica do processo, a nível nacional, observa-se depois de 1978, pois os valores anteriores são grandemente influenciados pela situação da província de Cabo Delgado, onde o sistema é bastante anterior a 1975. Na realidade, foi a partir de 1978 que as aldeias surgiram em grande número e se acentuou o movimento demográfico em direcção a elas, na maior parte das províncias.

Após sete anos de implementação (1976-1983), 20% da população rural já se encontra a residir nesta nova forma de povoamento, o que significou um movimento de mais de 2 milhões de pessoas. No entanto, em termos territoriais, foi a partir de 1978 que se assistiu às maiores modificações na distribuição da população. A situação está longe de ser homogé-

nea entre as províncias (87,3% em Cabo Delgado e apenas 2% na Zambézia) e, no interior destas, verificam-se condições muito heterogéneas de distrito para distrito, conforme se pode ver no estudo de exemplos apresentado neste capítulo.

A situação após 1983 ainda é pouco conhecida, por insuficiência de dados e pelas dificuldades que a situação militar levanta a estudos de campo nas áreas rurais de diversas províncias. Contudo, a informação dispersa existente e o trabalho de campo levado a efeito na província de Inhambane em Dezembro de 1986 no âmbito do presente estudo, revelam que, depois de 1984, voltou a ser retomado o acelerado ritmo de crescimento do número de aldeias e, ainda mais, o de habitantes que se deslocam à procura de nelas se integrarem; estima-se que em 1986 a população tenha duplicado em relação a 1983. Esta situação fica a dever-se fundamentalmente a factores conjunturais, entre os quais tem tido papel de relevo a acção desestabilizadora dos grupos armados que não poupam a população rural na sua actuação destruidora, o que tem criado nesta a necessidade de se agrupar. Estes factores têm sido aproveitados pelas estruturas políticas e administrativas locais e regionais para, numa forma mais ou menos organizada, incentivar a formação de aldeias, enquadrando assim este movimento demográfico dentro da política definida, mas nem sempre o conseguindo.

Este aspecto é bem evidente na província de Inhambane, mas também pode ser observado noutras, como Tete e Zambézia, por

exemplo.

Para uma melhor ideia da dimensão deste movimento no período que vai até 1983, deve referir-se que, antes de 1975, a população residente em aglomerações rurais não ultrapassava os 2% no conjunto do país. Isto significa que neste período o sistema das aldeias comunais conheceu um ritmo médio de crescimento anual de 2,5%. Mas este crescimento em relação à população rural não tem sido o mesmo em todas as províncias, observando-se diferenças regionais substanciais, bem evidentes no quadro 43.

Na relação entre a população rural provincial e a que reside em aldeias podem distinguir-se três grupos bem diferenciados: o primeiro é constituído pelas províncias de Cabo Delgado e Gaza, onde a população concentrada em aldeias é já superior a 50% da população rural provincial; o segundo é formado por províncias que têm entre 20 e 50% da sua população rural organizada em aldeias (Niassa e Manica); no terceiro e último grupo, constituído pelas restantes províncias, não se atingem ainda os 20%. Neste podem destacar-se as províncias de Tete (17,3%) e Sofala (12,6%) das outras, que não atingem os 10%.
X

A província de Cabo Delgado já em 1978 tinha a grande maioria da sua população rural organizada em aldeias, o que dá ideia do forte impacto que esta forma de povoamento teve na modificação da distribuição do espaço habitado, tendo em

conta que antes do início da luta armada de libertação nacional, precisamente nesta província, no dia 25 de Setembro de 1964, menos de 2% desta população vivia concentrada. Em finais da década de 70 e início da de 80 efectuou-se aqui uma reestruturação espaço-dimensional de algumas aldeias, por se considerarem pequenas e muito próximas umas das outras, reagrupando população de duas ou mais numa só. Neste processo famílias houve que, não aceitando uma nova mudança do seu local de residência e produção, voltaram a um tipo de povoamento disperso.

Na província de Gaza (ver referência específica neste capítulo) iniciou-se a construção de aldeias comunais em 1976 quando se deram as grandes inundações do rio Limpopo, que funcionaram como o principal impulsionador do processo. Esta província conheceu um movimento populacional enorme durante os primeiros anos, quando surgiram aldeias um pouco por toda a parte, mas essencialmente ao longo das terras mais elevadas (a "serra"), que limitam o vale. Esta dinâmica manteve-se até 1980/81, mas passou a caracterizar-se por um fluxo em direcção às aldeias já existentes. Seguiu-se um período de relativo abrandamento até 1984, altura em que em alguns distritos se voltou a observar um grande crescimento, em função da insegurança da população rural face à situação de guerra. Exemplo flagrante é o distrito de Manjacaze que, em 1983, tinha 34,4% da sua população rural a viver em aldeias, e em 1985, cerca de 85%.

A província de Manica, que até 1978 apenas viu surgir nove aldeias, nas quais vivia menos de 0,1% da sua população rural, foi a que, no período seguinte (1978-1982/83), apresentou o maior aumento, tanto no número de aldeias, como na população nelas residente (25% da população rural provincial). Este incremento após 1978 está directamente ligado com a situação de guerra provocada pelas agressões do regime de Ian Smith que se fizeram sentir de forma particularmente intensa nesta província fronteiriça, levando os camponeses a concentrarem-se organizadamente para melhor se defenderem e produzirem.

Nampula, que, depois de Cabo Delgado, tem o maior número de aldeias (19% do total nacional) possui, em contrapartida, um dos menores valores relativos de população nelas residente (7,0% da população rural provincial). Aqui, o período de maior intensidade do movimento também foi o de 1978-1982/83, tendo como origem principal a acção dos administradores distritais que utilizavam todos os meios de "mobilização" para criarem novas unidades de povoamento rural. Esta acção terá sido um dos exemplos mais negativos que se observaram no conjunto do território nacional, devido à forma como a população era orientada para as aldeias. Na realidade, os principais objectivos e princípios definidos para estas eram sistematicamente postos de lado, assistindo-se a uma concentração algo forçada de população camponesa, sem ter em atenção o processo produtivo e as tradições no que respeita à estreita ligação entre espaço de residência e produção.

Aqui, ao contrário do que sucedeu em muitas outras províncias, não houve a intervenção de factores conjunturais que criassem na população a necessidade de mudar o seu local de residência, pelo que o único factor a actuar teria que ser a mobilização; mas deveria ser uma mobilização educativa que, com o tempo e de forma gradual, levasse os camponeses a ganharem consciência das vantagens que poderiam advir desta nova forma de povoamento. Algumas análises feitas na província apontam estes erros na edificação das aldeias comunais como uma das principais causas para a enorme queda observada na produção de cajú, uma das principais culturas de rendimento da província e do sector familiar.

Um exemplo concreto da importância de factores conjunturais, como a guerra e as calamidades naturais, na formação e desenvolvimento do sistema de povoamento das aldeias comunais é dado pela província de Inhambane (ver referência específica na segunda parte deste capítulo). Com um início bastante lento e não se tendo recorrido, como em Nampula e outros locais, a processos de "mobilização competitiva", só a guerra e a prolongada seca que afectou esta província fizeram vencer tradições arraigadas de posse e uso da terra e levaram os camponeses a aceitar a concentração como forma positiva para mais rapidamente saírem da difícil situação em que se viram lançados.

A Zambézia, a província mais populosa do país, apresenta os valores mais baixos, tanto em número de aldeias, como no pe-

so relativo da população que nelas reside (2,0%). É natural

que as dificuldades de crescimento que este processo aqui tem sentido estejam relacionadas com aspectos culturais e produtivos, perante os quais as vantagens do mesmo não se afiguram evidentes para os camponeses, de forma a levá-los a aceitar uma mudança de comportamento na relação do espaço residencial com o produtivo. Deve recordar-se que nesta província a população rural teve sempre uma distribuição territorial muito marcada pelas grandes plantações de chá e palmares, e pela exploração de recursos minerais.

De acordo com os dados estatísticos e pelo que se pode observar no campo, não é errado afirmar-se que o processo de formação do sistema de povoamento com base nas aldeias comunais atingiu já alcance nacional: não obstante as grandes diferenças territoriais apontadas, está em pleno crescimento e engloba já valores significativos da população rural (ver figuras 28, 29 e 30).

As transformações espaciais introduzidas na distribuição da população rural por este sistema, embora com evidentes diferenças de província para província, ficam bem evidenciadas nos mapas das figuras 31 e 31A, 32 e 32A, elaborados com base na carta 1:250.000 e em fotografias aéreas duma cobertura parcial de 1982. É notório o aparecimento duma nova forma de espaço habitado, que substitui a anterior dispersão de casas mais ou menos isoladas, formando uma "nuvem" contínua de povoamento irregular.

Fig. 28 - DISTRIBUIÇÃO PROVINCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALDEIAS COMUNAIS, EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO RURAL PROVINCIAL (em %).

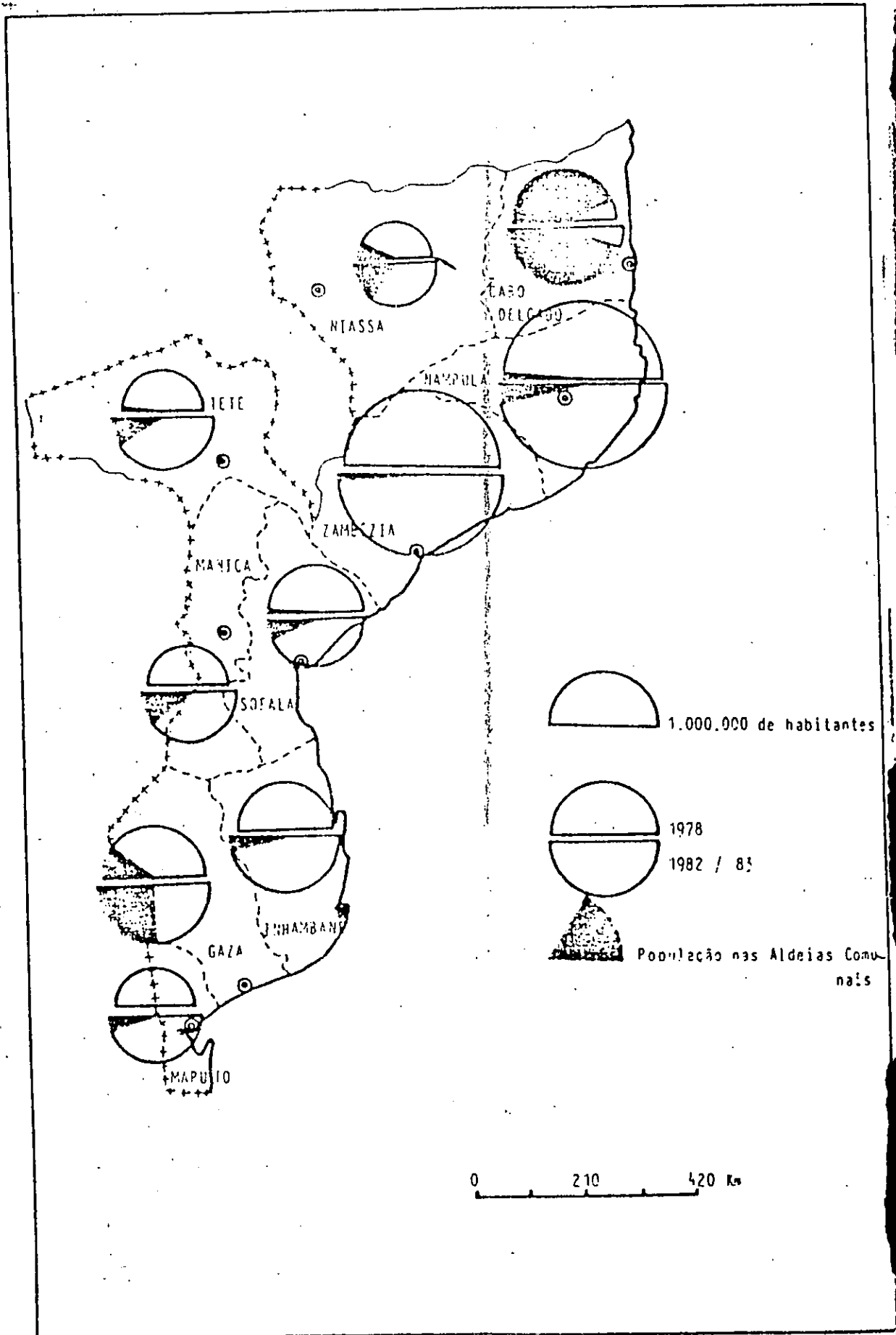
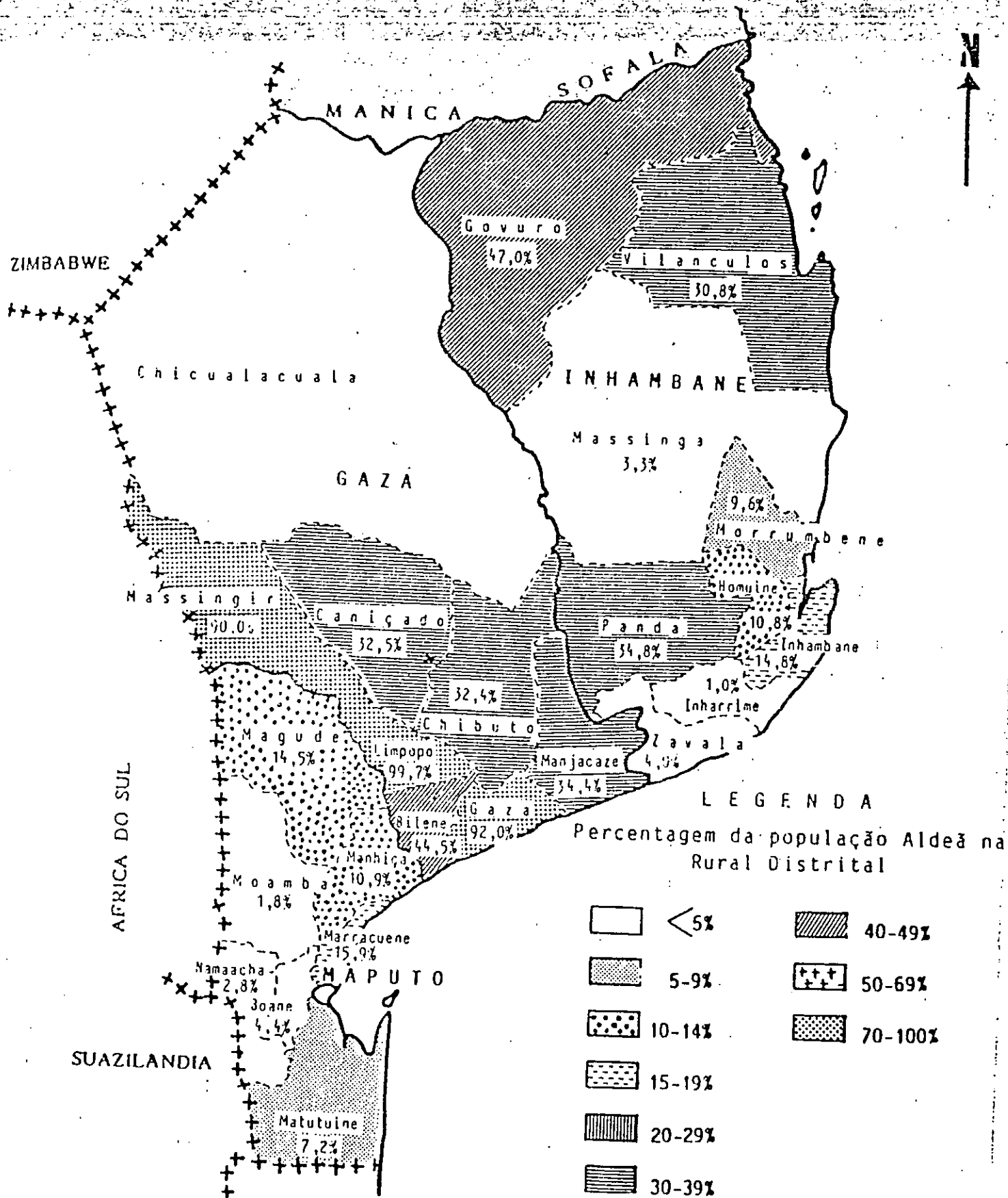


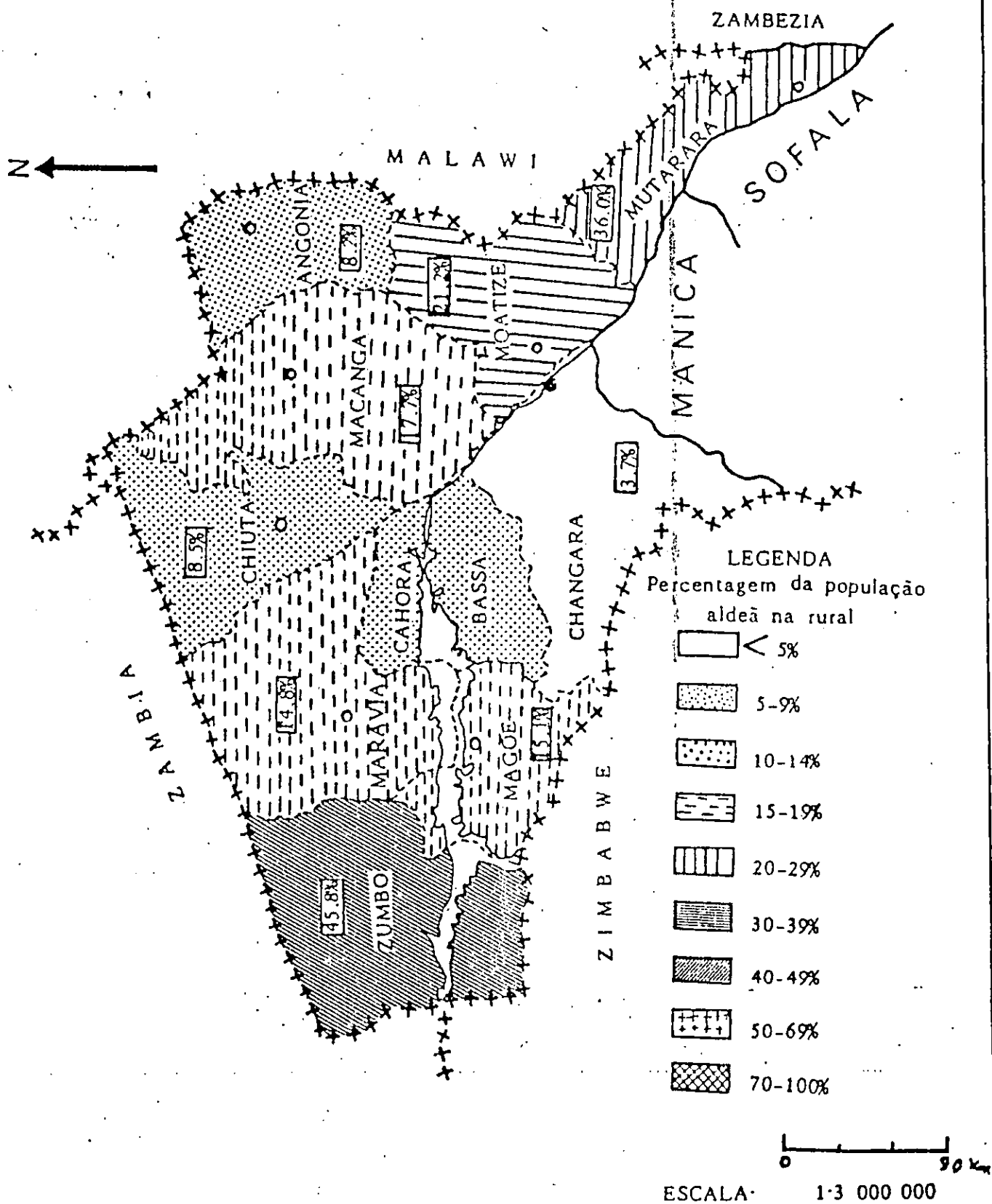
FIG. Nº 29 DISTRIBUIÇÃO DISTRITAL DO PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALDEIAS COMUNAIS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO RURAL PROVÍNCIAS DE MAPUTO (1982/83), GAZA (1982/83), E INHAMBANE (1986)



0 90 Km

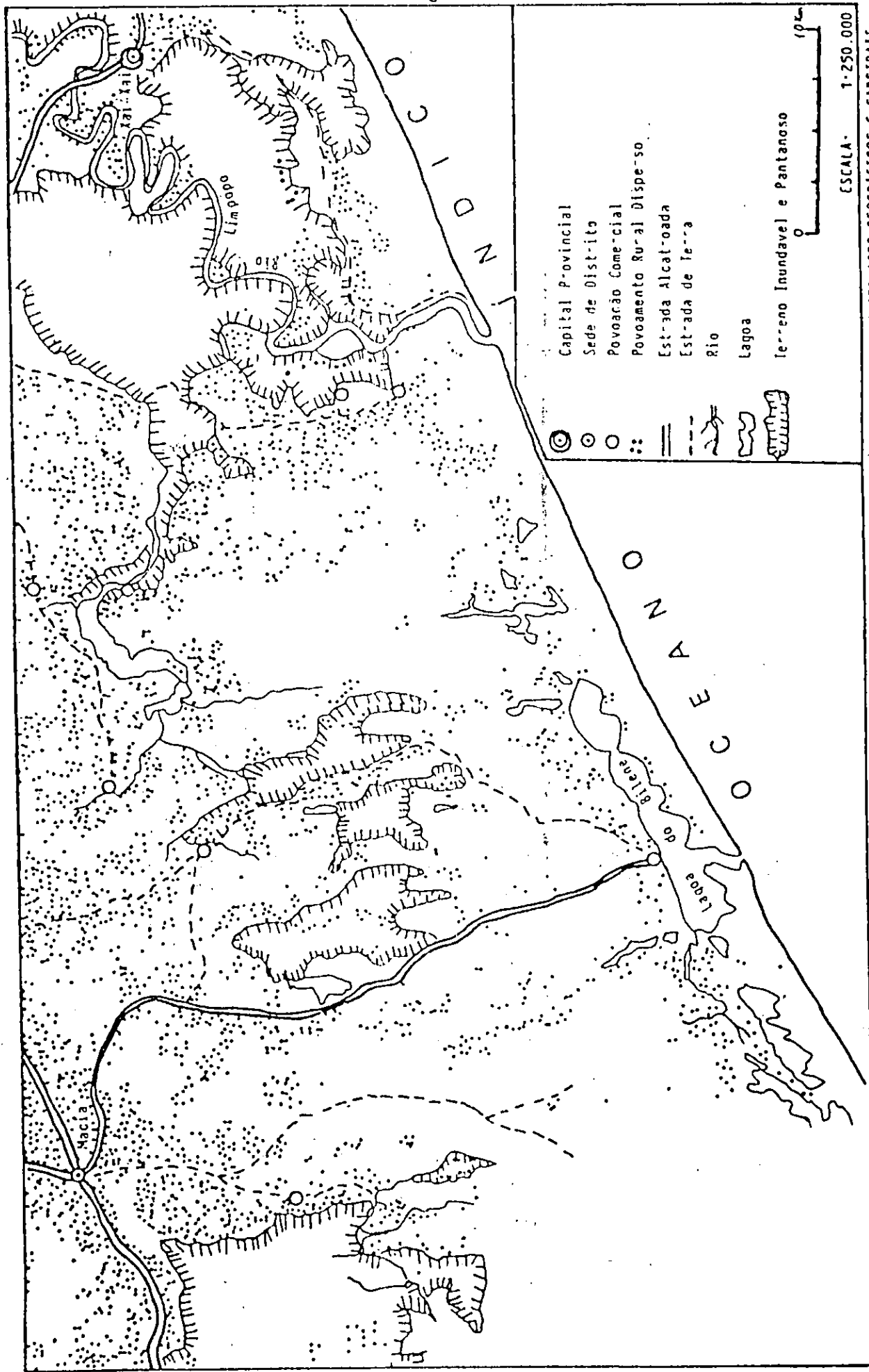
ESCALA: 1:3.000 000

Fig. 30 - DISTRIBUIÇÃO DISTRITAL DO PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALDEIAS COMUNAIS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO RURAL - PROVINCIA DE TETE (1982/83)



No entanto, o crescimento e as transformações aqui apontadas, em função das motivações principais que lhes estão a dar origem, muito dificilmente serão mantidas quando os factores conjunturais actuais desaparecerem e se estabilizar uma situação de normalidade. Como refere Pacione para o caso de aldeias surgidas pela necessidade de defesa, "(...) tanto no passado como no presente se observaram muitas situações de aldeias que cresceram muito durante períodos de insegurança e, quando a segurança é restaurada, perdem população ou desaparecem" (PACIONE, 1984, p. 10). É muito natural prever que, quando Moçambique tiver ultrapassado a situação de guerra que lhe é imposta, e se conseguir minimizar os efeitos das calamidades naturais, este movimento possa vir a observar um certo retrocesso, tanto em termos de número de aldeias, como de população; pois não se terá assistido ainda a uma mudança no comportamento entre os camponeses: o processo é muito recente e em numerosos casos não houve tempo de introduzir, a nível da atitude camponesa, novos valores que apresentem vantagens em relação aos tradicionais. Isto significa que uma transformação duradoura e eficaz do povoamento não pode ser feita apenas com base em acções administrativas e em função de factores conjunturais. O mais importante está no enquadramento da acção política, de forma a educar, com consistência, a população rural, tornando-a sensível a novos valores que gradualmente levem ao aparecimento de um novo comportamento. Isto implica tempo e princípios orientadores muito bem definidos que vão ao encontro dos interesses dos camponeses, sem esquecer os objectivos

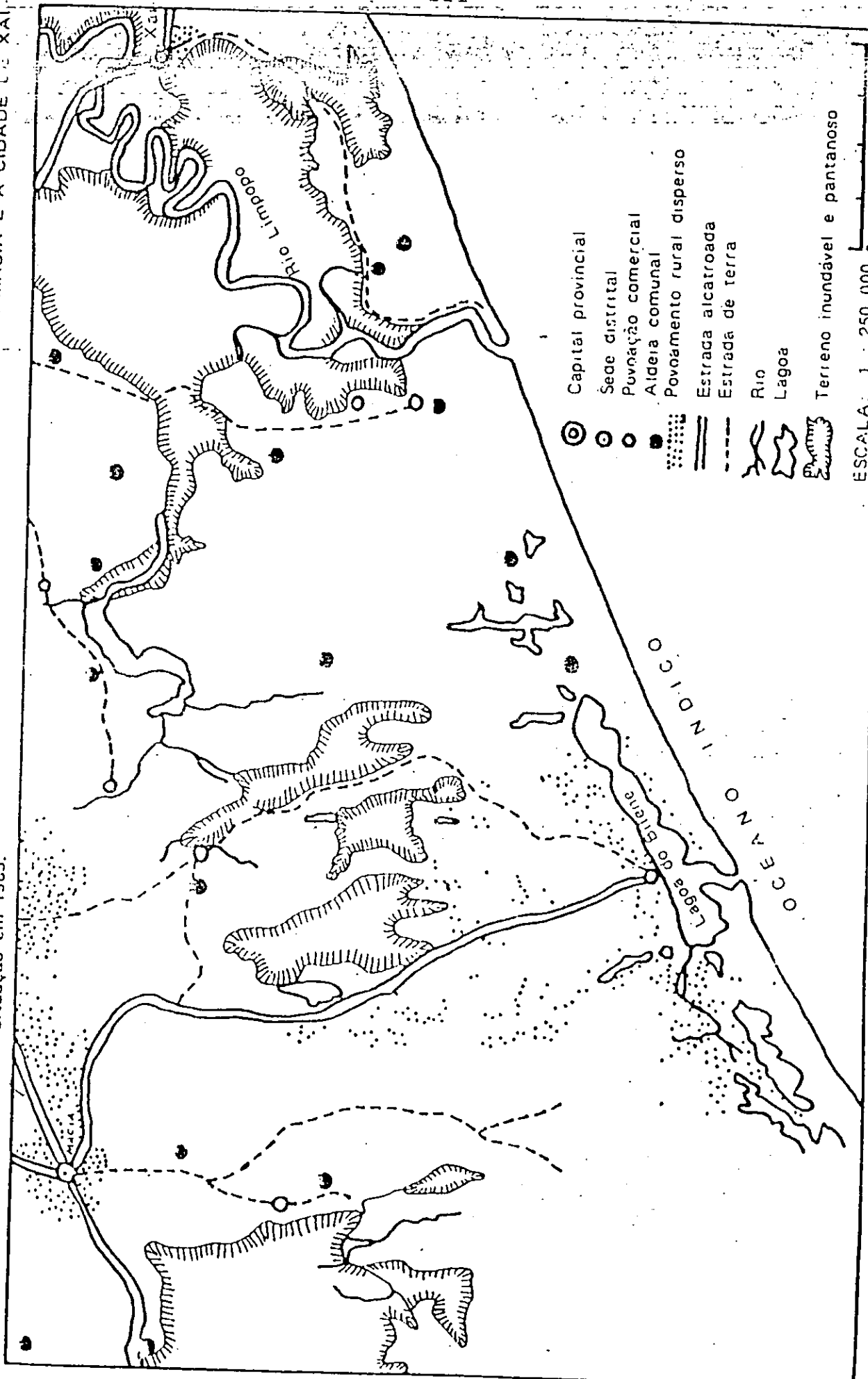
FIG. 31 - POVOAMENTO RURAL DO LITORAL DA PROVINCIA DE GAZA NUMA SECÇÃO ENTRE A MACIA E A CIDADE DE XAI-XAI SITUAÇÃO ANTERIOR A 1975



- ⊙ Capital Provincial
- Sede de Distrito
- Povoação Comercial
- ⋯ Povoamento Rural Disperso
- == Estrada Alcatroada
- - - Estrada de Terra
- ~ Rio
- ⊃ Lagoa
- ⊃ Terreno Inundavel e Pantanoso

ESCALA 1:250.000

Fig. nº 31A POVOAMENTO RURAL NO LITORAL DA PROVINCIA DE CAZA NUMA SECÇÃO ENTRE A MACIA E A CIDADE DE XAI



- Capital provincial
- Sede distrital
- Povoação comercial
- Aldeia comunal
- Povoamento rural disperso
- Estrada alcatroada
- Estrada de terra
- Rio
- Lagoa
- Terreno inundável e pantanoso

ESCALA: 1 : 250 000

M. Araujo

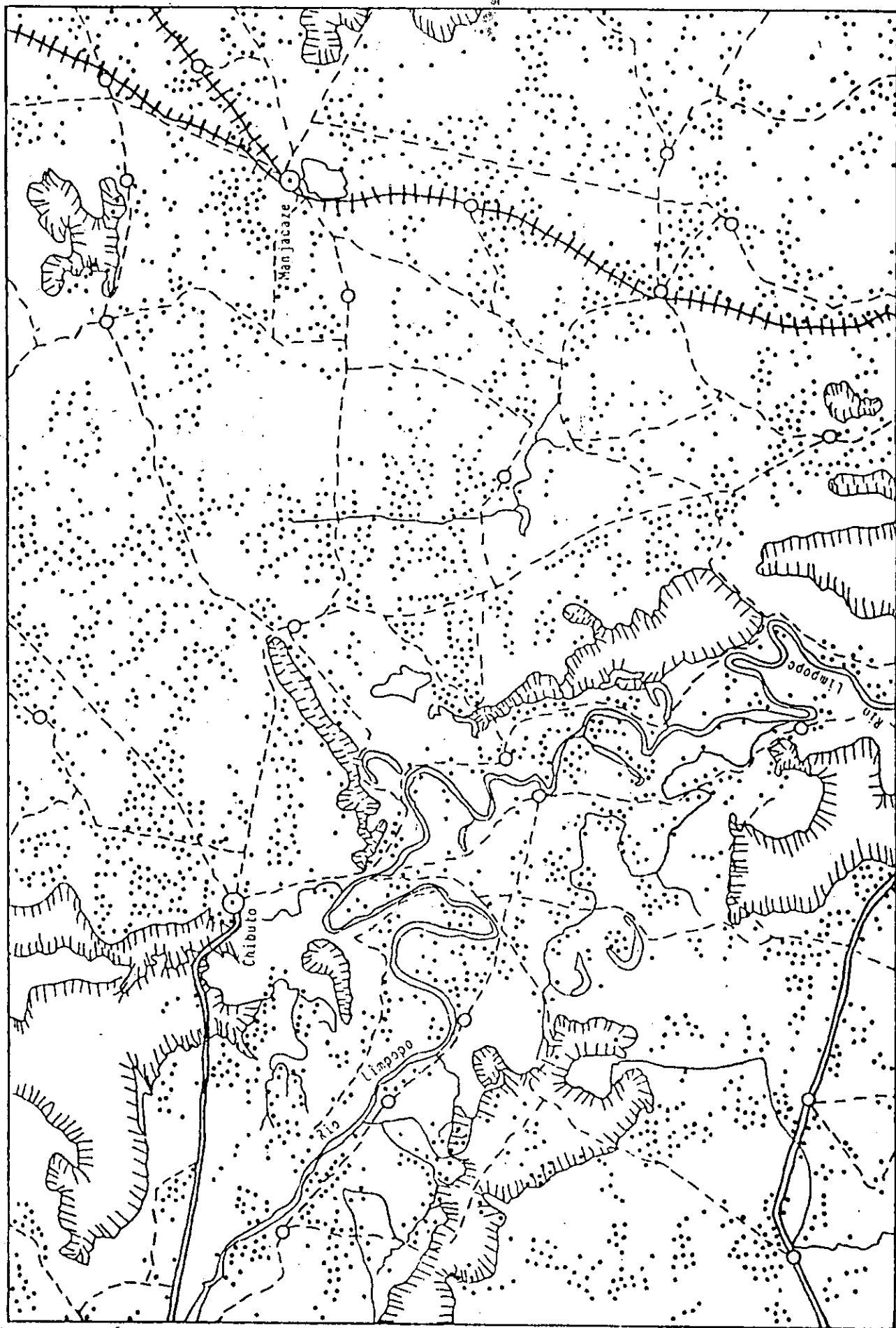


Fig. 32 - Povoamento rural numa secção do vale do rio Limpopo - Situação anterior a 1975

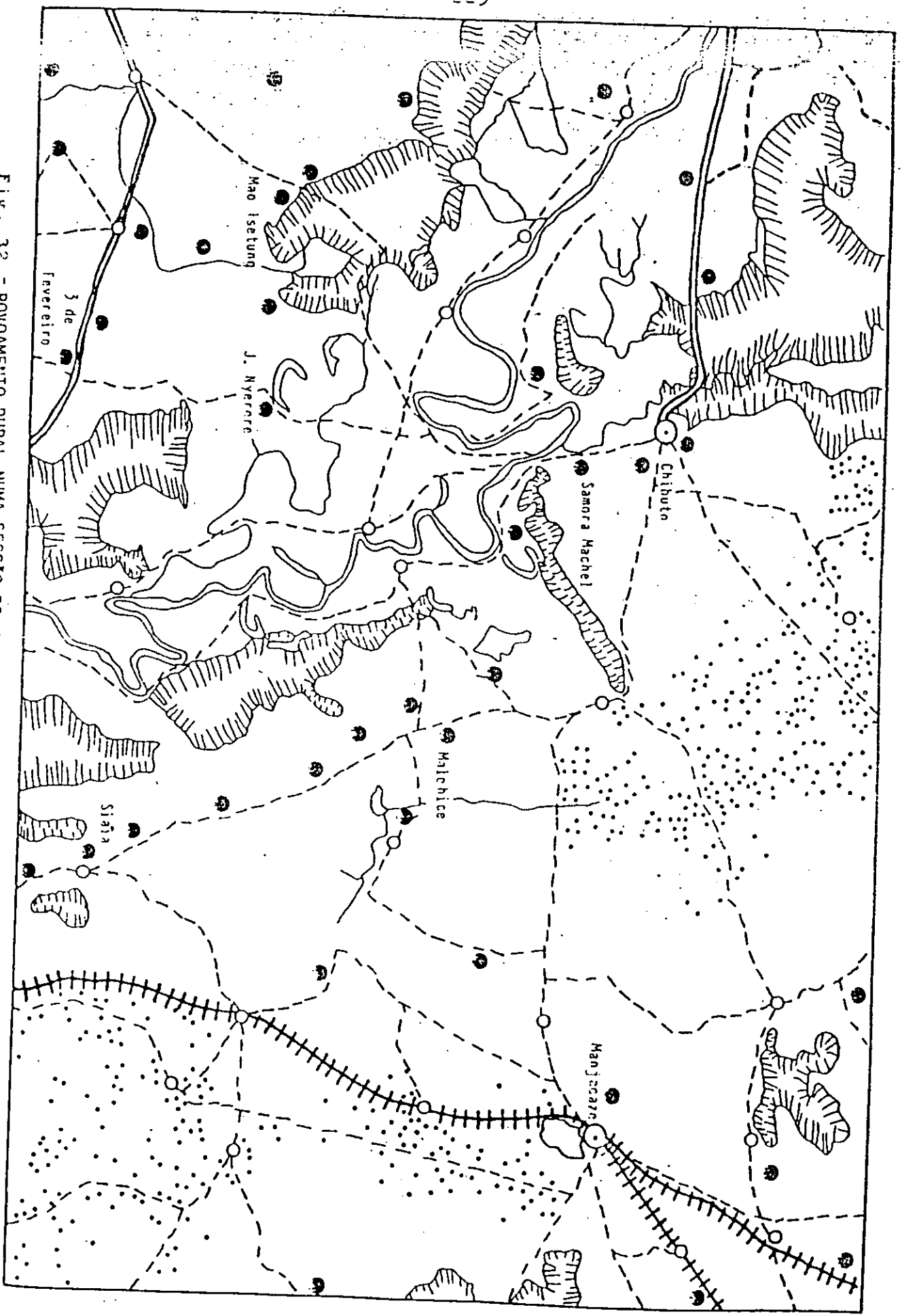


FIG. 32 - POVOAMENTO RURAL NUMA SECÇÃO DO VALE DO RIO LIMPOUO - SITUAÇÃO EM 1983

286
Lima

Fig. nº 32 - POVOAMENTO RURAL NUMA SECÇÃO DO VALE DO RIO LIMPOPO — SITUAÇÃO ANTERIOR A 1975

LEGENDA

Sede de distrito

Povoação comercial

Povoamento rural disperso


Estrada alcatroada

Estrada de terra

Rio

Terrenos inundáveis e pantanosos

Lagoa

ESCALA: 1 : 250 000 

Fonte: Carta de Portugal 1 : 250 000. Província de Moçambique.

Folha 95. L. Marques. Direcção Provincial dos Serviços Geográficos e Cadastrais. 1968.

Fig. nº 32 A - POVOAMENTO RURAL NUMA SECÇÃO DO VALE DO RIO LIMPOPO — SITUAÇÃO EM 1983

LEGENDA

Sede de distrito

Povoação comercial

Aldeia Comunal

Povoamento rural disperso


Estrada alcatroada

Estrada de terra

Rio

Lagoa

Terrenos inundáveis e pantanosos

ESCALA: 1 : 250 000 

mais gerais a nível nacional.

6. Dimensões e características demográficas das aldeias comunais

Ao agrupar-se a população rural dispersa em aldeias organizadas em moldes colectivos pretende-se, além dos objectivos explícitos e já aqui referidos, criar condições que fixem mão-de-obra no campo, como forma de reduzir os grandes fluxos migratórios em direcção às cidades, flagelo actual de todo o continente africano e que, em Moçambique, nos últimos anos, tem assumido características preocupantes. Não existem dados sobre as aldeias que possam fornecer uma ideia exacta do que se passa a nível de todo o país. No entanto, pela informação obtida através de inquérito directo e nos arquivos do Gabinete de Comunicação Social (ver anexos I e II) e com base na análise conjugada da razão de masculinidade, da estrutura etária e da dimensão média da família, pode concluir-se que este objectivo não está a ser plenamente conseguido. Na realidade, as aldeias continuam, como na situação anterior, a perder mão-de-obra masculina, que migra para os centros urbanizados ou para o estrangeiro, em particular para a África do Sul e Zimbabué, à procura de trabalho fora do sector agrícola.

Em relação à razão de masculinidade, apenas as aldeias das províncias de Cabo Delgado e Nampula apresentam valores pró-

ximos dos provinciais (ligeiramente superiores a 90 numa amostragem de 20%). As aldeias das províncias a sul do Save, assim como as de Tete e Niassa, têm "sex-ratios" bastante abaixo dos provinciais (inferiores a 80). Isto significa que as províncias onde tradicionalmente as migrações sempre foram mais pronunciadas, mantêm esta característica no que se refere às aldeias recém-formadas.

Uma amostragem de cerca de 15% do conjunto das aldeias revela que em todas as províncias mais de 30% da população aldeã pertencê ao grupo etário 0-12 anos (Nampula 36,4%, Maputo 40,0%, Zambézia 40,0%). Estes valores médios, apesar de obtidos por uma amostragem relativamente pequena, não deixam de ser significativos da estrutura etária prevalecente nas aldeias comunais do país, e vem confirmar a emigração que se verifica entre os indivíduos adultos do sexo masculino.

No estudo levado a cabo nas províncias a sul do Save os aspectos anteriores são reforçados pela análise do número de pessoas residentes por família aldeã, a qual apresenta valores muito baixos, em diversas aldeias, para as características da família rural moçambicana.

Apesar da situação estar longe de ser homogênea, quer entre províncias, quer entre distritos, quer sobretudo entre aldeias, pode afirmar-se que, dum modo geral, a população é constituída maioritariamente por mulheres e jovens com me-

nos de 15 anos.

Um aspecto relevante na análise da distribuição da população rural é dado pelo grau de concentração por aldeia, considerando a população média, ou uma classificação com base no número de famílias residentes.

O número médio de habitantes por aldeia para o conjunto do território nacional conheceu um aumento considerável entre 1978 e 1982/83. Contudo, esta média esconde grandes diferenças regionais (quadro 44), quer a nível provincial, quer distrital. Exceptuando as províncias de Nampula, Inhambane e Maputo, as restantes apresentam, em 1982/83, uma população média superior a 1.000 habitantes/aldeia, o que, num processo tão recente como este, significa uma aglomeração de população muito grande num curto espaço de tempo.

Quadro 44 - População média das aldeias comunais, por província

Províncias	1978	1982/83
CABO DELGADO	1.365,2	1.501,9
NIASSA	1.800,0	2.590,7
NAMPULA	625,0	593,0
ZAMBÉZIA	769,2	1.262,1
TETE	961,5	2.829,2
MANICA	500,0	1.293,2
SOFALA	769,2	1.206,1
INHAMBANE	500,0	733,7
GAZA	2.250,0	3.888,7
MAPUTO	800,0	986,5
PAÍS TOTAL	1.351,2	1.617,3

A situação após 1983, não sendo suficientemente conhecida para todo o país, deve ter mantido esta tendência crescente, particularmente nas províncias onde as incidências da insegurança e da seca mais se fizeram sentir, como sucedeu em Inhambane, onde a população média das aldeias em 1986 havia atingido as 1.216,3 pessoas/aldeia (ver descrição da província neste capítulo).

A província de Gaza, com uma população média próxima de 4 mil habitantes, possui aldeias de dimensões demográficas excessivas, mais se aproximando de valores urbanos. Apenas o distrito de Massingir tem uma média inferior a 2.000 habitantes/aldeia (ver descrição da província na segunda parte do presente capítulo).

Em situação inversa encontra-se a província de Nampula, onde são muito raras as aldeias com mais de 2.000 habitantes (em 1983).

Os contrastes tornam-se mais claros através da classificação das aldeias por grupos, segundo o número de famílias residentes (quadro 45).

É significativo o facto de, a nível nacional, perto de metade (46,9%) das aldeias terem 1.000 ou mais famílias, o que leva a classificá-las como muito grandes, enquanto as aldeias pequenas e médias não constituem senão uma pequena parte (12,1%). Apenas as províncias de Maputo, Nampula e Te-

te se aproximam duma situação que se pode considerar mais característica dum tipo de povoamento hierarquizado, pois têm mais aldeias no grupo de menos de 250 famílias que no de 1.000 e mais. Mas somente a de Maputo apresenta uma situação onde o número de aldeias diminui regularmente com o aumento do número de famílias residentes, formando assim um modelo mais de acordo com a hierarquização dos centros rurais. Este aspecto, como mais adiante se verá, vai reflectir-se no padrão de povoamento do sistema das aldeias comunais.

Quadro 45 - Dimensão demográfica das aldeias, em 1982, segundo o número de famílias residentes, por província

Províncias	1.000 + fams.		250 a 999 fams.		Menos de 250	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CABO DELGADO	342	63,0	187	34,4	14	2,6
NIASSA	26	41,3	32	50,8	5	7,9
NAMPULA	41	15,8	147	56,5	72	27,7
ZAMBÉZIA	18	46,2	16	41,0	5	12,8
TETE	7	17,1	24	58,5	10	24,4
MANICA	70	63,1	31	27,9	10	9,0
SOFALA	62	70,5	21	23,9	5	5,6
INHAMBANE	11	23,4	25	53,2	11	23,4
GAZA	55	44,7	66	53,6	2	1,7
MAPUTO	7	14,9	10	21,3	30	63,8
PAÍS TOTAL	639	46,9	559	41,0	164	12,1

Fonte: Elaborado com base nos arquivos do Gabinete de Comunicação Social, do Instituto Nacional de Planeamento Físico e inquéritos de campo.

A experiência dos primeiros anos de edificação do sistema, conjugada com a doutros países, levaram a retomar a ideia

inicial de se considerar o agrupamento de 250 a 500 famílias como o ideal, de forma a constituírem centros que justificassem investimentos em infraestruturas sociais e económicas mas, ao mesmo tempo, de fácil administração e organização, e onde se estabelecesse um equilíbrio razoável entre população e recursos.

No entanto, a prática em quase todas as províncias revelou-se bastante diferente. Logo de início não houve capacidade de acompanhar e orientar o processo de forma a evitar, dentro do possível, desvios que originassem graves desequilíbrios entre a dimensão do aglomerado rural e os recursos disponíveis para a vida dos aldeões. As aldeias que surgiram em função das calamidades naturais ou da situação de insegurança, que em várias províncias são factores relevantes, aglomeraram, num período de tempo extremamente curto, um número muito grande de famílias, o que, inevitavelmente, acarretou diversos problemas organizativos, mas muito particularmente produtivos. As aldeias com mais de 10.000 habitantes são em número significativo, e todas elas tiveram origem nas situações conjunturais já referidas; só a província de Gaza tem quatro nestas condições.

Não são pois de estranhar diversas dificuldades que afectam directamente a vida dos aldeões. As terras férteis tornam-se escassas, para aglomerações tão grandes, dentro do espaço produtivo da aldeia considerado num raio razoável, o que obriga a um afastamento cada vez maior das unidades pro-

dutivas em relação à área residencial, ou à diminuição da superfície das parcelas familiares e cooperativas. Quando as machambas familiares se encontram muito afastadas da aldeia, os aldeões constroem nestas uma nova residência onde passam parte considerável do ano (o período da sementeira e da colheita), levando consigo, geralmente, um ou dois dos filhos mais velhos que, quase sempre em idade escolar, deixam de frequentar a escola. Esta situação mantém o camponês ligado à anterior forma de povoamento disperso e irregular, o que, quando desaparecerem as motivações conjunturais que levaram à concentração, facilitará o regresso àquele tipo de povoamento. Um outro problema que se agudiza com as grandes concentrações de população é o do combustível doméstico, constituído, em todas as aldeias, exclusivamente pela lenha retirada das formações vegetais que as rodeiam; com a aglomeração de um número muito elevado de famílias num espaço limitado, este recurso é rapidamente esgotado nas áreas mais próximas da aldeia e tem que ser obtido, de ano para ano, em áreas cada vez mais afastadas. Em quase todas as aldeias estudadas, esta era uma das questões que mais preocupava as aldeãs, encarregadas de colher a lenha e transportá-la para casa; o homem apenas fornece combustível para uso doméstico quando desbrava o terreno para abertura da sua machamba familiar. Em algumas aldeias de Inhambane e Gaza, a mulher gasta entre 4 e 6 horas para colocar na sua cozinha um molho de lenha de 20 a 30 quilos, que consome em dois dias. São várias as aldeias que, quando se construíram, tinham lenha em abundância nas cercanias mais próximas; passados 4 ou 5

anos já somente a conseguem obter a distâncias superiores a 5 km da periferia do aglomerado (casos da Julius Nyerere, Carlos Prestes e 3 de Fevereiro em Gaza, e Antigos Combatentes e Marien Ngouabi em Inhambane, como exemplos).

Como consequência destes dois aspectos, o espaço em redor das aldeias rapidamente se transforma, pois a cobertura arbórea e arbustiva desaparece, para dar lugar às machambas e para fornecer combustível doméstico, com todas as consequências do intenso desflorestamento para os solos tropicais, que muito rapidamente se degradam ficando, no caso concreto do sul do Sáve, transformados em autênticos areais improdutivos.

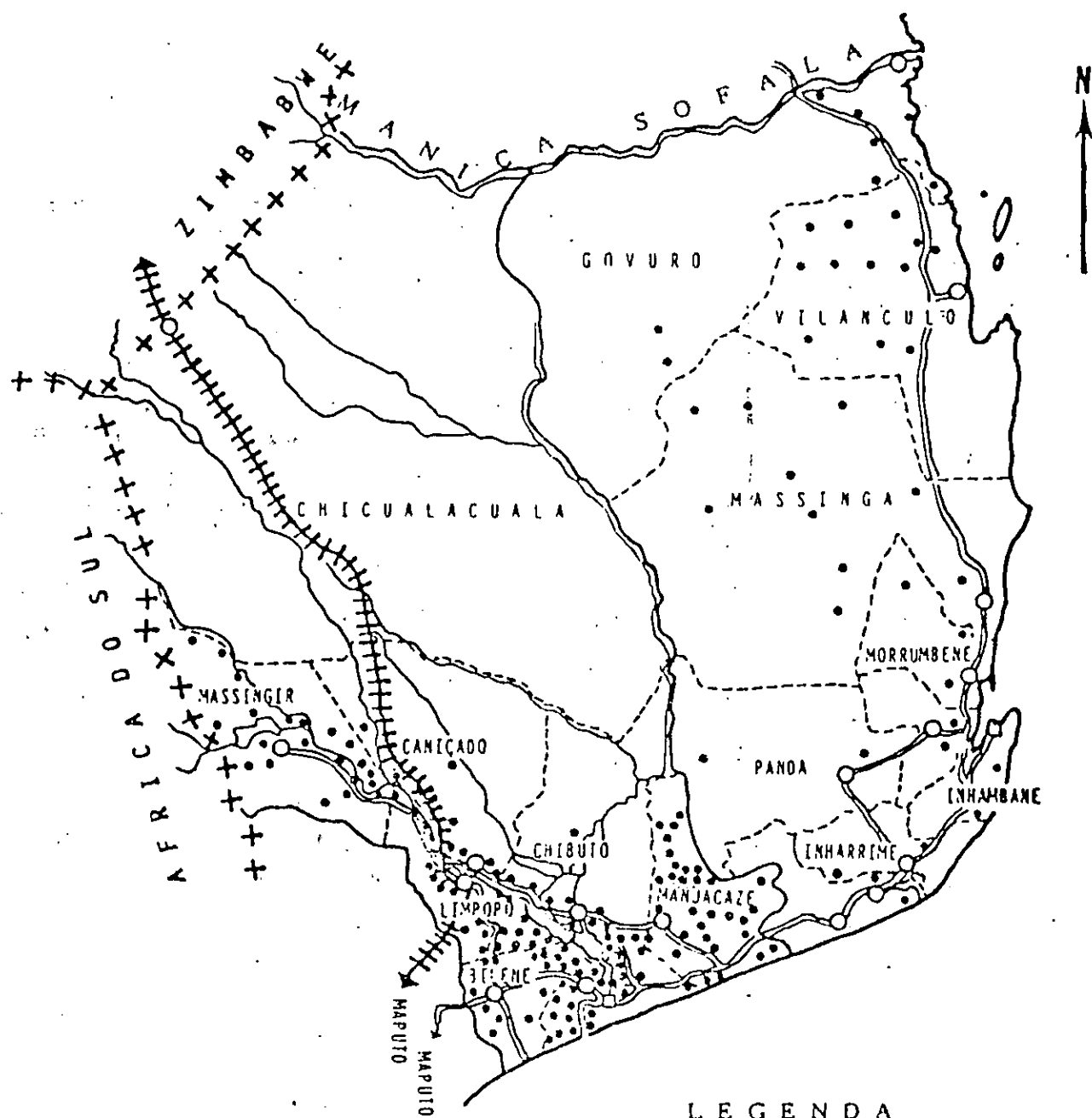
Estes aspectos colocam o problema, não apenas da dimensão, mas também da localização das aldeias. O seu rápido crescimento e a necessidade de organizar a população afectada pelas inundações, pelas secas ou pela acção desestabilizadora dos grupos armados não permitem uma planificação adequada de todo o processo, nem concedem o tempo necessário para estudos que levem à escolha do melhor local dos novos centros rurais; assim, estes surgem, muitas vezes, nos sítios menos indicados, o que constitui um entrave para o seu desenvolvimento logo à partida. Na actual localização das aldeias comunais, pelo que foi possível analisar através de algumas fotografias aéreas, de cartografia existente no Instituto Nacional de Planeamento Físico e de observações directas, pode constatar-se que há a influência de, essencialmente,

dois factores que têm funcionado como atractivos para a localização das aldeias: são os cursos de água e as vias de comunicação, ao longo das quais se concentra grande número de aldeias. (mapas das figs. 33, 34 e 35).

Estas distorções estão, em algumas províncias, a ser corrigidas, mas as dificuldades que se colocam são enormes, porque quer se pense em redimensionamento, quer em nova localização, está sempre implícita mais uma deslocação da população, que não é facilmente aceite pelos camponeses, pois obriga a refazer de novo a residência e o local de produção; em situações destas, como sucedeu em Cabo Delgado e pode vir a suceder em Inhambane, onde está em curso um vasto movimento de realocização e redimensionamento de aldeias, várias famílias resistem à mudança ou regressam aos primitivos locais de residência e produção dispersos.

Outro problema que se coloca em aldeias com mais de 5.000 habitantes é o da gestão político-administrativa e das infraestruturas sociais, que não podem ser as mesmas de aldeias menores. Os aldeões não estão preparados para esta gestão, o que provoca o aparecimento de conflitos sociais e de organização que em nada contribuem para o desenvolvimento harmonioso da aldeia. Por outro lado, não existe capacidade económica para criar e suportar todas as infraestruturas sociais que uma tal concentração humana exige, particularmente no âmbito da educação, saúde, água potável, etc..

Fig. 33
PROVINCÍAS DE INHAMBANE E GAZA-DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DE ALGUMAS
ALDEIAS-SITUAÇÃO EM 1982



LEGENDA

- Capital Provincial
- Sede Distrital
- Aldeia Comunal
- Limite De Provincia
- - - Limite De Distrito
- == Estrada
- +++ Caminho De Ferro
- ~ Rio



ESCALA 1: 3 000 000

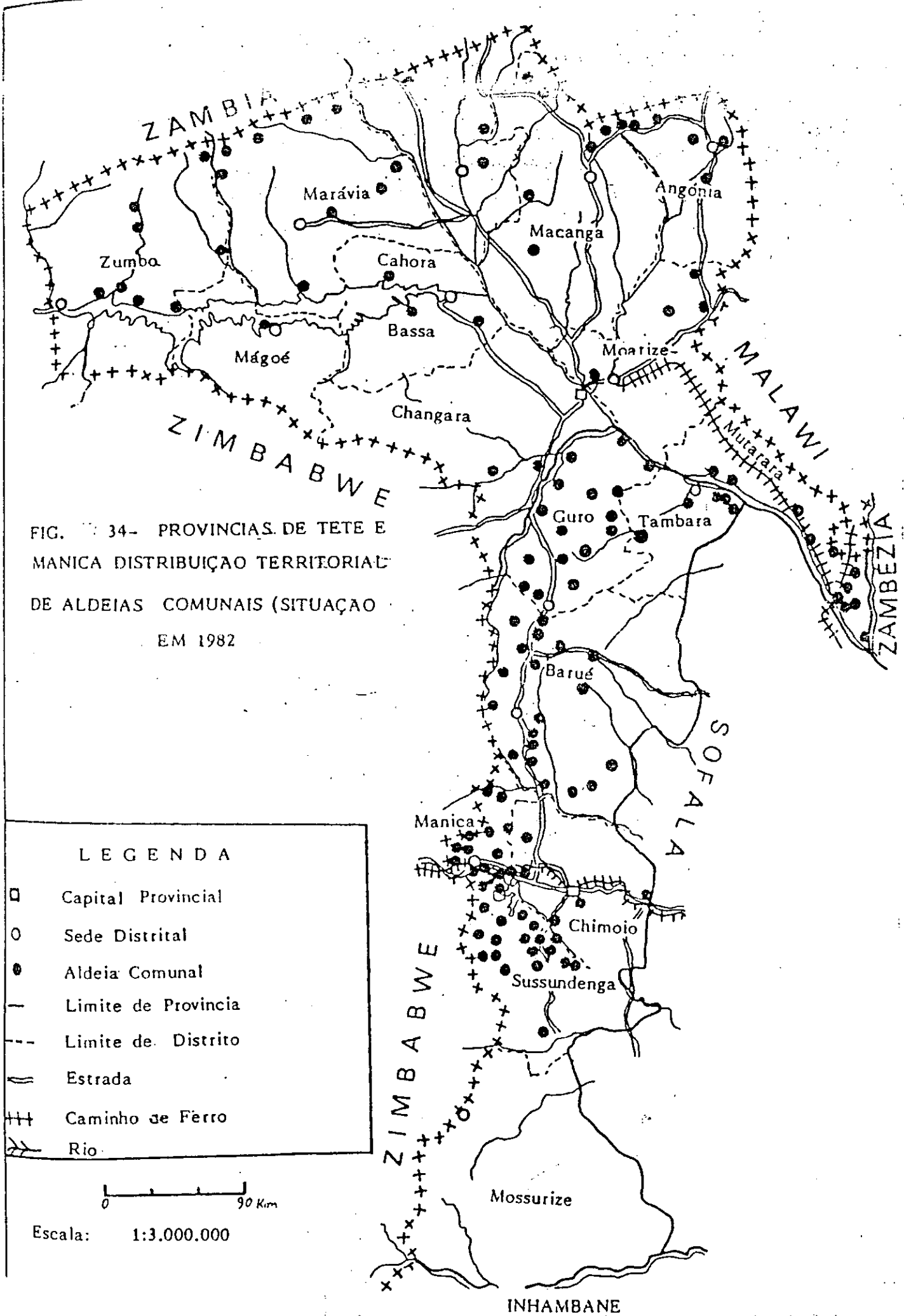


FIG. 34- PROVINCIAS DE TETE E MANICA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DE ALDEIAS COMUNAIS (SITUAÇÃO EM 1982)

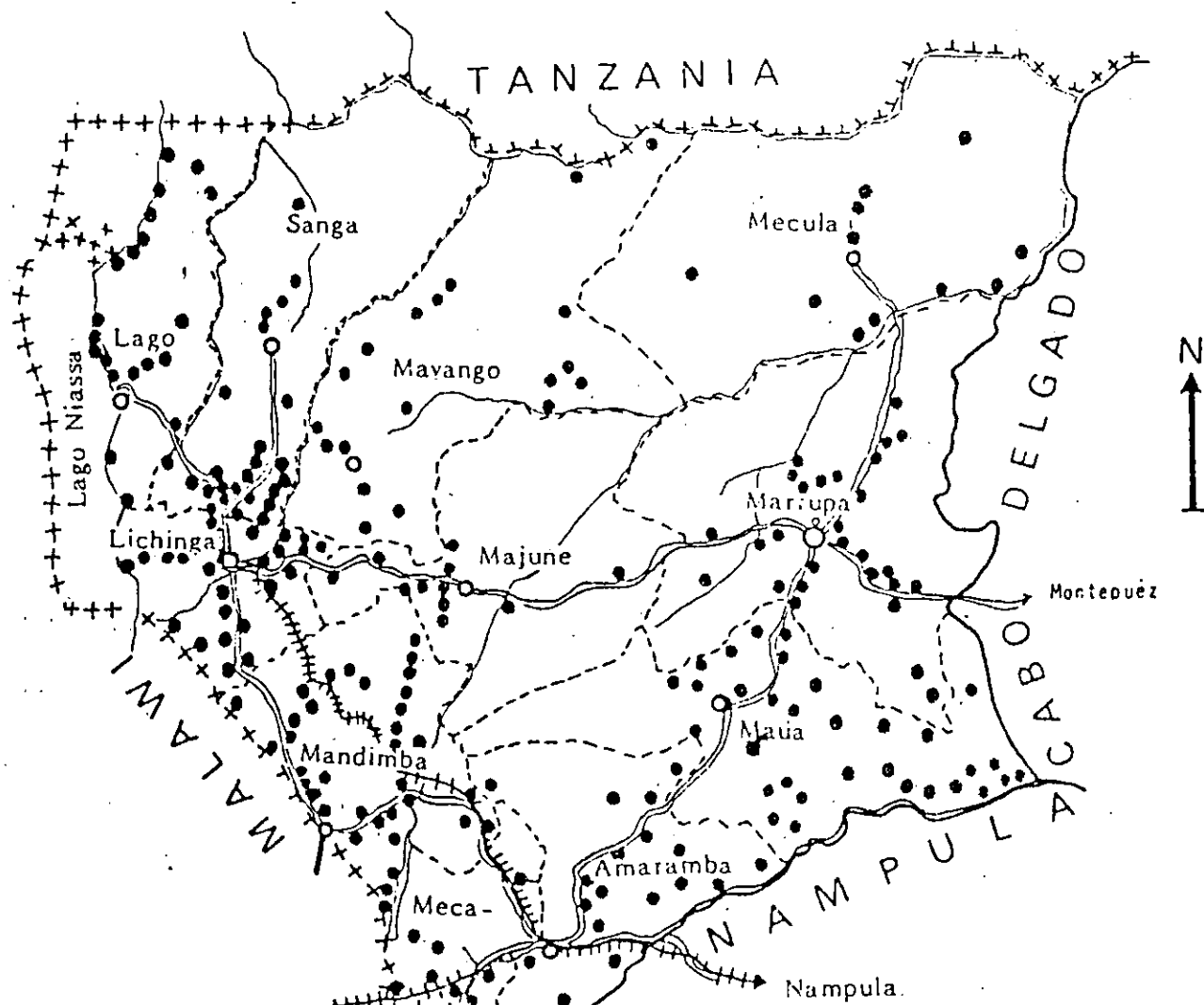
LEGENDA

- Capital Provincial
- Sede Distrital
- Aldeia Comunal
- Limite de Provincia
- - Limite de Distrito
- Estrada
- ++ Caminho de Ferro
- ~ Rio

0 90 Km

Escala: 1:3.000.000

FIG. 35 - PROVINCIA DO NIASSA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS ALDEIAS (SITUAÇÃO EM 1982)



LEGENDA	
□	Capital Provincial
○	Sede Distrital
●	Aldeias Comuns
- - -	Limites Distritais
==	Estradas
+++	Caminhos de ferro
~	Rios

0 90 Km

ESCALA: 1:3.000.000

X. Nairyo 1987

7. Grau de concentração do sistema de povoamento das aldeias comunais

A transformação do tipo de povoamento é um processo complexo e moroso, pois implica mudanças a nível do comportamento dos indivíduos; a passagem do povoamento disperso e irregular para um tipo de povoamento concentrado e organizado, acarreta o estabelecimento de novas relações a nível produtivo e social. A interiorização destes novos tipos de comportamento não é viável num espaço de tempo curto, exigindo uma adaptação gradual que deve ser acompanhada de medidas adequadas de educação que possam demonstrar as vantagens do processo, ao mesmo tempo que implica a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas. Por isso também não é fácil medir com rigor um processo que está em plena evolução e ainda sem um padrão completamente definido, sendo discutíveis os vários métodos que se apliquem para tal.

No caso concreto da implementação do sistema das aldeias comunais em Moçambique, nem sempre foi possível atender àqueles aspectos e a transformação do padrão de povoamento está a ser feita a ritmos que os números até agora apresentados revelam pouco controláveis.

Já foram referidas questões ligadas à dimensão das aldeias e ao equilíbrio população/recursos. Procurar-se-á agora, através do método estatístico preconizado no parágrafo 3 do presente capítulo e que, podendo ser criticável, nos parece

o que melhor se adapta à situação vivida, medir até que ponto o actual sistema está a encaminhar-se para um padrão de povoamento concentrado e para a formação duma rede hierarquizada de centros rurais que permita o seu desenvolvimento planificado e harmonioso e um primeiro esboço de áreas de influência.

Quadro 46 - Densidade de concentração das aldeias, por província, em 1978 e 1982/83

Províncias	1978		1982/83	
	P(km)	T(/100km ²)	P(km)	T(/100km ²)
CABO DELGADO	11,87	0,71	12,34	0,66
NIASSA	56,80	0,03	45,26	0,05
NAMPULA	31,94	0,10	17,72	0,32
ZAMBÉZIA	89,88	0,01	51,89	0,04
TETE	62,24	0,03	45,10	0,05
MANICA	82,77	0,01	23,57	0,18
SOFALA	72,33	0,02	27,80	0,13
INHAMBANE	117,15	0,007	40,00	0,06
GAZA	30,76	0,11	23,95	0,17
MAPUTO	71,77	0,02	23,66	0,18
PAÍS TOTAL	30,54	0,11	24,23	0,17

$$P = \sqrt{\frac{S}{n}} \quad \text{Distância média entre os lugares, em km.}$$

$$T = \frac{n}{S} \cdot 100 \quad \text{Densidade média dos lugares (por 100 km}^2\text{).}$$

Os valores obtidos não podem deixar dúvidas quanto à dimensão já atingida pelas transformações espaciais que se observaram em todo o país na distribuição territorial da população. No entanto, a situação varia substancialmente de província para província e, dentro destas, de distrito para distrito (ver casos das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Tete). As modificações do povoamento que estão a ser

introduzidas pelo sistema das aldeias comunais são consideráveis; mas que padrão de povoamento se está a implantar? Será um povoamento concentrado clássico, com hierarquização de centros evidente, ou estará a surgir um tipo de povoamento que será mais correcto designar por agrupado (ver p.191), em função da grande homogeneidade apresentada pelo sistema?

Quadro 47 - Grau de concentração do sistema das aldeias comunais, em 7 províncias, nos anos de 1980 e 1982/83

Províncias	Ano	R	\bar{d}	Vd(%)	s	Vs(%)
MAPUTO	1980	3035	539,8	85,3	767,8	121,3
	1982/83	9975	1048,4	108,6	1895,6	196,4
TETE	1980	8792	1369,3	65,9	1913,4	92,1
	1982/83	10400	2167,0	75,5	2655,6	92,5
INHAMBANE	1982/83	3166	405,1	55,2	583,2	79,5
NIASSA	1982/83	5359	1237,3	56,7	1686,9	77,3
NAMPULA	1982/83	5350	1137,6	47,0	1469,7	60,7
GAZA	1980	10490	1577,5	38,8	1967,0	48,4
	1982/83	19388	2346,2	39,8	3330,8	56,4
CABO DELGADO	1980	3385	804,0	37,3	936,2	43,4
	1982/83	8220	1100,3	37,0	1558,9	52,5

$$R = X_{\max} - X_{\min} \quad \text{Amplitude de variação}$$

$$\bar{d} = \frac{\sum |x_i - \bar{x}|}{n} \quad \text{Desvio médio}$$

$$Vd = \frac{\bar{d}}{\bar{x}} \cdot 100 \quad \text{Variabilidade relativa}$$

$$s = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2}{n}} \quad \text{Desvio padrão}$$

$$Vs = \frac{s}{\bar{x}} \cdot 100 \quad \text{Coeficiente de variação}$$

Uma análise conjunta dos quadros 45, 46 e 47 revela que, na província de Maputo, o sistema, pela heterogeneidade acentuada que já apresenta, se pode classificar como concentrado, com um esboço bem nítido duma rede de centros rurais (para maiores detalhes, ver o sistema das aldeias comunais na província de Maputo, na segunda parte deste capítulo). Segue-se-lhe, apesar de a distância considerável, a província de Tete, onde o sistema começa a apresentar uma certa heterogeneidade, sinónima de tendência expressa para um padrão de povoamento concentrado, mas ainda longe dum esboço de hierarquização dos centros.

As restantes províncias ainda apresentam, embora a níveis diferentes, um padrão que, não sendo disperso, está longe de se poder dizer concentrado, apesar de se ter observado, entre 1980 e 1983, uma evolução relativamente positiva no sentido da hierarquização. Mas esta evolução ainda está longe de se aproximar dum sistema heterogéneo onde surjam centros rurais que, do ponto de vista demográfico, estabeleçam uma rede hierarquizada. O caso mais flagrante é o de Gaza e de Cabo Delgado que, sendo as províncias com mais população enquadrada neste sistema, ainda estão muito aquém dum padrão de povoamento concentrado e hierarquizado pois a homogeneidade demográfica dos elementos do sistema é muito grande.

No entanto, é evidente que a distribuição territorial da população não é a mesma; esta está a aglomerar-se em aldeias, abandonando o povoamento disperso e irregular e fazendo sur-

um tipo de povoamento agrupado.

A homogeneidade do sistema, resultante duma transformação muito rápida do padrão de povoamento e motivada, em percentagem considerável, por factores conjunturais ou por uma "mobilização" segundo esquemas teóricos que não têm em conta as condições de cada local, não está a permitir

uma planificação adequada do conjunto; por outro lado, não facilita o ordenamento de aldeias que funcionariam como centros duma rede e onde se processariam os maiores investimentos sociais e produtivos, que iriam servir uma determinada área de influência.

Para a percepção mais detalhada do sistema das aldeias comunais, e para se entender um pouco melhor o seu desenvolvimento a nível de unidades territoriais menores, os distritos, far-se-á, na segunda parte deste capítulo, uma descrição do sistema em quatro províncias para as quais foi possível obter dados suficientes e levar a cabo estudos de campo, que permitiram descer ao nível daquelas unidades territoriais e administrativas. Estas províncias servirão de exemplos concretos para apoiar a análise global que acaba de ser feita para o conjunto do território nacional. É certo que se corre o risco, quase inevitável, de repetições, pois, para cada província, serão abordados os mesmos aspectos; mas só assim é possível o conhecimento pormenorizado da situação, em espaços mais circunscritos, aprofundando ao mesmo tempo os contrastes existentes.

8. Aspectos genéricos de algumas infraestruturas sociais

Não sendo objectivo deste estudo a análise da implantação de diversas infraestruturas sociais que surgem nas aldeias comunais, não deixa de ter interesse, pela importância que desempenham no desenvolvimento destes centros populacionais rurais e pela estreita relação que têm com todo o desenvolvimento do sistema, uma breve notícia informativa sobre as transformações que, neste âmbito, se estão a operar.

É por demais sabido que o desenvolvimento não se mede apenas em função de valores de maior ou menor produção e produtividade, isto é, em termos meramente económicos. Ele passa, obrigatoriamente, pelo acesso dos indivíduos a uma série de bens e serviços indispensáveis ao bem estar de qualquer sociedade, como a educação, a saúde, a água potável, etc.. Ora, um dos objectivos da concentração da população rural é o de criar condições mais favoráveis de acesso a estes bens e serviços, aos quais a população do campo não chegava facilmente, devido ao isolamento territorial e social em que vivia cada família.

Não constituindo o fim primeiro da política que orienta a nova forma de povoamento rural, foi no entanto o mais utilizado na mobilização inicial da população camponesa para se agrupar em aldeias; e terá sido o argumento mais eficaz, em termos mobilizadores, junto da população rural, durante os primeiros anos de implementação.

Entre as infraestruturas sociais mais importantes e generalizadas, no contexto da sociedade rural moçambicana, destacam-se as que se ligam à educação, à saúde e ao abastecimento de água potável.

A educação é o passo fundamental para todo o progresso; ela assume um papel ainda mais decisivo num país que, como Moçambique, se caracteriza por médias de analfabetismo muito elevadas, atingindo no campo valores por vezes próximos dos 100%. Não é possível pensar em verdadeiras transformações, quer do povoamento, quer da actividade produtiva, sem que primeiro se observe uma grande evolução no domínio do combate ao analfabetismo e da escolarização, pois é na escola que os jovens devem começar a interiorizar o valor e importância das novas formas e técnicas produtivas e outras; é aqui que o comportamento em relação ao espaço residencial e produtivo tem de começar a transformar-se.

Uma das primeiras preocupações dos habitantes quando constroem a nova aldeia é a de terem, logo à partida, uma escola, edificando-a eles próprios com material local (escolas de pau a pique cobertas de caniço). Mas aqui, como noutros âmbitos, também a capacidade de resposta, por parte do Estado, fica aquém do crescimento das necessidades. Os aldeões, depois da escola construída, exigem professores, mas estes não são em número suficiente para a grande quantidade de estabelecimentos escolares surgidos por toda a parte, logo nos primeiros anos.

Isto obriga a que,

ora se improvisem professores entre jovens que já possuem alguma escolarização (geralmente a 4ª classe), ora se fique com a escola sem funcionar. Esta situação junta-se a outras para criar entre os aldeões um sentimento de frustração, pois o que havia sido prometido não estava a ser cumprido. Entretanto, o Ministério da Educação desenvolve um enorme esforço na formação de professores com um mínimo de habilitações, de forma a poder responder, no mais curto espaço de tempo, às necessidades crescentes; mas o desequilíbrio entre estas necessidades e a capacidade de as satisfazer só poderá ser diminuído e eliminado a médio e longo prazos, enquanto a curto prazo a tendência é para o seu agravamento. Não obstante as dificuldades, pode dizer-se que, actualmente, já todas as aldeias comunais têm, pelo menos, um professor do ensino primário com uma preparação mínima; mas, entretanto, perdeu-se parte do entusiasmo dos aldeões para construirem salas de aulas e garantir a sua conservação, sendo frequente a realização das actividades escolares ao ar livre (habitualmente debaixo de uma árvore), ou em escolas completamente deterioradas. Nos últimos anos está a sentir-se uma retomada de interesse dos camponeses, o que se revela por melhorias consideráveis nas condições físicas das escolas; estas devem-se, em grande parte, à acção dos próprios professores junto dos aldeões.

Não se conhecendo um levantamento completo para todas as aldeias do país, serão aqui apresentados alguns dados referentes a 73 aldeias, resultado de inquéritos directos e consul-

tas dos arquivos do Gabinete de Comunicação Social e do Instituto Nacional de Planeamento Físico.

Estas aldeias possuem um total de 392 professores (5,37 professores por aldeia, em média) que assistem a 26.770 alunos, o que equivale a uma média geral de 68,3 alunos/professor. Contudo, esta média não tem grande significado, pois nas aldeias consideradas o número de alunos por professor varia entre 41 nas de Bengo, distrito de Moatize, e Merunguzi, no de Nacala-a-Velha, e 180 na aldeia de Tsacale, no distrito de Changara. Este grande número de alunos por professor está longe de satisfazer as necessidades da população em idade escolar nas aldeias, e uma parte das crianças ainda não frequenta a escola. Num levantamento realizado pela Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação da província de Gaza, para 1979, em seis aldeias do distrito do Caniçado, constata-se que o grau de escolarização é, em média, de apenas 78%, apesar de a média alunos/professor atingir os 92,4.

São as províncias do sul do Save que apresentam, em média, maior número de professores por aldeia, o que pode significar um maior grau de escolarização, facto susceptível de explicar a alta média na relação alunos/professor observada na província de Naputo.

Como atrás se referiu, a grande maioria das escolas das aldeias são construídas com material local bastante precário. Começam agora a aparecer as primeiras em alvenaria, utili-

zando-se material de construção (tijolos ou blocos) produzidos pelas próprias aldeias, ou por aldeias vizinhas. No entanto, o número destas ainda é muito pequeno, além de serem de dimensões reduzidas (1 a 2 salas) para o grande número de alunos, pelo que, mesmo nas aldeias onde já existem, continua a ser necessário ter em actividade salas de material precário.

Quadro 48 - Relação alunos/professor, por província, no ano de 1982, com base numa amostragem

Províncias	Nº de aldeias estudadas	Nº de professores	Nº de alunos	Relação		
				Média	Min.	Max.
CABO DELGADO	12	50	2841	56,8	45	87
NIASSA	3	7	550	78,6	42	125
NAMPULA	5	18	1006	55,9	41	102
TETE	34	133	8853	66,6	41	180
INHAMBANE	2	22	1615	73,4	63	100
GAZA	10	112	7814	69,8	48	94
MAPUTO	5	41	3350	81,7	52	143

Fonte: Elaborado com base em inquéritos de campo e nos arquivos do Instituto Nacional de Planeamento Físico e do Gabinete de Comunicação Social.

A partir de 1982/83 começam a funcionar, em algumas aldeias, as primeiras escolas secundárias, como sucede na aldeia de Maguiguana, no distrito de Mueda, e na de Nwachicoluane, no do Limpopo.

Se todas as aldeias já possuem uma escola primária, apesar das grandes dificuldades com que depara o seu funcionamento, já o mesmo não se passa em relação aos postos de saúde, uni-

dades sanitárias básicas do Sistema Nacional de Saúde. O objectivo é o de dotar cada aldeia com uma destas unidades assistidas por um Agente Polivalente Elementar (APE). Este é escolhido pela aldeia de entre os seus moradores mais jovens e com a 4ª classe, para receber uma habilitação básica num centro de formação de APEs, voltando depois à aldeia que se responsabiliza pela sua manutenção. Num estudo feito em algumas aldeias de Nampula e de Cabo Delgado, no âmbito do Projecto CSP/1-80 - Cuidados de Saúde Primários, verificou-se que apenas 33,3% das que se estudaram em Nampula e 8,5% em Cabo Delgado possuíam, na altura, um APE, o que não correspondia ao número de postos de saúde existentes, que era de 22% em Cabo Delgado e 45% em Nampula. Isto significa que um número considerável de aldeias constroem o seu posto de saúde mas, depois, ou não seleccionam o aldeão para ser preparado como APE, ou este abandona o lugar, o que não é raro, por motivos que podem estar relacionados com a retribuição que recebe pelo seu trabalho. A situação é um pouco melhor na província de Gaza, por exemplo, onde os inquéritos de campo revelam uma cobertura próxima dos 60%.

O APE recebe uma formação que lhe permite exercer uma série de actividades simples mas essenciais para os programas de Cuidados de Saúde Primários, e essencialmente para levar à aldeia hábitos de higiene fundamentais.

O Posto de Saúde é (ou deve ser) apoiado por uma unidade sanitária do escalão imediatamente a seguir - o Centro de Saú-

de -, que conta já com a presença de um enfermeiro e uma parteira, ou um destes. Diversas aldeias já contam com esta unidade, que estende o seu raio de acção pelas mais próximas, mas a cobertura ainda é muito deficiente. A estes Centros está geralmente associada uma Maternidade, com um pequeno número de camas e onde, além duma parteira, se encontra também uma parteira tradicional (aldeã preparada pela maternidade para apoiar nos trabalhos); por vezes só se verifica a presença duma destas, e casos há em que é o enfermeiro que se responsabiliza pela assistência ao parto. Aqui, mais uma vez, as necessidades crescentes ultrapassam a capacidade de resposta do Estado em termos de pessoal qualificado, ficando bastante aquém das esperanças criadas entre os camponeses; daqui resulta existirem unidades de saúde sem funcionar, por falta de técnicos. Muitas daquelas que estão em actividade exercem esta em condições muito difíceis, não tanto devido às instalações, mas fundamentalmente à grande falta de material e de medicamentos. Contudo, aquilo que existe, e apesar das precárias condições de funcionamento, representa um avanço, ainda pequeno, é certo, em relação a uma situação que deixava o campo no mais completo esquecimento.

Outro aspecto de importância para qualquer aglomerado populacional e directamente ligado com o anterior, é o abastecimento em água potável. Este tem sido um problema bastante grave para numerosas aldeias que ainda hoje continuam a utilizar fontes a grandes distâncias dos centros residenciais,

ou com precárias condições de salubridade. É uma questão que tem muito a ver com a escolha do sítio para edificação do centro populacional.

Reconhecendo a necessidade de ser encontrada solução para o abastecimento de água às aldeias, e porque estas pressionam no sentido de verem satisfeitas as suas principais necessidades, tem-se desenvolvido, nos últimos anos, um grande esforço na abertura de furos para captação deste líquido em todas as aldeias, de forma a alterar a situação; o caminho a percorrer para atender às necessidades ainda é longo, pois as capacidades são limitadas, pelo que continuam a ser os rios, os pequenos poços e as lagoas as principais fontes de abastecimento.

Com a abertura sistemática destes furos em algumas regiões, a situação está a ser invertida, como, por exemplo, em Gaza e Inhambane. No entanto, sucede por vezes que a água obtida através destas fontes é salobra; é o caso muito concreto da aldeia de Pambarra, no distrito de Vilanculos, onde foram abertos três furos e todos eles com água muito salobra, imprópria para consumo pois, como dizem os aldeões, "nem dá para lavar a roupa". Estão a ser abertos outros furos, mas, segundo os técnicos que estão ligados a este trabalho (Projecto de água rural), é natural que os resultados sejam os mesmos, pois o lençol de água doce estará a grande profundidade, sob uma camada rochosa impermeável; situação semelhante se vive na aldeia de Chivonguene, no distrito do Caniça-

do. Isto é uma consequência directa da falta de planificação e estudo para a localização das aldeias. Se a situação é, em geral, difícil, ela agrava-se bastante mais quando as dimensões demográficas das aldeias atingem valores muito elevados.

No entanto, são conhecidos exemplos de abastecimento de água potável já bastante razoável, ou plenamente solucionado: podem citar-se os casos das aldeias de Campoane, no distrito de Boane, e Manjangué, no do Limpopo, onde foram construídos diversos fontanários abastecidos por furos; e os de várias aldeias do distrito de Mueda, abastecidas pelo projecto de captação e abastecimento de água do planalto, ali realizado.

É por demais conhecido o papel importante que a comunicação social desempenha em qualquer processo de desenvolvimento. Em Moçambique tem grande impacto a comunicação radiodifundida e por imagem, pois a escrita ainda abrange uma percentagem muito pequena da população, devido aos grandes índices de analfabetismo. No campo, a única informação que chega, e nem sempre nas melhores condições, é a da rádio. Pelo papel que a comunicação social pode desempenhar no desenvolvimento rural, foi criado, logo nos primeiros anos após a independência nacional, um projecto de comunicação social que, entre outros objectivos, todos no âmbito do desenvolvimento rural, visa dotar as aldeias comunais com um centro que desenvolva uma série de acções de informação, divulgação,

ensino e recreação, de interesse para os aldeões. Uma das acções que desenvolvem é a emissão de programas, transmitidos através de altifalantes instalados em torres próprias que cobrem toda a aldeia, de divulgação no domínio das actividades agrícolas, em especial esclarecimentos sobre a utilização de novas tecnologias, dos cuidados de saúde primários, além de informações locais, regionais e nacionais. Alguns destes centros já estão dotados de diverso material audio e video, o que permite a projecção de filmes e imagens diversas sobre o dia a dia das aldeias, trabalho todo ele feito pelo próprio Gabinete de Comunicação Social.

Este projecto está a ter uma projecção e aceitação muito grande entre os camponeses, e o número de aldeias abrangidas é já considerável. Os trabalhadores destes centros são seleccionados na própria aldeia, recebendo depois uma formação adequada para o desempenho da sua função. Tem sido notável o trabalho que os centros estão a desenvolver em Nampula, onde o processo parece mais adiantado, mas também noutras aldeias um pouco em todas as províncias.

Mas, para além destas infraestruturas sociais de importância inquestionável para o progresso das aldeias, outras começam a surgir, como resultado da evolução produtiva em alguns dos novos centros rurais. É exemplo disto o que se observa em aldeias que, essencialmente com base na produção colectiva, estão a criar serviços para os aldeões, em particular restaurantes e clubes recreativos. Não havendo ainda nenhum

levantamento feito sobre a existência destes, os inquéritos de campo e a consulta dos arquivos do Gabinete de Comunicação Social permitiram identificar algumas aldeias onde a sua existência é já uma realidade. É o caso da aldeia Samora Machel, no distrito do Eráti, onde funciona um clube recreativo para espectáculos e um restaurante; e o das aldeias Namaúá, no distrito de Mueda, Naulia, no de Metuge, Unidade Moçambique, em Mecubúri, Manjangué e 12 de Maio, no distrito do Limpopo.

É de crer que um levantamento mais completo revele mais situações semelhantes, o que, apesar da precária posição das cooperativas agrícolas, deve entender-se como um exemplo do papel que estas podem vir a desempenhar na vida da aldeia.

B- O SISTEMA DE POVOAMENTO DAS ALDEIAS COMUNAIS
EM QUATRO PROVÍNCIAS - CASOS ESTUDADOS

1. Província de Maputo

1.1. Aspectos gerais

A província de Maputo forma a extremidade meridional de Moçambique, localizando-se entre o rio Incomáti, a norte, e o rio Maputo, a sul, na fronteira com a África do Sul. Do conjunto das províncias do país é a que ocupa menor extensão territorial, com 25.756 km², para uma população rural de 491.800 habitantes (segundo o censo de 1980). Considerando uma taxa média anual de crescimento de 2,8%, em 1983 atingiam-se os cerca de 523.500 habitantes. No entanto, e de acordo com a hipótese apresentada no capítulo II deste estudo no que concerne à população rural e urbana, considerar-se-á uma população rural de 470.800 em 1980 e de 490.711 em 1983, pois classifica-se como urbana a população residente nas vilas da Manhiça e de Marracuene.

Segundo a divisão administrativa existente em 1983, esta província possui sete distritos: Manhiça, Magude, Moamba, Boane, Matutuíne, Namaacha e Marracuene.

A repartição distrital da população rural, segundo os dados

do recenseamento de 1980, é a constante do quadro 48, podendo observar-se que 47% se encontra distribuída em apenas 21% do território provincial (distritos de Marracuene, Manhiça e Boane). Os distritos de Marracuene e Boane são limítrofes da cidade de Maputo, enquanto o primeiro destes e Manhiça são atravessados pelo eixo rodoviário (EN 1) que liga a capital nacional ao Centro e Norte do país. São também estes distritos que apresentam, a nível provincial, maior desenvolvimento económico, factores que, em conjunto, podem ser considerados como os que justificam esta situação. Em contrapartida, os distritos do interior e sul possuem densidades demográficas sensivelmente menores (inferiores a 20 hab/km²), o que pode pressupor uma mais forte corrente migratória em direcção à cidade de Maputo e à vizinha África do Sul.

Quadro 48 - Distribuição distrital da população rural da província de Maputo em 1980 e estimada para 1983

Distritos	Área (km ²)	1980		1983(1)	
		População	Dens.	População	Dens.
MANHIÇA(2)	3.275	133.818	40,9	145.376	44,4
MAGUDE	6.960	99.602	14,3	108.205	15,5
MOAMBA	4.528	80.194	17,7	87.121	19,2
BOANE	1.136	39.772	35,0	43.207	38,0
MATUTUÍNE	6.726	55.543	8,2	60.340	9,0
NAMAACHA	2.144	25.228	11,8	27.407	12,8
MARRACUENE(2)	807	36.643	45,4	39.808	49,3

(1) - População estimada com base numa taxa média anual de crescimento de 2,8%.

(2) - Exclui-se a população e área dos centros urbanizados da Manhiça e Marracuene.

Fonte: Elaborado com base no censo de 1980.

Como se pode observar pela curva de Lorenz da figura 36, a população rural desta província caracteriza-se, no seu conjunto, por uma acentuada dispersão, que apenas é interrompida, ao longo das principais vias de comunicação, por centros populacionais comerciais e pelas sedes distritais.

1.2. As aldeias comunais na província

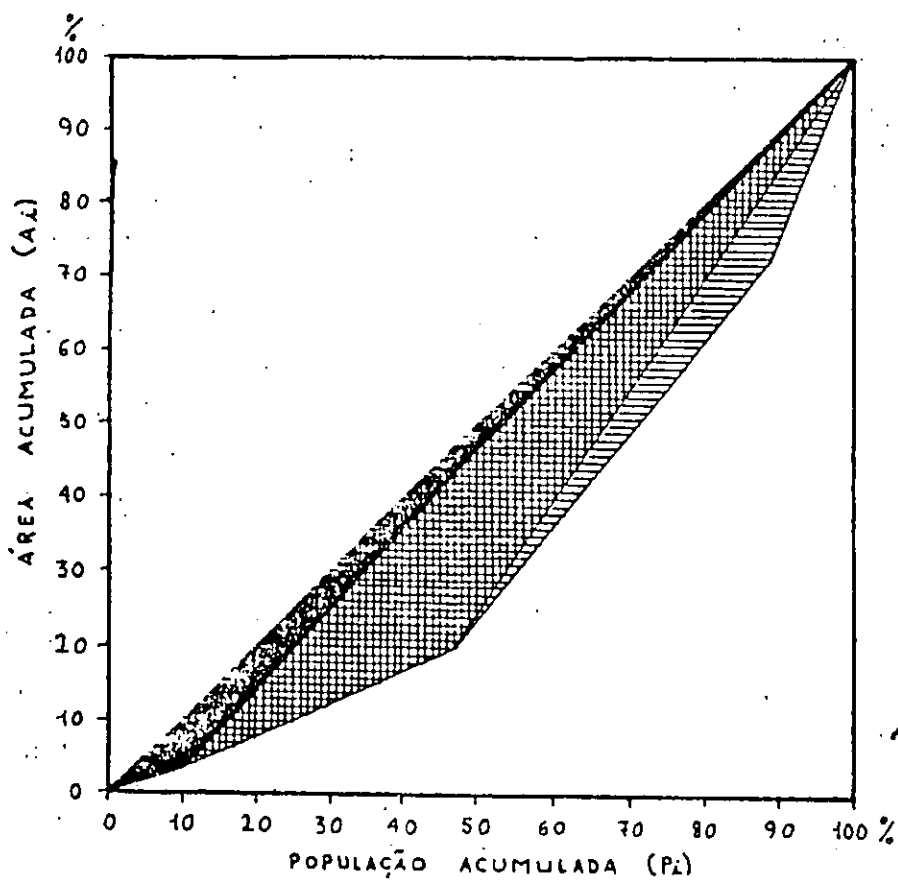
Com o processo da criação das aldeias comunais, uma parte da população rural (9,1% em 1983) já se encontra organizada neste novo tipo de povoamento.

Durante os primeiros anos a evolução foi bastante lenta; diversas informações disponíveis indicam, para 1978, a existência de apenas cinco destes aglomerados populacionais rurais. Este número quadruplicou nos dois anos seguintes e, em 1983, é referenciado um total de 47 aldeias (em algumas fontes apenas se referem 46). Em finais de 1984 o número de aldeias já havia atingido 50. No entanto, a análise é feita considerando apenas os valores até 1983.

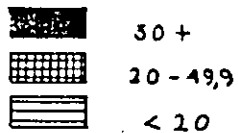
Estes centros concentravam, em 1980, cerca de 14.500 pessoas (3,1% da população rural da província), alcançando 46.440 residentes em 1983, o que corresponde a cerca de 8.000 famílias.

As aldeias comunais desta província têm duas origens: as

FIG. 36 - CURVA DE LORENZ PARA A POPULAÇÃO RURAL DA PROVÍNCIA DE MAPUTO - 1980



DENSIDADES (HAB./KM²)



calamidades naturais e a mobilização da população. As mais antigas são: 3 de Fevereiro (ver anexo I), Ilha Josina e Nwamatibjana, no distrito da Manhiça; Heróis Moçambicanos em Magude; Eduardo Mondlane em Marracuene. Todas elas se constituíram como consequência das cheias do rio Incomati em 1976/77.

Quadro 49 - Distribuição distrital das aldeias comunais na província de Maputo em 1980 e 1983

Distritos	1980			1983			$r = \sqrt{\frac{P_n}{P_o}} - 1$ (1980-distr. - 1983)
	Nº	Popu- lação	% do total distr.	Nº	Popu- lação	% do total distr.	
MANHIÇA	6	6.758	5,05	7	15.881	10,92	32,9
MAGUDE	4	1.661	1,67	7	15.686	14,50	111,4
MOAMBA	3	632	0,79	7	1.541	1,77	34,6
BOANE	3	1.232	3,22	5	1.897	4,39	13,9
MATUTUÍNE	2	461	0,83	12	4.323	7,16	110,9
NAMAACHA	1	231	0,92	2	773	2,82	49,6
MARRACUENE	3	3.555	9,70	7	6.339	15,92	21,3
TOTAL	22	14.580	3,10	47	46.440	9,10	47,1

Fonte: Elaborado com base em dados recolhidos em trabalho de campo e nos arquivos do Gabinete de Comunicação Social e do I.N.P.F..

A situação na província não é homogénea, conforme se pode observar pelos quadros e mapas que se apresentam. O distrito de Matutuine foi aquele que, no período 1980-83, registou o aparecimento do maior número de aldeias, mas não o que teve maior crescimento populacional. Na realidade o aumento do número de centros nem sempre corresponde ao crescimento demográfico, o qual apresenta variações distritais situadas num intervalo muito amplo, independentemente do nú-

mero de novas aldeias e reflectindo nitidamente a variedade de situações existentes. Isto porque o aumento da população organizada no novo sistema de povoamento não é feito apenas em função do aparecimento de novas unidades, mas também do movimento demográfico em direcção às já existentes, o que por vezes se torna predominante.

Os distritos do litoral-norte e norte (Marracuene, Manhiça e Magude) constituem o grupo que tem maior percentagem de população rural englobada nesta nova forma de povoamento (mais de 10%), enquanto os distritos do centro-interior, distritos fronteiriços (Moamba e Namaacha), se encontram na situação inversa (fig. 37).

São os distritos mais afectados pelas cheias que, começando o processo em primeiro lugar, registam maior crescimento da população residente em aldeias (fig. 38). O grande salto observado no distrito de Matutuine também está ligado às graves inundações do rio Maputo, que afectaram vastas áreas do seu território. Em contrapartida, os distritos que em 1983 apresentam menor índice de população organizada em aldeias comunais são aqueles que menos sentiram os efeitos das calamidades naturais (Namaacha e Moamba).

Isto significa que o crescimento das aldeias comunais na província de Maputo está mais ligado a fenómenos naturais adversos (neste caso as inundações), do que a um processo devidamente planificado, independente de factores conjuntu-

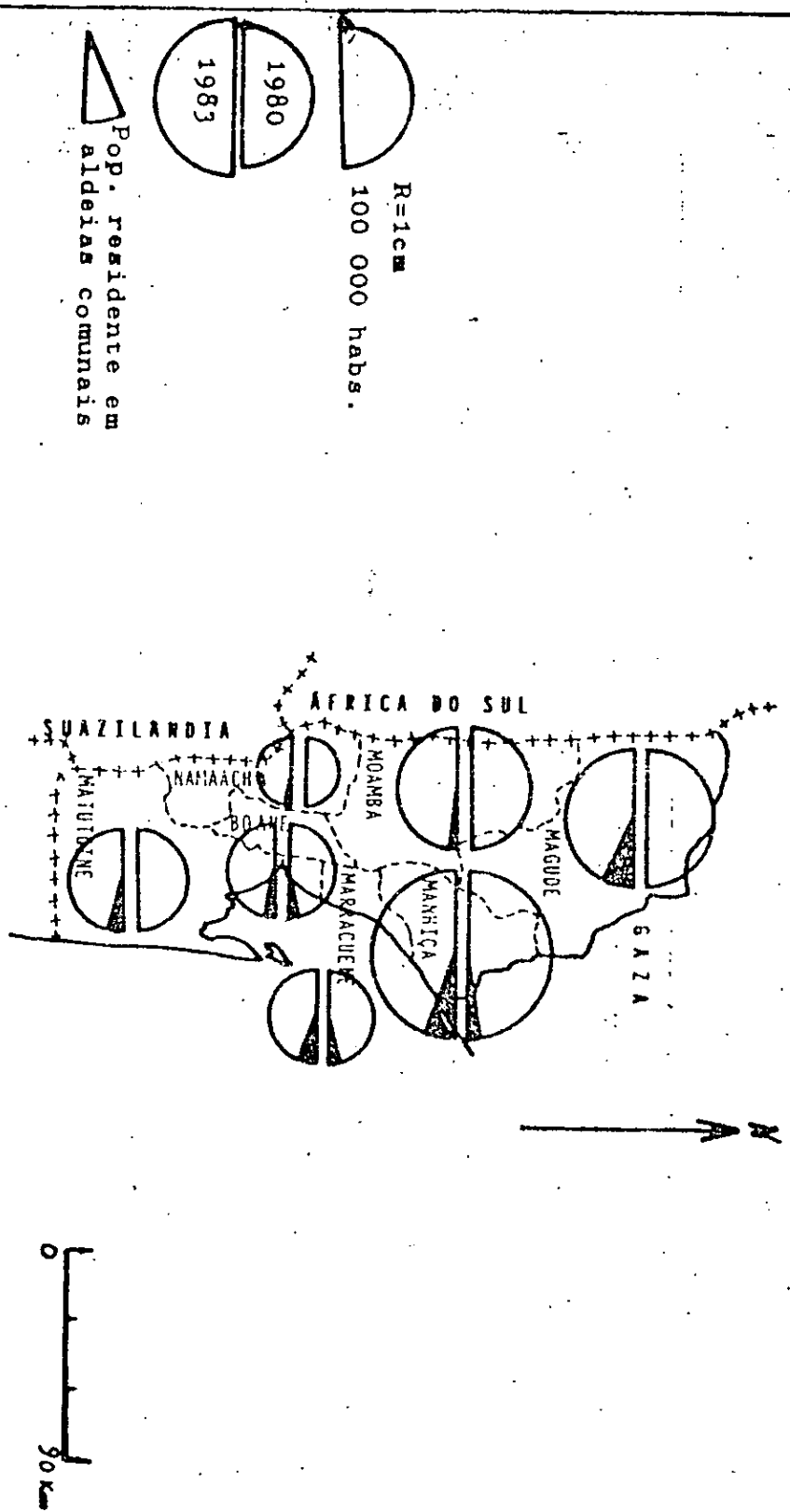


Fig. 37 - PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALDEIAS, EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO RURAL POR, POR DISTRITO.

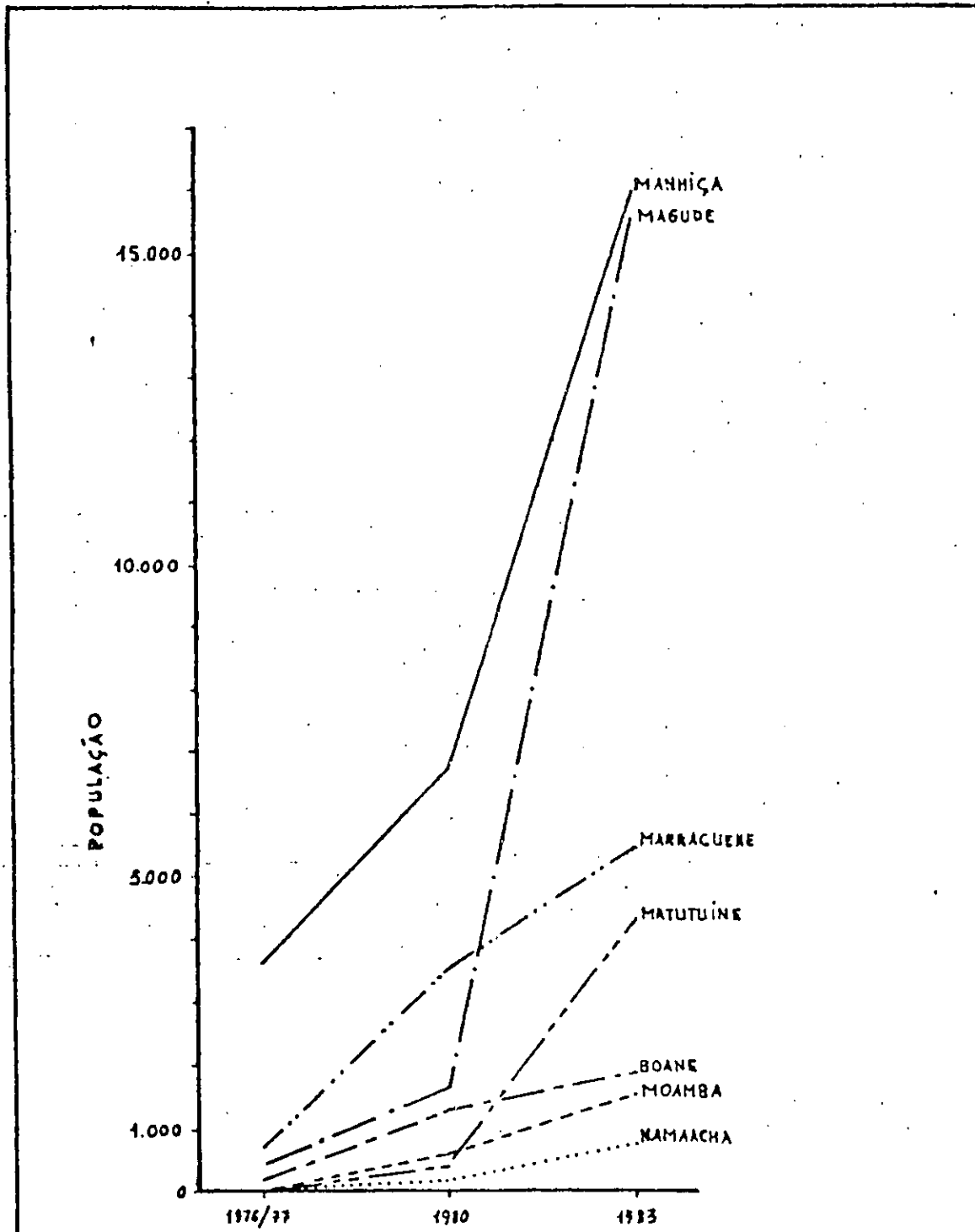


FIG. 38 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS ALDEIAS COMUNAIS NOS DISTRITOS DA PROVÍNCIA DE MAPUTO

rais, o que pressupõe que a mobilização tem actuado como factor secundário. No entanto, as estruturas políticas e administrativas locais têm aproveitado estes factores conjunturais para, de forma mais ou menos programada, orientarem o processo.

Quadro 50 - Dimensão demográfica das aldeias da província, por distritos, em 1982/84

Distritos	≥ 10.000 habs.	≥ 5.000 <10.000 habs.	≥ 1.000 <5.000 habs.	≥ 500 <1.000 habs.	<500 habs.
MANHIÇA	0	1	3	0	4
MAGUDE	1	0	1	3	3
NOAMBA	0	0	0	1	6
BOANE	0	0	0	2	4
MATUTUÍNE	0	0	1	3	8
NAMAACHA	0	0	0	1	1
MARRACUENE	0	0	2	2	3
TOTAL	1	1	7	12	29

Fonte: Inquéritos de campo e arquivos do Gabinete de Comunicação Social e do Instituto Nacional de Planeamento Físico.

O número de habitantes varia sensivelmente de aldeia para aldeia, o mesmo sucedendo em relação à população média distrital, a qual oscila entre valores superiores a 2.000 residentes (Manhiça e Magude) até menos de 400. No entanto, em toda a província apenas se encontram duas aldeias com mais de 5.000 habitantes (Ilha Josina, no distrito da Manhiça, e Acordos de Lusaka, no de Magude), ao passo que a maioria tem menos de 500 moradores. Pelas constatações feitas no trabalho de campo e através da consulta de diversos re-

latórios, a tendência é para se manter a mesma estrutura dimensional, o que facilitará a gestão das aldeias, o seu equilíbrio com os recursos naturais disponíveis e a formação duma rede de centros rurais adequada.

A dimensão da família aldeã apresenta valores médios distritais bastante diferentes, mas as maiores oscilações observam-se entre as aldeias, pois aparecem diversas com três pessoas/família, enquanto outras têm mais de sete (quadro 51).

Quadro 51 - População e dimensão média da família em algumas aldeias da província de Maputo

Distritos	Aldeias	População	Nº de pessoas por família
MANHIÇA (média 3,8)	PATEQUE	100	2,2
	3 DE FEVEREIRO	3.210	4,4
	TANINGA	1.849	2,5
	ILHA JOSINA	6.013	3,6
	MUNGUINE	430	5,0
	NHAMBI	95	3,8
	NWAMATIBJANA	3.778	5,0
MAGUDE (média 4,5)	MAGUIGUANE	2.779	4,5
	HERÓIS MOÇAMBICANOS	1.350	3,7
	MACONDZO	528	2,9
	THEMO	225	5,0
	MOTAZE	124	4,8
	MAHELE	530	6,0
MOAMBA (média 5,4)	VIGILÂNCIA	682	5,4
	ASSEMBLEIA DO POVO	267	7,2
	AVANTE	126	4,8
	25 DE JUNHO	182	8,3
	MUCATINE	124	1,4
MATUTUÍNE (média 4,7)	JOSINA MACHEL	814	5,0
	ZITUNDO	516	4,0
	TINONGANINE	200	3,6
	GUEBEZA	116	7,3
	MALHALHANE	1.350	5,0
MARRACUENE (média 4,5)	AGOSTINHA NETO	569	5,7
	EDUARDO MONDLANE	2.850	3,8
	MACANDZA	268	7,6



C. LETRAS U. E. M.	
R. E.	_____
DATA	____/____/____
AQUISIÇÃO	_____
COTA	_____

- A Bibliotecária do Departamento

Seis aldeias comunais da província de Inhambane

MANUEL ARAÚJO

Docente do Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, República Popular de Moçambique

No presente artigo são apresentados aspectos da organização dos espaços de seis aldeias comunais da província de Inhambane, situada no litoral e entre as províncias de Sofala, Manica e Gaza, da República Popular de Moçambique. São abordados temas como os da génese e evolução das aldeias, a organização espacial da área residencial, a organização e aproveitamento do espaço produtivo, as principais culturas e técnicas agrícolas, a dimensão demográfica das aldeias em relação com os recursos naturais disponíveis e as perspectivas de crescimento de tais aglomerações populacionais. O Autor propõe dois modelos de organização do espaço e um que poderia resultar da conjugação desses dois.

This article presents the aspects of spatial organization in six communal villages of the Inhambane Province, which is located by the seaside, between the Provinces of Sofala, Manica and Gaza, in the Popular Republic of Mozambique.

Themes such as origine and evolution of the villages, spatial organization of the residential areas, organization and management of productive areas, main cultures and agricultural technics, demographic aspects in connection with available natural resources and trends of development of their populations are dealt with.

The Author put forward two models of organization of space, and a third one that could result from the association of the first two.

I

INTRODUÇÃO

No âmbito da investigação em curso sobre a «Redistribuição da População Rural em Moçambique», que constitui o tema central para a nossa tese de doutoramento, realizámos, em 1986, uma deslocação à província de Inhambane com o objectivo de:

- i. Trabalhar em algumas aldeias com diferentes características quanto à sua origem e base produtiva;
- ii. observar, *in loco*, as transformações do povoamento rural resultante da política de construção de novas formas de povoamento rural e de acção desestabilizadora dos ataques dos guerrilheiros da Renamo e dos efeitos das secas que tão fortemente se fizeram sentir naquela região do país;

- iii. estudar a utilização do espaço produtivo das aldeias.

Agradecemos a todos quantos tornaram possível a elaboração deste trabalho.

De acordo com o plano do projecto de investigação que estamos a levar a cabo, e após a elaboração de um esboço dos objectivos a atingir nesta observação directa, seleccionámos, em conjunto com as estruturas da província, seis aldeias, tendo em atenção as motivações que lhe deram origem e a organização da sua principal base económica. Seguidamente foi elaborado um guião das principais questões a abordar com os aldeões, com particular incidência sobre: i) a história do surgimento e evolução da aldeia; ii) a organização espacial da área residencial; iii) a organização e aproveitamento do espaço produtivo; iv) as principais culturas e técnicas mais utilizadas; v) a dimensão populacional da aldeia em relação com os recursos naturais

disponíveis (solos, lenha, água); vi) as perspectivas de crescimento. Após o trabalho nas aldeias foi realizada uma consulta a diversa documentação existente na Direcção Provincial de Agricultura, o que permitiu uma visão de conjunto para a província de Inhambane (fig. 1). Com base nos dados recolhidos procurámos idealizar, numa primeira aproximação, alguns modelos teóricos que serão apresentados no final do presente texto.

Este constará de uma descrição individualizada de cada aldeia estudada, apesar de com isso incorrerem no «pecado» de repetições diversas, seguindo-se uma abordagem inicial e sintética de alguns dos aspectos que nos pareceram mais salientes. Não é nossa intenção chegar já a conclusões mais ou menos definitivas, mas somente colocar algumas reflexões que nos parecem pertinentes. Estamos conscientes de que alguns aspectos abordados são bastante controversos; no entanto, sem pretendermos arrogar-nos o direito de detentores da verdade, procuramos apoiar-nos na situação presente da vida rural na província, da sua fase de desenvolvimento e nas vicissitudes conjunturais que tem de enfrentar.

II

1. ALDEIA DOS ANTIGOS COMBATENTES EM CHINDJINGUIRE

No distrito de Homoíne, localidade de Chindjinguire, a sul da sede distrital, a aldeia dos Antigos Combatentes (fig. 1) fica bastante próxima da margem esquerda do pequeno rio Nhanombe, de caudal permanente, no início do declive que leva ao seu vale.

Fundada em 1981 por um grupo de 220 antigos combatentes, vindos da aldeia Paulo Samuel Kankomba, no distrito de Morrumbene, em 1982 já havia atingido os 800 habitantes, tendo actualmente (1986) uma população residente de 1141 pessoas, o que equivale a uma taxa média de crescimento anual de 9,3 %. Esta, exceptuando os antigos combatentes, é oriunda da região circunvizinha, onde vivia em forma de povoamento disperso e irregular, em particular das terras de Macanda e Nhaulane. O grande afluxo de camponeses dispersos verificou-se quando na localidade se começou a fazer sentir a acção destruidora dos «bandidos armados» ou *machangas*, como são mais conhecidos pela população camponesa, como forma de melhor se organizarem para a sua autodefesa e produção.

A área residencial, que ocupa cerca de 350 000 m², é constituída por 4 bairros mais ou menos geométricos, cada um dos quais é formado por 6 linhas de casas, com 12 talhões residenciais em cada. Os talhões são

rectângulos regulares com 30 metros de frente e 40 metros de fundo. Existem 1152 talhões construídos, o que dá uma média aproximada de 4 pessoas por casa. O conjunto apresenta uma forma rectangular, com ruas largas que se cruzam perpendicularmente, sendo atravessado pela estrada de terra que liga a vila de Homoíne do Nhanombe e segue em direcção ao sul.

A área produtiva da aldeia situa-se, na sua totalidade, na margem oposta do rio, ocupando o vale e terras mais elevadas próximas deste (fig. 2). É formada pelo Centro de Produção dos Antigos Combatentes, com uma superfície de 180 ha, e por *machambas* familiares dos moradores da aldeia. O centro de produção foi iniciado em 1982, e nele apenas participam os antigos combatentes. Os principais produtos cultivados são o milho, com duas colheitas por ano, o feijão-nhemba, o algodão, a mandioca e hortícolas diversas. A totalidade da produção é comercializada directamente nas cidades da Maxixe e Inhambane, na vila de Homoíne e mesmo noutros distritos vizinhos; o autoconsumo é garantido pela produção das *machambas* familiares. Neste centro já foram introduzidas algumas técnicas mais produtivas, como resultado do apoio que tem sido dado a todo o aproveitamento agrícola do vale do Nhanombe em Chindjinguire, e que tem tido influência benéfica directa nas próprias *machambas* familiares. Nos trabalhos da lavoura utilizam essencialmente a tracção animal (bois e burros pertencentes ao centro), recorrendo à tracção mecânica apenas esporadicamente; possui um sistema de rega por aspersão que, não cobrindo toda a área, é utilizado apenas para a irrigação de algumas culturas na época seca (hortícolas e milho); introduziu-se a prática sistematizada de rotação de culturas, alternando milho-feijão-hortícolas-milho, tendo abandonado o sistema de associação de produtos; embora ainda não como prática normal, e porque utilizam alguns fertilizantes químicos, recorrem a pequenos períodos de pousio (em geral de um ano) quando sentem que a terra está a ficar cansada; apesar de possuírem criação de gado semiestabulado, não utilizam o estrume como fertilizante. Toda a área está dividida em parcelas regulares, o que facilita a prática das técnicas referidas.

Cada aldeão possui uma *machamba* familiar que lhe foi atribuída na mesma margem do rio, onde praticam uma agricultura de sequeiro, apesar da proximidade deste curso de água permanente. Uma parte destas ficam mais afastadas da aldeia que o centro de produção, chegando a distar 8/10 km. As culturas praticadas são as mesmas que no Centro, destinadas ao autoconsumo; apenas comercializam quando têm excedentes. Também esta área de agricultura familiar

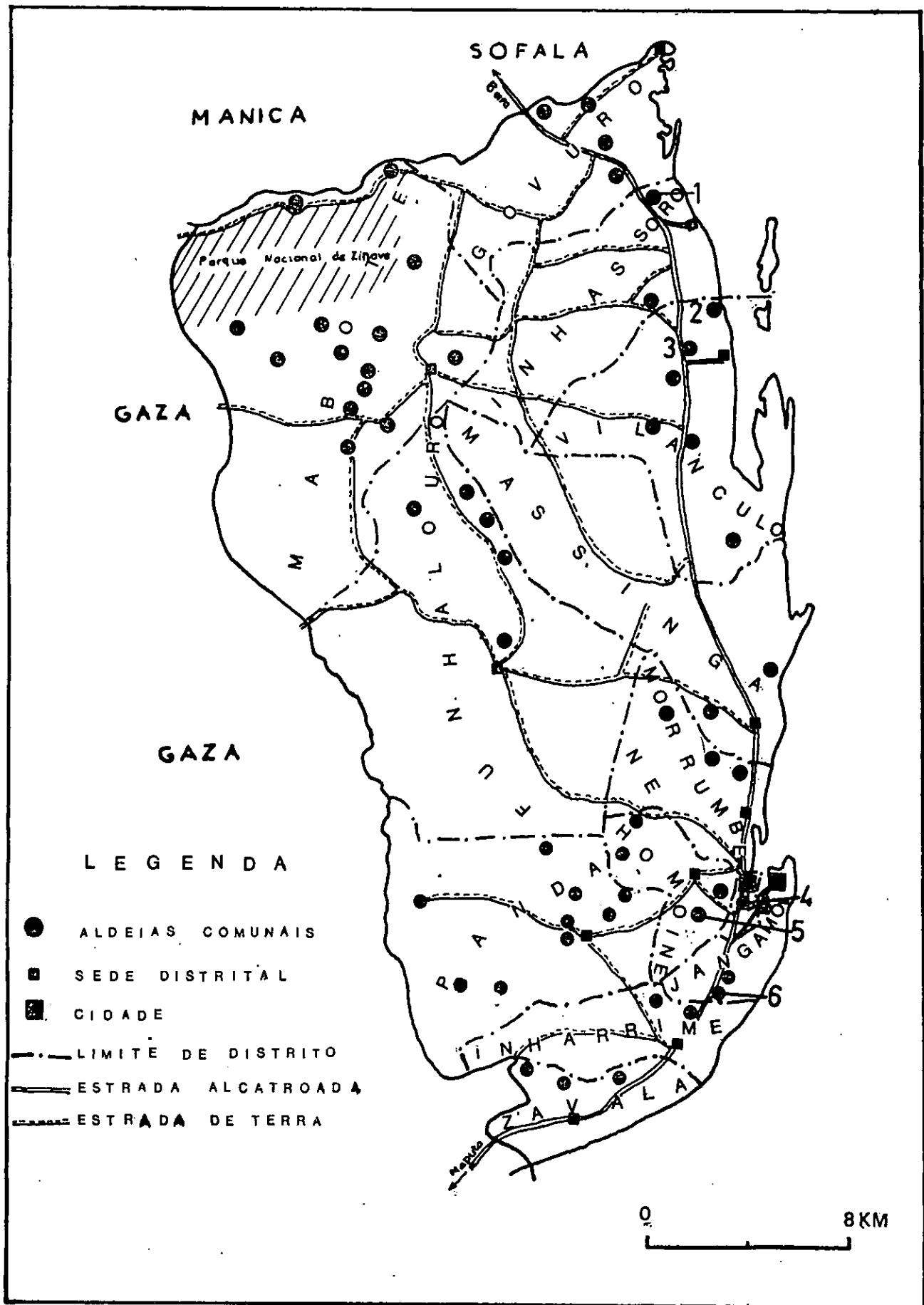


Fig. 1 — Distribuição das aldeias comunais na provincia de Inhambane (1986). 1 — Nvuka; 2 — Macunhe; 3 — Pambarra; 4 — Agostinho Neto; 5 — Antigos Combatentes; 6 — Marien Nguabi.

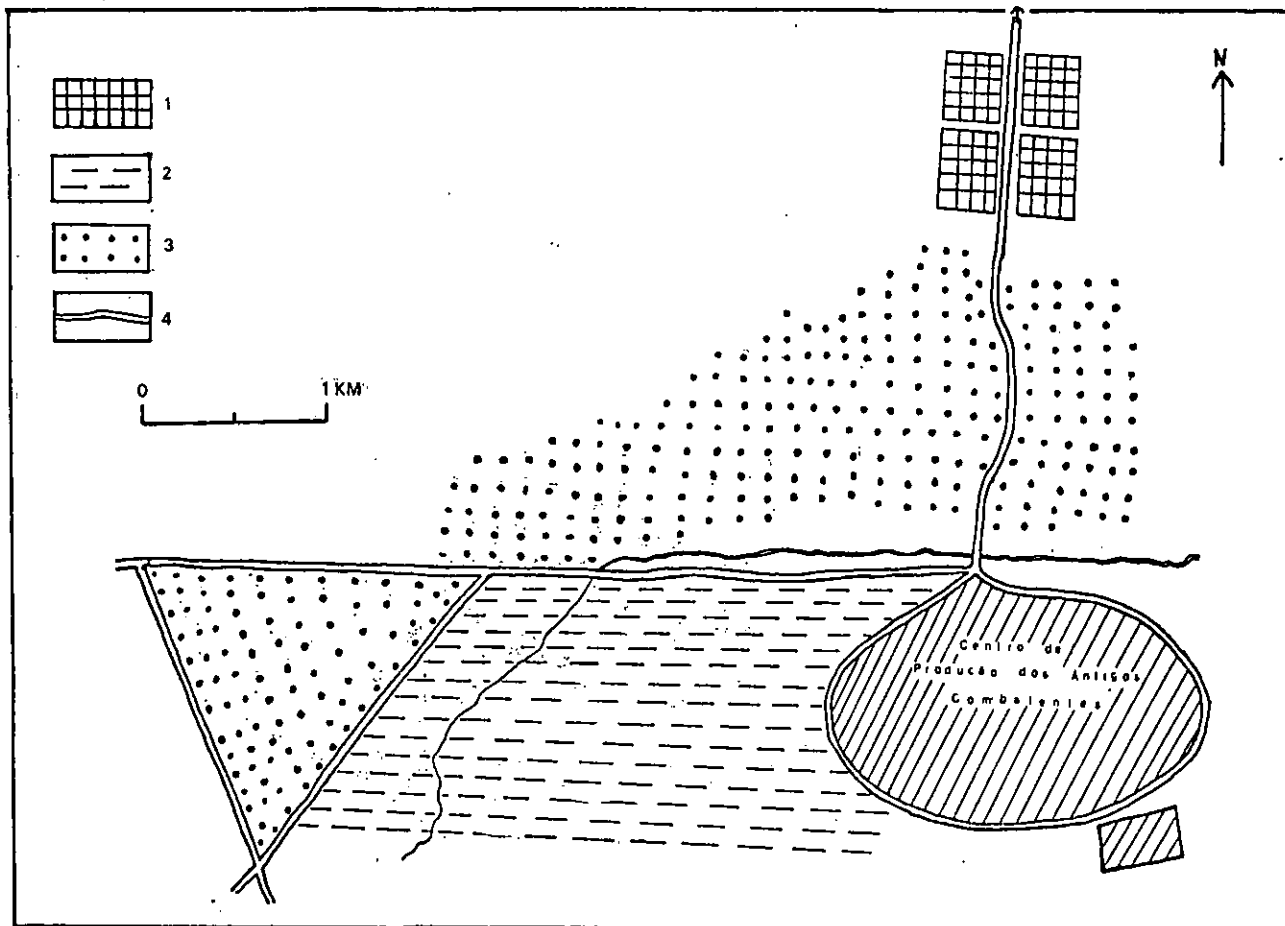


Fig. 2 — Aldeia dos Antigos Combatentes: Chindjinguire. 1 — Espaço residencial; 2 — Machambas familiares, parceladas, dos aldeões; 3 — Machambas familiares de população dispersa com parcelamento; 4 — Estradas de terra.

se encontra parcelada, dando uma imagem de aproveitamento do solo diferente da habitual neste tipo de agricultura. Apesar de ainda se constatar a prática de algumas associações, como por exemplo milho + feijão ou milho + amendoim, a rotação já dá os seus primeiros passos com resultados positivos, segundo palavras dos próprios camponeses. O espaço mais próximo da área residencial, entre esta e o vale, é ocupado por *machambas* familiares pertencentes a camponeses ainda dispersos, e que desde há muito as utilizam.

A aldeia dos Antigos Combatentes em Chindjinguire apresenta, por isso, o espaço residencial nitidamente separado do produtivo, por um território trabalhado por não-residentes, situação que pode vir a colocar alguns problemas para a sua expansão futura, quer residencial, quer produtiva.

Na aldeia funciona uma carpintaria pertencente ao centro de produção, a qual comercializa para a sede do distrito e cidades da Maxixe e Inhambane a totalidade dos artigos produzidos. Os trabalhadores desta pequena unidade são assalariados não-residentes, pagos pelo Centro. Existe ainda uma pequena coope-

rativa de costura com duas máquinas, que abastece de roupa a cooperativa de consumo.

No estudo feito pudemos constatar que o espaço produtivo que lhe está reservado é suficiente, podendo ainda ser alargado, sem alterar substancialmente a distância entre a residência e o local de produção. Este aspecto não é alheio à introdução de técnicas agrícolas simples, mas mais eficazes, no âmbito da produtividade e conservação da fertilidade dos solos. O mesmo sucede em relação à água, pois além do rio Nhanombe, em cada bairro foi aberto um furo para o abastecimento de água potável. Esses furos têm revelado capacidades suficientes, para as necessidades dos aldeões. Já não se verifica a mesma situação em relação ao combustível doméstico (lenha); quando a aldeia foi construída a lenha existia, com relativa abundância, nos limites desta. Passados que foram cinco anos, este recurso apenas se encontra, e com dificuldade, a distâncias superiores a 4 km. Segundo os próprios aldeões, a recolha de lenha representa uma manhã inteira de trabalho para uma mulher colocar em sua casa um molho que é consumido em 2 dias.

Numa primeira abordagem da situação da aldeia dos Antigos Combatentes em Chindjinguire, parece-nos que esta tem condições para suportar o crescimento natural da sua população actual, e mesmo talvez um pouco mais. Contudo somos de opinião que o aumento do espaço residencial para mais de 3 km de extensão em direcção à sede distrital, conforme perspectivas expressas pelas estruturas da aldeia e do distrito, o que equivaleria a um acréscimo demográfico superior a 100 %, não é viável nem desejável, pois, de imediato, se iria agudizar o problema do combustível doméstico, assim como surgiriam desequilíbrios inevitáveis em relação ao espaço produtivo.

2. A ALDEIA AGOSTINHO NETO

Esta aldeia fica na área rural da cidade da Maxixe, na localidade de Nhaguiviga. Situa-se ao lado da estrada n.º 1, entre Lindela e Maxixe, a cerca de 30 km para sul desta cidade. A Agostinho Neto surgiu em 1976, do processo normal de mobilização da população rural da localidade acima referida. Tendo sido iniciado com 50 famílias (aproximadamente 250 pessoas), um ano depois atingirá cerca de 1500 habitantes. Em 1981/82 a população era já de 2245 moradores, e actualmente subiu para o triplo devido ao fluxo de grande número de camponeses vindos dos distritos de Jangamo e Homóine, fugidos da acção criminosa de grupos armados. Uma parte desta população já está a regressar aos seus locais de origem para reconstruir as suas aldeias, pelo que o número de residentes, após a conclusão da reintegração da população deslocada, será menor que de momento e, segundo a opinião dos responsáveis da província, ficará mais de acordo com a potencialidade dos recursos locais.

A aldeia, de estrutura rectangular, estende-se por cerca de 3 km no sentido S-N e 2 km E-O, e está dividida em 3 bairros com talhões residenciais de 30x40 m, que os aldeões consideram insuficientes, pois desejam espaço não apenas para a construção da casa, e esta no sentido tradicional, mas também para criação de pequenos animais, para horta, árvores de fruta, e mesmo para semear pequenas quantidades de milho, batata-doce e mandioca. Um aspecto interessante observado, e que pode vir a criar algumas situações complexas, é o facto de os coqueiros existentes nos talhões residenciais não pertencerem à família ali moradora, mas sim aos antigos proprietários. O morador não pode em nenhuma situação, usufruir do que essas plantas produzem.

A cooperativa de produção agrícola, iniciada com 90 membros, está agora reduzida a 30. Este abandono pode atribuir-se aos maus anos agrícolas, que tornaram nulo o rendimento do trabalho dos cooperativistas,

assim como a problemas de gestão e organização, e à relação espaço agrícola/produção/número de membros (para os 90 associados nunca foram cultivados mais que 7 ha).

A área produtiva onde se situavam a cooperativa e as *machambas* familiares teve de ser abandonada pois o solo, devido à sua fragilidade e a uma utilização menos correcta, transformou-se em areia solta, onde quase nada cresce. Este espaço, a cerca de 3 km da área residencial, localizava-se nas terras altas, entre a aldeia e o vale do rio Mutamba. Actualmente todo o espaço de produção está a ser transferido para o vale inundável, a cerca de 5 km, constituído por solos de *machongo*, aparentemente férteis mas que, por falta de drenagem, são muito difíceis de trabalhar, exigindo a utilização de tracção. Aqui a cooperativa possui apenas 1 ha para os seus 30 membros, e cada família recebeu 1/4 de hectare para a sua *machamba* familiar, continuando, num trabalho inglório, a explorar as terras pobres de sequeiro.

A tracção animal tem sido utilizada, mas de uma forma pouco sistemática; pensa-se mais na introdução da mecânica. Apesar da associação de produtos estar a ser cada vez menos praticada, a rotação ainda não se transformou numa prática generalizada, não havendo pousio, nem qualquer tipo de fertilização. Dentre as culturas praticadas destacam-se as do milho, mandioca, arroz, batata e feijão.

Na Agostinho Neto funcionam uma cooperativa de tijolos e 3 de panelas de barro (uma em cada bairro), estas últimas constituídas exclusivamente por mulheres. A produção é comercializada na aldeia e nas cidades da Maxixe e Inhambane.

É bastante acentuada a migração de mão-de-obra masculina em direcção às cidades e à África do Sul, continuando uma tradição já bastante antiga nesta região do país.

Numa primeira análise, esta aldeia parece-nos um bom exemplo das consequências advindas do desequilíbrio entre a população e os recursos disponíveis; e da forma de utilização destes. Além do problema da terra arável, que aqui se pode vir a agudizar ainda mais, se o espaço produtivo não for aumentado e o actual melhorado com um eficiente sistema de drenagem e com a introdução de novas técnicas agrícolas, e um parcelamento adequado, os recursos lenhosos ficam já a cerca de 10 km da área residencial; esta situação é agravada pelo facto de toda a localidade de Nhaguiviga ser bastante pobre neste tipo de recurso. Também o material de construção é escasso, tendo de vir doutros distritos, como Mabote, a mais de 100 km de distância. Esta situação no concernente à lenha, ao material de construção, e mesmo às terras

para cultivo, além dos factores comuns a um grande número de outras aldeias, é aqui agudizada pelo facto da região ser ocupada por extensos palmares.

Como consequência de toda esta realidade, a população residente parece-nos demasiado grande em relação aos recursos disponíveis e à tecnologia ao seu alcance. Mesmo considerando uma ligeira diminuição, resultante do regresso de famílias aos seus locais de origem, é urgente que se encontrem soluções, a curto prazo, para eliminarem os desequilíbrios actualmente já existentes. Apesar desta situação, os responsáveis locais expressaram o desejo de terem uma maior população (mais dois bairros, no seu entender), sem pesarem as consequências que daí resultariam. Não é esta, no entanto, a opinião das estruturas provinciais, que procuram que se estabeleça um equilíbrio que permita um correcto desenvolvimento da aldeia.

3. ALDEIA MARIEN NGOUABI OU RAVENE

Fundou-se em 1980, com base numa cooperativa de produção agrícola criada em 1976; nasce pois em função da organização da produção colectiva no campo, conforme um dos princípios essenciais traçados pela FRELIMO para redistribuição e organização da população rural. Em 1981/82 viviam na aldeia 130 famílias, num total de 660 pessoas oriundas da localidade de Bambela, no distrito de Jangamo (fig. 1).

Em Março de 1983 foi atacada e completamente destruída pelos guerrilheiros, tendo a sua população procurado refúgio na povoação comercial de Cumbana. Em 1984, junto à estrada nacional n.º 1, a sul daquela povoação, perto do limite com o distrito de Inharrime, e alguns quilómetros para W da sua primitiva localização, surge a nova aldeia Marien Ngouabi (também conhecida por Ravene) que, além dos seus anteriores residentes, passa a receber população de diversos distritos limítrofes, funcionando como centro de refixação de camponeses, cujos locais de residência sofreram os efeitos da guerra.

Como consequência, em 1985 viviam aqui 772 famílias (mais de 3000 pessoas). Com a normalização da situação militar em toda a província, os camponeses já iniciaram o regresso aos locais de origem, onde reconstroem as suas aldeias e reançam a sua actividade produtiva. Este processo ainda continua, por aqui se encontrarem diversas famílias a viver em carácter provisório, originárias doutras localidades e distritos. É assim que, em meados de 1986, o número de agregados familiares residentes se cifrava em 627, a que correspondiam 2789 habitantes. Ainda em 1985/86,

algumas famílias da Marien Ngouabi fundaram uma nova aldeia — a de Ligogo — alguns quilómetros a norte.

O espaço residencial está organizado em 3 bairros paralelos à estrada nacional n.º 1, os quais são atravessados por duas perpendiculares de 10 e 20 metros de largo. Os talhões apresentam uma forma rectangular de 30x40 m, sendo delimitados, na sua grande maioria, por uma fila de ananaseiros, o que é muito vulgar na província. Esta organização confere à aldeia uma estrutura nitidamente rectangular, com perto de 2,5 km de extensão S-N e cerca de 1,5 km no sentido E-O.

O espaço produtivo encontra-se repartido pelo vale do rio Mutamba e pelas terras altas da margem esquerda do mesmo. Tanto a cooperativa de produção agrícola, como as *machambas* familiares possuem terras nestas duas áreas, sendo o vale utilizado para a cultura alternada de arroz e hortícolas enquanto nas terras altas se cultiva, em sequeiro, o milho, o amendoim, o feijão-nhemba, a mandioca e o algodão. Nestas últimas não praticam a rotação, pois o mesmo produto é semeado na mesma parcela durante 2 a 3 anos, ficando depois de pousio por 1 a 2 anos; exceptua-se o algodão, que todos os anos é cultivado numa nova parcela.

Tanto a cooperativa como as *machambas* familiares utilizam a tracção animal de uma forma sistemática. Aquela possui um tractor, utilizado para a lavoura de grandes extensões; porém, na prática revela-se pouco eficaz, pois está avariado a maior parte do tempo. Esta é uma situação mais ou menos generalizada da utilização da tracção mecânica nas cooperativas, porque não existem condições minimamente eficientes de manutenção e reparação das máquinas, o que representa um grande empate de capital sem o correspondente rendimento.

A cooperativa agrícola foi instalada numa antiga propriedade abandonada, com perto de 500 ha, na qual existem muitos cajueiros e coqueiros, que constituem um fundo da unidade colectiva. Para constituir as unidades familiares, cada agregado recebeu, num espaço parcelado, uma área de 3 ha, distribuídos entre o vale e as terras altas.

Os aldeões sentem-se satisfeitos pelos resultados alcançados nas últimas colheitas, quer da cooperativa, quer das suas *machambas* individuais, sendo de opinião que ainda podem melhorar os índices de produção.

Esta pareceu-nos uma aldeia bastante bem organizada, quer em termos residenciais, quer produtivos. Pode suportar uma população superior à actual, pois não parece ter problemas de espaço produtivo, nem de recursos hídricos. No entanto, pensamos ser acon-

selhável a introdução de algumas técnicas que não deixem esgotar rapidamente as terras de sequeiro, assim como seria positivo um parcelamento mais regular da agricultura familiar das terras altas. A lenha ainda não constitui problema pois existe na própria área produtiva, mas é de pensar qual será a situação a curto e médio prazos, uma vez que o espaço circundante está muito ocupado com palmares. Assim, o crescimento demográfico deve ser controlado de forma a que possam ser evitadas situações de escassez de recursos, como já sucede em muitas aldeias. Se houver esta preocupação, a Marien Ngouabi poderá vir a ter um ritmo de desenvolvimento bastante razoável.

4. A ALDEIA DE PAMBARRA

A cerca de 23 km da sede de distrito de Vilanculo, na direcção oeste, e a cerca de 10 km da margem direita do rio Govuro, ergue-se a aldeia de Pambarra (fig. 1), com uma população actual de 8100 habitantes. Surgiu neste local com o objectivo de albergar a população fugida dos locais atacados por guerrilheiros e ao efeito calamitoso das secas, funcionando, inicialmente, como um centro de recuperação de camponeses nestas condições. Começada em 1983, no ano seguinte já ali se concentravam 12 000 pessoas vindas das localidades de Maimelane e Cometela, e dos distritos de Funhalouro e Mabote, além do próprio distrito de Vilanculo. Neste momento, em finais de 1986, toda a população oriunda de Maimelane já regressou ao seu local de origem, onde reconstruiu uma nova aldeia, estando em fase bastante adiantada o regresso dos camponeses que haviam sido obrigados a fugir dos distritos do interior. Esta população, após receber a primeira ajuda em alimentação e vestuário, obtinha 1 ha de terra para trabalhar, e um talhão para construir a sua residência. Quando o regresso dos camponeses das regiões afastadas estiver concluído, a dimensão demográfica deste centro rural será um pouco menor do que agora, mas ainda com valores bastante elevados, se atendermos às actuais condições produtivas e existência de outros recursos.

A actual aldeia de Pambarra é constituída por 7 bairros paralelos à estrada nacional n.º 1, numa extensão S-N de cerca de 10 km, alargando-se no sentido E-O por aproximadamente 2 km. O bairro mais a norte dista do bairro mais próximo da estrada perto de 5 km, pelo que, apesar de ser considerado como fazendo parte da aldeia, não pode deixar de funcionar, na prática, como uma nova unidade de povoamento rural.

Os talhões residenciais têm, como noutras aldeias dimensões de 30x40 m, mas porque os aldeões recla-

mavam ser pequeno este espaço, estão a ser redimensionados para 40x50 m, processo iniciado no bairro central, e que se irá alargando aos restantes. Mantendo as mesmas famílias, isto vai fazer crescer bastante o espaço residencial que já é enorme. Os bairros têm uma estrutura quadrangular regular, mas a aldeia, no seu todo, apresenta uma estrutura linear, no sentido da via de comunicação nacional, que a limita pelo oeste.

O espaço produtivo apresenta 3 áreas diferenciadas:

- i. a área da cooperativa de produção agrícola, a cerca de 3 km do centro, localizada numa superfície aparentemente fértil, mas de solos com um horizonte produtivo muito delgado, ocupando uma pequena depressão onde a água das chuvas fica armazenada por algum tempo num lençol quase superficial, e onde é captada em pequenos poços. Esta cooperativa apenas iniciou a sua actividade no presente ano, com a cultura de hortícolas;
- ii. a área das *machambas* familiares, constituída por parcelas irregulares de 1 ha, distribuídas a todos os agregados residentes. Por terem sido considerados insuficientes, estão a ser distribuídos mais 1 a 2 hectares por família segundo a força de trabalho, agora já em parcelas regulares. Esta área produtiva familiar rodeia, por completo, o espaço residencial;
- iii. a área de agricultura familiar, formada pelas antigas *machambas* dos primitivos locais de residência dispersos. Estas são parcelas irregulares, dispersas, bastante afastadas da actual área residencial, e onde ainda se notam as ruínas das casas destruídas pelos guerrilheiros. Estas *machambas* são utilizadas, em particular, se têm citrinos e cajueiros.

As principais culturas, praticadas em regime de associação, são o milho, a mapira, o amendoim e o feijão-nhamba, complementadas pela mexoeira, a mandioca e a batata-doce, tendo-se iniciado a produção de hortícolas destinadas essencialmente à comercialização. No mesmo terreno associam o milho, a mapira e o feijão-nhamba durante 3 ou 4 anos seguidos, para depois substituírem pela associação do milho com o amendoim até a terra estar «cansada», altura em que fica de pousio. Todas as culturas são de sequeiro, com uma única época por ano.

Em 1984 foram criadas duas cooperativas de produção, sendo uma de carpinteiros e outra de alfaiates,

cada uma delas com 12 membros; os instrumentos de trabalho são fornecidos pelos próprios cooperativistas. A produção é absorvida pela aldeia ou, no caso da carpintaria, por projectos que funcionam anexos a este centro rural. Nesse mesmo ano, fazendo parte do apoio internacional às vítimas das secas e dos guerrilheiros, foi instalada uma moageira mecânica, que os aldeões utilizam gratuitamente, e que é suportada pelo Departamento das Calamidades Naturais. Em 1986 foi criada uma associação de britagem de pedra, com 23 associados, estando a matéria-prima bastante próxima. A produção, de momento, é consumida, na totalidade, pelos projectos de desenvolvimento existentes nas proximidades.

Devido à sua origem, esta aldeia albergou muitas crianças cujos pais foram assassinados pelos guerrilheiros. Muitas destas já foram adoptadas, mas o Centro-orfanato, então criado, ainda conta com 23, assistidas pela aldeia. Devido a esta situação, a poucos quilómetros está a ser construído, por uma organização religiosa internacional, um bairro de 24 casas de tijolo e cimento com capacidade para albergar 240 órfãos.

Ainda dentro do espaço da aldeia funciona o Centro Regional de Extensão e Desenvolvimento Rural, patrocinado pela BIOFORCE/CEE, que tem dado bastante apoio a Pambarra, em particular às cooperativas de produção. Por este motivo as de carpinteiros e alfaiates transferiram as suas instalações para junto do Centro.

Até este momento, e porque é uma aldeia relativamente nova, não se observaram problemas de falta ou esgotamento das terras de cultura. No entanto, se não se introduzirem rapidamente técnicas agrícolas adequadas ao tipo de solos da região, a sua degradação será muito rápida e daí advirão consequências nefastas. Todo o trabalho agrícola é manual, mas as estruturas responsáveis da aldeia só pensam na introdução da tracção mecânica (a miragem do tractor). Pelo que observámos, a tracção mecânica no tipo de solos ali existentes irá acelerar a sua degradação. Por isso é aconselhável a tracção animal.

No respeitante ao combustível doméstico, não se observa qualquer preocupação por parte dos aldeões, pois ele é relativamente abundante nas cercanias próximas; a área onde se instalou a aldeia não possuía população, sendo ocupada por mata bastante densa. Mas, a exemplo do que se passou com outras aldeias, este recurso esgota-se com relativa rapidez, tratando-se de uma região onde a prática de queimadas está muito expandida, e onde está a surgir uma grande concentração demográfica que tem como único combustível doméstico a lenha.

Principal problema actual em relação a recursos é o da água potável. Tendo sido abertos dois furos em cada bairro, em todos eles a água é salobra e, por vezes, em pequena quantidade. Estando a fonte de água mais próxima a cerca de 10 km (o rio Govuro), esta situação é deveras preocupante, e exige uma solução a curto prazo.

5. ALDEIA DE MACUNHE-PESCADORES

Localizada a 30-40 km a norte da vila de Vilanculo, perto da linha de costa e fronteira à extremidade sul da ilha de Bazaruto (fig. 1), esta aldeia ainda é considerada oficialmente como um bairro da de Macunhe. Contudo, pelo afastamento desta última e pelas suas características produtivas, consideramo-la como uma nova aldeia, que designamos por Macunhe-Pescadores.

Surgiu em 1985 como forma de organizar os pescadores da região de Biliquine, onde viviam dispersos, contra a acção desestabilizadora dos guerrilheiros. Numa primeira fase fixaram-se na aldeia de Macunhe, criada por camponeses, mas localizada um pouco afastada dos seus acampamentos de pesca. Posteriormente construíram a sua própria área residencial, junto da praia, onde se localizam as suas infra-estruturas produtivas. Tendo começado com 53 famílias, tem actualmente (finais de 1986) 72 agregados familiares com 343 habitantes, continuando a afluir mais pescadores que ainda vivem dispersos na região. Os talhões residenciais têm as dimensões habituais (30x40 m), mas porque os moradores se queixam, desejando um maior espaço, seria agora a altura ideal para fazer o redimensionamento; ainda é uma população reduzida, que está no início da instalação.

A actividade fundamental é a pesca, praticada exclusivamente pelos homens, enquanto as mulheres e as crianças se dedicam à agricultura familiar para auto-consumo. Estas *machambas* foram distribuídas aproveitando as margens de um riocho temporário que corre nas proximidades e onde se cultivam hortícolas e árvores de fruta, além do milho, feijão-nhamba, amendoim, mapira, mexoeira e mandioca. A cada família coube uma área de 3 ha ou mais, conforme a capacidade de trabalho.

A área de pesca é muito rica em quantidade e variedade de espécies. É praticada individualmente; cada pescador possui o seu barco (ou barcos) e outros utensílios de trabalho. Fazem-se a pesca à linha, realizada pelo pescador isolado, ou acompanhado por um amigo convidado, a pesca com rede de emalhar, que além do proprietário do barco necessita de mais 2 pessoas, que podem ser trabalhadores assalariados ou

amigos, e a pesca de arrasto manual, que já exige a participação de cerca de 14 pescadores, geralmente trabalhadores assalariados, também residentes na aldeia. Alguns praticam ainda a pesca com gamboas que, no dizer dos próprios, é bastante prejudicial. A mais usual é a de arrasto manual, sendo também a mais produtiva. Como não têm acesso a uma rede de frio, o peixe é seco no próprio local e depois comercializado para a sede de distrito de Vilanculo. Uma pequena parte é utilizada ainda fresca, para autoconsumo. Para uma utilização mais rentável do produto do seu trabalho a aldeia está a construir um pequeno mercado de peixe, para a venda de pescado fresco à população vizinha.

Apesar de ainda muito recente e de difícil acesso através de uma picada onde apenas circulam viaturas de tracção, o que dificulta a comercialização, a aldeia de Macunhe-Pescadores tem uma dinâmica produtiva bem diferente de muitas aldeias exclusivamente agrícolas. Pelo que nos foi dado observar, apresenta-se com uma base económica sólida que lhe permitirá um desenvolvimento mais rápido e menos aleatório do que naquelas cuja produção depende das quedas pluviométricas, que nesta região são bastante irregulares. Esta experiência pode servir de exemplo dinamizador para o surgimento doutros centros populacionais com base na pesca, ao longo de toda a costa desta província.

6. A ALDEIA DE NVUKA

A noroeste da vila piscatória de Inhassoro, na localidade de Maimelane, distrito de Inhassoro, situa-se a aldeia de Nvuka (fig. 1), constituída por 6 bairros. Em 1981, um grupo de antigos combatentes fundaria uma aldeia, para a qual afluem os camponeses da célula Nvuka. Em 1982, esta foi destruída pelos guerrilheiros e, em 1983, no mesmo local, surgiu um centro de refixação de população, que deu origem à actual aldeia de Nvuka. Além de população originária da própria localidade de Maimelane, aqui se refugiam aldeões das localidades de Nhapele, Cometela e Luído — esta última já no distrito de Mabote —, porque as suas casas foram destruídas, e também porque foram severamente afectadas por longa estiagem que tornou nulos todos os esforços produtivos dos camponeses.

Nvuka ainda apresenta características muito marcantes de um centro de apoio à população, apesar de já se ter iniciado o processo de regresso de muitos aldeões aos seus locais de origem onde, sobre as cinzas dos seus lares destruídos, procuram refazer as suas casas e *machambas*. A organização, quer do espaço residencial, quer do produtivo, ressentem-se desta fase de transição, apresentando, em algumas áreas, um ní-

tido aspecto de permanência transitória. A população actual de 4695 habitantes reduzir-se-á, com a saída dos camponeses vindos de localidades distantes.

O espaço produtivo é composto por duas cooperativas agrícolas e *machambas* familiares, onde produzem milho, mapira, mexoeira, feijão-nhamba e mandioca. É uma agricultura de sequeiro onde a associação impera, usando a mesma parcela, durante anos seguidos, com os mesmos produtos. Devido à escassez das chuvas, apenas fazem uma cultura por ano. A aldeia ainda não iniciou a distribuição organizada de terras aos moradores, pelo que a localização das *machambas* familiares não obedece a qualquer plano de parcelamento, surgindo em forma dispersa e de contornos irregulares. As cooperativas agrícolas situam-se próximo da aldeia (cerca de 1,5 km), mas também elas ainda não obedecem a um parcelamento adequado.

Foi criada uma associação artesanal de fabrico de utensílios domésticos que se iniciou com 50 associados; actualmente está reduzida a 28, por os restantes terem regressado às suas antigas terras. Comercializam a produção não apenas na aldeia, mas também na povoação comercial de Macovane, 4 km a norte, e na sede do distrito.

Aldeia numa fase ainda bastante embrionária, apesar da grande quantidade de população residente, Nvuka, não tendo ainda problemas de espaço agrícola nem de outros recursos naturais como a lenha e a água, necessita, no entanto, de atenções cuidadas para a organização do espaço produtivo e para a conservação dos recursos mais importantes para a vida dos camponeses, assim como do espaço residencial.

III

ALGUMAS REFLEXÕES

A província de Inhambane, que em 1981/82 possuía 42 aldeias comunais com uma população total de 30 815 habitantes, encontrou-se, nos anos imediatamente seguintes, numa situação em que mais de 50 % desses centros rurais foram destruídos pelos guerrilheiros, e uma parte considerável dos restantes teve de ser abandonada por questões de segurança para a população. A isto juntou-se o terrível flagelo da fome provocada por uma seca prolongada que afectou, de forma grave, toda a província.

Estes factores conjunturais provocaram um movimento populacional de dezenas de milhar de cidadãos em direcção a locais onde encontravam melhores condições de segurança e meios que os ajudavam a combater a fome e a nudez.

Tal movimento fez-se, essencialmente, em direcção ao litoral e para junto das principais vilas, situação que levou a um grande aumento da densidade demográfica nestas áreas que, além de não possuírem quantidade suficiente de solos férteis, por serem de constituição fundamentalmente arenosa, são, tradicionalmente, ocupadas por grandes plantações de coqueiros.

O Partido e o Governo, para fazerem frente a este grave estado de coisas, organizou aquilo que se designou por «Centros de Refixação de População», como forma de melhor a organizar, para a sua defesa, e para mais facilmente lhe fazer chegar ajuda da solidariedade internacional para combater a fome e a nudez. Muito rapidamente surgiram vários destes centros, em particular nos distritos do litoral, para onde tinha migrado a maior quantidade da população afectada pelas duas calamidades que sobre ela se abateram em simultâneo.

A urgência de atender a estas vicissitudes não se compadecia com estudos demorados para a melhor localização dos centros, nem para o seu dimensionamento de acordo com os recursos disponíveis. Surgiram assim enormes aglomerados populacionais em locais que, por vezes, não oferecem as melhores condições produtivas, nem residenciais.

Em 1985, e em alguns casos antes, quando a situação militar melhorou substancialmente e os camponeses já estavam melhor organizados para a sua autodefesa, ao mesmo tempo que as primeiras chuvas vieram dar nova vida a algumas regiões, após prolongados anos de intensa e absoluta estiagem, o Partido e o Governo iniciaram um processo organizativo para o regresso das populações deslocadas aos seus locais de origem onde reconstruam, sobre as cinzas ainda recentes dos seus lares, novas aldeias.

Os Centros de Refixação de População vêem assim diminuir os seus vários milhares de residentes, permanecendo aqueles que são da localidade onde se situam. Este processo ainda não está terminado, mas decorre num ritmo considerado satisfatório. Os centros vão-se organizando e transformando em aldeias estruturadas (casos de Pambarra, Nvuka e Marien Ngouabi), mesmo que, por vezes, a sua localização, como atrás se referiu, não seja a melhor.

Nestas novas aldeias os residentes recebem uma parcela de terra para cultivar, o que não impede que, por vezes, continuem a utilizar as suas antigas *machambas*, especialmente se nestas crescem árvores de fruta (cajeiros, coqueiros ou citrinos). Os que foram obrigados a deslocar-se de regiões mais afastadas (outras localidades e distritos), instalam-se com um carácter mais provisório, o que facilmente se constata observando as casas que constroem e o trabalho que

desenvolvem na parcela de terra que recebem no centro, pois mantêm vivo o desejo de regressar ao local de origem. No entanto, existem casos em que algumas destas famílias optam por se fixarem definitivamente neste novo local de residência e produção. Quanto mais tempo se passar, maior número de famílias nestas condições decidirão permanecer, em particular se a produção se mostrar compensadora.

Esta situação crítica vivida pelos camponeses criou neles a necessidade de, para melhor se defenderem e produzirem, se organizarem em aldeias, abandonando a unidade residencial/productiva isolada. Não é de estranhar, por isso, que desde que se iniciou o processo de retorno aos locais de origem tenham surgido inúmeras aldeias, fazendo com que, em meados de 1986, o seu número já tivesse multiplicado em relação a 1981/82, alcançando as 90 aldeias com um total de 30 160 famílias para 125 971 habitantes.

Isto envolve, sem dúvida, um grande esforço por parte do Partido e do Governo na província, tanto mais que, como pudemos comprovar no estudo de campo realizado e através da documentação consultada, há uma preocupação evidente de acompanhar e orientar o surgimento e crescimento destas novas unidades de povoamento de forma a evitar, dentro do possível, situações de desequilíbrios que venham comprometer o presente e o futuro desenvolvimento social e económico destes centros de concentração de população rural: São de realçar os esforços feitos no sentido de serem introduzidas técnicas agrícolas simples mas mais produtivas, de garantir um abastecimento razoável de água potável, de ser definida a capacidade populacional da aldeia de acordo com os recursos existentes e as técnicas produtivas utilizadas ou possíveis de utilizar, entre outros.

O breve estudo por nós efectuado nesta província leva-nos, ainda que de uma forma pouco profunda e sistematizada, a levantar alguns pontos de reflexão, que não pretendemos serem os únicos que se devem colocar, mas que nos parecem de importância.

De um modo geral, e muito em particular nos distritos do litoral, os solos, mesmo que aparentemente férteis, são formados por um horizonte produtivo muito delgado e frágil, que facilmente atinge o esgotamento se não forem introduzidas técnicas adequadas para a sua conservação. Este depauperamento é acelerado pela prática de queimadas, de culturas seguidas de espécies esgotantes e em associações diversas, e da utilização indiscriminada da tracção mecânica, sem ter em atenção as características dos solos. Um exemplo flagrante deste empobrecimento foi por nós observado na aldeia Agostinho Neto. Parece-nos que, à prática da rotação e pousio, que está a ser incentivada, deve

juntar-se a prática da adubação animal ou vegetal das terras. No entanto, a introdução destas técnicas deve levar a repensar a dimensão das áreas produtivas de cada aldeia.

O parcelamento das *machambas* familiares e cooperativas, já iniciado com resultados positivos (Chindjinguire), assim como a prática sistemática da rotação de culturas e do pousio são de incentivar mais a partir das experiências já existentes.

Em todas as aldeias visitadas os camponeses lamentavam-se por não poderem dispor de tracção mecânica ao mesmo tempo que, com poucas excepções, a tracção animal não era utilizada, ou era-o em pequena escala. Torna-se necessário encontrar as formas mais correctas de divulgação deste último tipo de tracção por nos parecer mais adequado, em diversos aspectos, às condições de produção das aldeias, não apenas para a lavoura, mas também para o transporte. Uma tradição de muitos distritos de Inhambane foi a utilização do burro, a qual deveria ser reactivada com amplos benefícios.

Quanto à utilização da tracção mecânica, não nos parece que ela possa ser a melhor via para todas as situações; deve ser aplicada de acordo com o tipo de solos, e tendo em atenção que exige uma manutenção que nem está ao alcance dos camponeses, trazendo-lhes, por isso, mais problemas e prejuízos que soluções e benefícios. Por isso, ela só deverá ser introduzida de uma forma gradual e devidamente estudada.

O abate indiscriminado de toda a vegetação para implantar as aldeias e para criar espaços produtivos, além do empobrecimento duma das grandes riquezas da província, a madeira, cria outros problemas não menos graves para o desenvolvimento: torna os solos mais vulneráveis aos efeitos erosivos, acelera a sua degradação, transformando-os em extensos areas improdutivos; torna cada vez mais escasso um recurso diariamente utilizado pela população rural — a lenha — que, na maior parte das aldeias, já se encontra a distâncias excessivamente grandes e com tendência para aumentar.

Os aldeões ainda estão pouco sensíveis para este problema do combustível doméstico, pois ele raramente se punha na antiga forma de povoamento disperso e irregular. Uma questão que nós colocamos é a da possibilidade de se estudar a viabilidade de planificar, para cada novo aglomerado populacional rural, uma área da floresta reservada à obtenção de lenha e até de madeira. Um outro aspecto, que deve merecer reflexão, é a introdução da prática de pequenos reflorestamentos na área da aldeia com espécies de crescimento rápido.

Pelo que nos foi dado observar, as cooperativas de produção agrícola continuam a atravessar uma fase bastante crítica, apesar de algumas excepções, que nos parece ligada aos fracos rendimentos obtidos, às técnicas agrícolas adoptadas, à relação entre a área cooperativa e o número de membros, e à gestão, na maior parte das vezes, pouco eficaz, pois não podem ser geridas nos mesmos moldes da agricultura familiar. Nesta província também deve considerar-se o facto de que este movimento teve de ser relançado devido aos efeitos negativos das secas e dos guerrilheiros. O movimento cooperativo no campo, para atingir os objectivos que lhe foram definidos, necessita de um maior apoio, assim como de uma análise cuidada sobre o que produzir, como, onde, e como gerir.

Parece-nos também que seria vantajoso que se incentivasse mais a criação de outro tipo de cooperativas de produção, que não apenas as agrícolas, procurando formas de as tornar um factor dinamizador de todo o processo de cooperativização, que rapidamente tem de encontrar o seu caminho de desenvolvimento, para não correr o risco de morrer prematuramente.

Um exemplo observado na aldeia de Pambarra sugeriu-nos a ideia, talvez bizarra para muitos, de se criarem, nas aldeias localizadas em regiões ricas em recursos madeireiros, cooperativas de corte e serração manual que, à medida do seu crescimento, se poderiam ir equipando com instrumentos mecanizados, através de pequenos financiamentos. O exemplo que referimos é o da cooperativa de carpinteiros onde, na impossibilidade de obter madeira para o seu trabalho, porque as serrações do distrito foram todas destruídas pelos guerrilheiros, são os próprios carpinteiros-membros que fazem o abate e serração manual das árvores necessárias à sua produção.

Um sistema de povoamento rural não pode surgir como um todo homogéneo, onde a dimensão e as infra-estruturas das aldeias sejam as mesmas para todas. Ele deve dar origem a uma rede hierarquizada de centros rurais, com base na sua dimensão demográfica, infra-estruturas existentes e possibilidades de desenvolvimento económico, criando-se áreas de influência diferentes. No distrito de Vilanculo tivemos a oportunidade de observar duas situações ideais para iniciar esta rede, nas aldeias de Pambarra e Macunhe. O surgimento duma tal rede levaria a uma racionalização de recursos, assim como facilitaria a própria direcção política e administrativa do sistema.

O esforço que a província está a fazer para uma correcta organização da população rural parece-nos muito positivo e já com resultados evidentes. O tra-

balho tem de ser continuado porque como defendem as autoridades regionais, as aldeias comunais e a cooperativização são o caminho para a resolução de muitos problemas do campo. Porém, em todas as medidas que se tomem, torna-se necessário ter em conta as características culturais e sócio-económicas de cada região e mobilizar com objectivos e metodologia correctos. Neste trabalho destaca-se a preocupação evidente para o correcto redimensionamento demográfico das aldeias, o qual deve ser continuado e alargado, devidamente apoiado em estudos aprofundados de cada região. No entanto, sentimos, em todas as aldeias visitadas no Sul da província, por parte das estruturas dirigentes destas, o desejo de as verem crescer muito mais rapidamente, transformando-se em grandes centros de aglomeração de população rural. Ora, como já atrás foi referido, na maioria dos casos estas apenas têm condições de, a curto e médio prazos, suportar o crescimento natural da população sem criarem desequilíbrios nefastos para o seu desenvolvimento. É necessário que os aldeões tenham consciência desta situação para que compreendam as medidas adoptadas e

não criem situações de facto difíceis de corrigir posteriormente.

Nestas aldeias Macunhe-Pescadores e Marien Ngouabi foi-nos dado observar dois exemplos, que infelizmente não são frequentes, de como as aldeias nascidas em função de uma actividade económica pré-existente e organizada, adquirem rapidamente uma solidez e desenvolvimento económico bastante diferentes das restantes, o que facilmente pode ser comprovado pelos poucos casos existentes no país. Para Inhambane esta experiência pode ser alargada com mais aldeias de pescadores junto das actuais concentrações de acampamentos de pesca, assim como junto da cooperativa de Chindjinguire, cujos membros ainda vivem dispersos.

Pelo que nos foi dado observar durante o trabalho desenvolvido, e pela consulta de documentação diversa da Direcção Provincial de Agricultura, consideramos dois modelos teóricos de organização espacial para as aldeias existentes (fig. 3, A e B). O primeiro compreende as que continuam muito ligadas às suas antigas *machambas* familiares, dispersas e irregulares, ge-

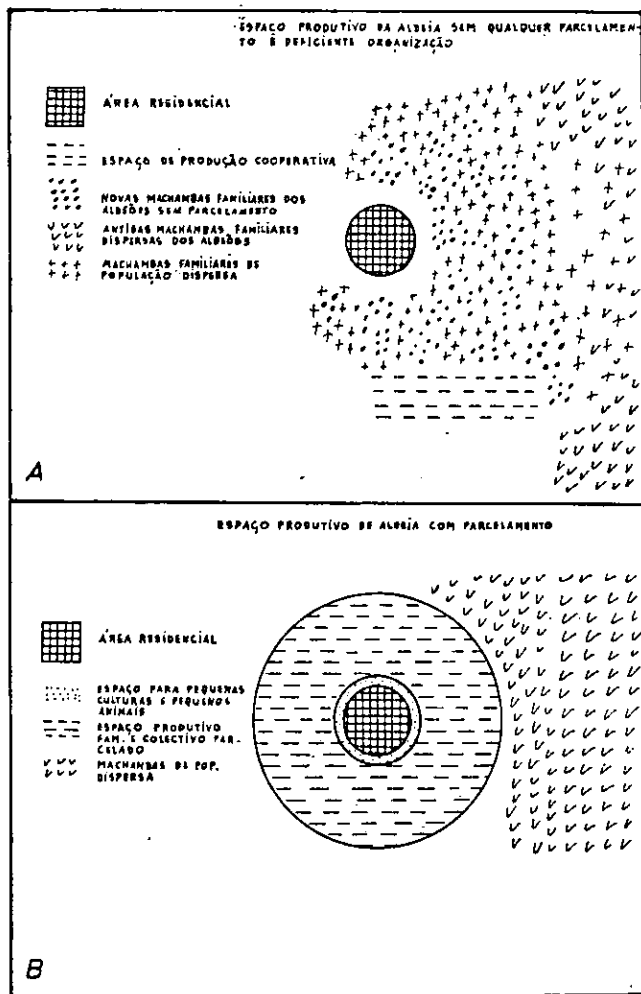


Fig. 3 — Espaços produtivos em aldeias comunitárias.

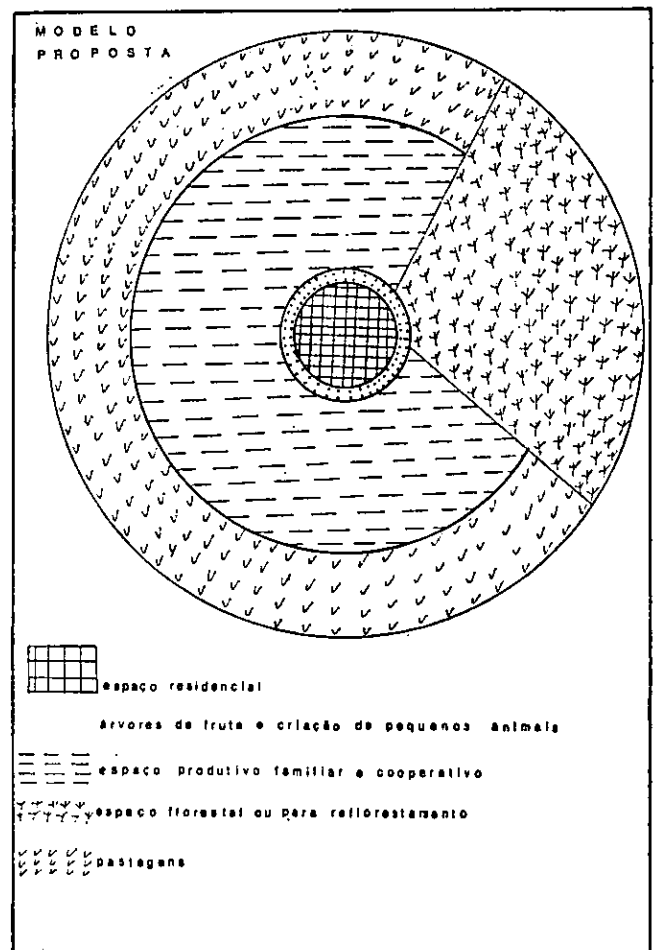


Fig. 4 — Modelo proposto pelo autor.

ralmente afastadas do novo local de residência, e onde ainda não se fez a distribuição de terras parceladas na área produtiva da aldeia, ou está numa fase muito embrionária. Nestes casos há pouca preocupação de melhorar o espaço residencial, dando uma ideia de fixação provisória. O segundo modelo (fig. 3, B) engloba aldeias onde a distribuição de parcelas familiares já é uma realidade. São aldeias em que se tem verificado um melhor desenvolvimento, quer do espaço produtivo, quer do residencial, e que apresentam uma organização cuidada. Em algumas situações os dois modelos associam-se, representando como que uma fase de transição. Em qualquer destes dois modelos se pode observar um espaço produtivo, pertencente à área da

aldeia, ocupado por *machambas* familiares tradicionais de população ainda dispersa.

Por último, apresentamos um possível modelo ou proposta (fig. 4) onde se incluem espaços que nos parecem necessários para o desenvolvimento da aldeia. Não pretendemos que seja um modelo absoluto, nem tão-pouco resultado de uma análise aprofundada que tenha considerado todos os factores necessários. Ele, como qualquer outro que se apresente, terá de se adaptar às características dos recursos naturais da região, assim como às actividades produtivas desenvolvidas na aldeia. Pressupõe a delimitação cuidada do espaço pertencente à aldeia, o que implica uma planificação que tenha em conta o desenvolvimento futuro.

Aliando este indicador com a razão de masculinidade, calculada numa amostragem de 20%, e que é inferior a 80 em todos os distritos, facilmente se conclui que existe uma emigração acentuada de membros adultos do sexo masculino. O distrito da Manhiça, que apresenta a menor dimensão média da família (3,8), também possui o menor "sex-ratio" (66,3). Inquéritos realizados em algumas aldeias confirmam esta situação: as aldeias Nwamatibjana e 3 de Fevereiro, neste último distrito, têm 40 e 44%, respectivamente, das famílias com pelo menos um homem adulto a trabalhar na África do Sul ou na cidade de Maputo; na aldeia Maguiguane, do distrito de Magude, 47% dos moradores adultos do sexo masculino migraram para aquele país (inquéritos de campo e arquivos do Gabinete de Comunicação Social).

Estes dados são reveladores da dimensão que atinge a saída de homens adultos das aldeias comunais, facto que é reforçado pela estrutura etária da população aldeã; num levantamento feito em 10 aldeias observou-se que a população com 12 anos e menos representava sempre entre 32 e 48% dos residentes. Não foi possível obter elementos suficientes sobre a população idosa, mas os valores apresentados levam facilmente à conclusão de que a estrutura etário-sexual das aldeias está bastante distorcida, sendo a população maioritariamente constituída por mulheres e crianças, o que mostra a fraca capacidade das aldeias para fixarem mão-de-obra masculina. Os jovens e adultos continuam a procurar nas vilas, cidades e no estrangeiro melhores condições de traba-

lho fora da agricultura, na esperança de virem a melhorar o nível de vida da família.

Na actual situação, esta emigração traz para a aldeia alguns benefícios, pois os emigrantes procuram, logo que possível, criar melhores condições de habitação para o seu agregado familiar, construindo casas de material definitivo e outras infraestruturas sociais. É frequente, quando se percorrem as aldeias, ver casas de tijolo e cimento recém-construídas, ou em construção, pertencentes, na maioria das vezes, a emigrantes na África do Sul. Mas este estado de coisas tem também o reverso da medalha, pois acarreta consequências negativas para a produção aldeã e para a estrutura demográfica, assim como para as vilas e cidades de destino que não têm condições para suportar um fluxo migratório tão elevado.

Claro que o problema da emigração não se pode limitar apenas a uma análise tão linear de aspectos positivos e negativos, mas, no âmbito deste trabalho, não se irá aprofundar mais este aspecto; somente se acrescentará que a emigração não constitui um suporte económico sólido, por estar sujeita a situações exteriores, muitas vezes imprevisíveis, que em nada ajudam o desenvolvimento.

1.3. O padrão do povoamento do sistema das aldeias comunais na província

Com excepção dos distritos de Matutuine e da Namaacha (com o maior e o menor número de aldeias), os restantes apresentam, em 1983, uma variação muito pequena do número de aldeias.

Isto não significa, no entanto, que a situação da distribuição territorial e o comportamento do povoamento dentro do sistema seja igual em todos os distritos, o que facilmente pode ser comprovado pela aplicação das medidas de concentração ou dispersão do povoamento adoptadas neste trabalho (quadros 52 e 53).

Um dos aspectos que de imediato se observa é o facto de unicamente dois distritos (Magude e Manhiça) possuírem populações médias superiores a 2.000 pessoas, sendo os restantes valores inferiores a 1.000; além disso, entre 1980 e 1983, não se registaram grandes alterações neste indicador, exceptuando os mesmos dois distritos.

Marracuene, Boane, Matutuine e Manhiça, embora com graus diferentes, são os que apresentam uma maior densificação espacial de aldeias, o que pode significar, para o sistema, tendência para um padrão de povoamento concentrado. No entanto, considerando o grau de heterogeneidade, ele é maior nos distritos da Manhiça, Magude e Marracuene, o que denota que são estes que já possuem um início bem nítido de hierar-

quização equilibrada de centros rurais. Os restantes, atendendo à evolução observada no período considerado (1980-83), evidenciam uma tendência nitidamente positiva para este comportamento.

Quadro 52 - Distância média, densidade média e população média das aldeias da província de Maputo

Distritos	1980			1983		
	P(km)	T(/100km ²)	\bar{x}	P(km)	T(/100km ²)	\bar{x}
MANHIÇA	23,72	0,18	1126,3	20,54	0,24	2268,7
MAGUDE	47,71	0,06	415,3	29,50	0,11	2240,9
MOAMBA	38,85	0,07	210,7	25,43	0,15	220,1
BOANE	19,46	0,26	427,3	15,07	0,44	379,4
MATUTUÍNE	57,99	0,03	230,5	23,67	0,18	360,3
NAMAACHA	46,30	0,05	231,0	32,74	0,09	386,5
MARRACUENE	17,19	0,34	1185,0	11,26	0,79	905,6
TOTAL	34,22	0,09	662,7	23,66	0,18	986,5

Considerando em conjunto os diversos indicadores dos quadros 52 e 53, e face à evolução positiva observada na maioria dos distritos, existem condições para se definir uma rede de centros hierarquizados dentro deste sistema, a qual iria lançar as bases, não apenas para consolidar um padrão de povoamento concentrado que, com excepção de dois distritos, já se começa a delinear nitidamente, mas também criar e organizar as relações e ligações entre os centros, fazendo surgir um primeiro esboço de áreas de influência. Isto permitiria uma distribuição mais racional, dentro do sistema, de infraestruturas e recursos, assim como uma melhor planificação da utilização e conservação dos recursos naturais disponíveis.

Quadro 53 - Grau de concentração das aldeias da província,
- por distrito

Distritos	Ano	R	\bar{d}	Vd(%)	s	Vs(%)
MANHIÇA	1980	3021	1051,4	93,4	1191,0	105,7
	1983	5918	2653,7	133,7	2043,7	102,9
MAGUDE	1980	463	152,3	36,7	176,5	42,5
	1983	9925	2189,4	111,7	3139,2	160,1
MOAMBA	1980	480	204,6	97,1	219,1	104,0
	1983	612	145,3	66,0	198,0	89,8
BOANE	1980	430	51,2	12,0	53,6	12,6
	1983	788	263,5	69,5	302,1	79,6
MATUTUÍNE	1980	161	80,5	34,9	80,5	34,9
	1983	745	182,8	50,7	228,1	63,3
NAMAACHA	1983	723	361,5	93,5	361,5	93,5
MARRACUENE	1980	2287	1012,0	85,4	1073,4	90,6
	1983	2730	652,3	72,0	874,8	96,6
TOTAL	1980	3035	539,8	85,3	767,8	121,3
	1983	9975	1048,4	108,6	1895,6	196,4

No conjunto, e apesar das diferenças entre distritos, a província de Maputo apresenta um sistema de aldeias comunais com um padrão de povoamento concentrado e hierarquizado. Deve, no entanto, ter-se em atenção a ligeira regressão verificada nos distritos da Manhiça e Moamba pois, não se adoptando medidas que a sustentem, pode transformar-se em tendência que venha a alterar a actual situação de heterogeneidade do sistema.

2. Província de Gaza

2.1. Alguns aspectos gerais da população

Deve começar por referir-se que a divisão administrativa que aqui será utilizada é a que vigorou até 1986.

Com uma superfície da ordem dos 75.709 km², a província de Gaza possuía, em 1980, uma população de 990.900 habitantes, sendo a população rural de 921.500 indivíduos, o que diz bem do peso desta no conjunto, a exemplo do que se passa em todo o país. Fazendo uma estimativa para o ano de 1983, com base numa taxa de crescimento médio anual de 2,8%, obtêm-se valores de 1.076.500 e de 1.006.950 para a população total e rural, respectivamente.

A distribuição territorial interdistrital da população rural apresenta desigualdades bastante acentuadas, observando-se uma maior concentração nos distritos do litoral e do curso inferior e médio do rio Limpopo, onde se desenvolveu uma actividade económica agrícola de grande e média empresa susceptível de fixar e, por vezes, atrair mão-de-obra. Daqui resulta que a população rural, apesar de ainda muito ligada à forma tradicional de povoamento disperso e irregular, já no período colonial apresentava, nestes distritos, algumas aglomerações consideráveis, em particular ao longo do vale do Limpopo, em função do colonato aí existente, e em redor das principais povoações comerciais, o que explica a

curva de Lorenz da figura 39.

Os distritos do litoral (Bilene, Gaza e Manjacaze), com apenas 11,3% do território da província, concentram 43% da sua população rural. No entanto, o distrito mais populoso é o do Chibuto, na margem norte do Limpopo, com 22,7% da população provincial em somente 8,3% da área total; na posição inversa encontra-se o distrito de Chicualacuala que, ocupando 60,7% da superfície da província, não tem mais que 8,6% da sua população rural.

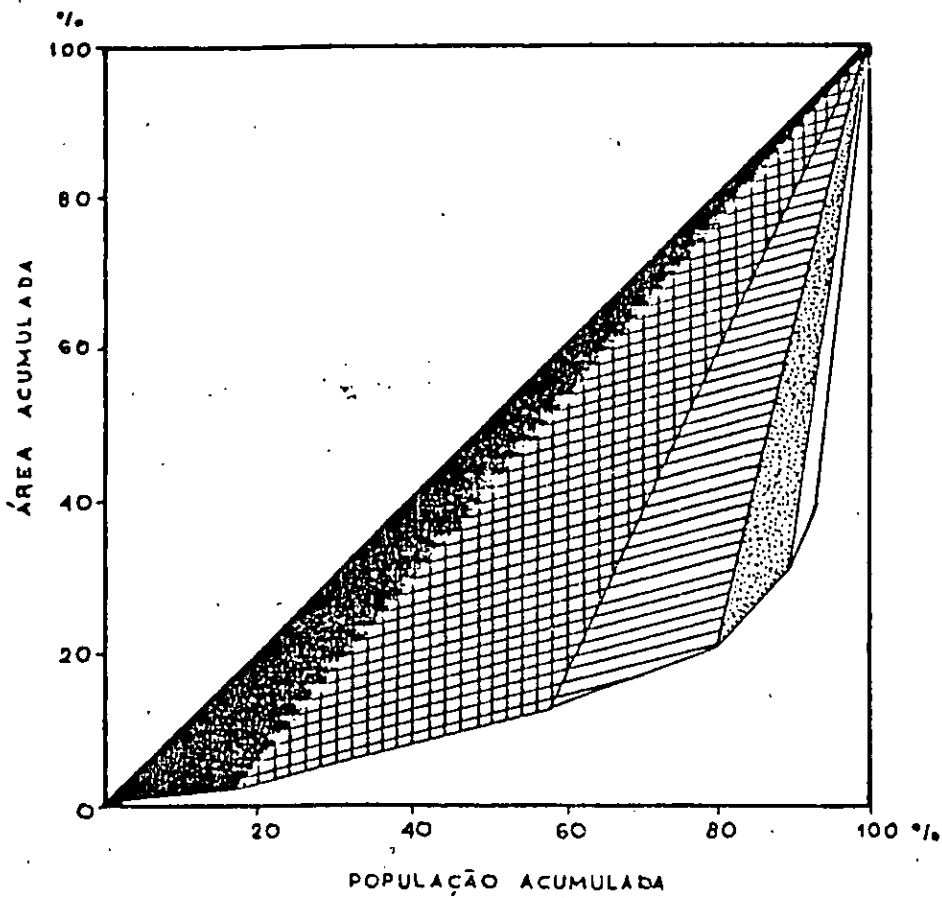
Esta distribuição da população reflecte-se directamente nas aldeias comunais que, a partir de 1976, começam a ser criadas nesta província do rio Limpopo.

2.2. Evolução e distribuição das aldeias comunais






Na análise que se segue não é possível incluir o distrito interior de Chicualacuala por insuficiência de dados; no entanto, a visão da província será dada satisfatoriamente pelo conjunto dos restantes distritos.

A distribuição das aldeias de Gaza a nível provincial apresenta uma certa heterogeneidade, concentrando-se o maior número ao longo do vale do rio Limpopo e nos distritos do litoral (fig. 33, p. 225); portanto, naqueles que, em princí-

FIG.39 - CURVA DE LORENZ PARA A POPULAÇÃO RURAL DA PROVINCIA DE GAZA - 1980



DENSIDADES

- | | |
|---|---------|
|  | 60 + |
|  | 40-59,9 |
|  | 20-39,9 |
|  | 5-19,9 |
|  | < 5 |

pio, têm maior densidade populacional. Este facto é fruto da necessidade imposta pelas inundações que, em 1976/77 assolaram os vales do Limpopo e do Incomáti, o que significa que todo o litoral gazense foi atingido, e que se repetiram em anos posteriores. Esta calamidade natural deu origem a um movimento maciço e organizado das populações que viviam nas terras baixas, junto das suas machambas, em direcção às áreas mais elevadas (a que chamam "a serra"), onde iniciaram a edificação de novos espaços residenciais, agora em forma de aldeias mais ou menos organizadas comunitariamente. A este movimento veio juntar-se, mais tarde, o dos camponeses que abandonavam as suas unidades residenciais/produtivas isoladas, nas regiões mais afastadas dos vales, vindo aumentar não apenas a população das aldeias já existentes, mas também o seu número, para assim terem acesso mais fácil a terras férteis no vale.

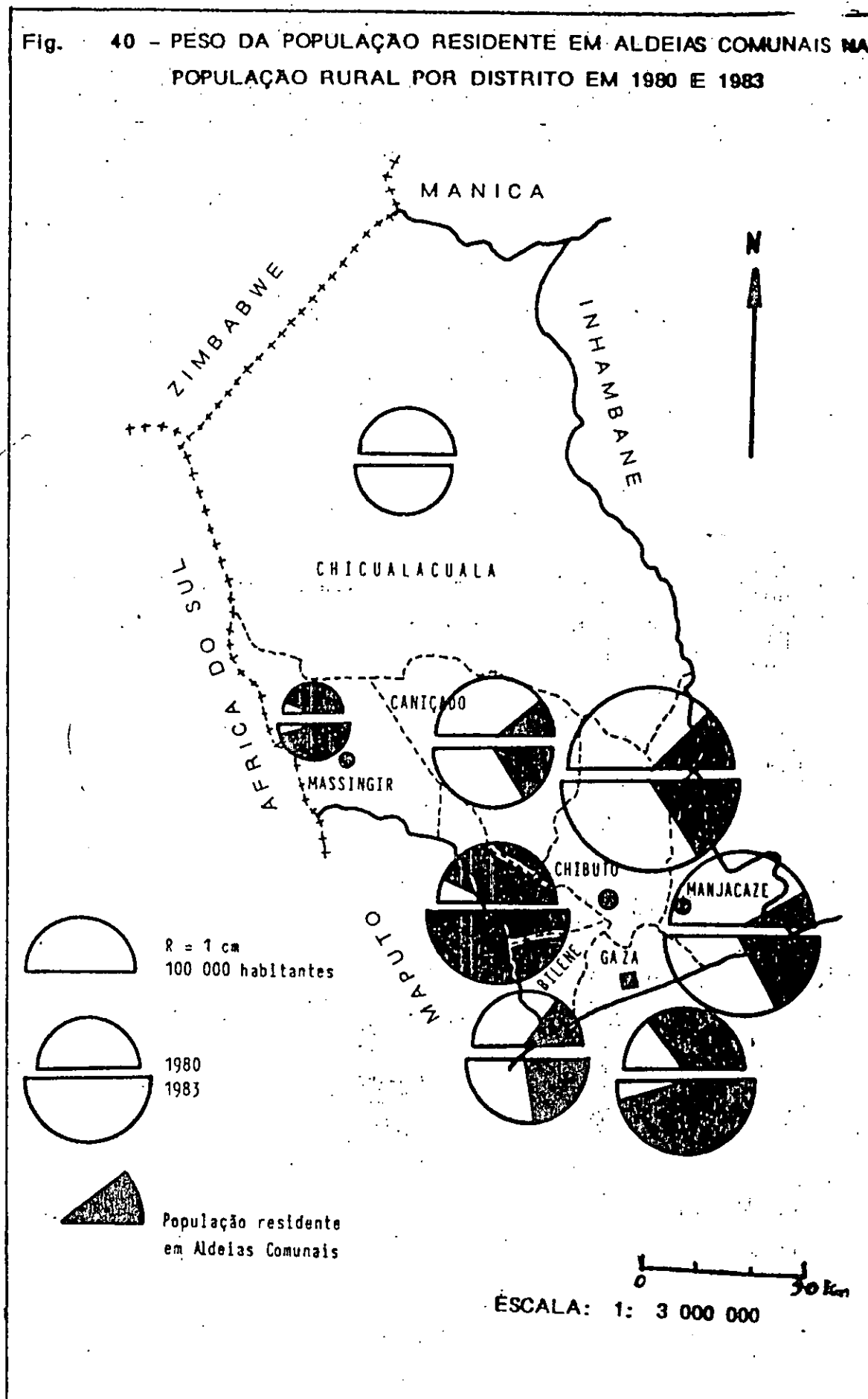
O grande incremento do número de aldeias verificou-se entre 1976 e 1978, período durante o qual se assistiu ao aparecimento de 80 unidades desta nova forma de povoamento rural. O movimento abrangeu, nesta fase, perto de 20% da população rural da província, o que representa uma significativa transformação na distribuição territorial desta. Entre 1978 e 1980 o número de aldeias continuou a subir, mas num ritmo relativamente mais lento, alcançando as 115, que albergavam 37% da população rural provincial. Se o aumento daquelas, neste período, foi bastante inferior ao observado no primeiro, o mesmo não sucedeu em relação à população, que man-

teve um ritmo de crescimento semelhante nos dois períodos. Nos três anos que se seguiram (1980 a 1983), distritos houve onde o número de aldeias não se alterou, enquanto outros tiveram um pequeno aumento de forma que, em 1983, existiam 132 aldeias comunais onde residia 51% do total da população rural de Gaza; isto demonstra que o movimento demográfico se manteve ainda bastante acentuado (quadro.54 e fig. 40).

O grande motor de arranque para o movimento organizativo da população rural na província de Gaza foram as cheias, que destruíram culturas e residências, as quais ocupavam, de forma bastante densa, as terras mais baixas dos vales, com o objectivo de se aproveitar ao máximo a proximidade da água, mantendo a estreita relação territorial da unidade familiar residencial/produtiva. Logo após as primeiras inundações, depois da independência nacional, o Partido Frelimo desencadeou uma campanha de esclarecimento junto dos camponeses, exortando-os a construir as suas casas de forma organizada, em lugares que ficassem ao abrigo de futuras catástrofes do género, reservando as terras dos vales unicamente para a actividade produtiva. Foi assim que se assistiu ao grande movimento já referido para o período 1976/78, o qual, devido à sua amplitude, não pôde ser acompanhado com o apoio e a orientação necessários para evitar situações que, mais tarde, criaram desequilíbrios difíceis de remediar.

Com a consolidação das novas unidades de povoamento através de alguns sucessos produtivos e porque mais facilmente os habitantes passaram a ter acesso a alguns, embora poucos,

Fig. 40 - PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALDEIAS COMUNAIS NA POPULAÇÃO RURAL POR DISTRITO EM 1980 E 1983



benefícios sociais, o movimento continuou bastante intenso e passou a abranger camponeses que viviam, desde há muito, em áreas que não eram afectadas pelas cheias.

Quadro 54 - Distribuição distrital das aldeias comunais na província de Gaza (1980 e 1983)

Distritos	1980			1983(1)		
	Nº	População	% do total distr.	Nº	População	% do total distr.
GAZA	24	82.692	68,9	24	120.000	92,0
LIMPOPO	22	91.511	84,3	22	139.534	99,7
BILENE	8	33.025	31,9	11	50.000	44,5
CANIÇADO	9	22.066	22,0	9	35.760	32,5
MASSINGIR	25	23.967	88,6	25	27.000	90,0
CHIBUTO	13	65.369	31,2	22	77.300	32,4
MANJACAZE	14	26.393	15,2	19	65.000	34,4
TOTAL	115	345.023	37,4	132	514.594	51,1

(1) - Para este ano, as fontes nem sempre indicam os mesmos valores, pelo que se optou pelos que mais se aproximavam dos resultados obtidos na observação directa feita em algumas aldeias.

Fontes: Arquivos da Comissão Provincial das Aldeias Comunais de Gaza, do Gabinete de Comunicação Social, do Instituto Nacional de Planeamento Físico e inquéritos de campo.

Os distritos de Gaza, Limpopo e Massingir, com 90% e mais da sua população rural a residir neste tipo de aldeias, constituem uma faixa que se estende do litoral para o interior, até à fronteira com a África do Sul, ao longo da mar-

gem direita do rio Limpopo, e se pode considerar como a região onde se observou o maior movimento de redistribuição da população camponesa. Tanto a norte como a sul desta, portanto em áreas mais distantes do vale, os valores são menores, mas sempre superiores a 30%. Esta situação reforça a ideia do papel desempenhado pelas calamidades naturais na formação e evolução demográfica das aldeias nesta província.

A dimensão demográfica das aldeias varia sensivelmente de distrito para distrito (figs. 41, 42, 43, 44 e 45), o mesmo sucedendo com a média dos distritos, a qual oscila entre 1.000 em Massingir e 7.252 em Gaza (distrito). Ao contrário da província de Maputo, não se encontram aldeias com menos de 500 habitantes e a grande maioria alberga de 1.000 a 10.000 residentes. Encontram-se nesta província algumas aldeias com dimensões demográficas iguais ou superiores às de centros urbanizados do país (Julius Nyerere, 3 de Fevereiro, Machua e 19 de Maio), mas sem o mínimo de infraestruturas necessárias para uma tal concentração populacional. Se a situação no conjunto da província apresenta variações relativamente notórias, já o mesmo não se pode dizer para a maioria dos distritos onde as dimensões demográficas das aldeias se concentram em 2 parâmetros, apresentando características bem evidentes dum sistema bastante homogêneo, está-se muito longe, por isso, do início de constituição duma rede hierarquizada de centros rurais. Pelo que foi possível observar nas aldeias estudadas "in loco" e através da diversa documentação consultada, a tendência que

Fig. 41 - PROVINCIA DE GAZA, DISTRITO DE BILENE E GAZA
Dimensão comparativa de algumas Aldeias em 1978 e
1982/83 - (Localização aproximada).

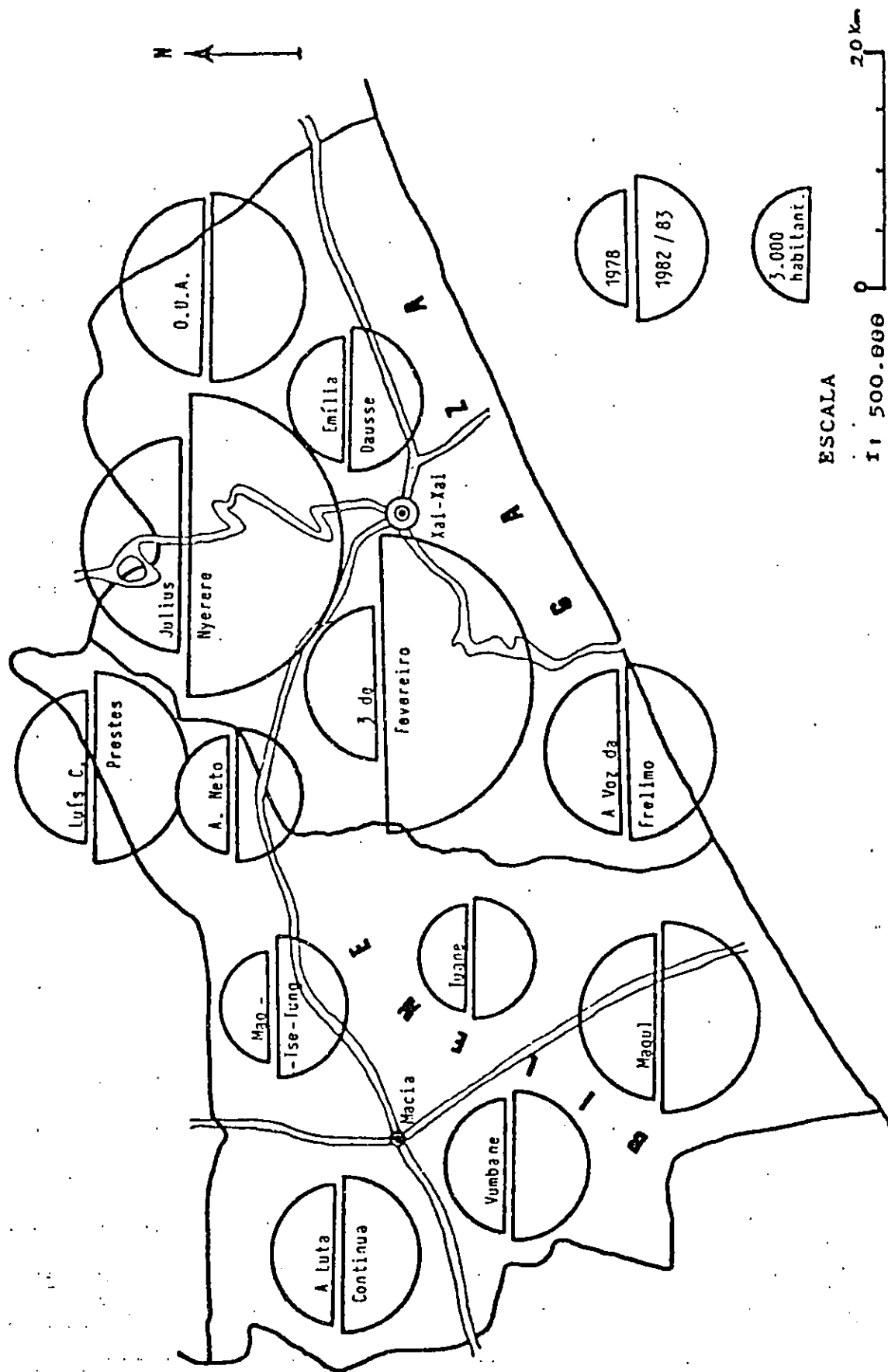
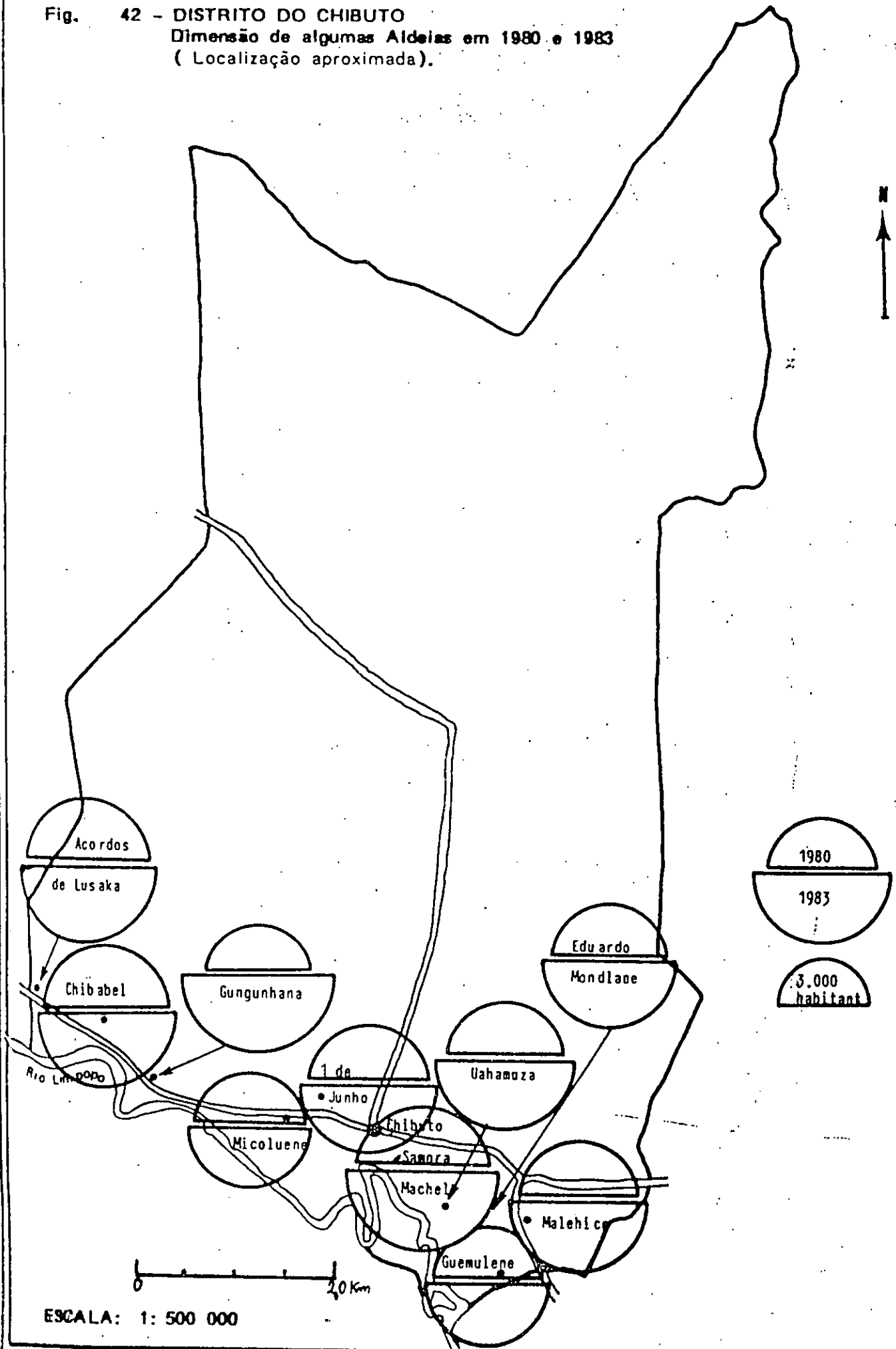


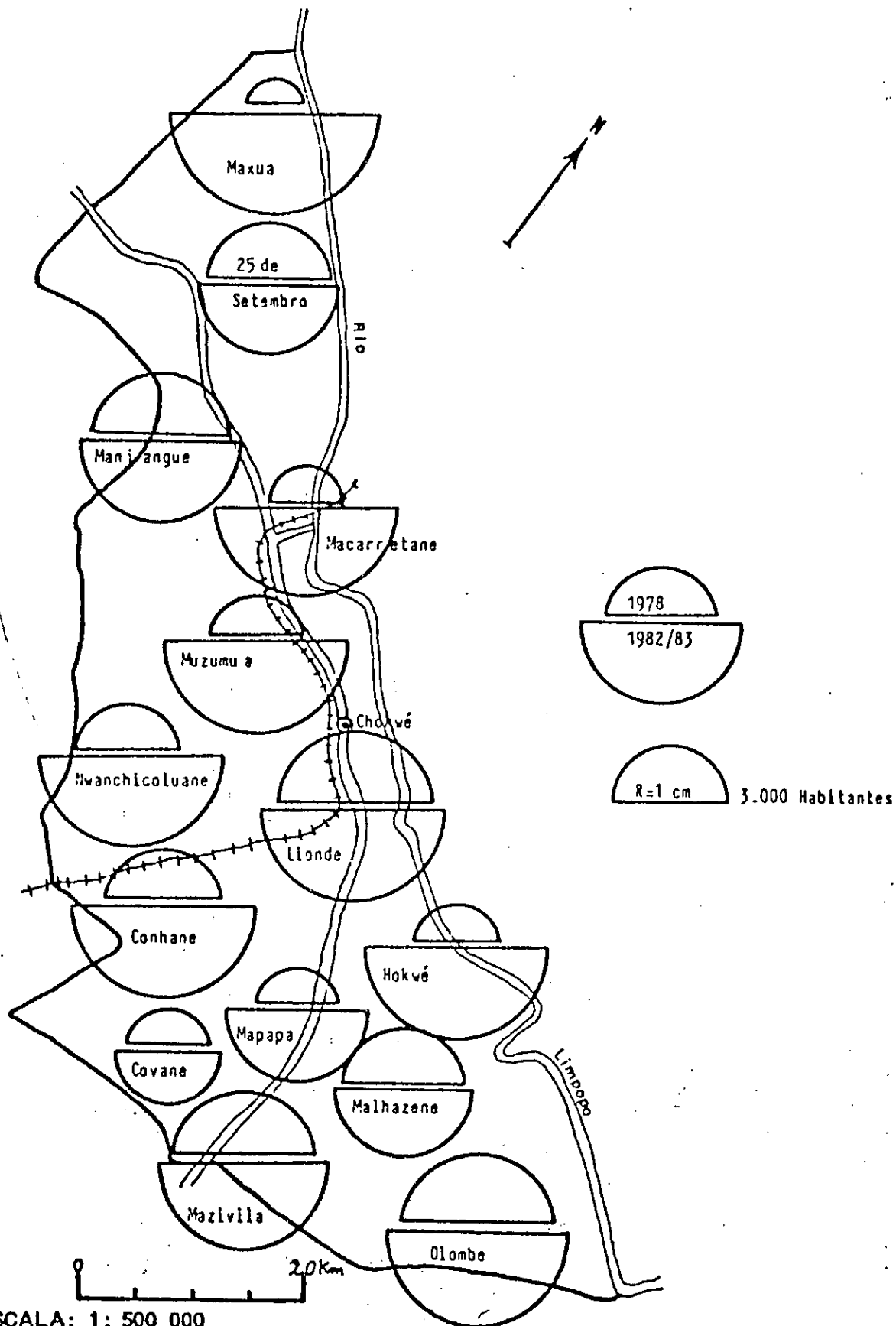
Fig. 42 - DISTRITO DO CHIBUTO
Dimensão de algumas Aldeias em 1980 e 1983
(Localização aproximada).



ESCALA: 1: 500 000

M. Araújo - 1987

Fig. nº 43 - DISTRITO DE LIMPOPO
Dimensão de algumas Aldeias em 1978 e 1982/83
(Localização apenas aproximada).



ESCALA: 1 : 500 000

Fig. 44. - DISTRITO DO CANIÇADO
Dimensão de algumas Aldeias em
1978 e 1982/83
(Localização aproximada).

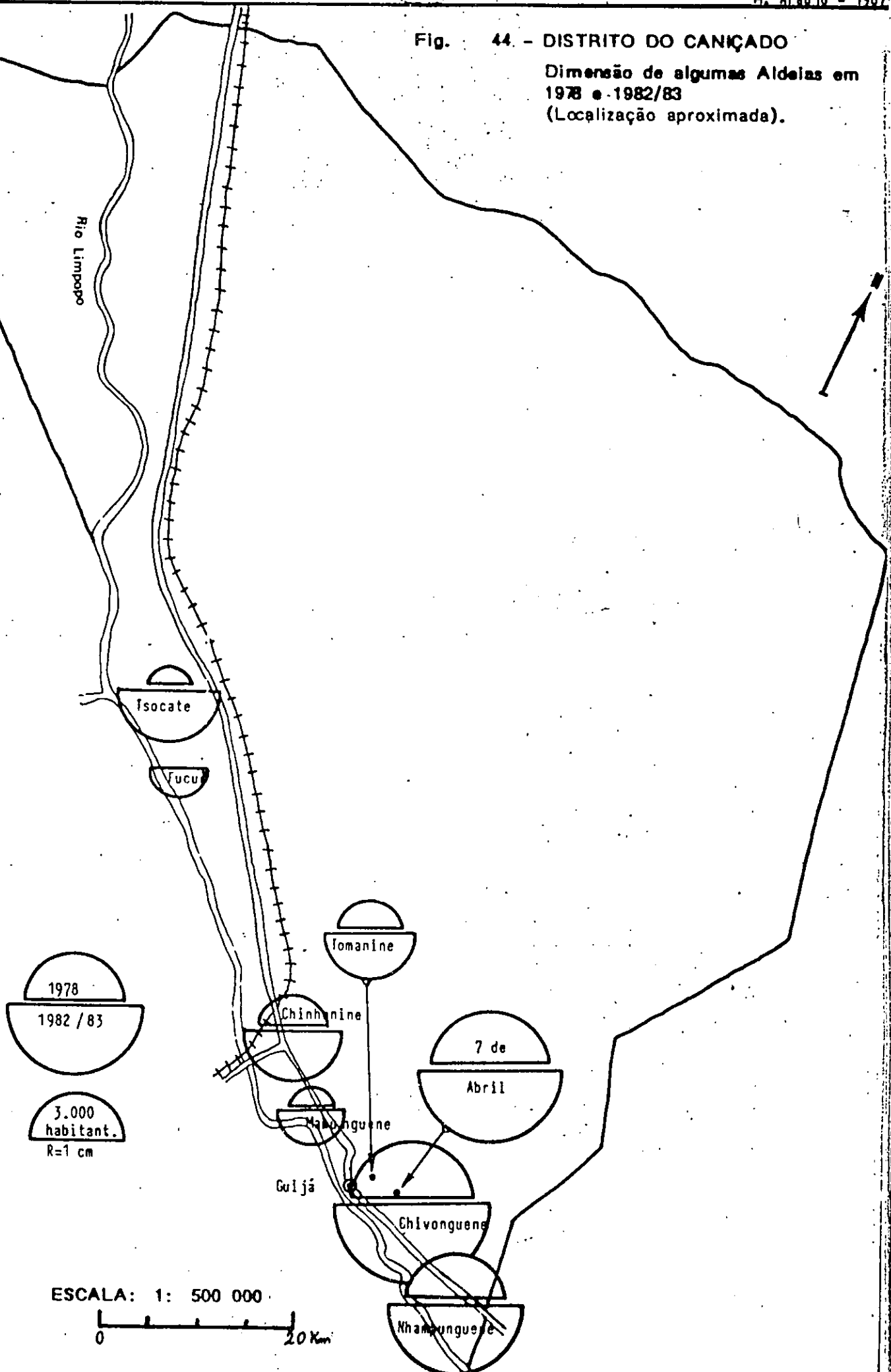
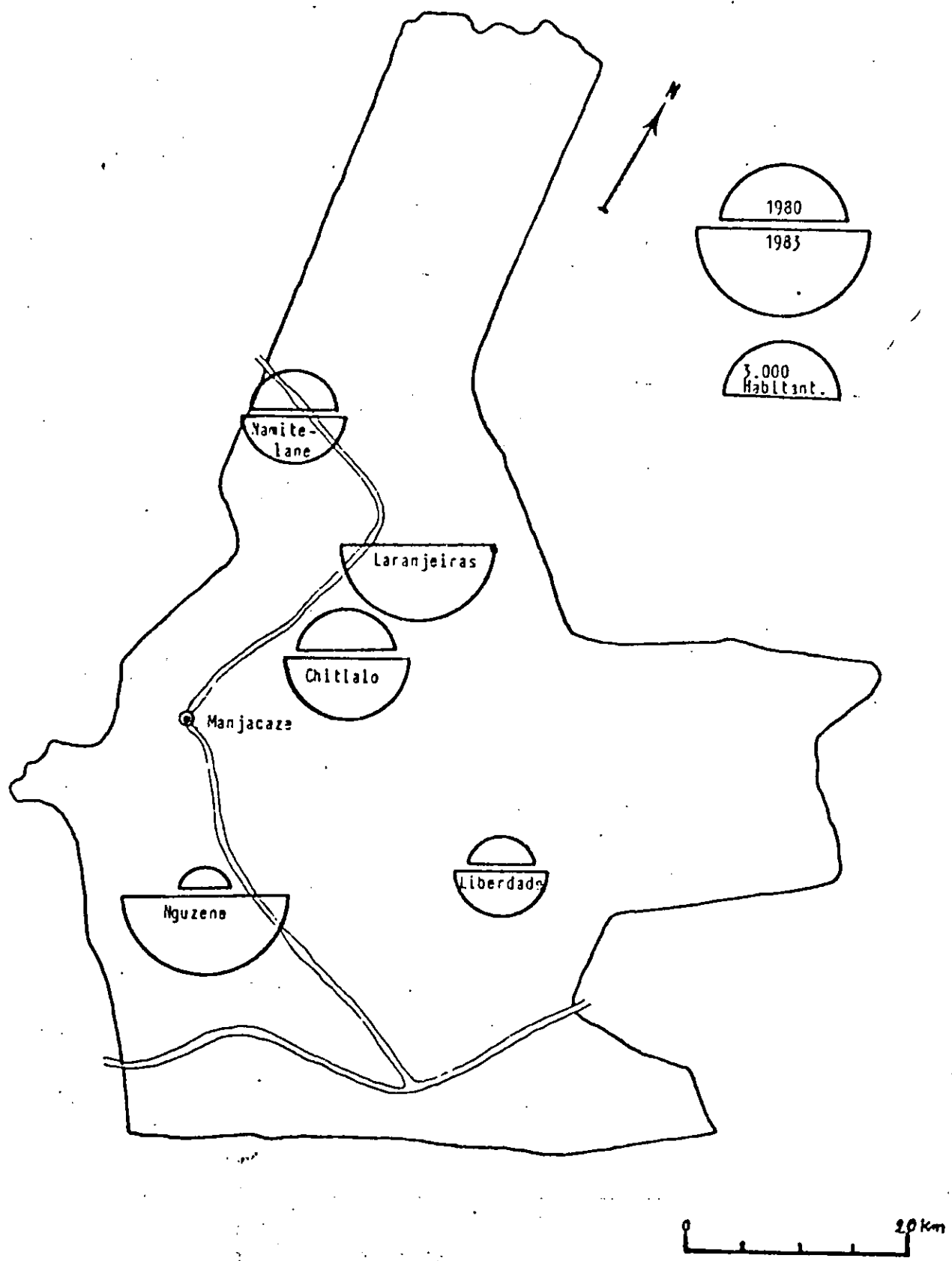


Fig. 45 - DISTRITO DE MANJACAZE
Dimensão de algumas Aldeias em 1980 e 1983



ESCALA: 1: 500 000

ressalta, no que concerne à estrutura dimensional, é a de as aldeias, no seu conjunto, aumentarem cada vez mais o número de residentes, para além do crescimento natural, com todas as consequências que daí advêm. De notar que no mesmo distrito, o de Gaza, se encontram duas aldeias (Julius Nyerere e 3 de Fevereiro) com valores que rondam os 20.000 habitantes e que não distam uma da outra mais de 15 km.

Quadro 55 - Dimensão demográfica das aldeias da província de Gaza em 1983, por distrito (com base numa amostragem de 60%)

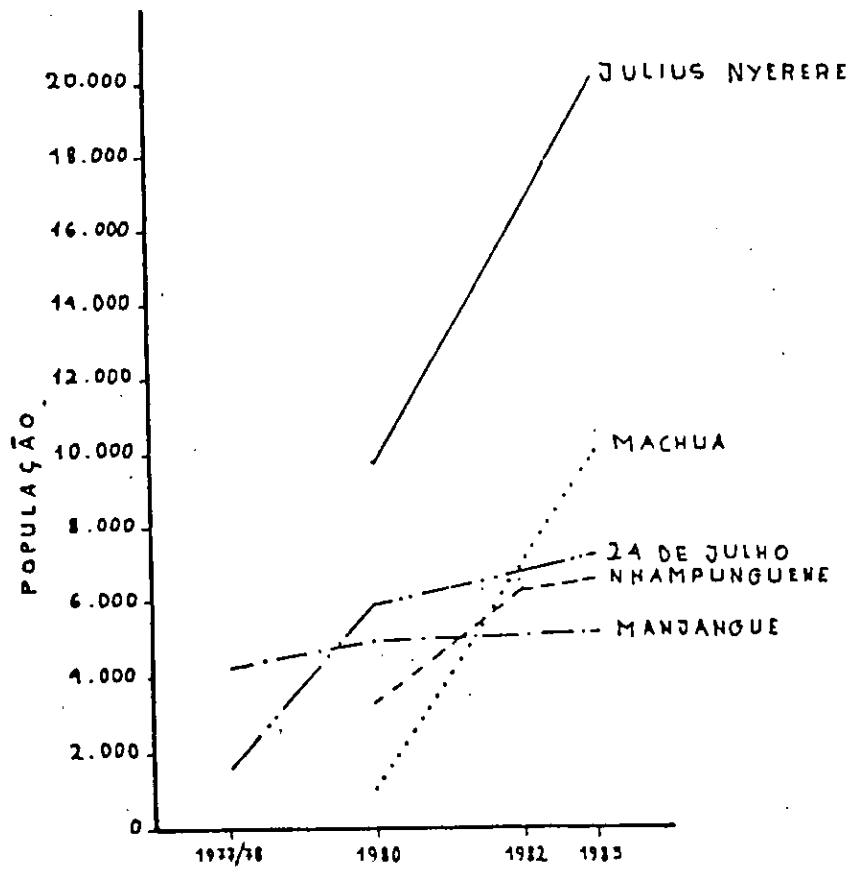
Distritos	≥20.000 habs.	<20.000 ≥10.000 habs.	<10.000 ≥5.000 habs.	<5.000 ≥1.000 habs.	<1.000 ≥500 habs.	<500 habs.
GAZA	1	1	4	7	0	0
LIMPOPO	0	2	8	12	0	0
BILENE	0	0	3	5	0	0
CANIÇADO	0	0	3	5	0	0
CHIBUTO	0	0	8	5	0	0
MANJACAZE	0	0	2	4	1	0
TOTAL	1	3	28	38	1	0

Fontes: Arquivos da Comissão Nacional das Aldeias Comuns, do Gabinete de Comunicação Social e do Instituto Nacional de Planeamento Físico; inquéritos de campo.

Para uma ideia mais aproximada do crescimento demográfico a que se assiste em grande parte das aldeias basta observar os exemplos que se apresentam no quadro 56 e figura 46.

*Além dos problemas inerentes aos desequilíbrios criados por tal aumento, levanta-se toda a questão ligada à gestão administrativa destes enormes aglomerados rurais, a qual tem que ser desempenhada por camponeses sem qualquer experiên-

FIG. 46 - EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DE ALGUMAS ALDEIAS



cia e preparação para esta tarefa.

Quadro 56 - Evolução da população em algumas aldeias

Aldeias	1977/78	1980	1982	1983	Acréscimo (1977= =100)
MANJANGUE	4.339	4.969	-	5.100	117,5
MACHUA	-	1.000	-	10.467	1046,7
JULIUS NYERERE	-	9.741	-	20.177	207,1
3 DE FEVEREIRO	-	5.311	-	19.925	375,2
24 DE JULHO	1.500	5.947	-	7.260	484,0
EDUARDO MONDLANE	4.367	4.679	-	5.000	114,5
NHAMPUNGUENE	-	3.310	6.371	6.600	199,4
CHIVONGUENE	-	5.460	7.706	8.000	146,5
7 DE ABRIL	4.020	4.500	6.995	-	174,0
TOMANINE	-	1.740	2.560	3.360	193,1

Fontes: Inquéritos de campo e arquivos do Gabinete de Comunicação Social.

A dimensão da família regista algumas oscilações, quer entre os distritos, quer entre as aldeias, variando de 3,3 pessoas por família, na aldeia OMM do distrito de Gaza, a 6,5 na 25 de Setembro do distrito do Limpopo. Estes valores não são muito diferentes dos observados no geral da província, mas têm uma amplitude de variação menor que na província de Maputo. O distrito que apresenta, em média, famílias mais numerosas é o do Limpopo, enquanto o de Gaza se encontra na situação oposta. Isto pode explicar-se, como hipótese, pelo facto de o primeiro possuir uma quantidade considerável de aldeias onde reside a mão-de-obra masculina das empresas agrícolas que operam naquela região, enquanto as aldeias do distrito de Gaza perdem adultos do sexo masculino para a cidade de Xai-Xai, localizada no território deste

distrito. A dimensão da família também é afectada pela migração masculina em direcção à cidade de Maputo e, muito em particular, à África do Sul, facto confirmado pela análise da razão de masculinidade de algumas aldeias, a qual só muito raramente é superior a 80. Mais uma vez as aldeias do Limpopo surgem como aquelas que, em geral, fixam maior número de homens adultos.

Quadro 57 - Dimensão média das famílias e razão de masculinidade em algumas aldeias da província

Aldeias	Dimensão média da família	"Sex-ratio"
MALHAZINE	5,3	-
COVANE	5,0	-
12 DE MAIO	4,9	-
25 DE SETEMBRO	6,5	-
JULIUS NYERERE	4,3	76,6
3 DE FEVEREIRO	4,1	85,4
OMM	3,3	79,3
24 DE JULHO	4,3	92,5
SALVADOR ALLENDE	4,1	80,9
VLADIMIR LENINE	3,8	70,9
OUA	4,5	84,4
BUNGANE	3,6	71,9
ARMANDO TIVANE	3,8	79,2
EMÍLIA DAÚSSE	3,7	72,6
FIDEL CASTRO	4,3	85,4
A VOZ DA FRELIMO	4,5	79,9
TETENE	3,6	78,6
EDUARDO MONDLANE	5,0	70,0
NHAMPUNGUENE	4,7	-
CHIVONGUENE	4,9	78,4
LUÍS CARLOS PRESTES	-	71,9
MARRANGUE	-	91,3

Fonte: Elaborado com base em inquéritos de campo e nos arquivos do Gabinete de Comunicação Social e do Instituto Nacional de Planeamento Físico.

Num inquérito realizado em seis aldeias, verificou-se que o grupo etário dos 0-14 anos concentra entre 43 e 50% da população, enquanto os indivíduos de 65 e mais nunca ultrapassam 3%. Se, no que a estes respeita, a situação é idêntica à do país em função da baixa esperança de vida, o mesmo não se passa no outro grupo etário, que apresenta índices maiores. Mais uma vez são as aldeias do distrito do Limpopo que mostram uma estrutura etária mais equilibrada em relação à nacional, facto que reforça o que atrás foi referido.

2.3. Padrões de povoamento do sistema das aldeias comunais

O sistema das aldeias comunais que, como já atrás foi dito, engloba metade da população rural da província de Gaza (1983) não constitui, contudo, um tipo de povoamento concentrado e hierarquizado, porque é caracterizado por uma evidente homogeneidade entre os elementos do sistema. Ao contrário do que se passa na província de Maputo, por exemplo, aqui o padrão de povoamento criado deve ser designado, mais correctamente, por agrupado (conforme conceito expresso neste trabalho) mas que, de qualquer modo, é muito diferente daquele que anteriormente prevalecia. Nesta província surgiu um grande número de aldeias de dimensões bastante semelhantes e pouco distanciadas entre si, formando como que uma mancha de núcleos contínuos e iguais de povoamento, pelo que se torna difícil a constituição duma rede hierarquizada

dos centros rurais.

Esta situação é o reflexo do que se passa a nível dos distritos, pois todos apresentam as mesmas características de povoamento agrupado dentro do sistema. Em todos eles, exceptuando-se o de Gaza, se observou, de 1980 para 1983, uma estabilização ou mesmo uma regressão dos indicadores, o que pode pressupôr a tendência para um mais nítido povoamento de tipo agrupado. O caso mais flagrante passou-se com o distrito do Caniçado que, tendo em 1980 um padrão caracterizado por uma certa heterogeneidade, em 1983 mostrava uma posição nitidamente inversa, em função do aumento da população nas aldeias existentes. Esta situação pode ser observada nos quadros 55, 58 e 59. A manter-se a tendência, o sistema das aldeias comunais na província de Gaza irá dar origem a um povoamento de tipo agrupado, caracterizado por grande homogeneidade entre os elementos do sistema e, por conseguinte, ausência de hierarquização entre aqueles.

A única excepção a esta tendência observada no período pertence ao distrito de Gaza, onde se assistiu a uma evolução positiva no sentido duma certa hierarquização, mas com densificação muito grande dos elementos, pelo que é difícil falar-se em povoamento concentrado.

Quadro 58 - Distância média, densidade média e população média do sistema de aldeias comunais da província de Gaza

Distritos	1980			1983		
	P(km)	T(/100km ²)	\bar{x}	P(km)	T(/100km ²)	\bar{x}
GAZA	8,84	1,28	3445,5	8,84	1,28	5000,0
LIMPOPO	12,12	0,68	4159,6	12,12	0,68	6342,5
BILENE	19,53	0,26	4128,1	16,65	0,36	4545,5
CANIÇADO	26,70	0,14	2451,8	26,70	0,14	3973,3
MASSINGIR	14,42	0,48	958,7	14,42	0,48	1080,0
CHIBUTO	22,07	0,21	5028,4	16,96	0,35	3513,6
MANJACAZE	16,18	0,38	1885,2	13,89	0,52	3421,1
TOTAL	25,66	0,15	3000,2	23,95	0,17	3888,7

O aparecimento desta nova forma de povoamento rural trouxe já, para a província, substanciais modificações territoriais na distribuição da população rural, como se pode ver pelos mapas das figuras 31, 31A, 32 e 32A das páginas 212 a 215. Em função da grande quantidade de população nas aldeias, esta transformação do espaço está a provocar, na maioria dos distritos da província, desequilíbrios, em particular no respeitante à terra arável e ao combustível doméstico lenhoso; estes acentuam-se ainda mais devido à grande proximidade que se verifica entre as aldeias. Exemplos como a Julius Nyerere, 3 de Fevereiro e outros, além de corresponderem a um espaço residencial de dimensões demasiado grandes e, por vezes, com os bairros muito afastados, o que ainda aumenta mais este espaço, evidenciam o imperativo de alargar a área produtiva para distâncias pouco compatíveis com a harmonia entre estes dois espaços, além de, em muitos casos, se colocar o problema de falta de terra suficiente, tanto para a área

cooperativa, como para a familiar. Concentrações demográficas desta amplitude acarretam um rápido esgotamento do único combustível doméstico à disposição dos camponeses - a lenha -, que na província não é, normalmente, muito abundante. Toda esta situação implica, entre outros aspectos, distâncias demasiado grandes a serem percorridos.

Quadro 59 - Grau de concentração do sistema das aldeias comunais na província de Gaza

Distritos	Ano	R	\bar{d}	Vd	s	Vs
GAZA	1980	8.934	1.588,3	35,0	2.045,9	45,1
	1983	17.677	4.009,6	55,3	5.605,8	77,5
LIMPOPO	1980	9.550	1.748,6	42,0	2.308,1	55,5
	1983	8.116	2.569,2	40,5	2.800,5	44,2
BILENE	1980	5.993	1.369,9	33,2	1.705,1	41,3
	1983	6.336	1.609,3	33,5	2.060,7	42,9
CANIÇADO	1980	7.646	1.991,0	78,1	2.462,0	96,6
	1983	7.000	2.027,8	45,1	2.314,7	51,5
CHIBUTO	1980	6.267	1.011,3	20,1	1.101,6	21,9
	1983	3.316	1.192,6	20,1	1.248,3	21,0
MANJACAZE	1980	7.868	787,5	45,0	804,0	45,9
	1983	6.436	1.690,4	38,6	1.895,0	43,3
TOTAL	1980	10.490	1.577,5	38,8	1.967,0	48,4
	1983	19.388	2.346,2	39,8	3.330,8	56,4

Pode concluir-se que, sendo a província de Gaza uma das que tem maior percentagem de população rural a viver nestas aldeias, está, no entanto, longe de apresentar um padrão de povoamento concentrado, em função da sua grande homogeneidade. Assim, torna-se muito difícil definir uma rede hierar-

quizada de centros rurais, de modo a que mais fácil e eficazmente se possam planificar os investimentos em infraestruturas e outros; não é comportável aplicá-los da mesma forma para todas as aldeias existentes.

Neste contexto, parece importante pensar urgentemente num redimensionamento das aldeias da maior parte dos distritos, de acordo com os recursos naturais disponíveis, as técnicas produtivas utilizadas e a formação duma rede de centros que facilite a sua direcção política e administrativa e a planificação do investimento.

3. Província de Inhambane

O estudo das aldeias comunais da província de Inhambane não incide no mesmo período de tempo das províncias de Maputo e Gaza por razões diversas: (i) a investigação de campo foi levada a cabo em finais de 1986; (ii) os dados que foi possível obter só muito raramente abrangem o período anterior a 1980; (iii) o processo de edificação das aldeias comunais encontrou aqui dificuldades iniciais específicas, relacionadas com o sistema tradicional de propriedade e uso da terra; (iv) entre 1982 e 1984/85 a província viveu momentos muito difíceis devido à acção desestabilizadora levada a cabo por grupos armados, treinados e orientados pelo regime racista de Pretória (os BAs ou machangas, como são conhecidos entre a população); (v) uma seca prolongada afectou toda a província e obrigou à deslocação de muita população do interior em direcção a locais onde mais facilmente era assistida.

Algumas das dificuldades encontradas logo de início mostram até que ponto, para uma eficaz modificação do tipo de povoamento rural, é importante o conhecimento de atitudes culturais enraizadas, de forma a que as transformações, necessárias, não violentem os camponeses.

Em meados de 1986, a província, assim como todo o país, foi alvo duma reformulação da divisão administrativa, com vista a adaptá-la às necessidades de desenvolvimento. Surgem assim novos distritos, resultantes da subdivisão de alguns dos

pré-existentes. Porque parte considerável dos dados são anteriores a 1986, adoptar-se-á a divisão administrativa que vigorou até esse ano; contudo, para algumas situações já se-rá utilizada a nova divisão.

3.1. Aspectos gerais da população rural provincial

Província que ocupa uma área de 68.615 km² e se estende, no sentido S-N, por cerca de 400 km ao longo da orla ocidental do Índico, Inhambane tinha, em 1980, uma população de 997.600 habitantes. Nos últimos 30 anos a população aumentou 1,7 vezes, pertencendo ao último decénio (1970/80) o maior aumento absoluto, a que correspondeu uma taxa de crescimento médio anual de perto de 3%. Segundo estimativas elaboradas pela Direcção Nacional de Estatística, em 1985 a província atingia cerca de 1.150.000 pessoas, o que pressupõe uma taxa de crescimento médio anual, para o quinquénio, de 2,8%.

A distribuição geográfica da população é bastante irregular, diminuindo do litoral para o interior e de sul para Norte. Os distritos do litoral-sul apresentam densidades demográficas superiores a 30, enquanto os do interior e norte não ultrapassam os 10 hab/km². Os distritos de Homoine, Morrumbene, Inharrime e Zavala, ocupando 13,5% do território provincial, concentram 36,2% da população rural, enquanto os de Massinga, Govuro e Panda, com 68% da superfície, apenas

têm 35,5% dos habitantes.

A distribuição da população rural de Inhambane é influenciada por dois factores: as características climáticas (escassez de quedas pluviométricas), que se agravam de Sul para Norte e do litoral para o interior; o desenvolvimento económico que, sendo muito fraco em toda a província, é maior nos distritos do litoral-sul e à volta das cidades de Inhambane e Maxixe.

Quadro 60 - Distribuição territorial da população rural da província de Inhambane em 1970 e 1980

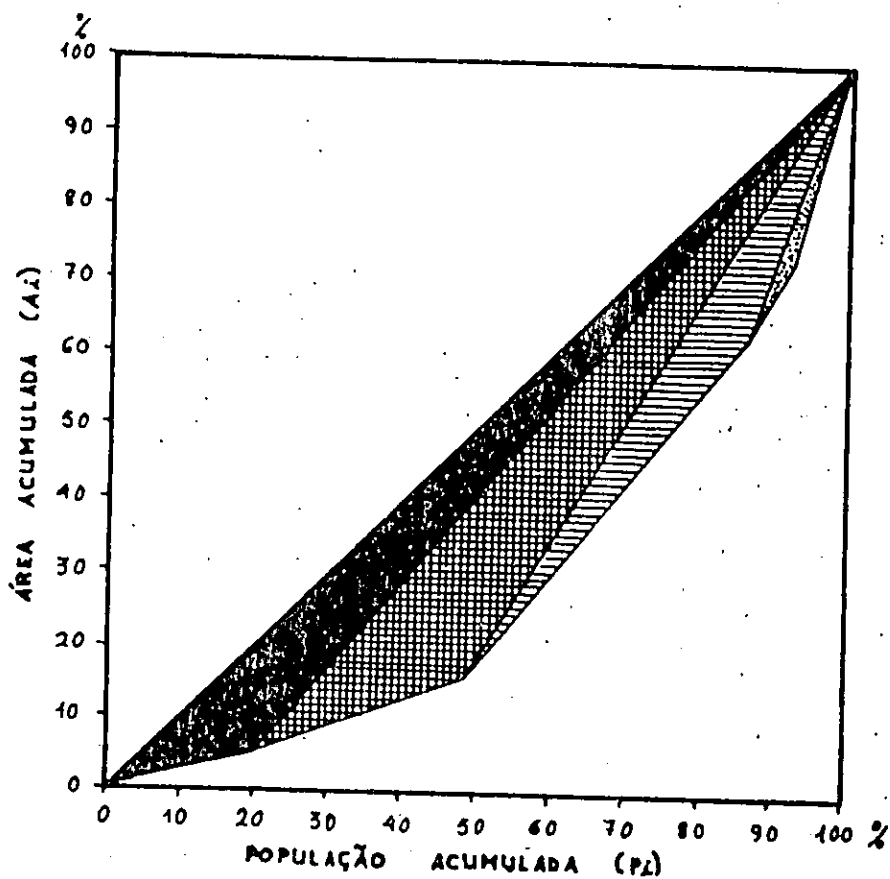
Distritos (a)	1970		1980		
	População	Densidade	População	Densidade	% do total
INHAMBANE	59.005	61,7	63.423	73,0	7,1
HOMOÍNE	69.865	36,0	92.792	47,8	10,4
MASSINGA	148.403	7,3	222.970	10,9	24,8
MORRUMBENE	75.579	27,0	109.942	39,3	12,3
VILANCULOS	88.616	8,9	118.045	11,8	13,2
GOVURO	60.292	3,2	74.665	3,9	8,3
INHARRIME	57.278	22,3	67.514	26,3	7,5
ZAVALA	81.443	41,4	90.862	46,2	10,1
PANDA	35.097	4,9	56.126	7,8	6,3
TOTAL	675.578	-	896.339	-	100,0

Fontes: IV Recenseamento Geral da População - 1970; 12 Recenseamento Geral da População - 1980.





(a) adoptou-se a divisão administrativa anterior a 1986.

A dimensão média da família é de 4,3 pessoas, com uma variação distrital entre 3,7 em Homoine e 5,2 no Govuro. A razão de masculinidade provincial (85) é a menor do país, facto

FIG. 47 - CURVA DE LORENZ PARA A POPULAÇÃO RURAL DA PROVÍNCIA DE INHAMITANE 1980



DENSIDADES (HAB/KM²)

-  40+
-  20-39,9
-  10-19,9
-  < 10

CR = 41,9

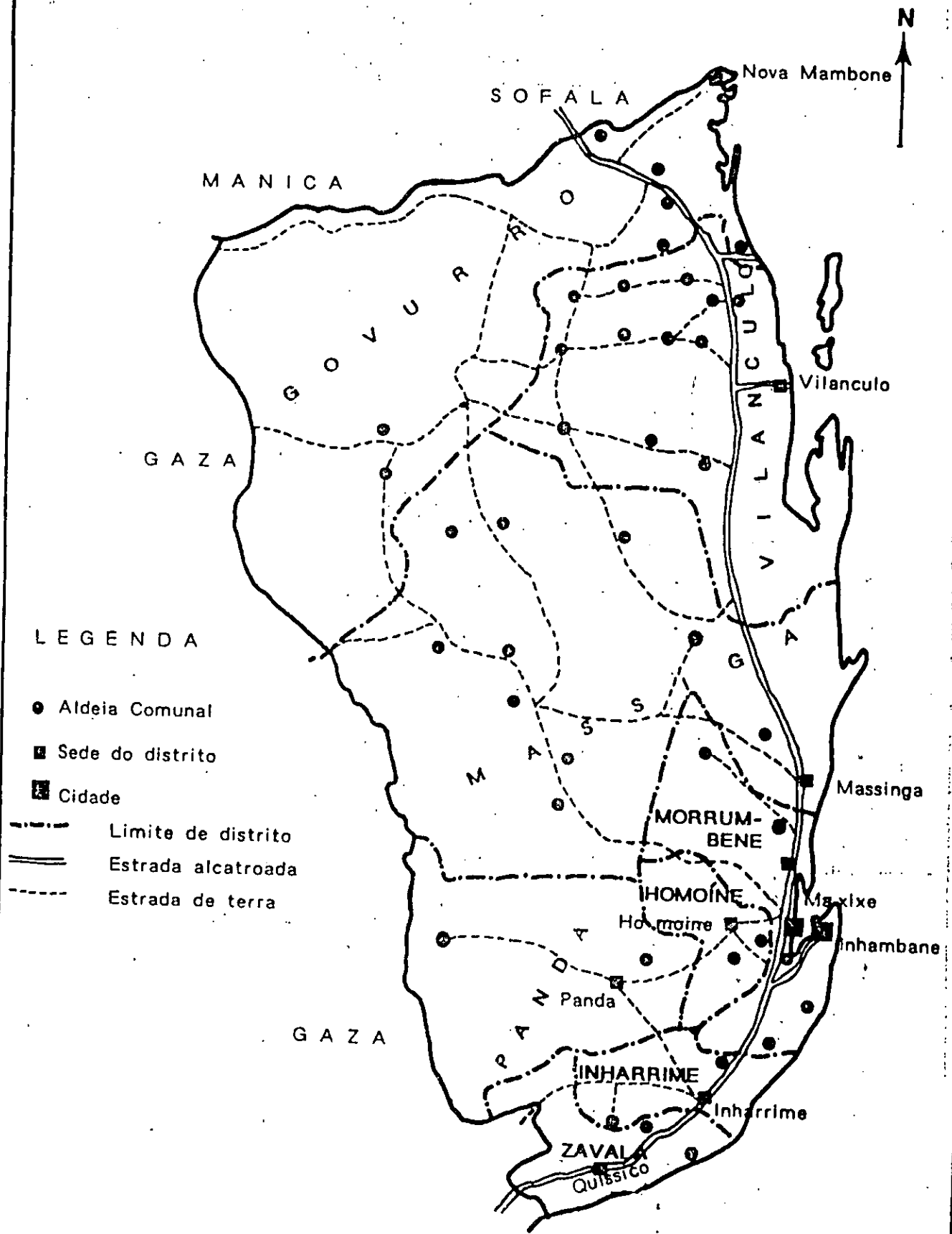
que reflecte a grande emigração masculina que, desde há muito, aqui se observa, em particular para a cidade de Maputo e para a África do Sul. Os valores distritais extremos são de 80 em Zavala e Homoine e 87,5 em Massinga.

3.2. Evolução e distribuição territorial das aldeias

De acordo com dados da Direcção Provincial de Agricultura, a província possuía, em 1980/82, um total de 42 aldeias com 31.762 habitantes, o que correspondia a 3,5% da população rural. Em 1985/86 observa-se uma situação substancialmente diferente (quadro 61 e figs. 48, 49 e 50), pois o número de aldeias aumentou 2,5 vezes, e a população nelas residente teve um acréscimo de 5 vezes (161.075 habitantes). Isto significa que não só o número de aldeias cresceu, mas também as já existentes, como sucede nas províncias anteriormente descritas, tiveram um considerável aumento demográfico. Esta evolução não é, no entanto, linear. Entre 1982 e 1984 o número de aldeias ficou substancialmente reduzido, devido à acção dos "BAs", que, neste período, destruíram por completo 21 das 42 aldeias existentes (fig. 49), enquanto 13 tiveram que ser abandonadas, para segurança dos seus moradores; isto significa que houve uma redução forçada de 81% da totalidade das aldeias que a província tinha edificado ao longo de seis anos de trabalho. Esta situação fez-se sentir com maior incidência nos distritos do norte e interior (fig. 49), precisamente aqueles onde o processo estava mais desenvolvido.

Fig. : 48 - PROVÍNCIA DE INHAMBANE

Distribuição territorial das Aldeias Comuns - Situação em 1981/1982



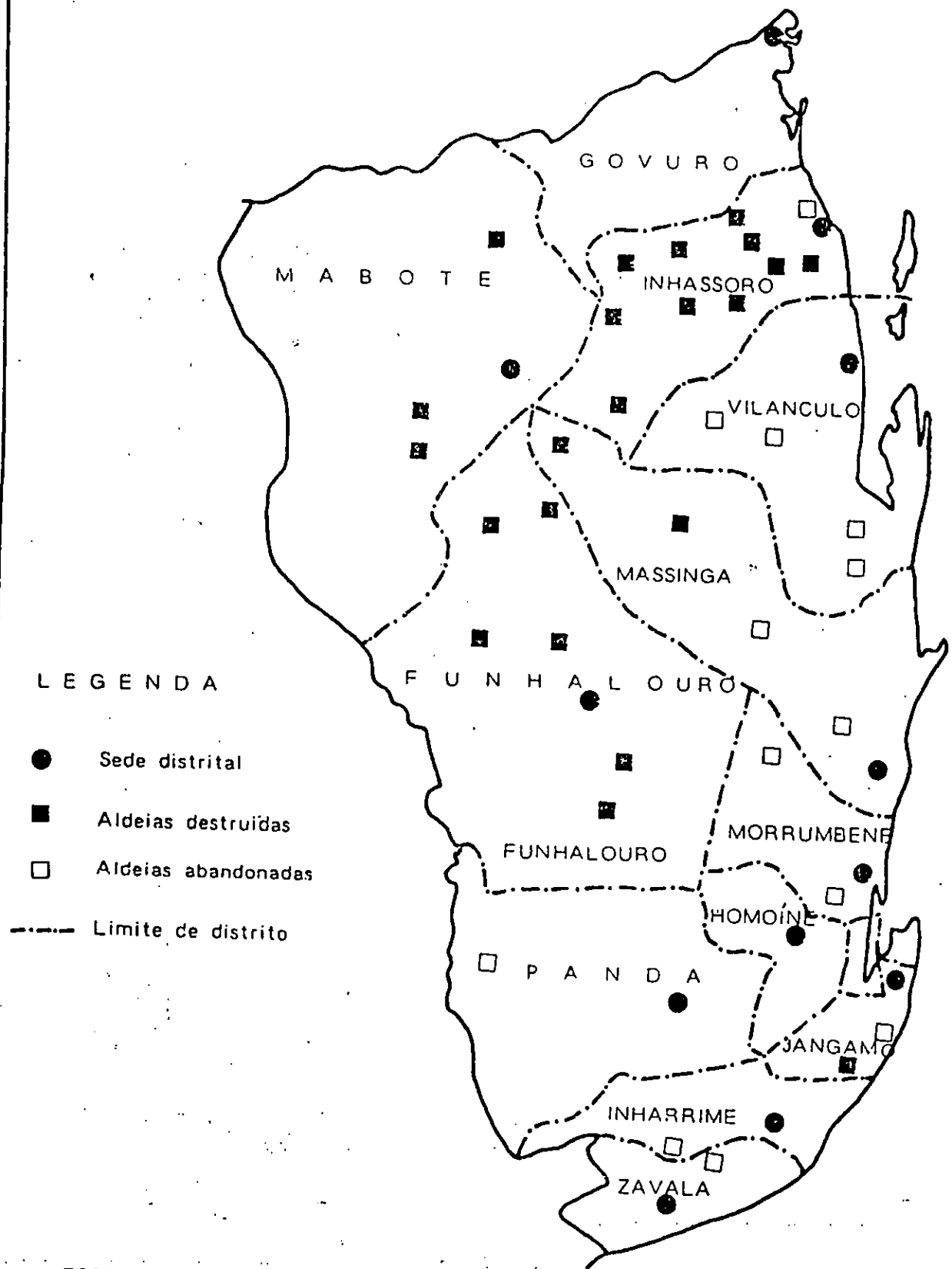
LEGENDA

- Aldeia Comunal
- Sede do distrito
- ⊠ Cidade
- - - Limite de distrito
- Estrada alcatroada
- - - Estrada de terra

ESCALA: 1 : 2 000 000
0 60 Km

Fig. 49 - PROVÍNCIA DE INHAMBANE

Aldeias destruídas e abandonadas.

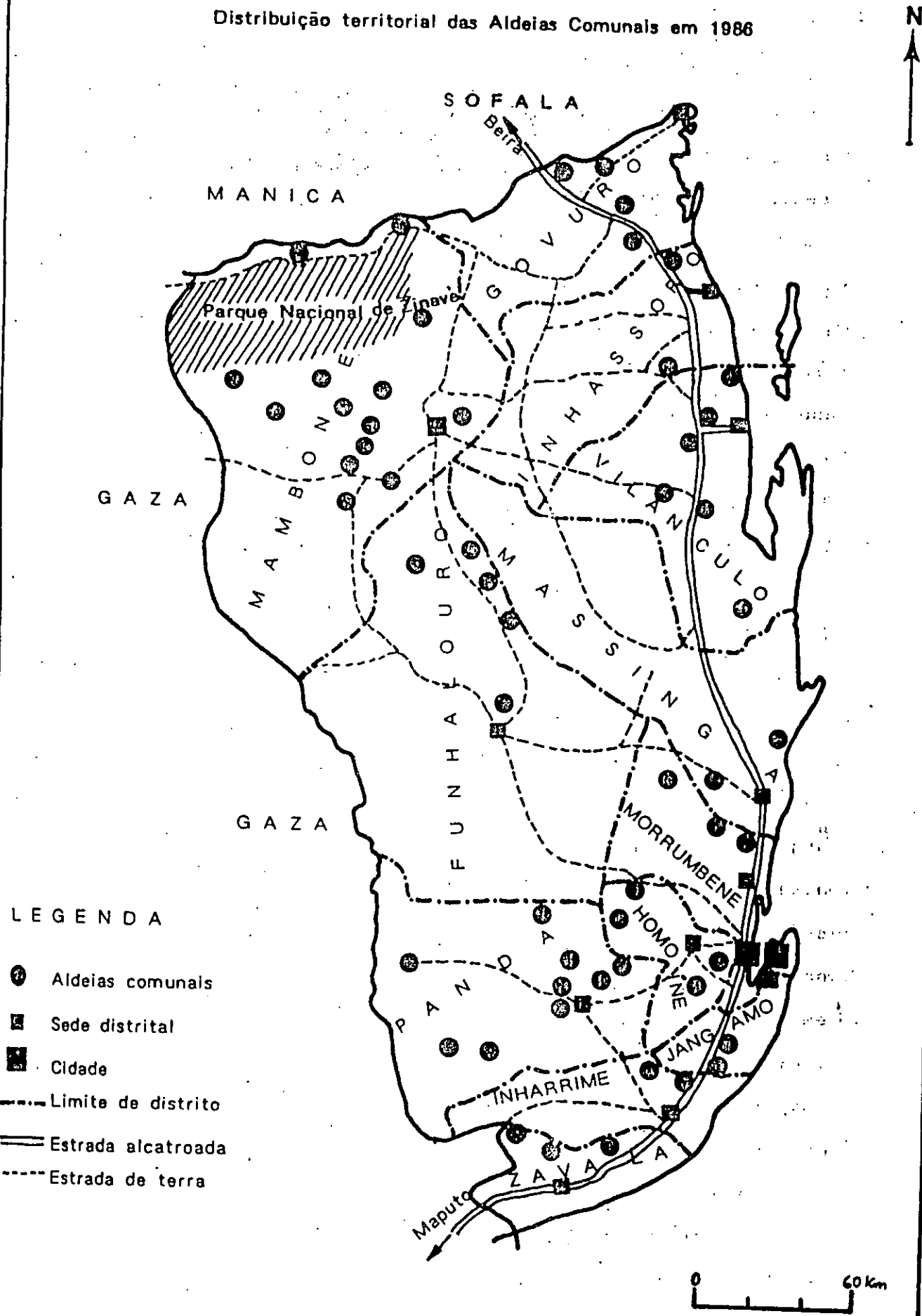


LEGENDA

- Sede distrital
- Aldeias destruídas
- Aldeias abandonadas
- - - Limite de distrito

ESCALA · 1 : 2 000 000
0 60 Km

Fig. 50 - PROVÍNCIA DE INHAMBANE
Distribuição territorial das Aldeias Comuns em 1986



LEGENDA

- Aldeias comunais
- Sede distrital
- Cidade
- - - Limite de distrito
- == Estrada alcatroada
- - - Estrada de terra

ESCALA: 1 : 2 000 000

A partir de 1984/85, altura em que a situação militar melhorou consideravelmente, assiste-se a uma retomada deste processo, agora com dinâmica mais acentuada, de tal forma que, em dois anos, o número de novos centros populacionais rurais atingiu os valores já atrás referidos e a população quintuplicou em relação a 1980/82. Se foi a guerra que destruiu muitas aldeias, ela também funcionou como factor catalizador para o grande incremento que a seguir se verificou; a este, um outro se veio juntar: a prolongada seca que afectou toda a província de forma catastrófica. A população rural, para melhor se defender destas duas calamidades, aglomerou-se naquilo que se passou a designar por "Centros de Recuperação da População", e a partir daqui construiu novas aldeias ou reconstruiu as que haviam sido destruídas e abandonadas.

Os "Centros de Recuperação da População", criados com o objectivo de organizar minimamente a população camponesa deslocada, para mais facilmente se fazer chegar o apoio necessário a pessoas que ficaram desprovidas de todos os seus haveres, deram origem a novas aldeias, como sucedeu, por exemplo, com Pambarra e Nvuka. Mas esta transformação apenas se verificou quando a situação militar melhorou e as primeiras chuvas começaram a cair, criando-se, assim, as condições para o regresso aos locais de origem. Se entre 1982 e 1984 se assistiu a um movimento migratório, maciço e desorganizado, em direcção ao litoral e às vilas sedes de distrito, em 1985 inicia-se uma migração, agora organizada, do lito-



ral para o interior, regressando os camponeses às localidades onde haviam sido forçados a sair. O "Centro" vê, gradualmente, a sua população reduzida aos moradores oriundos da localidade onde se situa, e que para aquele se tinham deslocado. Este processo de reinstalação da população rural deslocada, de acordo com as suas localidades de origem, muitas vezes em distritos diferentes, ainda não está completo, mas encontra-se numa fase bastante avançada. As estruturas provinciais fazem-no acompanhar por medidas de redimensionamento dos centros populacionais rurais, de acordo com as capacidades dos recursos naturais existentes, particularmente terra arável e água, para o que já se iniciaram alguns estudos em áreas consideradas prioritárias.

É nesta complexa situação que ressurgem, agora com mais força, as aldeias e se atinge um crescimento que nunca havia sido conhecido na província. Se até 1982 era no interior que se situava a grande maioria, em coincidência com os distritos de menor densidade demográfica, agora o litoral e os distritos meridionais também vêem surgir novos centros de povoamento rural. É pois evidente que os dois flagelos que se abateram de forma tão violenta sobre a população desta província (e de outras) levaram ao ressurgimento de factores de concentração que já haviam funcionado durante a luta armada de libertação nacional: a necessidade de a população rural se organizar em aldeias, para melhor se defender, produzindo.

Quadro 61 - População das aldeias comunais da província em 1982 e 1985/86

Distritos	1980		1985/86					
	População rural	Nº de A.C.	Pop. das A.C.	% do total distr.	População rural (a)	Nº de A.C.	Pop. das A.C.	% do total distr.
GOVURO	74.665	13	12.058	16,1	85.720	36	40.246	47,0
VILANCULOS	118.045	18	13.022	11,0	137.004	21	45.287	30,8
MASSINGA	222.970	2	556	0,002	255.983	10	8.518	3,3
HOMOÍNE	92.792	2	1.230	1,3	106.531	8	11.541	10,8
INHARRIME	67.514	2	580	0,009	77.511	3	811	1,0
MORRUMBENE	109.942	1	226	0,002	126.220	7	12.162	9,6
ZAVALA	90.862	1	585	0,006	104.316	3	4.212	4,0
PANDA	56.126	1	100	0,002	64.436	13	22.414	34,8
INHAMBANE	63.423	2	3.405	5,4	77.255	3	15.884	14,8
TOTAL	896.339	42	31.762	3,5	1.034.856	104	161.075	15,0

Fontes: 1º Recenseamento Geral da População-1980 e arquivos da Direcção de Agricultura.

(a) - Estimada a partir da população rural em 1980 com base numa taxa de crescimento médio anual de 2,9% $P_n = P_0 (1 + r)^n$.

O distrito de Govuro inclui os actuais distritos de Govuro e Mabote; Vilanculos inclui Vilanculos e Inhassoro; Massinga engloba Massinga e Funhalouro; Inhambane inclui as actuais cidades de Inhambane e Maxixe e o distrito de Jangamo.

Com raras excepções, a dimensão das aldeias de Inhambane não ultrapassa os 5.000 habitantes; mesmo as três excepções existentes (Pambarra em Vilanculos, Agostinho Neto e Marien N'Gouabi no antigo distrito de Inhambane), pertencem a aldeias onde ainda não foi concluído o regresso das famílias deslocadas às localidades de origem, pelo que nos próximos tempos a sua população deverá observar um relativo decréscimo. Apesar disso, em algumas aldeias a relação população/recursos não parece a melhor, provocando já o aparecimento de desequilíbrios com tendência para se agravarem, como sucede na Agostinho Neto, onde os aldeões já tiveram que mudar todo o espaço produtivo, pois o anterior atingiu um estado de esgotamento completo, tendo ficado transformado num verdadeiro areal. Isto não está apenas relacionado com a carga populacional excessiva mas, principalmente, com as técnicas de cultura utilizadas. Por isso, a aldeia viu o seu espaço susceptível de produção muito reduzido, o que implica a necessidade de redimensionar as áreas de cultivo, quer do sector cooperativo, quer do familiar.

Como se nota pelos dados dos quadros 62, 65 e 66, não se pode falar duma situação de estrutura dimensional hierarquizada regularmente em termos demográficos, com excepção do distrito do Govuro (actualmente Govuro mais Mabote), porque o maior número de aldeias se concentra num escalão intermédio, o que confere ao sistema características de homogeneidade.

A dimensão média das famílias apresenta uma considerável amplitude de variação entre os distritos (de 2,2 a 5,1 pessoas/família), a qual se torna, naturalmente, muito mais pronunciada, considerando as diferenças entre as aldeias (de 1,1 em Gumene para 10,7 na 3 de Fevereiro). Em muitos distritos, a dimensão média da família aldeã é inferior à média nacional e provincial rural (quadro 63). Isto pode ser explicado por três factores: (i) como sucede noutras províncias, também aqui as aldeias perdem população masculina adulta que vai procurar nas cidades ou no estrangeiro melhores condições de trabalho; (ii) a prolongada estiagem, que na província se fez sentir de forma dramática, trouxe consigo o flagelo da fome que vitimou milhares de pessoas, particularmente crianças; (iii) a guerra não tem poupado a vida dos camponeses, ceifando quer a de adultos, quer a de crianças. Não é, por isso, de estranhar que se encontrem aldeias, especialmente no interior, com famílias reduzidas a uma ou duas pessoas; é esta a situação dum grande número de aldeias de Funhalouro (localidade antes de 1986, e actualmente distrito).

Os valores muito elevados que se encontram, para a dimensão média da família, em algumas aldeias podem dever-se a situações em que, na mesma casa, vive uma família alargada, constituída por várias famílias nucleares com graus de parentesco próximos.

Quadro 62 - Dimensão demográfica das aldeias de Inhambane, por distrito

Distritos (a)	< 10.000 ≥ 5.000 habs.		< 5.000 ≥ 1.000 habs.		< 1.000 ≥ 500 habs.		< 500 habs.	
	1982	1985	1982	1985	1982	1985	1982	1985
	GOVURO	-	-	4	6	4	11	5
VILANCULOS	-	1	4	13	6	5	8	2
MASSINGA	-	-	-	4	-	2	2	4
HOMOÍNE	-	-	-	6	1	-	1	2
INHARRIME	-	-	-	-	-	1	2	2
INHAMBANE	-	2	1	1	1	-	-	-
MORRUMBENE	-	-	-	4	-	3	1	-
ZAVALA	-	-	-	1	1	1	-	1
PANDA	-	-	-	7	-	5	1	1
TOTAL	-	3	9	42	13	28	20	31

Fonte: Elaborado com base nos arquivos da direcção Provincial de Agricultura de Inhambane.

(a) - Divisão administrativa anterior a 1986.

Quadro 63 - Dimensão média da família em algumas aldeias em 1985

Distritos (a)	Média distrital	Aldeias	Pessoas/ /família	Aldeias	Pessoas/ /fam.
GOVURO	5,1	MACHACANE	4,7	PANDE	5,0
		CHIDOTANE	5,7	CHIMUNDA	6,5
VILANCULOS	5,0	PAMBARRA	5,7	MACHENGUE	4,6
		BELANE	3,6	MAPINHANE	4,2
		DOCOLO	3,0	MUNGONZE	6,0
		MACHOCOMANE	7,0	MACUNHE	2,2
		CHIGAMANE	4,5	MULUNGO	4,7
MASSINGA	3,5	CHIUNZE	6,0	MADAMO	1,8
PANDA	3,9	POLANA	5,0	MAFUNANHANE	2,5
		PAPO	7,0	BILANHANE	3,6
FUNHALOURO	2,2	TOME	5,0	GUMANE	1,1
		CHIPANGUE	2,2	MUCHAI	5,0

Fontes: Inquéritos de campo e arquivos da Direcção de Agricultura de Inhambane.

(a) - Distritos referentes à actual divisão administrativa.

Quadro 64 - Razão de masculinidade (Sr) de algumas aldeias,
em 1982

Distritos (a)	Média distr.	Aldeias	Sr	Aldeias	Sr
GOVURO	76,8	PANDE	93,8	NHAPELE	91,1
		MACHACANE	98,3	MUSSENGUE	99,6
		TESSOLO	99,5	MASHINGUIR	92,0
		PAPATANE	51,8	MALOCA	91,0
		TANGUANE	65,6	ZIMANE	74,9
		CHICHANGUE	79,5	MANHIQUE	42,7
		VILANCULOS	86,2	JOSINA MACHEL	95,8
BUCHANE	79,7			NGONHAMO	98,5
COMETELA	48,0			MAHUNGANE	94,9
DOCOLO	94,4			MAIMELANE	92,9
TIMANE	90,0			MALANGUTE	90,1
CACHANE	87,9			VULANGANE	76,3
NHOCOLO	74,4			MUKHOWE	72,3
HOMOÍNE	55,5	CHINDJINGUIRE	46,8	25 SETEMBRO	74,8
ZAVALA		CHIPOLE	52,3		
PANDA		JULIUS NYERERE			66,7

Fontes: Inquéritos de campo e Direcção Provincial de Agricultura de Inhambane.

(a) - A divisão administrativa usada é a anterior a 1986.

A razão de masculinidade calculada para 1982 também mostra, para um número considerável de aldeias, a grande emigração de mão-de-obra masculina; isto não é mais do que a manutenção duma situação que já vem de longe. Em alguns casos assiste-se mesmo a uma saída da maioria dos homens adultos.

3.3. O povoamento do sistema das aldeias comunais

A população rural da província de Inhambane, como sucedia em todo o país, distribuía-se numa forma de povoamento muito disperso e irregular, onde cada família (geralmente no sentido de família alargada) ocupava um espaço residencial-produtivo bem separado do de outras famílias. Este padrão de povoamento apenas era interrompido pelas vilas sedes de distrito e por algumas povoações comerciais ao longo das principais vias de comunicação da província. No litoral, as características de dispersão e irregularidade tornavam-se ainda mais evidentes devido à forma de ocupação e utilização da terra, com as plantações de coqueiros a estenderem-se, numa mancha contínua, de Sul a Norte da província. Não é pois de estranhar que fossem os distritos do litoral os que mais tarde e mais lentamente tivessem iniciado o processo de transformação do tipo de povoamento rural. Mesmo nos de Govuro e Vilanculos, que em 1982 concentravam a grande maioria das aldeias da província (73,8%), estas localizavam-se quase que exclusivamente no interior (fig. 48).

Até 1982 apenas estes dois distritos nortenhos haviam iniciado uma transformação algo significativa, com o aparecimento do sistema das aldeias comunais; os restantes

ainda não tinham registado qualquer modificação, pois somente possuíam uma ou duas aldeias. O sistema, naqueles dois distritos, apresentava nessa altura, tendência para um povoamento concentrado, com um início de possível hierar-

quização.

Quadro 65 - Distância média, densidade média e população média das aldeias comunais de Inhambane, por distrito, em 1982 e 1985/86

Distritos	1982			1985/86		
	P (km)	T (/100km ²)	\bar{x}	P (km)	T (/100km ²)	\bar{x}
GOVURO	38,3	0,07	927,5	23,0	0,19	1117,9
VILANCULOS	24,6	0,17	723,4	22,8	0,19	2156,5
MASSINGA	101,0	0,01	278,0	45,2	0,05	851,8
HOMOÍNE	31,2	0,10	615,0	15,6	0,41	1194,4
INHARRIME	29,7	0,11	290,0	24,3	0,17	566,0
INHAMBANE	29,7	0,11	1452,5	24,2	0,17	5294,7
MORRUMBENE	-	-	-	20,0	0,25	1751,1
ZAVALA	-	-	-	30,4	0,11	1404,0
PANDA	-	-	-	23,5	0,18	1586,5
TOTAL	40,0	0,06	733,7	25,7	0,15	1211,3

Foram dois factores extremamente negativos para a economia nacional, - as secas e a guerra -, que alteraram radicalmente a situação, fazendo surgir novas unidades de povoamento rural por toda a província. No entanto, continuam a ser os distritos do litoral-sul aqueles em que com mais dificuldade se transforma o tipo de povoamento. As formas de propriedade e uso da terra continuam a ter aqui uma influência marcante. Mas em 1985/86 a situação apresenta-se, em toda a província, substancialmente diferente da de 1982. Ela revela, em alguns distritos, certa tendência para um padrão de povoamento concentrado, iniciando-se eventualmente hierarquização entre os elementos do sistema. Outros distritos, pelo contrário, apresentam um sistema com povoamento de carac-

terísticas de agrupado, onde a homogeneidade é ainda o aspecto predominante. Continuam a ser os distritos do norte e do interior, a que agora se juntam os da extremidade sul, aqueles que apresentam maiores transformações, e onde o sistema começa a revelar certas características de heterogeneidade. Os distritos do centro litoral são os que mostram, dentro do sistema de aldeias comunais, um padrão de povoamento agrupado, pois a homogeneidade entre os elementos é evidente.

Quadro 66 - Grau de concentração do sistema das aldeias comunais de Inhambane

Distritos (a)	Ano	R	\bar{d}	Vd	s	Vs
GOVURO	1982	3.026	597,0	64,4	807,7	87,1
	1985	1.968	589,3	59,6	692,3	70,0
VILANCULOS	1982	1.615	374,3	51,7	494,3	68,3
	1985	7.564	1310,8	59,0	1971,4	88,8
MASSINGA	1985	2.662	588,0	69,0	762,9	89,5
HOMOINE	1985	2.097	540,9	45,3	686,2	57,5
INHARRIME	1985	244	209,3	37,0	137,0	24,2
INHAMBANE	1985	6.340	1775,5	38,9	1775,5	38,9
MORRUMBENE	1985	1.590	709,6	40,5	745,3	42,6
ZAVALA	1985	2.931	1126,7	80,2	1238,0	88,2
PANDA	1985	3.476	918,6	57,9	1047,5	66,0
PROVÍNCIA	1982	3.166	405,1	55,2	583,2	79,5
	1985	8.039	977,2	63,2	1385,0	89,5

(a) - Divisão administrativa anterior a 1986.

A manter-se a tendência observada em vários distritos e con-

seguinte-se concretizar o redimensionamento das aldeias que a província pretende levar a efeito, é natural que rapidamente todos eles venham a modificar substancialmente o tipo de povoamento actual e que o sistema das aldeias comunais adquira um padrão concentrado, onde se possa definir uma rede hierarquizada de centros rurais.

4. Província de Tete

Como para as restantes províncias, a divisão administrativa utilizada é a que vigorou até 1986.

4.1. Alguns aspectos gerais da população

Tete, a província mais ocidental e mais interior de Moçambique, é atravessada, em toda a sua extensão W-E, pelo rio Zambeze, tendo a particularidade de fazer fronteira com três países vizinhos: a NE e N, o Malawi; a N e E, a Zâmbia; a E e S, o Zimbabué.

Com uma superfície ligeiramente superior a 100 mil quilómetros quadrados (100.724 km^2) possuía, em 1980, uma população rural de 741.782 habitantes, segundo a hipótese apresentada na capítulo II deste trabalho. Considerando uma taxa média anual de crescimento de 2,8%, conforme estimativa da Direcção Nacional de Estatística para o período, a população rural da província, em 1983, atingia cerca de 805.900 habitantes.

Os distritos de Angónia, Moatize e Mutarara, que constituem a região oriental da província, fazendo fronteira com o Malawi, ocupam 21,6% do território provincial, e pertence-lhes 59,3% da população rural. Na realidade, com excepção destes, os restantes possuem densidades inferiores a 10 hab/km^2

(quadro 67). São aqueles três distritos que, em função do seu desenvolvimento económico, perdem menos população em idade de trabalhar, funcionando até, a nível da província, como centros de atracção de população de outros distritos.

Quadro 67 - Distribuição geográfica da população rural da província de Tete, por distritos, em 1980 e 1983

Distritos	1980		1983 (a)	
	População	Dens.	População	Dens.
CHANGARA	86.785	7,0	94.290	7,6
ANGÓNIA	213.688	31,9	232.150	34,7
MACANGA	60.848	3,4	66.110	3,6
MOATIZE	90.968	10,4	98.830	11,4
MUTARARA	135.348	21,5	147.040	23,4
MAGOÉ	10.333	1,4	11.230	1,6
MARÁVIA	33.631	2,5	36.540	2,7
ZUMBO	32.145	2,3	34.930	2,5
CHIÚTA	40.995	7,3	44.540	8,0
CABORA BASSA	37.041	5,0	40.240	5,4
TOTAL	741.782	7,4	805.900	8,0

(a) - População estimada com base na taxa média anual de 2,8%.

Fonte: Elaborado com base no Recenseamento de 1980.

A província de Tete, da mesma forma que as de Inhambane e de Gaza referidas atrás, perde bastante população masculina, pelo que a sua razão de masculinidade é bastante baixa (90), em relação à média do país. São os distritos fronteiriços aqueles que menores "sex-ratio" apresentam, como consequência do grande fluxo migratório de mão-de-obra masculina, em direcção, fundamentalmente, aos países vizinhos. Os distri-

tos de Moatize e Cabora Bassa, devido às actividades económicas que desenvolvem (extração de carvão e produção de energia hidro-eléctrica), são os únicos que têm razões de masculinidade superiores a 95.

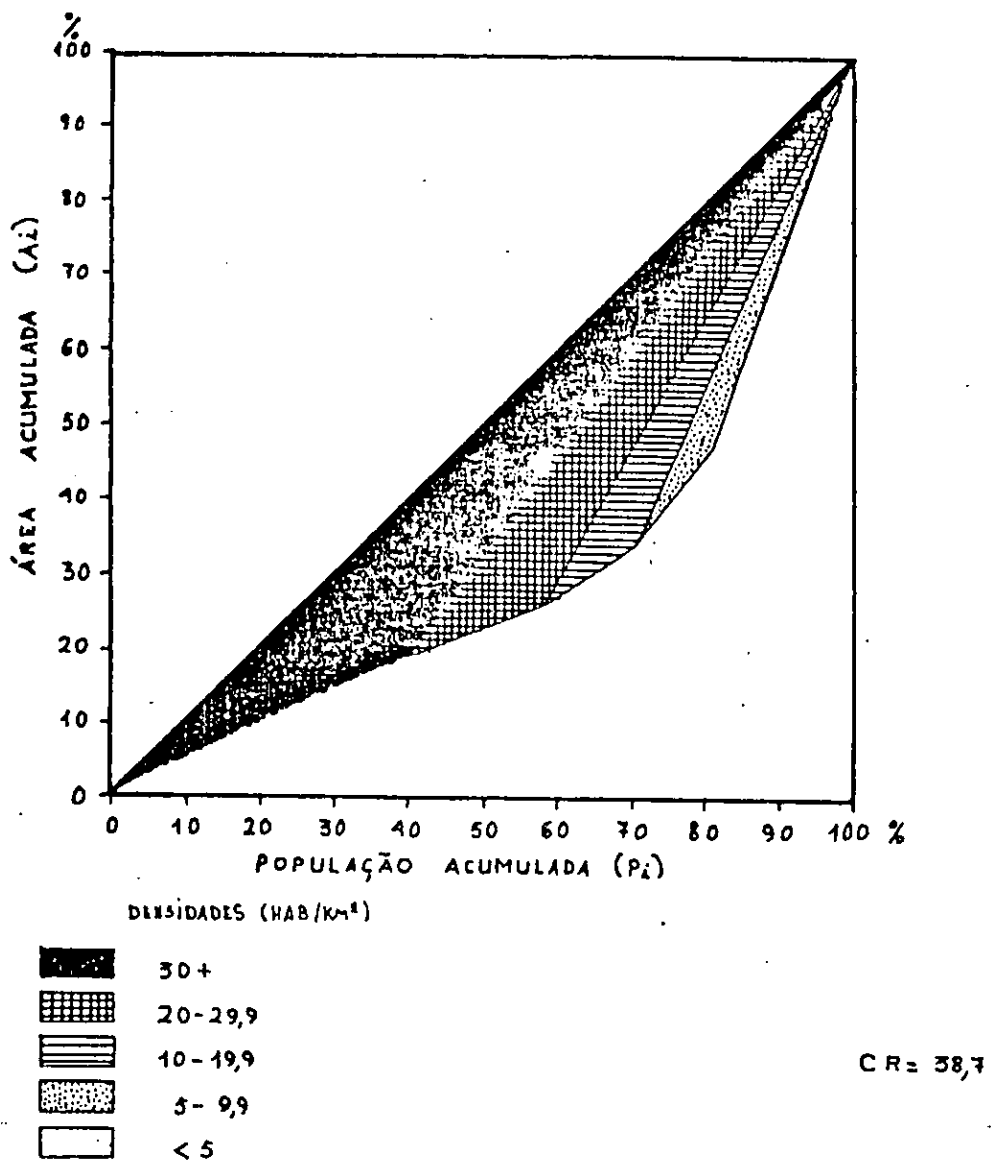
A dimensão média da família é, para o conjunto da província, de 4,3 pessoas, variando os valores distritais entre 3,9 em Moatize e 5,1 em Mutarara.

Como nas províncias já descritas, o povoamento rural na de Tete é também caracterizado por uma dispersão e irregularidade bastante acentuadas; a unidade familiar composta pela área de residência e a de produção tem uma importância fundamental, na procura dum equilíbrio estável população/recursos.

4.2. Origem e evolução das aldeias comunais em Tete

O processo de organização da população rural em aldeias comunais, nesta província, iniciou-se ainda durante a luta armada de libertação nacional. No início da década de 70, com o avanço desta, a população rural, organizada pela FRELIMO, para melhor se defender do exército colonial e do rodesiano que aqui actuava ao lado daquele, criou uma série de centros rurais comunitários, as aldeias comunais. O processo, neste período, desenvolveu-se sem que fossem possí-

FIG. 51 - CURVA DE LORENZ PARA A POPULAÇÃO RURAL DA PROVÍNCIA DE JETE - 1980



veis grandes preocupações com a localização das aldeias, pois elas instalavam-se em locais onde mais facilmente pudessem ser defendidas. Uma tal situação acarretou consequências para o futuro desenvolvimento destes centros rurais. Não tendo sido viável obter dados para este período importante, sabe-se, no entanto, que os distritos onde surgiu maior número de aldeias comunais foram os situados a norte do Zambéze, destacando-se os de Angónia e Zumbo, nos extremos norte-oriental e ocidental, respectivamente.

Para a fase imediatamente posterior à independência nacional e até 1979, também os dados são escassos, pelo que a análise terá que incidir sobre informações a partir de 1980 e até 1983. Mesmo para este período, não há informação suficiente para alguns distritos, em relação aos quais alguns dados serão incompletos. Contudo, os elementos disponíveis permitem, de forma bastante razoável, uma panorâmica geral das diferenças territoriais da distribuição das aldeias na província e de algumas das suas principais características.

Segundo as diversas fontes consultadas, em 1980 a província contava com 26 aldeias, que aglomeravam 7,3% da população rural. Até 1983 o processo continuou a um ritmo que, comparado com o de outras províncias, se pode considerar moderado. Este ritmo de crescimento mais lento poderia trazer algumas vantagens, pois deveria permitir uma maior capacidade de acompanhamento, orientação e apoio ao processo, o que, com poucas excepções, não se verificou.

Em finais de 1983 a província tinha 17,1% da sua população rural a viver nesta nova forma de povoamento. No entanto, a situação, quer em número de aldeias, quer em população que aglomeram, é muito diferente de distrito para distrito (quadro 68).

Quadro 68 - Distribuição das aldeias de Tete, por distrito, em 1980 e 1983

Distritos	1980			1983		
	Nº de alds.	População	% da pop. rural	Nº de alds.	População	% da pop. rural
CHANGARA	2	1.985	2,3	3	3.532	3,7
ANGÓNIA	5	14.737	6,9	5	19.000	8,2
MACANGA	2	2.675	4,4	3	11.700	17,7
NOATIZE	3	2.905	3,2	5	21.000	21,2
MUTARARA	6	24.236	17,9	11	53.000	36,0
MAGOÉ	1	1.566	15,2	1	1.700	15,1
MARÁVIA	2	1.501	4,5	6	5.400	14,8
ZUMBO	5	4.404	13,7	10	16.000	45,8
CHIÚTA	0	-	-	3	3.800	8,5
CABORA BASSA	0	-	-	2	3.500	8,7
TOTAL	26	54.009	7,3	49	138.632	17,2

Fonte: Elaborado com base nos arquivos do Gabinete de Comunicação Social, do Instituto Nacional de Planeamento Físico e da Direcção Provincial de Agricultura de Tete.

Se o número de aldeias teve, de 1980 a 1983, um acréscimo de 85%, a população nelas residente aumentou perto de 155%, o que, mais uma vez, demonstra que uma parte considerável deste crescimento demográfico se fez com a entrada de mais camponeses dispersos para as aldeias já existentes. Na realidade, alguns distritos não viram surgir, neste período, novas aldeias, mas as que já haviam sido edificadas conti-

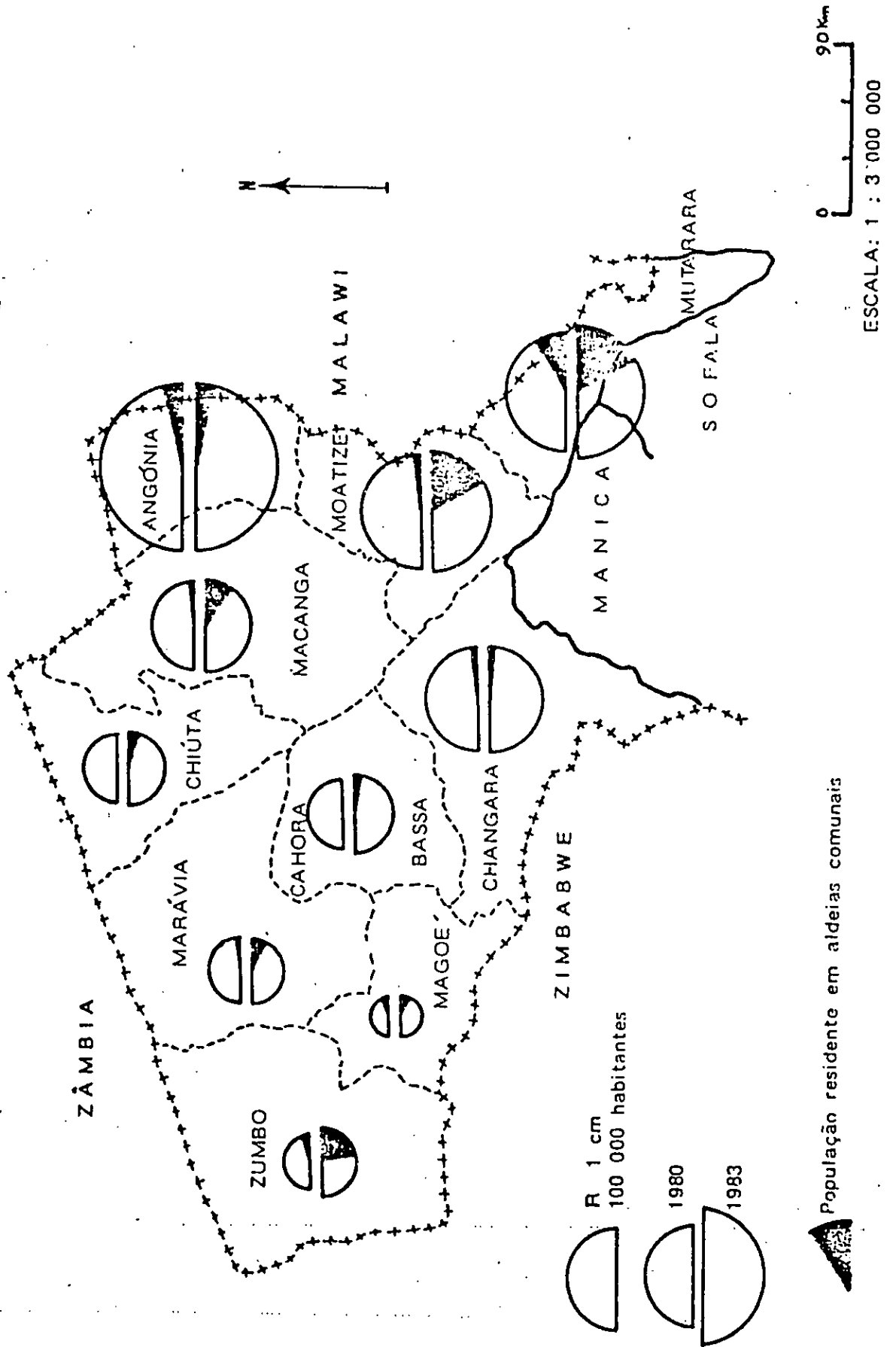
nuaram a receber população. São exemplo bem evidente os de Macanga e Moatize, onde foram construídas mais uma e duas aldeias, respectivamente, e que tiveram aumentos demográficos de 4,4 e 7,2 vezes.

Estas constatações levam a deduzir que os camponeses, tendo decidido viver em aldeias, preferem deslocar-se para aquelas que já existem do que criar outras. Isto conduz ao problema do dimensionamento e mesmo da localização e distribuição das aldeias.

Os distritos que possuem maior número destes centros rurais e as maiores percentagens de população a residir neles são os que constituem as extremidades oriental (Mutarara) e ocidental (Zumbo) da província (fig.52). A distribuição a nível distrital das aldeias nesta província é bastante mais complexa que nas anteriormente analisadas. Ao contrário destas, as calamidades naturais funcionaram como um factor de menor importância, com excepção do distrito de Mutarara; o mesmo sucede com a mobilização como factor de criação de aldeias, pois na província podem contar-se apenas dois ou três casos de aldeias que tenham surgido desta forma. Os factores que maior peso tiveram no desenvolvimento do processo foram, sem dúvida: (i) a luta armada de libertação nacional que deu origem a diversas aldeias comunais e condicionou

o aparecimento de vários aldeamentos que o regime colonial construía, para concentrar a população rural, tentando assim retirá-la da influência da FRELIMO: após a independência

Fig. 52 - PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALDEIAS COMUNAIS NA POPULAÇÃO RURAL. POR DISTRITO, EM 1980 E 1983



dência nacional estes aldeamentos foram transformados em aldeias a que se tentou dar uma vida comunal; (ii) logo que Moçambique se tornou num país independente, milhares de camponeses que se haviam refugiado nos países vizinhos regressaram, tendo-se organizado em aldeias que posteriormente foram recebendo população das regiões onde se haviam instalado (é o exemplo do Zumbo).

Tendo em consideração estes factores, podem compreender-se melhor as grandes diferenças existentes entre o Zumbo e Mutarara, por um lado, e Changara e Chiúta por outro.

A distribuição irregular do sistema, fruto de causas tão variadas, pode atribuir-se ao fraco enquadramento e acompanhamento do processo, de forma a orientá-lo adequadamente para melhor se poderem atingir os objectivos pretendidos. Esta província é também um exemplo da fraca adesão dos camponeses ao processo de modificação do padrão de povoamento através da mobilização, desde que não existam outros factores que os coloquem em situações de aceitarem trocar a sua unidade residencial/produtiva por uma forma de povoamento mais concentrada, onde o espaço residencial e o produtivo ficam separados. A situação torna mais complexa qualquer planificação futura para que se atinja uma distribuição territorial equilibrada e dimensões das unidades residenciais que não sejam uma fonte de problemas para o desenvolvimento das aldeias.

No que respeita à dimensão demográfica (figs. 53, 54 e 55), ela também apresenta diferenças bastante acentuadas de distrito para distrito (quadro 69). A população média das aldeias no conjunto da província pode considerar-se relativamente elevada (2.870 hab/aldeia); este número, no entanto, esconde valores distritais médios muito diferentes (4.818 em Mutarara e 900 na Marávia) (quadro 70). Das 48 aldeias existentes em 1983, apenas uma possuía um pouco mais de 10 mil habitantes, e com menos de 1.000 não se contavam mais que 14 (quadro 69); isto significa que a maioria das aldeias tinha uma população residente entre os 1.000 e os 5.000 habitantes. Nestas condições não se pode falar numa hierarquização completa, em termos demográficos, dentro do sistema, exceptuando talvez Mutarara, pois todos os distritos apresentam uma certa homogeneidade dimensional.

Quadro 69 - Dimensão demográfica das aldeias da província de Tete, por distrito, em 1983

Distritos	≥ 10.000 habs.	< 10.000 ≥ 5.000 habs.	< 5.000 ≥ 1.000 habs.	< 1.000 ≥ 500 habs.	< 500 habs.
ANGÓNIA	0	1	3	1	0
MACANGA	0	1	2	0	0
MARÁVIA	0	0	1	3	2
MUTARARA	1	2	7	1	0
ZUMBO	0	0	5	2	3
MOATIZE	0	2	2	1	0
CHANGARA	0	0	2	0	0
CHIÚTA	0	0	2	1	0
MAGOÉ	0	0	1	0	0
CABORA BASSA	0	0	2	0	0
TOTAL	1	6	27	9	5

Fonte: Arquivos do Gabinete de Comunicação Social.

4.3. O padrão de povoamento do sistema de aldeias comunais em Tete

Não atingindo ainda os 20% a população rural a viver neste novo tipo de povoamento, o processo de construção de aldeias comunais está, no entanto, a introduzir alterações na forma como os camponeses se distribuem no espaço; é verdade que estas transformações se estão a fazer sentir mais nuns distritos que noutros; alguns há em que se pode afirmar que pouco ou nada foi alterado. Os distritos onde se observaram modificações de certo vulto foram os do Zumbo e Mutarara assim como o de Moatize. Em contrapartida, os de Changara, Magoé, Cabora Bassa e Chiúta poucas ou mesmo nenhuma alterações registaram no seu sistema de povoamento disperso e irregular, não só pelo reduzido número de novas unidades de povoamento surgidas, mas também por estar envolvida uma população pouco ou nada significativa do distrito.

Quadro 70 - População média, distância média e densidade média do sistema de aldeias comunais de Tete, em 1980 e 1983

Distritos	1980			1983		
	\bar{x}	P (km)	T (/100km ²)	\bar{x}	P (km)	T (/100km ²)
ANGÓNIA	2947,4	36,6	0,07	3800,0	36,6	0,07
MACANGA	1337,5	95,2	0,01	3900,0	77,8	0,01
MARÁVIA	750,5	82,6	0,01	900,0	47,7	0,04
MUTARARA	4039,3	32,4	0,09	4818,2	23,9	0,17
ZUMBO	880,8	52,9	0,03	1600,0	37,4	0,07
MOATIZE	968,3	53,4	0,03	4200,0	41,3	0,06
CHANGARA	992,5	77,5	0,01	1177,3	63,2	0,02
CHIÚTA	-	-	-	1266,6	43,1	0,05
CABORA BASSA	-	-	-	1750,0	60,6	0,03
TOTAL	2077,3	61,9	0,03	2829,2	45,1	0,05

Fig. 53 - DISTRITO DE MUTARARA

Dimensão de algumas Aldeias em 1980 e 1983

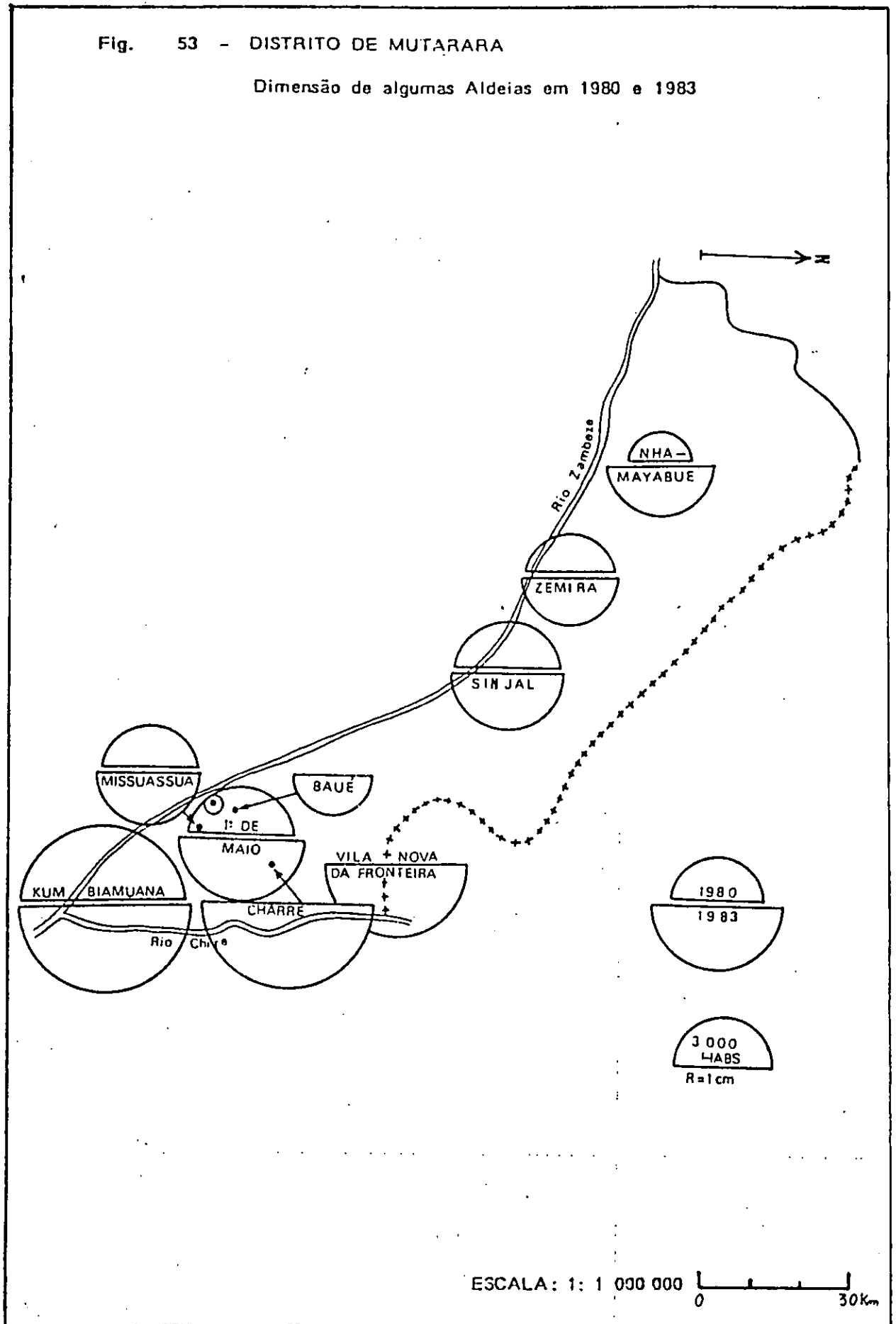
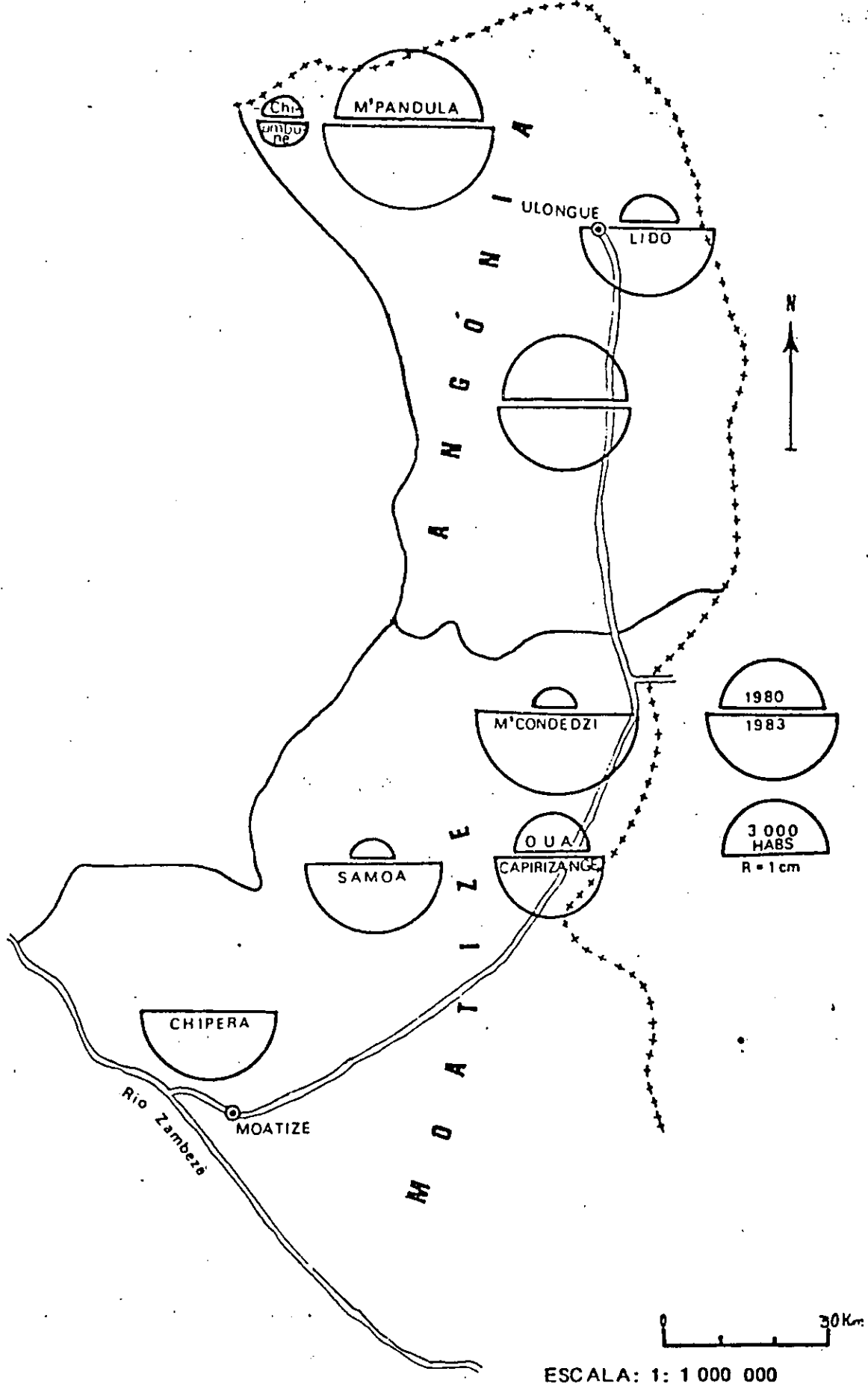


Fig. 54 - DISTRITOS DE ANGONIA E MOATIZE
Dimensão de algumas Aldeias em 1980 e 1983



Quadro 71 - Grau de concentração do sistema das aldeias comunais de Tete

DISTRITOS	Ano	R	\bar{d}	Vd	s	Vs
ANGÓNIA	1980	950	1928,9	65,4	2025,6	68,7
	1983	6050	2050,0	53,9	2225,8	58,6
MACANGA	1980	239	119,5	8,9	119,5	8,9
	1983	6400	2916,7	74,8	3014,2	77,3
MARÁVIA	1980	627	313,5	41,8	313,5	41,8
	1983	1070	358,5	39,8	368,1	40,9
MUTARARA	1980	7550	1639,3	40,6	2353,7	58,3
	1983	8476	2041,9	42,4	2825,5	58,6
ZUMBO	1980	1609	498,6	56,6	577,8	65,6
	1983	1700	719,6	45,0	834,6	52,2
MOATIZE	1980	1112	459,7	47,5	491,7	50,8
	1983	4000	2012,8	47,9	2308,9	55,0
CHANGARA	1980	507	253,5	25,5	253,5	25,5
	1983	571	230,2	19,6	248,0	21,1
PROVÍNCIA	1980	8792	1369,3	65,9	1913,4	92,1
	1983	10400	2167,0	75,5	2655,5	92,5

Considerando a província no seu conjunto, as aldeias comunais já representam um padrão de povoamento que, não podendo ainda ser classificado como concentrado, apresenta tendência para tal (quadro 71).

Ao fazer-se a análise distrital, constata-se que a realidade é bastante diversificada, com distritos onde se observa nítida tendência no sentido duma maior heterogeneidade entre os elementos do sistema, e outros que mostram tendência para uma ainda maior homogeneidade.

C A P Í T U L O I V

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO DAS ALDEIAS COMUNAIS

Ao longo deste capítulo serão utilizados alguns conceitos e termos que nem sempre têm definições simples e homogêneas; a sua adaptação a situações concretas torna-se, por vezes, complexa, sem que haja consenso entre os especialistas. Por isso, afigura-se de interesse, para melhor compreensão do que a seguir se vai expôr sobre o espaço produtivo das aldeias comunais em Moçambique, apresentar algumas noções que melhor se ajustem à situação em análise. Não se pretende, longe disso, entrar no campo polémico sobre este ou aquele conceito e muito menos criar definições teóricas próprias. Contudo, quando necessário, far-se-ão as adaptações que se julguem imprescindíveis e mais convenientes.

Comece-se por analisar o conceito de estrutura agrária que, segundo Carlos A. Medeiros, "(...) recobre o conjunto de relações entre o homem e a terra que cultiva ou aproveita de outra forma" (MEDEIROS, 1982, p. 3). Este é um conceito bastante estável, no tempo, pois as transformações apenas ocorrem como consequência de grandes viragens políticas e económicas; quer dizer que as estruturas agrárias "(...) constituem um dado estável, bem mais estável que o sistema agrí-

cola ou o próprio sistema de produção" (MEDEIROS, 1982, p. 4): as transformações políticas e económicas são marcos históricos da vida de um Povo, que perduram muito tempo. Henrique de Barros acrescenta que os sistemas de economia agrícola por ele definidos "(...) constituem um aspecto básico das estruturas agrárias (...), mas não são de modo algum suficientes para as definir, indispensável se tornando tomar também em consideração outros aspectos: demográficos, sociológicos, institucionais, jurídicos, políticos, etc., para conseguir apresentar, numa visão integral, o enquadramento das actividades de produção agrícola que constituem esses complexos sócio-económicos designados por estruturas agrárias" (BARROS, 1982, p. 18). Neste contexto, devem aqui destacar-se os laços de natureza política e jurídica, pois os primeiros têm um papel importante no tipo de transformações que eventualmente se introduzam, por exemplo, no domínio da propriedade da terra, o que acarreta definições de natureza jurídica que institucionalizem aquelas; é esta a situação quando se opta pela utilização privada da terra (propriedade) ou, pelo contrário, quando esta é pertença da Comunidade ou do Estado, que concedem o direito do seu usufruto; neste último caso não se pode pois falar em propriedade, mas sim em exploração agrícola.

As unidades de produção agrícola apresentam uma grande diversidade de características de variada natureza; em termos de organização económica é possível reuni-las num determinado número de sistemas de organização da economia agrícola

(BARROS, 1982), em função de algumas semelhanças entre as características mais típicas. Esta diversidade, decorrente das grandes diferenças existentes na agricultura, até dentro do mesmo país ou região, assenta, segundo Henrique de Barros, em sete motivos básicos: " 1) objectivo económico visado; 2) relações humanas entre o empresário e a empresa; 3) posição assumida em face do mercado de produtos; 4) posição assumida em face do mercado de factores; 5) atitude manifestada em matéria de cálculo económico; 6) estrutura do custo da produção; 7) origem da energia adicionada (pelo agricultor) à energia solar incidente" (BARROS, 1982, p. 5). É assim que H. de Barros, citando Robert Badouin, refere sete modalidades fundamentais dos sistemas de economia agrícola, cada um dos quais susceptível de subdivisões, de acordo com o desenvolvimento da agricultura, sendo aliás muito comuns as situações que se podem considerar intermédias em relação aos tipos puros. São eles: agricultura de subsistência; agricultura de dependência fundiária; agricultura de tráfico; agricultura camponesa; agricultura empresarial (capitalista); agricultura colectiva; agricultura a tempo parcial (BARROS, 1982, p. 13).

Para C.R. Spedding, um sistema é "(...) um grupo de componentes actuando uns sobre os outros, operando em conjunto para um propósito comum, capazes de reagir como um todo a estímulos externos (...)" (SPEDDING, 1979, p. 18). Com base nesta definição, o autor considera os seguintes sistemas agrícolas: agricultura de subsistência e culturas itineran-

tes; nomadismo pastoril; sistemas de agricultura mista; sistemas de produção agrícola comercial; sistemas de produção animal; sistemas de produção alimentar industrial. Parece que nesta definição e respectiva classificação se misturam alguns conceitos diferentes, e se põe o acento fundamental no destino da produção e na tecnologia utilizada por cada um dos sistemas, no que se aproxima daquilo que H. de Barros designa por "sistemas de produção agrícola" (BARROS, 1982) e Carlos A. Medeiros por "sistemas de produção" (MEDEIROS, 1982). Segundo aquele, "(...) sistema de produção agrícola pode definir-se como sendo a combinação das produções e dos factores no seio da unidade produtiva (...)" (BARROS, 1982, p. 8). Em agriculturas evoluídas podem observar-se diversas combinações, porque os factores disponíveis são muitos e é grande a possibilidade de se desenvolverem várias produções; já o mesmo não acontece em sistemas de produção rudimentares, onde as combinações são muito limitadas.

Se a agricultura é um mundo de diversidade, um dos aspectos onde esta mais se faz sentir é nas formas como o agricultor exerce a sua actividade com o objectivo de obter a melhor produção possível. A este propósito, refere Carlos A. Medeiros que "na actividade do agricultor, sobressaem os esforços para a obtenção dum lote de espécies vegetais, reduzido ou variado, com base em técnicas tanto quanto possível eficazes (fertilização dos solos, domínio da água, instrumentos agrícolas, etc.); além disto, o homem que trabalha a

terra dedica-se também, em boa parte dos casos, à pecuária, conferindo-lhe maior ou menor relevância, e não negligencia, sempre que possível, certas formas de recolocação ou de protocultura: todos estes aspectos em conjunto, diferentemente combinados nas mais diversas situações, definem o chamado sistema de cultura ou sistema agrícola, cujo grau de complexidade é, portanto, muito variável" (MEDEIROS, 1982, p. 3).

Este conceito é bastante semelhante ao que Ester Boserup apresenta para os sistemas tradicionais de utilização do solo.

As duas definições englobam ao mesmo tempo as diferentes tecnologias empregadas no trabalho agrícola, desde as mais rudimentares até às mais modernas, e as formas como as parcelas são utilizadas (existência ou não de pousio, rotações de culturas, consociações de produtos, etc.). Para um melhor entendimento do desenvolvimento tecnológico da produção agrícola e das transformações que se operam ao nível das formas de utilização do solo, parece ser, por vezes, de utilidade procurar separar estes dois aspectos, podendo identificar-se o primeiro como tecnologia agrícola e reservando para o segundo a designação de sistemas de culturas.

Tendo em atenção as definições e conceitos aqui recordados, sem se pretender que sejam únicos, e reconhecendo a sua complexidade, dir-se-á que o espaço produtivo agrícola das aldeias cominais em Moçambique é dominado por dois sistemas de organização da economia agrícola: a agricultura camponesa, formada pelas unidades familiares; a agricultura colectiva,

composta pelas cooperativas agrícolas. No presente trabalho, o primeiro destes sistemas será normalmente designado por agricultura familiar, já que é o termo oficialmente utilizado em Moçambique e todo o trabalho é assegurado pelos membros da família. No entanto, distingue-se perfeitamente da agricultura de subsistência, igualmente de base familiar, na medida em que já tem um peso considerável na produção de excedentes para a comercialização, como mais adiante se salientará. O segundo sistema apenas se encontra representado na sua variante cooperativa, pelo que, geralmente, aparecerá sob a designação de agricultura cooperativa.

Embora de forma embrionária, um outro sistema começa a surgir dentro do espaço das aldeias comunais: é a pequena ou média exploração privada que, apesar de ter um contributo fundamental do trabalho familiar, já emprega alguma mão-de-obra assalariada. Não sendo ainda uma agricultura empresarial, já não se pode designar simplesmente de familiar, pelo facto de empregar trabalho pago; é preferível considerá-la como semi-familiar, embora se reconheça ser facilmente criticável a justeza de tal designação.

Os sistemas de produção em Moçambique variam desde os que visam maioritariamente o autoconsumo, até aos que pretendem exclusivamente a comercialização do que é obtido (casos do algodão, girassol, etc., tanto na agricultura familiar como na cooperativa, e da maior parte da produção cooperativa).

A terra é pertença do Estado, que confere, por lei, o seu usufruto gratuito e enquanto é utilizada, à agricultura familiar e cooperativa. Não se pode portanto falar em propriedades agrícolas, na medida em que este conceito pressupõe a posse da terra, mas sim em explorações agrícolas, para designar quer as unidades familiares e cooperativas, quer outras unidades de produção agrícola. Com vista a uma melhor sistematização deste aspecto, e tendo por base a síntese elaborada por Joaquim S. Lourenço na sua obra "Associativismo de produção na agricultura" (LOURENÇO, 1981, p. 296 e 297), retenha-se, para a propriedade da terra nas aldeias comunais, o seguinte esquema simples:

Tipos de unidades produtivas	Propriedade da terra	Equipamento	Outros bens fundiários
Explorações cooperativas	<ul style="list-style-type: none">Propriedade do Estado que dá à cooperativa o direito de fruição perpétua gratuita.	<ul style="list-style-type: none">Propriedade da cooperativa.Em alguns casos ainda é propriedade do sócio (equipamento simples).	<ul style="list-style-type: none">Todas as construções e melhoramentos são propriedade da cooperativa.
Explorações familiares	<ul style="list-style-type: none">Propriedade do Estado que confere à família o direito de fruição gratuita enquanto a trabalhar.Pode passar de pais para filhos.	<ul style="list-style-type: none">Propriedade privada.	<ul style="list-style-type: none">A habitação e outras instalações que constroem são propriedade da família.

Os sistemas de cultura ou formas de uso do solo, sendo bastante diversos, podem agrupar-se, contudo, nas formas de "pousio curto", "colheita anual" e "colheitas múltiplas", da classificação de Ester Boserup. Esta diversidade não diz apenas respeito ao pousio, mas também se observa na existência ou ausência de rotações de culturas, assim como na prática de diferentes consociações.

No domínio da tecnologia, encontram-se modalidades entre o emprego exclusivo de instrumentos de trabalho tradicionais (a enxada e a catana) e o do tractor e da moto-bomba, por exemplo.

Esta grande diversidade resulta da fase de transformação por que está a passar a agricultura, não apenas das aldeias comunais, mas de todo o país, e em que se procura, com maior ou menor êxito, convertê-la na base necessária do desenvolvimento nacional.

1. Criação dum novo tipo de espaço produtivo agrário

A estrutura agrária e as relações de produção criadas pelo sistema colonial, assim como o nível de desenvolvimento das forças produtivas correspondentes, servindo perfeitamente os objectivos do sistema, e por isso virados quase que exclusivamente para a exportação, não permitiam satisfazer as reais necessidades da economia do país, designadamente ao

nível do consumo da população local e de fornecimentos à indústria implantada no território moçambicano, dentro da própria lógica duma situação colonial. Com a independência nacional, iniciou-se um processo de transformação profunda da estrutura e relações agrárias que, de acordo com os princípios políticos definidos pela FRELIMO, começou pela nacionalização da terra, principal meio de produção para este ramo da economia.

Durante o período colonial o espaço rural era ocupado por dois sistemas de organização da economia agrícola claramente distintos: a agricultura familiar (que por vezes se confunde com a de subsistência), constituída por pequenas unidades dispersas trabalhadas pela família; a agricultura empresarial (capitalista), constituída pelas plantações e outras grandes empresas agro-pecuárias, e pelas empresas médias. Embora com pequena expressão territorial, devem ainda referir-se os colonatos que constituíam uma forma de organização económica agrícola diferente, embora o principal destino da sua produção fosse a indústria local e a exportação.

As unidades empresariais, que correspondiam, segundo um apuramento de 1970, a cerca de 3,0% (2,98%) do número total de unidades agrícolas existentes no país, ocupavam 72,4% da superfície total e 56,6% da superfície agrícola, enquanto às unidades familiares cabiam menos de 30% (27,6%) da primeira e 43,4% da segunda (quadro 72). Esta relação entre os dois sistemas era bastante semelhante em todas as províncias

(fig. 56), variando apenas o tipo de empresas predominantes - que no Norte eram as plantações e, no Centro e Sul, as grandes empresas agro-pecuárias e as empresas médias.

Quadro 72 - Distribuição territorial das unidades familiares (UF) e empresariais (UE) em 1970

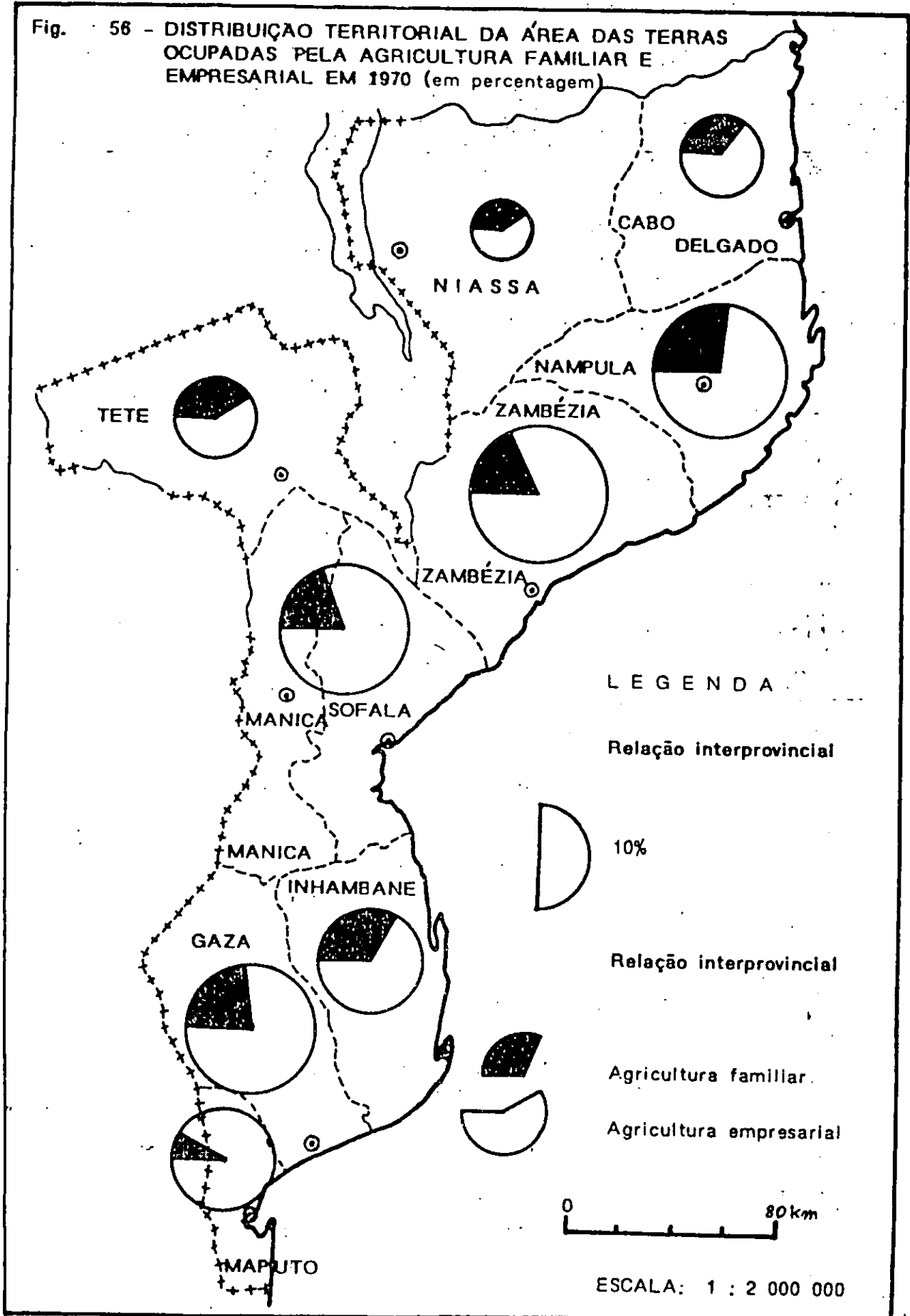
Províncias	Relação interprovincial				Relação intraprovincial			
	Sup. total (%)		Sup. agrícola (%)		Sup. total (%)		Sup. agrícola (%)	
	UF	UE	UF	UE	UF	UE	UF	UE
NIASSA	5,5	2,4	5,5	4,3	41,0	59,0	44,9	55,1
CABO DELGADO	8,9	4,8	8,9	7,6	36,4	63,6	43,0	57,0
NAMPULA	19,5	16,9	19,5	20,8	26,2	73,8	37,4	62,6
ZAMBÉZIA	14,0	18,9	14,0	18,2	18,5	81,5	32,9	67,1
TETE	8,0	3,5	8,0	6,0	41,2	58,8	45,5	54,5
MANICA E								
SOFALA	13,4	17,0	13,4	14,9	19,5	80,5	36,4	63,6
INHAMBANE	12,3	7,5	12,3	9,7	33,7	66,3	44,9	55,1
GAZA	14,0	14,1	14,0	11,7	23,5	76,5	43,2	56,8
MAPUTO	4,5	14,8	4,5	6,7	8,0	92,0	29,9	70,1
.....								
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	27,6	72,4	43,4	56,6

Fonte: Elaborado com base em "Estatísticas Agrícolas de Moçambique 1970. Lisboa, Ministério do Ultramar, Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique, 1973".

De dimensões reduzidas (2 ha, em média), o maior número das unidades familiares concentra-se nas províncias de Nampula e Zambézia (quadro 73) e as culturas tinham três destinos:

- o autoconsumo (produtos como a mandioca, o amendoim, o milho, a mapira...);
- o abastecimento do mercado interno, com os excedentes

Fig. 56 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA ÁREA DAS TERRAS OCUPADAS PELA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPRESARIAL EM 1970 (em percentagem)



da produção (amendoim, milho e mandioca);

- a exportação (produções de cajú e algodão).

Quadro 73 - Distribuição territorial das unidades familiares em 1970 (em percentagem)

Províncias	Superfície	Número
NIASSA	5,5	3,9
CABO DELGADO	8,9	8,1
NAMPULA	19,5	25,2
ZAMBÉZIA	14,0	22,5
TETE	8,0	7,1
MANICA E SOFALA	13,4	10,4
INHAMBANE	12,3	9,4
GAZA	14,0	9,8
MAPUTO	4,5	3,6
.....
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado com base em "Estatísticas Agrícolas de Moçambique 1970. Lisboa, Ministério do Ultramar, Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique, 1973".

Nas unidades empresariais distinguem-se, no essencial, e segundo critérios dos recenseamentos agrícolas e de publicações sobre o assunto da Comissão Nacional do Plano, quatro tipos:

- as plantações, caracterizadas pela incorporação de capital estrangeiro, maioritariamente não português, e com culturas especializadas - monoprodução (cana-de-açúcar, sisal, palmeiras...): predominam nas províncias nortenhas de Nampula e Zambézia;

- as grandes empresas agro-pecuárias, de carácter marcadamente latifundiário, especificadas por nelas se cultivar mais que um produto, conjugando-se normalmente algodão, milho e arroz, e se proceder à criação de gado bovino: espalhadas um pouco por todo o país, têm a sua maior concentração nas províncias de Manica, Sofala, Zambézia, Gaza e Maputo;
- as empresas médias, onde predomina a presença de capital português, rodesiano, sul-africano e inglês, restringem-se, no território e na exploração agrícola, a concentrações dedicadas à cultura do tabaco (50% da área em Nampula) e a faixas de pomares e produção de hortícolas à volta das principais cidades.

Os colonatos, unidades agrícolas médias (por vezes, mesmo pequenas) dirigidas pela administração colonial, constituem o quarto tipo, com características muito próprias: são trabalhados por colonos portugueses recrutados entre os camponeses mais desfavorecidos do seu país, que eram aliciados através de promessas de prosperidade, com o fim de alcançar objectivos muito concretos da política colonial, nomeadamente a criação dum povoamento rural europeu em determinadas áreas. As principais unidades deste tipo encontram-se em Gaza (produção de arroz), Cabo Delgado (algodão) e Niassa (milho).

A relação entre os dois sistemas de organização da economia agrícola que acabam de ser apresentados, é dominada pelo peso do espaço ocupado pelas unidades de 20 ha e mais (qua-

dros 74 e 75).

Quadro 74 - Relação entre o número de unidades e a superfície ocupada, segundo a dimensão

Classificação segundo a dimensão das unidades	Nº de unidades		Superfície	
	Nº	%	Ha	%
TOTAL	1.652.328	100,0	4.981.053	100,0
< 0,5 ha	306.077	18,5	92.116	1,8
de 0,5 a 1,9 ha	952.866	57,7	1.089.025	21,9
de 2,0 a 4,9 ha	344.162	20,8	979.691	19,7
de 5,0 a 19,9 ha	45.029	2,7	336.175	6,7
≥ 20,0 ha	4.194	0,3	2.484.046	49,9

Fonte: CASAL, 1986, p. 207.

Quadro 75 - Relação entre as unidades familiares e empresariais

	UE		UF	
	Nº	%	Nº	%
Nº de unidades (a)	49.223	2,98	1.603.105	97,02
Superfície (b)	2.820.221	56,62	2.160.832	43,38
Relação $\frac{b}{a}$	57,29	-	1,35	-

Fonte: Elaborado com base em "Estatísticas Agrícolas de Moçambique 1970. Lisboa, Ministério do Ultramar, Misão de Inquérito Agrícola de Moçambique, 1973".

Considerando que as unidades familiares têm dimensões que nunca, ou muito raramente, atingem os 5 ha, fácil se torna estabelecer a relação existente entre o sistema familiar e o empresarial.

As grandes diferenças entre os dois sistemas não se observam apenas em termos de superfície ocupada e do número de unidades; são de igual modo notórias ao nível da produtividade da terra, sempre desfavorável para o sector familiar, em função não apenas da tecnologia e dos sistemas de cultura utilizados, mas também do facto de aquele ser repellido para as terras menos férteis. No entanto, mesmo no sector empresarial, a produtividade é bastante baixa (quadro 76).

Quadro 76 - Alguns valores da produtividade da terra nos sistemas familiar e empresarial, em 1970

Culturas	Sector empresarial			Sector familiar		
	Ha	Ton	Ton/ha	Ha	Ton	Ton/ha
Arroz	30.235	56.294	1,86	46.654	42.463	0,91
Milho	31.988	38.140	1,19	801.249	335.052	0,42
Algodão	46.774	46.410	1,00	304.510	92.589	0,30

Fonte: Estatísticas agrícolas de Moçambique 1970 e CASAL, 1986, p. 210.

É sobre este pano de fundo que Moçambique, logo após a conquista da independência, procura definir a política que julga mais adequada para o seu desenvolvimento, tendo sempre em conta o lugar de primordial importância que a agricultura deve desempenhar na melhoria do bem estar do Povo e no desenvolvimento social e económico de todo o país. Colocava-se pois o problema: não servindo para o desenvolvimento do país a estrutura agrária implantada pelo colonialismo, a qual visava atingir objectivos claramente definidos pelo

sistema, que estrutura e sistemas de organização adoptar, em função da orientação política definida?

Esta não é uma questão nova. Desde há muito que técnicos e especialistas a debatem e emitem as mais diversas, e por vezes antagónicas, opiniões (NALLET, 1983). Era inevitável que a polémica chegasse também a Moçambique, quanto mais não fosse, veiculada pelos especialistas cooperantes que, quase fatalmente, procuram defender as suas ideias, mesmo que, por vezes, não tenham muito a ver com a realidade onde procuram integrar-se.

Durante muito tempo imperou a ideia da industrialização da produção agrária, assente nas grandes explorações e consequente eliminação da pequena unidade, apesar de a parte fundamental da produção agrícola estar, "(...) pelo menos nos países de economia de mercado, à responsabilidade da produção familiar" (KONINCK, 1985, p. 161). Outras correntes surgiram pondo em causa a anterior, e dando importância fundamental à unidade agrícola familiar e às suas formas de integração na economia global.

Em Moçambique esta questão revestia-se de especial interesse: tendo adoptado uma via de desenvolvimento que estabelecia como condição necessária a socialização do campo, levantava-se o problema de integrar centenas de milhares de pequenas unidades familiares que, para alguns autores, como unidades individuais, têm como lei inerente "(...) a degra-

dação progressiva das condições de produção e o encarecimento dos meios de produção" (GRAVILOV, 1981, p. 121 e 122), e, para outros, mais atentos à realidade dos países mais pobres, constituem uma forma de produção "(...) capaz de fornecer produtos alimentares a preços pouco elevados (...)" e "(...) longe de serem um fenómeno aberrante (...), aparecem-nos ao longo do seu processo como um aspecto do desenvolvimento do conjunto das formas sociais" (NALLET, 1983, p. 61).

Não é fácil definir uma política agrária e ter, logo à partida, a certeza do seu êxito. Moçambique fez a sua opção com base na experiência acumulada nas "zonas" libertadas durante a luta armada e no conhecimento de experiências diversas de outros países, consciente das dificuldades e das críticas que teria que enfrentar, mas considerando essa a melhor forma de desenvolver o país em benefício da população trabalhadora. No entanto, como se verá, o processo não tem sido linear e isento de erros, comportando avanços e recuos para readaptar a política agrária às necessidades do desenvolvimento.

Com o objectivo de transformar a estrutura criada pelo regime colonial e substituí-la por uma que responda à implementação duma sólida base agrícola, uma das primeiras medidas adoptadas pelo Governo foi, como já atrás se referiu, a nacionalização de toda a terra e dos recursos naturais, dando cumprimento ao artigo 8º da Constituição que estabe-

lece: "A terra e os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas territoriais e na plataforma continental de Moçambique, são propriedade do Estado. O Estado determina as condições do seu aproveitamento e do seu uso". Fica assim consagrada a abolição da propriedade privada da terra, cabendo ao Estado conceder o direito do seu uso e aproveitamento, sem que possa ser vendida ou alienada.

Complementando a Constituição, em 1979 é aprovada a LEI DE TERRAS onde se estabelece que "(...) o uso e o aproveitamento da terra pelo sector estatal e cooperativo seja atribuído a título gratuito e definitivo" (LEI DE TERRAS, 1980, p.17), tornando bem clara a opção em favor da agricultura colectiva em forma de cooperativas e de empresas estatais.

Durante os primeiros anos, a agricultura familiar, ao contrário do estipulado por lei e diversas vezes repetido em orientações do Partido Frelimo, foi marginalizada, apostando-se apenas na média e grande exploração colectiva (e mais nesta do que naquela); isto leva a que, por vezes, se afirma que ela foi abandonada. Parece uma afirmação apressada e baseada apenas numa prática incorrecta, pois a Lei atribui, de igual modo, o uso e aproveitamento gratuito da terra às explorações familiares, que define como "(...) as que têm em vista satisfazer as necessidades do agregado familiar e que não empregam trabalho assalariado" (LEI DE TERRAS, 1980, p. 21). Aliás, a exploração da terra a título privado também está contemplada, embora com carácter oneroso e

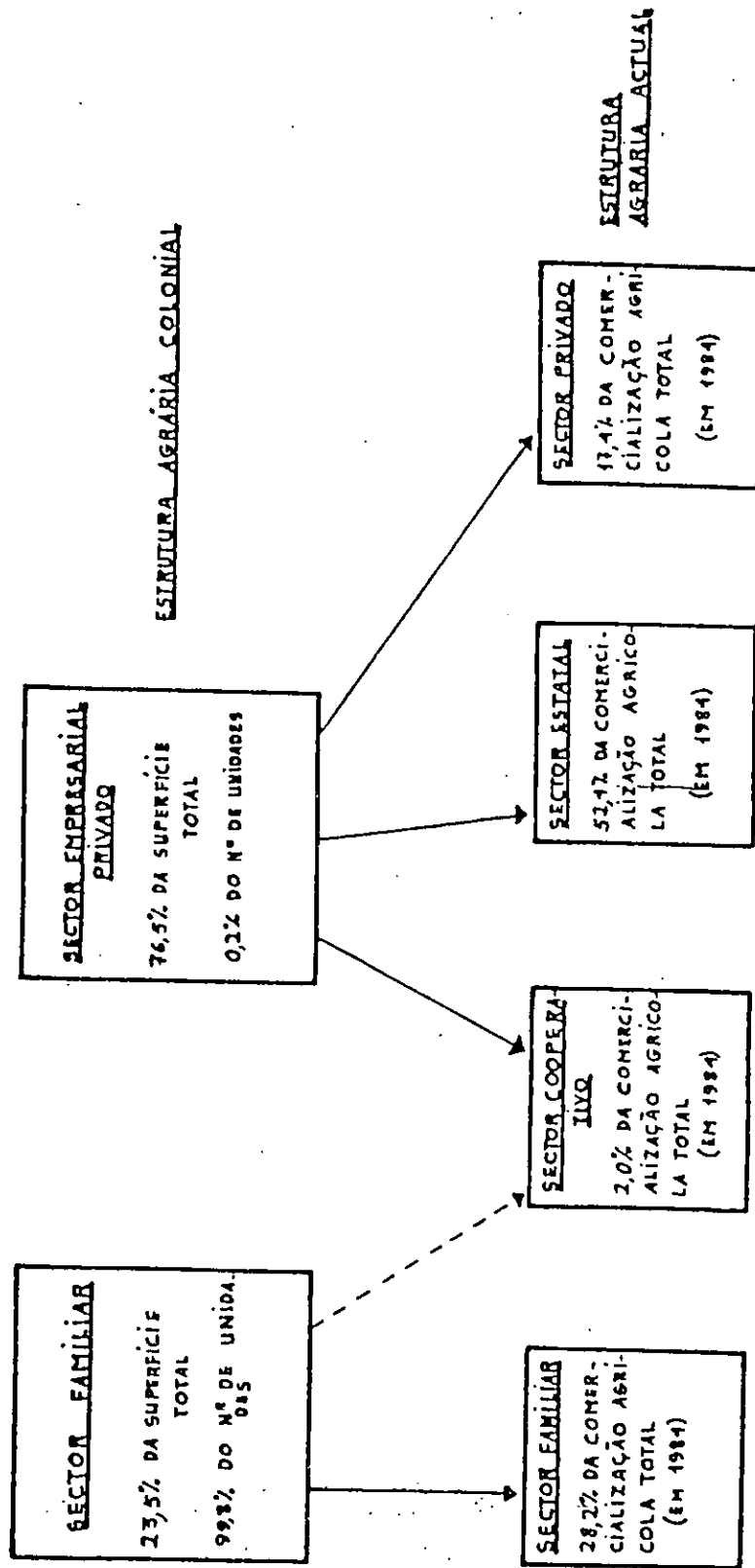
devendo inserir-se nas directivas de planificação do Estado.

Os princípios constitucionais e a LEI DE TERRAS orientam-se claramente no sentido de impulsionar e regulamentar o processo de socialização do campo com base na agricultura colectiva, quer estatal, quer cooperativa, mas mantendo os sistemas de organização da economia agrícola familiar e empresarial (sector privado), embora secundarizados em relação ao primeiro.

Desta forma, dum a estrutura agrária apoiada em dois sistemas agrícolas - o familiar e o empresarial (capitalista)-, passa-se para uma estrutura composta por três sistemas distintos: familiar, colectivo (estatal e cooperativo) e empresarial (privado). Esta nova estrutura constrói-se, no fundamental, a partir da existente no período colonial (fig. 57).

Colocam-se assim, como requisitos para o desenvolvimento do processo de socialização do campo, a concentração da produção e a extensão das formas de exploração estatal e cooperativa. Por isso surge, inevitavelmente, um novo tipo de espaço produtivo, em estreita relação com o tipo de espaço povoado, também novo.

FIG. 57 - ESQUEMA TEÓRICO DA TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE



2. O espaço familiar e o cooperativo

É conhecida a importância da economia camponesa, neste caso representada pela agricultura familiar, nos países menos desenvolvidos que, como Moçambique, têm por base económica a agricultura. Essa importância advém não só do peso da produção alimentar, onde se revela "(...) como a forma de produção de produtos alimentares socialmente mais eficiente" (NALLET, 1983, p. 61), mas também porque dela vive, exclusiva ou complementarmente, cerca de 80% da população moçambicana.

A concentração das unidades familiares no quadro das aldeias comunais cria as condições básicas para orientar e apoiar o funcionamento produtivo destas unidades, mas inevitavelmente, em novos moldes de organização espacial, o que obriga ao melhoramento dos sistemas de cultura e da tecnologia utilizada.

Comparando a situação existente imediatamente antes da independência no que respeita à distribuição territorial das unidades familiares (quadro 73), com a que se verifica em 1982, dentro dos limites das aldeias comunais, constata-se alguns progressos no processo de concentração produtiva (quadro 77).

Esta distribuição apresenta grandes desequilíbrios regionais, encontrando-se as maiores concentrações nas províncias de Cabo Delgado e Gaza, e as menores nas da Zambézia e de

Maputo. Se a situação nas duas primeiras e na última reflecte o número de aldeias existentes, já o mesmo não sucede em Nampula, com um grande número de aldeias, o que leva a pensar que a concentração de população, nesta província, não foi acompanhada, ao mesmo nível, pela das machambas familiares. Isto significa que os aldeões continuam a trabalhar as antigas parcelas de terra dispersas, facto que vem reforçar o que já atrás foi dito acerca do processo de formação das aldeias comunais nesta província.

Quadro 77 - Distribuição territorial das unidades familiares em 1982 (em percentagem)

Províncias	Unidades familiares		Grau de concentração das UF nas aldeias comunais
	Sup.	Nº	
NIASSA	4,4	3,5	26,2
CABO DELGADO	44,4	45,1	60,4
NAMPULA	5,9	8,5	10,0
ZAMBÉZIA	1,3	2,7	3,5
TETE	4,6	4,7	19,0
MANICA	5,7	6,4	13,8
SOFALA	6,4	7,4	15,4
INHAMBANE	4,8	4,1	12,5
GAZA	21,1	16,5	49,0
MAPUTO	1,2	1,1	7,9
.....
TOTAL	100,0	100,0	29,0

Fonte: Arquivos do Ministério da Agricultura.

A concentração das unidades familiares dentro do espaço produtivo das aldeias é um processo de ordenamento territorial, que se estabelece a partir da fixação da superfície atribuída a estas unidades, a qual tem vindo a aumentar nos últimos anos, em função da qualidade dos solos e do acesso

à água. Deve dizer-se que o ordenamento territorial, no processo das aldeias comunais, é todo um conjunto de acções tendentes a organizar de forma regular os espaços residencial e produtivo, atribuindo-se-lhes um território determinado, de modo a nele mais facilmente se inserirem medidas de dimensionamento das aldeias e de parcelamento das unidades produtivas.

A concentração e o ordenamento territorial das machambas familiares têm efeitos produtivos que marcam a sua evolução. No entanto, como se verá mais adiante, as consequências nem sempre foram positivas, o que tem vindo a provocar uma certa degradação do sector, e parece querer confirmar a tese segundo a qual uma maior concentração de população que leve "(...) a uma intensificação do sistema agrícola para aumentar a produção (...)" tem como consequência uma diminuição da produtividade do trabalho se "(...) não intervém nenhuma inovação técnica susceptível de modificar essa tendência decrescente (...)" (BEGUIN, 1974, p. 271). Na realidade, não parece que esta seja toda a verdade, pois outros factores intervêm e com uma influência bem marcante.

A produção do sistema de agricultura familiar conserva os destinos (autoconsumo, mercado interno e exportação) do período colonial, mas o peso de cada um deles variou substancialmente em favor do autoconsumo, devido à quebra verificada nos circuitos de comercialização e ao abandono de culturas de rendimento em favor de culturas alimentares (man-

dioca, milho, amendoim, arroz, hortícolas, etc.).

Desde o início que se colocou, como requisito para o desenvolvimento do processo de socialização do campo, além da concentração da produção e da população, a necessidade de se alargar a produção cooperativa. A LEI DE TERRAS, para dar força a este objectivo, favorece a criação de unidades cooperativas agrícolas, estabelecendo, no seu artigo 16, que "(...) o Estado estimula e apoia a integração das explorações familiares isoladas em cooperativas agrárias, particularmente, nas zonas de planeamento agrário planificado" (LEI DE TERRAS, 1980, p. 21). Parece existir aqui uma certa contradição com o facto de a mesma Lei conceder, a título gratuito, a exploração da terra para unidades familiares, o que sugere uma convergência com as teorias que defendem que "(...) toda a política que encoraje ou consolide a exploração individual retarda o advento do socialismo (...)" (NALLET, 1983, p. 45). Aliás, logo no início do processo de formação das cooperativas se verificou que estas não surgem da "integração das explorações familiares" enquanto espaço territorial, pois a própria dispersão contrariava essa integração, como sucedeu em alguns países da Europa. Na realidade, surge um novo espaço produtivo familiar concentrado no território da aldeia, podendo manter-se o antigo, disperso, o que é bastante frequente em algumas regiões: O espaço cooperativo é criado, por isso, quer a partir de antigas unidades privadas abandonadas - situação muito frequente -, quer em terras não cultivadas; conhecem-se poucos casos de forma-

ção de cooperativas por integração de parcelas familiares, e quando isto sucede as famílias recebem uma nova parcela dentro do espaço produtivo da aldeia, onde instalam a sua machamba.

A política inicialmente definida para a socialização do campo preconiza que o processo se inicia pela concentração e cooperativização da produção agrícola, a qual levará à concentração da população; quer isto dizer que a organização do espaço produtivo deve ser anterior à do residencial. A prática, no entanto, com poucas exceções, tem revelado o desenrolar do processo de forma inversa. É a partir dum espaço residencial previamente organizado que posteriormente se estabelece o espaço produtivo. Neste último, necessariamente limitado pela distância e por condições naturais, organizam-se as unidades familiares e as cooperativas agrícolas.

Como já foi referido no capítulo anterior, a localização das aldeias e o seu crescimento demográfico não têm tido a orientação e planificação mais adequadas. Isto faz com que, em grande número de casos, o espaço produtivo disponível, dentro de limites razoáveis em relação ao local de residência, seja insuficiente para comportar os dois tipos de empresas agrícolas com dimensões que satisfaçam as necessidades dos aldeões, tendo em conta que a tecnologia e os sistemas de cultura vigentes não se coadunam com uma grande intensificação agrícola. Esta situação acarreta o apareci-

mento de conflitos, em termos de espaço, entre as cooperativas e as machambas familiares. Um exemplo flagrante encontra-se na aldeia Filipe Samuel Magaia, no distrito de Mueda, onde não há machambas familiares, porque a cooperativa da aldeia e as unidades colectivas duma outra aldeia muito próxima ocupam todas as terras férteis; também noutras aldeias se observam situações similares que levam ao afastamento cada vez maior das unidades familiares para alargamento do espaço cooperativo, ou então é este que tem que ficar muito afastado, porque as machambas familiares já ocupam as terras mais próximas.

Quando se faz a distribuição da terra, não é raro que os solos de maior fertilidade sejam atribuídos à cooperativa, ficando as unidades familiares limitadas aos terrenos que restam, por vezes de fertilidade medíocre. Esta situação é mais flagrante no caso do aproveitamento de vales; apesar de a área mínima para a machamba familiar ter sido definida em um hectare, raramente o espaço é suficiente para satisfazer todas as famílias, após a atribuição da área cooperativa, optando-se então por reduzir as parcelas, ou por estender excessivamente o território da aldeia. Casos houve em que a unidade colectiva aumentou a sua área à custa da inclusão, nem sempre voluntária e pacífica, das unidades familiares circundantes.

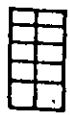
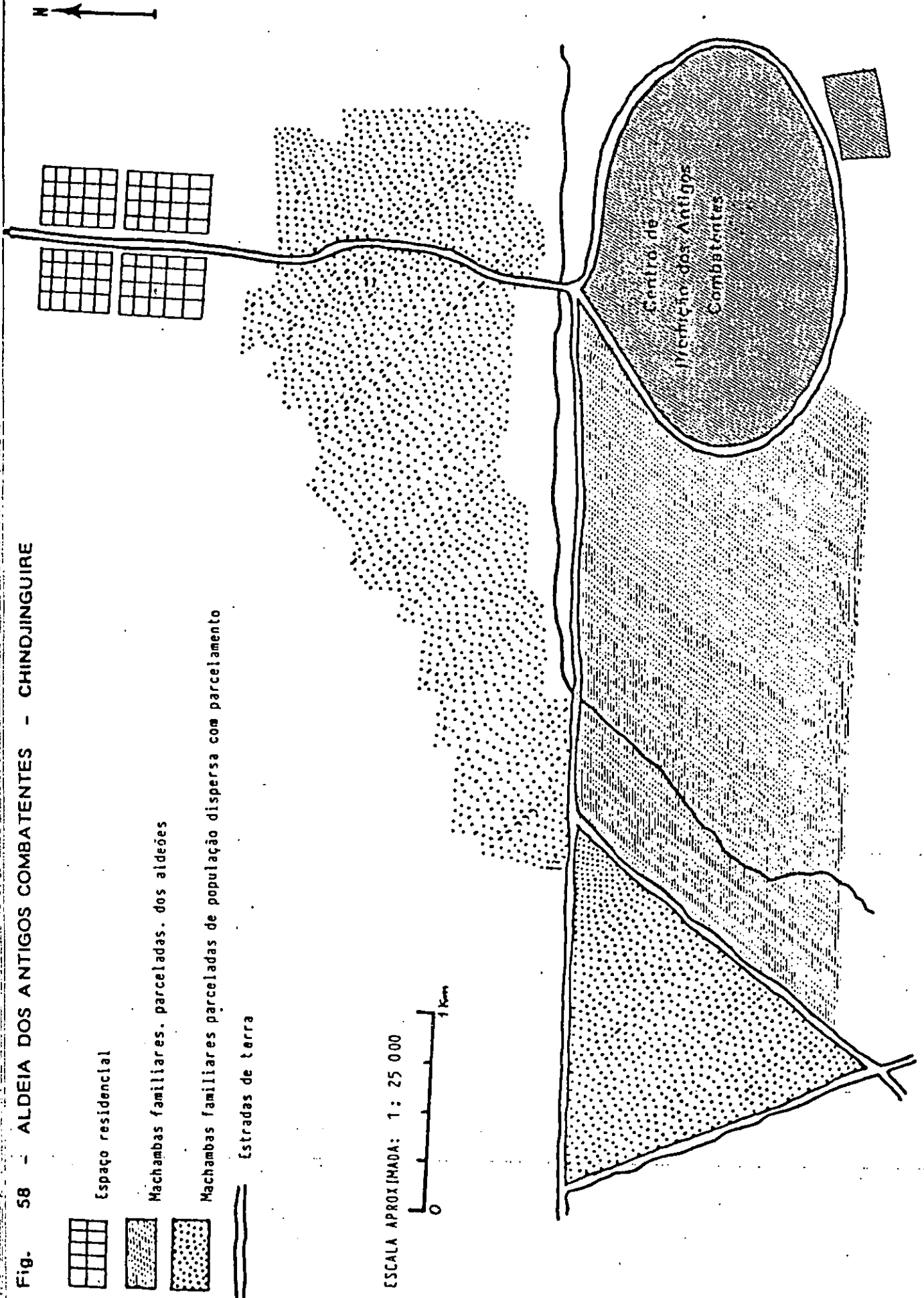
Se o sector familiar não ficou abandonado durante a implementação do processo de socialização do campo, foi bastante

marginalizado, pelo que entra em confronto com o sector em relação ao qual as relações deveriam ser de complementaridade e simbiose. Para corrigir esta situação tornou-se necessária uma intervenção mais directa e eficaz, do que resultou o reforço do sistema de organização da economia da agricultura familiar, com atribuição de maiores áreas em solos férteis e maior apoio em factores de produção. Ao mesmo tempo que se verificou esta acção, também se iniciou o parcelamento das terras (divisão do espaço produtivo da aldeia em parcelas regulares, devidamente dimensionadas e limitadas, num ordenamento territorial contínuo) com resultados positivos (Chindjinguire, em Homoine, por exemplo). No entanto, os camponeses continuam a considerar que a área atribuída para as suas machambas é pequena; na verdade, esta varia muito de caso para caso, em função da terra disponível e do número de famílias aldeãs, mas, com algumas excepções, não ultrapassa 1 a 2 ha por família.

No espaço produtivo de numerosas aldeias ainda se intercalam áreas de machambas pertencentes a população que permanece dispersa, as quais já existiam antes da instalação daquelas (fig. 58), ou então de pequenas ou médias unidades privadas (agricultura semi-familiar, utilizando trabalho assalariado) de aldeões.

Uma outra situação também é muito frequente: os camponeses, ao deixarem a sua unidade residencial/produtiva dispersa, para se fixarem na aldeia, nem sempre abandonam, em defini-

Fig. 58 - ALDEIA DOS ANTIGOS COMBATENTES - CHINOJINGUIRE



Espaço residencial



Machambas familiares. parceladas. dos aldeões



Machambas familiares parceladas de população dispersa com parcelamento



Estradas de terra

ESCALA APROXIMADA: 1 : 25 000



tivo, o antigo espaço produtivo familiar, muito particularmente se nele possuem árvores de fruta, cajueiros ou coqueiros, ou então se deixam um vale e na aldeia têm que fazer a sua machamba em terrenos menos férteis. Se a antiga machamba fica suficientemente perto da aldeia, é integrada no novo espaço, mas se fica afastada, surge uma situação em que resulta, para a aldeia, como que a existência duma segunda área produtiva, familiar, fora daquilo que se pode considerar, em termos de distância do centro, o território da aldeia. É evidente que isto tem consequências na produção.

Em forma de síntese, podem definir-se três modelos para o actual território das aldeias comunais; estes são resultado do que foi possível observar através do trabalho de campo realizado:

- (i) - no primeiro modelo, onde o parcelamento ainda não foi iniciado, observa-se a existência de dois espaços produtivos: no primeiro, as unidades familiares dos aldeões e a unidade cooperativa intercalam-se, sem qualquer planificação, com machambas de população dispersa; o segundo, mais ou menos afastado, é constituído pelas antigas machambas dispersas dos actuais aldeões (fig. 59);
- (ii) - o segundo modelo distingue-se do anterior pelo facto de não existir o espaço formado pelas an-

tigas unidades familiares dispersas dos aldeões, podendo verificar-se a existência de um parcelamento embrionário; continua a observar-se a intercalação de machambas familiares de população dispersa no espaço produtivo da aldeia;

(iii) - o terceiro e último modelo apresenta já um nítido parcelamento, com áreas definidas para as unidades cooperativa e familiares (fig. 60).

Esta situação da organização do espaço é reflexo dum processo ainda muito recente e afectado por factores que têm dificultado a planificação e a orientação mais correctas, que permitam corrigir os erros cometidos.

Desde o início do processo que, de forma mais ou menos explícita, se idealizou um modelo tipo. No entanto, as características físicas, económicas e sociais diferem de região para região, pelo que não parece viável admitir a existência dum só modelo de organização do espaço produtivo para os novos centros rurais. Por isso, poder-se-á pensar que a situação apresentada pelos três esquemas aqui referidos, advém duma certa contradição entre um modelo que se pretendeu impôr como ideal, mas que nunca se definiu adequadamente, e aquilo que constitui a realidade possível, num mundo onde persiste forte tradição da família rural como unidade de trabalho e valorização dum espaço individual.

Fig. 59- Modelo 1 - ESPAÇO PRODUTIVO DA ALDEIA SEM QUALQUER PARCELAMENTO E DIFICIENTE ORGANIZAÇÃO

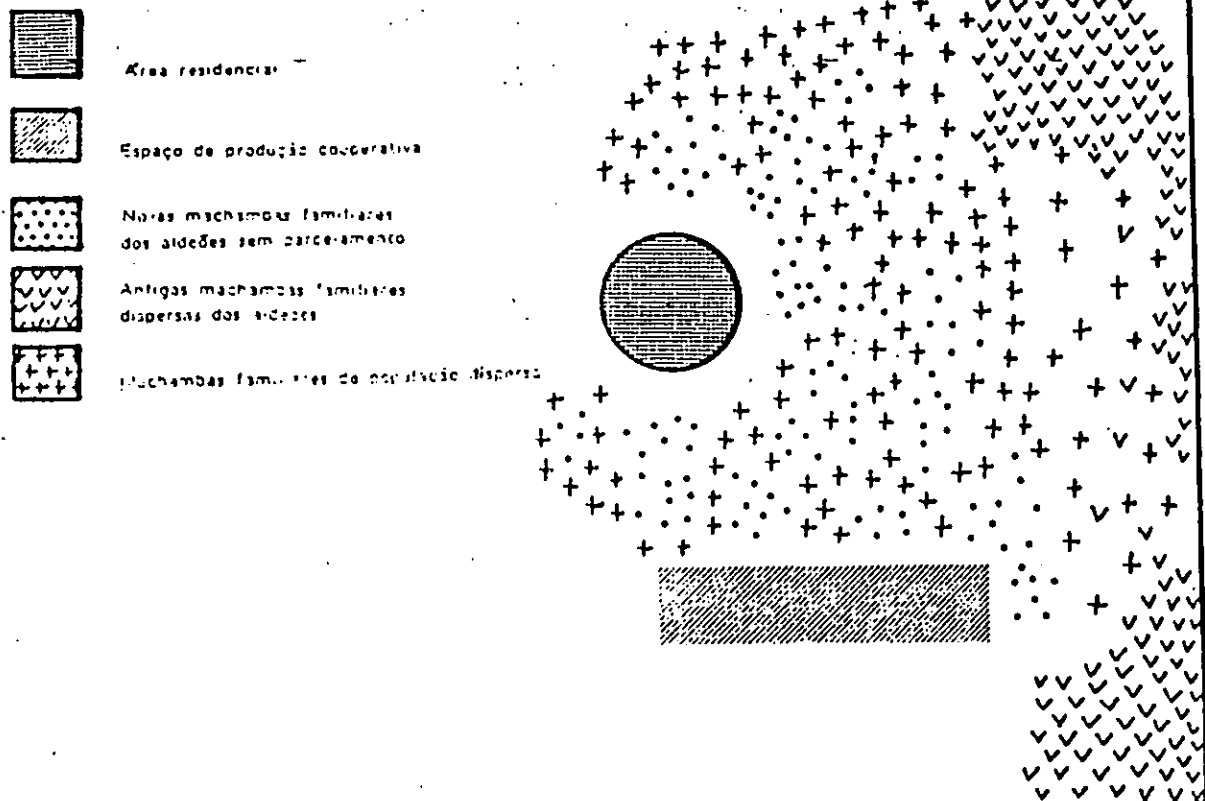
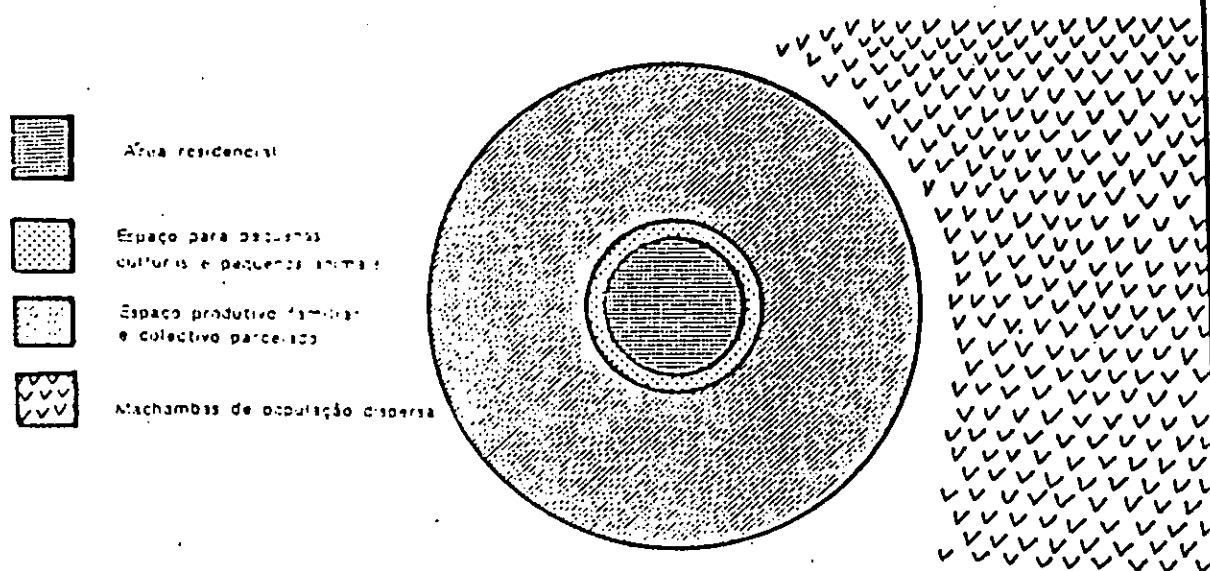


Fig. 50- Modelo 3 - ESPAÇO PRODUTIVO DA ALDEIA COM PARCELAMENTO



Um aspecto ligado ao espaço produtivo das aldeias comunais diz respeito à cobertura vegetal; questão tanto mais importante, quanto é certo que "(...) o papel da floresta numa acção de aproveitamento da terra voltada para uma reconciliação estável com a natureza pode ser basilar (...)" (BARROS, 1981, p. 124). A concentração da produção e também da população está a levar a um abate indiscriminado de toda a vegetação dentro do território da aldeia, com a agravante de, quase sempre, se fazer utilizando o método de queimadas. Isto acarreta consequências negativas diversas, como sejam: facilitar o caminho à erosão dos solos, acelerando o seu empobrecimento; fazer escassear, nas proximidades da aldeia, o combustível lenhoso, tão importante para a vida dos camponeses; destruir espécies arbóreas que, em muitas províncias, constituem uma das principais fontes de rendimento económico, pois produzem excelentes madeiras. Este problema não tem sido encarado em todas as suas consequências, pelo que não se conhece nenhum exemplo de implantação duma nova aldeia que, no seu espaço produtivo, veja contemplada a necessidade de inclusão duma área florestal.

3. As cooperativas de produção agrícola

Muito se tem escrito sobre o processo de cooperativização agrícola em Moçambique, havendo as opiniões mais contraditórias, desde as muito favoráveis até às completamente derrotistas. Não é fácil elaborar um estudo completo para o

conjunto do país, por os dados disponíveis não serem suficientes e apresentarem algumas contradições. Parte dos trabalhos sobre esta matéria têm-se apoiado, fundamentalmente, no estudo de casos, utilizando técnicas de amostragem. Assim, talvez não seja muito lícito generalizar conclusões extremadas, quer negativas (CASAL, 1986), quer demasiado positivas (SANTOS, 1984).

O III Congresso do Partido Frelimo, realizado em Fevereiro de 1977, definiu a necessidade de desenvolvimento, apoio e protecção ao movimento cooperativo que estava a dar os primeiros passos um pouco por todo o país. Em Julho de 1979 foi aprovada a LEI nº 9/79 com o objectivo de "(...) dar um enquadramento legal às actividades cooperativas, bem como de definir um conjunto de princípios que regulem, em moldes uniformes, o processo de constituição, registo e funcionamento das cooperativas" (LEI DAS COOPERATIVAS, p. 2).

Esta Lei, no seu artigo 1, define as cooperativas como "(...) organizações de natureza colectiva que realizam uma actividade sócio-económica sem exploração do homem pelo homem e cujos membros são trabalhadores que em regime de livre associação, contribuem com bens ou serviços para a concretização dos objectivos definidos na presente lei" (LEI DAS COOPERATIVAS, p. 2). Esses objectivos centram-se na necessidade de, através duma actividade económica com base em acções de ajuda mútua entre os membros, promover o seu bem-estar material, social e cultural. Volta a ser reafirmado

que as cooperativas agrícolas serão um meio de "(...)acelerar a introdução de métodos agrícolas modernos, assegurar um melhor suprimento de bens e melhorar a produção de excedentes" (REPORT FAO/WFP/WMO, 1980).

As cooperativas agrícolas das aldeias comunais são formadas por aldeões que fornecem trabalho e, em alguns casos, meios de produção, e constituem uma das componentes do espaço produtivo destas. Logo de início se definiu, como objectivo, que todas as aldeias deviam ter uma cooperativa agrícola, o que ia ao encontro da própria definição de aldeia comunal. Aquele objectivo está, no entanto, longe de ser atingido, talvez pelas dificuldades que estas unidades têm enfrentado, pelos fracos resultados que, numa grande parte delas, são obtidos, e pela inversão mais ou menos generalizada do processo de edificação das aldeias comunais. A nível geral do país existe um grande desequilíbrio entre o número de cooperativas agrícolas e o de aldeias comunais (quadro 78). É certo que, entre 1977/78 e 1981/82, se assiste a uma ligeira redução desse desequilíbrio, mas, segundo as estatísticas disponíveis, em 1982 mais de 70% das aldeias não possuem unidades colectivas agrícolas. Deve aqui fazer-se uma rápida chamada de atenção para o seguinte: inúmeras aldeias criaram unidades produtivas que se designam por "machambas colectivas", pois pertencem a toda a comunidade aldeã, a qual, dum forma ou doutra, nela participa com o seu trabalho; mas, porque não obedecem aos princípios gerais definidos para as cooperativas, as estatísticas não as consideram, ha-

vendo, por isso, falta de informação sobre estas unidades, que não deixam de pertencer ao sistema de agricultura colectiva, e que elevariam bastante a relação cooperativas/aldeias. De acordo com a FAO, em 1980 havia 52 unidades deste tipo com 4.120 membros (famílias) e ocupavam uma área de 1.199 ha cultivados (REPORT FAO/WFP/WMO, 1980). Mas estas "machambas colectivas" estão a ter uma vida efémera, pois não recebendo qualquer tipo de apoio e ficando entregues unicamente à boa vontade dos aldeões, são secundarizadas em relação aos outros tipos de unidades agrícolas, acabando por ser abandonadas.

O mesmo relatório da FAO indica, para este ano (1980), a existência de 313 cooperativas, com 24.641 membros e 21.677 ha. Num período de quatro anos (1976-1980) o número de unidades cooperativas criadas pode considerar-se razoável mas, como o crescimento do número de aldeias foi muito mais acentuado, a relação manteve níveis sempre elevados. Contudo, entre as províncias observam-se diferenças notórias (quadro 79).

Somente as províncias de Maputo e da Zambézia apresentam uma situação em que o número de cooperativas é superior ao de aldeias. Isto talvez possa explicar-se pelo facto de, nestas províncias, o movimento de formação de aldeias ter um início mais lento e, por isso, maior possibilidade de planificação e orientação; surgem até algumas aldeias com mais que uma cooperativa agrícola, como é o caso da aldeia Tanin-

ga, no distrito da Manhiça, com seis unidades colectivas e, no mesmo distrito, a aldeia da Ilha Josina, com 11, formando uma União de cooperativas. Por isso, não se pode afirmar que, mesmo nestas províncias, todas as aldeias têm uma cooperativa agrícola. Os valores para Maputo e Zambézia também podem estar afectados pelo facto de se contarem cooperativas agrícolas que não estão inseridas em aldeias comunais.

Quadro 78 - Relação entre o número de cooperativas agrícolas e de aldeias

Anos	Nº de coop.	Nº de aldeias	% de aldeias com cooperativa
1977/78	180	857	21,0
1978/79	300	-	-
1979/80	327(1)	-	-
1980/81	351	-	-
1981/82	375	1.362	27,5

Fontes: Elaborado com base nos arquivos do Ministério da Agricultura e do Instituto Nacional de Planeamento Físico.

(1) A ligeira diferença em relação aos valores indicados pela FAO (-7), pode explicar-se pela rápida evolução do número de cooperativas, e porque poderão ter sido obtidos em alturas diferentes do mesmo ano.

A situação de Cabo Delgado merece uma reflexão e estudo cuidado (que não é objectivo deste trabalho), pois sendo a província onde uma grande parte das aldeias surgiu durante a luta armada de libertação nacional e sempre com produção colectiva, apresenta, actualmente, a relação mais baixa do país, em conjunto com a província central de Manica. Isto

significa que naquela houve um retrocesso muito grande no movimento cooperativo, que pode ser consequência da junção de aldeias (ver capítulo III) que não agradou aos habitantes, da forma de mobilização adoptada e dos fracos resultados produtivos conseguidos em anos consecutivos, o que terá levado os aldeões a virarem-se mais para a produção familiar.

Quadro 79 - Relação entre o número de cooperativas e de aldeias comunais por província em 1981/82

Províncias	Nº de coop. (a)	Nº de aldeias (b)	Relação $(\frac{a}{b})$
NIASSA	44	63	0,70
CABO DELGADO	29	543	0,05
NAMPULA	29	260	0,11
ZAMBÉZIA	64	39	1,64
TETE	31	41	0,76
MANICA	6	111	0,05
SOFALA	25	88	0,28
INHAMBANE	16	47	0,34
GAZA	37	123	0,30
MAPUTO	70	47	1,49

Fonte: Elaborado com base nos arquivos do Ministério da Agricultura.

O número de membros por cooperativa, entre 1977/78 e 1981/82, teve um decréscimo relativo no conjunto do país (quadro 80) e passou de cerca de 139 para, aproximadamente, 98.

Esta relação também varia substancialmente de província para província (quadro 81), podendo agrupar-se estas em três categorias: as de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Manica e Maputo, com uma média inferior a 60 membros/coopera-

tiva; Nampula e Inhambane, entre 100 e 200 membros/cooperativa; por último, as províncias de Sofala e Gaza, com mais de 200.

Quadro 80 - Relação cooperativistas/cooperativas entre 1977 e 1982

Anos	Nº de cooperativas (a)	Nº de cooperativistas (b)	Relação ($\frac{b}{a}$)
1977/78	180	25.000	138,89
1978/79	300	30.000	100,00
1979/80	327	32.000	97,86
1980/81	351	34.469	98,20
1981/82	375	36.882	98,35

Fonte: Elaborado com base nos arquivos do Ministério da Agricultura.

Quadro 81 - Distribuição provincial do número de cooperativistas, por cooperativa, em 1980/81

Províncias	Nº de cooperativas (a)	Nº de cooperativistas (b)	Relação ($\frac{b}{a}$)
NIASSA	44	1.815	41,25
CABO DELGADO	29	1.032	35,59
NAMPULA	29	3.544	122,21
ZAMBÉZIA	64	3.288	51,37
TETE	31	1.302	42,00
MANICA	6	326	54,33
SOFALA	25	10.223	408,92
INHAMBANE	16	1.906	119,12
GAZA	37	7.892	213,30
MAPUTO	70	3.141	44,71
TOTAL	351	34.469	98,20

Fonte: Elaborado com base nos arquivos do Ministério da Agricultura.

Estes valores podem significar uma diferente adesão ao movimento cooperativo nas várias províncias. Os casos das de Maputo e da Zambézia que, tendo, em média, mais de uma cooperativa por aldeia, se situam no grupo com menos cooperativistas por unidade, podem explicar-se pelo facto de as cooperativas terem aqui surgido como unidades menores, com um número reduzido de associados. De qualquer modo, os quadros 79 e 81 revelam algumas dificuldades de evolução do movimento que se ficam a dever, não apenas aos fracos resultados produtivos iniciais, mas também aos efeitos dos métodos de "mobilização" adoptados para levar os aldeões a inscreverem-se como membros. A origem das aldeias também pode ser considerada um factor com influência no movimento cooperativo, mas os dados disponíveis não permitem tirar conclusões nesse sentido, pois em províncias onde a origem das aldeias é semelhante, a situação é bem distinta. Os factores que, na realidade, maior influência devem exercer no número de cooperativistas serão os relacionados com os rendimentos e a organização do trabalho e da distribuição da produção, embora alguns autores também considerem a falta de apoio eficaz ao movimento (SERRA, 1982). Só assim se entenderá melhor a grande variação observada na evolução do número de membros de unidade para unidade, podendo encontrar-se situações inversas em cooperativas muito próximas, como se constata pelos exemplos seguintes:

- Província de Maputo

Distrito da Manhiça

. Aldeia 3 de Fevereiro

1980 - 311 membros

1983 - 38 "

. Aldeia Josina

1976 - 177 membros

1983 - 954 "

Distrito de Magude

. Aldeia Maguiguane

1978 - 90 membros

1983 - 238 "

Distrito de Boane

. Aldeia Campoane

1984 - 49 membros

1985 - 29 "

- Província de Gaza

Distrito do Chibuto

. Aldeia 7 de Setembro

1976 - 19 membros

1983 - 170 "

. Aldeia 25 de Junho

1983 - 50 membros

1985 - 150 "

Distrito do Caniçado

. Aldeia Chivonguene

1983 - 110 membros

1985 - 55 "

. Aldeia 7 de Abril

1977 - 58 membros

1982 - 85 "

. Aldeia Tomanine

1980 - 150 membros

1985 - 90 "

. Aldeia Chinhacanine

1978 - 12 membros

1985 - 82 "

Distrito do Limpopo

. Aldeia 1º de Maio

1980 - 1.015 membros

1984 - 838 "

. Aldeia 25 de Setembro

1977 - 356 membros

1980 - 430 "

1984 - 328 "

Distrito do Bilene

. Aldeia Luís Carlos Prestes

1980 - 410 membros

1984 - 165 "

. Aldeia Mangol

1976 - 26 membros

1985 - 151 "

(Estes dados foram obtidos em trabalho de campo, nos arquivos do Gabinete de Comunicação Social e no jornal "O Campo").

Mas a superação dos aspectos negativos no movimento coopera-

tivo implica uma organização económica e administrativa minimamente eficiente, que não tem sido conseguida por falta de experiência e de formação dos membros que, habituados à gestão das pequenas unidades familiares, apenas se podem valer dos conhecimentos que esta prática lhes deu.

Parece ser este um dos aspectos que tem constituído um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento deste sector. Desde a independência do país, e principalmente depois do III Congresso do Partido Frelimo, que se definiu a necessidade de desenvolver e apoiar de forma especial a produção cooperativa agrícola. Mas, logo em 1978, o III Conselho Agrário constata as grandes dificuldades sentidas, por parte das estruturas do Estado, no apoio eficaz às cooperativas já existentes. Criam-se organismos com o objectivo de planificarem e dinamizarem o apoio necessário, o que provoca um aumento do número de cooperativas e cooperativistas, mas os resultados, "(...) em termos de produção e produtividade, eram cada vez piores" (SANTOS, 1984, p. 2) (quadro 82). Isto leva a colocar a seguinte questão: o que é que os diversos organismos então criados entenderam por apoio ao movimento cooperativo? A experiência não é a melhor e obriga a pensar que, durante muito tempo, se entendeu esse apoio como a simples criação de mais cooperativas e o aumento de cooperativistas, o que tinha como resultado somar mais problemas.

Quadro 82 - Evolução do sector cooperativo agrícola, no período de 1978 a 1981

	1978/79	1979/80	1980/81
Nº de cooperativas	300	327	351
Nº de membros	30.000	32.000	34.469
Área colhida (ha)	13.160	13.339	13.208
Produção (ton)	11.217	10.430	6.451
Produção por membro (kg)	374	326	187
Produção por ha (kg)	852	782	488

Fonte: SANTOS, 1984, p. 3.

A organização do trabalho nas unidades colectivas de produção agrária determina-se em dias de trabalho, os quais variam de três a cinco por semana e por associado. Os restantes dias são destinados às tarefas das machambas familiares. No entanto, deve ter-se em atenção o seguinte: é a família, no seu todo de família nuclear, que se considera como membro da cooperativa; por isso, o trabalho que cada associado deve dar à unidade pode ser desenvolvido por qualquer dos adultos constituintes da família. Neste contexto, quem participa maioritariamente ou, por vezes, exclusivamente, nas tarefas das cooperativas é a mulher. Podem citar-se alguns exemplos concretos desta situação: na cooperativa da aldeia 3 de Fevereiro, do distrito da Manhiça, 68,5% dos membros activos são mulheres; na aldeia de Marrangue, distrito de Manjacaze, 65,5%; casos há em que essa participação atinge os 80 a 90%.

Segundo o Recenseamento da População de 1980, as mulheres constituem 60% dos membros activos das cooperativas agrícola-

las. Esta situação é muito mais evidente nas províncias do Sul e Centro, como se pode ver pelo quadro 83.

Quadro 83 - Participação da mulher nas cooperativas agrícolas, por província

Províncias	Ano	Nº de coop. estudadas	Membros			% de mulheres
			Total	H	M	
NIASSA	82/83	13	1.324	694	630	47,6
NAMPULA	82/83	8	255	178	77	30,2
ZAMBÉZIA	79/80	48	2.563	1.501	1.062	41,4
TETE	83/84	6	224	58	166	74,1
MANICA	83/84	11	445	308	137	30,8
SOFALA	82/83	2	178	41	137	77,0
GAZA	83/84	7	1.541	205	1.336	86,7
MAPUTO	83/84	20	1.999	252	1.747	87,4
TOTAL		115	8.529	3.237	5.292	62,0

Fonte: SANTOS, 1984, p. 42.

Com as reservas que uma amostragem como aquela em que se basearam os dados apresentados pode levantar, o quadro é bem elucidativo das diferenças regionais que se observam na participação da mulher no movimento cooperativo. Não é fácil explicar a desigualdade entre as províncias nortenhas e as restantes, excluindo Manica, no Centro, mas talvez se possa avançar a hipótese de estar relacionada com o tipo de culturas praticadas, assim como com a migração de mão-de-obra masculina. As cooperativas das províncias do Norte dedicam-se, mais que as do Sul, a culturas de rendimento, como o algodão, por exemplo. O homem sente-se mais atraído por este tipo de culturas comerciais, deixando à mulher as alimentares. A situação que se verifica ao nível das cooperativas, mesmo que não possa ser generalizada a to-

das as províncias, não é nova, porque em Moçambique, como sucede na maior parte do continente africano, a mulher assegura sempre "(...) as tarefas fundamentais da produção e reprodução da família e da sociedade" (SANTOS, 1984, p. 40). Desde há muito que o homem do campo, em Moçambique, procura, fora da agricultura familiar, os rendimentos necessários à família; no Sul emigra para o estrangeiro ou para a cidade e, em províncias do Norte, como Zambézia e Nampula, vende a sua força de trabalho às empresas agrárias. Por isso, a nível do desenvolvimento rural, coube sempre à mulher um papel de grande importância, pelo que não é de estranhar a sua grande participação em todas as transformações nas quais possa perspectivar melhorias para o seu nível de vida, e quando nelas vê uma forma de libertação e emancipação. É notória a acção da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), implantada em todas as aldeias, no sentido de levar a mulher a participar activamente no movimento cooperativo, como forma de, através da produção, conquistar a sua emancipação; para isso, chega a criar cooperativas próprias, não só nas aldeias mas, muito particularmente, nas "zonas verdes" das principais cidades.

Como já mais de uma vez aqui foi referido, o êxito do processo de cooperativização da agricultura assenta, fundamentalmente, nos resultados produtivos que, perante os camponeses, apresentem evidentes vantagens em relação à agricultura familiar. Estes resultados dependem dum conjunto de factores, quer naturais, quer humanos. Se factores naturais,

como as secas e as inundações, não podem ser evitados, muitos dos humanos poderiam, se devidamente tomados em consideração, ter impedido a diminuição na produção e produtividade do sector que se tem observado nos últimos anos, em termos gerais, o que o tem posto em causa, por não corresponder à expéctativa criada à sua volta. Estes aspectos voltarão a ser retomados no capítulo seguinte, mas afigura-se conveniente avançar aqui alguns dos factores que mais têm contribuído para a situação presente. Refiram-se, entre outros: a fraca organização que caracteriza todo o trabalho cooperativo; a falta de uma formação mínima básica, por parte dos cooperativistas, no âmbito da gestão económica e administrativa, pois a experiência da agricultura familiar, neste campo, não é suficiente para uma actividade com características diferentes; a introdução indiscriminada duma tecnologia (tractores, moto-bombas, fertilizantes químicos, etc.) completamente desconhecida dos camponeses, passando, sem transição, da enxada ao tractor sem que, para isso, fossem criadas as necessárias infraestruturas técnicas e humanas de apoio; falta de tradição de rega, a qual permitiria utilizar a água dos rios, que por vezes passam ao lado, e combater os efeitos das secas; uso de sistemas de cultura muito esgotantes para os solos (consociações, rotações inadequadas...) e desconhecimento de espécies mais resistentes e rendíveis.

No entanto, as orientações traçadas pelos órgãos do Partido e do Estado são bem claras, insistindo na necessidade de mo-

bilização de todos os recursos, do aproveitamento da experiência e da iniciativa dos camponeses e de utilização de uma tecnologia ao alcance dos cooperativistas (contar com as próprias forças, como é habitual dizer-se).

O resultado da acção negativa conjugada de factores naturais e humanos manifesta-se num permanente decréscimo que, a nível geral, até agora se tem observado nos índices de produção e produtividade, o que leva os camponeses a deixarem de acreditar no processo e a abandoná-lo, ou então a secundarizá-lo, dedicando-lhe um número de horas de trabalho semanal mínimo (quadro 84), dadas apenas por um membro da família. A estes factores junta-se a acção desestabilizadora provocada pelos grupos armados, por diversas vezes já aqui referida.

Quadro 84 - Horas de trabalho semanal por cooperativista

Províncias	Nº de cooperativas estudadas	Horas/semana (média)
NIASSA	14	22,20
NAMPULA	8	16,25
TETE	6	17,50
GAZA	5	29,00
MAPUTO	10	15,00

Fonte: SANTOS, 1984, p. 54.

Contudo, os resultados produtivos obtidos por algumas cooperativas (quadro 86), assim como os alcançados pelas que estão integradas no projecto CO1 de apoio ao desenvolvimento cooperativo (quadro 85), mesmo sem poderem ser conclusi-

vos por se referirem a um período de tempo escasso, dão indicações de que a situação negativa não pode ser generalizada em absoluto e que, nas condições existentes, é possível fazer evoluir positivamente o sector, desde que se aplique uma organização adequada, sem impedir a iniciativa criadora dos camponeses, e se implementem a tecnologia e os sistemas de cultura mais adaptados.

Quadro 85 - Produtividade do sector cooperativo agrícola nacional entre 1981 e 1984

Anos	Sector cooperativo a nível nacional		Cooperativas do projecto CO1	
	VBP/membro	VBP/ha	VBP/membro	VBP/ha
1981	1,6	4,2	-	-
1982	1,3	3,5	1,7	1,7
1983	1,0	4,5	4,1	11,9
1984	4,7	11,8 (a)

Fonte: SANTOS, 1984, p. 59 e PISCO, 1986, p. 10.

.. Sem informação, pois a campanha ainda não havia terminado quando os dados foram colhidos.

(a) Valores antes de finalizar a campanha agrícola.

VBP - Valor bruto da produção (em 1.000,00MT).

Nota: O projecto CO1 abrange 100 cooperativas agrícolas.

Vejam-se, em seguida, os resultados de três cooperativas, obtidos durante o trabalho de campo realizado no âmbito deste estudo e através da consulta dos arquivos do Ministério da Agricultura, Comissão Provincial das Aldeias Comunais de Gaza e Gabinete de Comunicação Social. São cooperativas que não estão incluídas em qualquer projecto, tendo-se desenvolvido no decurso do processo normal das aldeias comunais.

Quadro 86 - Produtividade de seis culturas alimentares em três cooperativas da província de Gaza.

Produtos	Campa- nha	Heróis Moçambicanos			12 de Maio			25 de Setem- bro		
		Ha	Ton	Ton/ /Ha	Ha	Ton	Ton/ /Ha	Ha	Ton	Ton/ /Ha
Milho	78/79	302	205	0,68	100	104	1,00
	79/80	400	164	0,41	80	12	0,15	120	86	0,72
	81/82	350	700	2,00	150	105	0,70	100	120	1,20
	83/84	100	250	2,50
Arroz	78/79	-	-	-	762	1460	1,90	-	-	-
	79/80	-	-	-	600	582	0,97	-	-	-
	81/82	-	-	-	400	800	2,00	-	-	-
	83/84	-	-	-	-	-	-
Feijão	78/79	50	24	0,48	25	3	0,12
	79/80	50	12	0,24	35	3	0,08	30	3	0,10
	81/82	50	40	0,80	40	32	0,80	20	16	0,80
	83/84	17	9	0,53
Tomate	78/79	..	383	..	-	-	-	..	81	..
	79/80	80	780	9,75	-	-	-	12	118	9,80
	81/82	50	600	12,00	30	360	12,0	20	240	12,00
	83/84	20	300	15,00
Batata	79/80	8	44	5,50	3	13	4,30
	81/82	30	360	12,00	10	120	12,0	10	120	12,00
	83/84	20	100	5,00
Hortícolas	79/80	19	69	3,62	21	175	8,30	8	24	3,00
	81/82	40	255	6,37	37	373	10,0	15	175	11,60
	83/84	8	61	7,60

- Não produz

.. Sem informação

As três cooperativas aqui apresentadas conseguiram estabelecer uma organização mínima que lhes permitiu rentabilizar os apoios recebidos. De referir que a cooperativa Heróis Moçambicanos surgiu antes da concentração dos seus membros na aldeia Manjangué e, posteriormente, deu origem a uma outra cooperativa agrícola, numa nova aldeia comunal; também

construiu para os seus membros, beneficiando igualmente outros aldeões, uma série de infraestruturas sociais: um restaurante, uma cooperativa de consumo, uma padaria.

As cooperativas do projecto CO1 também começam a apresentar resultados semelhantes, abrindo perspectivas interessantes.

Estas unidades de produção colectiva já utilizam a rega para produtos como o arroz, o tomate e hortícolas, estes últimos introduzidos recentemente, pois não havia a prática de tais culturas. O milho, cultivado ainda em regime de sequeiro, está sujeito à irregularidade das quedas pluviométricas, pelo que a sua produtividade é muito desigual e baixa. Note-se, no entanto, que a produtividade, quer do milho, quer do arroz, não é muito diferente da observada na agricultura empresarial colonial (ver quadros 76 e 86).

A relação entre a área cultivada e respectiva produção e o número de membros continua, mesmo nestes casos, a ser baixa; veja-se o que se passa nas três cooperativas referidas no quadro 86:

Heróis Moçambicanos	- 0,8 Ha/membro
	1,7 Ton/membro
12 de Maio	- 0,73 Ha/membro
	2,1 Ton/membro
25 de Setembro	- 1,2 Ha/membro
	2,8 Ton/membro

Estes valores referem-se ao conjunto dos produtos indicados no quadro 86.

Quadro 87 - Produção por cooperativista em algumas cooperativas e para alguns produtos. (média das campanhas 1981/82 a 83/84 - Kg/família)

Províncias	Cooperativas	Milho	Arroz	Hortícolas	Algodão	Girassol
	Heróis Moçambicanos	838,3	-	1455,1	-	-
	12 de Maio	125,3	354,6	1017,9	-	-
	25 de Setembro	762,2	-	1405,5	-	-
GAZA	Magul	-	156,3	609,4	-	-
	Mangol	-	490,0	106,0	-	-
	7 de Setembro	-	100,0	-	-	-
	Eduardo Mondlane	28,8	171,2	-	-	-
CABO	M'Tamba	11,2	-	-	-	2,7
DELGADO	M'Ponge	38,8	3,7	-	-	-
	Ngene	21,6	-	-	-	-
	Nayupo	160,0	-	-	176,0	28,8
	Napupulo	244,4	-	-	88,9	50,0
NAMPULA	Unidade Moçambique	180,0	116,0	256,0	-	-
INHAMBANE	25 de Setembro	8,0	19,4	-	-	-

Fontes: Inquéritos de campo e arquivos do Gabinete de Comunicação Social.

Tem sido evidente a preocupação de se incrementar as culturas alimentares, tanto na agricultura familiar como na cooperativa. Assim, não é de estranhar que os principais produtos comercializados por este sector sejam os que se des-

tinam ao abastecimento da população, com especial incidência para o milho, o arroz e, cada vez mais, os hortícolas, incluindo o tomate, cuja cultura se está a generalizar nas províncias do Sul. No entanto, não se esquecem outras culturas, como o algodão, por exemplo, que tem um papel importante na produção colectiva, particularmente nas províncias do Norte.

Quadro 88 - Produção comercializada pelo sector cooperativo, para alguns produtos

Produtos	1980		1982		1984	
	Tons.	% do total	Tons.	% do total	Tons.	% do total
Milho	1900	2,9	1458	1,6	962	1,2
Arroz	1300	3,0	979	2,4	333	1,7
Amendoim	100	1,6	10	0,7	10	0,5
Feijão	100	1,0	43	0,6	62	1,7
Tomate	1438	22,5	412	6,9	526	3,2
Hortícolas	662	10,3	221	3,9	1009	5,1
Algodão	576	0,0	275	0,3	282	1,4
Girassol	600	5,1	245	2,3	125	2,5

Fonte: Elaborado com base em "Informação estatística 1975-1984. Comissão Nacional do Plano, 1985. p. 49.

Nota: Exclui o autoconsumo e fundos de reposição.

A nível produtivo, o impacto do sector cooperativo das aldeias comunais ainda é, como se pode ver pelo quadro 88, e numa forma geral, muito fraco. No entanto, a nível de organização do espaço tem um lugar importante, ao lado da agricultura familiar. Se as experiências positivas forem estimuladas e se concretizarem os projectos de apoio à cooperativização, o papel deste sector, tanto a nível produtivo

como espacial, crescerá substancialmente. Para isso é indispensável que a cooperativização seja encarada como um processo que se deve orientar por normas flexíveis, adaptadas às características de cada região, podendo surgir formas diversas de unidades colectivas, sem que isso, de modo algum, pressuponha a eliminação, ou mesmo secundarização das unidades familiares.

4. A agricultura familiar nas aldeias comunais

Não é fácil fazer uma análise da agricultura familiar devido à grande falta de dados que a fundamentem. No entanto, com base nas poucas informações existentes, que dizem respeito, particularmente, à comercialização, e em alguns estudos de campo, tentar-se-á uma abordagem, ainda que breve e com inevitáveis lacunas.

Em Moçambique, a pequena unidade familiar tem um papel importante no crescimento da produção agrícola e no próprio modelo de desenvolvimento adoptado para o campo. Este papel saiu muito reforçado do IV Congresso do Partido Frelimo, que para ele chamou a atenção, tendo clarificado toda a importância da agricultura familiar no combate à fome e à nudez, considerando-a como um sector de grande prioridade para as acções de apoio à agricultura. Não sendo uma posição completamente nova, ela esclarece alguma confusão que se havia criado no processo de desenvolvimento do campo. Para que

isto possa concretizar-se, torna-se necessário eliminar as contradições existentes entre este sector e o cooperativo, tornando-os complementares.

A agricultura familiar ganha grande importância no desenvolvimento do campo, não apenas por ser o suporte do autoconsumo dos aldeões, mas também pelo lugar que ocupa na comercialização agrária (quadro 89). Segundo a FAO, as machambas familiares em 1979/80 produziram 980.000 toneladas do total nacional de 1.165.500 toneladas (considerando o conjunto de todos os produtos comercializados) e representavam 95% da população envolvida na agricultura (REPORT FAO/WFP/WMO, 1980).

Quadro 89 - Comercialização agrícola do sector familiar no conjunto do país, por produtos

Produtos	1980		1981		1983		1984	
	Tons.	% do total	Tons.	% do total	Tons.	% do total	Tons.	% do total
Milho	25000	38,5	36845	47,0	24984	44,8	31742	38,4
Arroz	7300	16,7	1172	4,1	1562	9,0	3180	16,7
Mapira	440	71,9	590	60,4	915	69,6	1628	76,0
Amendoim	5800	92,1	4937	99,7	648	97,0	1986	97,2
Mandioca	8800	100,0	10755	98,6	8501	99,5	3388	96,5
Feijão	8300	86,5	14000	94,1	3304	69,9	2352	66,3
Caju	87600	100,0	90100	100,0	18100	100,0	25314	100,0
Algodão	42600	65,7	33300	45,2	7400	29,9	8627	43,7
Girassol	7900	66,9	6740	55,8	6120	84,2	4131	82,3

Fonte: Elaborado com base em "Informação estatística 1975-1984. Comissão Nacional do Plano, 1985. p. 49.

Nota: Exclui o autoconsumo e fundos de reposição.

Basta a observação do quadro 89 para se ter a noção exacta

do peso que a agricultura familiar desempenha na produção e comercialização, não apenas de produtos alimentares, mas também daqueles que se destinam à exportação e ao abastecimento da indústria nacional. Para produtos como o amendoim, a mapira, a mandioca, o feijão e o girassol, o sector é largamente predominante, ao mesmo tempo que perto de metade do algodão comercializado lhe pertence; além disso, cabe-lhe a totalidade do cajú, de grande importância nas exportações nacionais.

Apesar de os valores apresentados se referirem à comercialização familiar em geral, eles dão ideia do que se passa no sector a nível das aldeias.

Não é fácil ter uma noção exacta das superfícies cultivadas pelo sector familiar, particularmente quando as machambas se dispõem em parcelas irregulares e de contornos mal definidos dentro do espaço produtivo da aldeia, situação que ainda é a mais frequente; esta circunstância torna-se mais complexa quando os aldeões continuam a cultivar as suas antigas unidades dispersas. Por isso, os valores apresentados no quadro 90 são estimados, e como tal devem ser entendidos. A situação torna-se mais fácil quando estas unidades já fazem parte dum espaço parcelado, o que começa a verificar-se nalgumas aldeias e vai possibilitar avaliações mais rigorosas, quer em termos de área cultivada, quer de quantidades produzidas.

Quadro 90 - Áreas cultivadas, por produto, no sector familiar de algumas aldeias comunais, durante a campanha 1981/82 (em hactares)

Aldeias	Milho	Mandio- ca	Arroz	Amen- doim	Hortí- colas (a)	Algo- dão	Ha/fam. (média)
7 DE SETEMBRO	40	124	15	120	50	-	0,3
25 DE JUNHO	35	85	9	10	157	30	0,3
GUNGUNHANA	813	4	-	3	90	25	1,4
SAMORA MACHEL	150	80	5	13	170	20	0,4
EDUARDO MONDLANE	75	120	20	-	177	30	0,5
GUEMULENE	558	97	177	30	187	30	1,5
COCA MISSAVA	100	25	30	8	63	40	0,2
UAHAMUZA	65	90	8	10	152	20	0,4
1 DE JUNHO	35	5	-	-	22	36	0,1
MUCOTUENE	860	3	-	-	83	25	1,3
ACORDOS LUSAKA	460	6	-	8	43	20	0,4
SIFO	616	3	-	3	76	20	1,1

Fontes: Elaborado com base em inquéritos de campo e nos arquivos do Gabinete de Comunicação Social.

O parcelamento das unidades familiares, além de outras vantagens, permite uma ocupação mais organizada do espaço, donde pode resultar inclusivamente o aumento da dimensão das parcelas (quadro 91).

As culturas do milho, feijão e diversas espécies hortícolas são as que ocupam, em geral, maiores áreas, confirmando a importância que assume a produção alimentar.

De notar que, num conjunto de 12 aldeias, a média de hectares/família, na campanha 81/82, nunca é superior a 1,5 (quadro 90). Na realidade, esta tem sido uma característica de todo o sector familiar das aldeias comunais, que recentemente começou a ser alterada (quadro 91), quando o espaço

disponível o permite, através do parcelamento.

Quadro 91 - Áreas de unidades familiares parceladas em algumas aldeias comunais, em 1983/84

Aldeias	Distrito	Ha	Ha/fam.	Distância média da aldeia (km)
EDUARDO MONDLANE	Chibuto	570(1)	0,6	3-6
CHIVONGUENE	Caniçado	1610(1)	1,4	3-5
7 DE ABRIL	Caniçado	2170(1)	2,5	2-5
25 DE SETEMBRO	Limpopo	200(2)	0,3	2-7
OUA	Gaza	2240(1)	1,5	-
NUNGUINE	Manhiça	50(2)	0,25	2-4
CHINDA	Mocímboa da Praia	1800	1,3	-
M'BAU	Mocímboa da Praia	1900	2,0	-
25 DE JUNHO	Mongincual	2427	3,4	-
III Congresso	Monapo	1130	4,4	-

Fontes: Elaborado com base em inquéritos de campo e nos arquivos do Gabinete de Comunicação Social.

(1)- Não inclui as machambas familiares fora do vale, e não parceladas.

(2) - Inclui apenas as parcelas com regadio.

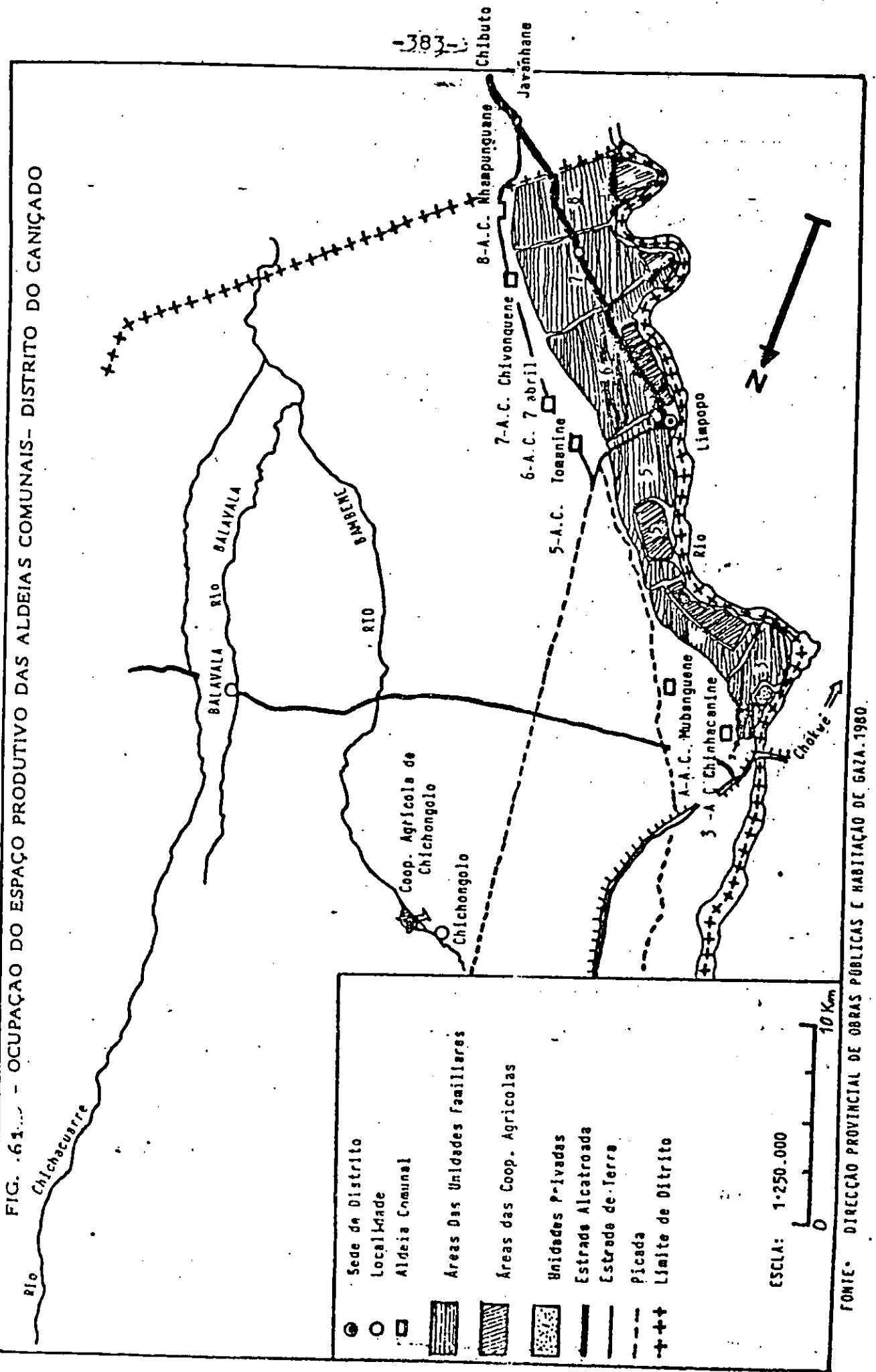
Os instrumentos de trabalho ainda mais utilizados nas lides das machambas familiares são a enxada, a catana e o machado. Tradicionalmente não se usa a tracção animal para as tarefas da lavoura, assim como não há o hábito de rega nem qualquer tipo de fertilização, a não ser aquela que pode advir da prática das queimadas. Além disso as associações são esgotantes para os solos. Este aspecto, num povoamento disperso, é compensado pela grande disponibilidade de terra em áreas próximas da residência, o que permite pousios prolongados.

gados que possibilitam a recuperação parcial da fertilidade dos solos. Num povoamento de tipo agrupado ou concentrado, a situação não é a mesma, pelo que se têm que encontrar outras formas de evitar o esgotamento das terras de cultura. No entanto, nos últimos anos, tem-se vindo a fazer um esforço junto dos camponeses residentes nas aldeias comunais, no sentido de introduzir na agricultura familiar novas tecnologias, simples mas mais produtivas e menos esgotantes para os solos. Para dinamizarem este processo já foram formados, e continuam a ser preparados técnicos agrários de níveis básicos e médios, que trabalham com os camponeses no sentido de incrementar a tracção animal, divulgar melhores rotações e associações de culturas, levar à prática da rega e à utilização de estrume, assim como organizar o parcelamento das unidades familiares. A utilização da tracção animal pode trazer diversas vantagens para a lavoura e o transporte dos produtos obtidos. Em várias aldeias já se vêem exemplos concretos desta acção (é o caso de Chindjinguire e Marien N' Gouabi, na província de Inhambane).

A introdução gradual de nova tecnologia agrícola e a adopção de novos sistemas de cultura irão modificar substancialmente o espaço produtivo das aldeias, já se podendo observar, em alguns casos, os primeiros passos dessas modificações (figs. 58, 61 e 62).

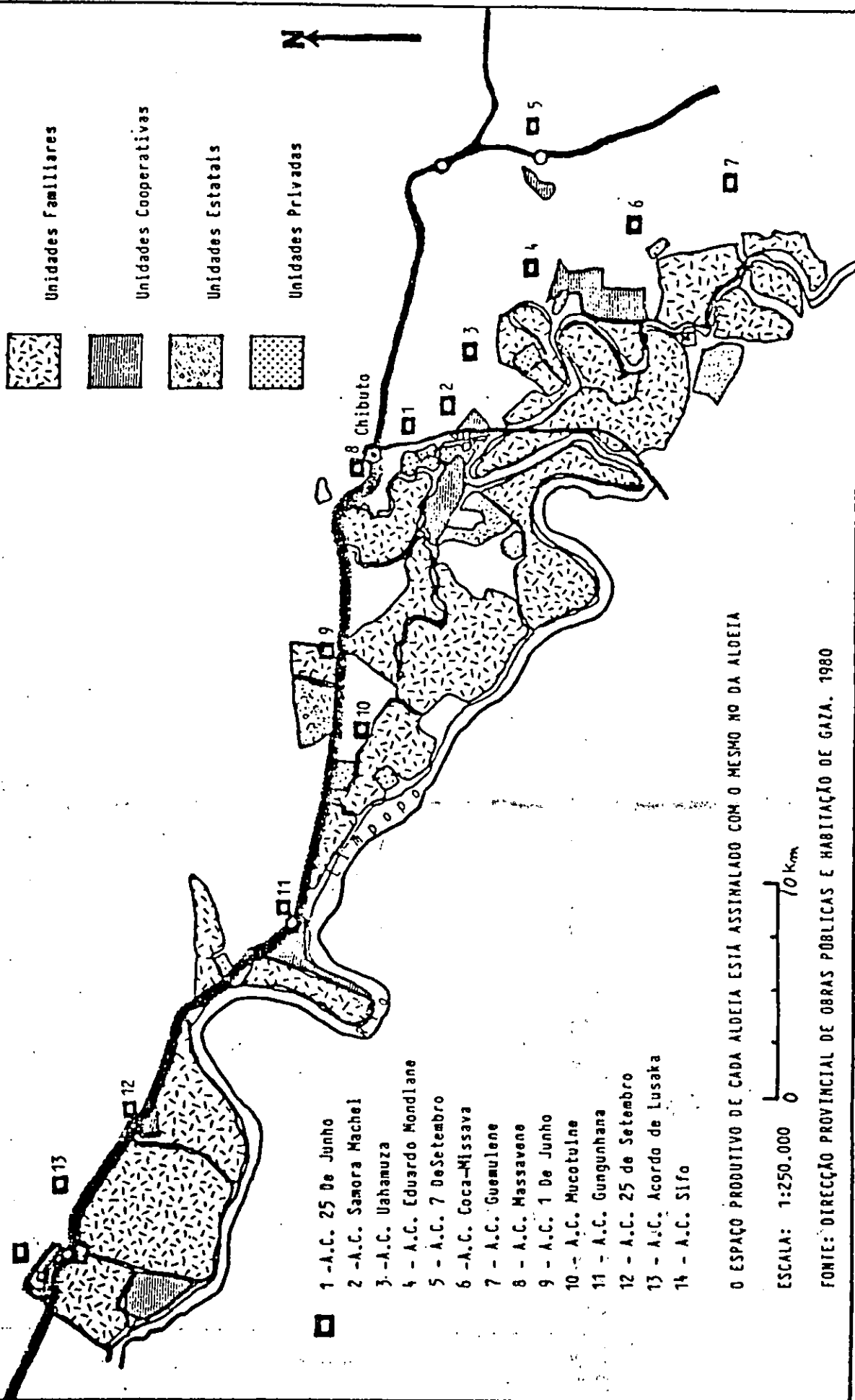
As culturas predominantes neste sector são a mandioca no Norte e o milho no Sul. Os hortícolas, cultura quase sem

FIG. 61... - OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO DAS ALDEIAS COMUNAIS - DISTRITO DO CANIÇADO



FONTE: DIRECCAO PROVINCIAL DE OBRAS PUBLICAS E HABITACAO DE GAZA, 1980.

FIG. 62. - ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM FUNÇÃO DAS ALDEIAS COMUNAIS NO VALE DO LIMPOPO, DISTRITO DO CHIBUTO



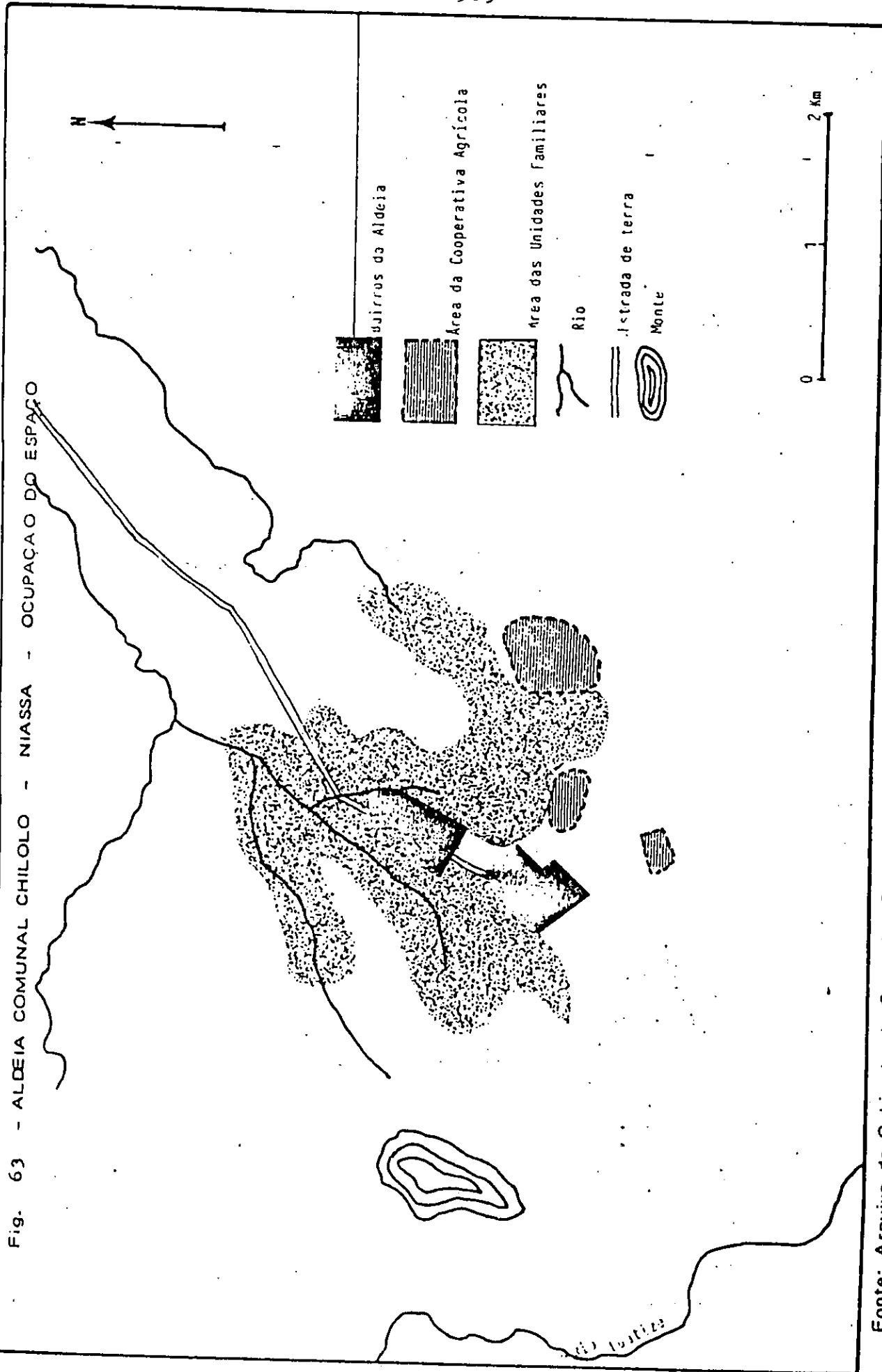
- 1 - A.C. 25 De Junho
- 2 - A.C. Samora Machel
- 3 - A.C. Uahamuza
- 4 - A.C. Eduardo Mondlane
- 5 - A.C. 7 De Setembro
- 6 - A.C. Coca-Missava
- 7 - A.C. Guemulene
- 8 - A.C. Massavene
- 9 - A.C. 1 De Junho
- 10 - A.C. Mucotulne
- 11 - A.C. Gungunhana
- 12 - A.C. 25 de Setembro
- 13 - A.C. Acordo de Lusaka
- 14 - A.C. Sifo

O ESPAÇO PRODUTIVO DE CADA ALDEIA ESTÁ ASSINALADO COM O MESMO Nº DA ALDEIA

ESCALA: 1:250.000 0 10 km

FONTE: DIRECCÃO PROVINCIAL DE OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO DE GAZA, 1980

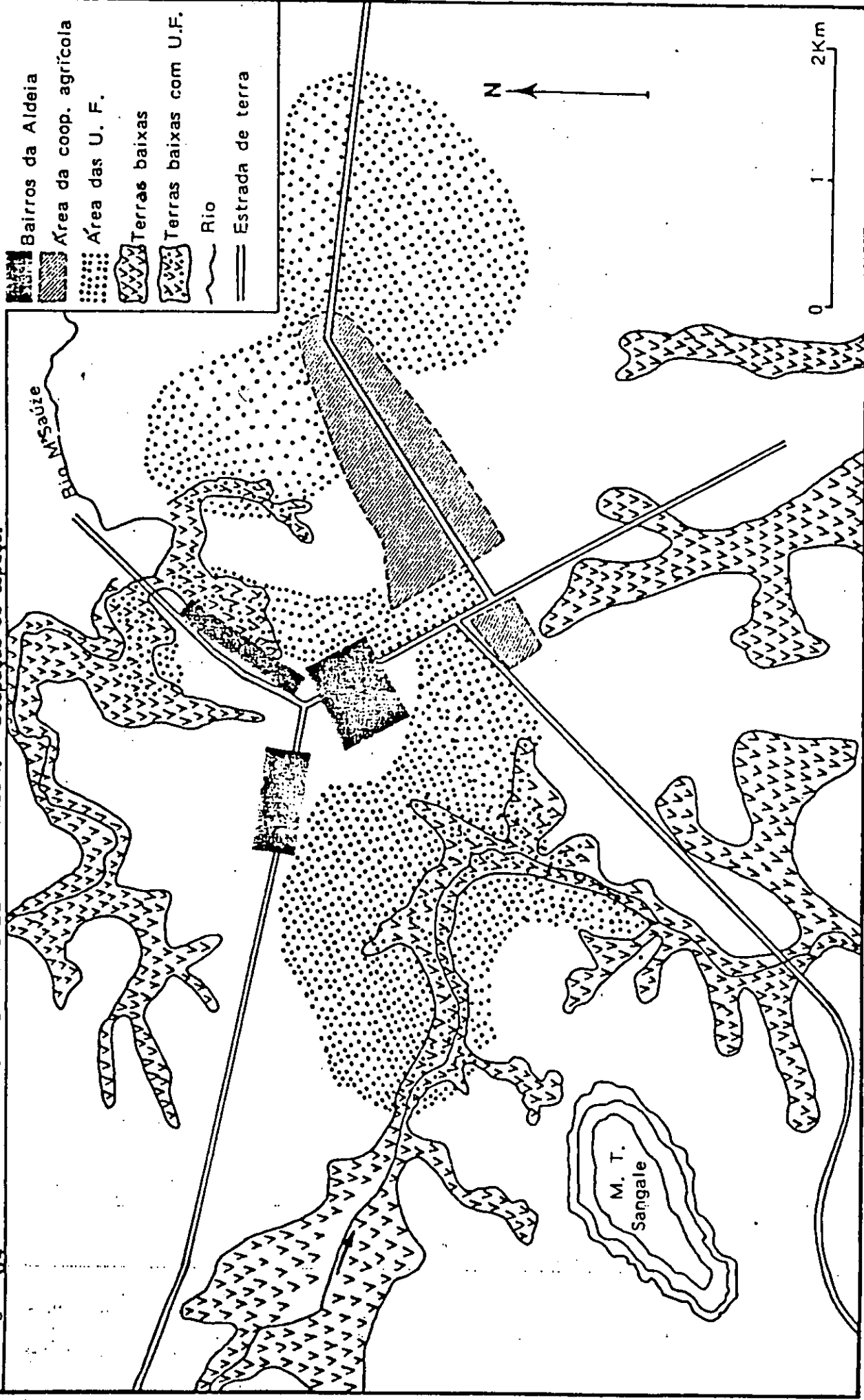
Fig. 63 - ALDEIA COMUNAL CHILOLO - NIASA - OCUPAÇÃO DO ESPAÇO



Fonte: Arquivo do Gabinete de Comunicação Social - Relatório duma brigada de trabalho, 1981.

M. Araújo - 1987

Fig. 64 - ALDEIA COMUNAL M'SAÚZE - NIASA. Ocupação do espaço.



Fonte: Arquivos do Gabinete de Comunicação Social — Relatório duma Brigada de Trabalho, 1981.

tradição entre os camponeses moçambicanos, estão a ocupar um lugar cada vez mais importante na agricultura familiar, particularmente entre a produção comercializada. A mandioca, espécie muito resistente que em terras boas dá altos rendimentos e em terras fracas rendimentos compensadores para a pequena preparação cultural (lavouragem, sacha) que exige está a ganhar terreno mesmo no Sul, como forma de combater os efeitos das secas.

A produtividade do sector familiar não se pode concretizar com rigor, por ser difícil apurar o valor da produção que se destina ao autoconsumo. No entanto, estimativas feitas pelo Ministério da Agricultura referem, para três produtos, os seguintes valores médios para o país: milho - 0,55 ton/ha; arroz - 0,76 ton/ha; algodão - 0,60 ton/ha. São, na realidade, médias muito baixas, mas ligeiramente superiores às calculadas para o sector cooperativo, e que são: 0,40 ton/ha para o milho; 0,55 ton/ha para o arroz; 0,40 ton/ha para o algodão (CASAL, 1986, p. 690).

5. As cooperativas de produção não agrícola

Nas aldeias comunais é cada vez mais frequente encontrar outros tipos de actividades colectivas, de acordo com os recursos existentes e a iniciativa dos aldeões. Muito pouco se tem dito destas cooperativas não agrícolas, ficando sempre secundarizadas ou mesmo esquecidas nos estudos ou rela-

tórios que têm sido levados a efeito. No entanto, em alguns casos estudados em diversas províncias, verifica-se que um número cada vez maior de aldeias adopta este género de actividade, desde cooperativas de pesca, de extracção de sal, de fabrico de materiais de construção e de instrumentos de trabalho, até às que estão ligadas ao artesanato e vestuário (quadro 92).

Infelizmente ainda não é possível fazer uma ideia exacta do papel económico e social que estas unidades produtivas desempenham na comunidade aldeã. No entanto, para alguns casos começa a ser conhecido o peso que têm a nível da aldeia sendo, por vezes, o suporte da cooperativa agrícola em anos de crise produtiva (ver Anexo I).

O aparecimento e desenvolvimento deste variado tipo de unidades produtivas colectivas faz prever uma crescente divisão do trabalho dentro da aldeia. Mas também significa, para os camponeses, o acumular de questões que se colocam, como a falta de instrumentos de trabalho e dificuldades na sua obtenção, ou grandes carências no transporte de matérias-primas e no escoamento da produção. Isto tem levado a alguns retrocessos, mas a tendência que se observa é para um maior alargamento das cooperativas não agrícolas. Em função dos resultados económicos que várias destas unidades têm apresentado, em particular as de cerâmica, vestuário, pesca, os aldeões vêem nelas uma forma de fugir à incerteza da produção agrícola.

Quadro 92 - Alguns tipos de cooperativas não agrícolas

Províncias	Aldeia	Cooperativa	Nº de mem- bros	Produtividade
CABO DELGADO	CHICUEDO	Carpinteiros	-	-
	MARICA	Carpinteiros	29	6 mesas + 8 cadeiras + 10 janelas/semana
	M'TAMBA	Carpinteiros	14	
	M'BAU	Olaria	31(M)	
	NAPALA	Pesca		
	MILAMBA	Ferramentas agrícolas		
	LYANDA	Olaria	35(M)	8 panelas/dia/ /mulher
	CHACALANGA	Artesanato		
	FILIFE SAMUEL	Olaria		
	MAGAIA	Ferreiros	22	
MUÁRIA	NAMANDE	Carpinteiros		
	TRATARA	Olaria		
		Alfaiates		
		Cesteiros		
SASSALANE	MUÁRIA	Sal	78	1983-10.540 kg 5,50MT/kg
	SASSALANE	Sal	200	1984-280 sa- cos
INHAMBANE	25 SETEMBRO	Alfaiates	-	36 camisas/dia
	PAMBARRA	Alfaiates	14	
	MACUNHE	Carpinteiros	12	
GAZA	MACUPULANE	Pesca	72	
	MACUPULANE	Cerâmica	13	200 tijolos + + 300 panelas + + 120 alguidas/ res/dia
	LUÍS CARLOS PRESTES	Pesca	30	
MAPUTO	3 FEVEREIRO	Camisolas	19	15 unidades/dia
		Cerâmica	36	4000 tijolos/ /dia
	VIGILÂNCIA	Cerâmica	24	250 tijolos/dia
ZITUNDO	Pesca	10	100 a 150 kg/ /dia	

Fontes: Elaborado com base em inquéritos de campo e nos arquivos do Gabinete de Comunicação Social.

(M) - Mulheres

A mulher, que já nas cooperativas agrícolas assegura uma participação maior que o homem, também nestas tem tido um papel importante, em especial nas de olaria, que se podem considerar exclusividade sua, e nas de vestuário.

O caminho, contudo, não tem sido fácil, e muito ainda falta percorrer; a juntar às dificuldades acima referidas, está o facto de estas unidades, no geral, não receberem qualquer tipo de apoio (são poucas as excepções), por parte dos organismos governamentais. Mas, talvez porque esse apoio nunca foi prometido, os aldeões não estão à espera dele para avançar, ao contrário do que acontece nas suas congéneres agrícolas.

Nos últimos anos, dentro da perspectiva de desenvolvimento rural a partir das cooperativas, surge a primeira acção organizada através do projecto CO1 de apoio e formação, com o objectivo de "(...) preparar condições para a criação de novas actividades não agrícolas, no campo" (SANTOS, 1984, p. 65). Entre outras acções, conta-se o estímulo à criação de cooperativas de materiais de construção: por exemplo, em Mutuáli, uma destas cooperativas fabrica 1.000 tijolos e 250 telhas por dia, servindo também de local de estágio para camponeses vindos de outros distritos.

É verdade que elaborar projectos e aprová-los não é suficiente, nem tão pouco garantia de execução; o fundamental é criar condições de viabilização, de forma a não frustrar o

entusiasmo inicial dos aldeões, o qual é bem evidente, pelas inúmeras unidades deste tipo surgidas sem qualquer apoio ou orientação, e para manter a dinâmica assumida por aqueles. Estas condições passam pelo aproveitamento e desenvolvimento das capacidades locais que respondam a necessidades e complementem outras actividades das aldeias, assim como pela transmissão de conhecimentos sobre gestão, fundamentais para o crescimento destas unidades.

6. Os principais trabalhos agrícolas

A ocupação do espaço produtivo agrário das aldeias comunais ao longo do ano apresenta características muito semelhantes em todo o país.

O calendário agrícola está intimamente relacionado com a pluviosidade. Como a produção agrícola familiar e mesmo a cooperativa é fundamentalmente de sequeiro, os trabalhos de preparação da terra iniciam-se com a aproximação da estação das chuvas (ou estação quente); as sementeiras só se fazem depois das primeiras quedas pluviométricas. Nesta altura, inicia-se aquilo que se designa por primeira época agrícola, com duração variável, de acordo com o período vegetativo das diferentes culturas praticadas. Estas incluem todos os produtos agrícolas alimentares, assim como o algodão e o girasol. O seu início varia de Norte para Sul, de acordo com o da estação das chuvas (ver capítulo I do presente trabalho).

O milho e algumas espécies hortícolas também se cultivam numa segunda época, que coincide com a estação seca e mais fresca. Esta época não abrange todo o país, sendo mais frequente no Sul e nas regiões de altitude. Os rendimentos revelam-se bastante inferiores aos da primeira época, e apenas com a utilização de irrigação se conseguem níveis de produtividade satisfatórios. A produção hortícola é uma das que se encontra nestas condições.

Em função das consociações e das rotações praticadas, na maior parte das vezes as menos indicadas, não só a produtividade é afectada, como resulta um esgotamento mais rápido dos solos, o que obriga ao abandono temporário das áreas cultivadas, para um longo pousio - cerca de cinco anos. É bem elucidativo o exemplo já referido da aldeia Agostinho Neto, na província de Inhambane. Isto faz com que o espaço produtivo se afaste muito da área residencial, podendo levar a situações incompatíveis com o povoamento concentrado e inoportáveis para os aldeões, dificultando bastante os trabalhos agrícolas que é necessário desenvolver na machamba, muito em particular os do início e do final da época.

Os trabalhos agrícolas iniciam-se com a preparação da terra, que pode envolver tarefas diferentes: se o local escolhido está ocupado por formações arbustivas e arbóreas, por já não ser utilizado há muito tempo, ou nunca ter sido usado, torna-se necessário proceder ao seu desbravamento (desmate), geralmente com recurso à queimada; se o local já vem sendo

utilizado em anos anteriores, situação cada vez mais frequente, ou mesmo normal, nas aldeias comunais, apenas se elimina a vegetação herbácea desenvolvida desde a colheita anterior, utilizando-se também, mas com menos frequência, a queimada. Nestas actividades a maior participação pertence ao homem; trabalho mais pesado, iniciando-se, geralmente em Agosto e prolongando-se por alguns meses (às vezes até Dezembro), conforme o aparecimento das primeiras chuvas, que pode ser muito irregular. Seguidamente procede-se à lavragem, que pode ser feita apenas com enxada (ainda a situação mais frequente na agricultura familiar, e muito frequente na cooperativa), ou com charrua, ou ainda com tractor (este último geralmente apenas nas cooperativas). Aqui a participação do homem só se sobrepõe à da mulher se é utilizada a tracção, quer mecânica, quer animal; caso contrário, cabe à mulher a maior parte deste trabalho. As sementeiras e trabalhos posteriores de limpeza para eliminação do capim cabem exclusivamente às mulheres, embora, com o desenvolvimento das aldeias comunais, esta divisão sexual do trabalho esteja a diluir-se um pouco. A colheita, tarefa completamente manual, tanto na agricultura familiar, como na cooperativa (exceptuam-se uma ou duas cooperativas do vale do Limpopo, que praticam a ceifa mecânica do arroz), conta com uma participação mais activa do homem.

A introdução de novas tecnologias, mesmo intermédias, leva a uma maior participação do homem, pelo que, com a concentração da produção, também se está a alterar a divisão do trabalho familiar.

C A P Í T U L O V

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

Não é fácil, quanto a um processo tão complexo e ao mesmo tempo tão recente como o que aqui tem vindo a ser abordado, chegar a conclusões acabadas e merecedoras da opinião consensual de todos; elas podem, no entanto, ser um contributo, a juntar a outros, para uma correcta análise e implementação da política de desenvolvimento rural em Moçambique. Se isso fôr possível, o trabalho aqui apresentado terá a sua melhor compensação.

As aldeias comunais em Moçambique, a exemplo do que se passou noutros países, surgem como um objectivo fundamentalmente político, indispensável numa fase de transformação de toda a estrutura económica distorcida, vinda do período colonial. O processo tem sido levado a cabo numa situação particularmente difícil, em função da conjugação de factores adversos, estruturais e humanos, mas com saliência particular para os de ordem conjuntural que, a partir de certa altura, aceleraram a evolução, tornando pouco viável qualquer tentativa de planificação e controle, obrigando a que se fossem acumulando obstáculos e distorções que, por vezes, põem em causa o sistema residencial produtivo das aldeias comunais.

Neste capítulo, ao tentar-se uma síntese de alguns dos aspectos que se afiguram mais pertinentes, torna-se inevitável retomar questões abordadas noutros anteriores, em particular no III e no IV, correndo o risco da repetição, o que, neste caso, se afigura necessário, de forma a articular e complementar, o mais claramente possível, o que ficou dito acima. A incidência principal refere-se a um dado essencialmente geográfico, a organização do novo espaço criado, quer residencial, quer produtivo.

Trata-se de aspectos territoriais bastante complexos, e acerca dos quais as opiniões divergem bastante, de autor para autor; dispersão ou concentração do povoamento e da produção são opções muito discutidas, havendo para qualquer delas argumentos pró e contra, segundo, não apenas o parecer dos investigadores, mas também circunstâncias concretas verificadas, além das motivações políticas, económicas, estruturais e conjunturais que levam à sua adopção.

Pela complexidade de todo o processo de transformação rural em Moçambique, procurar-se-á não cair em juízos extremos, quer positivos, quer negativos. A criação dum novo sistema de povoamento e duma nova estrutura da produção agrícola ligada àquele ainda é demasiado recente, tendo-se observado diversos avanços e recuos, o que significa que se tem procurado a via mais adequada, de acordo com os resultados e as condições objectivas que se colocam perante uma transformação tão profunda como a que, ao longo deste trabalho,

se procurou apresentar. Contudo, deve reconhecer-se que, por vezes, é muito difícil manter a necessária imparcialidade sobre um processo muito directamente vivido e com a actualidade deste.

Como se disse na introdução, não constitui objectivo essencial aprofundar a análise da situação colonial. No entanto, a abordagem feita afigura-se necessária e suficiente para compreender os efeitos que ela teve, inevitavelmente, na actual situação, embora de modo algum possa ser considerada como a explicação para todos os problemas que surgem; o processo de transformação do espaço rural também sofreu o impacto, deveras importante, de outros factores, que se revelaram de extraordinário significado.

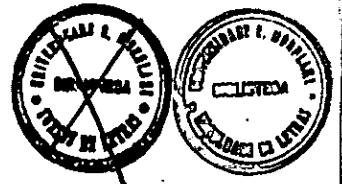
O sistema de povoamento rural e o tipo de desenvolvimento agrícola que se está a adoptar em Moçambique não é, de modo algum, inédito, pois são conhecidos exemplos semelhantes noutros países de África, como por exemplo a Tanzania e a Argélia; parece ser-se levado a concluir, através das análises feitas para estes, ou outros países, e que revelam resultados menos encorajadores, que o processo não é viável. Mas será que esses casos, assim como a difícil situação que se constata em Moçambique, serão suficientes para se afirmar que a política adoptada está errada? Ou será antes a sua execução que, perante situações concretas, não é a mais eficiente? Com a análise feita ao longo deste trabalho tenta-se trazer um contributo, ainda que pequeno e com limitações, para estas

interrogações, tendo em conta que, por muitas semelhanças que se encontrem, as diferenças e características próprias de cada espaço geográfico são, muitas vezes, as que mais marcam um processo de transformação.

1. Um padrão de povoamento necessário

O Homem é o factor fundamental e decisivo para todo o desenvolvimento sócio-económico, pois é ele o sujeito da produção e o consumidor dessa mesma produção: palavras simples mas significativas, inúmeras vezes repetidas pelo Presidente Samora Machel, de tão grata memória, ao analisar a situação concreta de Moçambique, pondo ênfase na capacidade do Homem em "transformar" para melhorar o seu nível de vida.

É dentro desta perspectiva que tem crescido consideravelmente o interesse por questões referentes, por exemplo, à distribuição e redistribuição da população, objecto de variados estudos aplicados, já que "(...) os governos estão cada vez mais interessados em saber que redistribuição de população aumentará a eficiência do sistema económico e do bem-estar dos habitantes" (CLARKE, 1982, p. 8). O "Plano de Acção Mundial da População", aprovado na Conferência de Bucareste de 1974 e ratificado na do México de 1984, dá relevo a toda a política de distribuição da população, ao referir que, quando "(...) a sua distribuição geográfica ou a sua estrutura não evoluem harmonicamente com a realidade



social e económica ou com o meio ambiente, podem constituir, em certas fases do desenvolvimento, uma dificuldade suplementar que se oponha à estabilidade do desenvolvimento operado" (PLANO DE ACÇÃO MUNDIAL DA POPULAÇÃO, 1974). O sistema das aldeias comunais em Moçambique insere-se dentro desta preocupação, pois tornava-se necessário adaptar a distribuição da população rural ao tipo de desenvolvimento económico definido para o campo, de forma a funcionar como uma alavanca impulsionadora desse desenvolvimento.

A implementação do sistema das aldeias comunais em Moçambique tem representado, como se tornou bem evidente ao longo deste trabalho, uma profunda alteração na forma de organização espacial da população rural. Este novo padrão de povoamento, com um profundo objectivo político, a socialização do campo, não deixa de estar ligado muito claramente ao aumento da eficiência do sistema económico e do bem estar da população rural, o que pressupõe a definição dum "(...) conceito de concentração de recursos rurais em alguns centros seleccionados" (CLOKE, 1979, p. 22). Mas uma tal transformação implica, necessariamente, o cuidado planeamento territorial e demográfico, susceptível de conduzir o processo para os objectivos definidos, num período de tempo que não pode ser excessivamente longo, dada a necessidade de se atingir um desenvolvimento económico e social que permita, o mais rapidamente possível, ajudar a vencer o atraso em que o país se encontra; mas, por outro lado, aquele período não pode ser excessivamente rápido, pois implica alterações mui-

to profundas, não apenas a nível territorial, mas também de comportamento, assim como exige disponibilidade de recursos materiais e humanos, parques em Moçambique, e que é necessário rentabilizar ao máximo.

Terá sido a nível desta planificação que mais problemas se colocaram, desde início, devido a factores diversos, cuja acção deve ser vista conjugadamente, e que a seguir se procuram sumarizar, apesar de por mais de uma vez haverem já sido apontados. De assinalar que alguns dos aspectos que agora irão ser referidos se aplicam de igual modo ao espaço produtivo das aldeias, objecto do subtítulo seguinte deste capítulo, pelo que nessa altura não serão retomados.

Ao definir-se a necessidade de se organizar o povoamento rural segundo aldeias comunais, em função da concentração e cooperativização da produção agrária, não se concebeu, logo de início, a necessidade de se estabelecer uma hierarquização dentro do novo sistema de povoamento, de forma a criar as condições para o desenvolvimento de centros seleccionados, "(...) o que permite uma polarização similar de infra-estruturas e serviços, e isto tende a ser o padrão económico óptimo para a provisão de bens" (CLOKE, 1979, p. 26). Parece inevitável que, para o caso muito concreto de Moçambique, onde se pretende atingir uma transformação profunda do povoamento rural a curto prazo, apenas com escassos recursos económicos e humanos, a definição de lugares centrais, nos quais se concentre a maioria dos principais factores de

produção e serviços, é a solução mais adequada. Estes centros funcionarão como núcleos de desenvolvimento para outros menores, formando-se assim uma rede de povoamento rural com desenvolvimento planificado e hierarquizado. Tais centros tenderão para um crescimento gradual e diferenciado, "(...) que produz vários graus de lugares centrais caracterizados por diferentes dimensões populacionais e zonas de influência" (PACIONE, 1984, p. 28), o que cria um grau de hierarquização regular, comandando a distribuição posterior do conjunto dos centros rurais.

Ao definir-se a dimensão demográfica considerada ideal, problema sempre muito controverso, não se teve em conta que o número de habitantes de um lugar rural tem que estar de acordo com os recursos naturais disponíveis e com o desenvolvimento das forças produtivas para não se criarem desequilíbrios prejudiciais ao desenvolvimento e à conservação dos próprios recursos, muito difíceis de superar posteriormente.

Este facto é ainda agravado pela falta de uma cuidada escolha do sítio para localização da aldeia, implantada, por vezes, no lugar menos indicado para funcionar como espaço residencial e produtivo.

Uma planificação que orientasse todo o processo de redistribuição da população rural, absolutamente necessária, teria sido possível, dentro de parâmetros razoáveis, se apenas

actuassem os factores estruturais, e desde que a transformação se processasse de forma gradual, mesmo que incentivada, dando tempo às necessárias adaptações e à modificação progressiva do comportamento dos camponeses perante um novo espaço residencial/produtivo, pois a forma de estar no espaço é algo que faz parte do conjunto de tradições de qualquer sociedade. Mas, logo de início, se impuseram diversos elementos que obrigaram a uma dinâmica de crescimento e organização territorial difícil de acompanhar, e portanto fora de qualquer planificação.

Primeiro foram as formas de mobilização adoptadas por uma parte dos mais directos responsáveis pela implementação do processo. A formação de aldeias comunais havia sido concebida como resultado da mobilização política dos camponeses para formas de produção colectiva, que os levariam à posterior criação dum espaço residencial concentrado. Mas o "ze-lo" exagerado dum número considerável de quadros em dar forma, rapidamente, às orientações do Partido, levou-os a transformar, em muitas regiões, um processo que tem que ser assumido voluntariamente, num acto obrigatório, onde o mais importante, em particular para os quadros a nível distrital, é juntar a população em aldeias, independentemente da sua localização e organização produtiva. Isto trouxe, como consequência imediata, o aparecimento de lugares de aglomeração de população rural que pouco ou nada têm de comunais e, como tal, vistos com maus olhos pelos camponeses, obrigados a abandonar a sua tradicional unidade familiar residencial/

/produtiva sem encontrarem, no novo local de residência, uma compensação, quer económica, quer social; esta situação não pode deixar de se repercutir imediatamente, de forma negativa, em toda a produção familiar, grande suporte do conjunto da economia do país. Assim aconteceu, infelizmente, num grande número de aldeias, em particular na província de Nam-pula e nos distritos meridionais de Cabo Delgado, onde ainda hoje permanecem os efeitos de tal evolução; noutras províncias esta forma de "mobilização" fez-se sentir em muito menor grau. É interessante referir o que, sobre este aspecto, se tem escrito acerca da experiência muito semelhante das "Ujamaa Villages" na Tanzania: "A sua sobrevivência tem dependido do seu carácter voluntário (...). Por esta razão (Julius Nyerere) propôs uma transformação passo a passo da vida rural (...)" (MWADACHU, 1979, p. 115). Com a realização de duas operações para acelerar o processo de formação de "Ujamaa Villages" - Operation Sogeza e Operation Planned Villages - criaram-se, imediatamente, problemas diversos, porque "(...) houve uma atitude competitiva (...). Os responsáveis políticos (regionais) clamavam por medidas rápidas para completar o exercício de povoamento num tempo curto (...)" (MWADACHU, 1979, p. 117). Como refere De Vries para a Tanzania - e as suas consideração podem-se, perfeitamente, extrapolar para Moçambique - a natureza forçada e em larga escala do movimento populacional provoca numerosos problemas, e leva os camponeses a reacções e comentários como: "(...) gostamos das ujamaa mas não da forma como estão a ser implementadas (...)" (DE VRIES, 1979, p. 134). Isto é re-

velador dos efeitos negativos que pode provocar uma interpretação rígida e a preocupação exagerada, por parte de quadros que, eles próprios, ainda não haviam assumido os verdadeiros objectivos das aldeias comunais, levando os camponeses a regeitar algo que, noutras condições, lhes traria reais benefícios. É verdade que posteriormente se procuraram corrigir estes desvios e se deram passos importantes nesse sentido, para o que muito tem contribuído uma melhor formação e preparação dos quadros responsáveis pela implementação dos novos centros de povoamento rural; mas, entretanto, já se haviam criado, nas regiões onde aqueles erros foram cometidos, resistências muito fortes que só serão ultrapassadas com um trabalho cuidadoso e com exemplos concretos de reais melhorias para a vida dos camponeses.

Logo nos primeiros anos de execução do sistema das aldeias comunais, vastas áreas do país foram assoladas por graves inundações, que se repetiram depois nas mesmas ou noutras regiões; seguiram-se uma série de anos com grandes déficits pluviométricos, que atingiram áreas consideráveis. Estes factores conjunturais vieram introduzir, nas regiões afectadas, uma dinâmica diferente, acelerando o aparecimento de inúmeras aldeias, assim como o seu rápido crescimento populacional. Um exemplo bém evidente é apresentado neste trabalho: o da província de Gaza. As estruturas, quer do Partido, quer do Governo, aproveitaram estes factores conjunturais adversos para vencerem resistências e desconfianças naturais entre a população rural, e levá-la a organizar-

-se em aldeias fora do alcance de novas inundações. Mas depois não houve capacidade de recursos materiais e humanos para apoiar e orientar o processo, de forma que as aldeias tivessem a localização e dimensão mais adequadas, e se transformassem em unidades produtivas viáveis. Assim, surgiam diariamente e em locais pouco ou nada indicados para tal, mas que os camponeses julgavam os mais propícios, especialmente porque ficavam próximos das suas antigas unidades familiares; estas aldeias, depois de construídas, continuam a receber grande número de famílias, sem qualquer tipo de programação. Nestas condições, tornam-se numerosas, por vezes enormes, longe da fonte de água mais próxima, com problemas de terra arável para satisfazer as necessidades de todas as unidades familiares e da cooperativa agrícola no seu espaço próprio e, em diversos casos, muito próximas umas das outras. Recentemente, tendo-se reconhecido a inviabilidade de algumas aldeias devido à sua localização ou à sua dimensão excessiva em função dos recursos e dos meios de produção disponíveis, estão a iniciar-se alguns estudos que, de forma planificada, levem a procurar melhores sítios e a desejável redimensionamento. No entanto, esta nova fase vai ter que contar com o cepticismo e conseqüente resistência dos camponeses a mais uma mudança do seu local de residência e produção, ou de um deles. Deve, contudo, referir-se que esta acção, sendo necessária para corrigir distorções que se criaram, terá de prever a hipótese de algumas aldeias serem viabilizadas através do desenvolvimento de outras actividades económicas, que não exclusivamente a agrícola, assim

como a possibilidade de surgirem outros padrões de povoamento, o que se afigura aconselhável.

Perante condições como as que acabam de ser apresentadas, deve reconhecer-se a grande dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de se levar por diante qualquer planificação, pois esta exige tempo para a sua definição e posterior implementação. Ora, tanto a "mobilização competitiva", como os factores conjunturais, deram origem a um crescimento do número de aldeias e da sua população que não permitiu o tempo necessário para a sua orientação minimamente planeada. A isto deve ainda acrescentar-se um dos problemas mais graves com que Moçambique se debate em todos os sectores, e que é a enorme falta de quadros com um mínimo de preparação (formação), para implementarem um processo por natureza complexo, o que os leva ao seguimento "cego", inflexível e, por vezes, distorcido das orientações, sem atenderem às particularidades de cada região e mesmo de cada situação.

Este último aspecto reflecte-se directamente na estrutura das aldeias, assim como no tipo de organização produtiva. O facto de se haver definido uma única planta tipo para as aldeias comunais fez com que estas surgissem muito iguais por todo o país, não atendendo às particularidades físicas e culturais de cada região; aldeias de estrutura quadrangular ou rectangular, com bairros mais ou menos afastados uns dos outros, mas sempre iguais, o que dá a ideia imediata de um povoamento por modelo programado e, por isso, monótono e

imposto.

Se, por um lado, a planificação é necessária para conduzir de forma organizada o processo, nas suas linhas gerais, em direcção aos objectivos definidos - criar um padrão de povoamento que permita o mais rápido desenvolvimento do campo -, por outro, deve ser deixada aos camponeses e às estruturas locais suficiente amplitude de decisão para que as novas unidades de povoamento se possam, mais correctamente, adaptar às condições de cada espaço. Parece evidente que, num número considerável de casos, se assistiu a uma situação inversa. Porque o processo conheceu ritmos de crescimento muito acentuados, a pequena capacidade de quadros devidamente preparados não foi capaz de o acompanhar, assistindo-se a uma proliferação de novas unidades residenciais e a um crescimento demográfico bastante desorganizados; em contrapartida, a nível de distrito e localidade, as estruturas locais centravam a sua preocupação na construção de cada vez mais aldeias, e em fazer respeitar aspectos de menor importância, que deviam ser deixados à iniciativa dos aldeões, como a estrutura do povoado, o número e organização dos bairros, as ruas, etc..

Onde o processo foi mais gradual, como no caso da província de Maputo, tornou-se possível um melhor acompanhamento, o que faz com que o sistema se aproxime mais dum padrão de povoamento hierarquizado e as aldeias não atinjam dimensões demográficas exageradas, como sucede em Gaza. De notar, no

entanto, que este crescimento mais gradual não se deve a uma planificação prévia, mas antes à resistência da população camponesa, e porque aqui não intervieram, da mesma forma que noutras províncias, os factores que nestas foram os grandes aceleradores do processo.

Outro aspecto deveras importante, inserido dentro da necessidade duma planificação geral orientadora e eficiente, e que só muito raramente foi conseguido, diz respeito à forma como as aldeias comunais devem surgir, para respeitarem o princípio básico da sua definição: a concentração e colectivização da produção para levar à concentração da população. Como já atrás foi referido, a situação apresenta-se invertida, servindo as excepções para confirmarem a regra; isto verifica-se não apenas onde os diversos factores já mencionados dificultaram ou impossibilitaram qualquer programação cuidada, mas também onde ela era possível. Assim, aquela que deveria ser a preocupação principal foi secundarizada, ou até mesmo completamente esquecida, aparecendo como prioridade criar aldeias onde se concentre população. Isto leva ao aparecimento de centros rurais que de comunal apenas têm o nome, e onde os aldeões têm de reiniciar, partindo do zero, toda uma nova actividade produtiva familiar, ou então mantêm as suas antigas machambas, mesmo distantes, ficando a aldeia apenas com uma função residencial. Os poucos exemplos existentes onde a organização produtiva antecedeu a residencial resultaram positivamente, sendo de grande importância para o desenvolvimento deste sistema o seu

estudo aprofundado, de forma a que possam servir de modelo para aplicação noutros locais, mas de forma planificada regionalmente com cuidado, e atendendo sempre às características específicas de cada local.

Nestas condições, não é de estranhar que o tipo de povoamento do sistema das aldeias comunais apresente os aspectos analisados no capítulo III do presente trabalho: um povoamento muito homogéneo, onde só em muitos poucos casos se começa a definir um princípio de hierarquização, com distribuição e localização territoriais que não têm em atenção factores de desenvolvimento futuro, e dimensões que, muitas vezes, não estão de acordo com as capacidades em recursos naturais disponíveis, nem com o desenvolvimento das forças produtivas.

O sistema das aldeias comunais está, assim, a criar um padrão de povoamento que aqui se achou por bem designar como agrupado; como já se disse, talvez não seja a designação mais adequada ou mais exacta, mas dentre as classificações de tipos de povoamento, desde Demangeon a Christaler, passando por Schwartz, nenhuma das nomenclaturas propostas se ajusta devidamente ao tipo aqui referido. Mas não é este um aspecto fundamental, pois o tipo de povoamento deve responder às características e necessidades de desenvolvimento económico e social, ao mesmo tempo que integra aspectos culturais próprios de cada grupo social. De maior relevo são os aspectos que, duma forma ou outra, estão a interferir no desenvolvimento,

tanto do conjunto do sistema, como de cada uma das suas unidades componentes (as aldeias). Referem-se em seguida aqueles que parecem ser de mais evidente impacto:

a) É certo que, como refere Michael Pacione, o homem é, por excelência, "(...) um animal gregário (...). Ele espera realizar tarefas com o menor esforço possível. Assim, as aldeias são a forma mais eficiente de povoamento para uma vida semocomunal (...)" (PACIONE, 1984, p. 27). Também não é menos verdade que a população dispersa é um obstáculo à expansão do progresso técnico, à comercialização da produção agrícola e ao fácil acesso à escola e à saúde, considerando a situação concreta dos países subdesenvolvidos. Mas a transformação dum tipo de povoamento noutra absolutamente diferente não pode ser forçada, nem conseguida a curto prazo, pelo que implica a nível de formas diferentes de comportamento, quer no âmbito da organização do espaço, quer no de novas relações sociais e de produção.

Isto não significa que se deve manter o padrão de povoamento existente ou esperar que, num longo processo de evolução natural, surja, por fases, um povoamento concentrado. Pensar nesta hipótese é ir contra toda a história recente de Moçambique, e mesmo do continente africano. As transformações estão a processar-se a ritmos acelerados para se tentar recuperar um pouco do tempo perdido, o que implica a necessidade de se planificarem, desencadearem e acompanharem as

acções de transformação, embora com o risco, inevitável, de se multiplicarem as dificuldades que se levantam a cada passo.

No caso concreto do povoamento rural, não se pode fugir à necessidade de desencadear um processo que conduza a uma diferente organização territorial da população, que facilite a provisão de meios e serviços e promova o desenvolvimento rural. Mas a planificação e posterior apoio de tal processo tem que ser devidamente ponderada para não se criarem situações que levem os camponeses a hostilizar o projecto, por verem nele algo que lhes é imposto de fora e sem resultados práticos imediatos: é de grande utilidade que se sintam directamente envolvidos, como participantes activos da transformação. Um dos aspectos fundamentais a ter em consideração, para evitar situações de rejeição e compreender resistências que sempre surgem quando é necessário proceder a transformações que envolvem o Homem, é o conhecimento profundo de hábitos e tradições arraigadas na sociedade camponesa, tentando encontrar as melhores formas de aproveitá-las, naquilo que têm de positivo. Mesmo quando algumas dessas tradições possam, a princípio, parecer contraditórias quanto à necessidade de criar novas relações residenciais/ /produtivas, torna-se necessário saber escolher as formas mais adequadas para as ultrapassar.

A vontade de mudar existiu e ainda existe entre os camponeses moçambicanos; mas quando se sentem empurrados para mu-

danças que desejam mas não compreendem completamente, e não vêem de imediato resultados positivos nas suas condições de vida e trabalho, então começam a adoptar uma atitude de resistência que depois é difícil vencer. Não é esta a situação geral vivida, mas há casos em que essa resistência já é evidente, devido à forma como o processo foi conduzido ou aos resultados obtidos; contudo, parece que ainda há condições de ultrapassar rapidamente o inconveniente, se adoptadas as medidas correctas.

b) O definir-se a transformação dum povoamento rural disperso e irregular num padrão concentrado implica, obrigatoriamente, não apenas a existência de motivações, mas também uma perspectivação que permita esboçar as linhas gerais de desenvolvimento. Nas condições de Moçambique, a implantação duma rede de povoamento concentrado envolve dois aspectos: hierarquização dentro do sistema; inserção deste nas outras formas de povoamento existente. Ora, para o caso das aldeias comunais, não se conhece nenhum documento ou estudo que aborde qualquer destes assuntos. Sendo assim, é natural que os novos centros rurais surjam muito homogéneos e prevendo-se para todos as mesmas infraestruturas sociais e económicas. E aqui levanta-se logo um problema, já anteriormente abordado: nas condições de desenvolvimento de Moçambique, o país não tem capacidade económica e humana que possa cobrir e acompanhar o grande número de aldeias formadas num período de tempo muito curto. Assim, fica um pouco ao cri-

tério e capacidade dos quadros distritais a escolha das aldeias a terem prioridade para beneficiarem de maior apoio e orientação. Esta situação não colocaria problemas se os distritos estivessem dotados de recursos capazes de evitar distorções e desequilíbrios, que criam descontentamento entre os aldeões dos centros menos favorecidos. Mas o que na realidade se passa é uma ausência completa de escala de prioridades que conduz a grande dispersão de esforços e investimento, exceptuando alguns casos pontuais de aldeias consideradas em situação de emergência. Por isso, num processo como este, é importante a definição de centros que, como refere Paul Cloke (1979), sirvam de centro de polarização das infraestruturas de desenvolvimento para uma determinada área. Esta definição, partindo de linhas gerais únicas, deve ser concretizada e adaptada a nível regional, para que sejam consideradas as características próprias, sem as quais se torna difícil a implementação de qualquer projecto.

É certo que, em muitas situações, estes centros surgem naturalmente, como consequência do auto-desenvolvimento; mas, para uma situação que pretende acelerar a transformação do povoamento, é inevitável a definição prévia, com base em estudos cuidados, de centros que funcionem como pólos de desenvolvimento para uma determinada área de influência. Só assim se torna possível organizar os escassos recursos económicos e humanos, para apoiar mais eficazmente o desenvolvimento do sistema.

Na fase actual das aldeias comunais, e como se pode observar pelos quadros do capítulo III, é possível aproveitar algumas das tendências de hierarquização demográfica para estabelecer um plano de centros de desenvolvimento. No entanto, seria um erro que essa definição fosse apenas feita em função da população; é necessário que se tenha em linha de conta factores relacionados com o desenvolvimento económico e social já observado nas aldeias, assim como as condições de recursos disponíveis, de forma a garantir um real desenvolvimento de toda a área de influência que fôr definida. Apesar de tudo, a situação actual apresenta-se bastante favorável para um tal estudo, partindo da observação de alguns exemplos práticos de relações que já se começam a observar, ainda que em fase embrionária, entre aldeias. Poderão assim ser criadas as condições para um padrão de povoamento concentrado e planificado de acordo com os objectivos de desenvolvimento definidos para o campo.

Mas não se deve pôr a hipótese da existência de um único padrão. Não parece lógico pensar que todo o povoamento rural em Moçambique, pelas características que apresenta, se desenvolva apenas com base nas aldeias comunais. É necessário abrir perspectivas para a organização doutros tipos de povoamento, mesmo o disperso, desde que não se transforme num entrave para o desenvolvimento.

Porque o povoamento disperso ainda é uma realidade e existem numerosas povoações comerciais espalhadas pelo país,

torna-se necessário que estes diferentes tipos de povoamento estabeleçam, entre si, relações territoriais, económicas e sociais, de forma a criar-se um modelo geral do conjunto das diversas formas de organização do espaço rural habitado; a este propósito refere Paul Cloke que "(...) uma política de povoamento principal incorpora uma visão geral do padrão de povoamento como um todo e dá especial ênfase às relações entre o povoamento principal e os outros povoamentos (...)" (CLOKE, 1979, p. 23).

No caso de Moçambique estas relações estabelecem-se um pouco como fruto do acaso e, por vezes, criam-se antagonismos prejudiciais ao eficaz desenvolvimento do campo.

A partir das situações do sistema das aldeias comunais de Maputo e Gaza, exemplos bastante diferentes, poder-se-ão estabelecer princípios importantes para responder aos problemas aqui levantados.

c) Como se procurou demonstrar na capítulo III, foram os factores conjunturais os maiores responsáveis pelo crescimento demasiado rápido do sistema. Com o ritmo desencadeado por factores imprevistos, mesmo que existisse um plano previamente definido, seriam ultrapassadas todas as capacidades de actuação; as aldeias surgem sem uma prévia e adequada escolha da sua localização, sem que haja possibilidade de se fazer a avaliação dos recursos naturais dis-

poníveis. Então, as estruturas responsáveis pelo sistema aos diversos níveis são confrontadas com uma série de exigências levantadas justamente pelos habitantes para a prestação de apoio na abertura e funcionamento de serviços básicos, como água potável, factores de produção, escola, saúde e outros, para as quais não têm capacidade de resposta imediata. Assim, vão actuando à medida das suas possibilidades, e os problemas acumulam-se, criando o descrédito entre os aldeões, em particular no aspecto produtivo e no de comercialização, sem dúvida os mais sensíveis.

É frequente, e talvez normal, que os camponeses afectados por um dos factores conjunturais aqui diversas vezes referidos, se dirijam para aldeias já constituídas. Este facto vem aumentar os problemas dos aldeões ali residentes, que nem sempre reagem bem a este afluxo de mais famílias. A situação de aldeias de dimensões demográficas demasiado grandes, para além dos problemas produtivos que levanta, acarreta grandes dificuldades de administração, pois uma aldeia com 10 mil habitantes ou mais exige uma gestão complexa e coloca problemas inexistentes em aglomerados bem menores, de 3 a 5 mil pessoas. Os aldeões eleitos para assumirem a responsabilidade política, administrativa e até económica da aldeia, em grande percentagem ainda analfabetos e com experiência limitada à direcção da sua unidade familiar, sentem enormes dificuldades para desempenharem tal tarefa, e não é de admirar que acumulem erros que vão prejudicar o bom funcionamento do novo aglomerado populacional, muito em par-

ticular nos aspectos de gestão económica das unidades produtivas colectivas. É frequente recorrerem ao apoio do professor que, mesmo muito jovem e sem experiência, é a pessoa que poderá encontrar as melhores soluções para problemas de administração da aldeia.

Outro aspecto que o grande crescimento demográfico implica é a extensão territorial do espaço habitado da aldeia, surgindo bairros localizados a mais de 5 km do centro; isto é muito frequente em aldeias dispostas em linha ao longo de vias de comunicação, chegando a ultrapassar os 10 km duma extremidade à outra. Mas ainda se encontra outra situação que se pode considerar pouco lógica, em termos de ordenamento territorial das aldeias: é o facto de fazerem parte duma aldeia bairros localizados a distâncias que rondam os 5 km contados a partir da extremidade do bairro mais próximo (podem citar-se, como exemplos, a aldeia de Pambarra e de Macunhe, na província de Inhambane, a Julius Nyerere, na de Gaza). Estes bairros, pela distância a que se encontram da aldeia em que se integram, e pela população que possuem, deviam funcionar como aldeias independentes - e, de resto, em termos de nomenclatura geográfica rigorosa, no aspecto morfológico, assim é de facto. No caso de Macunhe, o bairro dos pescadores, além da distância a que se encontra, tem uma actividade económica, a pesca, completamente diferente da do resto da aldeia, que é agrícola. Na realidade, só se afigura vantajoso que estas situações se desenvolvam em aldeias de menores dimensões, dentro da área de influência da aldeia

principal, dando-se assim mais um passo no sentido duma rede hierarquizada.

d) Com a organização da população rural em aldeias procura-se fazer chegar aos camponeses, em condições mais favoráveis e eficazes, uma série de serviços indispensáveis, como sejam a saúde, a educação, o abastecimento em água potável e artigos de primeira necessidade e outros. O ritmo de crescimento do número de aldeias, agravado pela falta de um planeamento ajustado à capacidade de fornecimento destes serviços a todas elas, tem originado situações difíceis, pois nesta nova forma de povoamento os aldeões não vêem satisfeitos anseios que lhes haviam prometido. As dificuldades são agravadas pelo rápido crescimento populacional destas unidades de povoamento rural que, mesmo possuindo alguns serviços (educação, saúde, água), a curto prazo vêem a sua capacidade máxima completamente ultrapassada. Assim, os enormes esforços que têm sido desenvolvidos pelas estruturas do Partido e do Estado, no sentido de dotarem as aldeias dum conjunto de infraestruturas, tornam-se pouco eficazes, por vezes não tanto em quantidade, mas em qualidade.

Como síntese final pode dizer-se que, nas condições em que se tem desenvolvido o sistema das aldeias comunais, com a intervenção de factores ainda não controláveis (as cheias

e as secas), com uma forte componente externa (instabilidade militar), ou advindos duma 'mobilização' forçada e competitiva, a juntar a outros inerentes à falta de experiência e à distorção de orientações traçadas, torna-se deveras difícil, num processo tão complexo, criar e desenvolver um plano que, a nível nacional, regional e local, faça evolucionar o processo sem sobressaltos e sem falhas. No entanto, parece estarem criadas agora algumas condições necessárias para que, a nível regional (provincial), se estabeleça um desenvolvimento planificado do sistema de povoamento e se corrijam os erros que até aqui se acumularam, para não se correr o risco de fazer desmoronar todo o trabalho já feito. Esta acção já foi iniciada em algumas províncias (Inhambane e Gaza, por exemplo), com a redistribuição e redimensionamento das aldeias. Mas, em termos de espaço povoado, é indispensável que se estabeleçam princípios fundamentais que possam assegurar minimamente o seu sucesso. Entre esses princípios devem destacar-se: a possibilidade de surgirem outros padrões de povoamento; a necessidade de a localização das aldeias ser resultado de estudos que garantam o seu correcto desenvolvimento; a definição de aldeias que funcionem como centros dum determinado território; o estabelecimento da dimensão desejável para a aldeia em vários períodos do seu desenvolvimento, de acordo com os recursos naturais disponíveis e o desenvolvimento das forças produtivas; ter em atenção as características físicas, económicas e culturais de cada região, admitindo-se flexibilidade para todas as adaptações que se afigurem mais vantajosas.

2. Como organizar o espaço produtivo das aldeias cominais?

Como foi dito no capítulo anterior, a estrutura agrária colonial não serve os objectivos de desenvolvimento definidos pelo Governo de Moçambique, tornando-se indispensável a sua profunda transformação. Mas logo de início se pôs a questão: que tipo de estrutura agrária criar? Ao analisarem-se relatórios de organismos especializados das Nações Unidas (da FAO em particular), verifica-se que se apresentam bastante cépticos no que respeita aos programas de reforma agrária nos países subdesenvolvidos, quando constataam que "(...) no conjunto, os progressos conseguidos na execução dos programas de reforma agrária estavam longe de ser satisfatórios na maior parte dos países em vias de desenvolvimento (...)" (PROGRÉS DE LA REFORME AGRAIRE, 1977, p. 22). Esta situação, ainda segundo os mesmos relatórios, deve-se, entre outros aspectos, ao facto de não se terem aplicado verdadeiras transformações das estruturas agrárias existentes, limitando-se, em muitos casos, a uma mudança de proprietários ou, como sucedeu em vários países, à opção por "(...) uma estratégia de reinstalação das populações em novas áreas, mas estes esforços não têm contribuído, até aqui, para resolver os grandes problemas que põe o desenvolvimento" (PROGRÉS DE LA REFORME AGRAIRE, 1977, p. 22).

O Partido Frelimo e o Governo de Moçambique estavam conscientes de que o desenvolvimento do campo só seria viável com a transformação radical da estrutura agrária, a começar pela

propriedade da terra que, sendo nacionalizada, passou a pertencer ao Estado. O passo seguinte foi a definição da agricultura colectiva como base para o desenvolvimento rural, mas sem abandonar a agricultura familiar e empresarial (privada).

A agricultura colectiva é constituída pelos sectores estatal e cooperativo, este último associado ao processo de concentração de população rural. Passa-se assim dum estrutura que se pode designar por bimodal (agricultura empresarial privada e familiar), com grandes desequilíbrios, para outra onde os quatro sectores que a constituem (ver fig. 56 do capítulo IV) se pretendem complementares.

É dentro deste processo de transformação que se insere a organização do espaço produtivo das aldeias comunais, aquele que interessa a este trabalho, considerando que somente através da concentração produtiva planificada se chega a uma real consolidação das novas estruturas agrárias que conduzem ao desenvolvimento do campo.

No novo espaço produtivo procura desenvolver-se, lado a lado, o sector cooperativo e o familiar, como base para a socialização do campo, gerando-se a referida estrutura agrária bimodal, onde o principal papel, que deveria caber às unidades cooperativas, é desempenhado, na prática, pelas familiares. A complementaridade que se observa entre estes dois sectores contraria a posição que alguns autores

defendem, quando opõem a exploração familiar da terra ao desenvolvimento dum agricultura colectiva. Mas a solução adoptada em Moçambique torna-se absolutamente necessária, pelo peso que as unidades familiares representam na produção e pela enorme percentagem de população que ocupam (ver capítulo IV). Apesar de inicialmente este sector haver sido bastante marginalizado, em favor da exclusividade dos sectores estatal e cooperativo, ou mesmo só daquele, com consequências desastrosas na produção agrícola, posteriormente foi reconhecido como uma forma de produção que "(...) longe de ser um fenómeno aberrante, um 'quisto' na sociedade, aparece-nos ao longo do seu processo como um aspecto de desenvolvimento do conjunto das formas sociais", além de se apresentar "(...) como a forma de obtenção de produtos alimentares socialmente mais eficiente" (NALLET, 1983, p.61).

Pode pois afirmar-se que, mesmo nos moldes socialistas de transformação e desenvolvimento rurais, a pequena ou média unidade familiar mantém um papel importante e necessário, ligado ao próprio crescimento da produção e ao processo de desenvolvimento do campo; este aspecto tem um significado vital durante o período de transição, inevitável numa transformação deste tipo. Evidentemente que isto faz aparecer contradições que devem ser controladas, a fim de se lhes dar a orientação necessária.

Se o papel da unidade familiar é importante, é mediante o desenvolvimento da cooperação produtiva camponesa que se ma-

terializa, qualitativamente, a passagem para um novo tipo de relações de produção, que possam conduzir a um aumento significativo desta e da produtividade. Se isto ainda não constitui a realidade da maioria das cooperativas agrícolas em Moçambique, existem razões objectivas para tal, mas os exemplos positivos já apresentados são de molde a confirmar o que acaba de ser dito, devendo, contudo, reconhecer-se que não se trata do único modelo de desenvolvimento eficaz do campo.

O significado das formas colectivas de produção, assim como das unidades familiares e mesmo a manutenção de explorações privadas, num período de transição, ou até posteriormente, depende dos pontos de partida e das etapas de desenvolvimento, assim como das realidades específicas existentes que não podem ser esquecidas, pelo que a estruturação das relações mantidas entre as diferentes unidades são resultado de condicionantes sócio-económicas particulares.

Nestas condições, o processo não é fácil nem linear; antes pelo contrário, os dados apresentados e analisados no capítulo IV revelam insucessos e períodos de avanços e recuos, que têm marcado o crescimento da nova forma de organização do espaço produtivo das aldeias comunais. Na realidade, a situação, quer do sector cooperativo, quer do familiar é, em geral, bastante precária; mas - repete-se - diversos exemplos, alguns dos quais apresentados neste trabalho, revelam progressos evidentes. Por isso, se não é justificável

uma atitude plenamente optimista, também não é correcta uma postura derrotista. O processo é complexo e ainda muito recente para se chegar, desde já, a conclusões definitivas, porque estão a ser introduzidas permanentemente modificações, no sentido de se encontrar a prática mais eficaz. O panorama, não sendo, de modo algum, bom, apresenta, contudo, indícios de poder melhorar, desde que se prossigam e adoptem medidas correctivas para alguns dos principais problemas que actualmente afectam de forma grave a produção das aldeias, e se consiga estabelecer uma real complementaridade entre os sectores familiar e cooperativo. Apesar de já terem sido abordados no capítulo IV, serão agora expostos alguns destes problemas, com um pouco mais de pormenor.

No processo de ocupação do espaço produtivo agrícola é necessário ter em conta, entre outros, os seguintes factores que sobre ele têm uma influência mais ou menos directa:

- características físico-geográficas do território, entre as quais se podem destacar a fertilidade dos solos e as formas de relevo;
- existência de recursos hídricos que permitam a instalação de sistemas de rega;
- estrutura agrária existente e mudanças necessárias e possíveis, de forma a aumentar a produtividade das terras;

- recursos de trabalho;
- conhecimento e aproveitamento da experiência acumulada pela população no processo de produção, aspecto de grande importância para evitar confrontos culturais e saber encontrar as formas mais eficazes para ultrapassar tradições que possam ser um travão ao desenvolvimento;
- utilização racional de novas tecnologias e adaptação e melhoramento dos sistemas de cultura tradicionais, de forma a torná-los mais eficazes;
- organização adequada da alternância de culturas e diversificação de espécies, para responder às necessidades da população e da indústria local, e também das exportações.

Da solução adequada dos problemas que se colocam, em função destes e doutros factores, depende o desenvolvimento do campo. Isto significa que aquele é favorecido pela correcta planificação na utilização de recursos. Mas a ponderação dos aspectos enunciados encontrou, ao longo do processo de formação dos espaços produtivos das aldeias, as mesmas dificuldades já referidas para o espaço residencial, devido a uma execução menos correcta ou mesmo errada dos princípios orientadores ou, em alguns casos, pela falta duma definição apropriada que ajudasse os aldeões e os quadros locais a encontrarem as soluções mais adaptadas à região, ao que se jun-

tou a acção de factores conjunturais repetidamente aludidos.

2.1. Dos factores naturais

As inundações e as secas têm afectado de forma violenta o conjunto da produção agrícola um pouco por todo o país, mas com particular incidência nas províncias do Sul e Centro. A prolongada estiagem que se tem feito sentir de forma dramática está a atingir de modo muito particular a agricultura cooperativa e familiar, onde a irrigação ainda é pouco utilizada, ou completamente ausente. A amplitude desta situação pode ser avaliada pela observação cuidada do quadro 2. Perante isto, torna-se evidente a necessidade de expandir sistemas de rega e de pequenas barragens que minimizem os efeitos da grande irregularidade pluviométrica, frequente em vastas regiões do país. Ao contrário do que muitas vezes é afirmado, uma grande parte dos solos moçambicanos apresentam capacidade de retenção de água muito fraca, pelo que se tornam muito sensíveis aos períodos de seca, mesmo que não sejam muito longos (REPORT FAO/WFT/WMO, 1980).

2.2. Da rápida concentração da produção

Os factores conjunturais e a "mobilização", da mesma forma como se reflectiram na organização do espaço residencial, repercutiram-se directamente na organização do espa-

ço produtivo das mesmas aldeias, pois também aqui levaram a uma rápida concentração das unidades familiares e ao aparecimento, sem preparação, de cooperativas agrícolas. Este ritmo não pôde ser acompanhado pela escolha mais adequada dos melhores locais para a produção agrícola, o que tem obrigado, em várias situações, a mudanças das áreas produtivas, devido ao rápido esgotamento dos solos. Como consequência, o território residencial/produtivo não constitui, em numerosos casos, uma unidade espacial contínua; formam-se duas áreas espacialmente separadas, com o conseqüente afastamento entre o local de residência e o de produção. Esta situação de crescimento não planejado e a ritmos que ultrapassam a capacidade existente de apoio e controle dificultam, ou mesmo impossibilitam, a tomada de medidas que levem a um melhor e mais eficaz desenvolvimento do processo. Estas só podem ser conduzidas a bom termo tendo em conta a dimensão demográfica das aldeias, de acordo com os recursos em terras férteis, água para irrigação e outros.

Por estranho que pareça, num país onde o número de habitantes por hectare de terra arável é bastante baixo, no sistema das aldeias comunais estão a surgir conflitos de espaço produtivo, quer dentro do território duma aldeia, quer entre aldeias vizinhas. No primeiro caso, a dimensão demográfica da aldeia é excessiva para o território produtivo de que dispõe, em quantidade e em qualidade, num raio razoável de acessibilidade, criando-se assim uma situação conflituosa de espaço entre unidades familiares, e entre estas e a

cooperativa. O segundo caso deve-se ao facto de se construírem aldeias muito próximas umas das outras, fazendo com que os solos mais férteis não sejam suficientes para a necessidade de espaço produtivo dos dois ou mais centros populacionais (ver capítulos III e IV). Não sendo uma situação generalizada, ela é, no entanto, algo frequente, e só poderá ser eliminada com o redimensionamento das aldeias, definição adequada do espaço produtivo e correcta localização dos centros residenciais/produtivos rurais, tendo sempre em conta as particularidades regionais.

A situação que acaba de ser descrita faz com que as unidades produtivas, e em particular as familiares, se distanciem muito do local de residência, ou então vejam muito reduzidas as suas dimensões, problema que já começa a afectar um número considerável de centros populacionais rurais. Pelas dificuldades que esta situação tem posto ao desenvolvimento harmonioso das aldeias, algumas províncias (casos de Inhambane e Gaza) tomaram a iniciativa de realizar estudos para o redimensionamento das aldeias, com base no conhecimento das potencialidades para a produção agrícola, a partir da utilização de tecnologias intermédias. Mas este redimensionamento, se não for cuidadoso, pode vir a criar novos problemas que é necessário evitar a todo o custo, para não desacreditar, por completo, junto dos camponeses, todo o processo em curso de transformação do campo.

O rápido crescimento inicial do número de cooperativas e o

pouco apoio que lhes foi prestado não permitem uma organização produtiva e administrativa adequada às necessidades e aspirações dos cooperativistas. Não existe noção de produtividade. A distribuição dos rendimentos é feita sem critérios bem definidos, ou não se faz, o que desmobiliza os aldeões. A partir de 1981/82, no âmbito de projectos já aqui mencionados, ou por iniciativa das próprias cooperativas, fazem-se esforços de formação que permitam uma melhor organização e mais fácil administração das unidades. Já se notam alguns resultados positivos, como se pode ver pelas cooperativas integradas no projecto C01: em 38 cooperativas que foram analisadas, a produção teve um aumento de 8% da campanha de 81/82 para a de 82/83, mesmo sem que esta última tenha terminado (SANTOS, 1984, p. 60); relembrem-se ainda os exemplos apresentados no quadro 85.

2.3. Das novas tecnologias e sistemas de cultura

Nas unidades familiares dispersas não existe uma noção exacta de limites rígidos para as parcelas, pois há vasto espaço disponível, susceptível de utilização, sem que se quebre a unidade residencial/produtiva familiar. Com a concentração das parcelas familiares e a criação dum novo tipo de unidades produtivas - as cooperativas -, a estrutura agrária sofre alterações inevitáveis, tendo que se adaptar a um território agora com limites mais ou menos definidos, pelo menos em função da distância ao local de residência. Esta

nova situação implica a necessidade dum sistema de parcelamento das unidades familiares e cooperativas. Mas para que este tenha efeito, torna-se necessário, de acordo com a fertilidade dos solos, a tecnologia e os sistemas de cultura utilizados, definir dimensões para as parcelas, tendo em atenção a necessidade do aumento da produção e da produtividade.

Este trabalho só se tornou efectivo a partir de 1983/84, de forma gradual, coincidindo com uma maior atenção que se começa a prestar à agricultura familiar das aldeias e a distribuição de terras aos aldeões. Têm-se encontrado algumas dificuldades, como sejam: permanência de pequenas machambas familiares de população ainda dispersa no espaço produtivo da aldeia; alguma resistência inicial dos aldeões à organização de parcelas confinantes, pertencentes a famílias diferentes; limites para as parcelas. No entanto, os exemplos positivos já existentes são de molde a estimular a continuação deste trabalho, sendo necessário, todavia, definir com maior cuidado a área de terra arável a atribuir, quer à cooperativa, quer a cada família.

Com a concentração das unidades familiares e a formação de cooperativas de produção agrícola tornou-se evidente a necessidade de se processarem avanços tecnológicos e a adaptação dos sistemas de cultura. Mas não houve o necessário cuidado em se proceder a uma utilização racional de novas tecnologias, adaptando-as às condições e características lo-

cais. Se por um lado continuaram a utilizar-se as técnicas tradicionais, pouco produtivas, em particular nas machambas familiares, por outro, especialmente nas cooperativas, introduziu-se, ou prometeu-se, tecnologia mecanizada, desconhecida para a grande maioria dos camponeses, sem que para tal tivesse sido feita uma preparação adequada (salvo raras excepções).

Ao manterem-se os sistemas de cultura e a tecnologia tradicionais imutáveis e aplicadas a uma nova situação de organização do espaço e da produção, faz-se que tanto esta como a produtividade diminuam. É verdade que há autores que defendem que "(...) os métodos agrícolas africanos protegem com grande eficiência a débil fertilidade do solo (...) e a maioria dos implementos e práticas são parte dum bem integrado sistema" (JOHNSTON, 1977, p. 43), o que não deixa de ser verdade. Mas se isto for analisado de forma estática, a África estará condenada a não poder introduzir inovações tecnológicas significativas nas suas actividades agrícolas. No caso das aldeias comunais em Moçambique, assim como no de muitos outros projectos em África, o sistema tradicional de produção e de organização espacial está a ser modificado; logo, parece imprescindível introduzir novas e mais eficazes práticas agrárias, mas continuando a preservar a fertilidade do solo, assim como outros equilíbrios ecológicos indispensáveis (floresta, água ...).

Mas a inovação tecnológica feita sem uma adequada planifica-

ção e adaptação tem provocado situações bastante difíceis. No caso concreto das cooperativas agrícolas criou-se o "complexo do tractor", de tal forma que cooperativas há onde, quando a máquina não chega ou está avariada, não se prepara a terra para a cultivar, confirmando-se o que alguns autores referem, ao dizerem que as pessoas a quem determinada tecnologia não foi dada a conhecer antes da sua utilização "(...) desistem e, em muitos casos, deixam de fazer as coisas que já faziam antes" (SCHUMACHER, 1985, p. 153). Logo no início do movimento cooperativo, as estruturas distritais e provinciais criaram, entre os cooperativistas e os aldeões em geral, a ideia de que as unidades colectivas só seriam rentáveis com utilização de tractores, moto-bombas, insecticidas e outra tecnologia ainda desconhecida dos camponeses moçambicanos. É posta de parte a tracção animal, de que não havia grande tradição em Moçambique; marginalizam-se também outros processos de mais simples utilização para se iniciar este movimento. É evidente que a ideia de utilizar a tecnologia mais sofisticada não surge por acaso; ela insere-se na corrente defendida por muitos especialistas, segundo os quais "(...) com a maquinaria mais moderna se obtém muito maior produção por unidade de capital investido (...)" (SCHUMACHER, 1985, p. 151). Ao incentivar-se o "complexo do tractor", esquece-se a possível vantagem que uma tecnologia mais simples traria - aquilo a que alguns autores chamam tecnologia intermédia -, porque se ajustaria "(...) com muito maior facilidade ao ambiente em que irá ser utilizada. O seu equipamento será bastante mais simples e portanto mais fácil de compreender e, bem assim, de reparar localmente" (SCHUMACHER,

1985, p. 151). Reconhecem-se as grandes vantagens da tecnologia mais avançada, mas sublinha-se também que a mesma, se não tem condições para ser utilizada no seu rendimento máximo, se torna inoperante e demasiado dispendiosa. Devido a esta situação, os aldeões vêem-se a braços com problemas de manutenção das máquinas, dificultada pela falta de técnicos e de peças sobresselentes, de falta de combustível, da chegada tardia ou falta dos fertilizantes químicos e dos pesticidas, ou de outros factores de produção. A simples falta dum parafuso para o tractor é suficiente para paralisar toda a produção das unidades agrícolas cooperativas. No entanto, conhecem-se exemplos de cooperativas que, com tecnologia mais adaptada às capacidades actuais, conseguem resultados satisfatórios. A partir de 1980/81, através de alguns projectos de desenvolvimento cooperativo, tem-se procurado recuperar o sector com a introdução da tracção animal e outra tecnologia simples, mas que permite melhores produções e não depende, exclusivamente, do exterior; podem referir-se métodos de rega por gravidade, introdução de espécies mais resistentes e mais produtivas. Os exemplos destas experiências, apesar de recentes, têm feito modificar a posição que vinha sendo assumida, reconhecendo-se a necessidade de encontrar soluções diversificadas, de acordo com as capacidades locais. Ao mesmo tempo, procuram melhorar-se os sistemas de cultura tradicionais, através do aperfeiçoamento da prática de consociações e rotações de culturas e da adequada intercalação do pousio.

É certo que, ao introduzirem-se novas tecnologias e sistemas de cultura nas unidades cooperativas, se pretende, além do aumento da produção e da produtividade, que estas sirvam de centros a partir dos quais se faz a sua divulgação, pois "(...) o progresso técnico depende da existência de canais efectivos para disseminar a apropriada massa de conhecimentos entre grande número de produtores" (JOHNSTON, 1977, p. 67). Mas o que na realidade se passou, muito em particular durante os primeiros anos do processo, é que a tentativa de modernização não foi devidamente planificada nem orientada para lhe conferir um desenvolvimento gradual e sistemático, tendo os maiores esforços e investimentos sido canalizados para as grandes empresas estatais agrícolas que, ao contrário do que fora previsto, muito pouco ou mesmo nenhum apoio deram ao sector cooperativo e à agricultura familiar.

A experiência de diversos projectos semelhantes a este tem revelado que o "(...) fornecimento da assistência material necessária ao estágio inicial do desenvolvimento das aldeias põe grandes problemas (...)", pois é necessário "(...) encontrar o equilíbrio entre a assistência que encoraja e incita as pessoas a trabalhar e a assistência que tem o efeito inverso" (PROGRÉS DE LA REFORME AGRAIRE, 1977, p. 53). Ora, quando se desencadeou a mobilização para a constituição das cooperativas, insistiu-se muito nas promessas de apoio em máquinas e factores de produção diversos, que depois não foram cumpridas, pois não havia possibilidade para tal. Criou-se, assim, entre os camponeses, um sentimento de frustra-

ção, pois ficam à espera do apoio prometido que geralmente nunca chega, ou chega atrasado, não realizando os trabalhos necessários à produção; situações destas são frequentes a nível do sector cooperativo. Por outro lado, quando se consegue fazer chegar à aldeia o apoio técnico prometido, o problema coloca-se a nível da sua rendibilidade e assistência; é evidente que "(...) é um erro admitir que o equipamento mais perfeito, transplantado para um meio pouco evoluído, irá trabalhar a 100% da sua capacidade; e se a utilização da capacidade fôr baixa, a relação capital/produção será igualmente baixa" (SCHUMACHER, 1985, p. 152).

Não se põe em dúvida a grande vantagem que a utilização de tecnologias mais modernas pode trazer; mas ela deve tornar-se realmente num benefício económico concreto para os camponeses, através do aumento da produção e da produtividade, o que passa por uma utilização eficiente desse equipamento; caso contrário, cai-se na situação em que a inovação pode ser bloqueada, em função dos maus resultados obtidos com a sua aplicação.

A introdução e a adaptação de novas tecnologias e sistemas de cultura, que é absolutamente necessário fazer, requerem a difusão de conhecimentos gerais e especializados, o que implica uma acção a diversos níveis e depende do funcionamento do sistema de educação, das organizações administrativas, de mercados e de centros de apoio técnico. É evidente que a taxa de difusão de novas tecnologias se torna mais

rápida quando "(...) diferem apenas moderadamente de actividades já bem conhecidas (...). Nos casos em que a escala e a complexidade (...) são muito superiores às actividades existentes, o transplante assume a forma de enclave, com limitado impacto sobre o nível de produtividade" (JOHNSTON, 1977, p. 67 e 68). Em determinadas fases de desenvolvimento, e no caso concreto da agricultura das aldeias comunais em Moçambique, pode ser mais rentável, de imediato, a introdução da tracção animal do que a da mecânica. Quer isto dizer que se devem procurar e incentivar tecnologias intermédias que garantam um primeiro e fundamental passo no sentido do desenvolvimento racional da produção familiar e cooperativa. Claro que, sempre que possível, devem introduzir-se tecnologias mais avançadas, desde que estejam garantidas as condições para a sua correcta e plena utilização. Aqui cabe um papel fundamental às cooperativas, no sentido de se assumirem como o sector dinamizador do desenvolvimento agrícola das aldeias.

2.4. Da necessidade de planificação

Os exemplos apresentados no capítulo IV, que estão a resultar positivamente, quer no sector cooperativo, quer no familiar, podem considerar-se como indicadores de que é possível encontrar os caminhos correctos para fazer evoluir, em simultâneo, e com vantagens, estes dois sectores, dentro da política geral de desenvolvimento da agricultura definida

para o sistema das aldeias comunais. Por isso é necessário e urgente levar-se a cabo a extensão e a divulgação dos projectos e iniciativas aldeãs já com sensíveis resultados económicos, que vão ao encontro dos interesses dos camponeses e do desenvolvimento económico do país. Para que na realidade se possa falar de desenvolvimento agrícola dentro do sistema das aldeias comunais, é necessário que aquele se processe simultaneamente nos dois sectores (cooperativo e familiar) e se estenda a todo o sistema.

Tanto agora, como no capítulo IV, se têm analisado alguns dos aspectos sobre os quais é preciso actuar para se ultrapassar a fase de declínio e as dificuldades que se têm observado, mas é necessário estar consciente de que o sucesso duma política deste género é gradual e limitado no seu início, "(...) em particular quando os recursos técnicos, pedagógicos e financeiros são insuficientes para se operar a mudança duma forma satisfatória" (PROGRÉS DE LA REFORME AGRAIRE, 1977, p. 54). Para que o espaço produtivo das aldeias comunais ultrapasse as actuais dificuldades e inicie o desenvolvimento que se deseja, é indispensável que, além da existência duma forte vontade política que "(...) facilite a criação duma estrutura apropriada garantindo a participação efectiva dos beneficiários (...)" (PROGRÉS DE LA REFORME AGRAIRE, 1977, p. 187), se estabeleça uma planificação adequada que respeite particularidades regionais, mas defina concreta e correctamente princípios e objectivos gerais, susceptíveis de adequação a situações concretas. Além

disso, é importante o aproveitamento racional da experiência acumulada e o sentido duma transformação que, tendo que ser rápida, não pode deixar de se desenvolver por etapas fundamentais, particularmente num processo ainda recente e completamente novo para os camponeses.

Este último aspecto, sendo importante para questões como a adopção de novas técnicas produtivas, a organização do espaço produtivo e outras já referidas, tem um sentido particular na formação das cooperativas. É imprescindível que esta obedeça a uma passagem gradual da unidade mais simples para formas superiores de cooperação, pois isto corresponde às características paulatinas de consolidação das condições objectivas, com transição para novas relações agrárias. É praticamente impossível que o campesinato possa abandonar de repente a "praxis" produtiva de uma unidade familiar tradicional e incorporar-se de imediato, e sem sobressaltos, numa produção de tipo colectivo. É por isso que, nos países onde foi adoptado o sistema de cooperativização agrícola, o início da cooperativa se faz segundo formas mais simples, que estabelecem uma transição para as superiores, e onde se combina a produção colectiva com a das economias familiares. Isto também significa que a manutenção das unidades familiares ao lado das cooperativas é um aspecto importante para o próprio desenvolvimento destas últimas, como o revelam as experiências de diversos países. A importância que nos últimos anos, em Moçambique, se vem atribuindo à agricultura familiar, é não apenas resultante do seu peso na comerciali-

zação agrária nacional, mas também de cada vez mais se considerar como fundamental o seu contributo para o desenvolvimento do conjunto do sistema produtivo agrícola das aldeias. No entanto, para que o processo de socialização do campo resulte, torna-se necessário que, com base na planificação e sua correcta implementação, se alcance "(...) uma verdadeira conjugação de responsabilidades das autoridades oficiais e das massas rurais, e também é preciso chegar a uma clara redistribuição das prioridades de desenvolvimento" (PROGRÉS DE LA REFORME AGRAIRE, 1977, p. 187).

§§§§§§§§

Após as reflexões levadas a cabo ao longo destas páginas, saliente-se que elas não representam senão como que o primeiro passo duma investigação complexa, porque muito fica por dizer e analisar, de forma a escalpelizar todo o processo de transformação do espaço rural em Moçambique no âmbito do sistema das aldeias comunais. Isto é tanto mais verdade, quanto é certo que, ao longo de todo o processo, se tem assistido a rectificações, reorientações, modificações, que têm criado novas situações e perspectivas. Deve ter-se consciência de que não é, de modo algum, um processo acabado nem imutável; as modificações nele operadas são muito rápidas, levando a que as situações sejam substancialmente diferentes em curto espaço de tempo.

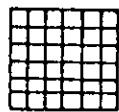
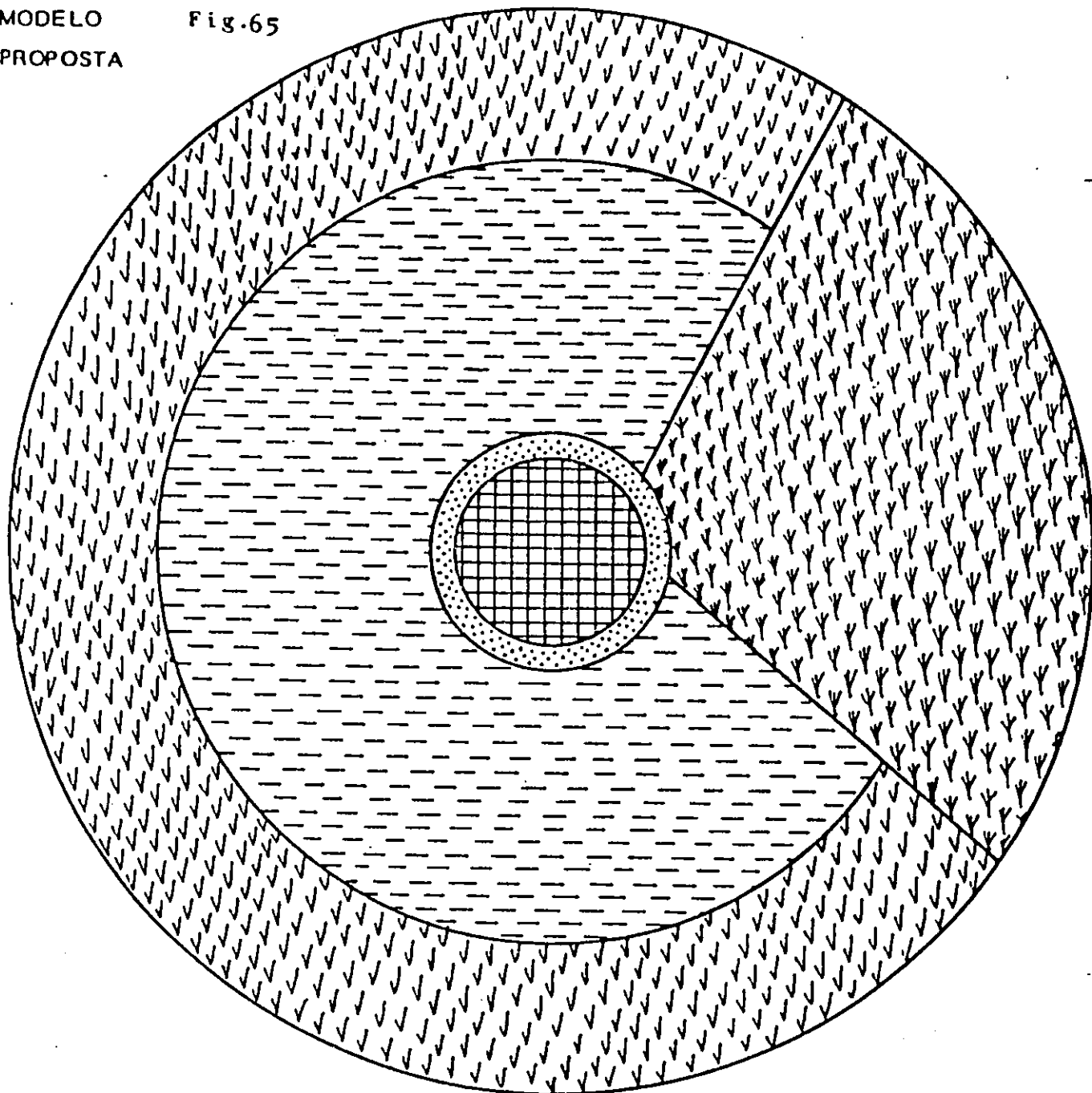
Apesar de tudo, podem sistematizar-se, sem grandes pretensões, alguns aspectos que se afiguram de maior relevância.

O sistema das aldeias comunais é perfeitamente viável e desejável em Moçambique, quer do ponto de vista do povoamento, quer do produtivo, desde que se continuem e intensifiquem os ajustamentos já iniciados no âmbito do maior equilíbrio entre população/recursos disponíveis/desenvolvimento das forças produtivas, bem como no da localização e redistribuição dos centros. Mas é importante que se entenda que este modelo não deve ser o único, pois outros haverá que também contribuam para atingir o desenvolvimento do campo.

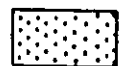
A planificação, tão necessária para o correcto desenvolvimento do sistema, além de respeitar as particularidades regionais e locais, deve deixar campo para a iniciativa criadora dos aldeões, e de modo algum o objectivo indicado deverá aparecer como a única via para a organização do espaço rural, assumindo esta um carácter absolutamente voluntário. Mas deve definir claramente a necessidade da formação de centros que constituam pólos de desenvolvimento numa região bem delimitada, de forma a surgir uma rede hierarquizada de núcleos inseridos no povoamento rural geral. A definição destes e da sua área de influência só poderá ser feita após estudos aprofundados em cada província, ou por grupos de distritos, tendo em atenção, além dos aspectos demográficos, factores económicos e sociais, que permitam perspectivar o desenvolvimento de cada aldeia.

MODELO
PROPOSTA

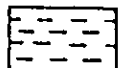
Fig.65



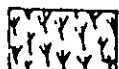
Espaço residencial



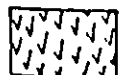
Árvores de fruta e criação de pequenos animais



Espaço produtivo familiar e cooperativo



Espaço florestal ou para reflorestamento



Pastagens

A organização do espaço da aldeia, nas suas componentes residencial e produtiva, não pode obedecer a modelos rígidos. Terá que ser o resultado da acção de diversos factores e características regionais e locais, de modo a que surja em harmonia com o meio físico, económico e social a que pertence. No entanto, um modelo teórico geral pode e deve ser definido, para propôr uma organização do espaço que, flexível, tenha em conta a necessidade da conservação dos recursos naturais. O modelo aqui sugerido (fig. 65) não pretende ser mais do que isso mesmo, teórico e não rígido, nem tão pouco completo. No entanto, este ou outros que resultem dum estudo cuidadoso da organização do espaço rural serão um ponto de partida indispensável, com as necessárias adaptações, para a utilização eficaz e equilibrada desse espaço.

Como se pôde observar, o movimento cooperativo não se limita à actividade agrícola. As cooperativas de produção não agrícola, desde que devidamente estimuladas, podem transformar-se numa alavanca para o desenvolvimento rural, e constituir uma via para a divisão social do trabalho e a diversificação produtiva intra e inter aldeias.

A viabilidade dum padrão de povoamento concentrado ou agrupado, quer em forma de aldeias comunais, quer noutras, passa pela exequibilidade económica e social que, num período de transição, implica sucessivas fases de experimentação, através das quais se encontre, no menor espaço de tempo possível, a via mais eficaz de desenvolvimento gradual.

A organização do espaço é uma tarefa do Homem a quem cabe a responsabilidade da sua utilização mais eficaz em benefício da sociedade, mas tendo sempre presente que ele deve ser preservado para que também possa servir as gerações vindouras.

AZEVEDO, Ário Lobo de . O clima de Moçambique e a agricultura. Lisboa, Ministério das Colónias, 1947.

BAKER, P. Randall . Agricultural changes in Bunyoro. In: Ominde, S., ed.. Studies in East African geography and development. London, Heinemann, 1971.

BARROS, Henrique de . Economia e ecologia. Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

_____. Os grandes sistemas de organização da economia agrícola. 2. ed.. Lisboa, Sá da Costa, 1982. (Col. "Nova Universidade").

BATTISTINI, René . L'Afrique Australe et Madagascar. Paris, P.U.F., 1967.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline . Géographie de la population. Paris, Génin, 1958.

_____. Geografia urbana. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline; CHABOT, G.. Traité de géographie urbaine. Paris, Armand Colin, 1963.

- BEGUIN, Hubert . Densité de population, productivité et développement agricole. L'Espace Géographique, (4) 1974, p. 267-272.
- BIRABEN, J.N.. Essay on the analysis of the structure of the population in space. In: I.G.U. Commission on Population Geography, papers. São Paulo, I.G.U., 1982. (policopiado).
- BOLEO, Oliveira . Moçambique; pequena monografia. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1961.
- BOSERUP, Ester . Population and technological change; a study of long-term trends. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- BRASS, W.. Introduction: bio-social factors in African demography. In: Moss, R.P. and Rathbone, R.J., ed.. The population factor in African studies. London, University of London Press, 1975.
- BROWN, Lester . Population and resources. Populi, Journal of the UNFPA, 11(1) 1984, p. 24-31.
- CALLIER-BOISVERT, Colette . Apontamentos para um estudo de economia agrária num município da zona agreste de Pernambuco: Agrestina. Ciência e Trópico, 1 (1) jan.-Jun. 1973, p. 143-172.

Capacidades potenciales de carga demografica de las tierras del mundo en desarrollo. Roma, FAO/FNUAP, 1984.

CARLOS, A.F.; ROSSINI, Rosa Ester . The structuration of space: regional patterns; population. In: Latin American Regional Conference, vol.I. Rio de Janeiro, I.B.G.E., 1982, p. 7-16.

CARLSON, Lucile . Africa's lands and nations. New York, McGraw-Hill, 1967.

CARVALHO, Mário de . A agricultura tradicional de Moçambique: distribuição geográfica das culturas e sua relação com o meio. Lourenço Marques, Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique, 1969.

CASAL, Adolfo Y.. Les processus de socialization rural au Mozambique - Les villages communaux. Paris, IEDES, Sorbonne - ParisI, 1987.

CASTRO, Armando . O sistema colonial português em África. Lisboa, Caminho, 1980.

CASTRO, Josué de . Geografia da fome . Porto, Brasília, 1966.

CLARK, Colin; HASWELL, M.R.. A economia da agricultura de subsistência. Porto, Livraria Civilização, 1971. (Col. Habitat).

- CLARKE, John . Population geography and the developing countries. Oxford, Pergamon Press, 1971.
- CLARKE, John; KOSINSKI, Leszek, eds.. Redistribution of population in Africa. London, Heinemann, 1982.
- CLAVAL, Paul . La géographie et les phénomènes de domination. L'Espace Géographique, (3) 1976, p. 145-164.
- CLOKE, Paul . Key settlements in rural areas. London, Methuen, 1979.
- Constituição da República Popular de Moçambique. Maputo, Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1978.
- Como construir cooperativas? Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1981. (Projecto de estudo sobre a produção de algodão no distrito de Lugela. Relatório 81/5). (Policopiado).
- Contribuição para o programa da cooperativização do campo. Maputo, Ministério da Agricultura, 1982. (Policopiado).
- DE KONINCK, Rodolphe . Les fondements territoriaux de la persistance de l'agriculture familiale en Chine. L'Espace Géographique, (3) 1985, p. 161-174.

DE VRIES, James; FORTMANN, Louise P.. Large-scale-villagization: a revolutionary strategy for development. In: Coulson, Andrew, ed.. African socialism in practice; the Tanzanian experience. Nottingham, Spokesman, 1979.

Directivas económicas e sociais. Maputo, Partido Frelimo, 1983. (Col. IV Congresso).

Dossier da Conferência Internacional da População; México-6 a 14 de Agosto 1984. Maputo, Comissão Nacional do Plano, 1984.

Examen et évaluation du Plan d'Action Mondial sur la Population. New York, Nations Unies, 1979.

Famílias camponesas da Angónia no processo de socialização do campo. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1983. (Relatório 83/2). (Policopiado).

FERNANDES, Blasco Hugo . A revolução agrária na Bulgária. Lisboa, Seara Nova, 1975. (Col. Nova Realidade).

FERREIRA, Denise de Brum . Étude sur la sécheresse dans l'île de Santiago (Cap Vert). Lisboa, INIC, Centro de Estudos Geográficos, 1986. (Linha de acção em geografia física. Relatório nº 23).

- FERREIRA, H. Amorim . Climatologia dinâmica da África Meridional. Lisboa, Serviço Meteorológico Nacional, 1965.
- Fluxos migratórios da população. In: Análise dos resultados do 1º recenseamento geral da população, vol. 3. Maputo, Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983.
- FORBES, D.K.. The geography of underdevelopment. Baltimore, John Hopkins University Press, 1984.
- FREYSINET, Jacques . Le concept de sous-developpement. Paris, P.U.F., 1970.
- FRIEDMANN, John . The territorial approach to rural development in the People's Republic of Mozambique: six discussion papers. International Journal of Urban and Regional Research, 4 (1) 1980, p. 97-115.
- GADE, Daniel W.. Madagascar and nondevelopment. Focus, 35 (4) Oct. 1985, p. 14-21.
- GAVRILOV, Nikolai . Agricultura; luta pela superação da herança do colonialismo. In: Aspectos económicos de desenvolvimento de África. Moscovo, Redacção "Ciências Sociais Contemporâneas", 1981.
- GEORGE, Pierre . Précis de géographie rurale. Paris, P.U.F., 1967.

GEORGE, Pierre . População e povoamento. Amadora, [Livraria] Bertrand, 1974.

GOUROU, Pierre . Angola et Moçambique; études de géographie regionale. La Revue de Géographie de Montreal, 22 (1) 1968, p. 5-20.

————— . L'Afrique. Paris, Hachette, 1970.

————— . "Terres de bonne espérance; le monde tropical". Cahiers d'Outre-Mer, 36 (141) Jan.-Mars 1983, p. 5-18.

GOUVEIA, Vítor . Moçambique; situação do cooperativismo agrícola. Alternativa Rural, Nov. 1984-Jun. 1985, p. 55-58.

GROVE, A.T.. Africa: south of the Sahara. London, Oxford University Press, 1967.

GUDEL, Christoph . Report from Mozambique. Swiss Review of World Affairs, Aug. 1982, p. 11-19.

GUNDER FRANK, André . Do subdesenvolvimento capitalista. Lisboa, ed. 70, [s.d.].

GUTELMAN, Michel . A agricultura socializada em Cuba. Lisboa, Prelo, 1971. (Col. Biblioteca de Economia).

- MARINOV, Hristo . Optimum spatial, resources et environnement. L'Espace Géographique, (4) 1974, p. 287-293.
- MARX, Karl; ENGELS, F.. Obras escogidas. Moscú, Progreso, 1976.
- MASLENNIKOV, V.. O movimento cooperativo nos países da Ásia e da África. Moscovo, Progresso, 1983.
- M'BOKOLO, Elikia . L'Afrique au XX^{ème} siècle; le continent convoité. Paris, Seuil, 1985.
- MCKAY, John . New rural settlement. In: Berry, L., ed.. Tanzania in maps. London, University of London Press, 1971.
- MEDEIROS, Carlos Alberto . A colonização das terras altas da Huíla (Angola). Estudo de geografia humana. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos, 1976. (Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 2).
- _____ . Sistemas de cultura, estruturas agrárias e evolução demográfica na montanha do norte da Beira. Estudos de geografia humana e regional. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos, 1982.
- Monografia de Moçambique. Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1971.

- MUREL, V.N.. Indicators characterizing systems of rural settlement. Soviet Geography, 11. (3) Mars 1970, p. 166-173.
- MURTEIRA, Mário . Lições de economia política do desenvolvimento. Lisboa, Presença, [s.d.].
- MWAPACHU, Juma V.. Operation planned villages in rural Tanzania: a revolutionary strategy for development. In: Coulson, Andrew, ed.. African socialism in practice; the Tanzanian experience. Nottingham, Spokesman, 1977.
- NALLET, Henri . A intensificação da produção agrícola. Lisboa, Ulmeiro, 1983.
- NICOLAS-OBADIA, Georges . La théorie des noyaux régionaux agricoles. L'Espace Géographique, (1) 1977, p. 25-39.
- NYERERE, Julius . Para que África pueda tener un sistema eficaz de seguridad alimentaria, es preciso un orden economico internacional más equitativo. Ceres, FAO, 18 (5) Oct. 1985, p. 45-48.
- ODINGO, R.S.. Settlement and rural development in Kenya. In: Ominde, S., ed.. Studies in East African geography and development. London, Heinemann, 1971.
- OMINDE, S.; EJIUGU, C.N., eds.. Population growth and economic development in Africa. London, Heinemann, 1972.

- Organização territorial das aldeias comunais. Projecto ORF 15.
Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Geografia, 1983. (Policopiado).
- PACIONE, Michael . Rural geography. London, Harper and Row, 1984.
- PÉLISSIER, Paul . Les paysans du Sénégal: les civilisations agraires du Cayor à Casamance. Saint-Ysieux, [o autor], 1966.
- People's Republic of Mozambique. Report of FAO/WFP/WMO evaluation mission. "Assessment of the emergency food situation and agricultural potencial". Rome, FAO, July 1980.
- PIKE, J.G.; RIMMINGTON, G.T.. Malawi; a geographical study. London, Oxford University Press, 1965.
- PISCO, Alice . Experiências de trabalho com camponeses na R.P.M.. Maputo, Ministério da Agricultura, 1986.
- IV plano de fomento. Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica, 1973.
- Poder popular e desagregação nas aldeias comunais do planalto de Mueda. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1986.

Population and development interrelationships in Africa: a summary discussion of issues and problems. Second African Conference of Population. Arusha, Economic Commission for Africa [ECA], Jan. 9-13, 1984. (E/ECA/POP/3A).

Population resources, environment and development: issues on interrelationships. New York, United Nations, 1984.

PRESSAT, Roland . L'Analyse démographique. Paris, P.U.F., 1961.

PRITCHARD, J.M.. Africa: the geography of a changing continent. New York, Africana Publishing, 1971.

Problemas da transformação rural na província de Gaza: um estudo sobre a articulação entre aldeias comunais seleccionadas, cooperativas agrícolas e a Unidade de Produção do Baixo Limpopo (UPBL). Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1979. (Policopiado).

O processo de desenvolvimento das aldeias comunais: análise da situação: propostas de actuação. Maputo, Comissão Nacional das Aldeias Comunais, 1978. (Policopiado).

Progrés de la reforme agraire; sixième report. New York, Nations Unies, 1977. (ST/ESA/32).

- REBORATTI, Carlos . State policy and population redistribution in a frontier area. In: I.G.U. Comission on Population Geography, papers. São Paulo, I.G.U., 1982. (Policopiado).
- ROSIER, Bernard . Structures agricoles et développement économique. Paris, Mouton, 1968.
- ROSSINI, Rosa Ester . Pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. São Paulo, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 1982. (Policopiado).
- SALAS, Rafael . Population: The Mexico Conference and the future. New York, UNFPA, 1984.
- SANTOS, José Hipólito dos . Cooperativização e desenvolvimento rural em Moçambique. Relatório sobre o projecto COI de apoio ao desenvolvimento cooperativa. Lisboa, Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, 1984.
- SANTOS, Rui Martins dos . Uma contribuição para a análise da economia de Moçambique. Lisboa, Companhia de Cimentos de Moçambique, 1985.
- SCOTT, Earl P.. Development through self-reliance in Zambia. Journal of Geography, 84 (6) Nov.-Dec. 1985, p. 262-280.

- SCHUMACHER, E.F.. Small is beautiful. Lisboa, Dom Quixote, 1985.
- SERRA, A.M. de Almeida . Desenvolvimento e transição socialistas em Moçambique; algumas notas de uma viagem de estudo. Estudos de Economia, 2 (4) Jul.-Set., 1982.
- SILVA, Álvaro Martins da . Importância e aspectos actuais do desenvolvimento da agricultura e silvicultura em Moçambique. Agros, (4) 1959, p. 351-358.
- SIMKO, Robert A.. Tanzania: experiment in cooperative effort. Focus, 24 (5), Jan. 1974.
- SMIRNOV, A.M.. General geographic concepts. Soviet Geography, 13 (8) Oct. 1972. p. 517-543.
- SOARES, Horácio Constantino . Um estudo do clima da província. Lourenço Marques, Junta Provincial de Povoamento, 1964.
- SOBRINHO, A. de Souza . A cheia de Fevereiro de 1977 no rio dos Elefantes em Massingir e sua repercussão no Baixo Limpopo (Moçambique). Finisterra, XVI (31) 1981, p. 95-122.
- SPEEDING, C.R.W.. An introduction to agricultural systems. Essex, Applied Science Publishers, 1978.

STANIS, V.. Transformaciones socialistas de la agricultura.

Moscú, Progreso, 1978.

THOMAS, Ian . Population in the Southern highlands of Tanzania. In: Ominde, S., ed.. Studies in East African geography and development. London, Heinemann, 1971.

Tierras, alimentos y población. Roma, FAO, 1984. (Col.

FAO: Desarrollo económico y social, nº 30).

A transformação da agricultura familiar na província de Nampula. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1980. (Projecto de estudo sobre a produção de algodão na província de Nampula. Relatório 80/3).

UHLIG, H.. Rural settlements: International working group for the geographical terminology of the agricultural lanscape. International Geographical Union, 1972.

VALENTEI, D. e outros . Teoria de la población. Moscú, Progreso, 1978.

VENNETIER, Pierre . A propos du développement dans les pays tropicaux. Les Cahiers d'Outre-Mer, 37 (148) Oct.-Dec. 1984, p. 305-338.

WUITS, Marc . Camponeses e economia rural em Moçambique.
Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos
Africanos, 1978.

_____. On the question of mechanization of Mozambican
agriculture today. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane,
Centro de Estudos Africanos, 1979.

2. ESTATÍSTICA E CARTOGRAFIA

Demographic yearbook, 1973. New York, United Nations, 1974.

Estatística agrícola, 1967. Lourenço Marques, Direcção Pro-
vincial dos Serviços de Estatística, 1972.

Estatísticas agrícolas de Moçambique 1970. Lourenço Marques,
Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique, 1973.

Informação estatística 1975-1984. Maputo, Direcção Nacional
de Estatística, 1985.

Moçambique; informação estatística 1980/81. Maputo, Direc-
ção Nacional de Estatística, 1982.

Population facts at hand. New York, UNFPA, 1980.

IV Recenseamento Geral da População - 1970. Lourenço Marques,
Direcção Provincial dos Serviços de Estatística, 1974.

1º Recenseamento Geral da População - 1980. Maputo, Conse-
lho Coordenador do Recenseamento, 1983.

Recenseamentos agrícolas de Moçambique, 1966 a 1973. Louren-
ço Marques, Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique,
1967 e 1974.

State of World population 1981. New York, UNFPA, 1984.

Atlas geográfico, vol. 1. Maputo, Ministério da Educação e
Cultura, 1979.

Carta de Portugal 1:250.000. Província de Moçambique. Lou-
renço Marques, Direcção Provincial dos Serviços Geográ-
ficos e Cadastrais, 1968. (Folhas referentes às Provín-
cias de Gaza, Manica e Tete).

Fotografia aérea. Coberturas de 1974 e 1982 (incompleta).
Maputo, Direcção Nacional de Geografia e Cadastro.

3. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

"O Campo" . Jornal mensal editado pelo Gabinete de Comunicação Social do Ministério da Informação. Dedicado, desde o seu primeiro número, exclusivamente a temas rurais, e muito em particular notícias das aldeias comunais e cooperativas. É uma fonte de grande utilidade para obtenção de informação económica e social das áreas rurais de Moçambique.

"Tempo" . Semanário que, a partir de 1977, tem dedicado algum espaço a reportagens e informações sobre as aldeias comunais e as cooperativas de produção. Maputo, Tempográfica.

"Notícias" . Jornal diário que desde 1980 dedica uma página por semana, a notícias dos correspondentes populares sobre a actividade do campo. Maputo, Notícias.

Memórias dos Serviços Meteorológicos de Moçambique. De periodicidade quinzenal, dão informações climatológicas de grande interesse para a agricultura. Maputo, Serviços Meteorológicos de Moçambique.

4. ARQUIVOS

Para a elaboração deste trabalho foi de grande importância a documentação avulsa, escrita, estatística e cartográfica, consultada nos arquivos dos seguintes organismos oficiais:

Arquivos do Instituto Nacional de Planeamento Físico (inicialmente Direcção Nacional de Habitação). Entre a diversa documentação aqui existente deve destacar-se a rica cartografia da localização das aldeias comunais.

Arquivos da Comissão Nacional das Aldeias Comunais (actualmente extinta, e incluída no Ministério da Agricultura).

Arquivos do Gabinete de Comunicação Social. Com base no projecto de comunicação social nas aldeias comunais, compilou uma quantidade considerável de informação sobre todo o processo de socialização do campo.

Arquivos do Ministério da Agricultura. Possui muita informação estatística sobre a produção agrícola, e diversos relatórios de projectos de desenvolvimento do campo.

Arquivos dos Serviços Provinciais de Habitação de Gaza e Inhambane.

Arquivos da Direcção Provincial de Agricultura de Inhambane.

Í N D I C E D A S F I G U R A S

	Pgs.
Fig. 1 - Diagramas termo-pluviométricos de seis estações seleccionadas do território moçambicano	23 a 25
Fig. 2 - Distribuição da indústria de transformação - 1973	45
Fig. 3 - Percentagem de famílias segundo o material de construção da habitação, em 1970 e 1980	56
Fig. 4 - Famílias segundo o material de construção da habitação, por províncias, em 1970 e 1980	56
Fig. 5 - Evolução do produto social global entre 1975 e 1984 a preços constantes de 1980	59
Fig. 6 - Evolução do tráfico sul-africano através do porto de Maputo	61
Fig. 7 - Evolução do transporte ferroviário de carga e do manuseamento portuário	63
Fig. 8 - Evolução relativa da produção agrária comercializada de 15 produtos seleccionados	69
Fig. 9 - Produção agrária por sectores	70
Fig. 10 - Distribuição provincial de alguns dos principais projectos de desenvolvimento .	73

	Pgs.
Fig. 11 - Evolução relativa da produção industrial ..	76
Fig. 12 - Evolução das exportações e importações ...	79
Fig. 13 - Evolução comparada das quantidades e respectivos valores de alguns dos produtos exportados por Moçambique entre 1975 e 1984	83
Fig. 14 - Taxas de analfabetismo para a população com 7 e mais anos, para o total do país, por sexo e rural e urbana, por grupos etários	88
Fig. 15 - Analfabetismo e escolarização	89
Fig. 16 - Curvas do crescimento do nº de escolas entre 1975 e 1984	91
Fig. 17 - Crescimento dos quantitativos de alunos dos ensinos primário e secundário geral em 1975 e 1984	93
Fig. 18 - Evolução do pessoal de saúde e dos postos e centros de saúde	97
Fig. 19 - Estrutura etário-sexual de Moçambique e das províncias em 1980	107-118
Fig. 20 - Curva de Lorenz para a R.P.M. em 1980	142
Fig. 21 - Distribuição da população em 1980	146
Fig. 22 - Saldos migratórios internos intra-provinciais - 1975-1980	152

	Pgs.
Fig. 23 - Distribuição dos saldos migratórios internos inter-provinciais em relação à população provincial recenseada em 1980	153
Fig. 24 - Relação de masculinidade segundo o tipo de movimentos migratórios, por grupos etários	155
Fig. 25 - Proposta hipótese de centros urbanos em Moçambique	170.
Fig. 26 - Planta tipo das aldeias comunais	203
Fig. 27 - Distribuição provincial do nº e população das aldeias comunais	207
Fig. 28 - Distribuição provincial da população residente em aldeias comunais, em relação à população rural provincial	216
Fig. 29 - Distribuição distrital do peso da população residente em aldeias comunais em relação à população rural; províncias de Maputo, Gaza e Inhambane	217
Fig. 30 - Distribuição distrital do peso da população residente em aldeias comunais em relação à população rural; província de Tete	218
Fig. 31 - Povoamento rural do litoral da província de Gaza numa secção entre a Macia e a cidade de Xai-Xai; situação anterior a 1975	220

Fig. 31A- Povoamento rural do litoral da província de Gaza numa secção entre a Macia e a cidade de Xai-Xai; situação em 1985	221
Fig. 32 - Povoamento rural numa secção do vale do Limpopo; situação anterior a 1975	222
Fig. 32A- Povoamento rural numa secção do vale do Limpopo; situação em 1983	223
Fig. 33 - Províncias de Inhambane e Gaza; distribuição territorial de algumas aldeias comunais (situação em 1982)	234
Fig. 34 - Províncias de Tete e Manica; distribuição territorial de aldeias comunais (situação em 1982)	235
Fig. 35 - Província do Niassa; distribuição territorial das aldeias comunais (situação em 1982)	236
Fig. 36 - Curva de Lorenz para a população rural da província de Maputo - 1980	256
Fig. 37 - Peso da população residente em aldeias, em relação à população rural, por distrito	259
Fig. 38 - Evolução da população das aldeias comunais nos distritos da província de Maputo	260
Fig. 39 - Curva de Lorenz para a população rural da província de Gaza - 1980	270

	Pgs.
Fig. 40 - Peso da população residente em aldeias comunais na população rural, por distrito em 1980 e 1983	273
Fig. 41 - Província de Gaza; distrito do Bilene e Gaza. Dimensão comparativa de algumas aldeias em 1978 e 1982/83	276
Fig. 42 - Distrito do Chibuto. Dimensão de algumas aldeias em 1980 e 1983	277
Fig. 43 - Distrito do Limpopo. Dimensão de algumas aldeias em 1978 e 1982/83	278
Fig. 44 - Distrito do Caniçado. Dimensão de algumas aldeias em 1978 e 1982/83	279
Fig. 45 - Distrito de Manjacaze. Dimensão de algumas aldeias em 1980 e 1983	280
Fig. 46 - Evolução demográfica de algumas aldeias ..	282
Fig. 47 - Curva de Lorenz para a população rural da província de Inhambane - 1980	293
Fig. 48 - Província de Inhambane. Distribuição territorial das aldeias comunais. Situação em 1981/82	295
Fig. 49 - Província de Inhambane. Aldeias destruídas e abandonadas	296
Fig. 50 - Província de Inhambane. Distribuição territorial das aldeias em 1986	297

Fig. 51 - Curva de Lorenz para a população rural da província de Tete - 1980	312
Fig. 52 - Peso da população residente em aldeias comunais na população rural, por distrito, em 1980 e 1983	316
Fig. 53 - Distrito de Mutarara. Dimensão de algumas aldeias em 1980 e 1983	320
Fig. 54 - Distritos de Angónia e Moatize. Dimensão de algumas aldeias em 1980 e 1983	321
Fig. 55 - Distritos da Marávia e Zumbo. Dimensão de algumas aldeias em 1980 e 1983	322
Fig. 56 - Distribuição territorial da área das terras ocupadas pela agricultura familiar e empresarial, em 1970	335
Fig. 57 - Esquema teórico da transformação da estrutura agrária em Moçambique	344
Fig. 58 - Aldeia dos Antigos Combatentes - Chindjinguire	352
Fig. 59 - Espaço produtivo da aldeia sem qualquer parcelamento e deficiente organização	355
Fig. 60 - Espaço produtivo da aldeia com parcelamento	355
Fig. 61 - Ocupação do espaço produtivo das aldeias comunais; distrito do Caniçado	383

	Pgs.
Fig. 62 - Organização do espaço em função das aldeias comunais no vale do Limpopo; distrito do Chibuto	384
Fig. 63 - Aldeia Comunal Chilolo; Niassa. Ocupação do espaço	385
Fig. 64 - Aldeia comunal M'Saúize; Niassa. Ocupação do espaço	386
Fig. 65 - Modelo proposta	441

Í N D I C E D A S M A T É R I A S

	Pgs.
PREFÁCIO	iii
APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I - BREVE APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE MOÇAMBIQUE	9
1. A República Popular de Moçambique, um país da África Austral	9
2. Divisão administrativa	11
3. O território. Traços físicos ; generalidades....	13
4. Recursos naturais. Riqueza ainda pouco conhecida	28
5. Uma situação económica difícil	33
5.1. Uma economia dependente em degradação	33
a) Colónia de prestação de serviços	33
b) A agricultura colonial: dois sistemas antagónicos	37
c) Um desenvolvimento industrial incipiente	41
d) Balança de pagamentos deficitária	46
e) Aspectos mais marcantes da situação social anterior à independência nacional .	51

	Pgs.
5.2. Um caminho de recuperação difícil. Análise do período pós-independência	55
CAPÍTULO II - ASPECTOS GERAIS DA POPULAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	99
1. Os efectivos populacionais e o crescimento demográfico em Moçambique	102
2. Características demográficas	105
2.1. Estrutura da população	106
2.2. Os índices demográficos	129
2.3. Algumas conclusões	136
3. Distribuição territorial da população	138
4. População rural e urbana	158
CAPÍTULO III. POPULAÇÃO E ALDEIAS COMUNAIS	177
A- CARACTERIZAÇÃO A NÍVEL NACIONAL	177
1. Distribuição da população rural em Moçam- bique	177
2. Génese e evolução do sistema das aldeias comunais	182 X
3. Níveis de diferenciação do povoamento no sistema de aldeias comunais; método esta- tístico de análise	194
4. O sistema das aldeias comunais; nova concepção de espaço povoado	199

	Pgs.
5. Distribuição provincial e evolução das aldeias comunais	205
6. Dimensões e características demográficas das aldeias comunais	225
7. Grau de concentração do sistema de povoamento das aldeias comunais	237
8. Aspectos genéricos de algumas infraestruturas sociais	242
 B- O SISTEMA DE POVOAMENTO DAS ALDEIAS COMUNAIS EM QUATRO PROVÍNCIAS - CASOS ESTUDADOS	 253
1. Província de Maputo	253
1.1. Aspectos gerais	253
1.2. As aldeias comunais na província	255
1.3. O padrão do povoamento do sistema das aldeias comunais na província	265
2. Província de Gaza	268
2.1. Alguns aspectos gerais da população	268
2.2. Evolução e distribuição das aldeias comunais	269
2.3. Padrões de povoamento do sistema das aldeias comunais	285
3. Província de Inhambane	290
3.1. Aspectos gerais da população rural provincial	291
3.2. Evolução e distribuição territorial das aldeias	294

Pgs.

3.3. O povoamento do sistema das aldeias comunais	305
4. Província de Tete	309
4.1. Alguns aspectos gerais da população	309
4.2. Origem e evolução das aldeias comunais em Tete	311
4.3. O padrão de povoamento do sistema das aldeias comunais em Tete	319

CAPÍTULO IV - ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO DAS
ALDEIAS COMUNAIS 325 X

1. Criação dum novo tipo de espaço produtivo agrário	332
2. O espaço familiar e cooperativo	345
3. As cooperativas de produção agrícola	356
4. A agricultura familiar nas aldeias comunais ...	377
5. As cooperativas de produção não agrícola	387
6. Os principais trabalhos agrícolas	391

∩ CAPÍTULO V - PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO ... 395 X

1. Um padrão de povoamento necessário	398
2. Como organizar o espaço produtivo das aldeias comunais?	420
2.1. Dos factores naturais	426

	Pgs.
2.2. Da rápida concentração da produção	426
2.3. Das novas tecnologias e sistemas de cultura	429
2.4. Da necessidade de planificação	436
 BIBLIOGRAFIA	 445
 ÍNDICE DAS FIGURAS	 467
 ÍNDICE DAS MATÉRIAS	 475